

**RELATÓRIO FINAL
DO
33º CONGRESSO
DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL**

São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014

Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais.

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	004
ATAS	
Plenária de Abertura	013
Plenária de Instalação	019
- Cronograma e Pauta do 33º CONGRESSO	022
- Regimento do 33º CONGRESSO	023
TEMA 1 - Movimento Docente e Conjuntura	032
TEMA 2 - Centralidade da Luta	034
TEMA 3 - Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores	037
TEMA 4 - Questões Organizativas e Financeiras	047
TEMA 5 - Plano Geral de lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores	065
TEMA 6 – Plano de lutas – Setores	081
Plenária de Encerramento	097
- Carta de São Luis	099
- Moções	103
RESOLUÇÕES	
TEMA 2 – Centralidade da Luta	129
TEMA 3 - Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores	130
- Política Educacional	130
- Por um debate acerca das políticas para o ensino médio, em especial, sobre as propostas para a sua reformulação	130
- O ANDES-SN e a universidades popular	130
- O combate à violência moral nas IES	130
TEMA 4 – Questões Organizativas e Financeiras	
- Alterações no Estatuto do ANDES-SN	132
- Regimento eleitoral	132
- Comissão Eleitoral Central	145
- Prestação de contas do 58º CONAD	146

- Fundo de Único	147
- Manutenção do Apoio Financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	147
- Manutenção do Apoio Financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	147
- Apoio aos Povos Indígenas	147
- Organização dos eventos do ANDES-SN	148
- Comissão da Verdade do ANDES-SN	148
- Homologações: novas seções sindicais e alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	149
- Inscrições nos Grupos de Trabalho do ANDES-SN	150
TEMA 5 – Plano de lutas – Geral, Educação, Direitos e organização dos trabalhadores	
- Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais	154
- Ações em torno de uma política de classe para questões etnicorraciais, gênero e diversidade sexual	155
- Comunicação	156
- Educação	157
- Encontro Nacional de Educação	157
- Atualização dos PLs em tramitação no Congresso Nacional	157
- Em defesa da autonomia universitária e da democracia plena	158
- Sindical	158
- Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	159
- Ciência e Tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente	162
TEMA 5 – Plano de lutas – Setores	
- Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	163
- Plano de Lutas do Setor das IFES	165
- Plano de Lutas do Setor das IPES	177
RATEIO DO 33º CONGRESSO	178
CADERNO DE TEXTOS	182
ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS	275
TEXTOS APRESENTADOS NA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	372

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 33º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Maria Cecília Cardoso Benatti	ADUNICAMP	E
2	Paulo César Centoducatte	ADUNICAMP	E
3	José Vitório Zago	ADUNICAMP	E
4	Eblin Joseph Farage	ADUFF	F
5	Gelta Terezinha Ramos Xavier	ADUFF	F
6	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	ADUFF	F
7	Wanderson Fábio de Melo	ADUFF	F
8	Dora Henrique da Costa	ADUFF	F
9	Cláudia March Frota de Souza	ADUFF	F
10	Verônica Silva Fernandez	ADUFF	F
11	Elza Dely Veloso Macedo	ADUFF	F
12	Juarez Torres Duayer	ADUFF	F
13	José Raphael Bokehi	ADUFF	F
14	Ângela Siqueira	ADUFF	F
15	Sérgio Ricardo Aboud Dutra	ADUFF	F
16	Viviane Becker Narvaes	ADUNIRIO	F
17	Bruno José da Cruz Oliveira	ADUNIRIO	F
18	Carla Silvana Daniel Sartor	ADUNIRIO	F
19	Rodrigo Castelo	ADUNIRIO	F
20	Elisabeth Orletti	ADUNIRIO	F
21	Janaina Bilate Martins	ADUNIRIO	F
22	Ciro Teixeira Correia	ADUSP	E
23	Adriana Alves	ADUSP	E
24	Andrés Vercik	ADUSP	E
25	Arsenio Sales Peres	ADUSP	E
26	César Antunes Freitas	ADUSP	E
27	Elisabetta A. Rita Maria Carmela Santoro	ADUSP	E
28	Maria de Fátima Simões Francisco	ADUSP	E
27	Lighia Brigitta Horodynski Matsushigue	ADUSP	E
30	Rosângela Sarteschi	ADUSP	E
31	Sérgio Paulo Amaral Souto	ADUSP	E
32	Ivania Garavello	ADFMTM	F
33	Sandra Ferrari	SESDUEM	E
34	Márcia Campos Andrade	SESDUEM	E
35	Fabiana Aparecida de Carvalho	SESDUEM	E
36	Patrícia Lessa Santos	SESDUEM	E
37	Astrid Baecker Avila	APUFPR	F
38	Adriana Hessel Dalagassa	APUFPR	F
39	Afonso Takao Murata	APUFPR	F
40	Celina Lacerda Ferreira	APUFPR	F
41	Cláudio Antônio Tonegutti	APUFPR	F
42	Luís Alan Kunzle	APUFPR	F
43	Sérgio Luiz Carlos dos Santos	APUFPR	F
44	Melissa Rodrigues de Almeida	APUFPR	F
45	Paulo de Oliveira Perna	APUFPR	F
46	Rogério Miranda Gomes	APUFPR	F
47	Vilson Aparecido da Mata	APUFPR	F
48	Vitor Marcel Schuhli	APUFPR	F
49	Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL	F

50	Henrique Andrade Furtado de Mendonça	ADUFPEL	F
51	Beatriz Franchini	ADUFPEL	F
52	Daniela Stevanin Hoffmann	ADUFPEL	F
53	Giovani Felipe Ernest Frizzo	ADUFPEL	F
54	Paula Mello Oliveira Alquati	ADUFPEL	F
55	Andreia Orstato	ADUFPEL	F
56	Francisco Carlos Duarte Vitória	ADUFPEL	F
57	Luiz Fernando Camargo Veronez	ADUFPEL	F
58	Maria Luzinete Alves Vanzeler	ADUFMAT	F
59	Irenilda Ângela dos Santos	ADUFMAT	F
60	Gilberto Alexandre Soares Goulart	ADUFMAT	F
61	Alexandre Paulo Machado	ADUFMAT	F
62	Paulo de Oliveira Fortes	ADUFMAT	F
63	Pedro de Assis e Silva Filho	ADUFMAT	F
64	Roberto Boaventura da Silva Sá	ADUFMAT	F
65	Waldir Bertulio	ADUFMAT	F
66	Luis Cesar Passoni	SESDUENF	E
67	Marcos Antonio Pedlowski	SESDUENF	E
68	José Nunes da Silva	ADUFERPE	F
69	Betânia Araújo Cosme dos Santos	ADUFERPE	F
70	Hélio Fernandes de Melo	ADUFERPE	F
71	Maria de Fátima Massena de Melo	ADUFERPE	F
72	Hélio Cabral	ADUFERPE	F
73	Jaqueline Bianque de Oliveira	ADUFERPE	F
74	Aderaldo Alexandrino de Freitas	ADUFERPE	F
75	Heithor Fernandes Mothé Filho	ADUR-RJ	F
76	Antônio Marcos Perruzo	ADUR-RJ	F
77	Wellington Augusto da Silva	ADUR-RJ	F
78	Adail Castro Filho	ADUR-RJ	F
79	Luís Mauro Sampaio de Magalhães	ADUR-RJ	F
80	Andrey Cordeiro Ferreira	ADUR-RJ	F
81	Joecildo Francisco da Rocha	ADUR-RJ	F
82	Alexandre Santos Aguiar	Sindicalizado da ADUFG	F
83	Paulo César de Souza Ignácio	APESJF	F
84	Zuleyce Maria Leça Pacheco	APESJF	F
85	Marcos Vinicius Leite	APESJF	F
86	Eduardo Sérgio Leão de Souza	APESJF	F
87	Maria Lúcia de Araújo Leopoldo	APESJF	F
88	Dileno Dustan Lucas de Souza	APESJF	F
89	Lucas Nardelli Monteiro	APESJF	F
90	Hajime Takeuchi Nozaki	APESJF	F
91	Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos	APESJF	F
92	David Pinheiro Júnior	ADUFOP	F
93	Aluísio Finazzi Porto	ADUFOP	F
94	José Belizário Neto	ADUA	F
95	Tharcisio Santiago Cruz	ADUA	F
96	Francisco Jacob Paiva da Silva	ADUA	F
97	Elizandra Garcia da Silva	ADUA	F
98	Ana Cristina Belarmino de Oliveira	ADUA	F
99	José Alcimar de Oliveira	ADUA	F
100	Antônio Batista da Silva	ADUA	F
101	Ednailda Maria dos Santos	ADUA	F
102	Irio Valdir Kishow	ADUFDOURADOS	F

103	Pedro Alcântara de Lima	ADUFDOURADOS	F
104	Noêmia dos Santos Pereira Moura	ADUFDOURADOS	F
105	Marcelo Engel Bronoski	SINDUEPG	E
106	Manoel Moabis Pereira dos Anjos	SINDUEPG	E
107	Marison Luiz Soares	ADUFES	F
108	Odilea Dessaune de Oliveira	ADUFES	F
109	Francisco Mauri de Carvalho	ADUFES	F
110	Raphael Furtado	ADUFES	F
111	André A. Michelato Ghizeline	ADUFES	F
112	Alan Kardec	ADUFES	F
113	Bernadete Mian	ADUFES	F
114	José Rocha Pinto	ADUFES	F
115	Francisco Estevão Costa	ADUFES	F
116	Suelene Leite Pavão	ADUFPA	F
117	Andrea Cristina Cunha Solimões	ADUFPA	F
118	Maria da Conceição Rosa Cabral	ADUFPA	F
119	Fátima de Souza Moreira	ADUFPA	F
120	Ivan Carlos Ferreira Neves	ADUFPA	F
121	Jennifer Susan Webb Santos	ADUFPA	F
122	Maria Cleyde Teixeira Sizo	ADUFPA	F
123	Erneida Coelho de Araújo	ADUFPA	F
124	André Guimarães	SINDUFAP	F
125	Érika Pinto de Azevedo	SINDUFAP	F
126	Tadeu Lopes Machado	SINDUFAP	F
127	Cláudio de Lira Santos Júnior	Sindicalizado da APUB	F
128	Elza Peixoto	Sindicalizada da APUB	F
129	Isabela Fadul de Oliveira	Sindicalizada da APUB	F
130	Leonardo Teixeira de Sousa	Sindicalizado da APUB	F
131	Lana Bleicher	Sindicalizada da APUB	F
132	Maria Bernadeth Campelo Bina	Sindicalizada da APUB	F
133	Maria Cecília de Paula Silva	Sindicalizada da APUB	F
134	Sandra Maria Marinho Siqueira	Sindicalizada da APUB	F
135	Getúlio Silva Lemos	SEDUFMS	F
136	Gihad Mohamad	SEDUFMS	F
137	Hugo Gomes Blois Filho	SEDUFMS	F
138	Márcio Rossato Badke	SEDUFMS	F
139	Maria Beatriz Bolzan de M. Carnielutti	SEDUFMS	F
140	Suze Gomes Scalcon	SEDUFMS	F
141	Alberto Jorge Silva de Lima	ADCEFET-RJ	F
142	Carlos Artexes Simões	ADCEFET-RJ	F
143	Adriana de Fátima Barbosa Araújo	ADUnB	F
144	Liliane Maria Macedo Machado	ADUnB	F
145	Paulo César Marques da Silva	ADUnB	F
146	Virgílio Caixeta Arraes	ADUnB	F
147	Rachel Nunes da Cunha	ADUnB	F
148	Ebnezer Maurílio Nogueira da Silva	ADUnB	F
149	Rodrigo de Souza Dantas M. Pinto	ADUnB	F
150	Paulo Celso dos Reis Gomes	ADUnB	F
151	José Torres Filho	ADUFERSA	F
152	Silvia Helena de Lima Monteiro	SINDIUVA	E
153	Karinne Regis Duarte	ADCAC	F
154	Fernando César Paulino Pereira	ADCAC	F
155	Clarissa Mendes Knolchermann	SINDUNIFESSPA	F

156	Simone Cristina Contente Padilha	SINDUNIFESSPA	F
157	Euclides Santos Bittencourt	ADUNEB	E
158	Zózina Maria Rocha de Almeida	ADUNEB	E
159	Liliam Aquino Meireles dos Santos	ADUNEB	E
160	Daniela Batista Santos	ADUNEB	E
161	Lilian de Souza Santos Ruas	ADUNEB	E
162	Naira de Souza Moura	ADUNEB	E
163	José Milton Souza	ADUNEB	E
164	Sinoélia Silva Pessoa	ADUNEB	E
165	Emerson Antônio Rocha M. de Lucena	ADUSC	E
166	Luciana Santos Leitão	ADUSC	E
167	Luiz Henrique dos Santos Blume	ADUSC	E
168	Elvis Pereira Barbosa	ADUSC	E
169	José Luiz de França Filho	ADUSC	E
170	Maria Neusa de Oliveira	ADUSC	E
171	Tiaraju Alves de Freitas	APROFURG	F
172	Ubiratã Soares Jacobi	APROFURG	F
173	Humberto Calloni	APROFURG	F
174	Paulo Juarez Rieger	APROFURG	F
175	Marlene Teda Pelzer	APROFURG	F
176	Dulce Aparecida Martins	ADUFVJM	F
177	Mauro Titton	SSind do ANDES-SN na UFSC	F
178	Wagner Miqueias F. Damasceno	SSind do ANDES-SN na UFSC	F
179	Soraya Franzoni Conde	SSind do ANDES-SN na UFSC	F
180	Ana Jaqueline Santiago Carneiro	ADUFS-BA	E
181	Maslowa Islanowa Cavalcante Freitas	ADUFS-BA	E
182	Jucelho Dantas da Cruz	ADUFS-BA	E
183	Elson Moura Dias Júnior	ADUFS-BA	E
184	Edson do Espírito Santo Filho	ADUFS-BA	E
185	Emanuel Oguri Freitas	ADUFS-BA	E
186	Gracinete Bastos de Souza	ADUFS-BA	E
187	Márcia Cristina Fontes Almeida	ASPUV	F
188	Kleos Magalhães Lenz César Júnior	ASPUV	F
189	Renata Rena Rodrigues	ASPUV	F
190	Juliana Silva Rocha	ASPUV	F
191	Aloízio Soares Ferreira	ASPUV	F
192	Márcio Sampaio Sarmet Moreira	ASPUV	F
193	Rita de Cássia Lanes Ribeiro	ASPUV	F
194	Marihus Altoe Bardotto	ASPUV	F
195	Lilian Estrela Borges	ASPUV	F
196	Maria Rosária Barbato	Sindicalizada da APUBH	F
197	José Tarcísio Lima	ADUFLA	F
198	Eric Fernandes de Mello Araújo	ADUFLA	F
199	Francisval de Melo Carvalho	ADUFLA	F
200	Carlos Eduardo S. Volpato	ADUFLA	F
201	Alexander Sibajev	SESDUFRR	F
202	Roberto Câmara	SESDUFRR	F
203	Sandra Buenafuente	SESDUFRR	F
204	Avery de Carvalho	SESDUFRR	F
205	Elda Maria Freire Maciel	SINDUECE	E
206	Epitácio Macário	SINDUECE	E
207	Alexandre Araújo Costa	SINDUECE	E
208	Sâmbara Paula Francelino Ribeiro	SINDUECE	E

209	Douglas Santos Alves	SINDUFFS	F
210	Cássio Cunha Soares	SINDUFFS	F
211	Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	F
212	Jorgetânia da Silva Ferreira	ADUFU	F
213	Paulo César Peres de Andrade	ADUFU	F
214	Antônio Carlos Freire Sampaio	ADUFU	F
215	Rosana Ono	ADUFU	F
216	Neli Edite dos Santos	ADUFU	F
217	André Luiz Sabino	ADUFU	F
218	Luiz Caetano de Salles	ADUFU	F
219	Tiago Soares Alves	ADUFU	F
220	Adriany de Ávila Melo Sampaio	ADUFU	F
221	Carlos Alberto Anaruma	ADUNESP	E
222	Anderson Deo	ADUNESP	E
223	Cláudio Rezende Ribeiro	ADUFRJ	F
224	Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues	ADUFRJ	F
225	Cleusa Santos	ADUFRJ	F
226	José Henrique Erthal Sanglard	ADUFRJ	F
227	Luciano Rodrigues de Souza Coutinho	ADUFRJ	F
228	Regina Célia de Souza Pugliese	ADUFRJ	F
229	Renata Lúcia Baptista Flores	ADUFRJ	F
230	Maria Cristina Miranda da Silva	ADUFRJ	F
231	Maria Mello de Malta	ADUFRJ	F
232	Eduardo Gonçalves Serra	ADUFRJ	F
233	Roberto Leher	ADUFRJ	F
234	Vera Maria Martins Salim	ADUFRJ	F
235	Cláudia Lino Piccinini	ADUFRJ	F
236	Suzana Maria Zatti Lima	SINDCEFET-MG	F
237	João Francisco de Almeida Vitor	SINDCEFET-MG	F
238	Geraldo Magela Couto Oliveira	SINDCEFET-MG	F
239	Trícia Zapula Rodrigues	SINDCEFET-MG	F
240	Benedito de Jesus Magalhães	SINDCEFET-MG	F
241	David Romão	APUR	F
242	Antônio Eduardo Alves de Oliveira	APUR	F
243	José Alexis Bezerra Leite	ADUFPI	F
244	Jurandir Gonçalves Lima	ADUFPI	F
245	Marta Maria Azevedo Queiroz	ADUFPI	F
246	Francisco Valdomiro Moraes	ADFURN/ADUERN	E
247	Alessandro Teixeira Nóbrega	ADFURN/ADUERN	E
248	João Freire Rodrigues	ADFURN/ADUERN	E
249	Ivo Pereira de Queiroz	SINDUTF-PR	F
250	Jazomar Vieira da Rocha	SINDUTF-PR	F
251	Maurini de Souza	SINDUTF-PR	F
252	Altemir José Borges	SINDUTF-PR	F
253	Katya Cristina de Lima Picanço	SINDUTF-PR	F
254	Rogers Caparroz	SINDUTF-PR	F
255	Emilio Gonzalez	SINDUTF-PR	F
256	Valdemar Padilha Feltrin	SINDUTF-PR	F
257	Márcio Gomes Barboza	ADUFAL	F
258	José Irelanio Leite de Ataíde	ADUFCG	F
259	José Bezerra de Araújo	ADUFCG	F
260	Gonzalo Adrian Rojas	ADUFCG	F
261	Antonio Lisboa Leitão de Souza	ADUFCG	F

262	Amauri Fragoso de Medeiros	ADUFCG	F
263	Roberto de Sousa Miranda	ADUFCG	F
264	Luciano Mendonça de Lima	ADUFCG	F
265	Zuleide Fernandes de Queiroz	SINDURCA	E
266	Claudia Alves Durans	APRUMA	F
267	Sirliane de Souza	APRUMA	F
268	Marly de Jesus Sá Dias	APRUMA	F
269	Rosilda Silva Dias	APRUMA	F
270	Rosenverck Estrela Santos	APRUMA	F
271	José de Macedo Bezerra	APRUMA	F
272	Valdeci Luiz Fontoura dos Santos	ADLESTE	F
273	Raimundo Nonato Nunes	Sindicalizado da ADURN	F
274	Wanderson Santana da Silva	Sindicalizado da ADURN	F
275	Maria Regina de Ávila Moreira	Sindicalizado da ADURN	F
276	Risomar Alves dos Santos	ADUC	F
277	Mariana Moreira Neto	ADUC	F
278	José Luis Simões	ADUFEPE	F
279	José Audísio Costa	ADUFEPE	F
280	Guilherme Costa Varela	ADUFEPE	F
281	Jarbas Souza	ADUFEPE	F
282	Joaquim Sérgio de Lima Neto	ADUFEPE	F
283	Julianna Ferreira C. de Albuquerque	ADUFEPE	F
284	José Amaro Santos da Silva	ADUFEPE	F
285	José Dilson Cavalcanti	ADUFEPE	F
286	Augusto Cesar Barreto	ADUFEPE	F
287	José Marcos Francisco da Silva	ADUFEPE	F
288	Eronivaldo Fernando Dantas Pimentel	ADUFEPE	F
289	Antônio Willamys Fernandes da Silva	SESDUFT	F
290	Daniella Corcioli Azevedo Rocha	SESDUFT	F
291	Jailton de Jesus Costa	ADUFS	F
292	Antônio Ponciano Bezerra	ADUFS	F
293	Augusto Cesar Vieira dos Santos	ADUFS	F
294	Antônio Fernando Sá	ADUFS	F
295	Saulo Henrique Souza Silva	ADUFS	F
296	Silaine Maria Gomes Borges	ADUFS	F
297	Vanessa Dias de Oliveira	ADUFS	F
298	Noemia Lima Silva	ADUFS	F
299	Julio Cesar Gandarela Resende	ADUFS	F
300	Maria Rita Rocha do Carmo	ADFUNREI	F
301	Geraldo Magela de Carvalho	ADFUNREI	F
302	Leticia Helena Januário	ADFUNREI	F
303	Pablo Luiz Martins	ADFUNREI	F
304	Sandra Boari Silva Rocha	ADFUNREI	F
305	José Cláudio da Silva Vasconcelos	ADCESP	E
306	Daniel Vasconcelos Solon	ADCESP	E
307	Jaldes Reis de Meneses	ADUFPB	F
308	Auta de Souza Costa	ADUFPB	F
309	Everton Barbosa Correia	ADUFPB	F
310	Francieleide de Araujo Rodrigues	ADUFPB	F
311	Galdino Toscano de Brito Filho	ADUFPB	F
312	Jamilton Alves Farias	ADUFPB	F
313	José da Paz Oliveira Alvarenga	ADUFPB	F
314	Maria Bernadete Silveira Andrade	ADUFPB	F

315	Marino Eugênio Almeida	ADUFPB	F
316	Paulo Cesar Geglio	ADUFPB	F
317	Terezinha Diniz	ADUFPB	F
318	Marconis Fernandes Lima	SINDCEFET-PI	F
319	Patricia Soares de Andrade	SINDCEFET-PI	F
320	Juliana Fiúza	ASDUERJ	E
321	Luiz Carlos C. de Albuquerque	ADUNIR	F
322	Walterlina Barboza Brasil	ADUNIR	F
323	Otino José de Araújo Freitas	ADUNIR	F
324	Maria das Graças de Araujo	ADUNIR	F
325	Sérgio Luiz Carmelo Barroso	ADUSB	E
326	Alexandre Galvão Carvalho	ADUSB	E
327	Jorge Barros	ADUSB	E
328	Jorge Costa do Nascimento	ADUSB	E
329	Márcia Santos Lemos	ADUSB	E
330	Sofia Pádua Manzano	ADUSB	E
331	Vinicius Correia Santos	ADUSB	E
332	Wilson Brum Trindade	ADUEMS	E
333	Roseli Rocha	ADUEMS	E
334	Delair Osvaldo Martinelli Junior	ADUEMS	E
335	João Mianutti	ADUEMS	E
336	Gilberto Francisco Alves de Melo	ADUFAC	F
337	Maria Salete Peixoto Gonçalves	ADUFAC	F
338	Tiago Bernardon de Oliveira	ADUEPB	E
339	Cleomar Campos da Fonseca	ADUEPB	E

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 33º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Edson Teixeira da Silva Júnior	ADUFF	F
2	Lorene Figueiredo de Oliveira	ADUFF	F
3	Waldir Lins de Castro	ADUFF	F
4	Paulo Antônio Cresciulo de Almeida	ADUFF	F
5	Wanise Cabral Silva	ADUFF	F
6	Catharina Marinho Meirelles	ADUFF	F
7	Arley Costa	ADUFF	F
8	Katia Maria Pinto Guedes de Oliveira	ADUFF	F
9	Sônia Maria da Silva	ADUFF	F
10	Marcela Soares	ADUFF	F
11	Marcelo Sandin Dourado	APUFPR	F
12	Nixon Vieira Malveira	APUFPR	F
13	Marília Ferreira Pinto Murata	APUFPR	F
14	José Ricardo de Souza	ADUFMAT	F
15	Nilson Félix da Silva	ADUFERPE	F
16	João Moraes	ADUFERPE	F
17	Jadson Almeida da Silva	ADUFERPE	F
18	Celso Monteiro de Souza	ADUFERPE	F
19	Erika Suruagy	ADUFERPE	F
20	Alexandre Pinto Mendes	ADUR-RJ	F
21	Camila Daniel	ADUR-RJ	F
22	Luciano da Silva Alonso	ADUR-RJ	F
23	Amanda Chaves Pinheiro	APESJF	F
24	Joacir Teixeira de Mello	APESJF	F

25	Simone da S. Ribeiro	APESJF	F
26	Aldo Eustáquio Assir Sobral	ADUFOP	F
27	Luiz Carlos Galetti	ADUnB	F
28	Vamberto Miranda Filho	ADUNEB	E
29	Ivan Costa Quaresma	ADUNEB	E
30	Ricardo Sampaio	ADUNEB	E
31	Eurelino Coelho Teixeira Neto	ADUFS-BA	E
32	Larissa Penelu	ADUFS-BA	E
33	Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva	ADUFS-BA	E
34	Raquel Dias Araújo	SINDUECE	E
35	Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior	ADUFU	F
36	Elídio Alexandre Borges Marques	ADUFRJ	F
37	Janete Luzia Leite	ADUFRJ	F
38	Luis Eduardo Acosta Acosta	ADUFRJ	F
39	Mauro Luis Iasi	ADUFRJ	F
40	Eunice Bomfim Rocha	ADUFRJ	F
41	Maria Luiza Domingues	SINDUTF-PR	F
42	Sidemar Presotto Nunes	SINDUTF-PR	F
43	Antônio Passos Lima Filho	ADUFAL	F
44	Henrique José Praxedes Cahet	ADUFAL	F
45	Margarida Maria Silva dos Santos	ADUFAL	F
46	Maria Aparecida Batista de Oliveira	ADUFAL	F
47	Thiago Leandro da Cruz Neto	ADUFAL	F
48	Fernando Antônio Mesquita de Medeiros	ADUFAL	F
49	Irailde Correia de Souza Oliveira	ADUFAL	F
50	Marcelo Antônio Neto	ADUFEPE	F
51	Rosa Maria Cortês	ADUFEPE	F
52	Rejane Dias	ADUFEPE	F
53	Carlos José Cartaxo	ADUFPB	F
54	José Pessoa Cruz	ADUFPB	F
55	Gilcelene de Brito Ribeiro	SINDCEFET-PI	F
56	Egmar Oliveira Souza Junior	SINDCEFET-PI	F
57	Emerson Campos	SINDUFAP	F
58	Raimundo Wanderley Correia3	SINDUNIFESSPA	F
59	Rigler Costa Aragão	SINDUNIFESSPA	F
60	Alessandra Ximenes Silvano	ADUEPB	E

RELAÇÃO DOS CONVIDADOS AO 33º CONGRESSO

Nº	NOME	ENTIDADE	SETOR
1	Roberto Camargos Malcher Kanitz	UEMG	E
2	Angela Michele Suave	UNITAU	
3	André Vasconcelos Ferreira	ADUFC-Sindicato	F
4	Franquiberto dos Santos Pessoa	ADUFC-Sindicato	F
5	Ivan Maia de Mello	ADUFC-Sindicato	F
6	Tiago Coutinho Parente	ADUFC-Sindicato	F
7	Evaristo Emigdio Colman Duarte	SINDIPROL/ADUEL	E
8	Valdir Anhucci	SINDIPROL/ADUEL	E

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire do campus do Bacanga da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís-MA, teve início a plenária de abertura do 33º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. Os trabalhos foram iniciados com uma saudação do cerimonial composto pela professora Marina Barbosa Pinto (ANDES-SN) e pelo professor Vilemar Gomes da Silva (APRUMA SSind), que recepcionaram os presentes falando dos desafios para os docentes e toda a classe trabalhadora no ano de 2014. O professor Vilemar chamou o Grupo Surpresa Tambor de Crioula para uma apresentação do folclore maranhense. Após a apresentação, a professora Marina agradeceu a presença do Grupo e passou a compor a mesa da plenária. Convidou os diretores do ANDES-SN - Marinalva Silva Oliveira (presidente), Márcio Antônio de Oliveira (secretário-geral), Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro) e Daniel da Silva Franco (2º vice-presidente da regional Nordeste 1) e o professor Antônio Gonçalves Filho (presidente da APRUMA Seção Sindical). Na sequência, foram chamados os representantes das entidades: Paulo Barrela, da CSP-Conlutas; Hertz Dias, do Quilombo Urbano, Santino, do Moquibom; Micael Carvalho, representante da ANEL; Geovane Castro, representante do DCE/UFMA; Marly Dias, representante da Frente Contra a Privatização da Saúde; Gibran Jordão, representante da Fasubra. Composta a mesa, a professora Marina passou a palavra à professora Marinalva, que fez uma saudação inicial a todos os congressistas e componentes da mesa e em seguida convidou o professor Luiz Henrique Schuch, encarregado de imprensa e divulgação do ANDES-SN, para fazer a apresentação das últimas peças da campanha de sindicalização. Em seguida, a professora Marinalva passou a palavra ao estudante Geovane Castro, que fez a sua saudação aos participantes do Congresso e registrou a crise vivida no Maranhão gerada principalmente pela falta de segurança no Estado. Também registrou a paralisação dos estudantes por melhorias na UFMA. Ao final, desejou a todos um bom evento. Na sequência, o professor Márcio saudou e agradeceu aos representantes das entidades presentes na plenária de abertura: Fenajufe, Sindicato dos Bancários do Maranhão, Federação dos Secretários e Secretárias do Maranhão, Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, SIMPROESSE/MA, CNTE, MST/MA, Unidade Classista Sinasefe – Monte Castelo, Comissão da Pastoral da Terra, Movimento em Lutas, Oposição Urbanitária, SBPC Regional, Movimento Mulheres em Luta, Grupo de Estudos e Pesquisa Histórica, Sociedade e Educação no Brasil, Instituto Caio Prado Júnior, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Oposição de Professores da Rede Básica de Ensino, Colégio Universitário – Colégio de Aplicação da UFMA, Movimento Nacional Quilombolo, Raça e Classe, Sinasefe/UFMA – Campus do Maracanã, Pronera/UFMA, PCB e PSTU/MA. A professora Marinalva agradeceu ao professor Érico Junqueira, do Departamento de Desenho Industrial da UFMA, que fez a arte do cartaz do 33º Congresso. Na sequência, passou a palavra à professora Marly, que, em nome da Frente em Defesa Contra a Privatização da Saúde, desejou um bom Congresso a todos. Em seguida, fez uso da palavra o representante do Moquibom, que falou da satisfação de representar os movimentos de negros do Maranhão no Congresso do ANDES-SN. Em seguida, a professora Marinalva convidou os professores José Carneiro, Ana Estevão e Rondon para o lançamento do nº 53 da Revista Universidade e Sociedade, que tem como tema “Dimensões da luta: vozes da rua e as reflexões da universidade”. A professora Marinalva passou a palavra ao Micael, representante da ANEL, para a sua saudação, que registrou em sua fala a importância da luta da classe trabalhadora em 2014. O representante do Quilombo Urbano, na sua saudação, registrou o extermínio de jovens negros no Brasil. O coordenador da Fasubra, Gibran Jordão, destacou a importância da unidade das entidades do setor da educação, dos trabalhadores e dos servidores públicos federais para enfrentar o projeto que o governo vem tentando impor às instituições de ensino superior brasileiras. O professor Márcio registrou as saudações enviadas pelas entidades aos participantes do 33º Congresso do ANDES-SN. O presidente da Apruma Seção Sindical, professor Antônio Gonçalves, fez a sua saudação aos congressistas e inicialmente ressaltou a importância da construção neste Congresso de uma pauta e plano de lutas, geral e dos setores,

que reflita o desejo da nossa base. Também relatou alguns dos problemas enfrentados pela comunidade acadêmica da UFMA e que o Maranhão é um Estado de resistência da população negra, indígena, de trabalhadores e trabalhadoras e vive uma realidade perversa, dominado por uma oligarquia há quase meio século, antecedida por outras oligarquias, mas tem um povo que resiste. Falou também do enfrentamento ao autoritarismo e a falta de democracia vivida na Universidade Federal do Maranhão. Ao final da sua fala, desejou um bom trabalho a todos. O professor Daniel falou do prazer da regional Nordeste I sediar o 33º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. Enfatizou a luta e a resistência do povo do Maranhão ao longo da história. Ao final, desejou a todos um bom Congresso. A professora Marinalva convidou o professor Márcio para a apresentação de uma síntese das atividades da Comissão da Verdade do ANDES-SN. O professor Márcio fez sua saudação e convidou os membros da Comissão presentes, Edson, Elídio, Ana Maria e Lisboa, para participarem da apresentação do documento com o seguinte teor: **50 anos do Golpe Militar de 1964**. Em 2013, no 32º Congresso do ANDES-SN ocorrido no Rio de Janeiro foi deliberada a criação da Comissão da Verdade do ANDES, a fim de investigar fatos ocorridos durante a ditadura militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 a 1985. Como desdobramento, no 58º CONAD, em Santa Maria, aprovou-se a proposta de funcionamento da Comissão da Verdade, definindo prazos, número de participantes, o papel das seções sindicais e das secretarias regionais. Refletir o significado da Comissão da Verdade equivale retomar aspectos inerentes ao Golpe Militar de 1964 – que, aliás, em 2014 está fazendo 50 anos de triste memória em nossa história –, o qual instituiu a ditadura empresarial-militar e autoritária que deixou marcas profundas no cotidiano da sociedade brasileira; o fato é que ela marcou um divisor de águas na história do Brasil e da América Latina. É o momento de recontar esta história, de revelar os atos arbitrários e assassinatos cometidos, vitimando milhares de cidadãos e cidadãs brasileiros, na vigência da infame ditadura empresarial-militar em nosso país. Ao lembrarmos o conjunto dos acontecimentos que levaram ao Golpe e as suas inflexões, percorremos as imagens vivas e repugnantes dos porões da ditadura e nos propomos a buscar a veracidade dos acontecimentos à luz de diversas fontes que estiveram ocultas à sociedade e ao movimento dos docentes universitários. Rever esse acontecimento é contribuir na escrita da história desde o período que o gerou – o Golpe Militar de 1964 – até o seu esgotamento em meio às ondas de protestos e fortes mobilizações sociais, cujos marcos mais relevantes ocorreram desde meados da década de 1970 até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Só assim será possível despertar a consciência crítica de diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, a Comissão da Verdade do ANDES-SN objetiva contribuir com o seu trabalho para que sejam revelados os acontecimentos cruciais que envolveram e decidiram o Golpe Militar de 1964, quando setores das classes dominantes do Brasil instauraram uma forma de governar através da ditadura, afirmada a partir de uma sólida aliança entre os empresários e os militares, que se manteve de 1964 até 1985, e cujo princípio era calar a classe trabalhadora e silenciar os opositores ao regime através de aparelhos ideológicos do Estado, como a Constituição outorgada de 1967 – que marcou o fim do Estado de direito e das instituições democráticas –, e, ao mesmo tempo, dissolveu o Congresso Nacional, suprimiu as liberdades individuais e criou um código de processo penal militar, o que permitiu ao Exército brasileiro e à Polícia Militar o direito de prender e encarcerar pessoas consideradas suspeitas, além de impossibilitar qualquer revisão judicial. Se não bastasse essa série de medidas arbitrárias, também foi instituída a Lei de Segurança Nacional através do Decreto-Lei 314/1967, e o aparato público garantiu a supremacia partidária governista através da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no esdrúxulo jogo político do bipartidarismo. Esses atos devem ser revistos e não devem ficar impunes, porque eles não afetaram só a vida da sociedade civil, mas também as universidades brasileiras, posto que essa ditadura descarada tentou calar a voz de estudantes, professores e funcionários; muitos tiveram seus direitos públicos caçados, alguns foram expurgados, outros punidos e muitos perderam a própria vida; no conjunto, deixaram marcas indeléveis que ainda persistem na vida de suas famílias, das quais algumas ainda lutam pelo direito de enterrar os seus mortos. Repensar esse conjunto de acontecimentos infames ocorridos há 50 anos é vasculhar os documentos dessa perversa ditadura para que possamos compreender as táticas do regime empresarial-militar em suas formas de perseguição política, de repressão, de métodos refinados de tortura, indo muitas vezes

à eliminação física, que se abateram sobre a organização sindical, os movimentos sociais, particularmente os seus militantes, sobre a classe de trabalhadores, sobre as universidades e as entidades culturais progressistas, sobre todos os democratas consequentes, que resistiram ao regime militar em diferentes organizações, como a Guerrilha do Araguaia. As classes dominantes na América do Sul tomaram por modelo a ditadura instaurada no Brasil e apoiaram os golpes militares e ditaduras cruéis na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, marcando o início de uma fase histórica de militarizações. Dessa forma, a década de 1970 foi marcada pelas ditaduras militares em quase toda a América Latina. A repressão subsequente e as perseguições políticas – inéditas em nossa história – provocaram um retrocesso de décadas na organização social e política e no progresso cultural e socioeconômico, cujos resultados se fazem sentir ainda na atualidade. Convém destacar daquele período as reações revolucionárias da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), criada em Cuba, que procurou congregar as ações dos guerrilheiros latino-americanos contra as arbitrariedades dos governos militares da América Latina. Esses governantes reagiram com mão de ferro e estabeleceram alianças para caçar, perseguir as cidadãs e os cidadãos que resistiam às arbitrariedades das ditaduras, como foi o caso da famigerada Operação CONDOR, de iniciativa do governo chileno. Essa operação, denominada Carcará no Brasil, foi uma aliança político-militar orquestrada pelos vários ditadores sul-americanos, capiteneados pela CIA dos E.U.A. – que, durante as décadas de 1970 e 1980, coordenou a repressão a opositores aos governos ditatoriais. Através dessa operação, diversas lideranças e militantes estudantis, docentes e clericais – ligados à Teologia da Libertação – foram simplesmente eliminados. Ao refletir os 50 anos do Golpe e pautados na Comissão da Verdade, o ANDES-SN denuncia, esclarece à sociedade sobre a verdade histórica e busca contribuir para recuperar as trajetórias dos protagonistas em suas resistências isoladas ou coletivas contra a ditadura empresarial-militar brasileira. O itinerário de recuperação dessa verdade histórica começa em rever arquivos da ditadura, que necessitamos remexer e encontrar as pistas sobre os possíveis locais dos vestígios daqueles que lutaram pelos seus direitos civis, sociais e humanos em nosso país. O trabalho nos arquivos das ditaduras já está ocorrendo, a partir de uma recuperação meticulosa e árdua no “Arquivo do Terror”, conjunto arquivístico documental secreto da ditadura Strossner, através de convênio assinado em 2007 entre a Suprema Corte do Paraguai e a organização Arquivo de Segurança Nacional. O acervo documental veio às claras em 1992, e já está digitalizado e disponível à consulta. Parte do acervo revela evidências da participação e colaboração dos ditadores via Operação Condor. Nela encontramos também informações preciosas sobre professores e estudantes brasileiros, que foram judicializados e retirados aleatoriamente de seus locais de trabalho e levados para serem punidos nos porões da ditadura ou sumariamente executados. Cinquenta anos depois, nossa primeira lembrança vai para todas e todos aqueles, especialmente os professores, estudantes e funcionários das universidades brasileiras, que arriscaram ou perderam a liberdade e, em muitos casos, a própria vida, na luta contra a ditadura empresarial-militar. Foi no caminho pavimentado por esses protagonistas da luta antiditadura que foram construídas as raízes do movimento sindical e popular, que contribuiu decisivamente para a derrubada da ditadura, inclusive o nosso sindicato nacional, formado a partir das bases, em 1981, como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, no combate à ditadura empresarial-militar e no resguardo aos direitos humanos e às liberdades. Os docentes que criaram a ANDES são exemplos de protagonismo na luta contra a opressão, denunciando as torturas que ocorriam nas universidades e o quanto os docentes, alunos e funcionários eram criminalizados injustamente pela LSN – Lei de Segurança Nacional –, em plena vigência da Constituição de 1967. Naquele momento, a ANDES não só denunciava as atrocidades da ditadura, como já sinalizava para a necessidade de esclarecimentos à verdade dos fatos e apuração das responsabilidades do Estado, até porque muitos docentes, alunos e funcionários foram vítimas dos alzoques daquele regime de exceção. Nas ações dos docentes estava o repúdio aos atos arbitrários dos governantes e as lutas de apoio aos docentes expurgados, das famílias depauperadas e de uma sociedade brasileira que enfrentava a ditadura em prol da democratização no país. Embora com atraso em relação a outros países sul-americanos, os movimentos sociais brasileiros se organizaram com vistas a estabelecer as responsabilidades sociais e políticas nesse período de triste memória de nossa história. Somente em 2012 foi

instalada a Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo é investigar violações por agentes do Estado de direitos humanos ocorridos no Brasil entre 1946 e 1988. Os interesses de classe que alicerçaram a ditadura empresarial-militar (1964-1985) em nosso país, lamentavelmente, ainda estão presentes e continuam a determinar a ação do aparelho repressivo do Estado brasileiro. Após 50 anos do Golpe, a lição que fica é a necessidade de somar esforços pelo esclarecimento da verdade dos acontecimentos históricos e apurar responsabilidades. Nesse sentido, o ANDES-SN se mantém firme, em pé, irredutível na luta pela justiça e dignidade humana, somando-se aos setores que lutam pela verdade histórica, por uma sociedade sem exploração nem opressão. Tal ação foi decidida no 32º Congresso do ANDES-SN, quando se deliberou que as seções sindicais realizem levantamento de seus professores, estudantes e técnico-administrativos, cassados, torturados, perseguidos e assassinados pela ditadura empresarial-militar, objetivando acompanhar o trabalho da Comissão da Verdade em conjunto com o movimento Tortura Nunca Mais, para exigir a punição dos agentes do Estado responsáveis. Esta deliberação foi retomada no 58º CONAD, quando foi constituída a Comissão da Verdade, bem como estabelecido o mês de agosto de 2013 para a realização de reunião com vistas à elaboração de Plano Trabalho e estimativa de custos a serem submetidos à diretoria do ANDES-SN. Desde então, a Comissão da Verdade realizou quatro reuniões, sendo duas com o GTHMD, Grupo de Trabalho História do Movimento Docente; fez contato constante com as seções sindicais solicitando informações sobre as ações de intervenção nas universidades. Da mesma forma, foram buscadas informações junto à Comissão Nacional da Verdade e junto à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Participou ainda de outras atividades, de seminários e visitas a arquivos visando detectar ações da ditadura contra os docentes, estudantes e técnico-administrativos. No Brasil, 50 anos após o Golpe, ainda persiste a violência estatal que criminaliza e justicializa os movimentos sindicais, os movimentos sociais, os pobres. A violência oficial do Estado conta com o apoio refinado da Grande Mídia, que inverte o sentido dos movimentos e das mobilizações auxiliando o Estado no ato de criminalização das mobilizações. Por isso, que estes 50 anos de Golpe Militar em nosso país sirvam de reflexão ao momento atual e, além de apurar e responsabilizar os responsáveis pelos atos de violência e de tortura decorrentes do Golpe de 1964, também sirvam de incentivo ao combate à violação dos direitos sociais, humanos e civis da classe trabalhadora na atualidade, que persiste sob o manto da democracia burguesa. Se há 33 anos o ANDES-SN tem lutado por direitos, dignidade e respeito, denunciado as arbitrariedades, torturas e massacres que violaram os direitos humanos e sociais desde a ditadura empresarial-militar, é preciso que permaneçamos firmes em nossos propósitos de lutar por uma sociedade justa, sem exploração nem opressão. Nesse sentido, cabe mencionar o atual momento da democracia burguesa e denunciar a política estatal intrinsecamente associada com o crescimento de intervenções militares nas áreas empobrecidas, o encarceramento em massa de jovens e negros, a deslegitimação das lutas sociais e até a sistemática violação dos direitos humanos e das legislações, tanto nacionais quanto internacionais, pelo próprio Estado brasileiro. Como desdobramentos da política estatal temos a Lei 12.850/13 - “Lei de Organização Criminosa” - sancionada pelo governo Dilma, que afirma: “Considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional. A pena prevista é de oito anos, podendo ser estendida.” A Lei é flagrantemente inconstitucional. Sua redação ignora direitos já conquistados na Constituição de 1988 e permite ao Estado interceptar ligações telefônicas, acessar sem autorização judicial aos dados de empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito, além de prever que policiais possam se infiltrar em atividade de investigação, invadindo a privacidade de militantes políticos e sindicais, professores, alunos e técnico-administrativos. Na verdade, a estratégia é criminalizar manifestantes brasileiros, por meio da Lei de Organização Criminosa, através de instrumentos legais, como a Lei Geral da Copa, e a utilização da Lei 7.170/1983 - Lei de Segurança Nacional - para processar manifestantes, reeditada de certa forma através do Decreto nº 8135, de 04/11/2013. O governo justifica esses mecanismos em função da Copa, do terrorismo e das mobilizações populares. Entendemos que esse processo de endurecimento penal e repressivo

fortalece a criminalização dos manifestantes e dos movimentos sociais na luta por direitos. Mas não resta dúvida que esse conjunto de iniciativas visa neutralizar as reivindicações da classe trabalhadora e populares. O ANDES-SN, por intermédio da sua Comissão da Verdade, quer contribuir para a elucidação da verdadeira história do Golpe de 64. Mas isso só será possível com o envolvimento das seções sindicais, das secretarias regionais e dos docentes nos seus locais de trabalho. Só assim poderemos fazer avançar a democracia e sermos vigilantes, para que esses fatos não se repitam nunca mais. Nesse sentido, a diretoria do ANDES-SN está encaminhando à consideração deste Congresso proposta de trabalho que inclui a revisão da Lei da Anistia e a responsabilização dos responsáveis pelo crime de lesa-humanidade, de forma articulada com outros sindicatos e movimentos sociais. Aos que já se foram, prometemos que iremos lutar por justiça. Aos que estão vivos buscando justiça e aos que não tendo vivido esses momentos, mas que estão presentes, chamamos à luta”. Em seguida, a professora Marinalva proferiu o seu discurso: “Companheiros e companheiras, com o tema *‘ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais’*, iniciamos o 33º Congresso do ANDES. Aqui, temos companheiros do Brasil inteiro, com a delegação de suas bases, que tem como central cumprir o papel de direção do Movimento Docente, acertando a estratégia e a tática para a luta de 2014, em uma conjuntura tão desafiadora. Esta não é a primeira vez que um evento nacional do Sindicato Nacional é realizado em São Luís (MA). A cidade que nos acolhe tem a sua história, sua cultura, seus contrastes e contradições, e lutas travadas por seu povo para se livrar dos tentáculos da oligarquia exploradora e opressora. Ato de genocídio contra a pobreza com verdadeiro desrespeito aos direitos humanos, como exemplo, o caso de Pedrinhas. A responsabilidade que temos como tarefa central é a defesa do projeto de educação pública; condições de trabalho, carreira e salário; intensificar a ação do ANDES-SN na categoria; enraizamento da CSP-CONLUTAS na construção da unidade classista. Neste Congresso, vamos apontar a direção para a luta. Isso exige acertar na estratégia para que resulte em um melhor posicionamento da classe, tanto em termos de garantias e conquista de direitos como em termos acumulação de forças (ampliar o poder da classe e enfraquecer o poder adversário). A conjuntura aponta para um ano de 2014 de muita luta para garantir o nosso projeto de educação, pública, gratuita e de qualidade, além de garantir os direitos dos trabalhadores que estão sendo atacados diuturnamente. O quadro que se desenha, considerando as persistentes ações governamentais a favor dos interesses do capital e contrárias aos da classe trabalhadora, é de muita dureza nos enfrentamentos que teremos pela frente. A mensagem do governo na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, encaminhadas pela presidente e pelo seu novo ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, vangloriando-se de economizar com as políticas sociais, é apenas um exemplo. Outro, é o discurso de posse do novo ministro da educação, Henrique Pain Fernandes, garantindo o esforço para aumentar os recursos empenhados para as instituições privadas por meio do FIES e do PROUNI. Diante de todos esses ataques, tem muita luta para enfrentar a intensificação da ação repressora do Estado às cobranças da pobreza e da miséria. Crescimento do conservadorismo e de preconceitos; criminalização da pobreza; tratamento do governo Dilma à repressão; projeto de lei antigreve; a flexibilização do trabalho, e a terceirização galopante e toda uma legislação que distancia o país de uma educação realmente pública e vinculada nos valores democráticos. É isso que teremos que enfrentar. O país enfrenta um processo político tratoral que compromete o futuro das próximas gerações. Para combater esses ataques, estaremos construindo o nosso Plano de Lutas para 2014, o qual, para alcançar significado e poder de mobilização, deve estar centrado na perspectiva do avanço histórico da classe. Isso significa que deveremos estar articulados e integrados no nosso campo de lutas com a CSP-Conlutas e com todos os movimentos que têm como objetivo chegar a um novo patamar de sociedade. Também é importante registrar que no 33º Congresso estaremos iniciando o processo de eleição da diretoria do ANDES-SN para o biênio 2014/2016. É hora de renovação e unidade entre os setores classistas que estão na base deste Sindicato. Democracia, autonomia e respeito à base confirmam-se como princípios fundamentais que têm garantido a nossa luta e a legitimidade do nosso Sindicato. Não podemos esquecer que os ataques ao nosso Sindicato mantêm-se principalmente pelas forças que se aliam ao governo, o que requer a unidade interna e a compreensão de que o nosso objetivo deve ser superar aqueles setores que querem minar e destruir o ANDES-SN. Diante desses desafios,

precisamos nos comprometer a trabalhar, lutar para que efetivamente nenhum direito seja retirado e que o nosso projeto de educação e de sociedade venha a florescer e que o nosso Sindicato permaneça classista e de luta. Para isso, a unidade é fundamental. Nesta unidade, que prevaleça o caminho dos que estão dispostos e empenhados na construção do projeto de sociedade na utopia, buscando torná-lo real. Com a disposição para o debate democrático, tendo como lema a defesa do ANDES-SN e a expansão da classe na luta pela hegemonia, estamos em São Luís-MA para cumprir o trajeto que nos faça crescer e juntar forças pelo nosso Sindicato. Declaro aberto o 33º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. Desejo a todos um bom Congresso”. Nada mais havendo a tratar, eu, Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-geral

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quinze horas e cinco minutos do dia dez de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís-Maranhão, teve início, após confirmação do quorum regimental, a plenária de instalação do 33º Congresso do ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos seguintes diretores do ANDES-SN: professora Marinalva Silva de Oliveira (presidente), professor Márcio Antônio de Oliveira (secretário geral), professor Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro) e professor Marcos Antônio da Silva Pedroso (2º vice-presidente da Regional Nordeste III). A presidente da mesa saudou os congressistas, apresentou a ordem dos trabalhos e informou que, até o início da plenária, o 33º Congresso registrava a participação, incluindo o credenciamento prévio, de 71 (setenta e uma) seções sindicais, 345 (trezentos e quarenta e cinco) delegados, 72 (setenta e dois) observadores, 7 (sete) convidados e 35 (trinta e cinco) diretores, num total de 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) participantes, além dos jornalistas das seções sindicais e do Andes-SN. Nesse instante, o professor Paulo Rizzo apresentou nominalmente os convidados do 33º Congresso do Andes-SN. Dando continuidade à plenária, a professora Marinalva colocou em discussão a proposta de cronograma e pauta do 33º Congresso do Andes-SN. Foi apresentado um destaque pelo professor Cunha e explicado à plenária pelo professor Paulo Rizzo. O destaque referia-se à alteração no tempo de discussão dos grupos dos temas 4 e 5: o grupo 4 passaria a ter 3 (três) horas de discussão e o grupo 5, 7 (sete) horas, em dois turnos. Alguns professores fizeram intervenção na plenária. A proposta de Cronograma do 33º Congresso do ANDES-SN, com o destaque, foi colocada em votação e aprovada, com três abstenções. Na sequência, a palavra foi passada ao secretário-geral para a leitura do Regimento do 33º Congresso do Andes-SN, que ressaltou que os destaques ao Regimento seriam discutidos após sua leitura. Procedeu-se então à leitura do Regimento, capítulo a capítulo, com seus incisos e parágrafos, para o registro dos destaques. O professor Ciro apresentou destaque de inclusão no art. 11, com a seguinte redação: Art. 11, inciso VII – **Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos grupos mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.** A mesa colocou em votação o destaque de inclusão apresentado pelo professor Ciro, que foi aprovado, com duas abstenções. Na continuidade, o professor Paulo apresentou o seu destaque no parágrafo 3º do artigo 15, onde propôs a inclusão das palavras “da totalidade”, pós a palavra metade, e a inclusão das palavras “participantes do grupo” no final do parágrafo. O professor Amaury se colocou contrário à propositura do professor Paulo. Posto em votação, houve um empate com 83 votos e 49 abstenção. O professor Roberto pediu recontagem de votos, e o professor Paulo Rizzo propôs a abertura de discussão. Posto em votação, ficou aprovado por contraste a defesa das propostas que, após negociação e compatibilização, foi colocada em votação pela mesa e foi aprovada, com dois votos contrários e seis abstenções, com a seguinte redação para o parágrafo 3º do artigo 15: **“As deliberações só serão tomadas com a presença de mais da metade dos delegados presentes”.** Dando continuidade aos destaques, o professor Ciro propôs excluir o parágrafo 1º do inciso III do artigo 21, além de transformar o parágrafo 3º em parágrafo 1º com a seguinte redação: **“A comissão Diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas de correntes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam à sistematização ou consolidação as oriundas dos grupos mistos”.** O professor Luís Mauro foi contrário ao destaque e o professor Audízio fez encaminhamento para colocar em votação. A mesa colocou em votação, e foi aprovado com ampla maioria o texto substitutivo apresentado pelo professor Ciro. Dando continuidade aos trabalhos, a mesa apresentou a possibilidade de prorrogação dos trabalhos por mais uma hora, que foi aprovada pela plenária com ampla maioria. Dando prosseguimento aos destaques, o professor Virgulino

apresentou o destaque de alteração de 30% para 10% no artigo 21, inciso II, que, posta em discussão e em votação, não foi aprovada. Dando continuidade, o professor Cunha apresentou a necessidade de haver uma adequação do Regimento ao cronograma no artigo 23 nos itens c e d. Colocado em votação, foi aprovado, com quatro abstenções, ficando aprovado a seguinte redação para o item c: **“do Tema 4: 3 (três) horas”**, e para o item d, **“do Tema 5: 7 (sete) horas, em dois turnos”**. Dando prosseguimento, o professor Audízio apresentou destaque no artigo 30, que foi rejeitado por ampla maioria. Dando continuidade, o professor Paulo apresentou proposta de inclusão de artigo no Capítulo VII, que teve encaminhamento contrário pelo professor Getúlio e, posta em votação, a proposta de inclusão de um novo artigo foi rejeitada por ampla maioria. Dando continuidade aos destaques, a professora Zuleyce apresentou um substituto de redação para o artigo 40, que, posto em votação, foi aprovado por ampla maioria, ficando o artigo 40 com a seguinte redação: **“Nos grupos mistos e nas plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 minuto”**. Em seguida, o Regimento como um todo foi submetido à votação, sendo aprovado, com uma abstenção. Na sequência, a mesa propôs à plenária a antecipação da plenária do tema I para as 17 (dezesete) horas. Posta em votação, foi aprovada, com duas abstenções. Em seguida, foi proposto remeter para a plenária do tema I os assuntos não discutidos na plenária de instalação. Posta em votação, a proposta foi aprovada. Dando continuidade, a mesa consultou a plenária sobre a inclusão de novos textos a serem apreciados pelo 33º Congresso. Foi apresentada uma proposta de inclusão pelo professor Márcio de TR da Comissão da Verdade intitulado **“NA LUTA POR MEMÓRIA E JUSTIÇA”**, no Tema 4 – Questões Organizativas e financeiras. Submetido à votação, a inclusão foi aprovada, com duas abstenções. Em seguida, a mesa apresentou a inclusão de um texto no Tema 1 Movimento Docente e Conjuntura intitulado **“GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: POLÍTICAS DESIGUAIS E COMBINADAS QUE PRECISAMOS IDENTIFICÁ-LAS PARA COMBATÊ-LAS”**, uma contribuição dos professores Catarina Malcher, Cláudia Alves Durans, Rosenverck Estrela Santos, Welbson Madeira, Suly Rose Pinheiro – sindicalizados da APRUMA Seção Sindical. Submetida à deliberação, a inclusão do texto foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, foi apresentado um texto do GTSSA da SEDUFMSM intitulado **“UNIVERSALIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE SAÚDE DOCENTE - ANDES-SN”**, que, colocado em votação, foi aprovado, com quatro abstenções. O professor Andrey, da ADUR-RJ, solicitou a inclusão do texto **“POR UM CONGRESSO DA RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGINAS E TRADICIONAIS DO MARAKÂNÀ”**. Submetida à deliberação, a inclusão do texto foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, o professor Bertúlio, da ADUFMAT, apresentou proposta de inclusão de dois textos intitulados: **“AVALIANDO O BRASIL APÓS 50 ANOS DA DITADURA MILITAR, CONJUNTURA E PERSPECTIVA DAS ESQUERDAS e AOS QUE NÃO DEVEM MORRER – APOIO AO POVO GUARANY KAYWÁ, TERRAS INDÍGENAS E DE NEGRO**. Textos para serem incluídos no Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores. Em seguida, foi pedido pelo professor Ciro que se procedesse à justificativa dos textos, o que foi prontamente feito pelo professor Bertúlio. A mesa colocou em votação, e a inclusão foi aprovada, com quatorze abstenções. Em seguida, foi apresentado um texto pelo professor Eduardo Serra justificando que o caso de que trata o texto é recente. O texto é um novo TR para o plano de luta. A mesa colocou em votação, e foi aprovado por unanimidade. Foi comunicado pelo secretário-geral que não havia pendência de credenciamento até aquele momento. Em seguida, foi informado que algumas seções sindicais não haviam realizado assembleia e que foi solicitado junto às secretarias regionais a sua realização, conforme é previsto no Estatuto do ANDES-SN. Foram eleitos, em assembleias convocadas pelas regionais – Nordeste II, quatro delegados; Nordeste III, oito delegados; Leste, um delegado; Planalto, um delegado. Após a discussão, a solicitação do ressarcimento completo das despesas dos delegados (passagem, diárias, e hospedagem) foi aprovado, com três votos contrários e cinco abstenções. Na sequência, a professora Marta, da ADUFPI, pediu a palavra para relatar um fato ocorrido nas suas bases após a eleição na seção sindical. Sobre o assunto, o professor Aléxis prestou alguns esclarecimentos. O professor Dileno pediu uma questão de ordem, que foi acatada pela mesa, passando o assunto a ser tratado internamente, após a plenária, entre alguns

diretores e os envolvidos no assunto. Após alguns informes e nada mais havendo a tratar, a plenária de instalação do 33º Congresso do ANDES-SN foi encerrada, e eu, Marcos Antônio da Silva Pedrosa, 2º secretário da mesa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente da mesa.

Marcos Antônio da Silva Pedrosa
2º Secretário

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

**CRONOGRAMA E PAUTA DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL PARA SER APRECIADA PELA PLENÁRIA DE
INSTALAÇÃO**

São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014

Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais.

10/2 (2ª feira)	11/2 (3ª feira)	12/2 (4ª feira)	13/2 (5ª feira)	14/2 (6ª feira)	15/2 (sábado)
<p>9h às 12h 14h às 20h Credenciamento</p> <p>10h às 12h Plenária de Abertura</p>	<p>9h às 12h Grupo Misto Tema 2</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema 2</p>	<p>9h às 13h Grupo Misto Tema 5</p>	<p>9h às 13h Grupo Misto Tema 6</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema 6</p>
<p>14h às 16h Plenária de Instalação</p>	<p>14h às 18h Grupo Misto Tema 3</p>	<p>14h às 17h Plenária do Tema 3</p>	<p>15h às 18h Grupo Misto Tema 5</p>	<p>15h às 18h Plenária do Tema 4</p>	<p>14h às 16h Plenária de Encerramento</p>
<p>18h às 21h Plenária do Tema 1</p>	<p>Livre</p>	<p>18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema 4</p>	<p>Livre</p>	<p>19h às 22h Plenária do Tema 5</p>	

Pauta

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura

Tema 2 – Centralidade da Luta

Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

REGIMENTO DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. O 33º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, reunir-se-á no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, na cidade de São Luís – MA, organizado pela APRUMA Seção Sindical.

Art. 2º. O CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“**Art.15.** São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16,

inciso III do Estatuto) indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND. e secretarias regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) no CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND. ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. A Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art.32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art.32, V), participam com direito a voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao CONGRESSO encerrar-se-á às 20h do dia 10 de fevereiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até início da plenária de instalação, que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do CONGRESSO:

I - As Comissões:

- a) Organizadora;
- b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As comissões organizadora e a diretora são criadas a partir da convocação do CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da APRUMA Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 9º. É de competência da comissão organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do CONGRESSO;
- II – organizar, junto com a comissão diretora, a plenária de abertura do CONGRESSO;
- III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 33º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL e pelos membros da comissão organizadora.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

- I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do CONGRESSO;
- II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao CONGRESSO;
- III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias do CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos grupos mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, todos(as) com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(as) observadores(as).

Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais da metade dos(as) delegados(as) presentes.

Art.16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art.18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora, o relatório de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora.

Art. 20. A consolidação dos relatórios dos grupos mistos será feita em conjunto pelos membros da comissão diretora para tal designados e os(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Parágrafo único. A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as).

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas de correntes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam à sistematização ou consolidação as oriundas dos grupos mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos temas do CONGRESSO.

Art. 22. O início das reuniões dos grupos mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos grupos mistos terão duração de:

a) do Tema 2: 3 (três) horas;

b) do Tema 3: 4 (quatro) horas;

c) do Tema 4: 3 (três) horas;

d) do Tema 5: 7 (sete) horas, em dois turnos;

e) do Tema 6: 4 (quatro) horas.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), e pelo presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da comissão organizadora e da diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do CONGRESSO serão dirigidas por uma mesa coordenadora composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão diretora indica entre seus membros os(as) componentes das mesas coordenadoras das plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do CONGRESSO ser indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório da plenária;

III - o Relatório deverá ser entregue à comissão organizadora, digitado e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - a ata deverá ser entregue à comissão organizadora, digitada e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As plenárias de abertura, de instalação e de encerramento terão, cada uma, 2 (duas) horas;

II - As plenárias dos temas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 terão, cada uma, 3 (três) horas.

§ 1º Cada plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 6º A duração da plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao CONGRESSO.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da plenária do CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (grupo misto e ou plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo misto ou da plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O grupo misto ou a plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do grupo misto ou da plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos grupos mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no plenário;

d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o § 3º do Art. 21.

Art. 36. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 33º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 14 de fevereiro de 2014, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 20 (vinte) horas do dia 14 de fevereiro de 2014.

§ 2º A critério da plenária podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 39. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 40. Nos grupos mistos e nas plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 minuto.

§ 1º As declarações de voto feitas nas plenárias só constarão da ata da sessão aquelas apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 18 de março de 2014 para divulgar o relatório final do CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 43. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

São Luís - MA, 10 de fevereiro de 2014

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 33º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís/MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam _____

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às dezoito horas e vinte minutos do dia dez de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no auditório central Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís do Maranhão, após confirmação do quorum regimental, teve início a plenária do Tema 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA, do 33º Congresso do ANDES-SN. A mesa coordenadora foi composta pelo professor Josevaldo Pessoa da Cunha, presidente; professor Joaquim da Silva Toledo, vice-presidente e Gicelma da Fonseca Chacarosqui, 1ª Secretária. Dando início aos trabalhos, o presidente da mesa informou a duração da plenária lembrando que a mesma poderia ser prorrogada por mais uma hora. O presidente comunicou aos presentes que foram apresentadas contribuições para o Tema I: Textos 1, 2, 3, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 77. O tempo de apresentação para cada texto seria de cinco minutos. Com relação à organização das inscrições, estas foram acolhidas por meio dos crachás, por ordem de chegada à mesa, formando grupos de cinco inscrições, com tempo limite de três minutos para cada intervenção – havendo mais inscrições, posteriormente, estas seriam avaliadas pela plenária para a abertura de novo bloco de cinco inscrições. Prosseguindo, passou-se aos textos conforme a ordem apresentada no Caderno. O **Texto 1 – Movimento docente e conjuntura**, da diretoria do ANDES-SN, foi apresentado pela professora Marinalva Silva Oliveira; **Texto 2 – O Sindicalismo depois do levante popular: a greve geral e a luta dos trabalhadores da educação** – contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ), Luciano Alonso (ADUR-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (ADCEFET-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ); **Texto 3 – As raízes das jornadas de junho** – contribuição da diretoria da ADUFPB/SSind. **Texto 27 – Toda força às ruas** – contribuição do professor Alexis Leite – sindicalizado da ADUFPI Seção Sindical; **Texto 28 – Alguns desafios e tarefas do movimento docente na conjuntura** – contribuição da Assembleia Geral da ADUFF-SSIND; **Texto 29 – Responder à crise capitalista com as reivindicações e os métodos da luta de classes** – contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.); **Texto 30 – Por uma constituinte soberana e democrática** – contribuição da diretoria da APUR Seção Sindical; **Texto 31 – 2014 – Politização das lutas como método de resistência: construindo uma unidade classista e anticapitalista** – contribuição da assembleia geral da ADUFRJ Sessão Sindical; **Texto 32 – Unidade na Campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Soberana** – contribuição dos professores Eudes Baima (SINDUECE); Fernando Cunha (ADUFPB SSind); Paulo Riela (ADUFS SSind); Joelma Albuquerque (ADUFAL SSind); David Romão (APUR SSind); Cláudio Félix (ADUSB SSind); Tiago Lavoura (ADUSC SSind); Celi Taffarel (APUB SSind); Cláudio Lira (APUB SSind); Érika Suruagy (ADUFRPE SSind); Humberto Clímaco (ADUFG SSind); **Texto 33 – Tudo isso acontecendo e eu aqui na praça dando milho aos pombos** – contribuição dos professores Aloízio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenno Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind.); Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.); **Texto 34 – As lutas da classe trabalhadora: avançar para a formação de um bloco proletário e popular** – contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind), Ricardo Lara (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC); **Texto 35 – Conjuntura e desafios do movimento docente, contribuição dos professores** – contribuição dos professores Abraão Felix da Penha (Aduneb SSind); Adilson Gonçalves Leite, Angela Michele Suave (Adunitau SSind); Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Rodrigo Dantas (Adunb

SSind); Antonio Neto, Elizandra Garcia da Silva (Adua SSind); Antonio Rodrigues Belon, Vitor Oliveira (Adleste SSind); Catarina Malcher, Cláudia Alves Durans, Rosenverck Estrela Santos, Welbson Madeira, Suly Rose Pinheiro (Apruma SSind); Daniel Solon (Adcesp SSind); Douglas Moraes Bezerra, Geraldo do Nascimento Carvalho (Adufpi SSind); Douglas Santos Alves (Aduffs SSind); Égil Fernando Sérgio Damasceno (Adufr SSind); Francisca Pereira dos Santos (Fanka)(Sesdufc); Francisco Augusto Silva Nobre, Zuleide Fernandes de Queiroz (Sindurca);Francisco Carlos Cardoso da Silva (Aduesb SSind); Gelta Terezinha Ramos Xavier, Lorene Figueiredo de Oliveira, Maracajaro Mansor, Marcela Soares Silva (Aduff SSind); Gilberto Marques, Socorro Aguiar (Adufpa SSind); Hajime Takeuchi Nozaki (Apesjf SSind); Hélio Cabral, Marcelo Barreto (Adufpe SSind); HÉlvio Alexandre Mariano (Adunicentro SSind); Jorge Henrique Santos Saldanha, Lana Bleicher (Apub SSind); José Vitório Zago (Adunicamp SSind); Marco Antônio Escher (Adufsj SSind); Maria do Socorro S. Ferreira (Aduneb SSind); Patricia Soares de Andrade (Sintifpi SSind); Raphael Góes Furtado (Adufes SSind); Raquel Dias Araujo (Sinducee SSind);Simone Contente, Wanderley Padilha (Adufopa SSind); **Texto 77 – Genocídio da População Negra e o mito da democracia racial: políticas desiguais e combinadas que precisamos identificá-las para combatê-las** – contribuição dos professores Catarina Malcher, Cláudia Alves Durans, Rosenverck Estrela Santos, Welbson Madeira, Suly Rose Pinheiro – sindicalizados da APRUMA Seção Sindical. Após a apresentação dos textos, o presidente da mesa colocou em votação a prorrogação da plenária por mais uma hora. Por um voto contrário e seis abstenções, a plenária foi prorrogada até as vinte e uma horas. Em seguida, foram recolhidos os crachás de 20 dos congressistas para que fosse estabelecida a ordem das inscrições e para que eles fizessem uso da palavra. O tempo estabelecido para cada intervenção foi de três minutos, e se inscreveram e fizeram uso da palavra vinte congressistas de diversas seções sindicais do ANDES-SN. Às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, o professor Josevaldo Pessoa da Cunha, presidente da mesa, agradeceu a todos e encerrou os trabalhos. Não havendo nada mais a tratar, eu, professora Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi, primeira secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Gicelma da Fonseca Chacarosqui
1ª Secretária

Josevaldo Pessoa da Cunha
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA DO 33º CONGRESSO DO ANDES – SINDICATO NACIONAL

Às dez horas e um minuto do dia onze de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís-Maranhão, teve início, após confirmação do quorum regimental, a plenária do Tema 2 – Centralidade da Luta do 33º Congresso do ANDES-SN. A mesa coordenadora foi composta pela professora Cintia Xavier, como presidente; professor Benedito Gomes Santos Filho, como vice-presidente, professor José Queiroz Carneiro, como 1º secretário e o professor Mauricio Alves da Silva, como 2º secretário. Dando início aos trabalhos, a presidente da mesa saudou a plenária e fez a apresentação dos membros da mesa. Em seguida, a professora Cintia fez a proposta de encaminhamento da mesa: em primeiro lugar, disse que as deliberações seriam tomadas por maioria simples dos delegados presentes. Comunicou, em seguida, que só entrariam em debates as propostas aprovadas nos grupos mistos e as minoritárias com mais de trinta por cento dos votos. Apresentou ainda o procedimento para as discussões e votações de cada proposta: fase de discussão – quando surgirem assuntos cuja complexidade exija entrar em fase de discussões, a mesa colhe as inscrições em blocos de cinco, somente admitindo outro bloco de cinco por deliberação do plenário. A palavra seria concedida pela ordem de inscrições com o tempo limite de três minutos (a mesa avisaria ao inscrito quando restasse um minuto). Na fase de encaminhamentos de votação, seria permitido voto a favor e outro contra, com tempo de três minutos, alternadamente, com prévio conhecimento dos inscritos. Não havendo encaminhamento contrário, não haveria encaminhamento a favor. Os itens que não fossem destacados pelos grupos seriam remetidos para aprovação em bloco ao final. A votação seria feita da seguinte forma: como não houve proposta de rejeição do TR e em dois grupos apareceu a aprovação da proposta sem modificação, a primeira votação seria para aprovar o TR na forma original, isto é, sem modificação ou modificação da proposta, e passar-se-ia à apreciação das propostas de alteração. Quando houver necessidade de declaração de votos, o tempo será de um minuto. Este procedimento foi acatado pela plenária. Deste modo, a professora Cintia fez uma apresentação geral dos TRs a serem tratados – TR4, TR 5 e TR 36. Em seguida, a professora Cintia fez a proposta de iniciar os trabalhos apreciando o TR 5, justificando que para esse havia proposta de rejeição em nove grupos e um grupo remeteu para a plenária. A proposta foi aceita pelo plenário. Passou-se então à apreciação do **TR5** – 1) *que a ação direta é o principal meio de transformação social e que a construção de uma greve geral é principal tarefa histórica do momento para expressar o protesto dos trabalhadores, sendo todos os esforços do ANDES-SN dirigidos para sua construção em 2014.* Situação nos grupos: Grupo 1 – Rejeitado (17F, 1C, 1A); Grupo 2 – Rejeitado (16F, 0C, 3A); Grupo 3 – Rejeição (22F, 0C, 0A); Grupo 4 – Rejeitado (16F, 2C, 1A); Grupo 5 – Rejeitado (19F, 1C, 2A); Grupo 6 – Rejeitado (14F, 1C, 1A); Grupo 7 – Remetido para plenária; Grupo 8 – Rejeitado (16F, 1C, 3A); Grupo 9 – Rejeitado (18F, 3C, 0A); Grupo 10 – Rejeitado (16F, 3C, 1A). Após um conjunto de intervenções, foi colocado em votação, sendo que esse TR 5 foi rejeitado por ampla maioria do plenário. Em seguida, passou-se à apreciação do TR 4 junto com o TR36. **TR4** - *Defesa do Projeto de Educação pública, condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores.* Situação nos grupos: Grupo 1 – Aprovado com modificações (20F, 0C, 1A); Grupo 2 – Rejeitado (14F, 4C, 1A); Grupo 3 – Aprovado com modificação (22F, 0C, 0A); Grupo 4 – Aprovado com modificação (16F, 2C, 1A); Grupo 5 – Aprovado com modificações (19F, 1C, 2A); Grupo 6 – Aprovado sem modificações (14F, 1C, 1A); Grupo 7 – Remetido para plenária; Grupo 8 – Aprovado com modificações; Grupo 9 – Aprovado com modificações (18F, 3C, 0A); Grupo 10 – Aprovado com modificações (16F, 3C, 1A); Grupo 1 - redação aprovada: defesa dos projetos de educação pública, gratuita e estatal e de carreira do ANDES-SN, de condições de trabalho e de salário, intensificando a ação sindical na categoria; o enraizamento da CSP-CONLUTAS, buscando a construção da unidade classista e anticapitalista dos movimentos sindical e popular e a solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores;

o Grupo 2 apresentou texto substitutivo – aprovado (16F, 0C, 2A), com a seguinte redação: Defesa intransigente do Projeto de Educação pública-estatal, gratuita e de qualidade em todos os níveis, com garantia do financiamento público (10% do Pib) para valorização do trabalho docente (salário e carreira) e das condições de trabalho (infraestrutura). Enraizamento da ação do ANDES-SN no cotidiano da categoria, fortalecimento da CSP-CONLUTAS e construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores, desenvolvendo ações de mobilização em conjunto com outras entidades sindicais e populares. O Grupo 3 – aprovou a seguinte redação: Defesa da educação pública e gratuita e da desmercantilização da educação, de condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria e a atuação da CSP-Conlutas na construção da unidade classista e anticapitalista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos internacionais dos trabalhadores. O Grupo 4 – aprovou o seguinte substitutivo: Defesa da Educação pública, gratuita e estatal e da desmercantilização da educação, de condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do Andes-SN na categoria e a atuação da CSP-Conlutas na construção da unidade classista e anticapitalista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos internacionais dos trabalhadores. O Grupo 5 aprovou a seguinte redação: Defesa do Projeto de Educação pública, gratuita e da desmercantilização da educação, condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria e enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista e anticapitalista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores. O Grupo 8 aprovou o seguinte texto substitutivo: Defesa intransigente do Projeto de Educação pública, gratuita, com verbas públicas exclusivamente para a educação pública e condições de trabalho, carreira e salários que valorizem os docentes. Intensificação da ação do ANDES-SN na categoria, enraizamento da CSP-CONLUTAS na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores. O Grupo 9 aprovou a seguinte redação: Defesa do Projeto de Educação Pública e da desmercantilização da Educação, de condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do ANDES-SN e a atuação da CSP-CONLUTAS na construção da unidade classista e anticapitalista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores. O Grupo 9 enviou uma proposta minoritária – Aprovada com 30% dos votos com a seguinte redação: Defesa do Projeto de Educação do ANDES-SN, com verba pública para a Educação pública, condições de Trabalho, Carreira e salários dignos, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria e na CSP-CONLUTAS e na perspectiva da construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular, rumo à greve geral. O Grupo 10 aprovou a seguinte redação: Defesa do projeto de Educação pública e gratuita em todos os níveis e sua desmercantilização, tendo como referência o projeto do ANDES-SN, condições de trabalho, carreira e salário condizente com a formação e relevância social do trabalho docente, ampliando e intensificando a ação do ANDES-SN na categoria. Fortalecimento da CSP-Conlutas na construção da unidade classista e anticapitalista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores. O Grupo 10 – proposta minoritária – 30% de votos: Inclusão de: rumo à greve geral. **TR 36** – *Defesa intransigente do Projeto de Educação pública, gratuita e condições de trabalho, carreira e salários que valorizem os docentes. Enraizamento da ação do ANDES-SN no cotidiano da categoria, fortalecimento da CSP-CONLUTAS e construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores.* Situação nos grupos: Grupo 1 – rejeitado (18F - o grupo compreendeu que o TR estava superado pela aprovação do TR4 com modificações - 01 abstenção); Grupo 2 – Aprovado sem prejuízo de modificações (14F, 4C, 1A); Grupo 3 – Rejeitado (19F, 3C, 0A); Grupo 4 – Aprovado com modificação (16F, 2C, 1A); Grupo 5 – Aprovado o texto base TR 4; Grupo 6 – Rejeitado (11F, 4C, 1A); Grupo 7 – Remetido para plenária; Grupo 8 – Aprovado com modificações; Grupo 9 – Rejeitado (15F, 6C, 0A); Grupo 10 – Sem informação. A presidente da mesa fez uma proposta de consolidação das propostas apresentada para os TR3 e TR36 com a seguinte redação: Defesa intransigente (g2, g8) dos (g1) Projetos (g1) ~~Projeto~~ (g4) de Educação Pública, Gratuita (g1, g2, g3, g.4, g.5, g10) e Estatal (g1, g2, g.4) e de qualidade em todos os níveis com garantia do financiamento público (10% do PIB)(g2) com verbas públicas

exclusivamente para a educação pública (g8, g9) e da desmercantilização da Educação (g3,g4,g5,g9,10) tendo como referência o projeto do ANDES-SN na categoria (g10) para valorização do trabalho docente (g2) condições de trabalho (infraestrutura) (g2), carreira do ANDES-SN (g1) e salário, que valorizem os docentes (g8)intensificando (g2, g8, g10) a ação do ANDES-SN (g1) sindical (g1) no cotidiano (g2) na categoria, (g9) a atuação (g3) (g5) enraizamento (g3, g4, g9, g10) fortalecimento (g2) da CSP-CONLUTAS, buscando a (g1) na construção da unidade classista e anticapitalista (g1, g3, g4, g5, g9, g10) dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos (g3) movimentos (g3) internacional is (g3, g4) dos trabalhadores desenvolvendo ações de mobilização conjunto com outras entidades sindicais e populares. (g2) rumo à greve geral (g9, g10). Após debates, foi aprovada a seguinte redação: **Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e da desmercantilização da educação, com carreira e salário que valorizem os docentes, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, o enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos nacional e internacional dos trabalhadores.** Nada mais havendo a tratar, a presidente da mesa agradeceu a participação de todos e declarou encerrados os trabalhos, e eu, Mauricio Alves da Silva, 2º secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Mauricio Alves da Silva
2º Secretário

Cintina Xavier
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 3
POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.
33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís-MA, confirmado o quorum regimental, foi instalada a mesa coordenadora dos trabalhos da plenária do TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES do 33º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, composta pelos professores Luis Henrique Schuch, presidente; Sonia Lucio Lima, vice-presidente; Cenira Andrade de Oliveira, 1ª secretária; e Maria Suely Soares, 2ª secretária. O presidente iniciou a plenária do Tema 3 informando os Textos Resolução (TR) a serem apreciados, na ordem de apresentação, de acordo com a orientação feita para discussão nos grupos: **TR 6 – Política Educacional – diretoria do ANDES-SN**; **TR 7 – Reorientar a política sindical para uma linha classista e combativa – contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)**; **TR 39 – Combater a política educacional do governo – contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)**; **TR 40 – Lutar pela autonomia universitária – contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)**; **TR 44 – Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES): sigla nova no vocabulário sindical docente e a redivisão do orçamento das universidades públicas como processo de consolidação da política de assistencialismo do Estado capitalista brasileiro – contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical**; **TR 45 – Condições de trabalho docente e as políticas de precarização das universidades: a crise dos colégios de aplicação – contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical**; **TR 46 – Por um debate acerca das políticas para o ensino médio, em especial, sobre as propostas para sua reformulação – contribuição da Assembleia Geral da ADCEFET-RJ Seção Sindical**; **TR 47 – O ANDES-SN e a Universidade Popular – contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind)**; **TR 37 – Política para os docentes ativos e aposentados das IFES – contribuição da diretoria da ADUFEPE Seção Sindical**; **TR 38 – Política de saúde e auxílio saúde suplementar – contribuição da diretoria da ADUFEPE Seção Sindical**; **TR 42 – O combate à violência moral nas IES**; **TR 48 – As centrais sindicais e o ANDES-SN – contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND**; **TR 43 – Contra o pagamento de verba publicitária ou de qualquer espécie para veículos de comunicação que não sejam comunitários – contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG**; **TR 80 - Avaliando o Brasil após 50 anos da ditadura militar, conjuntura e a perspectiva das esquerdas – contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG**; **TR 81 – Aos que não devem morrer – apoio ao povo guarany kaywá, terras indígenas e de negro – contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG.** Dando prosseguimento, o presidente da mesa explicou e submeteu à plenária a metodologia de trabalho para a apreciação da pauta, a sequência dos itens a serem discutidos e a metodologia de debate, com blocos de cinco inscrições, o que foi aprovado pela plenária. Passou-se à apreciação do **TR 6 – POLÍTICA EDUCACIONAL – diretoria do ANDES-SN.** O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN fortaleça a articulação no campo dos movimentos populares classistas objetivando a construção de uma agenda, reafirmando o PNE da Sociedade Brasileira como proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, com elementos para contribuir na direção de uma política de Estado efetiva para a educação pública. Em relação à situação nos grupos, o TR foi aprovado integralmente no grupo 6 e, com modificações, nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10. As modificações aprovadas foram: **a)** de supressão, nos grupos 1, 2, 3, 4, 8, 10:

“por meio das ~~secretarias regionais~~ intensifique ”.....; **b)** de substituição, nos grupos 5, 7, 8: a expressão “fortaleça a articulação no campo dos movimentos populares classistas” por “fortaleça a ação na categoria e a articulação por meio de suas seções sindicais e das secretarias regionais e intensifique...”; **c)** no grupo 7: após “fortaleça”, “a ação na categoria e intensifique a articulação dos movimentos...”; **d)** nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10, após “movimentos”, a expressão “classistas”, e após populares, a expressão “e sindicais”; **e)** nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 10 de inclusão, após “agenda”, da expressão “de lutas e ações que evidencie 2014 como o ano da educação”; **f)** no grupo 5, após “construção de uma”, a expressão “agenda de encontro preparatórios no primeiro semestre de 2014 para o encontro nacional de educação.”; **g)** no grupo 9, a exclusão da expressão “objetivando a construção de uma agenda”; **h)** nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10, a inclusão, após “reafirmando”, da expressão “os princípios e estabelecendo diretrizes e metas do PNE”; no grupo 1, a substituição da palavra “alternativa” por “contrária”; nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, a substituição de “pelo governo” por “pelos governos”, seguida de ponto final, com exclusão da expressão ~~“com elementos para contribuir na direção de uma política de Estado efetiva para a educação pública”~~. Após a leitura das propostas feitas nos grupos, a mesa apresentou a seguinte proposta de consolidação: “O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN, por meio das suas seções sindicais e secretarias regionais, fortaleça a ação na categoria e intensifique a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais objetivando a construção de uma agenda de lutas e ações que evidencie 2014 como o ano da educação, reafirmando os princípios e estabelecendo diretrizes e metas do PNE da Sociedade Brasileira como proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelos governos.” A consolidação apresentada, por se basear em modificações de maior número de grupos, não atendeu ao grupo 5 em relação à supressão da expressão “secretarias regionais”, e à inclusão de “agenda de encontros preparatórios no primeiro semestre de 2014 para o encontro nacional de educação”; e, em relação ao grupo 9, que propõe, depois de “populares”, acrescentar: “a difusão dos princípios e diretrizes do PNE da Sociedade Brasileira”. Alguns delegados incluíram algumas alterações feitas nos grupos e que acabaram não sendo registradas no relatório: o grupo 5 propôs a substituição da palavra “alternativa” pela palavra “contrária”. A redação do grupo 9, que não havia sido registrada no relatório, com o seguinte texto: “com elementos para contribuir na direção de uma política de Estado efetiva para a educação pública”. A aprovação do texto sem prejuízo de modificações foi feita na plenária por ampla maioria. Em seguida, aprovou-se a consolidação proposta pela mesa, com as possibilidades de alterações, como citado. Para tanto, foi feita uma sequência de votações, sendo a primeira em relação à modificação do grupo 5, incluindo-se a expressão “agenda de encontros preparatórios no primeiro semestre de 2014 para o encontro nacional de educação”. A segunda votação definiu a manutenção da expressão, ao final do texto, “como proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelos governos”. Na terceira votação, definiu-se a troca da palavra “alternativa” pela palavra “contrária”, por ampla maioria. Na quarta votação, aprovou-se a retirada da expressão “e secretarias regionais”. De acordo com a quinta votação, venceu a expressão “reafirmando os princípios e estabelecendo diretrizes e metas do PNE”, contra a expressão “difusão dos princípios e diretrizes do PNE”. Na sexta votação, a proposta do grupo 9 “de um movimento visando à atualização desse instrumento” foi aprovada por ampla maioria. Ao final, foi votada a redação consolidada com as alterações feitas, a qual foi aprovada, com uma abstenção, prevalecendo a seguinte redação: **TR 6 - O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN, por meio das suas seções sindicais, fortaleça a ação na categoria e intensifique a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais, objetivando a construção de uma agenda de lutas e ações que evidencie 2014 como o ano da educação, com encontros preparatórios no primeiro semestre de 2014 para o Encontro Nacional de Educação, reafirmando os princípios e estabelecendo diretrizes e metas do PNE da Sociedade Brasileira, visando à atualização desse instrumento de luta como proposta contrária à que vem sendo empreendida pelos governos.** Na sequência, passou-se a tratar do **TR 7 – REORIENTAR A POLÍTICA SINDICAL PARA UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA – contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ).** **1. Lutas Sociais e Direitos dos Trabalhadores:**

Conjugar as reivindicações econômicas da categoria com reivindicações coletivas e de direitos sociais (saúde, educação, transporte e reivindicações salariais gerais), para demarcar o conteúdo classista e não corporativista. **2. Política de Gênero, Etnia e Classe:** Tomar como foco a luta contra a terceirização como forma de discriminação de gênero e racial no local de trabalho e a luta contra a violência sexual e assédio moral dentro das IFES. **3. Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana:** Apoiar através das seções sindicais as lutas indígenas e camponesas e socioambientais. Participar da luta contra a Copa e os megaeventos e seus efeitos sobre a questão urbana (transporte, remoções etc.) e intensificar a luta pela defesa dos direitos animais. **4. Política Educacional:** Promover a unidade na luta dos trabalhadores da educação de todas as redes de ensino como o principal fator para a defesa da educação pública, priorizando a luta contra as políticas meritocráticas e produtivistas que levam a doenças do trabalho e perda de autonomia pedagógica. **5. Política de Comunicação:** A principal característica da luta ideológica é a criminalização das lutas populares e a tentativa de construir a imagem de que o Brasil está vivendo uma situação de desenvolvimento. Por isso, a política de comunicação deve desconstruir o discurso hegemônico, defendendo incondicionalmente as formas de luta surgidas no levante popular e combatendo a criminalização e denunciando as perseguições políticas. A situação nos grupos foi: rejeitado - grupo 7 (14/7/6); aprovado com modificações - grupos 2 (11/5/7) e 5 (19/2/5); remetido para o tema 5 - grupos 3 (16/0/4) e 4 (unanimidade); discussão do TR item por item - grupos 6, 8, 9, 10. Em seguida, o professor Dileo propôs que se votasse inicialmente a remessa da discussão para o tema 6, o que foi acatado pela mesa. Aprovou-se manter o debate do TR 7 nesse tema, por ampla maioria. Em seguida, o presidente propôs a deliberação da proposta de rejeição do TR como um todo. O professor Jacob propôs duas defesas a favor e duas contra, ao que a mesa ponderou que seria mais adequado se abrir cinco falas, durante as quais poder-se-ia esclarecer a plenária para a votação. Na discussão, defendeu-se o TR e a ideia de se discutir o TR item a item, argumentando-se que há construções importantes no TR. O TR foi aprovado sem prejuízo de modificações, por ampla maioria, com uma abstenção. Em seguida, o presidente da mesa conduziu os trabalhos item a item, de forma a aceitar, sem prejuízo de modificação, ou rejeitar cada um deles, discutindo-se em seguida as modificações propostas pelos grupos. Em relação ao item 1. Conjugar as reivindicações econômicas da categoria com reivindicações coletivas e de direitos sociais (saúde, educação, transporte e reivindicações salariais gerais), para demarcar o conteúdo classista e não corporativista. O item foi rejeitado nos grupos 6 (18/1/4), 8 (13/5/5) e 9 (14/8/2); vai como proposta minoritária; houve empate entre manutenção e rejeição no grupo 10 (14/14/2). A mesa abriu um bloco de 5 inscrições, que se dividiram entre posições favoráveis e contrárias ao conteúdo do item. Submeteu-se a novo bloco de 5 inscrições, rejeitado pela plenária. Na votação, o item foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. Em relação ao item 2. **Política de Gênero, Etnia e Classe:** Tomar como foco a luta contra a terceirização como forma de discriminação de gênero e racial no local trabalho e a luta contra a violência sexual e assédio moral dentro das IFES. Rejeição - grupos 6 (21/1/1), 8 (19/0/5), minoritária do grupo 10; aprovação - grupo 10 (13/12/1). Nesse caso, a mesa ponderou por se deliberar após uma manifestação contrária e outra favorável ao item. Ao final, o item foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. Houve declaração de voto da professora Claudia Durans, a qual não entregou o texto por escrito na mesa. Em relação ao item 3. **Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana:** Apoiar através das seções sindicais as lutas indígenas e camponesas e socioambientais. Participar da luta contra a Copa e os megaeventos e seus efeitos sobre a questão urbana (transporte, remoções etc.) e intensificar a luta pela defesa dos direitos animais. A situação apresentada nos grupos foi: rejeição – grupo 8 (21/0/3) e 10 (15/11/4); remessa para o Plano de Lutas – grupo 6 (25/3/1). Aprovação – proposta minoritária no grupo 10. A mesa encaminhou para uma defesa e uma manifestação contrária, o que foi feito. O TR foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. O item 4. **Política Educacional:** Promover a unidade na luta dos trabalhadores da educação de todas as redes de ensino como o principal fator para a defesa da educação pública, priorizando a luta contra as políticas meritocráticas e produtivistas, que levam a doenças do trabalho e perda de autonomia pedagógica; foi aprovado – grupos 9 (17/0/3) e 10 (17/8/7); aprovado com modificações – grupo 8 (23/0/2); remetido para o Plano de Lutas – grupo 6 (25/3/1). A

modificação proposta pelo grupo 8 foi de substituição da expressão “o principal fator” por “um dos principais fatores” (23/0/2). Após discussão, o item foi aprovado com a modificação do grupo 8, com ampla maioria e muitas abstenções, prevalecendo a seguinte redação: Promover a unidade na luta dos trabalhadores da educação de todas as redes de ensino como um dos principais fatores para a defesa da educação pública, priorizando a luta contra as políticas meritocráticas e produtivistas que levam a doenças do trabalho e perda de autonomia pedagógica. Em relação ao **5. Política de Comunicação**: A principal característica da luta ideológica é a criminalização das lutas populares e a tentativa de construir a imagem de que o Brasil está vivendo uma situação de desenvolvimento. Por isso, a política de comunicação deve desconstruir o discurso hegemônico, defendendo incondicionalmente as formas de luta surgidas no levante popular e combatendo a criminalização e denunciando as perseguições políticas. Rejeição – grupo 8 (24/0/1), e minoritária no grupo 10; aprovado – grupo 10 (16/13/2); remetido para o Plano de Lutas – grupo 6 (25/3/1). Este item foi rejeitado por ampla maioria pela plenária. Na sequência, houve um pedido de esclarecimento sobre a possibilidade de rejeitar o item 4 e foi apresentado um recurso de votação, o qual foi aprovado por ampla maioria. Em seguida, votou-se por manter o item sem prejuízo de modificação ou rejeitá-lo. O item foi finalmente rejeitado, por ampla maioria, com algumas abstenções. Passou-se, em seguida, à apreciação do **TR 39 - COMBATER A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO** – *contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)*. O 33º Congresso do ANDES delibera por: **1.** Defender o financiamento público integral das universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Pelo fim imediato dos subsídios e financiamentos; que todas as dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos os estudantes do ProUni e do FIES sejam incorporados ao sistema público de ensino, via expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino. **2.** Rejeitar o Ensino a distância por levar à destruição do ensino como processo social e favorecer a mercantilização e desnacionalização. Pela revogação de toda legislação que implanta o EaD e expropriação das empresas que o exploram. **3.** Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro. O presidente da mesa apresentou a situação nos grupos, com rejeição nos grupos 1 (20/0/6), 2 (25/0/1), 3 (18/1/1), 4 (18/9/3) minoritária manutenção, 5 (24/1/3); grupos 6 (19/2/2), 7 (22/2/4), 8 – rejeição (17/12/1) minoritária manutenção, 9 (15/3/6), 10 (21/0/8); manutenção por proposta minoritária – grupos 4 e 8. Após a deliberação da plenária, o TR foi rejeitado com alguns votos favoráveis e algumas abstenções. Em relação ao **TR 40 - LUTAR PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA** – *contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)*. O 33º Congresso do ANDES delibera por: **1.** Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Coloca-se pela destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis. **2.** Rechaçar todos os programas de avaliação externa, por serem antiautonomistas. Intensificar a campanha pelo boicote ao Enade. A avaliação deve ser feita pelos que estudam e trabalham, como parte da luta pela destruição da burocracia universitária. A situação nos grupos foi: rejeição - grupos 1 (unanimidade), 2 (unanimidade), 3 (22/1/2), 4 (20/6/3), 5 (28/1/1), 6 (16/2/3), 7 (22/2/3), 8 (25/0/4), 9 (23/0/1), 10 (22/6/4). Na votação pela plenária, o TR foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. A plenária passou a tratar do **TR 44 – INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (ICES): sigla nova no vocabulário sindical docente e a redivisão do orçamento das universidades públicas como processo de consolidação da política de assistencialismo do Estado capitalista brasileiro** – *contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical*. O 33º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera: O ANDES-SN deverá monitorar a distribuição das verbas públicas destinadas ao financiamento das universidades públicas e denunciar à sociedade a constatação de qualquer diminuição dos seus orçamentos que seja consequência do efeito da instituição das universidades comunitárias. A situação relatada nos grupos foi de rejeição - grupos 1 (21/4/2), 3 (25/0/1), 4 (24/0/1), 6

(19/4/2), 7 (21/0/2), 10 (19/4/6); aprovação com modificações - grupos 2 (12/3/6), 5 (28/0/1), 8 (18/3/4), 9 (25/0/1). A modificação proposta pelos grupos 2 (13/1/9) e 9 (25/0/1) foi “Que o ANDES-SN se posicione contrariamente à distribuição das verbas públicas às universidades comunitárias, em especial, na forma proposta pela Lei 12.881, de 12 de dezembro de 2013, e denuncie à sociedade os efeitos de contenção de verbas públicas às universidades públicas.”. A modificação proposta pelo grupo 5 (28/0/3) “Que o ANDES-SN se posicione contrariamente á distribuição de verbas publicas às universidades privadas, inclusive as comunitárias, em especial na forma proposta pela Lei 12.881, de 12 de dezembro de 2013, e denuncie à sociedade os efeitos de contenção de verbas públicas às universidades públicas”. A modificação do grupo 8 (18/3/4) foi “O ANDES-SN deverá monitorar a distribuição das verbas públicas destinadas ao financiamento das universidades públicas e denunciar à sociedade a constatação de qualquer diminuição dos seus orçamentos que seja consequência do efeito da instituição das universidades comunitárias. Em tempo, Lighia lembrou que o grupo 9 colocou substitutivos 1 e 2. Texto 1: O 33º Congresso do ANDES-SN delibera contrariamente à distribuição de verbas públicas às universidades comunitárias, em especial na forma proposta pela Lei 12.881, de 12 de novembro de 2013, e denuncie à sociedade os efeitos de contenção de verbas públicas às universidades públicas (25/0/1); Texto 2: O ANDES-SN deverá monitorar a distribuição das verbas públicas destinadas ao financiamento das universidades públicas federais, estaduais e municipais e denunciar à sociedade, a constatação de qualquer diminuição dos seus orçamentos (4/0/16). Passou-se a avaliar o texto que não constava do relatório consolidado. Caetano também apresentou retificação de modificação proposta no grupo 8: Que o ANDES se posicione contrariamente à distribuição das verbas públicas às universidades comunitárias, em especial na forma prevista na Lei 12.881, de 12 de dezembro de 2013, e denuncie à sociedade os efeitos de contenção de verbas públicas às universidades públicas (18/3/4). Colocado em votação na plenária, o TR 44 foi rejeitado por ampla maioria. Passou-se à análise do **TR 45 – CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E AS POLÍTICAS DE PRECARIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES: A CRISE DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO – contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical**. O 33º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera: **1.** Que o ANDES-SN: **1.1** reivindique junto ao governo federal uma solução para a reposição do quadro docente dos CAPs, e um esclarecimento dos critérios de distribuição de vagas, e sobre a ausência de um banco de professor equivalente para os CAPs; **1.2** reivindique a revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26 de julho de 2011, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária a afeta diretamente as condições de trabalho docente dos CAPs; **1.3** exija do MEC esclarecimentos com relação à crise dos CAPs e cobre solução para os problemas emergenciais desses colégios, sobretudo no que se refere à reposição do quadro efetivo. A situação apresentada nos grupos foi remeter ao Tema 6 - grupos 1 (20/2/3), 3 (15/4/2), 5 (25/0/2), 6 (ampla maioria), 7 (19/4/1), 8 (22/2/1); remeter para o Tema 5 – grupo 9 (17/4/1); aprovação com modificação - grupo 2 (22/0/2), 4 (18/5/5); aprovação de substitutivo – grupo 10 (30/0/2). O substitutivo aprovado no grupo 10 foi: O 33º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera: 1. O ANDES-SN deve: 1.1 Lutar pela reposição e ampliação do quadro docente dos CAPs para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, reconhecendo-os como espaços de ensino, pesquisa e extensão e seguir denunciando a crise dos CAPs 1.2 Realizar levantamento nacional da situação de distribuição de vagas nos CAPs e os critérios utilizados por cada um deles. 1.3 Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26 de julho de 2011, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho docente dos CAPs; 1.4 Realizar a campanha de esclarecimento a respeito do significado dos RSC, sobretudo em relação à precarização do trabalho docente. Na modificação proposta no grupo 2, substitui-se o item 1.1 Reivindique junto ao governo federal a reposição e a ampliação do quadro docente dos CAP, reconhecendo-os como espaços de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com suas especificidades; e o item 1.3. Realizar levantamento nacional da situação de distribuição de vagas nos CAP e os critérios utilizados por cada um deles. A modificação proposta no grupo 4, substitui o item 1: Lutar pela reposição e ampliação do quadro docente dos CAP e escolas técnicas vinculadas para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, reconhecendo-os como espaços de ensino, pesquisa e extensão; e o item 3: Realizar levantamento nacional da situação de distribuição de vagas nos CAP e os

critérios utilizados para cada um deles. Após a leitura da TR e das modificações propostas pelos grupos, inicialmente, votou-se a remessa do TR para outro tema, aprovando-se por ampla maioria. Em uma segunda votação, deliberou-se entre o tema 5 e o tema 6; decidiu-se, por ampla maioria, remeter o TR para o tema 6, com algumas abstenções. Passou-se à discussão do **TR 46 – POR UM DEBATE ACERCA DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO, EM ESPECIAL, SOBRE AS PROPOSTAS PARA SUA REFORMULAÇÃO** – *contribuição da Assembleia Geral da ADCEFET-RJ Seção Sindical*. Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos, o 33º Congresso do ANDES-SN delibera que sejam tratadas como questões centrais da atuação do Sindicato no ano de 2014 as seguintes ações: 1. Intensificar na base a discussão sobre as reformas na educação básica, em especial sobre o PL 6.840/2013, reconhecendo a pluralidade de setores que compõem a base do nosso Sindicato. 2. Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013 no Congresso Nacional, iniciando com uma moção de repúdio ao PL retirada do 33º Congresso do ANDES-SN. 3. Intensificar na base, em especial com os professores dos colégios de aplicação, dos colégios técnicos vinculados às universidades, dos centros federais de educação tecnológica e dos institutos federais, a divulgação e a discussão sobre o Encontro Nacional da Educação, reconhecendo-o como um importante espaço de discussão das questões apresentadas neste texto. 4. Articular com outros sindicatos de profissionais da educação e movimentos sociais e populares espaços de discussão sobre a educação básica e a educação profissional e tecnológica. A situação nos grupos relatada foi: aprovado com modificações - grupos 1 (20/0/1), 2 (19/0/5), 3 (21/0/1), 4 (23/0/2), 5 (20/0/2), 6 (sem registro de votação), 7 (unanimidade), 8 (19/1/8), 10 (22/3/4); remetido para o Tema 5 – grupos 5 (15/6/3) e 9 (22/0/2). O presidente apresentou as modificações propostas pelos grupos. Na primeira votação aprovou-se não remeter o TR para o tema 5 por ampla maioria, com várias abstenções. Passou-se a apreciar o TR item a item. O item 2. Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013 no Congresso Nacional, iniciando com uma moção de repúdio ao PL retirada do 33º Congresso do ANDES-SN, aprovada no grupo 10 (14/13/4); aprovado com modificação – grupos 1 (18/11/4), 2 (sem registro de votação), 3 (22/0/1), 4 (sem registro de votação), 5 (sem registro de votação), 6 (21/1/3), 7 (sem registro de votação), 8 (18/1/4), 10 (minoritária). A modificação dos grupos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10 (minoritária) foi após “Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013”, suprimir “no Congresso Nacional, iniciando com uma moção de repúdio ao PL retirada do 33º Congresso do ANDES-SN”. A modificação do grupo 5 foi incluir, após “repúdio ao PL”, a expressão “a ser aprovada”. Foi aprovada a primeira modificação, prevalecendo o texto do item 2. Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013. No item 3. Intensificar na base, em especial com os professores dos colégios de aplicação, dos colégios técnicos vinculados às universidades, dos centros federais de educação tecnológica e dos institutos federais, a divulgação e a discussão sobre o Encontro Nacional da Educação, reconhecendo-o como um importante espaço de discussão das questões apresentadas neste texto; foi apresentada a modificação do grupo 5, com a inclusão, após “dos institutos federais”, da palavra “estaduais”. Na votação pela plenária, a modificação foi aprovada, prevalecendo a redação 3. Intensificar na base, em especial com os professores dos colégios de aplicação, dos colégios técnicos vinculados às universidades, dos centros federais de educação tecnológica, dos institutos federais e estaduais, a divulgação e a discussão sobre o Encontro Nacional da Educação, reconhecendo-o como um importante espaço de discussão das questões apresentadas neste texto. Em relação ao item 4. Articular com outros sindicatos de profissionais da educação e movimentos sociais e populares espaços de discussão sobre a educação básica e a educação profissional e tecnológica. A situação nos grupos foi: aprovação do texto original grupo 10 (16/14/2, minoritária pela alteração), 8 (minoritária pela manutenção); modificações dos grupos 1 (11/5/4), 2 (sem registro de votação), 3 (21/0/2), 4 (sem registro de votação), 5 (sem registro de votação), 6 (21/1/3), 7 (sem registro de votação), 8 (11/11/2 – empate com a manutenção do texto original), acrescentar, após “Articular”, a expressão “através do setorial de educação da CSP-Conlutas”. Na votação, a proposta de modificação foi aprovada por ampla maioria, com algumas abstenções, prevalecendo a redação: Item 4. Articular através do setorial de educação da CSP-Conlutas com outros sindicatos de profissionais da educação e movimentos sociais e populares espaços de discussão sobre a educação básica e a educação profissional e tecnológica. Em seguida, o TR 46 foi votado na íntegra, sendo aprovado por ampla maioria, com poucas

abstenções. Desta forma, a redação final que prevaleceu foi: **TR 46 - POR UM DEBATE ACERCA DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO, EM ESPECIAL, SOBRE AS PROPOSTAS PARA SUA REFORMULAÇÃO – Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos, o 33º Congresso do ANDES-SN delibera que sejam tratadas como questões centrais da atuação do Sindicato no ano de 2014 as seguintes ações: 1. Intensificar na base a discussão sobre as reformas na educação básica, em especial sobre o PL 6.840/2013, reconhecendo a pluralidade de setores que compõem a base do nosso Sindicato. 2. Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013; 3. Intensificar na base, em especial com os professores dos colégios de aplicação, dos colégios técnicos vinculados às universidades, dos centros federais de educação tecnológica e dos institutos federais e estaduais, a divulgação e a discussão sobre o Encontro Nacional da Educação, reconhecendo-o como um importante espaço de discussão das questões relacionadas às políticas para o ensino médio; 4. Articular, através do setorial de educação da CSP-Conlutas com outros sindicatos de profissionais da educação e movimentos sociais e populares espaços de discussão sobre a educação básica e a educação profissional e tecnológica.** Passou-se ao **TR 47 – O ANDES-SN E A UNIVERSIDADE POPULAR – contribuição dos professores** Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind). **O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1.** O ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do movimento docente com os movimentos sociais que lutam por um desenvolvimento universitário voltado para os interesses das classes trabalhadoras. Como medida inicial desta orientação, sugerimos a incorporação do ANDES nos espaços de debate sobre a universidade popular, em especial na organização do II Seminário Nacional sobre a universidade popular, com data prevista para agosto de 2014. A situação registrada nos grupos foi: rejeição - grupos 2 (11/9/2 minoritária pela manutenção), 4 (19/1/2), 5 (18/8/2), 7 (13/12/0), 8 (22/3/2), 9 (8/8/5 empate com manutenção sem prejuízo de modificações) manutenção minoritária, 10 (14/13/8, manutenção minoritária). Aprovação - grupos 2 (minoritária), 9 (manutenção sem prejuízo de modificações empate com rejeição), 7 (manutenção minoritária), 10 (manutenção minoritária); aprovação com modificação - grupos 1 (15/8/3 minoritária rejeição) e 3 (15/6/1); remessa para a plenária – grupo 6 (unanimidade). A mesa apresentou a situação nos grupos e encaminhou no sentido de aprovar sem prejuízo de modificações ou rejeitar o texto. Roberto solicitou abertura de discussão. Foi aberto bloco de 5 inscrições nos quais se ponderou sobre a relevância de se discutir a questão da universidade popular, sobre o texto e as modificações propostas. Na votação sobre a abertura de novo bloco de inscrições, decidiu-se não abri-lo. A mesa colocou em votação a manutenção sem prejuízo de votação; o texto foi mantido por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, votou-se manter o texto original ou com modificações; aprovou-se com modificações, por ampla maioria, com algumas abstenções. Passou-se a apreciar as modificações do texto: a) Modificação do grupo 1 (15/8/3): O ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais que lutam por um desenvolvimento universitário voltado para os interesses das classes trabalhadoras, URBANAS E RURAIS. Como medida inicial desta orientação sugerimos a incorporação do ANDES nos espaços de debate sobre a universidade popular em especial na organização do II Seminário Nacional sobre a Universidade popular, com data prevista para Agosto de 2014; b) Modificação do grupo 3 (15/6/1): O ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais ~~que lutam por um desenvolvimento universitário voltado para os interesses das classes trabalhadoras.~~ Como medida inicial desta orientação, sugerimos a incorporação do ANDES nos espaços de debate sobre a universidade popular, em especial na organização do II Seminário Nacional sobre a universidade popular, com data prevista para agosto de 2014; c) Modificação do grupo 9 (10/3/7): O ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais. Foram votadas as 3 propostas, vencendo a proposta c, por ampla maioria, com algumas abstenções. Desta forma, a redação final que prevaleceu foi: **TR 47 – O ANDES-SN E A UNIVERSIDADE POPULAR. O 33º CONGRESSO do ANDES-**

SN delibera: O ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais.

Na sequência, passou-se à apreciação do **TR 37 – POLÍTICA PARA OS DOCENTES ATIVOS E APOSENTADOS DAS IFES – contribuição da diretoria da ADUFEPE Seção Sindical**. O 33º Congresso do ANDES-SN aprova: 1. O desenvolvimento de políticas e ações que possam, através de Emenda à Constituição, assegurar a participação dos docentes aposentados nas suas instituições de origem, resguardando o direito destes de decidir continuar ou não participando “oficialmente” das atividades universitárias. 2. A realização de encontros nacionais específicos das universidades e Institutos federais de Educação para discutir temas específicos dessas instituições federais de ensino superior e de seus docentes ativos e aposentados. 3. O fortalecimento dos GTs de aposentados nas seções sindicais visando ampliar e fortalecer a representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no ANDES-SN. A situação nos grupos relatada foi: rejeitado - grupos 1 (24/0/1), 2 (13/4/3), 3 (20/2/2), 4 (25/1/3), 5 (17/3/7), 6 (19/2/2), 7 (17/1/5), 8 (16/9/3 minoritária manutenção), 10 (minoritária); aprovado com modificação – grupo 10 (16/11/1, minoritária rejeição); remetido para a plenária – grupo 8 (minoritária). Em relação ao item 1. O desenvolvimento de políticas e ações que possam, através de Emenda à Constituição, assegurar a participação dos docentes aposentados nas suas instituições de origem, resguardando o direito destes de decidir continuar ou não, participando “oficialmente” das atividades universitárias; o grupo 10 propôs (14/2/8) a substituição do texto por: Item 1. Incentivar a organização dos aposentados no sentido de proteger os professores aposentados que continuam exercendo atividades. Colocada a situação nos grupos, a mesa colocou em votação e o TR foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. Passou-se a apreciar o **TR 38 – POLÍTICA DE SAÚDE E AUXÍLIO SAÚDE SUPLEMENTAR – contribuição da diretoria da ADUFEPE Seção Sindical**. O 33º Congresso Nacional do ANDES-SN aprova: 1. A elaboração de levantamentos nas seções sindicais, sobre a dependência dos docentes dos planos de Saúde Suplementar e seus índices anuais de reajuste, visando subsidiar futuras políticas de saúde e ações que resultem no controle e na redução dos custos desses serviços para os docentes das IFES, que infelizmente dependem dos planos de Saúde Suplementar. 2. Incorporar ao Plano de Lutas esforços pelo aumento do valor do benefício “Per Capita Saúde Suplementar”, assumindo também o papel central na articulação dos sindicatos nacionais e associação de servidores públicos federal na abertura de negociação com o governo federal visando ao aumento do valor do referido benefício. A mesa apresentou a situação nos grupos, sendo o TR rejeitado - grupos 1 (23/1/1), 2 (15/2/2), 3 (21, 1, 1), 4 (27/0/2), 5 (17/3/7), 6 (20/1/3), 7 (13/0/5), 8 (20/5/3) e remetido para a plenária – grupo 10 (22/0/0). Colocado em votação na plenária, o TR 38 foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. Passou-se ao **TR 42 – O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL NAS IES – contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND**. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Indicar ao GTSS/A o levantamento junto às seções sindicais das situações registradas de assédio moral em suas respectivas IES e as medidas tomadas para a solução das mesmas, visando subsidiar as discussões sobre o tema. O presidente da mesa leu a situação nos grupos, com o seguinte quadro: aprovado – grupo 6 (23/0/2); aprovado com modificação - grupos 1 (20/0/5), 3 (22/0/0), 5 (28/4/5), 7 (21/0/1), 8 (25/0/2); remetido para plenária - grupos 2 (unanimidade) e 10 (22/0/0); remetido para o Tema 5 - grupo 4 (8/7/9). As alterações propostas pelos grupos foram: a) Modificação do texto - grupo 1 (20/0/5) 1. Indicar às seções sindicais o levantamento das situações de assédio moral nas suas respectivas IES para aprofundar as discussões sobre o tema pelo ANDES-SN; b) Modificação do texto – grupo 7 (21/0/1) 1. Indicar ao GTSS/A o levantamento junto às seções sindicais das situações registradas de assédio moral em suas respectivas IES e as medidas tomadas para a solução das mesmas visando subsidiar as discussões sobre o tema; c) Acréscimo de item – grupos 1 (20/0/5), 3 (22/0/0), 7 (21/0/1), 8 (25/0/2); 2. Sistematizar as ações de apoio das seções sindicais indicando o apoio político e jurídico aos docentes a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento em situações de assédio moral; d) Acréscimo de item - grupo 1 (20/0/5), 3 (22/0/0), 7 (21/0/1), 8 (25/0/2); 3. Que o ANDES-SN atualize e reedite a cartilha sobre assédio moral; e) Acréscimo de item – grupo 1 (20/0/5); 4. Preparar um seminário nacional com o tema de assédio moral. Inicialmente, deliberou-se por aprovar o TR 42 sem prejuízo de modificação,

com algumas abstenções. Passou-se a apreciar as alterações propostas e a inclusão de novos itens ao TR. Na primeira votação, aprovou-se a proposta de modificação do texto proposta pelo grupo 1, com a substituição do texto do TR 42 por: “Indicar às seções sindicais o levantamento das situações de assédio moral nas suas respectivas IES para aprofundar as discussões sobre o tema pelo ANDES-SN”, que foi votada contra a proposta do grupo 7, de substituição do texto por: “Indicar às seções sindicais o levantamento das situações de assédio moral nas suas respectivas IES para aprofundar as discussões sobre o tema pelo ANDES-SN”. Em seguida, aprovou-se a proposta do grupo 1, de inclusão do item 2. Sistematizar as ações de apoio das seções sindicais indicando o apoio político e jurídico aos docentes a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento em situações de assédio moral, em detrimento da proposta do grupo 7, com a redação: 2. Recomendar que o ANDES-SN envie ações de apoio às seções sindicais, indicando o apoio político e jurídico aos docentes a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento em situações de assédio moral. Aprovou-se ainda a alteração do grupo 5, de incluir, após “assédio moral”, a palavra “sexual” onde houvesse, por ampla maioria, com algumas abstenções. Na sequência, aprovou-se a inclusão de novo item, como proposto pelos grupos 1, 3, 7 e 8, com a seguinte redação: item 3. Que o ANDES-SN atualize e reedite a cartilha sobre assédio moral. Por último, aprovou-se por ampla maioria a inclusão do item proposto pelo grupo 1, com a redação: 4. Preparar um seminário nacional com o tema de assédio moral, porém na forma de recomendação. Finalmente, aprovou-se o TR 42, com todas as alterações já aprovadas, por ampla maioria, prevalecendo a redação a seguir. **TR 42 – O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL NAS IES. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Indicar às seções sindicais o levantamento das situações registradas de assédio moral e sexual nas suas respectivas IES para aprofundar as discussões sobre o tema pelo ANDES-SN. 2. Sistematizar as ações de apoio das seções sindicais indicando o apoio político e jurídico aos docentes a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento em situações de assédio moral e sexual. 3. Que o ANDES-SN atualize e reedite a cartilha sobre assédio moral. Recomendação: Preparar um Seminário Nacional com o tema de assédio moral e sexual.** Passou-se a discutir o **TR 48 – AS CENTRAIS SINDICAIS E O ANDES-SN – contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind), Ricardo Lara (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)** 1. Defendemos que o ANDES Sindicato Nacional participe do *Congresso Nacional de Fundação da Central*, em março desse ano, sem prejuízo da sua participação na CSP-CONLUTAS, e que passe a debater a necessidade de ampliar o arco de alianças entre os setores combativos. A situação relatada nos grupos foi: rejeição - grupo 1 (25/2/1), 3 (24/0/12), 4 (24/0/1), 6 (24/0/2), 8 (21/4/2), 9 (22/8/6), 10 (unanimidade); rejeição do TR 72 – grupos 3 (25/0/2), 6 (25/0/2), 9 (24/2/3), 10 (30/0/1), aprovação com modificação - grupo 2 (20/2/5); remessa para o Tema 5 – grupo 5 (unanimidade). A modificação proposta pelo grupo 2 foi a substituição do texto por: 1. Que o Andes envie uma delegação de observadores para o Congresso Nacional de Fundação da Intersindical – Central das Classes Trabalhadoras, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de março desse ano. Em primeira votação, a plenária decidiu não remeter o texto para o Tema 5 e, em uma segunda votação, rejeitou o TR por ampla maioria, com algumas abstenções. Passou-se a tratar do **TR 43 – CONTRA O PAGAMENTO DE VERBA PUBLICITÁRIA OU DE QUALQUER ESPÉCIE PARA VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO QUE NÃO SEJAM COMUNITÁRIOS – contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG.** O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova: 1. Quanto à política de acesso à mídia e canais de comunicação do Andes-SN e seus Associados: **a)** a vedação de pagamento de todo e qualquer material jornalístico à mídia comercial; **b)** reitera a importância de investimentos em organizações de mídia alternativa e comunitária como forma de fortalecer a pluralidade, ampliando espaços comunicacionais; **c)** focar na criação e manutenção de espaços internos de comunicação, a partir da criação de *sites*, periódicos mensais, jornais murais, programas de rádio e televisão próprios. A situação nos grupos foi: rejeição - grupos 1 (19/2/1), 4 (18/8/2), 6 (13/7/3 minoritária manutenção), 7 (14/5/1), 8 (23/0/2); remessa para a plenária - grupos 2 (unanimidade), 10 (unanimidade); aprovação com modificação – grupo 5 (14/7/7). Apontou-se uma modificação no item 1 do grupo 5, que não aparece proposta no relatório. Colocado em votação, o texto foi

rejeitado por ampla maioria, com diversas abstenções. Passou-se ao TR 80 – **AVALIANDO O BRASIL APÓS 50 ANOS DA DITADURA MILITAR, CONJUNTURA E A PERSPECTIVA DAS ESQUERDAS** – *contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG* 1 – Propomos que seja colocada infraestrutura informatizada, recursos humanos e melhor aporte logístico para a Comissão da Verdade do ANDES-SN, bem como sua descentralização efetiva formalizando cooperações em instâncias pertinentes. 2 – Que seja efetuado um Encontro Nacional no 1º semestre de 2014 sobre os impactos da Ditadura Militar após 50 anos do golpe, e as perspectivas da esquerda no Brasil. A situação relatada nos grupos foi: aprovado – grupo 8 (22/0/1); aprovado com modificação - grupo 3 (sem registro de votação); remetido para plenária - grupos 2 (unanimidade), 9 (23/0/8), 10 (unanimidade); remetido para o tema 5 - grupo 5 (unanimidade). Houve uma modificação no item 2 pelo grupo 3, com a substituição do texto por “Que seja efetuado um Encontro Nacional preferencialmente no 1 semestre de 2014 sobre Ditadura Militar e a Universidade Brasileira”. Após votação na plenária, o texto foi remetido para o Tema 4. Em seguida, passou-se a tratar do **TR 81 – AOS QUE NÃO DEVEM MORRER – APOIO AO POVO GUARANY KAYWÁ, TERRAS INDÍGENAS E DE NEGRO** – *contribuição do professor Waldir Bertulio – Adufmat/UFMT e ADUEMS* 1 - Propomos que seja destinado pelo ANDES-SN uma contribuição mensal para o Conselho Aty-Guassú, solicitado pelas lideranças dos acampamentos, aldeias, reservas e pelos conselheiros do Aty-Guassú. 2 – Que seja efetuado através do GTPCEGDS do ANDES-SN um encontro sobre lutas indígenas, negros e racismo, realidade e articulações para enfrentamento, em colaboração com a articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ..., Conselho Aty-Guassú, Conselho Continental da Nação Guarany (CCNG) e Articulação Quilombola, no ano de 2014. A situação nos grupos relatada foi: remetido para plenária - grupos 2 (unanimidade), 4 (sem registro de votação), 6 (unanimidade), 10 (unanimidade); remetido o item 1 para o tema 4 - grupos 3 (23/0/2), 5 (unanimidade), 8 (unanimidade), 9 (23/0/8); remetido o item 2 para o tema 5 – grupos 5 (unanimidade), 8 (unanimidade), 9 (23/0/8). Após votação na plenária, o texto foi remetido para o Tema 4. Nada mais havendo a tratar, a plenária foi encerrada às 19 horas, e a presente ata vai assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Maria Suely Soares
2ª Secretária

Luis Henrique Schuch
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quinze horas e dezessete minutos do dia quatorze de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão, verificado o quorum regimental de 171 (cento e setenta e um) delegados, deu-se início à plenária do tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras do 33º CONGRESSO do ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores João Francisco Ricardo Kastner Negrão, como presidente; Gean Claudio de Souza Santana, como vice-presidente; Daniel de Oliveira Franco, 1º secretário e Vânia Graciele Lezan Kowalczyk, 2ª secretária. Dando início aos trabalhos, o presidente da mesa apresentou a metodologia que seria utilizada, propondo a seguinte ordem para a apreciação das propostas: **TR 8** - Alterações no Estatuto do ANDES-SN; **TR 53** – Alteração estatutária – Aprimorando o artigo 53, para que se garanta o rodízio de militantes nos cargos da diretoria nacional; **TR/TD 9** – Regimento Eleitoral; **TR 10** - Prestação de contas do 58º CONAD; **TR 12** – Fundo Único; **TR 13** - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes; **TR 14** - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida; **TR 50** – Financiamento de observadores das seções sindicais “em construção” aos encontros e congressos do ANDES-SN; **TR 52** – O ANDES-SN e o apoio à luta dos Guarani-Kaiowá; **TR 51** – Tempo livre nos congressos e CONADs; **TR 54** – Por um congresso mais curto; **TR 55** – Enfrentar os desafios político-organizativos do ANDES-SN; **TR 56** – Fortalecer o trabalho de base e intensificar a luta contra a divisão do ANDES-SN nas seções sindicais dirigidas pelo PROIFES; **TR 78** - Comissão da Verdade do ANDES-SN; **TR 80**- Avaliando o Brasil após 50 anos da ditadura militar, conjuntura e a perspectiva das esquerdas; **TR 49** – Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical; **TR 11**- Grupos de trabalho (GT) do ANDES-SN; **TR 15** - Sede do 34º CONGRESSO do ANDES-SN. Devido ao fato de muitos delegados ainda estarem fora do auditório, e os dois primeiros TR serem alterações estatutárias, que necessitam de quorum qualificado, o presidente da mesa abriu os trabalhos com a apreciação do regimento eleitoral. **TR/TD – 9 - REGIMENTO ELEITORAL. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Regimento Eleitoral – Eleições da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL - biênio 2014/2016. TEXTO DOCUMENTO. Regimento Eleitoral. Eleição da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL – BIÊNIO 2014/2016. CAPÍTULO I. DA ELEIÇÃO. Art. 1º O presente Regimento Eleitoral define as normas e procedimentos para a eleição da diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SINDICATO NACIONAL), para o biênio 2014/2016, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL. § 1º A eleição a que se refere o caput deste artigo realizar-se-á nos dias 13 e 14 de maio de 2014. § 2º O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos. CAPÍTULO II. DOS ELEITORES. Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que: I – nele se sindicalizarem até 13 de fevereiro de 2014; II – estiverem em dia com suas contribuições até 7 de março de 2014. § 1º As seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais deverão notificar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e esta, à Comissão Eleitoral, os motivos para tal até 7 de abril de 2014. § 2º A tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central (CEC), até o dia 21 de março de 2014, a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 58º CONAD (Santa Maria/RS, julho de 2013), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo. § 3º O não repasse das**

contribuições decorrente de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral. Art. 3º As seções sindicais e as secretarias regionais têm prazo até o dia 4 de abril de 2014 para enviarem à CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito ao voto. § 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições referentes ao mês de fevereiro de 2014. § 2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no caput deste artigo deverão ser comunicadas à CEC e à Comissão Eleitoral local (CEL) até 7 (sete) dias corridos antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada. § 3º As seções sindicais disponibilizarão, no dia 11 de abril, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada. Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito, a ser disciplinado pela CEC e pelas comissões eleitorais locais, nos termos do disposto no artigo 35. **CAPÍTULO III - DOS CANDIDATOS.** Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL até o dia 16 de novembro de 2013 e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL até 20 de dezembro de 2013. **Parágrafo único.** No caso de diretores e ex-diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, estes poderão ser candidatos se estiverem em dia com a tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL até o dia 20 de fevereiro de 2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL. **CAPÍTULO IV. DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS.** Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto à secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue: I – durante o 33º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente ou secretário geral. O requerimento deve ser encaminhado à secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da chapa, bem como indicar seu representante e respectivos suplentes na CEC; II – o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia 17 de março de 2014, das 9h às 18h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo. III – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da CEC, até o prazo final de *inscrição definitiva*, os seguintes documentos, sendo os dos itens “a” e “b” originais: a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; nº de telefone; endereço eletrônico, nº do PIS/PASEP; nº do RG; nº do CPF; denominação da seção sindical ou, se for o caso, da secretaria regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula. b) programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a presidente. c) fotocópia de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (R.G. – CNH – CTPS – Passaporte ou carteira de conselho profissional). IV – Os documentos referidos no inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC. V – Não havendo registro de chapas durante o 33º CONGRESSO, o prazo para registro, nos termos previstos no § 1º, do *artigo 52 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL*, será prorrogado *por 15 (quinze) dias corridos* da data do final do 33º CONGRESSO, realizando-se na secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial. § 1º – No caso previsto no inciso V, o registro dos candidatos aos demais cargos será estendido por mais 30 (trinta) dias corridos após o prazo final para o registro das chapas; § 2º – A chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de solicitação *da inscrição*. Art. 7º - A CEC reunir-se-á no prazo de 24 horas após o prazo de registro das chapas para verificar a documentação entregue e proceder à homologação da(s) chapa(s).

Parágrafo único. Em caso de dúvida em relação às condições de elegibilidade de qualquer candidato, a CEC fará conferência junto à respectiva seção sindical, AD-Seção Sindical ou secretaria regional. Art. 8º Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos II e V do artigo 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à CEC que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias corridos. § 1º A faculdade prevista no caput deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de presidente, secretário-geral e 1º tesoureiro. § 2º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da CEC presentes à reunião, implicará a manutenção da chapa originalmente registrada. § 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado. Artigo 9º - Os candidatos descritos no artigo 32, incisos IV e V, do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão ser sindicalizados da área de abrangência geográfica da respectiva secretaria regional. **Parágrafo único.** As alterações previstas no artigo 8º só poderão ser consideradas pela CEC se lhe forem entregues em até quarenta e oito horas após o encerramento do prazo final de *inscrição definitiva* das chapas, improrrogavelmente. Art. 10 No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas que venham a ser elaboradas pela CEC. Art. 11 É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento. **CAPÍTULO V. DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL. SEÇÃO I. DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL.** Art. 12 A eleição para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2014/2016, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central (CEC) composta por: I – 1 (um) membro da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu presidente; II – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente; III – 2 (dois) ou 3 (três) sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, a depender do número de chapas, indicados e homologados pela plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL; IV – a composição da CEC deverá ser em número ímpar. § 1º Os componentes da CEC, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 33º CONGRESSO, na plenária do tema das Questões Organizativas e Financeiras. § 2º A diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar 2 (dois) suplentes para cada integrante da CEC previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo. § 3º É vedada a participação dos membros da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na CEC. § 4º É vedada a participação de candidato na CEC. § 5º No caso de registro de uma única chapa, a plenária indicará e homologará 3 (três) sindicalizados para composição da CEC. Art. 13 Compete à CEC: I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento; II – oficializar e divulgar o registro de chapa(s); III – divulgar a composição do eleitorado até o dia 10 de abril de 2014; IV – confeccionar as cédulas eleitorais; V – coordenar as comissões eleitorais locais; VI – decidir sobre recursos interpostos; VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e VIII – elaborar o Relatório Final a ser divulgado no 59º CONAD. **Parágrafo único.** A CEC pode, sempre que necessário, arregimentar auxiliares. Art. 14 A CEC só se reunirá com a presença de, no mínimo, mais da metade de seus integrantes, sendo em cada reunião lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes. **Parágrafo único.** As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEC por intermédio de seu representante na Comissão. Art. 15 As decisões da CEC serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião. Art. 16 O integrante da CEC que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa Comissão, assumindo-a seu suplente. **Parágrafo único.** Na falta eventual de um membro titular, o suplente poderá assumir desde que essa ausência seja comunicada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Art. 17 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes

autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEC. Parágrafo único. No documento definido no caput deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para o estabelecimento de contato entre a CEC e os representantes autorizados pela chapa. SEÇÃO II. DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS. Art. 18 Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL) composta por: I – 1 (um) membro de sua diretoria, na condição de presidente; II – até 2 (dois) membros indicados por cada chapa concorrente, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL; III – nas seções sindicais em que as diretorias não constituírem comissões eleitorais locais, as secretarias regionais poderão fazê-lo, indicando o seu presidente. Parágrafo único. A diretoria e as chapas poderão indicar suplentes, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, para os cargos previstos nos incisos I e II. Art. 19 A composição das comissões eleitorais locais deve ser enviada para a CEC até o dia 24 de abril de 2014. Art. 20 Compete às comissões eleitorais locais: I – definir e organizar as seções eleitorais até o dia 30 de abril de 2014; II – apurar os votos e enviar para a CEC o mapa dos resultados e a respectiva documentação; III – decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância. Parágrafo único. A CEL pode, sempre que necessário, arregimentar auxiliares. Art. 21 A CEL só se reunirá com a presença de mais da metade de seus integrantes, sendo que em cada reunião deverá ser lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes. Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEL por intermédio de seus representantes na Comissão. Art. 22 As decisões da CEL serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião. § 1º Em caso de empate, haverá voto qualificado do presidente da CEL. § 2º. Das decisões da CEL cabe recurso à CEC. Art. 23 O integrante da CEL que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo em seu lugar o suplente. Art. 24 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo um representante autorizado a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEL. Parágrafo único. No documento definido no caput deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a CEL e os representantes autorizados pela chapa. CAPÍTULO VI. DA VOTAÇÃO. SEÇÃO I. DA CÉDULA ELEITORAL. Art. 25 A votação é realizada em cédula eleitoral única. § 1º A cédula contém a(s) chapa(s) registrada(s), em ordem cronológica de inscrição e com o nome da(s) chapa(s). § 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará sua escolha. Art. 26 Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada por, pelo menos, dois integrantes da mesa receptora de votos da respectiva seção eleitoral. SEÇÃO II. DAS SEÇÕES ELEITORAIS. Art. 27. As seções eleitorais serão estabelecidas pelas comissões eleitorais locais em número e locais suficientes para o atendimento dos eleitores de cada IES. Art. 28 Os eleitores sindicalizados nas seções sindicais votam nas seções eleitorais designadas pela Comissão Eleitoral de sua respectiva seção sindical. Art. 29 Nas seções sindicais, previamente definidas pela CEC, haverá uma seção eleitoral designada pela CEL para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via secretaria regional. Art. 30 As secretarias regionais têm prazo até o dia 2 de abril de 2014 para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via secretaria regional, às seções sindicais onde estes poderão votar. § 1º No mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, as secretarias regionais deverão informar aos sindicalizados, via secretaria regional, a seção eleitoral onde estes poderão votar. O voto desses sindicalizados em qualquer outra seção eleitoral deverá ser considerado em trânsito. § 2º Mediante autorização da CEL e da fiscalização das chapas concorrentes, a secretaria regional poderá constituir uma seção eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no caput deste artigo. Art. 31 Em cada seção eleitoral, haverá uma mesa receptora composta por 1 (um) presidente e 2 (dois) mesários, indicados pela CEL. § 1º Só podem permanecer na seção eleitoral, além do presidente e dos mesários, 1 (um) fiscal de cada chapa concorrente, e o eleitor, que ficará durante o tempo necessário para votar. § 2º A mesa receptora de cada seção eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam

entregues à CEL. Art. 32 Na seção eleitoral, providenciado pela CEL, deve existir: I – urna; II – cédulas oficiais; III – folha de ocorrência; IV – lista específica para eleitor em trânsito; V – cópia deste Regimento; VI – lista de eleitores; VII – nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação; VIII – cabine indevassável; IX – lacre para as urnas; X – envelopes para o voto em trânsito; XI – modelo de ata de votação; XII – envelope para voto em separado. SEÇÃO III. DO ATO DE VOTAR. Art. 33. Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências: I – no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas. II – a ordem de votação é a da chegada dos eleitores; III – identificado, o eleitor assinará a lista de presença e receberá a cédula rubricada pelos integrantes da mesa receptora; IV – o eleitor usará cabine indevassável para votar; V – ao final de cada período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa; VI – a guarda do material de votação e da respectiva urna é de responsabilidade da CEL; VII – ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue à CEL. Parágrafo único. Na ausência de fiscais, o rompimento do lacre será feito na presença do primeiro eleitor, devendo ser registrado em ata. Art. 34 Os sindicalizados, via secretarias regionais, votarão na seção sindical indicada pela secretaria regional e na seção eleitoral indicada pela CEL, segundo listas fornecidas pelas respectivas secretarias regionais. Art. 35 O voto em trânsito obedecerá ao seguinte procedimento: I – o eleitor assinará lista específica na seção eleitoral do local onde se encontra, declarando por escrito a sua seção sindical de origem ou, se sindicalizado via secretaria regional, a sua regional de sindicalização. II – o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na sequência de ordem de chegada para votar. SEÇÃO IV. DA FISCALIZAÇÃO. Art. 36 É assegurado às chapas a fiscalização dos processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais. § 1º As chapas indicarão à CEL, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e 24 horas do início da apuração dos votos. § 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, 2 (dois) fiscais por mesa de apuração, com seus respectivos suplentes. § 3º A indicação do (s) fiscal (is) de apuração não pode recair em integrantes da CEL ou de mesa receptora. Art. 37 É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela CEC mediante a indicação de fiscais. § 1º As chapas indicarão para a CEC, por meio de documento, sindicalizados para exercerem a função de fiscal de computação dos resultados, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto para a computação dos votos. § 2º Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, 2 (dois) fiscais, com seus respectivos suplentes. § 3º A indicação do(s) fiscal(is) não pode recair em integrante(s) da CEC. CAPÍTULO VII. DA APURAÇÃO. Art. 38 A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á, obrigatoriamente, no dia 15 de maio de 2014, no horário indicado pela CEL e será concluída, impreterivelmente, até às 24h do mesmo dia. Parágrafo único. Nos campi fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da mesa receptora, a critério da CEL, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos 36 e 37. Art. 39 As comissões eleitorais locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até às 16 horas do dia 16 de maio de 2014 (horário de Brasília), via meio eletrônico, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva seção sindical. § 1º As comissões eleitorais locais têm, como prazo máximo, até o dia 21 de maio de 2014 para encaminhar, por SEDEX, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da seção sindical. § 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, na referida data, por serviço ultrarrápido de entrega de correspondência. Art. 40 A computação dos votos pela CEC iniciar-se-á às 15 (quinze) horas (horário de Brasília) do dia 17 de maio de 2014, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais. Art.

41 Os mapas eleitorais das seções sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela CEC. Art. 42 No caso de voto em separado, a CEL providenciará, junto à seção sindical ou, se for o caso, à secretaria regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar. Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna. Art. 43 As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência. Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato será incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas. Art. 44 Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final. Art. 45 Será anulada a urna que: I – apresentar, comprovadamente, sinais de violação; II – apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas; III – não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência. Art. 46 Será anulada a cédula que: I – não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva mesa receptora; II – não corresponder ao modelo oficial. Art. 47 Serão considerados nulos os votos que contiverem: I – mais de uma chapa assinalada; II – rasuras de qualquer espécie; III – qualquer caractere que permita identificação. Art. 48 As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da CEL até a proclamação do resultado final pela CEC. CAPÍTULO VIII. DOS RECURSOS. Art. 49 Qualquer recurso deverá ser apresentado à CEL, no máximo, até às 9h do dia 17 de maio de 2014. § 1º A CEL, encerrado o prazo estabelecido no caput deste artigo, deverá, no prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados. § 2º Das deliberações da CEL cabem recursos à CEC, no prazo de três horas após sua publicação. § 3º Os recursos à CEC deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à CEC. Art. 50 Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à CEC no prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados por esta. Art. 51 Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou pelos candidatos às comissões eleitorais locais e central. Parágrafo Único. No caso de não haver na seção sindical fiscal indicado por chapa ou pelos candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à CEL. CAPÍTULO IX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. Art. 52 Compete à diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das seções sindicais garantirem todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das comissões eleitorais, central e locais. Art. 53 O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará a anulação do registro da chapa pela CEC. Art. 54 As comissões eleitorais, local e central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento. Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, a CEC poderá, com a aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos artigos 1º e 6º. Art. 55 As chapas deverão encaminhar à CEC os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de 5 (cinco) dias, prazo de postagem, com aviso de recebimento (AR). Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no caput deste artigo, os documentos não terão valor, o que acarretará as consequências cabíveis. Art. 56 Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do presidente da CEC. Parágrafo único. No prazo de quinze dias após a promulgação do resultado da eleição, o presidente da CEC apresentará à diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral. Art. 57 O presidente da CEC deverá, em tempo hábil, apresentar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da CEC, a fim de permitir que esta providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da Comissão. § 1º O valor da diária dos integrantes da CEC será o mesmo dos diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e de deslocamento local. § 2º No prazo de sete dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da CEC deverão apresentar à tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final. Art. 58 A assessoria jurídica nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da

CEC durante todo o processo eleitoral. Art. 59 É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do artigo 54. Art. 60 A proclamação final dos resultados será feita pela CEC somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento. Parágrafo único. O Relatório Final dos trabalhos da CEC e o Relatório Financeiro, definido no parágrafo único do artigo 56, deverão ser apresentados no 59º CONAD. Art. 61 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CEC. Parágrafo único. Tratando-se de questões locais, os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em primeira instância pela CEL e, em instância final, pela CEC. Art. 62 Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 33º CONGRESSO, além de dois anexos que constam no relatório. A situação nos grupos foi: aprovado integralmente no grupo 3 (unanimidade) e aprovado com modificações pelos grupos 1 (18F 0C 1A), 2 (21F 0C 3A), 4 (20F 0C 2A), 5 (20F 0C 1A), 6 (17F 0C 1A), 7 (13F 2C 2A), 8 (unanimidade), 9 (unanimidade) e 10 (unanimidade). O presidente da mesa colocou em votação a manutenção do texto ou a sua substituição. A plenária, por ampla maioria de votos contrários e alguns votos favoráveis e com o registro de algumas abstenções rejeitou a manutenção do texto e passou-se a deliberar sobre as modificações nos itens apresentados pelos grupos. O grupo 8 discutiu o artigo quinto do capítulo III e aprovou o texto original por 9 votos, contra sete votos pela modificação e 2 abstenções. A mesa compreendeu que não haveria o que votar e passou a discutir o capítulo IV. Os grupos 5 (15F 2C 3A) e 7 (13F 2C 20) aprovaram substituir o título original do capítulo por “DO REGISTRO DE CHAPAS”. O presidente da mesa colocou em votação a alteração do termo “inscrição” por “registro” neste capítulo e em todos os locais em que aparece o termo ao longo do regimento, sendo aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. A proposta de alteração no inciso III do termo “inscrição” por “registro” nos grupos 1 (18F 0C 1A) e 5 (15F 2C 3A) foi considerada superada pela votação anterior. A inclusão da alínea “d” no inciso III do artigo 6º “*d) Documento original com foto expedido pela seção sindical, associação de docentes (AD) ou secretaria regional à qual o(a) candidato(a) se vincula, em papel timbrado, comprobatório de sindicalização ao ANDES-SN, com data de filiação e indicação de adimplência financeira ou cópia dos contracheques que comprovem filiação, dos meses que atendam aos prazos previstos no artigo 5º deste Regimento.*”- foi aprovado pelos grupos 1 (18F 0C 1A), 2 (unanimidade), 4 (15F 3C 5A), 9 (10F 3C 6A), 10 (16F 2C 4A). Durante o debate na plenária, foi informado que a proposta não tinha o termo “com foto”. A mesa colocou em votação a inclusão deste item, o qual foi aprovado por ampla maioria. Foi incluído no inciso III do artigo 6º o seguinte texto: **d) Documento original expedido pela seção sindical, associação de docentes (AD) ou secretaria regional à qual o(a) candidato(a) se vincula, em papel timbrado, comprobatório de sindicalização ao ANDES-SN, com data de filiação e indicação de adimplência financeira ou cópia dos contracheques que comprovem filiação, dos meses que atendam aos prazos previstos no artigo 5º deste Regimento.** O grupo 5 aprovou, com 18 votos e 1 abstenção, duas alterações no inciso V do artigo 6º: o “artigo 52” por “artigo 54” e “prorrogado por 15 (quinze) dias corridos a partir” por “prorrogado por até 15 (quinze) dias a partir”. A mesa entendeu que a alteração da numeração do artigo é apenas uma revisão e colocou em votação apenas a segunda alteração. A alteração foi aprovada pela ampla maioria, com algumas abstenções, e o texto do inciso V ficou “**V – Não havendo registro de chapas durante o 33º CONGRESSO, o prazo para registro, nos termos previstos no § 1º, do artigo 54 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, será prorrogado até 15 (quinze) dias a partir da data do final do 33º CONGRESSO, realizando-se na secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.**” A mesa passou a tratar do artigo 7º que teve duas propostas de acréscimo ao final do texto original. A proposta 1, “*devendo manifestar-se definitivamente no prazo de até 7 (sete) dias corridos*”, foi aprovada pelos grupos 1 (18F 0C 1A) e 2 (unanimidade); a proposta 2, “*devendo manifestar-se definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos.*”, foi aprovada pelos grupos 4 (7F 7C 10A) e 10 (4F 2C 13A). Durante o debate, foi proposta a correção do texto incluindo “ao início da” entre “proceder” e “homologação”. A mesa colocou em votação a manutenção do texto original contra a alteração, que venceu por ampla maioria. Desse modo, a mesa passou à votação da proposta 1 contra a 2, ambas com a inclusão do termo “ao início da”, sendo aprovada por ampla maioria a proposta 1.

O texto do artigo 7º passou a ter a seguinte redação: **Art. 7º - A CEC reunir-se-á no prazo de 24 horas após o prazo de registro das chapas para verificar a documentação entregue e proceder ao início da homologação da(s) chapa(s) devendo manifestar-se definitivamente no prazo de até 7 (sete) dias corridos.** O grupo 1 aprovou (18F 0C 1A) a alteração do termo “inscrição” por “registro” no parágrafo único do artigo 9, que foi considerado superado pela votação anterior, e o parágrafo ficou com a seguinte redação: **Parágrafo único. As alterações previstas no artigo 8º só poderão ser consideradas pela CEC se lhe forem entregues em até quarenta e oito horas após o encerramento do prazo final de registro definitivo das chapas, improrrogavelmente.** Passou-se a discutir o inciso III do artigo 12, cujo texto teve duas propostas substitutivas. Os grupos 1 (18F 0C 1A), 7 (10F 6C 4A) e 10 (03F 2C 16A) aprovaram o texto substitutivo “*III – sindicalizado(s) do ANDES-SN, em número igual ao de chapa(s) registradas, indicado(s) e homologado(s) pela plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. No caso de registro de uma única chapa, a plenária indicará e homologará 3 (três) sindicalizados para composição da CEC.*”, que foi considerada proposta 1 pela mesa, e os grupos 2 (19F 2C 3A) e 4 (7F 4C 8A) aprovaram o texto substitutivo “*III – Sindicalizados(as) do ANDES-SN, em número igual ao de chapa(s) inscrita(s), indicado(s) e homologado(s) pela plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º Congresso do ANDES-SN*”, que foi considerada proposta 2. A mesa colocou em votação a manutenção do texto original contra a substituição do texto, que venceu por ampla maioria. Passou-se então à votação da proposta 1 contra a proposta 2, sendo a proposta 1 aprovada por ampla maioria. Foi sugerido na plenária a transformação do 2º período da proposta em parágrafo; portanto, o inciso III ficou com a seguinte redação final: **III – sindicalizado(s) do ANDES-SN, em número igual ao de chapa(s) registradas, indicado(s) e homologado(s) pela plenária das questões organizativas e financeiras do 33º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional**, e foi incluído um novo parágrafo ao artigo 12: **§ 5º No caso de registro de uma única chapa, a plenária indicará e homologará 3 (três) sindicalizados para composição da CEC.** A proposta de inclusão do termo “*e com um mínimo de 5 (cinco) componentes*”, aprovada pelos grupos 1 (18F 0C 1A) e 10 (6F 3C 11A), foi considerada superada pela votação anterior. O grupo 10 aprovou a inclusão do inciso II no parágrafo 1º do artigo 12 (06F 05C 10 A) propondo o texto “**§ 1º Os componentes da CEC, com exceção daqueles previstos nos incisos I e II deste artigo, terão seus nomes homologados no 33º CONGRESSO, na plenária do tema das Questões Organizativas e Financeiras**”, o qual foi rejeitado pela maioria, permanecendo o texto original. Passou-se à apreciação da inclusão do seguinte texto: “*No caso de não homologação do(s) registro(s) de chapa(s), o(s) seu(s) indicado(s) deixará(ão) de compor a CEC. Neste caso, se necessário, visando a atender o inciso IV deste artigo, será convocado o suplente mais votado pela plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º Congresso do ANDES-SN*”, o qual foi aprovado como inciso V pelos grupos 1 (18F 0C 1A), 4 (19F 0C 4A), 7 (11F 3C 6A) e 10 (7F 2C 12A), e como novo parágrafo pelo grupo 2 (24F – 1C – 2A). O professor Lisboa sugeriu uma modificação para que o texto não fique dividido em dois períodos e propôs a seguinte redação: “*No caso de não homologação do(s) registro(s) de chapa(s), o(s) seu(s) indicado(s) deixará(ão) de compor a CEC, situação a partir da qual será convocado o suplente mais votado pela respectiva plenária do 33º Congresso do ANDES-SN, visando a atender o inciso IV deste artigo.*” A mesa colocou em votação o texto original contra o texto substitutivo, sendo este aprovado por ampla maioria, com poucos votos contrários e algumas abstenções; portanto, foi incluído um novo inciso no artigo 12, cuja redação final é: **V – No caso de não homologação do(s) registro(s) de chapa(s), o(s) seu(s) indicado(s) deixará(ão) de compor a CEC, situação a partir da qual será convocado o suplente mais votado pela respectiva plenária do 33º Congresso do ANDES-SN, visando a atender o inciso IV deste artigo.** A mesa passou a tratar do artigo 22, cujo primeiro parágrafo “**§ 1º Em caso de empate, haverá voto qualificado do presidente da CEL.**” teve a supressão aprovada pelos grupos 1 (18F 0C 1A), 4 (14F 1C 7A), 5 (18F 0C 1A), 6 (unanimidade), 7 (16F 2C 2A), 8 (16F 0C 2A) e 9 (11F 1C 6A) e foi modificado pelo grupo 2 (19F 3C 3A), cuja proposta é: “*No caso de empate, a CEL procederá à nova votação; permanecendo o empate, será remetida para decisão da CEC.*” Colocada em votação, a proposta de supressão do parágrafo foi aprovada por ampla maioria, com algumas abstenções,

transformando o parágrafo 2º em único: **Parágrafo único. Das decisões da CEL cabe recurso à CEC.** A mesa passou à apreciação do artigo 27, sendo que os grupos 1 (18F 0C 01A), 2 (10F 15C 2A), 4 (21F 0C 2A), 7 (10F 6C 1A) e 10 (9F 11C 3A), como proposta minoritária, aprovaram a inclusão do termo “*Os locais de votação deverão ser fixos, sendo vedada a prática da chamada “urna itinerante”*” ao final do artigo. A mesa colocou em votação a manutenção do texto original contra a proposta de inclusão, a qual venceu por ampla maioria, sendo incluído como parágrafo único ao artigo 27 com a seguinte redação: **Parágrafo único. Os locais de votação deverão ser fixos, sendo vedada a prática da chamada “urna itinerante”.** Não havendo mais nenhuma modificação proposta pelos grupos, a aprovação do regimento eleitoral como um todo, com as modificações, supressões e inclusões previamente aprovadas, foi colocado em votação, o qual foi aprovado por ampla maioria, com alguns votos contrários e algumas abstenções. O presidente da mesa avisou que, conforme o inciso I do artigo 6 do Regimento Eleitoral, após ser aprovado pela plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas, no decurso de uma hora, teriam que ser inscritas na secretaria; ou seja, até às 16h53. O presidente da mesa passou à apreciação dos textos de resolução que tratam de alterações estatutárias. Em relação ao **TR 8 - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN. Diretoria do ANDES-SN. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN: Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as associações de docentes (AD) filiadas, até o trigésimo quarto (34º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário. Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 34º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI). Parágrafo 2º do artigo 72. O 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 34º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput**, a situação nos grupos foi: aprovado integralmente nos grupos 1 (17F 0C 1A), 2 (22F 0C 1A), 3 (unanimidade), 4 (13F 0C 2A), 5 (21F 0C 1A), 6 (unanimidade), 7 (17F 0C 1A), 8 (unanimidade), 9 (16F 0C 2A), 10 (20F 0C 1A). O presidente da mesa colocou em votação o TR, o qual foi aprovado por 187 (cento e oitenta e sete) votos favoráveis, nenhum contrário e 14 (quatorze) abstenções. O presidente da mesa passou à apreciação do **TR 53 - ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA - APRIMORANDO O ARTIGO 53, PARA QUE SE GARANTA O RODÍZIO DE MILITANTES NOS CARGOS DA DIRETORIA NACIONAL. Contribuição dos professores Aloízio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dileno Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.). O 33º Congresso do ANDES-SN decide: Alterar o artigo 53º do seu Estatuto, com a inclusão do parágrafo segundo: “Art. 53. São condições para participar das eleições: I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado; II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar; III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no artigo 10, inciso II, deste Estatuto. Parágrafo primeiro. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva. Parágrafo segundo. É vedada a participação nas eleições para a DIRETORIA NACIONAL do sindicalizado que nos seis anos anteriores às eleições tenha participado de duas**

gestões seguidas na DIRETORIA NACIONAL e que ao longo dos dois anos subsequentes tenha ocupado cargos de diretoria em seção sindical”. A situação nos grupos foi: pela rejeição nos grupos 1 (13F 6C 1A) com a manutenção de forma minoritária, 2 (unanimidade), 3 (17F 0C 2A), 5 (20F 0C 2A), 6 (17F 0C 3A), 7 (16F 1C 1A), 8 (13F 7C 2A), 9 (12F 3C 5A), e foi remetido para plenária pelos grupos 4 e 10. O presidente da mesa colocou em votação, e o TR foi rejeitado por 159 (cento e cinquenta e nove) votos, com 10 (dez) votos pela aprovação do TR e 23 (vinte e três) abstenções; portanto, o TR 53 foi rejeitado. O presidente da mesa passou à apreciação do **TR 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 58º CONAD. Diretoria do ANDES-SN. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 58º CONAD**, informando que a tabela dos gastos consta no caderno de textos. A situação nos grupos foi: aprovado integralmente nos grupos 1 (unanimidade), 2 (21F 0C 3A), 3 (18F 0C 2A), 4 (18F 0C 3A), 5 (unanimidade), 6 (unanimidade), 10 (15F 0C 6A), remetido para plenária no grupo 8, sem quorum no grupo 7 e sem informação no grupo 9. Posto em votação, o TR 10 foi aprovado por ampla maioria, com 1 voto contrário e algumas abstenções. Foi feito o anúncio pelo secretário geral, professor Márcio, que a secretaria recebeu a inscrição de uma única chapa, e que a chapa 1 tinha como candidato a presidente o professor Paulo Marcos Borges Rizzo, Cláudia March como candidata a secretária-geral e Amauri Frago de Medeiros como candidato a 1º tesoureiro. Passou-se à apreciação do **TR 12 - Fundo Único. Diretoria do ANDES-SN. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, definidos pelo 33º Congresso como centrais na luta do Sindicato, no limite de 500 mil reais da parcela referente à mobilização. 2. Autorizar o 59º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e luta para o segundo semestre de 2014. 3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, que entrarem em greve no ano de 2014, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto permanecerem em greve.** A situação nos grupos foi: aprovado integralmente nos grupos 1 (18F 0C 1A) e 6 (10F 5C 4A), aprovado com modificações nos grupos 2 (18F 2C 2A), 3 (14F 2C 4A), 4 (unanimidade), 5 (20F 0C 1A) e 10 (7F 6C 5A), remetido para plenária no grupo 8, sem quorum no grupo 7 e sem informação no grupo 9. O presidente da mesa colocou em votação, cujo resultado foi de 87 votos pela manutenção, 101 votos pela modificação e 21 abstenções. A modificação proposta foi a inclusão do aposto “... para o ano de 2014,” após “... ordenar despesas...”, no item 1, que foi aprovado nos grupos 2 (19F 2C 2A), 3 (14F 2C 4A), 4(unanimidade), 5 (20F 0C 1A) e 10 (7F 6C 5A). O presidente da mesa colocou em votação a proposta de inclusão, a qual foi aprovada por ampla maioria; portanto, o item ficou com a seguinte redação: **1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para o ano de 2014, para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, definidos pelo 33º Congresso como centrais na luta do Sindicato, no limite de 500 mil reais da parcela referente à mobilização.** Alguns grupos discutiram em conjunto com esta TR o item 2 da TR 75, que compõem o plano de lutas dos setores, que diz: *Que nas greves de IEES e IMES o repasse ao Sindicato nacional fica suspenso passando a ser depositado em fundo de greve local.* O presidente da mesa apresentou o resultado nos grupos, os quais rejeitaram o item 2 na TR75: grupos 1 (13F 0C 6A), 2 (21F 0C 2A), 3 (17F 4C 0A), 4 (unanimidade) e 6 (19F 0C 3A). Na discussão, foi apontado o fato de não se ter o resultado dos outros grupos; portanto, podendo prejudicar a votação. O presidente da mesa explicou que não foi colocado o resultado dos outros grupos, pois, quando o relatório deste tema foi consolidado, os grupos ainda não haviam discutido este item do TR. Neste ponto, como expirou a prorrogação do tempo, a plenária foi interrompida por deliberação da ampla maioria, e o restante dos TR foi remetido para a plenária do tema 5. No retorno da plenária, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, iniciou-se com a escolha da Comissão Eleitoral. O presidente da mesa leu o inciso III, bem como o parágrafo segundo do artigo 12 e explicou que deveriam ser escolhidos 3 nomes para serem titulares na Comissão e seis suplentes. Foram indicados 4 nomes para serem titulares e 5 nomes para suplência. Foram colocados os nomes dos candidatos para votação e aquele que recebesse menor número de votos ficaria como suplente. A seguir, os nomes dos candidatos com o respectivo número de votos: para titulares: **Antonio Lisboa Leitão de Souza (ADUFCG), 149 votos; Luis Allan Kunzle (APUFPR), 133 votos; Paulo Cesar**

Marques da Silva (ADUNB), 109 votos, e Carlos Cartaxo (ADUFPB), 65 votos; candidatos a suplentes: Daniella Corcioli Azevedo Rocha (SESDUFT), 105; Eduardo Gonçalves Serra (ADUFERJE), 87 votos; Walterlina Barboza Brasil (ADUNIR), 79 votos; Sergio Paulo Amaral Souto (ADUSP), 72 votos; José Irelanio Ataíde (ADUFCG), 65 votos, e Carlos José Cartaxo (ADUFPB), 53 votos. O secretário geral informou o nome dos membros indicados pela diretoria: João Francisco Ricardo Kastner Negrão, como titular, Marina Barbosa Pinto (1ª suplente), Almir Serra Menezes Filho (2º suplente), e os membros indicados pela chapa: José Henrique Erthal Sanglard (ADUFRJ) e Ciro Teixeira Correia (ADUSP). Após a deliberação sobre a composição da Comissão Eleitoral, retornou-se ao debate do item 2 da TR 75. Como muitos delegados estavam se manifestando em relação ao prejuízo do debate pela ausência do resultado dos outros grupos, foi proposto e deliberado que a plenária passaria a discutir o próximo TR e retornaria a este item quando tivesse os resultados dos outros grupos. Passou-se à apreciação do **TR 13 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF). Diretoria do ANDES-SN. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: - Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF.** A situação nos grupos foi: aprovado integralmente nos grupos 1 (17F 0C 1A), 2 (21F 1C 0A), 3 (17F 0C 2A), 4 (21F 0C 1A), 6 (unanimidade) e 10 (21F 0C 3A); remetido para plenária no grupo 8; sem quorum no grupo 7; sem informação nos grupos 5 e 9. A TR foi colocada em votação e aprovada por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções. Em seguida, à apreciação do **TR 14 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Diretoria do ANDES-SN. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida.** Em apreciação, observou-se a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 1 (unanimidade), 2 (21F 1C 0A), 3 (18F 0C 3A), 4 (18F 0C 1A), 6 (unanimidade) e 10 (19F 0C 4A), remetido para plenária no grupo 8, sem quorum no grupo 7, sem informação nos grupos 5 e 9. O presidente da mesa colocou em votação e o TR 14, que foi aprovado por ampla maioria, com alguns votos contrários e algumas abstenções. Passou-se, então, a discutir o *TR 50 - FINANCIAMENTO DE OBSERVADORES DAS SEÇÕES SINDICAIS “em construção” AOS ENCONTROS E CONGRESSOS DO ANDES-SN. Contribuição da diretoria da seção sindical do ANDES-SN na UFRGS. O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que o GTPFS formule, para apresentar no 59º CONAD, uma proposta de financiamento para a participação de observadores nas instâncias deliberativas do ANDES-SN acima explicitadas.* O presidente da mesa informou a situação nos grupos, que foi: aprovado com modificação nos grupos 3 (16F 0C 2A), 4 (15F 0C 3A) e 10 (13F 0C 8A); rejeitado nos grupos 2 (18F 0C 7A) e 6 (16F 2C 2A); remetido para o tema 5 no grupo 1 (16F 1C 1A); remetido para plenária no grupo 8; sem quorum no grupo 7; sem informação nos grupos 5 e 9. O presidente da mesa encaminhou a primeira votação para decidir se o TR seria deliberado nesta plenária ou no tema 5. Por ampla maioria - com poucos votos favoráveis à remessa, e algumas abstenções -, a discussão e a deliberação do TR permaneceram nesta plenária. O presidente da mesa leu a proposta de texto substitutivo: *O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que o GTPFS formule, para apresentar no 59º CONAD, uma proposta de financiamento para a participação de: 1- Delegados e/ou observadores de seções sindicais do ANDES-SN que sejam oposições locais a outras entidades de docentes vinculadas ao PROIFES e MDIA. 2- Delegados e/ou observadores de seções sindicais do ANDES-SN que não possuam recursos financeiros suficientes.* A substituição foi aprovada nos grupos 3 (17F 0C 1A), 4 (15F 0C 3A) e 10 (13F 0C 8A). Após debate, o TR foi posto em votação, com poucos votos pela manutenção, ampla maioria pela rejeição e poucas abstenções. Passou-se à votação do **TR 52 - O ANDES-SN E O APOIO À LUTA DOS GUARANI-KAIOWÁ. Contribuição da Diretoria da ADUFERPE-SSind; Diretoria da ADUFDourados-SSind; Roseli Rocha (ADUEMS SSind) e Wilson Brum (ADUEMS SSind); Fátima Massena (ADUFERPE SSind); Aderaldo Alexandrino (ADUFERPE Ssind).** O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: *Apoiar financeiramente, com a quantia de R\$ 2.000,00 por mês, a Associação de Pais e Mestres da Escola Pai Chiquito, da Aldeia Panambizinho, Dourados – MS. Tal recurso deverá ser aplicado nos processos de mobilização e organização*

dos Povos Guarani-Kaiowá, como assessoria jurídica, apoio aos deslocamentos que viabilizem a participação em atividades políticas, bem como, em situações emergenciais nas quais são necessários alimentos, água potável e medicamentos. A situação nos grupos foi: aprovado com modificação nos grupos 1 (12F 05C 02A), 2 (15F 1C 5A), 3 (13F 5C 0A), 4 (14F 3C 1A) e 6 (16F 6C 0A); remetido para tema 5 no grupo 10 (ampla maioria - 3A); remetido para plenária no grupo 8; sem quorum no grupo 7, e sem informação nos grupos 5 e 9. Foram aprovados nos grupos três textos substitutivos, a saber: “Intensificar, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, apoio à luta dos povos indígenas por meio de apoio político e financeiro”, a qual passou a ser considerada pela mesa como proposta 1, e que foi aprovada nos grupos 1 (12F 5C 2A), 4 (14F 3C 1A), 6 (18F 4C 0A) e 3 (6F 11C 1A) como minoritária, e rejeitada no grupo 2 (1F 16C 4A); “Apoiar financeiramente com a quantia de R\$ 2.000,00 por um período de 12 meses a Associação dos professores e lideranças Guarani e Kaiowá, com o objetivo de subsidiar seus processos de organização e mobilização. Devido à organização étnica não ser institucionalizada, o repasse será feito para a seção ADUFDourados, que comporá uma comissão com membros da ADUEMS para receber, disponibilizar, acompanhar e prestar contas ao ANDES-SN”, a qual passou a ser considerada pela mesa como proposta 2, e que foi aprovada no grupo 3 (11F 6C 1A); “Dar apoio político às lutas dos povos indígenas, inclusive contra a PEC 215/00, e apoio financeiro à auto-organização dos Guarani-Kaiowá para o enfrentamento que vêm desenvolvendo aos ataques perpetrados pelo agronegócio e seus aliados, especialmente na região de Dourados/MS. Doar R\$ 24.000,00 às AD da região de Dourados/MS como contribuição simbólica ao apoio às lutas dos povos originários do país pelos seus direitos e condições de vida.”, a qual passou a ser considerada pela mesa como proposta 3, e que foi aprovada no grupo 2 (15F 1C 5A). A proposta 1 de substituição, após aprovada, foi remetida para o tema 5 pelo grupo 1, com 14 votos favoráveis e 5 abstenções. Após um amplo debate em que nas diversas falas havia consenso sobre a importância do apoio à luta dos Guarani-Kaiowá, com divergências apenas na forma deste apoio, o TR foi colocado em votação na sua forma original contra modificação. Por ampla maioria, com poucos votos pela manutenção e algumas abstenções, venceu a proposta de modificação. Em seguida, a mesa explicou que as propostas 2 e 3 tinham mais semelhanças entre si em relação à proposta 1; portanto, seria posta em votação a proposta 1 contra as propostas 2 e 3 juntas. Caso vencessem as propostas 2 e 3, seria colocada em votação uma contra a outra. Por ampla maioria, venceu a proposta 1, com poucos votos para proposta 2 e 3 juntas e algumas abstenções; portanto, o texto substitutivo ao **TR 52** tem a seguinte redação final: **Intensificar, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, apoio à luta dos povos indígenas por meio de apoio político e financeiro.** Em seguida, o presidente da mesa passou ao **TR 81 – AOS QUE NÃO DEVEM MORRER – APOIO AO POVO GUARANY KAYWÁ, TERRAS INDÍGENAS E DE NEGRO.** Contribuição do professor Waldir Bertulio – Adufmat/UFMT e ADUEMS. 1 - Propomos que seja destinado pelo ANDES-SN uma contribuição mensal para o Conselho Aty-Guassú, solicitado pelas lideranças dos acampamentos, aldeias, reservas e pelos conselheiros do Aty-Guassú. 2 – Que seja efetuado através do GTPCEGDS do ANDES-SN um encontro sobre lutas indígenas, de negro e racismo, realidade e articulações para enfrentamento, em colaboração com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ..., Conselho Aty-Guassú, Conselho Continental da Nação Guarany (CCNG) e Articulação Quilombola, no ano de 2014”. A situação nos grupos foi: no grupo 1, este TR foi discutido em conjunto com o TR 52 e a proposta de modificação foi aprovada e remetida para o tema 5 (14F 0C 5F); remetido para o tema 5 no grupo 10 (ampla maioria F 3A); remetido para a plenária nos grupos 2, 4 e 8; sem quorum nos grupos 7 e 9; sem informação nos grupos 3 e 5. Seguindo o encaminhamento dado pelo grupo 1, o presidente da mesa indagou à plenária sobre a superação deste TR devido à votação do TR anterior. O professor Waldir Bertúlio pediu a palavra e disse que o item 1 realmente estava superado, mas que não entendia a superação do item 2 e defendeu a necessidade de se discutir mais a questão indígena. Não houve consenso sobre a superação e o pedido de discussão do assunto. Novamente, houve uma ampla discussão sobre a temática e o professor Lisboa lembrou que o ANDES-SN havia realizado um evento e solicitou esclarecimento sobre este. O professor Gean, coordenador do GTPCEDS, prestou informes relacionados ao seminário sobre os povos indígenas promovido pelo GT, ocorrido em

novembro, em Dourados/MS. Após algumas falas, o professor Márcio apresentou a seguinte proposta: “*Encaminhar o item 2 da proposta à consideração do GT de Etnias... para preparar proposta inclusive de custos para o 59º CONAD*”. O professor Lisboa apresentou uma outra proposta de texto “*1- Realizar através do GTPCEGDS do ANDES-SN debates sobre a temática e demandas dos povos indígenas e elaborar proposta de realização de Encontro/Seminário no 2º semestre de 2014. O 59º CONAD apreciará a planilha financeira para a realização deste evento.*” O professor Waldir Bertúlio retirou sua proposta original, por se sentir contemplado com as propostas apresentadas na plenária. Foi colocada em votação a proposta do professor Márcio, que recebeu 87 votos, contra a proposta do professor Lisboa, que recebeu 91 votos, com 19 abstenções. Com a substituição aprovada, a redação final ficou: **TR 81 – AOS QUE NÃO DEVEM MORRER – APOIO AO POVO GUARANY KAYWÁ, TERRAS INDÍGENAS E DE NEGRO. 1- Realizar, por intermédio do GTPCEGDS do ANDES-SN, debates sobre a temática e demandas dos povos indígenas e elaborar proposta de realização de Encontro/Seminário no 2º semestre de 2014. O 59º CONAD apreciará a planilha financeira para a realização deste evento.** Em seguida, passou-se à votação do *TR 51 - TEMPO LIVRE NOS CONGRESSOS E CONADS. Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que os cronogramas de atividades dos congressos e CONADS tenham a previsão de um dia livre de atividades dos respectivos eventos, cuja situação nos grupos foi: aprovado com modificação no grupo 6 (13F 4C 2A); remetido para plenária nos grupos 1 (17F 1C 0A), 2, 4, 8 e 10; sem quorum no grupo 7; sem informação nos grupos 3, 5 e 9. Proposta de modificação para este TR em conjunto com TR 54: “1. Autorizar o 59º CONAD a rever a metodologia que é adotada no Congresso do ANDES SN relativamente a temário, pauta e cronograma, com vistas a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas.”*, que foi aprovado no grupo 6 (13F 2C 4A). Inicialmente, foi acordado que as discussões do TR 51 e do 54 seriam conjuntas, mas as votações seriam separadas, apesar de ambas tratarem da dinâmica do Congresso. Vários delegados falaram sobre a urgência em modificar a estrutura do Congresso, pois a metodologia atual era extremamente cansativa, para os delegados e para a diretoria, muitas vezes dificultando o debate de temáticas importantes. Este excesso de trabalho no Congresso era contraditório à luta dos professores contra a precarização do trabalho do professor na universidade, que acarreta o adoecimento do professor. Após amplo debate, o presidente da mesa colocou em votação o texto original do TR contra a substituição. Foi aprovada a substituição por ampla maioria, que passou a ter a seguinte redação: **TR 51 - TEMPO LIVRE NOS CONGRESSOS E CONADS. Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND. O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: “1. Autorizar o 59º CONAD a rever a metodologia que é adotada no Congresso do ANDES SN relativamente ao temário, à pauta e ao cronograma, com vista a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas.”** Em seguida, o presidente da mesa passou à apreciação do *TR 54 - POR UM CONGRESSO MAIS CURTO. Contribuição dos professores Aloízio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind.); Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.). O 33º Congresso do ANDES-SN decide que: Na organização do 34º Congresso do ANDES-SN o tema Políticas será incorporado ao Plano de Lutas, buscando-se reduzir a duração de tempo do Congresso.* A situação nos grupos foi: aprovado com modificação no grupo 6 (13F 4C 2A); remetido para plenária nos grupos 1 (17-1-0), 2, 4, 8 e 10; sem quorum no grupo 7; sem informação nos grupos 3, 5 e 9. A proposta de modificação para este TR em conjunto com TR 51 foi: *1. Autorizar o 59º CONAD a rever a metodologia que é adotada no Congresso do ANDES SN relativamente a temário, pauta e cronograma, com vistas*

a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas. A modificação foi aprovada no grupo 6 (13F 2C 4A). Após debate sobre a dinâmica do Congresso, e que seria necessário um estudo aprofundado sobre a questão, como já havia sido discutido no TR anterior, o presidente da mesa colocou em votação o TR, que foi rejeitado por ampla maioria. Passou-se a tratar do TR 55 - ENFRENTAR OS DESAFIOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS DO ANDES-SN. Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA SSind), Raphael Furtado (ADUFES SSind), Geraldo Carvalho (ADUFPI SSind), Hajime Nozaki (APES-JF SSind), Raquel Dias (SINDUECE). O 33º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL delibera: Realizar um Seminário sobre os desafios político-organizativos e estrutura do ANDES-SN que aprofunde o debate e proponha modificações para o próximo Congresso a ser realizado em 2015. A situação nos grupos foi: remetido para o tema 5 pelos grupos 1 (16-1-1) e 6 (unanimidade); remetido para plenária pelos grupos 2, 4, 8 e 10; sem quorum no grupo 7; sem informação nos grupos 3, 5 e 9. O presidente da mesa colocou em votação inicialmente se o TR seria discutido nesta plenária ou no tema 5. Por ampla maioria dos votos, o TR foi remetido para a plenária do tema 5. Dando continuidade, passou-se a tratar do TR 56 - FORTALECER O TRABALHO DE BASE E INTENSIFICAR A LUTA CONTRA A DIVISÃO DO ANDES-SN NAS SEÇÕES SINDICAIS DIRIGIDAS PELO PROIFES. Contribuição dos professores Alexandre L. Gadelha, Ana Paula Medeiros, Annibal Muniz Silvany Neto, Carlos Zacarias de Sena Junior, Gilca Garcia de Oliveira, Henrique Saldanha, Isabela Fadul de Oliveira, Lana Bleicher, Leonardo Teixeira Sousa e Osmario Rezende Leite - Sindicalizados da APUB Seção Sindical. 1. O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN fortaleça as oposições sindicais das universidades onde a PROIFES atua, apoiando suas ações pelo reconhecimento do ANDES-SN como o Sindicato dos docentes do ensino superior brasileiro. 2. O 33º Congresso reconhece as oposições sindicais nas universidades onde a PROIFES atua e sua participação como delegados eleitos pela categoria para contribuir com o ANDES-SN na sua agenda de ações e plano de luta. A situação nos grupos foi: rejeitado no grupo 6 (14F 2C 4A); remetido para plenária no grupo 1(17 – 1 - 0), 2, 4, 8 e 10; sem quorum no grupo 7; sem informação nos grupos 3, 5 e 9. Paulo Rizzo solicitou a palavra e sugeriu que este TR, que tem algumas similaridades com o anterior, também fosse primeiro votado se ele seria discutido nesta ou na plenária do tema 5. Colocado em votação, por ampla maioria, o TR 56 foi remetido para plenária do tema 5. Logo em seguida, o presidente da mesa retornou ao item 2 da TR 75, que havia ficado pendente aguardando os resultados dos demais grupos. O presidente da mesa leu novamente todos os resultados: rejeição do item 2 da TR75 nos grupos 1 (13F 0C 6A), 2 (21F 0C 2A), 3 (17F 4C 0A), 4 (unanimidade), 6 (19F 0C 3A) e 8 (20F 2C 0A); manutenção do item nos grupos 7 (11F 4C 7A) e 10 (14F 4C 5A), e remetido para plenária pelo grupo 9 (24F 1C 0A). Paulo Rizzo falou sobre a dificuldade da manutenção de greve nas estaduais e que, neste sentido, foi apreciada e aprovada a suspensão da contribuição para o Fundo, mas que a suspensão do repasse iria de encontro ao conceito de autossustentação do Sindicato e poderia ferir o Estatuto do ANDES-SN. Houve ampla discussão sobre esta questão e, ao final, ficou acordado que a diretoria iria analisar a questão estatutária junto à assessoria jurídica e faria o esclarecimento a posteriori, ficando novamente pendente este item. Passou-se à apreciação do TR 78 - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES- SN. **Diretoria do ANDES-SN. O 33º Congresso delibera: 1. que as seções sindicais realizem levantamento sobre ações da ditadura em âmbito institucional, local e regional até junho de 2014; 2. que o ANDES-SN realize seminário nacional sobre a temática, no segundo semestre de 2014, antecedido de encontros preparatórios; 3. que as seções sindicais e as secretarias regionais participem ativamente dos atos de repúdio ao golpe de 1964; 4. que o ANDES-SN busque articular ações e mobilização com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei de Anistia, pela responsabilização dos autores da tortura e outros crimes de lesa-humanidade nos anos da ditadura empresarial-militar; 5. que o ANDES-SN realize reunião ampliada da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com a presença de entidades sindicais e movimentos sociais, com o objetivo de articular ações conjuntas frente à temática, no mês de março; 6. que o ANDES-SN exija a abertura imediata dos arquivos da ditadura, fundamental para garantir o direito de informação.** A situação nos grupos foi: aprovado com modificação nos grupos 5 (11F 8C 3A) e 6 (15F 0C 2A);

remetido para plenária nos grupos 1 (17F 1C 0A), 2, 4, 8, 9, 10; sem quorum no grupo 7; sem informação no grupo 3. Após algumas falas destacando a importância da temática, o TR foi colocado em votação e foi aprovado, sem prejuízo de modificação, por ampla maioria. A modificação no item 1, aprovada no grupo 5 (11F 8C 3A), foi: *que as seções sindicais e as secretarias regionais, dentro das suas possibilidades, realizem levantamento sobre ações da ditadura em âmbito institucional, local e regional, até junho de 2014*. Acordada a retirada do termo “dentro das suas possibilidades”, foi proposta a inclusão de “articuladas com outras comissões da verdade” após “realizem levantamento”. A nova redação do item 1: **“1. que as seções sindicais e as secretarias regionais realizem levantamento, articuladas com outras comissões da verdade, sobre ações da ditadura em âmbito institucional, local e regional, até junho de 2014”**, sendo aprovada por ampla maioria. O grupo 6 aprovou (15F 0C 2A) a inclusão da expressão “por ocasião dos 50 anos do golpe de 64”, que, posto em votação pelo presidente da mesa, foi aprovado por ampla maioria, ficando a seguinte redação: **3. que as seções sindicais e as secretarias regionais participem ativamente dos atos de repúdio ao golpe de 1964, por ocasião dos 50 anos do golpe de 64**. Passou-se então à apreciação do TR 80 - *AVALIANDO O BRASIL APÓS 50 ANOS DA DITADURA MILITAR, CONJUNTURA E A PERSPECTIVA DAS ESQUERDAS. Contribuição do Professor Waldir Bertulio – Adufmat/UFMT e ADUEMS. 1 – Propomos que seja colocada infraestrutura informatizada, recursos humanos e melhor aporte logístico para a Comissão da Verdade do ANDES-SN, bem como sua descentralização efetiva formalizando cooperações em instâncias pertinentes. 2 – Que seja efetuado um Encontro Nacional no 1º semestre de 2014 sobre os impactos da ditadura militar após 50 anos do golpe, e as perspectivas da esquerda no Brasil*. A situação nos grupos foi: aprovado com modificação no grupo 3 (unanimidade); rejeitado no grupo 5 (unanimidade); remetido para plenária nos grupos 2, 4, 8, 9 (17-0-2) e 10; sem quorum no grupo 7, e sem informação nos grupos 1, 3 e 6. A modificação aprovada no grupo 3 foi rejeição do item 1 e substituição do item 2 para: “que seja efetuado um encontro nacional preferencialmente no 1º semestre de 2014 sobre ditadura militar e a universidade brasileira.” Após amplo debate sobre a importância de se resgatar a história da resistência da época da ditadura, o professor Leher propôs um texto substitutivo ao item 1, a saber: “Em função da magnitude da Comissão da Verdade do ANDES-SN, o Sindicato deverá ampliar a infraestrutura, alocar pessoal com dedicação plena à tarefa e assegurar suporte financeiro compatível com o desenvolvimento dos trabalhos em 2014.”. O presidente da mesa colocou o TR em votação, sendo aprovado por ampla maioria, sem prejuízo de modificação. Em seguida, foi colocada em votação a proposta original do item 1 e a proposta do professor Leher, vencendo esta por ampla maioria, e a proposta original do item 2 contra a proposta substitutiva do grupo 3, a qual venceu por ampla maioria, ficando a redação final do **TR 80 - AVALIANDO O BRASIL APÓS 50 ANOS DA DITADURA MILITAR, CONJUNTURA E A PERSPECTIVA DAS ESQUERDAS. 1. Em função da magnitude da Comissão da Verdade do ANDES-SN, o Sindicato deverá ampliar a infraestrutura, alocar pessoal com dedicação plena à tarefa e assegurar suporte financeiro compatível com o desenvolvimento dos trabalhos em 2014. 2. Que seja efetuado um encontro nacional preferencialmente no 1º semestre de 2014 sobre ditadura militar e a universidade brasileira**. Às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, o presidente da mesa remeteu os TRs do tema 4 e os TRs do tema 5 para a plenária do tema 6. Às dez horas e vinte minutos do dia 15 de fevereiro de 2014, a plenária foi retomada, no mesmo auditório da UFMA. Foi aprovada pela plenária a substituição de delegados a partir de 15 de março: Andrey Cordeiro Ferreira por Alexandre Pinto Mendes; Joecildo Francisco Rocha por Camila Daniel; Heitor Fernandes Mothé Filho por Luciano da Silva Alonso, da ADUR-RJ; Eduardo Serra Leão por Joacir Teixeira de Melo, da APES, e Maslowa Freitas por Larissa Penelu, da ADUFS-BA. Foram apresentadas nominalmente as novas seções sindicais e as alterações regimentais de seções sindicais apresentadas na TR 49, a saber: **TR 49 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL. Diretoria do ANDES-SN. O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1 - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL. 1.1 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º**

CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté – SINDUNITAU – SSind. 1.2 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais - ADUEMG - SSind do ANDES-SN, Unidade Ibirité-MG. 2 - ALTERAÇÃO REGIMENTAL. 2.1 Em consonância com o artigo 15, inciso IX, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – SINDUFPA-MAR-SSIND do ANDES-SN, que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Seção Sindical do ANDES-SN – SINDUNIFESSPA – SSind. 3 - RATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL E DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL. 3.1 Em consonância com o artigo 15, inciso IX, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da APUG - Associação dos Professores Universitários de Gurupi - TO - Seção Sindical do ANDES-SN. 3.2 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a criação da Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá – SINDUNESPAR Seção Sindical do ANDES-SN. 3.3 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari – SINDIFAP-SSIND do ANDES-SN. 3.4 Em consonância com o artigo 15, inciso IX, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a alteração no regimento da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN. A situação nos grupos foi: aprovado no grupo 1 (unanimidade); remetido para plenária nos grupos 2, 4, 8, 9 (17-0-2) e 10; sem quorum no grupo 7; sem informação nos grupos 3, 5 e 6. Após a votação, na qual as homologações foram aprovadas por ampla maioria, com algumas abstenções, foi dada a palavra aos professores das duas novas seções sindicais, a representante da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté e o representante da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais. Em seguida, o presidente da mesa colocou em apreciação o **TR 11. Diretoria do ANDES-SN. GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN. 1. ADUNIR: GTPE – Valterlina Brasil; **2. Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC -** GTPE – Mauro Titton. **3. ADUFMAT:** GTHMD – Waldir Bertúlio, Tomaz Boaventura e Edir Pina de Barros; GTSS/A – Maria Luzinete Alves Vanzeler; GTSS/A - Maria Luzinete Alves Vanzeler; GT Carreira - Alexandre Paulo Machado e Sirley Silveira. **4. SESDUF-RR:** Avery Milton Veríssimo de Carvalho. **5. ADUFPA:** GTPE – Jennifer Susan Webb Santos, Andréa Cristina Cunha Simões; GTSS/A – Maria da Conceição Rosa Cabral e Suelene Leite Pavão; GT-Carreira - Jennifer Susan Webb Santos, Andréa Cristina Cunha Simões e Erneida Coelho de Araújo; GTPFS – Fátima de Souza Moreira. **6. ADFUNREI:** GTPE – Maria Rita Rocha do Carmo, Sandra Boari Silva Rocha e João Antônio Correa Filho; GT-Carreira – João Antonio Correa Filho e Maria Rita Rocha do Carmo; GTSS/A – Sandra Boari Silva Rocha, Maria Rita Rocha do Carmo. **7. ADUFPB:** GTPE - Fernando Cunha, Terezinha Diniz, Auta de Souza Costa, Paulo César Goglio, Paulo César, Bernadete Silveira de Andrade, Alexandre Nader e Galdino Toscano; GTSS – Auta de Souza Costa, Terezinha Diniz, Bernadete Silveira de Andrade, Rui Dantas,**

José Antônio, José Ricardo, Givaldo Menezes, Glória Albernark, Djacy Arruda, Djelma, Edjalma Ferreira; GT-CARREIRA – Jaldes Menezes, Fernando Cunha, Clodoaldo Silveira, Galdino Toscano, Jamilton Farias, José da Paz Alvarenga, José Pessoa, Carlos Cartazo; GTCA-Carlos Cartaxo, Terezinha Diniz, Francileide Rodrigues, Gloria Albernark, Ricardo Lucena, Marizete Fernandes e Jamilton Farias. **8. ADUNIRIO:** GTHMD – Camila Maria Morais; GTPE – Viviane Becker Narvaes; GTPFS – Viviane Becker Narvaes, Carla Daniel Sartor, Rodrigo Castelo; GTSS/A – Janaina Bilate, Enedina Soares; GTCA - Viviane Becker Narvaes, Carla Daniel Sartor e Bruno Marinoni GT-Carreira – Enedina Soares; GTPAUA – Bruno José Oliveira; GTPE - Elisabeth Orletti. **9. ADUNEB:** GT- Carreira – Daniela Santos, Crispiniano Oliveira, Naira Souza, Cosme Wilson Carvalho, Lilian Aquino; GTC&T; GTCA; GTHMD - Lilian Ruas e Marcelo Neves; GTPAUA - Ivan Costa e Zózina Maria Rocha; GTPE - Zózina Maria Rocha, Sinóelia Pessoa, Daniela Santos e Lilian Ruas; GTPFS – Lilian Ruas, Maria do Socorro Ferreira, Sinóelia Pessoa, Euclides Bittencourt, Daniela Batista, Marcelo Neves, Zózina Maria Rocha e Milton Pinheiro; GTSS/A – Daniela Batista Sinoélia Pessoa e Zózina Maria Rocha; GT- Verbas – Naira Moura e Crispiniano Oliveira; GTPCEGDS – Luciana Cristina Souza, Maria do Socorro Ferreira, Euclides Bittencourt e Lilian Aquino; GT Fundações – Náira Moura. **10. ADUFCG:** GTPE – José Irelanio Ataíde; GTSS/A – José Bezerra de Araújo; GTCA – Roberto de Sousa Miranda. **11. ADUFERPE:** GTPE – Érika Suruagy Assis de Figueiredo. **12. ADUFF:** GT-Carreira – Claudia March Frota de Souza, José Raphael Bokehi, Paulo Antonio Cresciulo de Almeida, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Verônica Silva Fernandez; GT-Verbas – Arley José Silveira da Costa, José Raphael Bokehi; GTHMD – Edson Teixeira da Silva Junior, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Wanderson Fábio de Melo; GTPFS - Claudia March Frota de Souza, Eblin Joseph Farage, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Juarez Torres Duayer, Lorene Figueiredo de Oliveira, Verônica Silva Fernandez, Wanderson Fábio de Melo; GTPCEGDS – Dora Henrique da Costa, Elza Dely Veloso Macedo, Sérgio Ricardo Aboud Dutra; GTSS/A - Claudia March Frota de Souza, Sônia Maria da Silva e Verônica Silva Fernandez; GTCA – Celia Ferreira, Eblin Joseph Farage, Edson Teixeira da Silva Junior e Wanderson Fabio de Melo; GTC&T – Arley José Silveira da Costa, Edson Teixeira da Silva Junior e Wanderson Fabio de Melo; GTPE – Angela Carvalho de Siqueira, Catharina Meirelles, Celia Ferreira, Dora Henrique da Costa, Dora Henrique da Costa, Eblin Joseph Farage, Elza Dely Veloso, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Gelta Terezinha Ramos Xavier e Lorene Figueiredo de Oliveira; GTPAUA – Arley José Silveira da Costa, Eblin Joseph Farage, Felipe Melo da Silva Brito e Marcela Soares Silva. **13. ADUA:** GTPCEGDS – Ednailda Santos, Tharcisio Santiago Cruz, Elizandra Garcia; GTPE – José Belizário Neto, Francisco Jacob Paiva e Ana Cristina Fernandes; GT-Carreira – Marcelo Mário Valina, José Humberto Michillis, Ana Cristina Belarmino e Antonio Batista; GTC&T – José Alcimar de Oliveira, Marcelo Seráfico, Ana Lúcia Gomes. **14. APESJF:** GTSS/A – Maria Lúcia Araújo Leopoldo e Zuleyce Maria Lessa Pacheco; GTPE – Amanda Chaves Pinheiro; GTPAUA – Dilenno Dustan Lucas de Souza; GT-Carreira – Marcos Vinicius Leite; GT-Fundações – Lucas Nardelli Monteiro de Castro. **15. ADUFRJ:** GTCA – Cláudio Rezende Ribeiro, Luis Eduardo Acosta Acosta, Eunice Bomfim Rocha, Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues, Cleusa Santos; GT- Carreira – Renata Lúcia Baptista Flores, Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues, Maria Mello de Malta, Maria Cristina Miranda da Silva, Roberto Leher, Luciano Rodrigues de Souza Coutinho, Regina Célia de Souza Pugliese, Salatiel Menezes dos Santos, José Henrique Sanglard; GTSS/A - Salatiel Menezes dos Santos, Sara Granemann, Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi, Cleusa Santos, Romildo Vieira do Bomfim, José Miguel Bendrao Saldanha, Regina Helena Simões Barbosa, Janete Luzia Leite, Walcyr de Oliveira Barros, Elídio Alexandre Borges Marques;- GTPE – Roberto Leher, Maria Cristina Miranda da Silva, Renata Lucia Baptista Flores, Alessandra Nicodemos Oliveira Silva, Salatiel Menezes dos Santos, Regina Célia de Souza Pugliese; GTPFS – Luciano Rodrigues de Souza Coutinho, Janete Luzia Leite, Vera Maria Martins Salim, Maria Mello de Malta; GTPAUA – Claudia Lino Piccinini, Mariana Trotta Dallalana Quintans, Walcyr de Oliveira Barros, Salatiel Menezes dos Santos, Cláudio Rezende Ribeiro; GTC&T – Eduardo Gonçalves Serra, Luciana da Silva Andrade, Salatiel Menezes dos Santos, José Henrique Sanglard; GTHMD – Luciana Boiteux, Elidio Alexandre Borges. **16. ADUFU:** GTPE – Lúcia Helena de Paula Menezes, Maria Vieira da

Silva e Adriany de Ávila Melo Sampaio; GTHMD – Lúcia Helena de Paula Menezes; GTPCEGDS – Olenir Maria Mendes e Vera Lúcia Puga; GTPAUA – Antonio Carlos Freire Sampaio; GT-Carreira – Hudson Rodrigues Lima e André Luiz Sabino; GTSS/A – Rosana Ono; GTPFS – Filipe Almeida do Prado Mendonça e Lúcia Helena de Paula Menezes. **17. ADUFES:** GTCA – Rafael Gois Furtado, Mariane Lima de Souza, Rafael Gomes, Davi Protti e Luciana Caliman; GT Carreira - Rafael Vieira, Aureo Banhos, Edson Cardoso, Bernadete Gomes, Allan Kardec de Lima, Marison Luiza Soares e Cristina Helena Bruno Terruggi; GT&CT – Edson Cardoso, Jussara Fardin, Donato de Oliveira, Cristina Helena Bruno Terruggi, Mariane Lima de Souza, Fábio Correa de Castro; GTPCEGDS - Antônio Carlos Moraes, Edinete Maria Rosa, Raquel Cristina Melo Guimarães, Ana Claudia Wenceslau, Renata Couto Moreira e Alex; GTPAUA – Paulo Cesar Scarin, Aureo Banhos, Renata Couto Moreira, André Michelatto, Leoncio Lorenzoni e Francisco Cota; GTPE – Odiléa Dessame de Almeida, Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Euzi Moraes, Ana Heckert, Rafael Vieira, José Rocha Pinto, Edna Oliveira Castro, Marisson Luiz Sores, Temístocles de Souza Luz, Maria Helena Siervi e Fábio Correa de Castro; GTSS/A – Rafael Góes Furtado, Sandra Soares Dell Fonte, Helder Gomes, Valter Pires Pereira e Josemar Machado de Oliveira, Lenir Cardoso Porfirio, Cenira Andrade de Oliveira, Odiléa Dessaune de Almeida, Bernadete Gomes, Dulcinéia Sarmiento Rosemberg, Ana Targina Ferraz, Jeane Andréia Ferraz Silva, Arlete Correa de Oliveira, Elizabeth Barros, Thiago Sorti e Allan Kardec de Lima; GT Verbas – Rogério Neto Suave, André Michelato, Francisco Cota e Claudio Simões Salim. **18. SEDUFMS:** GTPCEGDS – Getúlio Silva Lemos, Júlio Quevedo e Gihad Mohamad; GTSS/A – Getúlio Silva Lemos, Suze Scalcon, Ester Nogueira, Carlitos Shalenberg e Maria Beatriz Carmielutti. **19. SINDUFFS:** GTPCEGDS – Cássio Cunha Soares. **20. SINDIUA:** GTPE- Kátia Regina Lima Rodrigues, Antônio Carlos Castro e Sílvia Helena de Lima Monteiro; GTPFS – Emanuel Lima e Werber Moreno; GT Carreira – Luiz Ponte, Emerson Ferreira, Flávio Melo e Hélcio Silva. **21. SINDURCA:** GTPCEGDS- Zuleide Queiroz, Claudia Rejane Grangeiro, Glauberto Quirino, Roberto Marques, Iara Maria de Araújo e Alana Mara Alves Gonçalves; GTPE - Karla Roberta Oliveira, Evilásio Bezerra, Zuleide Fernandes de Queiroz; GT Carreira – Anderson Rodrigues e Fábio Rodrigues. **22. ADUNB:** GTHMD - Luiz Carlos Galetti e Adriana de Fátima Barbosa Araújo; GTPFS – Luiz Carlos Galetti; GT – Liliane Maria Macedo Machado. Foram homologadas, por ampla maioria dos votos, as novas indicações de membros das seções sindicais para participação nos diversos GTs do ANDES-SN. Em seguida, o presidente da mesa colocou em apreciação o *TR 15 - SEDE DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL. Diretoria do ANDES-SN. O 34º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da ... Seção Sindical.* Foi informado pelo presidente da mesa que nenhum grupo fez indicação de sede e abriu-se a palavra à plenária. Como não houve nenhuma manifestação, o presidente informou que ficaria a cargo da diretoria a realização do 34º Congresso. Passou-se a tratar do item 2 do TR 75, que havia ficado pendente. Paulo Rizzo esclareceu sobre a questão estatutária e informou que havia sido acordado que o conteúdo do item seria tratado na plenária do tema 5. A delegada Juliana, representando a ASDUERJ, fez uma fala sobre a importância de se colocar na pauta este assunto devido à sua relevância para o setor das estaduais e que estava de acordo com a remessa da discussão deste item para a plenária seguinte. Com a retirada da votação deste item, foi posto em votação o TR 12 como um todo, texto original com uma modificação previamente aprovada, sendo aprovado por ampla maioria, com poucos votos contrários e algumas abstenções. Os TR do tema 4 foram, assim, encerrados às dez horas e cinquenta e seis minutos, prosseguindo a plenária com a sequência do tema 5 e do tema 6, e eu, Vânia Graciele Lezan Kowalczuk, 2ª secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Vânia Graciele Lezan Kowalczuk
2ª Secretária

João Francisco Ricardo K. Negrão
Presidente

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 5 - PLANO DE LUTAS - GERAL,
EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 33º
CONGRESSO DO ANDES-SN**

Às onze horas e dez minutos do dia quinze de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, do campus da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís/MA, teve início a plenária do Tema 5 - Plano de Lutas - Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores. A mesa foi composta por Ana Maria Ramos Estevão, presidente, Geraldo Marques Carneiro, vice-presidente, Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, 1º secretário e Antonio José Vale da Costa, 2º secretário. A presidente da mesa iniciou apresentando seus integrantes e descrevendo a sistemática de andamento dos trabalhos. Disse que os temas seriam apresentados em duas partes, por isso o relatório consolidado seria entregue em partes. Começaria com os TRs da primeira parte. Foi apresentada a seguinte ordem: 1) TR 16 (Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais); 2) TR 17 (Ações em torno de uma política de classe para questões etnicorraciais, gênero e diversidade sexual); 3) TR 18 (Comunicação); 4) TR 19 (Encontro Nacional de Educação); 5) TR 20 (Atualização dos PLs em Tramitação no Congresso Nacional); 6) TR 21 (Sindical); 7) TR 22 (O atual contexto de Seguridade Social). A plenária se mostrou de acordo com a ordem proposta. A seguir, a presidente relatou como encaminharia a discussão e deliberação da plenária. Em cada TR, apresentaria as deliberações dos grupos mistos e as respectivas alterações e inclusões que constam do relatório consolidado do Tema 5 – 1ª Parte elaborado pela mesa, com cópia distribuída aos participantes no plenário. Algumas manifestações do plenário orientaram ainda mais a metodologia de trabalho. Os itens seriam apresentados colocando-se o texto original, sem prejuízo de modificações, ou os textos substitutivos. Mantido o texto original, seriam apreciadas as modificações do texto, abrindo-se à discussão. Iniciaram-se os trabalhos pelo **TR-16 – QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS: O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a aprovação do Código de Mineração em tramitação no Congresso Nacional; 2. Desencadear ações unitárias com os demais movimentos sociais, de denúncia e enfrentamento do retrocesso do Código Florestal, aprovado no Congresso Nacional; 3. Lutar contra a interferência estrangeira no solo e subsolo e outras riquezas brasileiras; 4. Desenvolver ações com os demais movimentos sociais voltados à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20; 5. Intensificar o debate junto às seções sindicais acerca da estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de desenvolvimento; 6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais na construção dos megaempreendimentos, como expressa a luta contra a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu; 7. Continuar a luta com os movimentos sociais, pela imediata rotulação e descrição de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados – OGM (transgênicos) e lutar pela revogação da legislação que libera os transgênicos; 8. Intensificar as ações, com os movimentos sociais, em defesa dos direitos dos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais etc.; 9. Realizar atividades em conjunto com o GTSS/A, GTPE e GTC&T no sentido de aprofundar estudos e debates sobre a capacidade de suporte ambiental na regulamentação dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos; 10. Participar das ações que ocorrerão no país no ano de 2014, com destaque para as lutas em defesa dos direitos sociais e recursos para saúde, educação e transporte públicos, em contraponto ao uso destes recursos para a Copa do Mundo; 11. Propor à CSP-Conlutas, movimentos sociais e demais entidades que vêm atuando nas lutas por direitos sociais e contra a criminalização das suas lutas a elaboração de material informativo para divulgação em mídias diversas que tratem: 11.1 dos gastos com os megaeventos em contraponto aos investimentos públicos em educação e saúde públicas; 11.2 das ações repressivas dos estados/governos.** A posição dos grupos foi a seguinte: os grupos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10 aprovaram com modificações; apenas o grupo 5 aprovou o TR integralmente. Como houve um grupo que manteve o texto integral do TR, a presidente colocou

em votação a manutenção do conjunto do TR original contra as propostas de modificações, vencendo a segunda. Assim, passou a informar que as votações ocorreriam item a item naqueles que apresentaram modificações, além das propostas de novos itens. Com estes esclarecimentos, passou-se a discutir cada um dos itens. Os itens 1 e 5 não receberam alterações, ficando para aprovação final do TR. Começando com o item 2, após discussões, foi aprovado o seguinte texto **“2. Desenvolver ações em conjunto com os movimentos sociais, para denúncia e enfrentamento do retrocesso do código florestal tendo ênfase na defesa do meio ambiente, direitos sociais e a reforma agrária”**. No item 3, o grupo 9 aprovou substituir por “Lutar pelo controle, pela classe trabalhadora, do solo, subsolo e demais riquezas brasileiras”; o grupo 1 aprovou acrescentar após estrangeiras “dos recursos”; o grupo 4 aprovou acrescentar ao final do item “exploradas por empresas que devem ser reestatizadas sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, e seu produto investido na melhoria dos serviços públicos”. Após discussão o plenário aprovou as propostas dos grupos 1 e 4, ficando o item com a seguinte redação final: **3. Lutar contra a apropriação estrangeira dos recursos do solo e subsolo e de outras riquezas brasileiras, exploradas por empresas que devem ser reestatizadas sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, e seu produto investido na melhoria dos serviços públicos**. Quanto ao item 4, o grupo 9 apresentou proposta de supressão da expressão “com os demais movimentos sociais”. A mesa submeteu à votação a manutenção do texto original contra a supressão de parte do item. Foi aprovada a manutenção do texto original. No item 6, o grupo 10 aprovou acrescentar após contra “o projeto de matriz energética do governo, imposto às bacias dos rios Xingu e Tapajós”; o grupo 2 aprovou acrescentar após Xingu “bem como já estão demonstradas nas consequências já expressas nos empreendimentos em Rondônia (Santo Antônio do Girau)”; o grupo 2 aprovou acrescentar após ambientais “devido a”. Na plenária foi aprovada a consolidação das propostas apresentadas ficando o item com a seguinte redação final: **6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais devido à construção dos megaempreendimentos, como expressa a luta contra o projeto de matriz energética do governo, imposto às bacias dos rios Xingu e Tapajós, bem como já estão demonstradas nas consequências já expressas nos empreendimentos em Rondônia (Santo Antônio do Girau)**. No item seguinte, os debates culminaram com a aprovação do texto proposto pelo grupo 10 e a incorporação de “identificação” após a palavra “imediate” no item 7.1, ficando assim definido: **7. Em relação à produção e ao consumo de transgênicos: 7.1 Continuar a luta com os movimentos sociais pela imediata identificação, rotulação e descrição de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados (OGM – transgênicos); 7.2 Lutar contra a legislação que libera a produção e comercialização de alimentos transgênicos, inclusive aqueles destinados à ração animal; 7.3 Realizar ações de conscientização da população acerca da falta de estudos e pesquisas em relação à segurança no uso de transgênicos, contribuindo para o desenvolvimento de um contradiscurso em relação às informações veiculadas na mídia, que têm apenas considerado os interesses mercadológicos**. No item 8, o plenário aprovou a inclusão proposta pelo grupo 8 (*camponeses*) ao final do texto original ficando com a seguinte redação final: **8. Intensificar as ações, com os movimentos sociais, em defesa dos direitos dos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses**. Quanto ao item 9, foi aprovado o texto original com a inclusão proposta pelo grupo 6 (*GTPAUA* após *GTC&T*) e pelo grupo 7 de substituir “a capacidade de suporte ambiental” por “o impacto socioambiental” ficando o item com a seguinte redação final: **9. Realizar atividades em conjunto com o GTSS/A, GTPE, GTC&T e GTPAUA no sentido de aprofundar estudos e debates sobre o impacto socioambiental na regulamentação dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos**. Passou à discussão das propostas apresentadas pelos grupos mistos para o item 10: os grupos 2 e 9 aprovaram a supressão da expressão: “em contraponto ao uso destes recursos para a Copa do Mundo”. Por ampla maioria foi aprovada a manutenção do texto original. No item 11, foi aprovado o texto encaminhado pelo grupo 10 e os ajustes de concordância, passando a configurar-se da seguinte forma: **11. Defender no interior da CSP-Conlutas, dos movimentos sociais e demais entidades que vêm atuando nas lutas por direitos sociais e contra a criminalização das suas lutas, a elaboração de material informativo para divulgação em mídias diversas que denunciem: 11.1 os gastos com os megaeventos em contraponto aos**

investimentos públicos em educação e saúde públicas; 11.2 as ações repressivas dos estados/governos. A presidente passou então a ler as propostas de novos itens encaminhados pelos diversos grupos. Foi aprovado um item 12, que tem o seguinte teor: **12. Promover e participar da campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida de forma a contribuir na luta pela consolidação de uma política nacional de desenvolvimento rural fundada nos princípios da agroecologia camponesa.** Igualmente foi aprovado outro item proposto pelo grupo 3, passando a configurar-se como item 13. **Iniciar estudos sobre a exploração das jazidas de xisto betuminoso no Brasil e os danos que causam ao meio ambiente e à saúde pública.** Outro item do mesmo grupo foi aprovado, passando a ser o item 14. **Desenvolver ações com os demais movimentos sociais e instituições ligadas à educação, saúde e segurança visando à prevenção e ao enfrentamento da violência urbana e rural.** O grupo 4 propôs a inclusão de novo item, que foi aprovado. **15. O ANDES-SN deverá fomentar, por meio de suas seções sindicais, a criação de observatórios regionais que façam amplo debate e balanço da política nacional de esportes e seus impactos nas políticas sociais, objetivando o fortalecimento das lutas contra os megaeventos.** Foi aprovada ainda uma **Recomendação: O 33º Congresso do ANDES-SN recomenda que o GTPAUA pautar uma discussão acerca dos danos ambientais provocados pela exploração do “gás de xisto” e da técnica de fraturamento hidráulica (fracking) que foi introduzida no país a partir da 12ª rodada de leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP).** Ao se discutir a proposta de novo item proposto pelo grupo 9, que envolvia a realização de campanha contra o PL 499/13, ocorreu uma ampla discussão acerca do tema, finalizando-se por uma nova redação construída no plenário. O item passa a ser o de número 16. **Realizar uma ampla campanha, em conjunto com a CSP-Conlutas e os movimentos sociais, pela derrubada do PL 499/13, denunciando seu caráter repressivo e ditatorial, que atenta contra as liberdades democráticas.** Uma nova proposta, efetuada pelo grupo 10, foi apreciada pelo plenário e aprovada, passando a se constituir como item 17. **Denunciar, combater e lutar pela revogação da Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 3.461, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a publicação da “Garantia da Lei da Ordem”, que retoma o regime de exceção no país, criminaliza os movimentos sociais e cerceia a liberdade individual e coletiva da população.** Ao final, a presidente colocou em votação o TR-16 em sua nova configuração, sendo aprovado. Em seguida, a presidente lembrou que era necessária a aprovação pelo plenário para que os TRs do Tema 5 e os TRs do Tema 6 fossem remetidos para discussão no tempo da plenária de encerramento, sendo aprovado. Às 13 horas os trabalhos da Plenária do Tema 5 foram interrompidos para o almoço. Às 14h30, foram reiniciados os trabalhos iniciando-se pelo TR-17 – **AÇÕES EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE CLASSE PARA QUESTÕES ETNICORRACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Promover, em conjunto com as seções sindicais, entidades de combate à homofobia, a CSP-Conlutas e as secretarias regionais do ANDES-SN, audiências públicas para discutir a violência contra a população LGBT e apresentar propostas para o seu enfrentamento; 2. Produzir e divulgar nacionalmente materiais informativos para subsidiar as ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual; 3. Lutar, por intermédio das seções sindicais e em conjunto com todos os segmentos da comunidade acadêmica, pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violências contra a mulher, etnicorraciais e homofóbica nas IES; 4. Dar continuidade à luta junto ao INCRA e ao governo federal pela demarcação de terras dos povos indígenas e quilombolas.** A posição dos grupos foi a seguinte: os grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 aprovaram com modificações; o grupo 2 aprovou o TR integralmente. Como houve aprovação, por um grupo, de sua integralidade, a presidente colocou em votação o TR em sua integralidade contra aquelas propostas de modificação efetuadas pelos demais. A votação do plenário resultou em aprovar o TR sem modificações. Ato contínuo, o professor Roberto Leher (ADUFRJ) solicitou a palavra para indagar do plenário sobre a pertinência de modificar a metodologia do Congresso naquele momento, pois já estávamos no tempo regimental da Plenária de Encerramento e, pelo adiantado da hora, em que muitos delegados iriam se deslocar para o aeroporto, seria prudente interromper a apreciação dos TRs do Tema 5 e passar para os TRs do Tema 6, considerando a importância de se discutir e aprovar as políticas do Sindicato para os setores com todos os

delegados e observadores presentes. Colocado em votação, por ampla maioria, os delegados foram favoráveis a interrupção da discussão dos TRs do Tema 5 e a instalação imediata da mesa da Plenária do Tema 6. Os trabalhos do Tema 5 voltarão após a conclusão das discussões do Tema 6, apreciando o TR-23, exatamente o primeiro da parte 2. Isto ocorreu às 16h25. Dando continuidade, a mesa do Tema 5 reassumiu os seus trabalhos às 21h, colocando em apreciação o **TR-18 - COMUNICAÇÃO: O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto no âmbito nacional como local; 2. Articular, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares; 3. Ampliar a divulgação da plataforma pela democratização das comunicações que defendemos, pautando na imprensa sindical materiais específicos; 4. Propor o engajamento das seções sindicais na constituição de comitês, núcleos, fóruns em apoio e busca de assinatura ao PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular), ou integração aos que já existem; 5. Utilizar como tema agregador e mobilizador do interesse social pela democratização das comunicações as manifestações de rua, a repressão a elas e o comportamento da mídia tradicional; 6. Investir no aperfeiçoamento da linguagem e no treinamento para melhorar a expressão dos conteúdos que defendemos frente à mídia e público alvo; 7. Indicar e promover atividades que levem as seções sindicais a elaborarem seus planos de comunicação, considerando o debate interno, as peculiaridades e possibilidades, tendo sempre como referência o Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN; 8. Instigar e solicitar às equipes de comunicação das seções sindicais que disponibilizem suas produções através dos instrumentos de mídia disponíveis e, sobretudo, que se voltem para a implantação e manutenção de conteúdo repositório de arquivos com importância jornalística e informativa; 9. Estimular a criação e fazer uso de veículos de comunicação alternativos, populares e comunitários, ampliando o raio de veiculação da programação com aqueles já existentes. Tal objetivo deve incluir o estreitamento de laços entre setores de comunicação de outros sindicatos classistas e a CSP/Conlutas.** Os grupos se comportaram da seguinte maneira: os grupos 1, 2, 4, 6, 7 e 10 aprovaram o TR com modificações; os grupos 3, 5, 8 e 9 aprovaram na íntegra o TR. Dado que alguns grupos mantiveram a integralidade do TR, a presidente colocou imediatamente em votação as duas posições, vencendo a apreciação das propostas ao TR. Alterações propostas pelos grupos: o grupo 1 aprovou substituir o item 1 por “O ANDES-SN delibera pelo combate ao monopólio dos meios de comunicação, usando as seguintes ações:”; os grupos 4, 7 e 10 aprovaram substituir o item por “O 33º Congresso do ANDES-SN delibera pelo combate à ditadura dos meios de comunicação usando as seguintes mediações:”; o grupo 6 aprovou acrescentar no item 3, após específicos “e em diferentes mídias”; o grupo 4 aprovou acrescentar no item 4, após os parênteses “da mídia democrática”; o grupo 1 aprovou substituir o item 6 por “Investir na formação das equipes e assessorias de comunicação nacional e das seções sindicais para melhorar a linguagem e expressão dos conteúdos que defendemos em relação à mídia e público alvo, respeitando as diferentes variações linguísticas regionais e sociais”. O grupo 2 aprovou acrescentar no item 6, após linguagem “na formação do seu quadro de sindicalizados” e suprimir a expressão “no treinamento”; o grupo 1 aprovou acrescentar no item 9 após existentes “incluindo o estreitamento”. A professora Cíntia, da diretoria usou da palavra para informar que a diretoria concordava com as alterações propostas pelos grupos e solicitou apenas a compatibilização das duas propostas de alteração do item 1, ficando a proposta do grupo 1, com o acréscimo da palavra ditatorial” em função da proposta apresentada pelos grupos 4, 7 e 10. A mesa colocou em votação a incorporação dessas propostas ao TR que foram aprovadas por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Ficaram assim os itens modificados, inclusive o caput do TR 18: **O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera pelo combate ao monopólio ditatorial dos meios de comunicação, usando as seguintes mediações: 3. Ampliar a divulgação da plataforma pela democratização das comunicações que defendemos, pautando na imprensa sindical materiais específicos e em diferentes mídias. 4. Propor o engajamento das seções sindicais na constituição de comitês, núcleos, fóruns em apoio e busca de assinatura ao PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular) da mídia democrática ou integração aos que já existem. 6. Investir na formação e aperfeiçoamento das equipes e assessorias de comunicação nacional e das seções sindicais**

para melhorar a linguagem e expressão dos conteúdos que defendemos em relação à mídia e público alvo, respeitando as diferentes variações linguísticas regionais e sociais. 9. *Estimular a criação e fazer uso de veículos de comunicação alternativos, populares e comunitários, ampliando o raio de veiculação da programação com aqueles já existentes, incluindo o estreitamento. Tal objetivo deve incluir o estreitamento de laços entre setores de comunicação de outros sindicatos classistas e a CSP/Conlutas.* Em seguida, a presidente fez a leitura das propostas de inclusão de novos itens: o grupo 6 apresentou a seguinte proposta de inclusão ao TR: 10. *Aprofundar o debate no GTCA sobre a participação do ANDES-SN e suas seções sindicais nas articulações locais para a criação e consolidação do canal da cidadania, que possibilita que movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores tenham duas emissoras na Tv aberta por município.* O grupo 2 apresentou duas propostas de inclusão: Proposta 1, item 10 “Iniciar uma campanha pública de denúncia sobre os gastos publicitários dos governos federais e estaduais na mídia corporativa e investir em uma campanha de divulgação e incentivo do uso do Portal da Transparência”. Submetida à votação a proposta foi rejeitada por ampla maioria. Em seguida a mesa leu a proposta 2 de inclusão de novo item 11. *Propor ao GTCA do Andes-SN que realize estudos sobre a possibilidade de controle popular dos gastos financeiros dos governos municipais, estaduais e federal no tópico de Publicidade e Propaganda.* Por ampla maioria a proposta foi aprovada. Em seguida a mesa leu a proposta de recomendação apresentada pelo grupo 5: *Recomendação: Recomendar às secretarias regionais e seções sindicais a divulgação da revista Universidade e Sociedade, do ANDES-SN.* Ao final, a presidente colocou em votação o TR -18 com as alterações propostas, sendo aprovado. Em seguida, a presidente anunciou o **TR-19 – ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Realizar em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades até junho de 2014, preparando o Encontro Nacional de Educação para agosto de 2014; 2. Realizar o Encontro Nacional de Educação em agosto de 2014.** A posição dos grupos foi a seguinte: os grupos 1, 6, 8 e 10 aprovaram com modificações; os grupos 2, 3, 4, 5 e 7 aprovaram sua integralidade; o grupo 9 remeteu para o plenário. Como houve a remessa para o plenário, a presidente indagou se havia alguém que quisesse discutir o tema. Em não havendo, colocou em votação o TR-19 no formato original sem prejuízo de inclusões contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a segunda proposta. Dessa forma, iniciou-se apreciando as modificações sugeridas por item. No item 1, foi aprovada a substituição da palavra *preparando* por *antecedendo*, ficando assim: **1. Realizar em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades até junho de 2014, antecedendo o Encontro Nacional de Educação para agosto de 2014.** O item 2 foi mantido. Quando se iniciou a discussão para a inclusão de novos itens, o plenário optou por discutir as propostas que existiam sobre a construção de uma plenária nacional em março para a preparação do Encontro Nacional de Educação contra a aprovação, pelo Congresso Nacional, do PNE. Após as discussões, procedeu-se à votação de inclusão do texto proposto pelos grupos 1 e 3, sendo aprovado o item 3 com o seguinte teor: **3. Considerando o teor do PNE votado no Senado e a intenção de votação sumária do Plano na Câmara, articular com as entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais a realização de uma plenária nacional em março (ou em data próxima a ser acertada com as entidades), objetivando organizar um calendário de lutas como parte do processo de construção do Encontro Nacional de Educação.** Um novo item foi discutido e aprovado, com o texto seguinte: **4. Indicar que o Encontro Nacional de Educação deflagra um processo de atualização do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira.** Em seguida, a presidente anunciou duas outras propostas de inclusão – dos grupos 8 e 10, consideradas superadas. Quanto à outra proposta do grupo 8, o plenário manifestou-se por sua discussão no TR-20. Ato contínuo, a presidente colocou em votação o TR-19 em sua totalidade e com as alterações, sendo aprovado. Os trabalhos passaram agora ao **TR-20 – ATUALIZAÇÃO DOS PLs EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL: O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Continuar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que hoje se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aguardando relatoria; 2. Intensificar a atuação no Congresso Nacional junto aos parlamentares no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares se posicionem**

contrários ao INSAES; 3. Mobilizar as SSinds para que entrem em contato com as bancadas estaduais exigindo dos parlamentares que se posicionem contra o INSAES; 4. Lutar contra o caráter privatista da Lei 12.881, de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior), que permite a transferência de recursos públicos por meio de parcerias e subsídios estatais. Os grupos se manifestaram da seguinte forma: os grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 aprovaram com modificações; o grupo 9 remeteu para o plenário. Como o TR foi remetido ao plenário, a presidente indagou se alguém desejaria discuti-lo naquele momento. Não havendo quem o quisesse fazer e não havendo nenhum grupo que o aprovasse na íntegra, colocou de imediato para a discussão de cada um de seus itens. No item 1, foi aprovado o texto substitutivo proposto pelo grupo 1, passando a ter o seguinte teor: **1. Intensificar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que, se aprovado, resultará em maior fragmentação e desarticulação da educação nacional, na medida em que separaria a educação básica da superior, transferindo esta última para o MCEt.** No texto original do item 2, foi considerada a inclusão do número do PL do INSAES como algo complementar e fundamental, não havendo necessidade de votação. Dessa forma, o texto passa a ser: **2. Intensificar a atuação no Congresso Nacional junto aos parlamentares no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares se posicionem contrários ao INSAES (PL 4372/12).** No item 3, houve uma proposta de compatibilização formulada em plenária, sendo aprovada a nova redação: **3. Mobilizar as seções sindicais para que entrem em contato com os parlamentares de seus estados (deputados federais e senadores) exigindo que se posicionem contra o PL 4372/12 (INSAES).** Para o item 4, o plenário aprovou outra proposta de compatibilização, passando a ter o seguinte teor: **4. Lutar pela revogação da lei Nº 12881, de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior), tendo em vista seu caráter privatista que permite a transferência de recursos públicos por meio de parcerias e subsídios estatais às IES privadas.** Em seguida, passou-se a discutir a inclusão de novos itens, iniciando pela proposta do grupo 1, que foi aprovada: **5. Intensificar na base as ações de discussão sobre as reformas na educação básica e publicizar a posição do ANDES-SN contrária ao PL 1840/13, que propôs a reforma no ensino médio.** O mesmo procedimento ocorreu com a outra proposta do mesmo grupo, aprovando-se o item **6. Produzir e divulgar material de esclarecimento para as bases a respeito dos conteúdos e efeitos dos projetos de lei em tramitação e das novas leis anteriormente referidas (PL 4372/12, PL 518/09, PL 1840/13, Lei 12881/13).** As demais propostas de inclusão foram consideradas pelo plenário como superadas, incluída a que veio transferida do TR-19. Em seguida, a presidente colocou em votação o TR-20 com as alterações, sendo aprovado. De imediato, passou-se a apreciar o **TR-21 – SINDICAL: O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Ampliar e consolidar sua atuação na CSP-Conlutas, com especial atenção ao seu enraizamento em todos os estados do país; 2. Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora; 3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados; 4. Contribuir com os setoriais, grupos de trabalho e coletivos temáticos da CSP-Conlutas, que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN; 5. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações em 2014; 6. Elaborar, no âmbito do GTPFS, na continuidade dos processos de formação sindical, uma programação, de forma articulada com as secretarias regionais e as seções sindicais, com o objetivo de promover atividades junto à base do Sindicato; 7. Dar prosseguimento aos debates desenvolvidos em 2013 sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN priorizando o fortalecimento e enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho.** A situação nos grupos foi a seguinte: todos os grupos, com exceção do grupo 9, que remeteu para o plenário, aprovaram com modificações. Sendo assim, a presidente passou a discutir cada um dos itens que sofreram alterações nos grupos, considerando os itens 1, 2 e 3, que não tiveram nenhuma observação, pré-aprovados e a serem submetidos à aprovação final do TR. No item 4, passou a ler a proposta de inclusão do grupo 3, que foi aprovada. O item passa a

ter o seguinte teor: **4. Contribuir e participar com os setoriais, grupos de trabalho e coletivos temáticos da CSP-Conlutas, que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN.** Quanto ao item 5, a proposta de inclusão não foi acatada, sendo preservado o teor original. No item 6, foi apresentado um texto substitutivo pelo grupo 1, que, após discutido, foi aprovado, passando a ter a seguinte composição: **6. Elaborar, no âmbito do GTPFS, uma programação de atividades que, de forma articulada com as secretarias regionais e as seções sindicais, dê continuidade aos processos de formação político-sindical realizados no último período.** Passando ao item 7, e após discussões no plenário, decidiu-se pelo acatamento de uma proposta compatibilizada a partir das contribuições dos grupos 1, 2, 3, 5, 6 e 8, ficando assim o item 7. **Dar prosseguimento aos debates desenvolvidos em 2013 sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN priorizando o fortalecimento e enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho: 7.1 Buscar formular propostas de meios financeiros que possibilitem a participação de companheiros de seções sindicais pequenas nos eventos do ANDES-SN, nas lutas e greves em IIES/IMES; 7.2 Tratar da mobilidade dos docentes aposentados no sentido de que possam participar em seção sindical mais próxima ao local de residência; 7.3 Debater as formas de estruturação do Sindicato e da escolha da diretoria, de modo a responder aos desafios atuais, realizando, no segundo semestre de 2014, um seminário nacional, do qual poderão surgir mais propostas a serem apreciadas pelo 34º Congresso do ANDES-SN.** Em seguida, a presidente iniciou a leitura de inclusão de novos itens vindos dos grupos. Algumas propostas foram consideradas superadas, enquanto a proposta dos grupos 2, 4, 7 e 10 foi aprovada com limitação, passando a se constituir no item 8. **Que o GTPFS faça a proposição de uma metodologia de debate nas seções sindicais para discussão sobre organização sindical (estrutura do ANDES - SN, seções sindicais multicampi etc.).** Ao final, a presidente colocou em votação o TR-21 em sua integralidade e com as modificações, registrando-se sua aprovação. Neste momento, o plenário direcionou a discussão para o TR-56, que foi remetido do Tema 4 para este Tema 5. A presidente leu o texto original do **TR-56 – FORTALECER O TRABALHO DE BASE E INTENSIFICAR A LUTA CONTRA A DIVISÃO DO ANDES-SN NAS SEÇÕES SINDICAIS DIRIGIDAS PELO PROIFES - 1.** *O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN fortaleça as oposições sindicais das Universidades onde a PROIFES atua, apoiando suas ações pelo reconhecimento do ANDES-SN como o sindicato dos docentes do ensino superior brasileiro. 2. O 33º Congresso reconhece as oposições sindicais nas Universidades onde a PROIFES atua e sua participação como delegados eleitos pela categoria para contribuir com o ANDES-SN na sua agenda de ações e plano de luta.* O plenário manifestou-se com outro texto substitutivo, que, após discussões, foi à votação, um contra o outro, sendo aprovada a substituição. Assim, o TR-56 tem o seguinte teor: **O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Intensificar o apoio político e material aos coletivos de base que organizam o ANDES-SN em IES onde o PROIFES e outras organizações atuam, visando à unidade, autonomia e independência sindical.** Ao passar para o TR-22, um representante do grupo 8 solicitou a inclusão do item 2.6 no TR original, não registrado na consolidação. Após a secretaria verificar que houve efetivamente falha em não apresentá-la, acatou-se sua inclusão para apreciação em plenário. Dessa forma, iniciou-se a análise do **TR-22 – O ATUAL CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL: O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Em relação à privatização da saúde e à EBSERH, o ANDES-SN, as secretarias regionais e as seções sindicais devem: 1.1 intensificar ações de enfrentamento à política de desmonte da saúde pública que vem sendo implementada pelos governos das três esferas; 1.2 denunciar e intensificar ações de enfrentamento à pressão exercida pelo governo para a adesão das IFES à EBSERH, expressa através dos dispositivos administrativos – redução de recursos materiais e não realização de concursos públicos para preenchimentos de vagas, no sentido de inviabilizar o funcionamento pleno dos HU que não aderiram; 1.3 realizar levantamento e denunciar irregularidades administrativas, de atendimento a pacientes e nas relações de trabalho, bem como no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos HU nas IFES, em decorrência da adesão à EBSERH; 1.4 fazer um levantamento nas IFES que já aderiam à EBSERH sobre a utilização dos recursos públicos alocados, bem como irregularidades na sua aplicação. 2. Em relação ao FUNPRESP e aposentadoria: 2.1 Intensificar a articulação com os demais SPF (Federal, Estadual e Municipal) para o**

recrudescimento da luta em 2014 contra o FUNPRESP; 2.2 Intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz) e intensificar o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias; 2.3 Que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especiais baseadas na MI 880 que estejam enfrentando dificuldades de efetivação; 2.4 Que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado deste levantamento para sua socialização com as outras seções sindicais, e para subsidiar possíveis ações do Sindicato em busca de uma solução definitiva; 2.5 Ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006. 3. Em relação à Saúde do Trabalhador: 3.1 Que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre condições de trabalho e adoecimento docente em suas bases; 3.2 Que o ANDES-SN participe do Setorial Nacional de Saúde do Trabalhador da CSP-Conlutas, assim como dos setores estaduais através de suas secretarias regionais e seções sindicais, e envie esforços para a criação destas onde não existam; 3.3 Que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre a tese do risco e manutenção do risco para a saúde do trabalhador docente frente às condições de trabalho, e a inadimplência do governo frente a essas situações. 4. O GTSS/A, em consonância com os GTs locais, abra discussão sobre a política nacional de saúde implementada pelo governo federal, que inclui o Programa Mais Médicos, a contratação de médicos estrangeiros e a política nacional de combate à dependência química.

A situação nos grupos foi a seguinte: os grupos 1 e 3 não apresentaram o resultado das discussões; os grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 aprovaram com modificações; o grupo 9 remeteu para o plenário. Em seguida, indagou se havia quem quisesse discutir no plenário o TR; como não houve, passou a analisar os itens que encaminharam propostas de modificação. Houve manifestação por parte da diretoria do ANDES-SN de que tinha concordância com as modificações sugeridas pelos grupos nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 passando-se imediatamente à sua votação, aprovando-se suas incorporações. Assim, o texto aprovado para os itens citados é: **1.1 intensificar ações de enfrentamento à política de desmonte da saúde pública que vem sendo implementada pelos governos das três esferas, reforçando a participação do ANDES-SN e das seções sindicais na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde; 1.2 denunciar e intensificar ações de enfrentamento à pressão exercida pelo governo para a adesão das IFES à EBSERH, expressa através de: a) dispositivos administrativos – redução de recursos materiais e não realização de concursos públicos para preenchimentos de vagas, no sentido de inviabilizar o funcionamento pleno dos HU que não aderiram; b) vinculação da criação de novos cursos de medicina (incluindo os dispositivos no Programa Mais Médicos) à construção e/ou federalização de hospitais e imediata contratualização com a EBSERH; 1.3 realizar levantamento, acompanhar e denunciar irregularidades administrativas, de atendimento a pacientes e nas relações de trabalho, bem como no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos HU nas IFES, em decorrência da adesão à EBSERH.**

Em relação ao item 1.4, após discussões das contribuições dos grupos, houve a aprovação de proposta substituta advinda do plenário, passando a ter o seguinte teor: **1.4 organizar e divulgar estudos, análises e projetos elaborados pelas seções sindicais referentes à defesa dos HUs como parte indissociável da universidade pública.**

Em seguida, surgiu uma proposta de criação de um item 1.5, que foi aprovado: **1.5 realizar campanha pública com organização e participação em plenárias, mobilizações e campanha de comunicação que posicione a luta contra a EBSERH como uma luta da classe trabalhadora pela saúde e educação públicas.**

Quanto aos subitens que compõem o item 2, a totalidade do item 3 e o item 4 também, houve concordância da diretoria do ANDES-SN de incorporar as sugestões de modificação dos grupos e o encaminhamento para sua votação em bloco, o que foi efetuado e aprovado. Dessa forma, os subitens alterados passam a ter a seguinte redação: **2.1 Intensificar a articulação com os demais SPF (federal, estadual e municipal) para o recrudescimento da luta em 2014 contra o FUNPRESP e demais fundos privados, que vêm sendo criados em estados e municípios; 2.5 Ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais para montar estratégias de ações no Congresso**

Nacional, nos estados e municípios de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006 (que propõe a eliminação da cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas). Os subitens 2.2, 2.3 e 2.4, assim como os itens 3, 3.1, 3.2, 3.3 e 4, não sofreram alterações no original. Foi proposta pelo plenário a inclusão de novo subitem, sendo aprovado e tendo a seguinte redação: **2.6 Alertar os novos docentes que ocuparam cargo público anterior sem descontinuidade, seja municipal, estadual ou federal, sobre o seu direito de se manterem no sistema previdenciário anterior a 2013.** Por fim, a presidente colocou em votação o TR como um todo, sendo aprovado. **TR 23 – REORIENTAR A POLÍTICA SINDICAL PARA UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA.** O TR apresentava uma composição de temas (e em cada um deles, itens e subitens), quais sejam: *1. Construir uma Greve Unificada das IFES a ser iniciada entre o final de maio e início de Junho de 2014 como contribuição dos servidores da educação à construção da greve geral no país, que tenha como pauta prioritária as reivindicações coletivas gerais unificadoras (como saúde e educação), e não exclusivamente as reivindicações corporativas. 2. Colocar as seções sindicais na luta contra a criminalização, dando apoio incondicional a todos os presos políticos e contra o Estado policial, disponibilizando apoio jurídico e financeiro para campanhas de libertação e defesa dos direitos de expressão e organização. Lutas sociais e direitos dos Trabalhadores - 1. fazer a campanha por reajustes no salário mínimo e não apenas nos salários docentes e TAs; 2. lutar pela adoção do Plano de carreira do ANDES-SN; campanha de boicote ao FUNPRESP. 3. Para romper com a lógica corporativista, as seções do ANDES devem tomar iniciativa de realizar reuniões unificadas de comandos de mobilização dentro das universidades (docentes, técnicos e estudantes); 3.1 construir paralisações através de atos nacionais e estaduais unificados (08 de março, 31 de abril e 01 primeiro de maio); 3.2 Construção de Greve unificada das IFES de 48 horas em 31 março e 1 de abril (contra as comemorações do Golpe de 1964). Política de Gênero, Etnia e Classe - 1. organizar campanhas de denúncia do descumprimento dos direitos trabalhistas dos trabalhadores terceirizados dentro das universidades e dar suporte jurídico e político as lutas e organização dos mesmos, mostrando que trata-se de uma questão de discriminação racial e de gênero embutida na exploração da terceirização; 2. Organizar campanhas contra a violência sexual e assédio moral dentro das universidades, visibilizando os estupros e organizando cursos de autodefesa feminina. 3. Ato no dia 8 de março contra a violência sexual iniciando campanha. Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana - 1. Através do GT Nacional e do GTs das Seções, apoiar e participar das lutas pelo arquivamento dos PLs/ADIN anti-indígena e anti-quilombola, pela Demarcação da Aldeia Maracanã e luta pela terra em geral; 2. Realizar Campanha de denúncia da violação dos direitos animais dentro das universidades, exigindo a adoção de métodos substitutivos da experimentação animal que impliquem dor e extermínio. 3. Apoiar com recursos materiais e políticos as mobilizações do movimento camponês, indígena e popular, contra os megaeventos e a copa do mundo. Política Educacional - 1. Construção de campanhas unificadas com trabalhadores da educação dos Estados e municípios, denunciando as condições de precarização e fazendo atos unificados em defesa da educação pública em todos os níveis (estadual e municipal). Política de Comunicação - 1. Campanha contra a criminalização e autoritarismo, especialmente campanha associando a Ditadura Militar à lógica de criminalização como um novo tipo de ditadura social. 2. Fazer um grande jornal de circulação popular (centenas de milhares de exemplares, que apresente as ações de unidade e defesa a educação, transporte e pautas coletivistas e acompanhe as políticas do sindicato (sindical, educacional, agrária, ambiental, étnico-racial e se coloque a serviço das lutas populares, recebendo denúncias e etc.).* Os grupos se manifestaram da seguinte maneira: os grupos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 decidiram por sua rejeição; o grupo 2 discutiu item a item; o grupo 9 remeteu para o plenário; o grupo 1 não apresentou nenhum registro. Inicialmente, a presidente colocou em votação se apreciaríamos o texto original sem prejuízo de modificações ou sua rejeição. Como resultado, o plenário decidiu-se por rejeitar o TR. Dando continuidade, a presidente anunciou o **TR 57 - O ANDES/SN E SUAS SEÇÕES SINDICAIS DEVEM PARTICIPAR ATIVAMENTE DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA PARA FAZER A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO: O 33º Congresso do ANDES-SN aprova a participação do ANDES-SN**

na organização dos comitês estaduais e municipais para o plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político e orienta suas seções sindicais e a direção nacional a se engajarem nessa luta. A situação dos grupos foi: os grupos 3, 8 e 10 rejeitaram o TR; os grupos 2, 5, 6 e 7 rejeitaram em conjunto com os TRs 70 e 73; o grupo 9 remeteu para o plenário; o grupo 1 não fez registro; o grupo 4 não teve quorum. Em seguida, a presidente colocou em votação a manutenção do texto original sem prejuízos de modificações contra a rejeição do TR, sendo aprovada a segunda opção. Passando ao **TR 58 – DIREITO CONQUISTADO É DIREITO ADQUIRIDO: CONTRA A ALTERAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO DA VANTAGEM PREVISTA NO ART. 192 DA LEI 8.112/90: O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que o ANDES-SN assuma e coordene esta luta, atendendo os seguintes objetivos: 1. Assegurar a manutenção do artigo 192 I, da Lei nº 8.112, de 1990, na base do cálculo da vantagem prevista nessa mesma Lei; 2. Propor que as seções sindicais das diversas IFEs, lutem para que as IFEs, ao invés de uma obediência servil a uma mera Nota Técnica do Ministério do Planejamento, respeitem, sobretudo através de suas respectivas pró-reitorias de gestão de pessoal, pelo menos a irredutibilidade do salário nominal, alçada expressamente ao patamar constitucional, no inciso VI, do artigo 7º, da Carta da República; 3. Propor que as seções sindicais das diversas IFEs suscitem e levem esta questão perante os respectivos conselhos universitários, a fim de que estes priorizem a valorização da autonomia universitária e a obediência a princípios legais maiores do que o servilismo a uma mera Nota Técnica de um Ministério; 4. Propor que as seções sindicais promovam, nas diversas IFEs, ações judiciais, através de suas respectivas assessorias jurídicas, bem como ações administrativas, junto às pró-reitorias de gestão de pessoal, a fim de preservar o direito dos professores aposentados e debelar esse esdrúxulo desrespeito às vantagens que lhes são asseguradas no artigo 192 I, da Lei nº 8.112, de 1990.** A posição dos grupos foi a seguinte: o grupo 9 rejeitou o TR; os grupos 2, 6 e 8 aprovaram um texto substitutivo; o grupo 3 aprovou com modificação; os grupos 7 e 10 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 5 não apresentaram o resultado da discussão; o grupo 4 não teve quorum. A presidente iniciou com a votação de manutenção do TR sem prejuízos de modificações contra sua rejeição, vencendo a primeira. Em seguida, passou a apreciar as modificações sugeridas, colocando em votação o texto substitutivo contra o texto original do TR, vencendo o texto substitutivo, que tem o seguinte teor: **O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que o ANDES-SN deve retomar a luta pelo direito à aposentadoria com a remuneração do padrão de classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado, conforme previa o artigo 192 do RJU, revogado pela Lei nº 9.527, de 11.12.97.** Com isto, as propostas de modificações ao texto original ficam superadas. Em seguida, colocou em votação o TR como um todo, sendo aprovado. Passando ao **TR 59 - CARREIRA, PREVIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO: O 33º Congresso do Andes delibera por: 1. Defesa de Previdência e Seguridade Públicas. Pela derrubada da Reforma da Previdência! Derrubada da Lei 12.772/12 que acentua a precarização da carreira docente; 2. Que nenhum trabalhador seja demitido. Unir efetivos e terceirizados. Que os terceirizados sejam incorporados como servidores públicos.** A situação nos grupos foi: os grupos 3, 6 e 8 rejeitaram; os grupos 2, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 5 não apresentaram o resultado da discussão; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Como foi remetido ao plenário, a presidente indagou se ele desejava discutir o TR, iniciando uma discussão. Em seguida, foi colocada em votação a manutenção do texto sem prejuízos de modificação ou sua rejeição, vencendo a segunda. A seguir, a presidente passa a apreciar o **TR 60 - RESPONDER À CRISE COM A DEFESA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA MAIORIA EXPLORADA: O 33º Congresso do ANDES delibera por: 1. Levantar sistematicamente as reivindicações que protegem as massas da exploração e da decomposição do capitalismo – salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego, jornada de trabalho para a juventude compatível com a jornada nos estudos; 2. Lutar por saúde pública e gratuita, por meio da estatização do sistema privado de saúde, sem indenização e constituição de um sistema único, público, gratuito, sob controle operário; 3. Defender a educação pública e gratuita – estatização do sistema privado de ensino, sem indenização e constituição do sistema único, público e gratuito, científico, vinculado à produção social, sob controle dos que estudam e trabalham; 4. Habitação a todos –**

garantia do Estado de que nenhuma família fique sem-teto. Construção de moradias populares, sob o controle operário. Estatização das grandes empresas de construção, sem indenização e obras públicas voltadas para a população; 5. Segurança pública popular – desmantelamento da segurança privada: da polícia, da tropa de choque e de todo corpo de segurança do capital. Constituição de milícias populares; 6. Em relação à luta pela terra: defender a expropriação sem indenização dos latifúndios; nacionalização das terras; cumprimento da reivindicação camponesa de reforma agrária com proteção estatal ao pequeno produtor, organizado em comitês agrários e em cooperativas; 7. Lutar pelo fim da opressão étnica defendendo as reivindicações indígenas, inclusive quanto a seu direito de autodeterminação, que pressupõe que possa se separar do Estado brasileiro. A situação nos grupos foi: os grupos 3, 6 e 8 rejeitaram; os grupos 2, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 5 não apresentaram o resultado da discussão; os grupos 4 e 10 não tiveram quorum. Como grupos remeteram para o plenário, abriu-se a inscrição para discussão. Após o debate, a presidente colocou em votação a manutenção do texto original sem prejuízos de modificações contra a sua rejeição, vencendo com ampla maioria a segunda proposta. Seguindo, a presidente colocou em pauta o **TR 61 - CONTRA A OFENSIVA REPRESSIVA: O 33º Congresso do ANDES delibera por:** 1. Defender a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para combater a violência reacionária da burguesia. Responder com as bandeiras de fim da PM, dissolução do aparato repressivo e de constituição dos tribunais populares para punir os crimes da burguesia; 2. Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. No âmbito universitário, que o ANDES trabalhe pela constituição de comitês locais, estaduais e nacional contra a repressão, lutando pelo fim dos processos políticos, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades; 3. Lutar em defesa do direito irrestrito de greve, pelo fim das medidas antigreve do governo e da Justiça! Posição dos grupos: os grupos 3 e 6 rejeitaram; o grupo 8 aprovou com modificações; os grupos 2, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 5 não apresentaram registro; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Novamente, a presidente abriu inscrições para o debate, tendo em vista que grupos remeteram para o plenário. Após discussões, foi colocada em votação a manutenção do TR sem prejuízos de modificações contra a sua rejeição, saindo vencedora a proposta de rejeição. Passando ao **TR 62 - CENÁRIO: CONGRESSO NACIONAL COM MAIORIA ‘FRANCISCANAMENTE’ FORMADA APROVA EMENDAS CONSTITUCIONAIS (A PARTIR DA EC41/03). TUDO ISSO, EM ESTREITA ARTICULAÇÃO COM A CRIAÇÃO DAS NOVAS CARREIRAS (LEIS 11784/08 E 12772/12). QUEM PAGA O PATO? RESPOSTA: OS APOSENTADOS, OS PENSIONISTAS E OS RECÉM-INTEGRADOS À CARREIRA. QUEM NOS DEFENDE? RESPOSTA: ATÉ AGORA NINGUÉM!!!** O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: Resumir as discussões do Congresso à defesa da PEC555/06 e à revogação da Lei nº 12.618/2012 corresponde a deixar à deriva aqueles que se aposentaram depois de 2005. Quais as razões legais que impedem o aposentado da carreira EBTT de ter acesso ao RSC? Afinal, qual paridade restou? Posição dos grupos: os grupos 3, 6 e 8 rejeitaram; os grupos 2, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 5 não apresentaram registro; os grupos 4 e 10 não tiveram quorum. Não havendo inscrição para debate e por haver grupos com posição de rejeição do TR e nenhuma pela manutenção, a presidente colocou em votação a manutenção do TR 62 sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, sendo aprovada a segunda proposta, por ter sido considerada apenas uma pergunta sem resposta e não uma proposição. Em seguida, colocou em pauta o **TR 63 - TERCEIRIZAÇÕES E DESIGUALDADES NA COMUNIDADE ACADÊMICA: IMPULSIONAR A LUTA DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS: O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que:** 1. As seções sindicais do ANDES-SN pratiquem a solidariedade de classe e indiquem paralisação das atividades docentes coletivamente, em um Dia de Luta Solidária com os Terceirizados, realizando atividades de formação e integração com estes(as) companheiros(as), agregando os movimentos organizados e demais entidades da comunidade; 2. As assembleias de docentes incentivem a participação e a rotina de informes em suas plenárias, por parte do segmento terceirizado, contribuindo para a auto-organização dos terceirizados; 3. O Dia de Luta Solidária com os Terceirizados seja deliberado no CONAD e que integre as atividades de luta contra a aprovação do PL4330. A posição nos grupos foi a seguinte: o grupo 8 rejeitou; o grupo

6 aprovou um texto substitutivo; o grupo 3 aprovou com modificação; os grupos 2, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 5 não apresentaram registro; os grupos 4 e 10 não tiveram quorum. Por ter sido remetido ao plenário, a presidente colocou em debate o TR. Várias inscrições ocorreram e, após um amplo debate, a presidente colocou em votação, por haver proposta de rejeição, a manutenção do texto original sem prejuízo de modificações contra sua rejeição, vencendo a primeira proposta. Em seguida, passou-se a apreciar a proposta de substituição do texto pelo grupo 6 e as modificações sugeridas pelo grupo 3. Das discussões ocorridas, surgiu um texto consolidado no plenário, que foi submetido à votação e aprovado. O texto do TR 63 passou a ser o seguinte: **O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Lutar contra as terceirizações em articulação com a FASUBRA, reivindicando a revogação das restrições de funções (limpeza, segurança etc.) nos quadros de pessoal e nos concursos públicos para servidores técnico-administrativos; 2. Pautar no GTPFS debate sobre formas de intensificar ações que enfrentem o tema das terceirizações no âmbito das IES e no mundo do trabalho em geral.** Os demais itens sugeridos foram aprovados como recomendações, passando a ter o seguinte teor: **Recomendação 1: Recomendar às seções sindicais do ANDES-SN que pratiquem a solidariedade de classe e indiquem paralisação das atividades docentes coletivamente, em um Dia de Luta Solidária com os Terceirizados, realizando atividades de formação e integração com estes(as) companheiros(as), agregando os movimentos organizados e demais entidades da comunidade, construindo atividades conjuntas com os sindicatos de base da FASUBRA de denúncia das condições de trabalho dos terceirizados e combate à terceirização; Recomendação 2. Recomendar que as assembleias de docentes incentivem a participação e a rotina de informes em suas plenárias, por parte do segmento terceirizado, contribuindo para a auto-organização dos terceirizados; Recomendação 3. Recomendar às seções sindicais que contribuam para a auto-organização dos terceirizados, realizando atividade de formação e integração destes, agregando os sindicatos de base da FASUBRA; Recomendação 4. Recomendar que o 59º CONAD defina a data de realização do Dia de Luta Solidária com os Terceirizados, que integre as atividades de luta contra a aprovação do PL 4330.** Ao final, a presidente colocou em votação o TR com as alterações, sendo aprovado por ampla maioria. Em seguida, apresentou o **TR 64 - POLÍTICA DE SAÚDE VERSUS SIASS: O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que as seções sindicais do setor das IFES levantem a situação da implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) junto às reitorias das respectivas IFES para posterior discussão do assunto no GTSSA.** A situação nos grupos foi: os grupos 3, 5, 6 e 8 aprovaram; os grupos 2, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou registro; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Não havendo inscrição para o debate, a presidente disse não haver posição de grupos pela rejeição, razão pela qual colocou em votação a manutenção do texto original em sua integralidade contra a manutenção do texto sem prejuízo de modificações, sendo aprovada a primeira proposição. Nesse momento, a presidente colocou para votação a prorrogação do Congresso para o dia 16 de fevereiro e a continuação da plenária do Tema 5 até às 2 horas desse dia. O plenário votou e aprovou os encaminhamentos. Dando continuidade, a presidente apresentou o **TR 65 - PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE: O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que as seções sindicais e o GTSSA discutam as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN; 2. Que as seções sindicais, em conjunto com a representação sindical local dos servidores técnico-administrativos, construam normativas locais a respeito de insalubridade, periculosidade e penosidade, a serem submetidas ao conselho superior da instituição, substituindo a ON6; 3. Que a luta pela aprovação dessas normativas locais passe a constituir um dos itens da pauta local de reivindicações; 4. Solicitar à assessoria jurídica nacional uma análise sobre a autonomia dos conselhos universitários em regulamentarem localmente as questões de insalubridade e periculosidade; 5. Aprofundar o debate sobre a necessidade da construção de uma política de saúde para os professores; 6. Estabelecer espaços de diálogo com os docentes acerca do tema de insalubridade e periculosidade, dando novo significado a essa demanda sob a ótica da saúde do trabalhador.** Posição dos grupos: o grupo 8 aprovou; o grupo 6 aprovou um texto substitutivo; o grupo 3 aprovou com modificações, os grupos 2, 5, 7 e

9 remeteram para o plenário, o grupo 1 não apresentou registro; os grupos 4 e 10 não tiveram quorum. Não havendo quem quisesse discutir no plenário o TR, a presidente colocou em votação a manutenção do texto original sem prejuízo de modificações contra o texto substitutivo do grupo 6, sendo aprovada a primeira propositura. Passou-se a discutir as alterações propostas pelo grupo 3, que é de preservar os itens 1 e 6 do texto original, rejeitando os demais. A proposta foi colocada em votação e aprovada. Dessa forma, o TR 65 passa a ter a seguinte redação: ***O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que as seções sindicais e o GTSSA discutam as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN; 2. Que se estabeleçam espaços de diálogo com os docentes acerca do tema de insalubridade e periculosidade, dando novo significado a essa demanda sob a ótica da saúde do trabalhador.*** Em seguida, o TR com as modificações foi colocado em votação, sendo aprovado. Dando continuidade, a presidente colocou em pauta o **TR 66 - PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS NO ANDES-SN: O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que as seções sindicais se empenhem na criação de novos espaços de participação dos professores aposentados, bem como na ampliação daqueles já existentes; 2. No caso do setor das federais, realizar campanha visando dar conta da reivindicação dos professores aposentados de que haja o reenquadramento na carreira tendo por referência o mais alto nível nas carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme o caso; 3. Que o ANDES-SN institua uma comissão de estudos sobre a mobilidade dos docentes aposentados e construa proposta para a possibilidade da participação desses docentes na seção sindical mais próxima de sua residência, como alternativa à da seção sindical de origem.** A situação dos grupos foi a seguinte: os grupos 3 e 6 rejeitaram; o grupo 8 aprovou com modificações; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou o resultado das discussões; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Nesse instante, um membro do grupo 7 solicitou uma retificação no relatório consolidado afirmando que havia feito uma alteração no item 3 e que ela não aparece no relatório. Feita a conferência e identificando-se o erro, foi lido ao plenário seu conteúdo, ou seja, a substituição da palavra “mobilidade” por “situação”. A presidente encaminhou a votação pela manutenção do texto original sem prejuízo de modificações contra a rejeição, vencendo a primeira proposta. Abriu-se a discussão com as propostas de modificação e o plenário identificou e aprovou que o item 3 estava superado pela aprovação do TR 21. Colocado em votação, foi aprovada a permanência do item 1, sendo o item 2 rejeitado. Ao final, a presidente colocou em votação o TR 66 com as modificações, sendo aprovado pela maioria dos delegados. Seguindo, colocou em apreciação o **TR 67 - EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E DA DEMOCRACIA PLENA: O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN: 1. Organize uma campanha de mobilização para derrubar a Lei Orgânica das Universidades; 2. Construa uma campanha nacional por processos estatuintes livres e soberanos; 3. Defenda a autonomia universitária e a democracia plena. Pelo governo tripartite nas universidades (professores, estudantes e servidores técnicos); 4. Organize uma campanha de mobilização contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).** Situação nos grupos: o grupo 3 rejeitou, mas a manutenção obteve 30% dos votos; o grupo 6 apresentou texto substitutivo; o grupo 8 aprovou com modificações; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou o resultado das discussões; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. A presidente colocou em votação o texto original sem prejuízo de modificações contra a sua rejeição, vencendo a primeira. As modificações propostas foram discutidas no plenário, sendo depois colocadas em votação duas propostas, saindo vencedora a proposta de texto substitutivo, cujo **TR 67** passa a ter a seguinte redação: ***O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN: 1. Realize ações de denúncia, esclarecimento e mobilização pela derrubada da proposta de Lei Orgânica das IFES, apresentada pela ANDIFES; 2. Intensifique ações de mobilização em defesa de processos estatuintes livres e soberanos, em defesa da autonomia universitária e da democracia plena, pela derrubada da Lei Orgânica das Universidades; 3. Intensifique a luta contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).*** A presidente colocou em votação o TR com as alterações finais, sendo aprovado pelo plenário por ampla maioria. Dando continuidade, a presidente colocou em

pauta o **TR 68 - PARALISAÇÃO NACIONAL PELA CARREIRA DOCENTE E CAMPANHA SALARIAL 2014**: *O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN: Organize no dia 19 de março de 2014 um Dia de Paralisação Nacional pela carreira docente e campanha salarial 2014, articulado com a Greve Nacional dos Trabalhadores da Educação.* A situação nos grupos foi: o grupo 3 rejeitou; o grupo 8 indicou sua remessa para o Tema 6; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 6 não apresentaram registro; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Várias manifestações do plenário alertaram que o TR estava superado por outro já aprovado no Tema 4; então a presidente colocou em votação a manutenção do texto sem prejuízo de modificações contra sua rejeição, vencendo a segunda propositura. Passando ao **TR 69 - MAIS UMA AMEAÇA À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**: *O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Realizar uma ampla campanha de esclarecimento e pela rejeição na íntegra da Proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais que visa regulamentar a autonomia universitária no âmbito das universidades federais.* A situação nos grupos foi a seguinte: os grupos 6 e 8 consideraram o TR superado o TR por discussão junto com o TR 67; o grupo 3 aprovou com modificações; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou o resultado das discussões; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. A presidente encaminhou que o TR estava prejudicado tendo em vista que havia uma clara superação pela votação anterior do TR 67, indagando se podia colocar em votação a sua superação. O plenário, em sua maioria, aprovou que o TR estava superado. Em continuidade, colocou em pauta o **TR 70 - O ANDES-SN DEVE PARTICIPAR ATIVAMENTE DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA PARA FAZER A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO**: *O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Realizar, junto com as demais entidades dos movimentos sindical, popular, de mulheres, estudantis, o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva Soberana do Sistema Político.* Situação nos grupos: os grupos 3, 6 e 8 consideraram o TR superado pela votação do TR 57; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou o resultado das discussões; os grupos 4 e 10 não tiveram quorum. Do mesmo modo anterior, a presidente considerou que o TR estava prejudicado pela votação do TR 57, que foi rejeitado e tem praticamente o mesmo teor. Colocado em votação, o TR foi considerado superado por ampla maioria. Dando prosseguimento, a presidente pautou o **TR 71 - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE**: *O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Que o GTCeT e o GTCarreira estabeleçam um calendário no primeiro semestre de 2014, para a discussão, aprofundamento e atualização das políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios que estão colocados para o movimento docente a respeito deste tema, abordando: 1- Políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica; 2- Critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES; 3- A questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente; 2. Que o GTCeT elabore uma proposta de atualização da política do ANDES-SN para CeT, a partir das reuniões no primeiro semestre de 2014, para apreciação no 58º CONAD.* A situação nos grupos foi: o grupo 8 rejeitou; os grupos 3 e 6 aprovaram com modificações; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou registro; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Considerando que houve proposta de rejeição, a presidente colocou em votação a manutenção do texto original sem prejuízo de modificações contra sua rejeição, sendo a provada a primeira proposta. Passando às discussões, o plenário levou em consideração as propostas de modificação dos grupos 3 e 6 e produziu um texto consolidado, que, submetido à votação, foi aprovado por ampla maioria. O **TR 71** passa a ter a seguinte redação: *O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: Que o GTPE, o GTCeT e o GT Carreira estabeleçam um calendário para a discussão das ações vinculadas às políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios colocados para o movimento docente, abordando: 1) políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento); 2) critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES; 3) a questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente; 4) a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos animais.* Ao término, foi

votada a formulação final do TR, sendo aprovada por unanimidade. Passando ao **TR 72 - COMBATER O DIVISIONISMO NO MOVIMENTO SINDICAL COM A DEFESA DE UM CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO DE TODAS AS CENTRAIS:** *O 33º Congresso do ANDES-SN se coloca contra o divisionismo no movimento sindical e pela unidade nacional dos explorados. Assume a defesa de uma única central sindical, contra o fatiamento da classe operária e demais explorados em inúmeras centrais. O Congresso do Andes se prontifica a realizar uma ampla campanha por um congresso de unificação de todas as centrais, sob a base da democracia operária.* Situação nos grupos: o grupo 3 rejeitou; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1, 6 e 8 não apresentaram o resultado das discussões; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Colocada, pela presidente, para votação a manutenção do texto original sem prejuízo de modificações contra a sua rejeição, venceu a segunda propositura. Em seguida, a presidente passou ao **TR 73 - PELA PARTICIPAÇÃO DO ANDES-SN NA CAMPANHA DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE SOBERANA:** *O 33º Congresso do ANDES-SN decide: 1. Apoiar e participar da Campanha Nacional Plebiscito popular por uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político que se realizará na semana de 7 de setembro de 2014; 2. Integrar o comitê nacional da campanha e orientar todas as suas regionais e seções sindicais e integrarem os comitês locais; 3. Construir, participar e impulsionar atividades em conjunto com as organizações signatárias para ampliar e massificar a campanha.* A presidente apresentou a situação nos grupos: os grupos 3 e 8 rejeitaram; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; os grupos 1 e 6 não apresentaram o resultado das discussões; os grupos 4 e 10 não tiveram quorum. A presidente encaminhou que o TR estava prejudicado pela votação do TR 57, de teor semelhante, e já rejeitado. Assim, colocou em votação a manutenção do texto integral sem prejuízo de modificações contra a sua rejeição, sendo aprovada com ampla maioria e com manifestação do plenário de que estava superado. Dando continuidade, a presidente pautou o **TR 74 - ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS: UMA SUGESTÃO METODOLÓGICA:** *O 33º Congresso do ANDES delibera: 1. Recomendar às ADs que atualizem as informações quantitativas sobre o segmento de AP em suas IES e no quadro de associados; 2. Com base nessas informações, no âmbito de cada AD, realizar um levantamento exploratório coordenado pelo ANDES, para estabelecer um perfil representativo dos APs, apontando para as estratégias de mobilização do segmento; 3. Para formulação coletiva de diretrizes e estratégias de mobilização política dos aposentados e pensionistas apoiar: 3.1 Encontros estaduais de APs; 3.2 Encontros regionais de APs; 3.3 Encontro nacional de APs.* A situação nos grupos foi a seguinte: o grupo 3 aprovou com modificações; os grupos 6 e 8 aprovaram como recomendação; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou o resultado das discussões; os grupos 4 e 10 não tiveram quorum. Não havendo quem quisesse discutir no plenário, a presidente colocou em votação a manutenção do texto original contra a manutenção do texto sem prejuízo de modificações, vencendo a segunda propositura. Assim, passou-se a analisar e discutir as modificações propostas pelo grupo 3, que foram aprovadas por ampla maioria. Dessa forma, o **TR 74** passa a ter a seguinte redação: *O 33º Congresso do ANDES delibera: 1. Dar maior centralidade à luta pelo direito dos aposentados; 2. Recomendar às ADs que atualizem as informações quantitativas sobre o segmento de AP em suas IES e no quadro de associados; 3. Com base nessas informações, no âmbito de cada seção sindical, realizar um levantamento exploratório coordenado pelo GTSSA, para estabelecer um perfil representativo dos APs, apontando para as estratégias de mobilização do segmento; 4. Para formulação coletiva de diretrizes e estratégias de mobilização política dos aposentados e pensionistas apoiar: 4.1 Encontros estaduais de APs; 4.2 Encontros regionais de APs; 4.3 Encontro nacional de APs.* Ao final, o TR foi aprovado em sua totalidade. Passando ao **TR 79 - POR UM CONGRESSO DA RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS DO MARAKÁ'NÀ:** *O 33º Congresso do ANDES-SN resolve: apoiar política, logística e financeiramente a construção e mobilização dos povos indígenas na construção do 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais.* Situação nos grupos: os grupos 3, 6 e 8 aprovaram com modificação; os grupos 2, 5, 7 e 9 remeteram para o plenário; o grupo 1 não apresentou

registro; os grupos 4 e 10 não obtiveram quorum. Não havendo quem quisesse discutir no plenário, a presidente colocou em votação a manutenção do texto original contra a sua manutenção sem prejuízo de modificações, vencendo a segunda. Imediatamente passou-se a discutir a modificação encaminhada pelos grupos 3, 6 e 8, pela exclusão de palavras do texto (*política, logística e financeiramente*), ficando assim o texto definitivo do TR: ***O 33º Congresso do ANDES-SN delibera: Apoiar a construção e mobilização dos povos indígenas na construção do 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais.*** Ao final, a presidente colocou o TR com as modificações em votação, sendo aprovado com ampla maioria. Em seguida, a presidente colocou em pauta o **TR 83 - UNIVERSALIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE SAÚDE DOCENTE DO ANDES-SN: O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Estimular as seções sindicais, com veemência, à realização da pesquisa sobre Saúde Docente através de sua universalização; 2. Efetuar uma revisão dos elementos já constituídos da pesquisa piloto; 3. Deflagrar processo de publicização e denúncia dos dados obtidos nas pesquisas.** A presidente explicou que este TR, por lapso da diretoria, não foi encaminhado aos grupos mistos, mas que agora submetia à apreciação do plenário por sua pertinência. Solicitou que o representante da seção sindical proponente fizesse sua apresentação. Depois disto, abriu para o debate e o plenário manifestou-se, através de votação por ampla maioria, pela aprovação do item 1 do TR e a supressão dos demais itens. Dessa forma, o TR passou a ter o seguinte teor: ***O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Estimular as seções sindicais, com veemência, à realização da pesquisa sobre Saúde Docente através de sua universalização.*** Por fim, a presidente colocou em votação os TRs do Tema 5 em sua totalidade, sendo aprovados por ampla maioria. Nada mais havendo a tratar, a presidente informou que os trabalhos do Tema 5 estavam encerrados à 1h50min, chamando os membros da plenária de encerramento, e eu, Antonio José Vale da Costa, 2º secretário da mesa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Antonio José Vale da Costa
2º Secretário

Ana Maria Ramos Estevão
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 6: PLANO DE LUTAS – SETORES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Durante a plenária do Tema 5: Plano de Lutas - Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores, o professor Roberto Leher (ADUFRJ) apresentou um encaminhamento requerendo a paralisação das atividades da plenária em curso, para o início imediato da plenária do **Tema 6: Plano de Lutas - Setores**, para posterior reinstalação da plenária do Tema 5. Votada, a questão de encaminhamento foi aprovada pela plenária por ampla maioria e às dezesseis horas e trinta e cinco minutos do dia quinze de fevereiro de 2014, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, na Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, deu-se início à plenária do Tema 6: Plano de Lutas - Setores do 33º Congresso do Andes-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta por Marina Barbosa Pinto, presidente; Rondon Martin Souza de Castro, vice-presidente, Eduardo Soares Gonçalves, 1º secretário; e Claus Akira Horodyski Matsushigue 2º secretário. A presidente iniciou os trabalhos apresentando os componentes da mesa. Indagou à plenária se poderia manter a organização dos debates por falas em blocos de 5 inscritos, com 3 minutos, como de praxe, para cada fala, o que foi acolhido pela plenária. A seguir, sugeriu manter a ordem dos TRs conforme o Relatório Consolidado, a saber, 1. Plano de lutas do Setor das IEES/IMES: TR 24 (pg. 2) e TR 75 (pg. 4); 2. Plano de Lutas do Setor das IFE: TR 25 (pg. 6), TR 45 (pg. 12) (remetido do Tema 3), TR 68 (pg. 14) (remetido do Tema 5) e TR 76 (pg. 14); 3. Plano de lutas do Setor das IPES: TR 26 (pg. 14) e 4. Aditivo: TR 82 (pg. 15) (incluído na plenária de instalação). A plenária se mostrou de acordo com a ordem proposta. A presidente Marina iniciou assim os trabalhos pelo Plano de Lutas do Setor IEES/IMES, **TR – 24 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES (Diretoria do ANDES-SN). O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:** A) *Sobre carreira docente:* 1. *Que as seções sindicais enviem informações sobre critérios de promoção, progressão e desenvolvimento na carreira para que a diretoria nacional atualize o banco de dados do setor;* 2. *Lutar por uma carreira docente que priorize a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial;* B) *Sobre democracia interna:* 3. *Intensificar procedimentos nas seções sindicais que garantam a atualização constante do banco de dados do setor sobre democracia e autonomia universitária;* 4. *Lutar pelo estabelecimento de instâncias democráticas no interior das IEES/IMES;* C) *Sobre financiamento das IEES/IMES:* 5. *Que as seções sindicais, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, instem e solicitem às secretarias de educação, ciência e tecnologia e/ou reitorias informações sobre a execução orçamentária nos últimos dez anos, contendo informações segundo o grupo e natureza de despesa;* 6. *Que as seções sindicais promovam, até o XII Encontro do Setor das IEES/IMES, debate sobre o tema financiamento;* 7. *Realizar o Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 28 de maio de 2014;* 8. *Realizar um seminário sobre financiamento para as IEES/IMES em 2014;* 9. *Que as seções sindicais aprofundem o debate sobre federalização das IEES/IMES;* D) *Organização das IEES/IMES nos estados:* *Que as seções sindicais das IEES/IMES:* 10. *Façam articulação, em âmbito local, com as demais entidades dos servidores públicos estaduais (SPE) e pautem temas específicos, tais como: reforma da previdência; desoneração fiscal e seus impactos para os serviços públicos; autonomia das IEES/IMES;* 11. *Promovam debate referente à política estadual de educação;* 12. *Façam, em conjunto com as secretarias regionais, articulação com entidades sindicais e movimentos sociais da educação visando à construção de unidade de ação em pontos que forem consenso nas entidades envolvidas;* E) *Geral:* 13. *Realizar no 2º semestre de 2014 o XII Encontro do Setor das IEES/IMES;* 14. *Que as seções sindicais participem do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida nos estados em funcionamento e fomentem a discussão para a criação nos estados em que ainda não existam.* A situação nos grupos mistos foi: aprovado o texto original no grupo 4 (21 a favor / 0 contra / 3 abstenções) e aprovado com modificações: grupos 1 (23/0/1), 2 (24/0/3), 3 (22/0/0), 5 (23/0/0), 6 (19/0/2), 7 (sem

informação), 8 (sem informação), 9 (sem informação) e 10 (21/0/1). Como não havia proposta de rejeição do TR, a presidente colocou em votação a aprovação do TR na forma original contra a sua modificação, vencendo por ampla vantagem a sua modificação. Assim, a presidente submeteu à análise as propostas dos grupos mistos item por item. No item 1., os grupos 1 (13/5/0) e 10 (17/0/5) propuseram o acréscimo do termo “*a fim da mobilização e fortalecimento da luta;*” ao final da frase; o grupo 8 (22/0/1) propôs a troca do termo “*para que a diretoria nacional atualize o banco de dados do setor;*” por “*para atualização do banco de dados do setor a fim de mobilização e fortalecimento do setor;*” e o grupo 2 (10/5/6) indicou remeter o item para a seção “**D) Organização das IEES/IMES nos estados:**”. Na primeira votação, a mesa colocou a modificação proposta pelos grupos 1 e 10 contra a modificação proposta pelo grupo 8, vencendo a segunda proposta. A seguir, a presidente colocou em votação a proposta do grupo 2 de remeter o item para outra seção, que foi rejeitada por ampla maioria. Passou-se então para o item 4. O grupo 9 (19/0/1) sugeriu trocar o termo “*no interior das*” por “*nas*”. Colocado em votação, foi aprovada a modificação. Ato contínuo, a presidente Marina colocou em votação a inclusão de 3 novos itens nesta seção. Proposta de inclusão dos grupos 8 (24/0/0) e 10 (13/1/6), “**i. Lutar pela garantia da autonomia acadêmica e administrativa das universidades;**”, aprovada. Propostas de inclusões do grupo 8 (24/0/0), “**ii. Mobilizar a categoria para enfrentar e reverter os constantes ataques à autonomia das universidades;**”, aprovada por ampla maioria, e “**iii. Denunciar os crescentes e abusivos ataques e assédios praticados por dirigentes**”, também aprovada por ampla maioria. No item 5., o grupo 6 (19/0/2) sugere a inclusão do termo “*e tribunais de contas*” após a palavra “*reitorias*”, que foi aprovada pela plenária. No item 7., o grupo 2 (11/3/5) sugeriu acrescentar ao final o termo “*atendendo, no mínimo, ao previsto nas legislações correspondentes;*”, que foi rejeitado pela plenária, mantendo o texto original. Já no item 9., os grupos apresentaram diversas propostas de alteração, a saber: do grupo 3 (10/10/2), acréscimo ao final do termo “*respeitando as particularidades de cada instituição;*”, do grupo 8 (25/0/0), troca da palavra “*aprofundem*” por “*realizem*” e troca da palavra “*das*” por “*e suas implicações nas*”, do grupo 9 (23/1/3), acréscimo do termo “*financiamento e*” antes da palavra “*federalização*” e acréscimo ao final do termo “*com a realização de um seminário nacional em 2014;*” e do grupo 2 (16/1/4), de substituição do item por “**9. Que sejam feitos, pelas seções sindicais, o levantamento e análise crítica das situações onde estejam em pauta propostas de federalização de IEES/IMES e, também, de propostas de repasses da união para o financiamento das IEES/IMES;**”. Sendo assim, a mesa propõe no relatório consolidado um texto compatibilizando as diversas propostas, “**9. Que as seções sindicais realizem debate para aprofundar e analisar criticamente a temática de federalização e do financiamento, incluindo o repasse dos recursos da União, nas IEES/IMES: 9.1. Realização de um seminário nacional com a temática da federalização e financiamento das IEES/IMES;**”. A presidente indagou à plenária se poderia colocar em votação o texto compatibilizado, tendo acordo da plenária, apenas com a ressalva de se corrigir a palavra “*temática*”, que estava grafado incorretamente. Feita a votação do item 9, foi aprovado o substitutivo de compatibilizado. A seguir, colocou-se em votação a inclusão do subitem 9.1, que também foi aprovada. Passou-se assim a deliberar sobre a inclusão de novos itens na seção “**C) Sobre Financiamento das IEES/IMES:**”. A seguir, colocou-se em votação a proposta de inclusão dos grupos 8 (22/0/0) e 10 (3/0/17), “**i. Intensificar a luta contra a privatização do ensino público, com mobilização permanente;**”, que foi aprovada. A seguir, a mesa ponderou que a proposta dos grupos 8 (22/0/0) e 10 (1/0/19), “**ii. Lutar pela revogação da Lei PLC 103/2013, que ataca e fere o ensino público e gratuito;**”, estava superada pela votação do item anterior, o que foi acatado pela plenária. Assim, a inclusão do grupo 8 (22/0/0), “**iii. Promover e aprofundar debate sobre a ABRUEM;**” foi colocada em votação e rejeitada. Ao final, analisou-se a proposta de inclusão do grupo 10 (10/5/5), “**iv. O setor das IEES/IMES deve se apropriar de mais elementos para definição do percentual da receita adequado à realidade do ente federativo;**”. Nesse ponto, se inscreveram diversos companheiros da plenária e, após o debate, surgiram duas propostas, uma do professor Cláudio Tonegutti (APUFPR) e outra do professor Roberto Leher (ADUFRJ). A presidente perguntou se seria possível a compatibilização de ambas, já que eram parecidas, havendo resposta positiva de ambos. Solicitou assim que este item fosse colocado no “cabide” para posterior deliberação, o que foi aceito pela plenária.

Seguiu-se a análise da modificação do item 10 proposta do grupo 5 (23/0/0) de inclusão do termo “*tanto quanto possível,*” após a palavra “*articulação*”, que foi rejeitada. A seguir, colocou-se em votação a proposta do grupo 3 (19/1/1) de inclusão do termo “*e CSP-CONLUTAS*” após a palavra “*Regionais*” no item 12., que foi aprovada. Por fim, deliberou-se sobre a posição do grupo 7 (14/2/2) de inclusão do novo item “*i. Dia 19 de março – dia nacional de paralisação dos docentes das IEES com atividades e mobilização e ato público em Brasília.*” na seção “*E) Geral:*”. Após debate sobre o tema, a proposta foi rejeitada. A presidente perguntou então se a compatibilização do item no “*cabide*” já estava pronta, obtendo resposta positiva. Foi então apresentado o texto compatibilizado “*iv. Que o Setor das IEES/IMES aprofunde as discussões para a definição do percentual de receita do ente federado para o financiamento destas instituições de forma a assegurar a estas a sua plena manutenção e desenvolvimento;*”. Colocada em votação a sua inclusão na seção “*C) Sobre Financiamento das IEES/IMES:*”, foi aprovada pela plenária. Ao final, a presidente colocou em votação a formulação integral do TR 24, que possui nova numeração, **TR 24 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES - “O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:** A) Sobre carreira docente: 1. Que as seções sindicais enviem informações sobre critérios de promoção, progressão e desenvolvimento na carreira para atualização do banco de dados do setor, a fim de mobilização e fortalecimento do setor; 2. Lutar por uma carreira docente que priorize a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial; B) Sobre democracia interna: 3. Intensificar procedimentos nas seções sindicais que garantam a atualização constante do banco de dados do setor sobre democracia e autonomia universitária; 4. Lutar pelo estabelecimento de instâncias democráticas nas IEES/IMES 5. Lutar pela garantia da autonomia acadêmica e administrativa das universidades; 6. Mobilizar a categoria para enfrentar e reverter os constantes ataques à autonomia das universidades; 7. Denunciar os crescentes e abusivos ataques e assédios praticados por dirigentes. C) Sobre Financiamento das IEES/IMES: 8. Que as seções sindicais, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, instem e solicitem às secretarias de educação, ciência e tecnologia e/ou reitorias e tribunais de contas informações sobre a execução orçamentária nos últimos dez anos, contendo informações segundo o grupo e natureza de despesa; 9. Que as seções sindicais promovam, até o XII Encontro do Setor das IEES/IMES, debate sobre o tema financiamento; 10. Realizar o Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 28 de maio de 2014; 11. Realizar um seminário sobre financiamento para as IEES/IMES em 2014; 12. Que as seções sindicais realizem debate para aprofundar e analisar criticamente a temática da federalização e do financiamento, incluindo o repasse dos recursos da União, nas IEES/IMES: 12.1. Realização de um seminário nacional com a temática da federalização e financiamento das IEES/IMES; 13. Intensificar a luta contra a privatização do ensino público, com mobilização permanente; 14. Que o setor das IEES/IMES aprofunde as discussões para a definição do percentual de receita do ente federado para o financiamento destas instituições, de forma a assegurar a estas a sua plena manutenção e desenvolvimento. D) Organização das IEES/IMES nos estados: Que as seções sindicais das IEES/IMES: 15. Façam articulação, em âmbito local, com as demais entidades dos servidores públicos estaduais (SPE) e pautem temas específicos, tais como: reforma da previdência; desoneração fiscal e seus impactos para os serviços públicos; autonomia das IEES/IMES; 16. Promovam debate referente à política estadual de educação; 17. Façam, em conjunto com as secretarias regionais e a CSP-CONLUTAS, articulação com entidades sindicais e movimentos sociais da educação visando à construção de unidade de ação em pontos que forem consenso nas entidades envolvidas; E) Geral: 18. Realizar no 2º semestre de 2014 o XII Encontro do Setor das IEES/IMES; 19. Que as seções sindicais participem do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida nos estados em funcionamento e fomentem a discussão para a criação nos estados em que ainda não existam.”. O TR foi aprovado por ampla maioria. A presidente colocou em discussão o **TR – 75 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES E IMES (Contribuição da Assembleia Geral da ASDUERJ). O 33º Congresso do ANDES-SN resolve: 1. Que no próximo período será**

prioridade das regionais a criação ou fortalecimento, onde houver, de fóruns de IEES e IMES em cada Estado; 2. Que nas greves de IEES e IMES o repasse ao Sindicato Nacional fica suspenso passando a ser depositado em fundo de greve local; 3. Que, sempre que reivindicado pela AD em greve, ficará definido um diretor do Sindicato para acompanhar as assembleias, comandos de greve e processos de negociação em nome da direção nacional, apoiando a elaboração política; 4. Que o acompanhamento de greves de IEES e IMES fará parte dos informes regulares do ANDES-SN para o conjunto das ADs, 5. Que as regionais organizarão nacionalmente campanhas de apoio político e financeiro para greves de IEES e IMES, sempre que solicitado pelas ADs em greve. A situação nos grupos mistos foi a seguinte: aprovado o texto original no grupo 1 (16/1/5); aprovado com modificações no 3 (sem informação), no 4 (sem informação), no 5 (sem informação), no 6 (19/0/1), no 7 (20/0/0), no 8 (sem informação) e no grupo 10 (17/0/4); remetido para a plenária pelos grupos 2 (19/0/2) e 9 (24/1/0). No mesmo formato da votação do TR anterior, a primeira votação seria a aprovação do texto do TR na forma original contra a sua modificação, vencendo a sua modificação. Passou-se assim a deliberar sobre os itens. No item 1., o grupo 8 (19/0/1) propõe suprimir o termo “onde houver,” e trocar o termo “em cada Estado” por “**nos estados**”, que foi aprovado. No item 2, os grupos 5 (19/0/1) e 8 (20/2/0) apresentaram proposta de rejeição e, contrariamente, o grupo 10 (14/0/5) indicou a sua manutenção. Foi lembrado que este item já foi deliberado no Tema 4. Posto em votação, o item 2 foi suprimido. No item 3, o grupo 2 (13/8/1) posicionou-se pela manutenção do texto original do TR, porém, como proposta minoritária de 30%, foi proposta a troca do termo “AD” por “**seção sindical**” e troca do termo “ficará definido” por “**será indicado**”. Já os grupos 3 (25/0/0), 4 (18/1/4), 5 (17/1/2), 7 (19/1/3) e 8 (20/1/4) possuem proposta semelhante à proposta de modificação do grupo 6 (21/0/0), que retira a palavra “**Que**” inicial, também troca do termo “AD” por “**seção sindical**” e troca do termo “um diretor do Sindicato para” por “**que a secretaria regional deverá**”. Colocado em votação o texto original contra a sua modificação, foi aprovada a sua modificação. Assim, a presidente colocou em votação a proposta minoritária do grupo 2 contra a proposta do grupo 6 e demais, vencendo a última. No item 4, os grupos 3 (25/0/0), 4 (12/5/4), 6 (16/2/2) e 8 (22/0/0) deliberam pela sua rejeição e outros pela sua modificação. Assim, a presidente colocou em votação a manutenção do item sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, e a plenária optou pela manutenção. O grupo 10 (17/0/5) propôs trocar o termo “o acompanhamento de” por “**sejam intensificados os informes sobre as**” e retirada do termo “**fará parte dos informes regulares do**”. O grupo 7 (15/1/7) trocou o termo “**fará parte dos**” por “**ganhe maior visibilidade nos**” e trocou o termo “ADs” por “**seções sindicais**”. Já o grupo 2 (19/0/4) indicou a substituição do item por “**4. Que o ANDES-SN reforce o acompanhamento de greves de IEES e IMES ampliando a divulgação nos informes regulares do Sindicato para o conjunto das seções sindicais.**” Posto em votação o item original sem prejuízo de modificação contra o substitutivo do grupo 2, foi a aprovado o substitutivo. No item 5, os grupos 3 (23/0/?), 6 (14/1/4) e 8 (22/0/0) propõem sua rejeição; o grupo 7 (4/1/16), sua manutenção. Feito o debate, a professora Cristina Miranda (ADUFRJ) apresentou a proposta de nova formulação para o item, “**5. Que o conjunto das seções sindicais, articuladas e suas respectivas secretarias regionais empreendam apoio político e financeiro para greve de IEES e IMES, sempre que solicitado pela seção sindical em greve.**”. Assim, a presidente colocou em votação a manutenção do item sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, sendo aprovada a sua manutenção, e, a seguir, votou-se o texto original contra o substitutivo apresentado pela professora Cristina, sendo aprovado o substitutivo. A seguir, a presidente colocou em votação a recomendação do grupo 6 “**Recomendação: Que as seções sindicais enviem permanentemente informações sobre a situação de mobilização na base, a fim de alimentar os canais de comunicação de ANDES-SN**”, que foi aprovada por ampla maioria. Ao final, foi colocado em votação o TR na sua nova formulação, que, renumerado, fica **TR 75 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES E IMES. “O 33º Congresso do ANDES-SN resolve: 1. Que no próximo período será prioridade das secretarias regionais a criação ou fortalecimento de fóruns de IEES e IMES nos estados; 2. Sempre que reivindicado pela seção sindical em greve, ficará definido que a secretaria regional deverá acompanhar assembleias, comandos de greve e processos de negociação em nome da direção nacional, apoiando a elaboração política; 3. Que o ANDES-SN reforce o acompanhamento de greves de IEES e**

*IMES ampliando a divulgação nos informes regulares do Sindicato para o conjunto às seções sindicais; 4. Que o conjunto das seções sindicais, articuladas e suas respectivas secretarias regionais empreendam apoio político e financeiro para greve de IEES e IMES, sempre que solicitado pela seção sindical em greve. Recomendação: Que as seções sindicais enviem permanentemente informações sobre a situação de mobilização na base, a fim de alimentar os canais de comunicação do ANDES-SN”, que foi aprovada. A professora Maria Luzinete (ADUFMAT) pediu a palavra para justificar que havia esquecido o seu crachá de delegada no hotel e fez uma solicitação à plenária para a entrega de novo crachá, conforme o Regimento. A presidente colocou em votação e foi aprovada pela plenária. Desse modo, a presidente Marina anuncia que se finda o Setor das IEES/IMES e inicia o Setor das IFE. O primeiro TR é “**TR 25 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES (diretoria do ANDES-SN). O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: A - NO ÂMBITO DOS SPF: 1. Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF; 2. Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para a regularização das contribuições financeiras; 3. Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las; 4. Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos fóruns estaduais de entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados; 5. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF; 6. Desenvolver a Campanha 2014 dos SPF, a partir de eixos, pauta, estratégia de ação e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais; 7. Dar potência às ações da Campanha Salarial em 2014 com movimentações de rua, paralisações nacionais e intensificação da unidade com os demais segmentos dos SPF; 8. Intensificar as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns para atuação conjunta com os servidores públicos e com os demais segmentos do setor educação. Nesse movimento, reforçar e buscar apoio para as campanhas temáticas que temos defendido, em especial, 10% do PIB para a educação pública já, busca de apoio e assinaturas a favor da PEC 555, do projeto de Lei de iniciativa popular para democratização das comunicações e contra EBSERH, FUNPRESP, PL 4330 e PLP 92; 9. Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência, contra a redução do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e na defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta; 10. Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação; 11. Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política; 12. Intensificar a solidariedade contra a criminalização das mobilizações e das lutas dos diferentes segmentos dos trabalhadores e da juventude. B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR: ESTRATÉGIA GERAL: 1. Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso; 2. Atualizar a estratégia de mobilização/negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir da experiência acumulada na luta nos últimos três anos; 3. Desencadear, a partir do 33º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário; 4. Deliberar, a partir da avaliação de base, sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de retomada da greve da categoria no ano de 2014; 5. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como***

as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do setor das IFE, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso. INICIATIVAS E AÇÕES: **6.** Fazer a disputa e o enfrentamento aos desdobramentos da implantação do projeto de carreira do governo tanto em âmbito local como nacionalmente; **7.** Intervir fortemente em cada IFE para que a progressão/promoção dos docentes na carreira não seja obstaculizada e para que sigam critérios definidos no âmbito da autonomia universitária; **8.** Elaboração de material que explicita as consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores; **9.** Definir atividades de mobilização e ações conjuntas de luta com o Sinasefe para conquistar a reestruturação da carreira docente; **10.** Recepcionar os docentes em 2014, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação da carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e da Lei 12.863/13, conclamando para intensificar a luta pela sua reestruturação; **11.** Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo em relação à carreira para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições; **12.** Aprofundar a discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE e CPPD, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta; **13.** Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CODETUF com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN; **14.** Atuar no âmbito do Congresso Nacional no sentido de buscar apoio à luta pela reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN. Nesse sentido, pressionar as lideranças partidárias e presidentes das comissões de Educação e de Serviço Público, na Câmara e no Senado, tendo como referência a retomada da luta pela reestruturação da carreira docente; **15.** Dar continuidade às lutas e ações jurídicas em resposta às consequências das políticas e medidas implementadas pelo governo, em especial, na questão da carreira docente; **16.** Imprimir caráter nacional à campanha específica do setor das IFE em 2014, nos seguintes termos: **16.1.** Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 33º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE; **16.2.** Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2014, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 33º Congresso; **16.3.** Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL; **16.4.** Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos: **a)** Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação; **b)** Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação, por um lado, das insuficiências, e por outro, das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras; **c)** Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir; **d)** Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas; **17.** Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das universidades, elaborando matérias e boletins, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria; **18.** Dar continuidade à luta em defesa dos colégios de aplicação – CAP e das escolas vinculadas às IFE, priorizando: **18.1.** Denunciar que o ataque aos CAP é também um ataque à autonomia das

IES onde eles são instituídos; **18.2.** Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAP, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente; **18.3.** Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do Magistério Superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única; **18.4.** Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAP no contexto das universidades públicas, pela responsabilidade pública de sua manutenção e desenvolvimento, além da garantia de condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no Sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido; **18.5.** Manter a pauta conjunta de discussões com o GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAP; **18.6.** Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional; **18.7.** As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAP à estrutura acadêmica das IFE; **19.** Dar sequência nas seções sindicais ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSERH e ao FUNPRESP; **20.** Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição, lutando para que o Poder Executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária; **20.1.** Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três Poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo como parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e, no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia, “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”; **20.2.** Avançar nacionalmente e em cada IFE, por atuação das seções sindicais, na identificação de dados, métodos, critérios ou falta de critérios, relacionados com o funcionamento das instituições, especialmente a respeito de verbas, pessoal, organização do trabalho e atividades inerentes às atividades de ensino/pesquisa/extensão/administração; **20.3.** Produzir estudos a respeito da evolução orçamentária de cada IFE frente à evolução do número de cursos, matrículas, docentes e TAs, distinguindo verbas de pessoal, custeio (em custeio, contratação de serviços), investimento e HUs; **20.4.** Buscar mais informações em cada IFE a respeito das consequências decorrentes da utilização do SISU como método de seleção dos estudantes; **20.5.** Produzir um balanço a respeito dos processos estatuintes em curso ou em vias de instalação nas IFE, tomando como referência as deliberações do ANDES-SN sobre democratização das universidades, especialmente o Caderno 2; **21.** Explicitar e desmascarar o governo em sua ação relacionada com a retirada de direitos previdenciários, a situação atual de ataque à equiparação entre ativos e aposentados, os prejuízos gerados pelos desdobramentos da desestruturação da carreira e também aos novos ingressantes; **22.** Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES e colaborando com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades; **23.** Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades; **24.** Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2014: **24.1.** Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março; **24.2.** Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 33º Congresso; **24.3.** Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2014 nas reuniões do setor das IFE; **24.4.** Reafirmar em 2014 a pauta do setor aprovada em 2013, já protocolada junto ao governo federal, exigindo negociações efetivas.” A situação nos grupos mistos foi a seguinte: aprovado o texto original no grupo 7 (12/5/0); aprovado com modificações nos grupos 1 (19/0/2); 3 (sem informação); 4 (sem informação); 5 (15/0/2); 6 (sem informação); 8 (sem informação); 9 (sem informação); e 10 (16/0/1); e parcialmente remetido para plenária pelo grupo 2 (19/0/2). Como não havia proposta de rejeição do TR, inicialmente a

presidente Marina colocou em votação o texto original contra sua modificação, sendo aprovada pela plenária a sua modificação. Iniciou-se pela primeira seção, “**A - NO ÂMBITO DOS SPF:**”. No item 4., o grupo 9 (17/0/6) propõe a inclusão do termo “*por meio das secretarias regionais e seções sindicais,*” após a palavra “*retomar*”. Colocada em votação, a inclusão foi aprovada. No item 7, o grupo 9 (14/5/4) propôs trocar o termo “*potência*” por “*visibilidade e intensificar*”, que, colocada em votação, a troca foi aprovada. Os grupos 1 (20/0/4), 3 (20/0/3), 4 (12/4/2), 5 (20/0/0), 6 (unanimidade) e 9 (11/10/6) apresentaram proposta de inclusão de subitem “**7.1. Eixos da campanha 2014, definidos em articulação com as demais entidades dos SPF: - Definição de data-base (1º de maio); - Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; - Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados; - Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; - Retirada de PLs e MPs dos decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; - Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; - Reajuste dos benefícios; - Antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015**”; porém, como proposta minoritária com 30% do grupo 9, foi indicado o mesmo subitem 7.1, mas sem o último eixo, “**- Antecipação para 2014 da parcela de reajuste para 2015**”. Após longo debate, a presidente colocou em votação a proposta de inclusão do subitem 7.1 dos grupos 1, 3, 4, 5, 6 e 9 contra a proposta minoritária do grupo 9, sendo aprovada a primeira opção. No grupo 9 (9/8/10), também como proposta minoritária com 30%, foi sugerida a seguinte recomendação, “*Recomendação para que o setor das IFES explicito o histórico da greve de 2012 para a CNESF/Fórum e, considerando as deliberações das assembleias de base, que rejeitaram o acordo imposto pelo governo/PROIFES, seja retirado o item “antecipação para 2014 da parcela de reajustes de 2015” dos eixos da campanha salarial unificada dos SPFs*”. Colocada em votação a recomendação, foi rejeitada pela plenária. No item 8., o grupo 9 (14/0/11) propõe a troca do termo “*a favor*” por “*para aprovação*”, cuja votação foi favorável à modificação. No item 12, os grupos 6 (19/2/0) e 10 (18/0/3) propõem a troca da palavra “*solidariedade*” por “*luta*”, e o grupo 9 (20/0/3) também sugeriu a mesma troca e acrescenta ao final do item o termo “**sobretudo por meio do engajamento nas campanhas contra o PLS 499/2013**”. Já o grupo 8 (22/0/0) propôs a substituição do item por “**12. Lutar contra a repressão e denunciar a criminalização dos movimentos sociais com a constituição de comitês contra a repressão, apoiados pelas assessorias jurídicas locais, regionais e nacional**”. A presidente colocou em votação o texto original do item contra a sua modificação, vencendo a modificação. A seguir, foram votadas as modificações dos grupos 6, 9 e 10 contra a substituição do grupo 8, sendo aprovadas as modificações. Assim, passou-se a deliberar sobre a modificação proposta pelos grupos 6 e 10 contra do grupo 9, sendo aprovada a modificação do grupo 9. Passou-se a analisar a seção “**B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR:**”. Iniciou-se pelas propostas de inclusão na subseção “**ESTRATÉGIA GERAL:**” O grupo 2 (12/2/7) sugeriu a inclusão do item “**i. Aprofundar a discussão sobre os CEFETs e institutos federais em torno de suas especificidades institucionais e representação sindical;**”, que foi aprovada. A seguir, a inclusão sugerida pelo grupo 8 (20/0/0), “**ii. Divulgar, por diferentes meios (jornais, informativos, cartilhas etc.) as características das leis 12.772/2012 e 12863/2013 e suas implicações à luz da proposta de carreira do ANDES – SN;**”, também aprovada pela plenária. No item 1, o grupo 9 (20/0/3) propôs a inclusão do termo “**Lutar pela revogação da Lei 12.772/12 e**” no início do item e o deslocamento de todo item para ser o primeiro item da subseção “**INICIATIVAS E AÇÕES:**”. A presidente colocou em votação o texto original do item contra a proposta do grupo 9, e a plenária optou pela última. No item 2, o grupo 8 (23/0/0) propôs a supressão do termo “*na luta nos últimos três anos*”, que foi acatada pela plenária. No item 5, o grupo 10 (12/0/7) propôs sua rejeição. A presidente colocou em votação a manutenção do texto original do item contra a sua rejeição, sendo aprovada a manutenção pela plenária. Questionado o resultado da votação, a mesa procedeu a uma nova votação, confirmando-se a manutenção do texto original. Nesse instante, o professor Dileno Dustan Lucas de Souza (APESJF) solicitou contagem dos votos. Refeita a votação, foram computados 123 a favor da manutenção do texto original, 41 pela rejeição e 38 abstenções. No item 10, o grupo 1 (20/0/1) indicou a troca do termo “*sua reestruturação*” por “*revogação da Lei 12.772/12, pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação;*” e os grupos 3 (21/0/1),

5 (22/2/0), 6 (18/0/1), 8 (20/0/0) e 10 (17/0/4) apresentaram o acréscimo do termo “*e a respeito dos novos projetos de lei em tramitação, como o PNE, o INSAES, o PLS 518/2009, a lei das instituições comunitárias da educação superior*” após “*Lei 12.863/13*” e a troca do termo “*sua reestruturação*” por “*reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação*;”. A presidente colocou em votação a manutenção do texto original do item contra a sua modificação, vencendo a modificação. Colocada em votação a proposta do grupo 1 contra a dos grupos 3, 5, 6, 8 e 10, foi aprovada, por ampla maioria, a segunda opção. No item 12, o grupo 5 (21/0/2) indicou a inclusão da palavra “*única*” após a palavra “*Carreira*”, que foi aprovada pela plenária. No item 14, o grupo 1 (17/7/0) sugeriu a substituição do item por “*14. Atuar no Congresso Nacional no âmbito da luta pela reestruturação da carreira docente proposta pelo ANDES-SN*”. Posta em votação a sugestão, o texto original do item contra o substitutivo, foi aprovado o segundo. No subitem 16.3, o grupo 8 (18/0/0) propôs a troca do termo “*LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL*;” por “*luta por melhores condições de trabalho, valorização salarial e autonomia universitária*”, que foi aprovada. Na letra c) do subitem 16.4., o grupo 3 (24/0/1) sugeriu a inclusão do termo “*e denunciar*” após a palavra “*enfrentar*”, que também foi acatada pela plenária. No subitem 24.3., os grupos 1 (20/0/0), 5 (23/1/2), 6 (19/0/2) e 8 (14/3/4) apresentaram uma proposta de substituição pelo texto “*24.3. Cronograma de lutas da Campanha 2014 nas reuniões do setor das IFE: - Entre 24 e 28 de fevereiro - protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação; - Entre 10 e 14 de março - enviar para as seções sindicais InformANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria; - De 10 a 18 de março - rodada de assembleias gerais das seções sindicais do setor para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação dia 19 e atualização da pauta local; - De 13 a 18 de março - indicar às seções sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos fóruns de servidores públicos federais em seus estados; - Dia 19 de março - dia nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização; - Dia 19 de março - Ato público em Brasília; - Dia 21 de março - Reunião ampliada da Coordenação Nacional da CSP/CONLUTAS, em São Paulo; - Dia 22 de março - Encontro do Espaço de Unidade de Ação, em São Paulo; - Entre 24 e 28 de março - Rodada de assembleias gerais das seções sindicais do setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação; - Dia 27 de março - Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das Entidades nacionais dos SPF; - Dias 29 e 30 de março - Reunião do setor das IFE, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação*;”. A presidente Marina colocou em votação o texto original do subitem contra o substitutivo, havendo acolhimento da plenária pelo substitutivo. A seguir, o grupo 6 (15/0/2) propôs a inclusão de um novo item na subseção “*INICIATIVAS E AÇÕES*.” “*i. Exigir do MPOG a revogação da Orientação Normativa nº 02/1998, reeditada em 2011 (nº 02/2011), que regulamenta o pagamento de férias para servidores afastados para qualificação*.”. Posta em votação, foi aprovada. Ao final, a presidente Marina colocou em votação o TR na sua nova formulação, que foi aprovada integralmente passando a ter a seguinte numeração: “*O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: A - NO ÂMBITO DOS SPF: 1. Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF; 2. Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras; 3. Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las; 4. Retomar, por meio das secretarias regionais e seções sindicais, as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados; 5. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF; 6. Desenvolver a Campanha 2014 dos SPF, a partir de eixos, pauta,*

estratégia de ação e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais; 7. Intensificar e dar visibilidade às ações da Campanha Salarial em 2014 com movimentações de rua, paralisações nacionais e intensificação da unidade com os demais segmentos dos SPF; 7.1. Eixos da campanha 2014, definidos em articulação com as demais entidades dos SPF: - Definição de data-base (1º de maio); - Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; - Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados; - Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; - Retirada de PLs e MPs dos decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; - Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; - Reajuste dos benefícios; - Antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015; 8. Intensificar as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns para atuação conjunta com os servidores públicos e com os demais segmentos do setor educação. Nesse movimento, reforçar e buscar apoio para as campanhas temáticas que temos defendido, em especial, 10% do PIB para a educação pública já, busca de apoio e assinaturas para aprovação da PEC 555, do projeto de Lei de iniciativa popular para democratização das comunicações e contra EBSEH, FUNPRESP, PL 4330 e PLP 92; 9. Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência, contra a redução do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e na defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta; 10. Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação; 11. Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política; 12. Intensificar a luta contra a criminalização das mobilizações e das lutas dos diferentes segmentos dos trabalhadores e da juventude, sobretudo por meio do engajamento nas campanhas contra o PLS 499/2013. B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR: ESTRATÉGIA GERAL: 1. Atualizar a estratégia de mobilização/negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir da experiência acumulada; 2. Desencadear, a partir do 33º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário; 3. Deliberar, a partir da avaliação de base, sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de retomada da greve da categoria no ano de 2014; 4. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do setor das IFE, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso; 5. Aprofundar a discussão sobre os CEFETs e institutos federais em torno de suas especificidades institucionais e representação sindical; 6. Divulgar, por diferentes meios (jornais, informativos, cartilhas etc.) as características das leis 12.772/2012 e 12863/2013 e suas implicações à luz da proposta de carreira do ANDES-SN); INICIATIVAS E AÇÕES: 7. Lutar pela revogação da Lei 12.772/12 e retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso; 8. Fazer a disputa e o enfrentamento aos desdobramentos da implantação do projeto de carreira do governo tanto em âmbito local como nacionalmente; 9. Intervir fortemente em cada IFE para que a progressão/promoção dos docentes na carreira não seja obstaculizada e para que sigam critérios definidos no âmbito da autonomia universitária; 10. Elaboração de material que explicita as consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores; 11. Definir atividades de mobilização e ações conjuntas de luta com o Sinasefe para conquistar a reestruturação da carreira docente; 12. Recepcionar os docentes em 2014, em cada período letivo, com materiais específicos a

respeito da situação da carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e da Lei 12.863/13, e a respeito dos novos projetos de lei em tramitação, como o PNE, o INSAES, o PLS 518/ 2009, a lei das instituições comunitárias da educação superior, conclamando para intensificar a luta pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação;

13. Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo em relação à carreira para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;

14. Aprofundar a discussão sobre a Carreira única de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE e CPPD, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta;

15. Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CODETUF com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN;

16. Atuar no Congresso Nacional no âmbito da luta pela reestruturação da carreira docente proposta pelo ANDES-SN;

17. Dar continuidade às lutas e ações jurídicas em resposta às consequências das políticas e medidas implementadas pelo governo, em especial, na questão da carreira docente;

18. Imprimir caráter nacional à campanha específica do setor das IFE em 2014, nos seguintes termos:

18.1. Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 33º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE;

18.2. Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2014, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 33º Congresso;

18.3. Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: luta por melhores condições de trabalho, valorização salarial e autonomia universitária;

18.4. Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:

a) Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

b) Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação, por um lado, das insuficiências, e por outro, das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;

c) Democracia: enfrentar e denunciar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;

d) Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas;

19. Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das universidades, elaborando matérias e boletins, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria;

20. Dar continuidade à luta em defesa dos colégios de aplicação – CAP e das escolas vinculadas às IFE, priorizando:

20.1. Denunciar que o ataque aos CAP é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos;

20.2. Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAP, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente;

20.3. Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do Magistério Superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única;

20.4. Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAP no contexto das universidades públicas, pela responsabilidade pública de sua manutenção e desenvolvimento, além da garantia de condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no Sindicato para

aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido; 20.5. Manter a pauta conjunta de discussões com o GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAP; 20.6. Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional; 20.7. As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAP à estrutura acadêmica das IFE; 21. Dar sequência nas seções sindicais ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSERH e ao FUNPRESP; 22. Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, lutando para que o Poder Executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária: 22.1. Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três Poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo como parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”; 22.2. Avançar nacionalmente e em cada IFE, por atuação das seções sindicais, na identificação de dados, métodos, critérios ou falta de critérios, relacionados com o funcionamento das instituições, especialmente a respeito de verbas, pessoal, organização do trabalho e atividades inerentes às atividades de ensino/ pesquisa/ extensão/ administração; 22.3. Produzir estudos a respeito da evolução orçamentária de cada IFE frente à evolução do número de cursos, matrículas, docentes e TAs, distinguindo verbas de pessoal, custeio (em custeio, contratação de serviços), investimento e HUs; 22.4. Buscar mais informações em cada IFE a respeito das consequências decorrentes da utilização do SISU como método de seleção dos estudantes; 22.5. Produzir um balanço a respeito dos processos estatuintes em curso ou em vias de instalação nas IFE, tomando como referência as deliberações do ANDES-SN sobre democratização das universidades, especialmente o Caderno 2; 23. Explicitar e desmascarar o governo em sua ação relacionada com a retirada de direitos previdenciários, a situação atual de ataque à equiparação entre ativos e aposentados, os prejuízos gerados pelos desdobramentos da desestruturação da carreira e também aos novos ingressantes; 24. Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFE e colaborando com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades; 25. Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades; 26. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2014: 26.1. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março; 26.2. Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 33º Congresso; 26.3. Cronograma de lutas da Campanha 2014 nas reuniões do setor das IFE: - Entre 24 e 28 de fevereiro - protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação; - Entre 10 e 14 de março - enviar para as seções sindicais InformANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria; - De 10 a 18 de março - Rodada de assembleias gerais das seções sindicais do setor para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação dia 19 e atualização da pauta local; - De 13 a 18 de março - indicar as seções sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos fóruns de servidores públicos federais em seus estados; - Dia 19 de março - dia nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização; - Dia 19 de março - Ato público em Brasília; - Dia 21 de março - Reunião ampliada de Secretaria Executiva Nacional da CSP/CONLUTAS, em São Paulo; - Dia 22 de março - Encontro do Espaço de Unidade de Ação, em São Paulo; - Entre 24 e 28 de março - Rodada de assembleias gerais das seções sindicais do setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação; - Dia 27 de março - Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das

*Entidades nacionais dos SPF; - Dias 29 e 30 de março - Reunião do setor das IFE, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação; 26.4. Reafirmar em 2014 a pauta do setor aprovada em 2013, já protocolada junto ao governo federal, exigindo negociações efetivas; 27. Exigir do MPOG a revogação da Orientação Normativa nº 02/1998, reeditada em 2011 (nº 02/2011) que regulamenta o pagamento de férias para servidores afastados para qualificação”, que foi aprovado. A presidente Marina anunciou que o delegado José Henrique G. Sanglard (ADUFRJ) solicitou por escrito a sua substituição como delegado do Congresso pelo primeiro suplente e observador Elídio Alexandre Borges Marques (ADUFRJ) e colocou em votação a solicitação, que foi aprovada pela plenária. Ato contínuo, a presidente iniciou a análise do **TR 45 - CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E AS POLÍTICAS DE PRECARIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES: A CRISE DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO** (contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical). O 33º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera: **1. Que o ANDES-SN: 1.1. reivindique junto ao governo federal uma solução para a reposição do quadro docente dos CAPs, e um esclarecimento dos critérios de distribuição de vagas, e sobre a ausência de um banco de professor equivalente para os CAPs; 1.2. reivindique a revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26 de Julho de 2011, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho docente dos CAPs; 1.3. exija do MEC esclarecimentos com relação à crise dos CAPs e cobre solução para os problemas emergenciais destes colégios, sobretudo no que se refere à reposição do quadro efetivo.** A situação nos grupos mistos foi a seguinte: aprovado o texto original: grupo 5 (23/?/?); e aprovado com modificação nos grupos 2 (22/0/2), 4 (18/5/5), 6 (18/0/1), 7 (21/0/1), 8 (18/0/1) e 10 (30/0/2). Diversos grupos sugeriram novas formulações para os itens. O grupo 2 (sem informação de votação) propõe “**1.1. Reivindique junto ao governo federal a reposição e a ampliação do quadro docente dos CAP, reconhecendo-os como espaços de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com suas especificidades; 1.2. Reivindique a revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26 de Julho de 2011, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho docente dos CAPs; 1.3. Realizar levantamento nacional da situação de distribuição de vagas nos CAP e os critérios utilizados por cada um deles**”. O grupo 4 (sem informação de votação) propõe “**1.1. Lutar pela reposição e ampliação do quadro docente dos CAP e escolas técnicas vinculadas para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, reconhecendo-os como espaços de ensino, pesquisa e extensão; 1.2. Realizar levantamento nacional da situação de distribuição de vagas nos CAP e os critérios utilizados para cada um deles.**”; o grupo 7 (21/0/1) propõe, “**1.1 Lutar junto ao governo federal pela reposição e ampliação do quadro docente das CAP e escolas vinculadas reconhecendo-os como espaços de ensino, pesquisa e extensão; 1.2. Realizar levantamento nacional sobre o quadro docente dos CAP e escolas vinculadas e esclarecimentos dos critérios de distribuição de vagas; 1.3. Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26 de julho de 2011, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho docente dos CAPs.**”, o grupo 8 (18/0/1) propõe “**1.1. Lutar pela reposição do quadro docente dos CAP para o atendimento de todas as suas necessidades específicas dentro do contexto nacional da luta por vagas docentes para as IFE; 1.2. Realizar levantamento nacional da situação de distribuição de vagas nos CAP e os critérios utilizados por cada um deles; 1.3 Lutar pela revogação da Portaria interministerial nº 253, de 26/07/2011, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho dos docentes dos CAP; 1.4. Realizar campanha de esclarecimento a respeito do significado dos RSC (reconhecimento de saberes e competências), sobretudo em relação à precarização do trabalho docente**”. O grupo 6 (sem informação) propõe “**1.1. Intensificar a luta pela reposição e ampliação imediata do quadro docente dos CAP para o atendimento de todas as suas necessidades específicas; via concurso público, reconhecendo que os CAP são unidades de ensino, pesquisa e extensão; 1.2. Realizar levantamento nacional da situação da distribuição de vagas nos CAP e os critérios utilizados por cada um deles; 1.3. Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26/07/11, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho dos docentes do CAP; 1.4. Realizar ações de esclarecimento a***

respeito do significado dos RSC, sobretudo em relação à precarização do trabalho docente.” Já o grupo 10 (30/0/2) propõe “**1.1. Lutar pela reposição e ampliação do quadro docente dos CAPs para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, reconhecendo-os como espaços de ensino, pesquisa e extensão e seguir denunciando a crise dos CAPs; 1.2. Realizar levantamento nacional da situação de distribuição de vagas nos CAPs e os critérios utilizados por cada um deles; 1.3. Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26 de julho de 2011, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho docente dos CAPs; 1.4. Realizar a campanha de esclarecimento a respeito do significado dos RSC, sobretudo em relação à precarização do trabalho docente.**”. Dada a grande diversidade de formulações, mas a maioria muito parecidas, a presidente Marina propõe o texto compatibilizado que consta do Relatório Consolidado, “**1.1. Intensificar a luta pela reposição e ampliação imediata do quadro docente dos CAP para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, via concurso público, reconhecendo que os CAP são unidades de ensino, pesquisa e extensão; 1.2. Realizar levantamento nacional da situação da distribuição de vagas nos CAP e nas escolas vinculadas e os critérios utilizados por cada um deles; 1.3. Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26/07/11, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho dos docentes do CAP; 1.4. Realizar ações de esclarecimento a respeito do significado dos RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), sobretudo em relação à precarização do trabalho docente.**”. Após algumas sugestões da plenária, foram feitas alterações pontuais, cujo texto ficou com a seguinte versão final: “**O 33º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera que o ANDES-SN deve: 1. Intensificar a luta pela reposição e ampliação imediata do quadro docente dos CAP e escolas vinculadas para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, via concurso público, reconhecendo que estas instituições são unidades de ensino, pesquisa e extensão; 2. Realizar levantamento nacional sobre a situação do quadro docente nos CAP e nas escolas vinculadas e esclarecimentos dos critérios de distribuição destas vagas; 3. Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253, de 26/07/11, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho dos docentes do EBTT; 4. Realizar ações de esclarecimento a respeito do significado dos RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), sobretudo em relação à precarização do trabalho docente.**” Colocado em votação, o texto foi aprovado pela plenária. A presidente iniciou a análise do **TR 68 - PARALISAÇÃO NACIONAL PELA CARREIRA DOCENTE E CAMPANHA SALARIAL 2014** (contribuição da diretoria da APUR Seção Sindical). O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN: Organize no dia 19 de março de 2014 um Dia de Paralisação Nacional pela carreira docente e campanha salarial 2014, articulado com a Greve Nacional dos Trabalhadores da Educação. A situação nos grupos mistos foi a seguinte: rejeitado nos grupos 3 (unanimidade), 6 (18/0/1) e 8 (14/3/2); remetido para plenária pelos grupos 2, 5, 7 e 9; sem registro no grupo 1; e sem quorum nos grupos 4 e 10. A presidente lembrou que o TR foi discutido no Tema 5 por alguns grupos mistos, de onde foi remetido para o Tema 6. A Plenária entendeu que o TR estava superado pelo longo debate e aprovação do Plano de Lutas do Setor das IFE. Posto em votação, o TR foi rejeitado por ampla maioria. Ato contínuo, a presidente passou à discussão do **TR 76 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFE** (contribuição da diretoria da ADUFEPE Seção Sindical). O 33º Congresso do ANDES delibera: Realizar ao longo de 2014 uma intensa agenda de ações (de acordo com capacidade e especificidade de cada seção sindical) junto aos novos docentes das IFE, incluindo visitas aos centros acadêmicos e departamentos, debates sobre o desenvolvimento na carreira docente, Estágio Probatório e FUNPRESP, com objetivo de aproximar os novos professores da pauta do Movimento Docente, ampliar o número de filiados nas seções sindicais e fortalecer o ANDES-SN. Os grupos mistos apresentaram a seguinte situação: aprovado o texto original nos grupos 6 (17/0/1), 7 (18/0/2) e 8 (19/0/2); rejeitado nos grupos 1 (19/0/0) e 5 (19/1/2); remetido para plenária pelos grupos 2 (19/0/2), 4 (17/0/0) e 9 (24/1/0), e sem registro da discussão no grupo 10. Como havia proposta de rejeição pelos grupos mistos, a presidente Marina colocou em votação o texto original, sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, ganhando a rejeição por ampla maioria da plenária. Nesse ponto, a presidente Marina anunciou que a discussão do

setor das IFE estava finalizada, passando-se a discutir o setor das IPES, **TR 26 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES** (diretoria do ANDES-SN). **O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Lutar pelo fortalecimento da inserção da base docente do setor das IPES no processo de organização sindical e defesa de seus direitos; 2. Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e administrativas que garantam a mobilização e a construção de representações sindicais dos docentes das IPES; 3. Intensificar a denúncia, a partir das secretarias regionais, da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e às demissões injustificadas; 4. Dar visibilidade ao Projeto de Universidade do ANDES-SN no setor das IPES, a partir das Diretrizes para a Construção de Pautas de Reivindicações dos Docentes das IPES, aprovadas no 31º Congresso do ANDES-SN.** A situação nos grupos mistos foi a seguinte: aprovado o texto original nos grupos 1 (18/0/5), 5 (18/0/1), 6 (18/0/2), 7 (17/1/1), 8 (19/0/2) e 10 (19/0/3); e remetido para a plenária pelos grupos 2 (19/0/2), 4 (17/0/0) e 9 (24/1/0). Como não havia proposta de modificação, a presidente colocou em votação o texto original do TR contra a sua rejeição, sendo aprovada a manutenção do texto original. Por fim, passou-se ao último TR, o **TR 82 - Texto aditivo para o Tema 6** (contribuição do professor Eduardo Serra – sindicalizado da ADUFRJ SSind). **O Andes deve lutar pela imediata expropriação das universidades Gama Filho e UniverCidade, visando à sua transformação em universidades públicas.** A situação nos grupos mistos foi a seguinte: rejeitado pelos grupos 1 (14/4/0), 5 (11/6/0) e 10 (13/2/5) (texto original aprovado como proposta minoritária de 30%); aprovado com modificações: grupos 6 (13/11/0) e 7 (9/5/9) (rejeição do TR como proposta minoritária de 30%); e remetido para plenária pelos grupos 2 (19/0/2), 4 (17/0/0), 8 (14/2/2) e 9 (24/0/1). Como havia proposta de rejeição do TR, a presidente Marina colocou em votação a proposta de mudança do TR, sem prejuízo de modificação, contra a sua rejeição, sendo aprovada a rejeição pela plenária por ampla maioria. Entretanto, o professor Waldir (ADUFF) solicitou recurso de votação, por entender que a proposta do TR não estava devidamente esclarecida, que foi sucedido por diversas questões de ordem. A presidente colocou em votação o recurso apresentado pelo professor. Nas duas primeiras votações, a mesa não teve clareza do resultado e, mais uma vez, solicitou contagem de votos. Nesta terceira votação, foi aprovado o recurso de votação por 97 votos a favor, 93 contra e 11 abstenções. Assim, foi aberto o debate sobre o TR, com várias falas. A seguir, iniciou-se o novo processo de votação do TR. O grupo 7 (16/0/7) propôs o acréscimo do termo “*sem que o Estado assumas as dívidas destas instituições.*” ao final da frase do TR, e o grupo 6 (15/1/5) propõe a substituição integral do texto do TR por “**O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Intensificar ações de solidariedade aos trabalhadores e estudantes das universidades Gama Filho e UniverCidade, na defesa de seus direitos trabalhistas e educacionais; 2. Que o ANDES-SN levante e denuncie a situação dos trabalhadores e dos estudantes (em diálogo com suas representações sindicais e estudantis) das universidades Gama Filho e UniverCidade e indicar ao GTVerbas que realize um estudo sobre o financiamento público relativo a estas instituições; 3. Que o ANDES-SN, por meio das secretarias regionais e seções sindicais, continue acompanhando o processo de descredenciamento e/ou falências de cursos e IES, pautando no GTPE, os desdobramentos desse processo para subsidiar posicionamento do Sindicato a respeito do tema, até o próximo CONAD;**”. A presidente colocou novamente em votação a proposta de mudança do TR, sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, sendo aprovada desta vez a sua manutenção sem prejuízo de modificação com maioria significativa. Passou-se assim a analisar as modificações. A presidente listou 4 possibilidades provenientes do debate: a manutenção do texto original, a modificação proposta pelo grupo 7, a substituição proposta pelo grupo 6, e a proposta do professor José Vitorio Zago (ADUnicamp) de modificação da proposta do grupo 6 com a inclusão de um novo item ao final, “**4. Lutar pela expropriação sem indenização das universidades Gama Filho e UniverCidade, visando a sua transformação em universidades públicas, sem que o Estado assumas as dívidas destas instituições.**”. Assim, a presidente colocou em votação tendo como base o texto original do TR contra o substitutivo do grupo 6, vencendo o substitutivo. Houve novamente diversas questões de ordem e surgiram duas novas propostas, a do professor Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA) de substituição de todo o termo, após a palavra “GTPE”, pelo termo “*o debate sobre a expropriação dessa IES, a*

questão trabalhista dos docentes e técnicos e a situação dos estudantes, na perspectiva de um plano de transição, até a solução da questão, e que os desdobramentos desse debate subsidiem o posicionamento do Sindicato a respeito do tema no próximo CONAD.”, e a da professora Sandra M.M. Siqueira, de acréscimo do termo “*sendo a expropriação sem indenização, ampliando a luta pelo acesso universal em todos os níveis da Educação, combatendo o controle do setor privado de ensino.*”, ao final da proposta de inclusão do item 4 do professor Zago. A presidente colocou em votação inicialmente a proposta do Jacob de substituição do item 3, que foi aprovada; a seguir, a proposta do professor Zago de inclusão do item 4., também aprovada, e finalmente a proposta da Sandra de acréscimo do item 4., que foi rejeitada. Nesse momento, o professor José Audísio Costa (ADUFEPE) solicitou recurso de votação e em seguida o retirou. Assim, foi colocada em votação a aprovação do TR na sua formulação final, que foi aprovada pela grande maioria da plenária. **O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Intensificar ações de solidariedade aos trabalhadores e estudantes das universidades Gama Filho e UniverCidade, na defesa de seus direitos trabalhistas e educacionais; 2. Que o ANDES-SN levante e denuncie a situação dos trabalhadores e dos estudantes (em diálogo com suas representações sindicais e estudantis) das universidades Gama Filho e UniverCidade e indicar ao GTVerbas que realize um estudo sobre o financiamento público relativo a estas instituições; 3. Que o ANDES-SN, por meio das secretarias regionais e seções sindicais, continue acompanhando o processo de descredenciamento e/ou falências de cursos e IES, pautando no GTPE o debate sobre a expropriação dessa IES, a questão trabalhista dos docentes e técnicos e a situação dos estudantes, na perspectiva de um plano de transição até a solução da questão e que os desdobramentos desse debate subsidiem o posicionamento do Sindicato a respeito do tema no próximo CONAD. 4. Lutar pela expropriação sem indenização das universidades Gama Filho e UniverCidade, visando sua transformação em universidades públicas, sem que o Estado assumas as dívidas destas instituições.**” Desse modo, foram encerrados os TR do Tema 6, e não havendo mais nada a tratar, a presidente Marina deu por encerrados os trabalhos da mesa coordenadora às dezenove horas e vinte e cinco minutos do mesmo dia, retornando imediatamente a mesa coordenadora do Tema 5. Assim, eu, Claus Akira Horodynski Matsushigue, 2º secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Claus Akira Horodynski Matsushigue
2º Secretário

Marina Barbosa Pinto
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às duas horas e cinco minutos do dia dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, no campus do Bacanga da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís-MA, iniciaram-se os trabalhos da plenária de encerramento do 33º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos seguintes diretores do ANDES-SN: professora Marinalva Silva de Oliveira (presidente), professor Márcio Antônio de Oliveira (secretário-geral), professor Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro), professor Daniel de Oliveira Franco (2º vice-presidente da Regional Nordeste 1) e pelo professor Antônio Gonçalves Filho, presidente da APRUMA Seção Sindical. A professora Marinalva abriu os trabalhos passando a palavra para o Daniel, que fez suas saudações e agradecimentos à equipe organizadora do Congresso, bem como aos delegados e demais participantes. Marinalva passou a palavra para o Antonio, que ressaltou a importância da realização do evento na UFMA e agradeceu a toda a equipe de apoio e suporte. Dando prosseguimento aos trabalhos, o professor Márcio fez a leitura do fato motivador das 38 moções: Moção 1 – de repúdio ao autoritarismo na PUC-SP; Moção 2 – de apoio à luta de parentes das 242 vítimas fatais na tragédia da boate Kiss; Moção 3 – de repúdio às violências impostas à greve dos funcionários do COMPERJ; Moção 4 – de apoio à greve dos trabalhadores dos hospitais federais do Rio de Janeiro; Moção 5 – de apoio ao estado de greve dos rodoviários de Porto Alegre; Moção 6 – de repúdio aos sucessivos cortes no orçamento do Estado destinados à I&D em Portugal; Moção 7 – de repúdio à mudança de critérios de cálculo da vantagem do artigo 192 da Lei 8.112/90 prevista para os docentes aposentados; Moção 8 – de repúdio à repressão promovida pela Polícia Militar de Brasília contra membros do MST; Moção 9 – de apoio à manutenção da atual organização do sistema de saúde do Paraná; Moção 10 – de repúdio ao governador do Paraná pela iniciativa de encaminhar ao legislativo uma proposta para a regulamentação da criação das fundações privadas para atuar em áreas sociais; Moção 11 – de solidariedade para com os petroleiros de Las Heras - Argentina; Moção 12 – de repúdio à ação de justiceiros e violência contra adolescentes; Moção 13 – de apoio à luta dos professores da UENF pelo pagamento de 65% do salário base pelo cumprimento do regime de DE; Moção 14 – de repúdio às medidas de criminalização dos movimentos de trabalhadores, da juventude e demais explorados; Moção 15 – de repúdio às declarações dos senadores Jorge Viana e Renan Calheiros de que o rojão que matou o cinegrafista da Rede Bandeirantes foi um ato terrorista; Moção 16 – de repúdio à prisão arbitrária do professor universitário e dirigente do movimento político e social Marcha Patriótica Francisco Javier Toloza; Moção 17 – de repúdio à decisão do CONSUNI da UFAL em aderir à EBSEH; Moção 18 – de apoio à luta Guarani e Kaiowá pela identificação, reconhecimento e homologação de seus Tekohas no Mato Grosso do Sul; Moção 19 – de repúdio à punição por “falta de disciplina” de Bia Abramides por participar da manifestação organizada pela comunidade acadêmica que impediu a realização da reunião do CONSUN; Moção 20 – de repúdio ao jornal “O Globo”, em cujo editorial expressa opiniões sobre a morte de Santiago Andrade; Moção 21 – de apoio aos 389 deputados e de repúdio ao presidente da Câmara Federal, pelo comportamento antidemocrático desse, não colocando na pauta de discussão a PEC 555; Moção 22 – de repúdio à discriminação étnica aos Tenharins e pela devolução de todos os direitos naturais dos índios em todo o mundo; Moção 23 – de apoio e solidariedade à luta dos professores mexicanos organizados e mobilizados em torno da revogação de leis que buscam desestruturar o sistema público de educação básica no México; Moção 24 – de apoio à luta do povo Tenharim; Moção 25 – de repúdio ao editorial do jornal “O Globo”; Moção 26 – de repúdio ao Projeto de Lei nº 6.840/12, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe a reforma do ensino médio por meio de alterações na LDB; Moção 27 – de solidariedade com Francisco “Pacho” Toloza; Moção 28 – de indignação frente à invasão policial nas terras do povo Tupinambá na Bahia; Moção 29 – de repúdio ao PLS 499/13, também chamado de “lei antiterrorismo”; Moção 30 – contrária à implantação da UPP na Universidade Estadual da Bahia; Moção 31 – de repúdio à violência e pela violação dos direitos dos presos no Maranhão; Moção 32 – de repúdio ao descaso com que o governo da Bahia vem

tratando o orçamento necessário para manter as atividades das universidades estaduais da Bahia; Moção 33 - de solidariedade ao funcionário da Embratel Carlos Augusto Moreira Machado; Moção 34 – de repúdio ao uso da morte do trabalhador Santiago Andrade para aumentar a repressão estatal e criminalizar os movimentos sociais; Moção 35 – de repúdio à ação da reitoria da Universidade Estadual do Ceará e da nota pública em que afirma que a professora doutora Ilana Viana foi a responsável pelo incêndio da Prefeitura de Fortaleza; Moção 36 – de repúdio à criminalização dos movimentos estudantis autônomos e combativos; Moção 37 – de repúdio à criminalização dos movimentos estudantis autônomos e combativos. As moções 1 e 19; 14, 15 e 34; 22 e 24; 16 e 27, e 36 e 37 foram compatibilizadas por tratarem do mesmo tema. O professor Alexandre solicitou a inclusão de uma moção de repúdio contra o processo de desestabilização golpista na Venezuela. Após intervenção do professor Coggiola, a inclusão da moção foi aprovada com a alteração do título para “Moção de solidariedade aos trabalhadores da Venezuela”. O professor Bertúlio pediu a inclusão de moção de repúdio às medidas do governo do Estado do Mato Grosso e da Assembleia Legislativa, por desativarem as ações de controle ambiental, dando cobertura ao desmatamento indiscriminado, com o avanço ilimitado do agronegócio e desativação do serviço de classificação da madeira. A professora Cláudia Durans solicitou a inclusão de moção de repúdio à situação do Estado do Maranhão, governado por Roseana Sarney, responsável direta, junto com a sua família, que há meio século governa o Estado. As solicitações de inclusões foram aprovadas e, após, a mesa colocou em votação todas as moções apresentadas, que foram aprovadas por ampla maioria, com o registro de algumas abstenções. Na sequência, o professor Márcio passou então à leitura da Carta de São Luís. Marinalva fez suas considerações finais e agradecimentos e, às três horas e quinze minutos, declarou encerrado o 33º Congresso do Andes-SN, e eu, Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-geral

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

CARTA DE SÃO LUIS

ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais. Sob a égide desse tema, realizou-se o 33º Congresso do ANDES Sindicato Nacional, de 10 a 15 de fevereiro de 2014, com a presença de trezentos e trinta e nove delegados e sessenta observadores de setenta seções sindicais, oito convidados e trinta e cinco diretores, na Cidade de São Luis – MA, terra do “grande mar” e de belezas naturais incontáveis; mas, terra de grandes contrastes em que a generosidade da natureza, que a todos pertence, é aviltada pela opressão de poucos, representantes de forças conservadoras encardidas aliadas do imperialismo, sinônimo de tirania e autoritarismo. Contudo, terra de grandes resistências históricas que hoje se expressa emblematicamente na luta maranhense contra os desmandos de governos continuístas, pelos direitos, pela liberdade e acesso aos bens da natureza dos que realmente são donos dessa terra: povos originários, negros e trabalhadores.

Na abertura, com a presença de entidades sindicais e representantes de movimentos sociais, foi feito o lançamento da Revista Universidade nº 53, tendo como tema “Dimensões da luta: vozes da rua e as reflexões da universidade”. Da mesma forma, foi apresentado um conjunto de peças que integram a última fase da campanha de sindicalização, bem como vídeo de chamamento aos docentes organizados no ANDES-SN à luta pelos seus direitos.

Com grande emoção, foi lido pelos membros da Comissão da Verdade, o texto “50 anos do Golpe Militar de 1964” lembrando a luta do ANDES-SN, integrado à luta histórica dos trabalhadores contra a ditadura e o seu forte compromisso com a democracia plena.

O 33º Congresso analisou detidamente a conjuntura em discussões aprofundadas e atualizou o seu Plano de Lutas, com a participação direta dos docentes presentes nos grupos de trabalho e plenárias, abordando os temas conjunturais e buscando estabelecer estratégias para o enfrentamento estrutural ao projeto de sociedade vigente para superá-lo pelo projeto da classe trabalhadora. Para tanto, estabeleceu como centralidade da luta dos docentes em 2014: *Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e de desmercantilização da educação, com carreira e salário que valorizem os docentes, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, o enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos nacional e internacional dos trabalhadores.*

Com essa direção, ancorados nas instâncias do ANDES-SN e na democracia do movimento, os docentes deliberaram sobre temas que dizem respeito aos múltiplos interesses sociais dos trabalhadores, às instituições de ensino superior, aos que nelas labutam e aos trabalhadores brasileiros de um modo geral, com os quais têm se articulado para a construção sólida de uma intervenção pela transformação.

- O 33º Congresso deliberou que os docentes participem ativamente de todos os atos de repúdio ao Golpe de 1964, que neste ano completa 50 anos. Aprovou também a articulação do ANDES-SN com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei da Anistia e pela responsabilização dos autores dos da tortura e outros crimes de lesa humanidade e a realização de seminário sobre a temática. Considerou ainda que a abertura imediata dos arquivos da ditadura é fundamental para garantir o direito de informação. Foi avaliado que o trabalho realizado pela Comissão da Verdade do ANDES-SN, pela relevância, deve ter ampliado o apoio à sua infraestrutura e organização para o funcionamento mais ágil, compatível com o desenvolvimento dos trabalhos em 2014 Foi aprovada ainda a realização de Encontro Nacional sobre Ditadura Militar e a Universidade Brasileira. O ANDES-SN permanece comprometido com a luta pela consolidação da democracia plena em nosso país.
- No Setor das IEES/IMES, continua o esforço dos docentes na luta pela democracia, pela autonomia e financiamento que permitam à universidade o exercício do seu mister. Esse debate deverá ser ampliado e aprofundado na preparação das seções sindicais para os

Encontros que serão realizados ao longo de 2014. Uma referência importante na mobilização das seções sindicais do setor será a realização, em 28 de maio, do Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as instituições estaduais e municipais. Da mesma forma, na perspectiva de ampliar o apoio e a solidariedade o 33º Congresso indicou que as seções sindicais e as Secretarias Regionais prestem apoio político e financeiro, sempre que solicitado, às seções sindicais em greve do setor das IEES/IMES.

- No Setor dos docentes das IFE, o 33º Congresso deliberou os Eixos da Campanha com os Servidores Públicos Federais, definidos em articulação com as demais entidades dos SPF: Definição da data-base (1º de maio); - Política Salarial Permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; - Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; - Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; - Retirada dos PLs, MPs, dos decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; - Paridade e integralidade entre ativos e aposentados e pensionistas; - Reajuste dos benefícios; - Antecipação para 2014 da parcela de reajuste para 2015. Da mesma forma, foi aprovada uma intensa agenda de mobilização, com calendário de ações, assembleias, Dia Nacional de Paralisação em 19 de março e uma reunião nacional do Setor das Instituições Federais de Ensino, no dia 29 e 30 de março, pautando a definição de estratégias de luta e negociação com o governo, bem como a retomada da greve dos docentes e a greve unificada dos servidores públicos federais. A pauta da campanha de 2014 dos docentes das IFE aprovada neste Congresso será imediatamente protocolada junto às instâncias oficiais, acompanhada da solicitação de audiência com o Ministro da Educação.
- Os docentes se posicionaram no sentido de realizar ações de denúncia, esclarecimento e mobilização pela derrubada da proposta de lei orgânica das IFES, com movimentos em defesa de processos estatuintes livres e soberanos, em defesa da autonomia universitária e da democracia plena, bem como desenvolver campanha de intensificação da luta contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).
- Para o Setor dos Docentes das IPES, o 33º Congresso deliberou: lutar pelo fortalecimento da base docente no processo de organização sindical e defesa de seus direitos, bem como intensificar a luta em relação à precariedade das condições de trabalho, perda de direitos e demissões injustificadas. Em relação aos recentes acontecimentos de fechamento da Universidade Gama Filho e UniverCidade o 33º Congresso deliberou: a) Intensificar ações de solidariedade aos trabalhadores e estudantes da Gama Filho e UniverCidade na defesa de seus direitos trabalhistas e educacionais; b) levantar e denunciar a situação dos trabalhadores e dos estudantes (em diálogo com suas representações sindicais e estudantis) das universidades Gama Filho e UniverCidade e indicar ao GT verbas que realize um estudo sobre financiamento público relativo a estas instituições; c) que o ANDES-SN continue acompanhando o processo de descredenciamento e/ou falências de cursos e IES pautando no GTPE os desdobramentos da expropriação das universidades privadas pelo Estado e as implicações desses processos para subsidiar posicionamento do sindicato a respeito do tema, até o próximo Conad; d) expropriação das universidades privadas sem indenização, transformando em universidades públicas sem que o Estado assumas as dívidas dessas instituições.
- O 33º Congresso reafirmou o seu compromisso de luta pela educação pública e gratuita ao aprovar a intensificação de ações que denunciam o descaso do governo em relação à política educacional. Nesse sentido, os docentes reafirmam o seu compromisso de construção do Encontro Nacional de Educação em conjunto com sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais. É imprescindível, alerta o 33º Congresso, a continuidade da luta contra os Projetos de Lei que Lei que atacam o preceito constitucional de educação como direito de todos e dever do estado.

- Em relação às questões agrárias, urbanas e ambientais, aprovou luta, juntamente com os demais movimentos sociais, contra a aprovação do Código de Mineração; de denúncia do retrocesso do Código Florestal aprovado, com ênfase na defesa do meio ambiente, dos direitos sociais e da reforma agrária; promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais causados pelos mega empreendimentos como as hidroelétricas de Belo Monte e Jirau; intensificar as ações em defesa dos direitos dos povos tradicionais, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais e camponeses; participar das ações que ocorrerão no país em 2014, com destaque para as lutas em defesa dos direitos sociais.
- O 33º Congresso, considerando as recentes orientações de caráter autoritário visando coibir a livre manifestação da população e a insatisfação popular, aprovou a denúncia e o combate à Portaria Normativa do Ministério da Defesa, nº 3461, de 19/12/2013, que retoma o regime de exceção no país e criminaliza os movimentos sociais; deliberou ainda realizar ampla campanha, em conjunto com a CSP-Conlutas e movimentos sociais, pela derrubada do PL 499/13, denunciando seu caráter repressivo e ditatorial que atenta contra as liberdades democráticas. O 33º Congresso considera inaceitáveis medidas inspiradas em ditames políticos internacionais que reeditam orientações de cunho fascista e totalmente descabidas.
- Indicou às seções sindicais a necessidade de aprofundar as discussões sobre assédio moral e sexual com levantamento de situações sobre o tema, bem como o apoio político e jurídico a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento. Deliberou ainda lutar pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violência contra a mulher, de origem etnicorraciais e homofóbicas nas IES.
- O 33º Congresso aprovou a intensificação, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, do apoio à luta dos povos indígenas por meio de apoio político e financeiro em especial a luta dos Guarani-Kiowá, bem como realizar debates sobre temáticas e demandas dos povos indígenas e preparar proposta de realização de Encontro em 2014 e de Seminário sobre esses povos no segundo semestre de 2014.
- Deliberou por apoiar política, logística e financeiramente a construção e mobilização dos povos indígenas para a realização do 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais.
- Sobre comunicação os docentes deliberaram ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, articulando-se, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares.
- Com muita satisfação, os docentes homologaram a criação de novas seções sindicais, organizadas por locais de trabalho, reconhecendo o significado da inclusão de novos sindicalizados e a importância da expansão do sindicato. Reafirma-se, assim, o reconhecimento do sindicato como representante de todos os docentes na perspectiva de uma universidade brasileira para todos os brasileiros, pública e gratuita, autônoma, democrática e de qualidade socialmente referenciada.
- No que se refere à seguridade social os docentes deliberaram pelo aprofundamento da luta contra a EBSEH e o FUNPRESP ampliando a articulação com as demais entidades dos servidores públicos das três esferas e os movimentos sociais. Além disso, foi reafirmada a luta pela aprovação da PEC 555.
- Ampliar e consolidar a participação do ANDES-SN na CSP-Conlutas no sentido do fortalecimento desta como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores. No âmbito do Sindicato o 33º Congresso deliberou dar curso, em 2014, ao debate relativo aos desafios político-organizativos do ANDES-SN, priorizando o enraizamento do Sindicato em

todos os locais de trabalho, como ferramenta de luta dos docentes. Para isso, estará o ANDES-SN estudando formas de ampliar o apoio aos enfrentamentos, mobilizações e greves onde quer que ocorram. Este debate culminará em um seminário nacional que será realizado no segundo semestre deste ano. Deliberou o Congresso intensificar atividades de formação político-sindical articulados com as seções sindicais. Ainda como parte dos desafios político-organizativos o 33º Congresso definiu que o ANDES-SN deve intensificar o apoio efetivo aos coletivos de professores que atuam visando a unidade, a autonomia e independência sindicais e que organizam o ANDES-SN em IES onde entidades divisionistas obstaculizam as lutas dos docentes.

- O 33º Congresso após discussões procedeu o aperfeiçoamento e aprovou o Regimento Eleitoral para a eleição da diretoria para o biênio 2014-2016. Esse é um esforço de renovação que se sucede a cada dois anos, demonstrando a força do sindicato que continua vivo e atuante ancorado no movimento docente e na coerência dos seus princípios. No prazo estabelecido para a inscrição, inscreveu-se uma única Chapa que será submetida, em maio, ao sufrágio dos docentes. Essa nova direção continuará o trabalho à frente de um sindicato combativo e de luta pelos docentes e pela educação pública e gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Os docentes no 33º CONGRESSO cumpriram as suas tarefas, trabalharam exaustivamente um conjunto de temas e proposições importantes para o encaminhamento das lutas e pelos interesses da categoria. Estão determinados a manter a luta, continuar os embates que façam avançar o projeto de construção da mobilização e independência política dos trabalhadores.

São Luis, 15 de fevereiro de 2014

MOÇÕES

Moção 1

Proponente: Diretoria do ANDES-SN, Wanderson Fábio de Melo e Diretoria da ADUFF SSind

Destinatário(s): Apropuc, Beatriz Abramides e Reitoria da PUC

E-mail:

Fato motivador da Moção: A professora Beatriz Abramides, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP) e diretora da Associação dos Professores da PUC (Apropuc), recebeu uma punição por declarar apoio ao movimento estudantil no começo de 2013, durante uma reunião do Conselho Universitário (Consun). Mesmo com a oposição quase unânime da Comissão Processante, a reitora-interventora da PUC, Anna Cintra, impôs a punição política.

A advertência dada pela reitoria considera o apoio da sindicalista, aprovado em assembleia dos docentes, ao movimento estudantil, na manifestação de janeiro do ano passado, uma falta disciplinar grave.

A manifestação dos estudantes era contra a atual reitora, Anna Cintra, que, apesar de ter ficado em último lugar na lista tríplice formada na eleição, foi escolhida para cargo pela Fundação São Paulo, mantenedora da PUC.

A nomeação e as ações de Anna Cintra chegaram a ser anuladas pela Justiça, por não reconhecer como legítimas. A reitora, no entanto, se mantém no cargo e tem aumentado a repressão contra estudantes e professores que se opõem à sua política.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO AUTORITARISMO NA PUC-SP

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam o seu apoio à professora Maria Beatriz Costa Abramides, companheira das lutas sociais e democráticas, dirigente da APROPUC, entidade que vem se articulando conosco na luta em defesa do ensino de qualidade, da democracia universitária e contra a precarização do ensino superior no Brasil. Como expressão concreta desse apoio às lutas dos movimentos sociais organizados e à liberdade de expressão, os docentes repudiam a criminalização dos movimentos sociais, a repressão à liberdade de organização e à expressão, caracterizados nos atos de uma reitora que foi imposta arbitrariamente, contrariando a indicação da posição majoritária dos membros que apuraram as supostas denúncias e se manifestaram pelo arquivamento do processo. Nesse sentido, o ANDES-SN vem a público solidarizar-se com a professora e com a APROPUC, defendendo a democracia contra o obscurantismo da reitoria da PUC-SP, expresso na condenação de Beatriz Abramides, cerceando a liberdade de expressão, organização e manifestação.

São Luís do Maranhão, 15 de fevereiro de 2014.

MOÇÃO 2

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários:

- Governador do Estado do Rio Grande do Sul – Sr. Tarso Genro
- Prefeitura do Município de Santa Maria - RS
- Movimento do Luto à Luta
- Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

e-mail:

Fato motivador da moção: Um ano da tragédia da Boate Kiss (Santa Maria – RS)

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro 2014, vêm através deste documento expressar o apoio da categoria dos docentes de ensino superior à luta de parentes das 242 vítimas fatais na tragédia da boate Kiss, ocorrido há um ano na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Após um ano do acontecido, o posicionamento do judiciário tem-se mostrado como uma cortina de fumaça, protegendo as pessoas apontadas como réus pelas investigações realizadas pela Polícia Civil. Temos claro que uma série de fatores resultaram na tragédia, desde a superlotação de um espaço localizado em uma região superpovoada, fiscalização precária e/ou negligente tanto da prefeitura e corpo de bombeiros, uso de acessórios pirotécnicos no palco, até o uso de equipamentos inflamáveis no revestimento acústico. Mesmo com todas as irregularidades, ninguém mais está preso e o Ministério Público do RS prima em livrar e blindar autoridades, retirando-as do indiciamento, mesmo que haja uma série de questionamentos não respondidos. Ao contrário disso, aumenta a cada dia a pressão para que as pessoas e entidades que buscam por justiça abandonem a luta, através de constrangimentos e ameaças veladas ou não, além de ter sido deflagrada uma perversa campanha pelo silêncio e retorno a uma "normalidade" impossível.

Reafirmamos nossa solidariedade às entidades que lutam para que a justiça seja feita, com o indiciamento de todos que, de um modo ou outro, tenham colaborado direta ou indiretamente com a tragédia. Que sejam avaliadas as responsabilidades e que lhes sejam destinadas as respectivas e adequadas punições.

Ressaltamos que nos mantemos em luta e que defenderemos o respeito à memória das vítimas e a realização da justiça.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 3

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário: Governo do Estado do Rio de Janeiro

E-Mail:

Fato Motivador: Repressão contra os grevistas da COMPERJ

Moção de Repúdio às violências impostas à greve dos funcionários do COMPERJ

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, de 10 a 15 de fevereiro de 2014, repudiam veemente o quadro de violências e repressão imposto pelo governo do Estado, a patronal e sindicalismo pelego ao livre direito de manifestação dos trabalhadores do COMPERJ – Rio de Janeiro. A truculência contra a luta legítima por melhores condições de trabalho, que teve, inclusive, como resultado o fato de dois manifestantes - representantes da oposição sindical - terem sido baleados, demonstra a agudização das contradições sociais que vem sendo imposta pelo irrestrito compromisso do governo do Rio de Janeiro com os projetos voltados para o capital e seus diretos beneficiários. Desta forma, os docentes reafirmam a sua solidariedade de classe aos companheiros em luta, repudiam o contínuo quadro de violências que vem sofrendo a classe trabalhadora e os movimentos sociais, e declaram-se intransigentes parceiros na defesa da livre manifestação e da luta dos trabalhadores e da população em prol de uma vida digna.

São Luís, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 4:**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN**Destinatário(s):****Governo da República Federativa do Brasil****Ministro da Saúde****E-mail:****Fato motivador da Moção:** Greve dos trabalhadores dos hospitais federais do Rio de Janeiro**Moção de Apoio à greve dos trabalhadores dos hospitais federais do Rio de Janeiro**

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam total e irrestrito APOIO à greve dos trabalhadores dos hospitais federais do Rio de Janeiro em defesa de condições dignas de trabalho, melhores salários, e de uma saúde pública gratuita e de qualidade para toda a população. Os trabalhadores dos hospitais públicos federais estão em greve desde o último dia 05 de fevereiro para denunciar e combater o quadro de precarização da infraestrutura dos serviços e das condições de trabalho e a contínua corrosão salarial das categorias do setor. Em contrapartida a esse quadro, os governos das três esferas seguem alocando dinheiro público nos espaços que retroalimentam a remuneração do capital e intensificam o projeto político de privatização deste setor. Desta forma, os docentes reafirmam a sua solidariedade de classe aos companheiros em luta, e declaram-se intransigentes parceiros na defesa da saúde pública, gratuita e de qualidade para toda a população.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

MOÇÃO 5**Proponente:**

- Regional Rio Grande do Sul, Laura Fonseca (sindicalizada da seção sindical do ANDES-SN na UFRGS)

Destinatários:

- Presidência do TRT/RS – 4ª Região,
- Vice-Presidência do TRT/RS – 4ª Região,
- Des.ª Cleusa Regina Halfen: presidencia@trt4.jus.br
- Des.ª Ana Luiza Heineck Kruse: macmeyer@trt4.jus.br,
- Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre: atendimento@stetpoa.org.br
imprensa@stetpoa.org.br,
- Câmara dos Vereadores de POA. camara@camarapoa.rs.gov.br,
- Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC/SMT:
- Secretário: Vanderlei Cappellari: vanderleicappellari@eptc.prefpoa.com.br,
- Chefe de Gabinete do Prefeito de Porto Alegre: ricardogotho@prefpoa.com.br

Fator Motivador

A greve dos trabalhadores rodoviários de Porto Alegre, que teve seu início no dia 27 de janeiro, tem como principais reivindicações o turno de 6 horas, reajuste de 14%, plano de saúde com internação, vale alimentação de R\$ 20,00, auxílio creche de R\$ 390,00.

Na assembleia realizada no dia 10 de fevereiro, os rodoviários decidiram voltar ao trabalho, mas sem aceitar a proposta do patronato. A decisão foi remetida à Justiça, e a categoria decidiu manter o estado de greve.

O movimento vem sendo pesadamente reprimido, e os trabalhadores tiveram 10 dias de desconto de salário e proibição de fazer piquetes. A liminar foi cassada após a imensa mobilização da categoria.

Moção de apoio ao estado de greve dos Rodoviários de Porto Alegre.

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam apoio e solidariedade aos trabalhadores rodoviários de Porto Alegre, que estão em estado de greve com justas reivindicações e, sobretudo, lutando contra a intransigência da classe patronal

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 6

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários:

- Fundação Ciência e Tecnologia - – Presidente Dr. Miguel Seabra - presidencia@fct.pt
- Plataforma em Defesa da Ciência e do Emprego Científico em Portugal: emprego.cientifico@gmail.com; raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk
- Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC): contacto@otc.pt

E-mail:

Fato Motivador: Ataque ao orçamento das instituições de ensino e pesquisa e condições de trabalho dos docentes em Portugal

Moção de Repúdio

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado de 10 a 15 de fevereiro de 2014, em São Luís-MA, repudiam os sucessivos cortes no Orçamento do Estado destinados à I&D em Portugal, a precarização do trabalho dos docentes e investigadores e a falta de transparência nos concursos sob responsabilidade da Fundação Ciência e Tecnologia, e manifestam irrestrito apoio e solidariedade aos docentes e investigadores por suas lutas pela dignidade no trabalho e em defesa da educação e da pesquisa públicas e que respondam às necessidades do povo português.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2104

Moção 7

Proponente: ADUFPB

Destinatários: Ministério do Planeamento
Reitoria da UFPB

Fato Motivador: Mudança de critério de cálculo da vantagem do artigo 194 da Lei 8.112/90 (RJU) prevista para os docentes aposentados.

Moção de Repúdio

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado de 10 a 15 de fevereiro de 2014, em São Luís-MA, manifestam repúdio à mudança de critério de cálculo da vantagem do art. 192 da Lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único) prevista para os docentes aposentados. Esta mudança ocorreu em obediência à Norma Técnica nº 188/2012 do Ministério do Planeamento, que prejudica os professores aposentados que já contam com salários defasados.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2104.

Moção 8

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Presidência da República e MST

E-mail:

Fato motivador da Moção: Repressão contra manifestações democráticas do MST

Moção de Repúdio à repressão contra o MST

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO DO ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, repudiam veementemente a brutal repressão promovida pela Polícia Militar de Brasília, no dia 12 de fevereiro de 2014, contra membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quando estes participavam de manifestação pacífica na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

A repressão foi dirigida contra aproximadamente 15 mil manifestantes, participantes do VI Congresso Nacional do MST e diversos outros membros de movimentos sociais e sindicais.

O uso da força policial para reprimir os manifestantes acontece no mesmo período em que o Congresso Nacional discute instrumentos legais para cercear o direito, endurecimento penal e a tipificação de atos de terrorismo. Consideramos, por isso, mais uma vez, a intenção clara de criminalização dos movimentos sociais e daqueles que lutam contra a ordem do capital em nosso país.

O ANDES-SN se solidariza com os companheiros do MST e conclama a todos a lutarem contra ações repressivas e a criminalização dos movimentos sociais.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 9

Proponente(s): Delegação da APUFPR-SSind no 33º Congresso do ANDES-SN - APUFPR-SSind

Destinatário(s)

- Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (lista em anexo)
- Diretoria do SINDSAÚDE-PR

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

- Assembleia Legislativa do Paraná

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n

Centro Cívico

Curitiba – PR

CEP 80530 - 911

- Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná (SINDSAÚDE-PR)

Rua Marechal Deodoro, 314,

8º andar, conjunto 801 - Edifício Tibagi, Curitiba, PR

CEP 80010-010

contato@sindsaudepr.org.br

Fato motivador: PLC que regulamenta o artigo 27 da Constituição Estadual

Em 5 de dezembro de 2013, o governador do Estado do Paraná, Beto Richa,

encaminhou à apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 22/2013 (PLC 22/2013) e o Projeto de Lei nº 726/2013 (PL 726/2013).

O PLC 22/2013 trata de regulamentar o art. 27 da Constituição Estadual para permitir a criação de fundações de direito público ou privado vinculadas ao Estado, podendo as de direito privado atuar nas seguintes áreas: saúde, assistência social, cultura, turismo, desporto, ciência e tecnologia e comunicação social.

Já o projeto de Lei nº 726/2013 institui a Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ e dá outras providências, que será uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) para efeito de supervisão de suas finalidades.

Com isso, pretende-se transferir à FUNEAS todos os hospitais e unidades de saúde do Estado e conseqüentemente a execução dos serviços e as ações de saúde pública hoje a cargo da SESA, sendo que para isso será estabelecido contrato de gestão entre a FUNEAS e o governo do Estado. O quadro de funcionários da FUNEAS será regido pela legislação do setor privado (CLT).

De forma surpreendente, os projetos conheceram trâmite relâmpago e já no dia 11 de dezembro tiveram parecer favorável à aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, com indicação para apreciação em plenário no dia 16 de dezembro, o que acabou não acontecendo por pressão das entidades que defendem a saúde pública no Paraná e que se fizeram presentes naquela ocasião na Assembleia Legislativa.

Entretanto, as entidades avaliam que o governo voltará à carga em breve. Em 03 de fevereiro, início da legislatura de 2014, as entidades que defendem a saúde pública no Paraná realizaram mais um ato de protesto na Assembleia Legislativa, retomando a luta de dezembro de 2013.

Moção de Apoio

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam o seu apoio à manutenção da atual organização do sistema de saúde do Paraná mantido pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e conclamam os(as) deputados(as) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a votarem contra a iniciativa do governador do Estado, Beto Richa, de regulamentação do artigo 27 da Constituição do Estado que visa permitir a criação de fundações privadas para atuar em áreas sociais que atualmente são atendidas diretamente pelo governo estadual (Projeto de Lei Complementar nº 22/2013). Nesse mesmo contexto, conclamamos os(as) deputados(as) a se manifestarem contrariamente à proposta de criação da Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ, que se constituirá como pessoa jurídica de direito privado (Projeto de Lei nº 726/2013). Ambas as iniciativas caminham na privatização dos serviços do Estado, na fragilização das relações de trabalho (pela violação das normas constitucionais através da utilização da CLT, que é legislação própria do regime privado) e, em sentido mais amplo, não contemplam as garantias constitucionais que colocam o Estado como ator principal da formulação das políticas sociais e como executor das ações vinculadas a essas políticas, com especial ênfase para a área da saúde.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

ANEXO:

Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Adelino Ribeiro deputado.adelino@hotmail.com / (41) 3350-4072 / (41) 3350-4271
Ademar Traiano traiano@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4096 / 3350-4120
Ademir Bier deputadoademirbier@hotmail.com / 3350-4380 (recepção) / 3350-4238 (chefia de gabinete) / 3350-4277 (imprensa)
Alceu Maron Filho depmaron.gabinete@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4375
Alexandre Curi alexandrekhury@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4047 / 3350-4247
Andre Bueno andrebueno@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4331 / 3350-4332
Anibelli Neto anibelli@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4013 / 3350-4201
Artagão Júnior artagaojunior@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4079 / 3350-4269
Bernardo Carli bernardo@bernardocarli.com.br / (41) 3350-4097 / 3350-4298
Caíto Quintana quintana@pr.gov.br / (41) 3350-4024 / 3350-4124
Cantora Mara Lima cantoramara@terra.com.br / (41) 3350-4092 / 3350-4291
Cleiton Kielse cleitonkielse@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4075 / 3350-4175
Douglas Fabrício douglas@pps.org.br / (41) 3350-4066 / 4166
Dr. Batista drbatista@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4261 / 3350-4084
Duílio Genari duiliogenari@terra.com.br / (41) 3350-4042 / 3350-4243
Elio Rusch eliorusch@uol.com.br / (41) 3350-4059 / 3350-4154
Elton Welter dep.welter@pr.gov.br / (41) 3350-4039 / 3350-4239
Enio Verri enioverri@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4253 / 3350-4053
Evandro Junior evandrojr@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4071 / 3350-4231
Fernando Scanavaca deputado@fernandoscanavaca.com.br / (41) 3350-4037 / 3350-4218 / (44) 3622-1020
Francisco Bühner franciscobuhrer@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4067 / 3350-4232
Gilberto Martin gilbertoberguio15@hotmail.com / (41) 3350-4281 / 3350-4282 / 3045-1523
Gilberto Ribeiro gilbertoribeiro@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4038 / 3350-4237
Gilson de Souza pstgilson@hotmail.com / (41) 3350-4035 / 3350-4235
Hermas Brandão Jr contato@hermasbrandaojr.com.br / (41) 3350-4170 / 3350-4074
Jonas Guimarães jonasguimaraes@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4068 / 3350-4268
Paranhos paranhos@deputadoparanhos.com.br / (41) 3350-4091 / 3350-4252
Luciana Rafagnin lucianarafagnin@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4087 / 3350-4249
Luiz Accorsi accorsi@pr.gov.br / (41) 3350-4242 / 3350-4043
Luiz Carlos Martins luizcarlosmartins@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4088
Marla Tureck marlatureck@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4203 / 3350-4204
Mauro Moraes maumoraes@maumoraes.com.br / (41) 3350-4177 / 3350-4077
Nelson Garcia nelsongarcia45@uol.com.br / (41) 3350-4057
Nelson Justus nelsonjustus@terra.com.br / (41) 3350-4065 / 3350-4265
Nelson Luersen nelsonluersen@rline.com.br / (41) 3350-4085 / 3350-4285
Nereu Moura nmoura@pr.gov.br / (41) 3350-4103 / 3350-4034
Ney Leprevost nleprevost@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4192 / 3350-4240
Osmar Bertoldi bertoldi.com@gmail.com
Pr. Edson Praczyk pastoredson@pastoredson.com.br / (41) 3350-4126 / 3350-4102
Pedro Lupion dep.pedrolupion@gmail.com / (41) 3350-4006 / 3350-4206
Péricles de Mello pericleshm@uol.com.br / (41) 3350-4081 / 3350-4250
Plauto Miró contato@plauto.com.br / (41) 3350-4198 / 3350-4315
Professor Lemos lemos@professorlemos.com.br / (41) 3350-4086 / 3350-4186
Rasca Rodrigues rrasca@uol.com.br / (41) 3350-4056 / 3350-4256
Roberto Aciolli robertoaciolli@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4069 / 3350-4270
Rose "Litro" rose-coletti@hotmail.com / (41) 3350-4320 / 3350-4054
Stephanes Junior escritorio@stephanesjunior.com.br / (41) 3350-4226 / 3350-4026
Tadeu Veneri tadeuveneri@terra.com.br / (41) 3350-4094 / 3350-4293
Tercílio Turini deptercilioturini@gmail.com / (41) 3350-4336 / 3350-4337
Teruo Kato deputado@teruokato.com.br / (41) 3350-4098 / 3350-4289
Toninho Wandscheer antonio@awimoveis.com.br / (41) 3350-4025 / 3350-4125
Valdir Rossoni rosoni@valdirrossoni.com.br / (41) 3350-4040 / 3350-4041
Waldyr Pugliesi waldir@waldyripugliesi.com.br / (41) 3350-4078 / 3350-4178
Wilson Quinteiro wilsonquinteiro@ig.com.br / (41) 3350-4305 / 3350-4306

Moção 10

Proponente(s): Delegação da APUFPR-SSind no 33º Congresso do ANDES-SN

Proponente: APUFPR-SSind

Destinatário(s)

- Beto Richa, Governador do Estado do Paraná.
- Deputados(as) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (lista em anexo)
- Diretoria do SINDSAÚDE PR

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

- Governo do Estado do Paraná

Palácio Iguçu
Praça Nossa Senhora de Salete, s/n
Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP 80530-909

- Assembleia Legislativa do Paraná
Praça Nossa Senhora do Salete, s/n
Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP 80530 - 911

- Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná (SINDSAÚDE PR)

Rua Marechal Deodoro, 314,
8º andar, conjunto 801 - Edifício Tibagi, Curitiba, PR
CEP 80010 – 010
contato@sindsaudepr.org.br

Fato motivador da Moção:

Em 05 de dezembro de 2013, o governador do Estado do Paraná, Beto Richa, encaminhou à apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 22/2013 (PLC 22/2013) e o Projeto de Lei nº 726/2013 (PL 726/2013).

O PLC 22/2013 trata de regulamentar o art. 27 da Constituição Estadual para permitir a criação de fundações de direito público ou privado vinculadas ao Estado, podendo as de direito privado atuar nas seguintes áreas: saúde, assistência social, cultura, turismo, desporto, ciência e tecnologia e comunicação social.

Já o projeto de Lei nº 726/2013 institui a Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ e dá outras providências, que será uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) para efeito de supervisão de suas finalidades.

Com isso, pretende-se transferir à FUNEAS todos os hospitais e unidades de saúde do Estado e consequentemente a execução dos serviços e as ações de saúde pública hoje a cargo da SESA, sendo que para isso será estabelecido contrato de gestão entre FUNEAS e o governo do Estado. O quadro de funcionários da FUNEAS será regido pela legislação do setor privado (CLT).

De forma surpreendente, os projetos conheceram trâmite relâmpago e já no dia 11 de dezembro tiveram parecer favorável à aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, com indicação para apreciação em plenário no dia 16 de dezembro, o que acabou não acontecendo por pressão das entidades que defendem a saúde pública no Paraná, e que se fizeram presentes naquela ocasião na Assembleia Legislativa.

Entretanto, as entidades avaliam que o governo voltará à carga em breve. Em 03 de

fevereiro, início da legislatura de 2014, as entidades que defendem a saúde pública no Paraná realizaram mais um ato de protesto na Assembleia Legislativa, retomando a luta de dezembro de 2013.

Moção de Repúdio

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam o seu repúdio ao governador do Paraná, Beto Richa, pela iniciativa de encaminhar ao legislativo uma proposta para a regulamentação da criação de fundações privadas para atuar em áreas sociais, que atualmente são atendidas diretamente pelo governo estadual (Projeto de Lei Complementar nº 22/2013) e, nesse mesmo contexto, pela proposta de criação da Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Estado do Paraná (FUNEAS-PARANÁ), pessoa jurídica de direito privado (Projeto de Lei nº 726/2013).

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

ANEXO – LISTA DOS DEPUTADOS (AS) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Adelino Ribeiro deputado.adelino@hotmail.com / (41) 3350-4072 / (41) 3350-4271
 Ademar Traiano traiano@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4096 / 3350-4120
 Ademir Bier deputadoademirbier@hotmail.com / 3350-4380 (recepção) / 3350-4238 (chefia de gabinete) / 3350-4277 (imprensa)
 Alceu Maron Filho depmaron.gabinete@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4375
 Alexandre Curi alexandrekhury@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4047 / 3350-4247
 Andre Bueno andrebueno@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4331 / 3350-4332
 Anibelli Neto anibelli@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4013 / 3350-4201
 Artagão Júnior artagaojunior@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4079 / 3350-4269
 Bernardo Carli bernardo@bernardocarli.com.br / (41) 3350-4097 / 3350-4298
 Caíto Quintana quintana@pr.gov.br / (41) 3350-4024 / 3350-4124
 Cantora Mara Lima cantoramara@terra.com.br / (41) 3350-4092 / 3350-4291
 Cleiton Kielse cleitonkielse@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4075 / 3350-4175
 Douglas Fabrício douglas@pps.org.br / (41) 3350-4066 / 4166
 Dr. Batista drbatista@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4261 / 3350-4084
 Duílio Genari duiliogenari@terra.com.br / (41) 3350-4042 / 3350-4243
 Elio Rusch eliorusch@uol.com.br / (41) 3350-4059 / 3350-4154
 Elton Welter dep.welter@pr.gov.br / (41) 3350-4039 / 3350-4239
 Enio Verri enioverri@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4253 / 3350-4053
 Evandro Junior evandrojr@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4071 / 3350-4231
 Fernando Scanavaca deputado@fernandoscanavaca.com.br / (41) 3350-4037 / 3350-4218 / (44) 3622-1020
 Francisco Bühner franciscobuhrer@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4067 / 3350-4232
 Gilberto Martin gilbertoberguio15@hotmail.com / (41) 3350-4281 / 3350-4282 / 3045-1523
 Gilberto Ribeiro gilbertoribeiro@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4038 / 3350-4237
 Gilson de Souza pstgilson@hotmail.com / (41) 3350-4035 / 3350-4235
 Hermas Brandão Jr contato@hermasbrandaojr.com.br / (41) 3350-4170 / 3350-4074
 Jonas Guimarães jonasguimaraes@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4068 / 3350-4268
 Paranhos paranhos@deputadoparanhos.com.br / (41) 3350-4091 / 3350-4252
 Luciana Rafagnin lucianarafagnin@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4087 / 3350-4249
 Luiz Accorsi accorsi@pr.gov.br / (41) 3350-4242 / 3350-4043
 Luiz Carlos Martins luizcarlosmartins@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4088
 Marla Tureck marlatureck@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4203 / 3350-4204
 Mauro Moraes maumoraes@maumoraes.com.br / (41) 3350-4177 / 3350-4077
 Nelson Garcia nelsongarcia45@uol.com.br / (41) 3350-4057
 Nelson Justus nelsonjustus@terra.com.br / (41) 3350-4065 / 3350-4265
 Nelson Luersen nelsonluersen@rline.com.br / (41) 3350-4085 / 3350-4285
 Nereu Moura nmoura@pr.gov.br / (41) 3350-4103 / 3350-4034
 Ney Leprevost nleprevost@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4192 / 3350-4240
 Osmar Bertoldi bertoldi.com@gmail.com
 Pr. Edson Praczyk pastoredson@pastoredson.com.br / (41) 3350-4126 / 3350-4102
 Pedro Lupion dep.pedrolupion@gmail.com / (41) 3350-4006 / 3350-4206
 Péricles de Mello periclesm@uol.com.br / (41) 3350-4081 / 3350-4250
 Plauto Miró contato@plauto.com.br / (41) 3350-4198 / 3350-4315
 Professor Lemos lemos@professorlemos.com.br / (41) 3350-4086 / 3350-4186
 Rasca Rodrigues rrasca@uol.com.br / (41) 3350-4056 / 3350-4256
 Roberto Aciolli robertoaciolli@alep.pr.gov.br / (41) 3350-4069 / 3350-4270
 Rose "Litro" rose-coletti@hotmail.com / (41) 3350-4320 / 3350-4054
 Stephanes Junior escritorio@stephanesjunior.com.br / (41) 3350-4226 / 3350-4026
 Tadeu Veneri tadeuveneri@terra.com.br / (41) 3350-4094 / 3350-4293
 Tercílio Turini deptercilioturini@gmail.com / (41) 3350-4336 / 3350-4337
 Teruo Kato deputado@teruokato.com.br / (41) 3350-4098 / 3350-4289
 Toninho Wandscheer antonio@awimoveis.com.br / (41) 3350-4025 / 3350-4125
 Valdir Rossoni rosoni@valdirrossoni.com.br / (41) 3350-4040 / 3350-4041
 Waldyr Pugliesi waldyr@waldyripugliesi.com.br / (41) 3350-4078 / 3350-4178
 Wilson Quinteiro wilsonquinteiro@ig.com.br / (41) 3350-4305 / 3350-4306

MOÇÃO 11

Proponente: Gonzalo A. Rojas - ADUFCG

Destinatário: Embaixada Argentina na República Federativa de Brasil e dez consulados argentinos no Brasil: Bahia, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Uruguaiana.

Os endereços serão enviados por e-mail para a secretaria do ANDES-SN

Fato motivador da moção: Condenação injusta à prisão perpétua de três trabalhadores petroleros de Las Heras, Santa Cruz, Argentina.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam sua solidariedade internacionalista com os trabalhadores petroleros de Las Heras (Argentina) e defendem sua absolvição.

No dia 12 de dezembro de 2013, o juiz de Caleta Olivia, na Argentina, condenou três trabalhadores à prisão perpétua pela morte do policial Sayago em um levante de 2006, na mais dura condenação desde 1983. Trata-se de condenação injusta, e os representantes dos interesses do governo não hesitaram em justificar as torturas, chegando a dizer que: “para chegar à verdade, tinham que se apartar da legalidade”. Os deputados nacionais da frente de esquerda, Nicolas del Caño e Nestor Pitrola, foram até impedidos pelo Tribunal de entrar e escutar a decisão junto aos familiares dos presos.

Frente a esta aberrante decisão judicial, os delegados ao 33º Congresso defendem: absolvição aos petroleros de Las Heras.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 12

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Para o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e Governo do Estado do Rio de Janeiro

Fato motivador da Moção: Ação de justiceiros e violência contra adolescentes

Moção de Repúdio

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO DO ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, repudiam com veemência a violência contra um adolescente que, acusado de ser autor de furto, foi sequestrado por grupo de “justiceiros”, agredido, despido e exposto em via pública, preso por uma tranca de bicicleta a um poste.

O evento aconteceu em 31 de janeiro passado, no Rio de Janeiro, e foi notícia destacada nos meios de comunicação de forma sensacionalista e parcial em alguns veículos, alguns dos quais – inclusive – apoiando a ação do grupo “justiceiro”.

Por intermédio desta moção de repúdio, os delegados ao 33º Congresso do ANDES-SN expressam sua revolta com relação a esse bárbaro e criminoso ato de realização de justiça com as próprias mãos. Reafirmam, ainda, a disposição da categoria em continuar a luta por Justiça e por uma sociedade justa e igualitária.

São Luís, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 13

Proponentes: Luis Passoni e Marcos Pedlowski

Seção Sindical: ADUENF / SESDUENF

Destinatários:

Senhor Sérgio Cabral, governador do Estado do Rio de Janeiro

Palácio Guanabara

Av. Pinheiro Machado, s/n

Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ

22238-900

Deputado Paulo Melo, presidente da ALERJ

R. Dom Manuel, s/n - gabinete 508

Centro - Rio de Janeiro - RJ

20010-090

Deputado Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação da ALERJ

R. Dom Manuel, s/n - gabinete T-02

Centro - Rio de Janeiro - RJ

20010-090

Senhor Sérgio Ruy Barbosa, secretário de Planejamento e Gestão

Av. Erasmo Braga, 118 - 13º andar

Centro - Rio de Janeiro - RJ

20020-000

Fato Motivador: Apoio aos professores da UENF

Em julho de 2013, encerramos as conversações com o governo do Estado, mas os prazos estabelecidos para envio do Projeto de Lei relativo ao nosso reajuste foram sistematicamente desrespeitados. Em assembleia realizada em janeiro de 2014, decidimos por um prazo limite e marcamos o início de uma greve para o dia 10 de março próximo. Estamos angariando apoios para fortalecer nosso Sindicato para o embate vindouro.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam seu apoio integral à luta dos professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF pelo pagamento de 65% do salário base em cumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, conforme aprovado pelas instâncias democráticas de sua seção sindical. Também se manifestam contrários a qualquer modificação no regime de trabalho dos professores da UENF de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 16

Proponente(s): Delegação da ADUFRJ ao 33º Congresso; Alexandre Aguiar dos Santos (sindicalizado ADUFG); Eliane Soares (sindicalizada ADUFU) Lucinéia Scremin Martins (sindicalizado ADUFG), Ricardo Lara (Seção Sindical do ANDES-SN/UFSC)

Destinatário(s): MARCHA PATRIÓTICA (COLÔMBIA)

Cidade: Embaixada da Colômbia no Brasil

e-mail: derechoshumanos@marchapatriotica.org

Fato motivador da Moção:

Prisão arbitrária de Francisco Javier Toloza, professor universitário e dirigente do movimento político e social Marcha Patriótica.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam repúdio à prisão arbitrária do professor universitário e dirigente do movimento político e social Marcha Patriótica Francisco Javier Toloza.

O professor Toloza foi preso arbitrariamente na manhã do dia 4 de janeiro sob a acusação de “Rebelião agravada”, pretexto que vem sendo utilizado pelo Estado colombiano para tentar justificar a perseguição e judicialização dos movimentos sociais do país.

A Marcha Patriótica surge através de um processo de confluência programática e de luta de organizações e indivíduos dos mais diversos setores populares da Colômbia e incorpora em seu programa o debate do movimento universitário colombiano que luta bravamente contra as medidas que buscam submeter a universidade à lógica do capital e tem sido um importante espaço de resistência dos movimentos sociais colombianos. A prisão do professor Francisco Toloza é um ataque contra a luta por uma universidade verdadeiramente pública, mas também uma agressão às liberdades democráticas e um ato violento contra todos os homens e mulheres que lutam por justiça e por um mundo mais humano. Manifestamos nossa profunda solidariedade ao companheiro Francisco Toloza, à Marcha Patriótica e a todo povo colombiano em sua luta por Paz com Justiça Social. Responsabilizamos o Estado e o governo da Colômbia por todas as irregularidades, maus tratos e violações de direitos humanos cometidos contra lutadores e lutadoras.

Moção 17

Proponente(s): Marcio Gomes Barboza, Henrique José Praxedes Cahet, Antônio Passos Lima Filho, Maria Aparecida Batista de Oliveira, Irailde Correia de Souza Oliveira, Fernando Antônio Mesquita de Medeiros, Tiago Leandro da Cruz Neto, Margarida Maria Silva dos Santos.

Seção Sindical: ADUFAL

Destinatário(s): Reitor da UFAL Eurico de Barros Lôbo Filho

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Universidade Federal de Alagoas - Av. Lourival Melo Mota, s/n, Campus A.C. Simões, Cidade Universitária.

Cidade: Maceió - AL

Cep.: 57072-900

e-mail: gr@reitoria.ufal.br, coc@reitoria.ufal.br

Fato motivador da Moção: Decisão do CONSUNI - Ufal pela adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam repúdio à decisão do CONSUNI, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, de aderir à EBSEH como administradora do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, bem como pelos encaminhamentos dos trabalhos que desrespeitaram os anseios da comunidade, ao cercear a apresentação da documentação necessária, em tempo hábil, para análise dos conselheiros. O referido ato feriu o inciso VIII, do art. 9º, do Estatuto da UFAL, que exige um quorum qualificado de 2/3 para criar, modificar, fundir e extinguir, as Unidades Acadêmicas e Unidades de Apoio. A decisão, além de não seguir as normas regulamentares da instituição, compromete as ações de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade alagoana, bem como a formação dos alunos pelos cursos da área de saúde e afins.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 18**Proponente(s):** ADUFDourados**Destinatário(s):**

Presidência da República

Congresso Nacional

Supremo Tribunal Federal

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

Governo Municipal de Dourados

Endereço(s) do(s) destinatário(s):**e-mail:****Fato motivador da Moção:** Necessidade de Identificação, reconhecimento e homologação das terras indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, e violência física e simbólica sofrida por estes povos por grupos detentores do poder econômico e político do Estado.**MOÇÃO DE APOIO À LUTA GUARANI E KAIOWÁ PELA IDENTIFICAÇÃO,
RECONHECIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DE SEUS TEKOHAS NO MATO
GROSSO DO SUL**

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam apoio à luta Guarani e Kaiowá pela identificação, reconhecimento e homologação de seus Tekohas no Mato Grosso do Sul.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014

MOÇÃO 19 – Compatibilizada com a moção 1**MOÇÃO 20** – Retirada pelo proponente**Moção 21****Proponente(s):** Diretoria da ADUFEPE – Professores José Luis e Guilherme Varela**Destinatário(s):** ADUFEPE**Endereço(s) do(s) destinatário(s):**

Dep. Henrique Alves, Presidente da Câmara Federal

e-mail:**Fato motivador da Moção:** A forma antidemocrática do presidente da Câmara dos Deputados, bloqueando a discussão e votação da PEC 555, que isenta, gradativamente, os servidores públicos aposentados da contribuição previdenciária.**MOÇÃO DE APOIO**

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam apoio aos 389 deputados (76,12%), que já solicitaram por escrito ao presidente da Câmara Federal a discussão e votação da PEC 555 e repudiam o comportamento antidemocrático desse, por não colocar o tema na pauta de discussão na Câmara.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

MOÇÃO 22 – Compatibilizada com a moção 24

Moção 23

Proponente(s): Alberto Jorge Silva de Lima e Carlos Artexes Simões

Seção Sindical: ADCEFET-RJ

Destinatário(s): *Coordinadora Nacional de Trabajadores de La Educación* (CNTE).

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Armenta y Lopez, 221, Centro.

Cidade: Oaxaca de Juárez, Oaxaca, México.

E-mail: icnoax14@yahoo.com

Fato motivador da Moção: Solidariedade à CNTE (México)

Os professores da Educação Básica pública mexicana fundaram há 34 anos a *Coordinadora Nacional de Trabajadores de La Educación* (CNTE), organização que atua historicamente como oposição interna ao Sindicato Nacional de Trabajadores da Educación (SNTE), sindicato oficial e atrelado ao governo federal. Desde fins de 2012, em especial a partir de fevereiro de 2013, os professores vinculados à CNTE encontram-se mobilizados e em luta para derrubar a contrarreforma educacional que avança também no México. O atual governo federal (que tomou posse em dezembro de 2012) conseguiu aprovar modificações na Constituição Federal (em fevereiro de 2013) e, em seis meses, novas leis para a educação (promulgadas em setembro 2013).

Apesar das críticas e denúncias em relação às mudanças legais propostas – realizadas por organizações sociais democráticas, sindicatos combativos, intelectuais progressistas –, o Poder Executivo, apoiado no Congresso pelos partidos políticos que formam sua base, nada modificou e aprovou o projeto inicial. As análises realizadas explicitam que a “reforma educacional” tem, de fato, como objetivo, por um lado, a privatização da educação básica e, por outro, a desarticulação do pensamento crítico nas escolas por meio da consolidação das avaliações padronizadas (para alunos e professores) e de nova regulamentação das relações de trabalho, passando a permitir muito facilmente a demissão de professores que não se adaptem aos novos padrões.

O governo federal e vários governos estaduais querem, a todo custo, impor essa “reforma”. No entanto, a resistência do magistério mexicano é grande e forte. Permaneceram acampados na praça principal da Cidade do México, em constante mobilização, de 1º de maio a 13 de setembro, quando foram covardemente desalojados pela polícia com base no pretexto de comemoração do dia da independência mexicana. Desse dia em diante, fizeram acampamento no Monumento à Revolução, também no Centro da cidade. Fizeram uma longa greve em vários estados, o que permitiu que o acampamento, nesse período, se tornasse massivo, ocupando muitas ruas, resistindo às chuvas de verão e, mais tarde, ao frio do outono e inverno. Em diferentes momentos receberam o apoio de pais, mesmo durante a greve; muitas passeatas foram realizadas com apoio dos estudantes universitários e organizações sociais.

No domingo, dia 5 de janeiro de 2014, os professores em plantão no acampamento foram, novamente, violentamente desalojados pela polícia, agora com o pretexto de que o comércio em torno da praça onde se encontram está com dificuldades para se manter. O governo da Cidade do México, em acordo com o governo federal, tenta agora aprovar um “Protocolo de Marchas”, uma forma de criminalizar os protestos sociais, que não têm sido poucos devido às várias “reformas estruturais” – e, em todos os protestos, os professores estão ativamente presentes.

Por tudo isso, a CNTE tem feito um “chamado aos trabalhadores da cidade e do campo, a todos os oprimidos e explorados, para não permitir que o protesto social seja criminalizado”, buscando a unidade de todos os trabalhadores mexicanos, continuando cada vez mais firme em sua luta pela revogação das leis que modificaram a Constituição. Além disso, faz um chamado a todo o magistério latino-americano, para que se unifique nessa luta que não é apenas mexicana.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados do 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam apoio e solidariedade à luta dos professores mexicanos, representados pela *Coordinadora Nacional de Trabajadores de La Educación* (CNTE), organizados e mobilizados em torno da revogação das leis que buscam desestruturar o sistema público de educação básica e em torno da defesa de uma educação “al servicio del pueblo”. Nesse sentido, unem-se aos professores mexicanos – reunidos no III Congresso Nacional Extraordinário da CNTE – na construção do movimento internacional de trabalhadores, com a finalidade de fortalecer uma luta que é de todos nós.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

VERSÃO EM ESPANHOL DA MOÇÃO 22

Proponente(s): Alberto Jorge Silva de Lima e Carlos Artexes Simões

Sección Sindical: ADCEFET-RJ

Destinatario(s): *Coordinadora Nacional de Trabajadores de La Educación* (CNTE).

Ubicación del destinatario:

Armenta y Lopez, 221, Centro.

Ciudad: Oaxaca de Juárez, Oaxaca, México.

Correo electrónico: icnoax14@yahoo.com

Hecho motivador de la Moción:

Los profesores de la Educación Básica pública mexicana fundaron hace 34 años la Coordinadora Nacional de Trabajadores de La Educación (CNTE), organización que actúa históricamente como oposición interne al Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE), que es el sindicato oficial y dependiente del gobierno federal. Desde el final de 2012, en especial a partir de febrero de 2013, los profesores de la CNTE están movilizados y en lucha a fin de abrogar la contrarreforma educativa que avanza en México. El actual gobierno federal (que asumió en diciembre de 2012) logró aprobar modificaciones en la constitución federal (en febrero de 2013) y, en poco más de seis meses, nuevas leyes para la educación (aprobadas en septiembre de 2013).

A pesar de las críticas y denuncias en cuanto a los cambios legales – realizadas por organizaciones sociales democráticas, sindicatos combativos, intelectuales progresistas –, el Poder Ejecutivo, apoyado en el Congreso por los partidos políticos que forman su base, nada modificó y aprobó el proyecto inicial. Los análisis efectuados explicitan que la “reforma educativa” tiene, de hecho, como reto, por un lado, la privatización de la educación básica y, por otro, la desarticulación del pensamiento crítico en las escuelas por medio de la consolidación de las evaluaciones estandarizadas (para estudiantes y profesores) y de nueva regulación de las relaciones de trabajo, que viene a permitir muy fácilmente el despido de los maestros que no se adapten a los nuevos estándares.

El gobierno federal y varios gobiernos estatales quieren, a todo costo, imponer esa “reforma”. Sin embargo, la resistencia del magisterio mexicano es grande y fuerte. Estuvieron acampados en la plaza principal de la Ciudad de México, en constante movilización, de 1º de mayo hasta 13 de septiembre, cuando fueron cobardemente desalojados por la policía con el pretexto de conmemoración del día de la independencia mexicana. Desde entonces hicieron el campamento en el Monumento a la Revolución, también en el Centro de la ciudad. Hicieron una prolongada huelga en varios estados, lo que ha permitido que el campamento, en ese período, se tornara masivo, ocupando muchas calles, resistiendo a las lluvias de verano y, más tarde, al frío del otoño y del invierno. En diferentes momentos recibieron el apoyo de los padres, incluso

durante la huelga; muchas marchas fueran realizadas con apoyo de estudiantes universitarios y organizaciones sociales.

En el día domingo, 5 de enero de 2014, los profesores en plantón en el campamento fueron, otra vez, violentamente desalojados por la policía, ahora con el pretexto de que el comercio en el entorno a la plaza en donde se encuentran estaría con dificultades para mantenerse. El gobierno de la Ciudad de México, en un acuerdo con el gobierno federal, intenta ahora aprobar un “Protocolo de Marchas”, una forma de criminalizar las protestas sociales, las cuales no han sido pocas debido a las varias “reformas estructurales” – y, en todas las protestas, los profesores están activamente presentes.

Por todo eso, la CNTE tiene hecho un “llamado a los trabajadores de la ciudad y el campo, a todos los oprimidos y explotados, a no permitir que la protesta social sea criminalizada”, buscando la unidad de todos los trabajadores mexicanos, continuando cada vez más firme en su lucha por la abrogación de las leyes que modificaron la Constitución. Asimismo hace un llamado a todo lo magisterio Latino Americano para que se unifique en esa lucha que no es solo mexicana.

MOCIÓN DE APOYO

Los delegados del 33º CONGRESO del ANDES-Sindicato Nacional, realizado en San Luis-MA, en el período de 10 a 15 de febrero de 2014, manifiestan apoyo y solidaridad a la lucha de los profesores mexicanos, representados por la Coordinadora Nacional de Trabajadores de La Educación (CNTE), organizados y movilizados en torno de la abrogación de las leyes que tienen como reto desestructurar el sistema público de educación básica y en torno de la defensa de una educación “al servicio del pueblo”. En ese sentido, nos unimos a los profesores mexicanos – reunidos en el III Congreso Nacional Extraordinario de la CNTE – en la construcción del movimiento internacional de trabajadores, con la finalidad de fortalecer una lucha que es

MOÇÃO 24

Proponente: ADUA SSind e ADUNIR SSind

Destinatários: Comissão de Direitos do Senado e Câmara Federal, Ministério da Justiça, OAB, CNBB, FUNAI, Governo do Estado do Amazonas, AIE- AM, Prefeitura do município de Humaitá-AM, Reitorias da UFAM e UEA, COIAB, CIMI, FOIRN, OAB-AM e CNBB-Regional-Norte 1-AM e MPF-AM, Governo do Estado de Rondônia e Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fato Motivador da Moção:

Violências praticadas contra o povo Tenharin, por ocasião do prévio julgamento da responsabilidade pelo desaparecimento e morte de três moradores da cidade de Humaitá no sul do Estado do Amazonas.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES /SN, reunidos em São Luís do Maranhão, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam publicamente solidariedade ao povo Tenharin, habitantes do município de Humaitá, no sul do Estado do Amazonas, diante da violência praticada por moradores daquele município em razão do prévio julgamento de responsabilidade pelo desaparecimento e morte de três moradores da cidade de Humaitá. Tal fato expressa total descaso do poder público com o cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988. Os delegados do 33º Congresso do ANDES-SN solicitam dos órgãos competentes rigorosa apuração dos fatos, bem como, ações imediatas visando à segurança de vida e integridade física e moral deste povo. Que sejam tomadas todas as medidas jurídicas, políticas e sociais para agilizar o usufruto de seus direitos

constitucionais e coletivos, para que se evite a repetição de episódios como os que têm ocorrido com esse povo indígena e outros em diferentes lugares do país.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 25

Proponente: Delegação da ADUFRJ e da ADUFF ao 33º Congresso do ANDES

Destinatário: O GLOBO, Movimentos Sociais, Partidos, Sindicatos e Sociedade Brasileira

Fato motivador: Publicação de editorial ofensivo sobre a morte do cinegrafista Santiago Andrade

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro, repudiam publicamente o teor do Editorial do jornal O Globo, de 12/02/2014, intitulado “Os inimigos da democracia”. O referido texto utiliza de maneira perversa da morte do jornalista Santiago Andrade para construir argumentos de criminalização aos movimentos sociais, tais como sindicatos e partidos políticos. No ano em que o golpe empresarial-militar completa 50 anos, é inadmissível que este mesmo meio de comunicação, que apoiou tantas práticas antidemocráticas ao longo de sua história, inclusive durante os anos de chumbo, venha a público tentar estabelecer, cinicamente, limites para a ação democrática.

O referido editorial pretende direcionar a opinião pública contra aqueles que, em nome da ampliação de direitos sociais, manifestam sua indignação pública de forma coletiva e politicamente organizada. Não cabe a esse jornal definir quais são os limites das manifestações populares. O limite de seu alcance e ação reside no tamanho do cerceamento da liberdade daqueles que manifestam, incluindo a liberdade à informação pública e qualificada, rara nas páginas do referido noticiário.

Da mesma maneira, o ANDES-SN não admite que esta corporação midiática declare que as universidades sejam centros de doutrinação política. Os professores universitários agem, apesar de todas as dificuldades de suas péssimas condições de trabalho, na direção da ampliação radical do sentido democrático da sociedade.

O ANDES-SN mostra, com esta moção, de que lado está: do lado da transformação da democracia na direção de sua ampliação, radicalização e de sua realização concreta. Somos críticos, nos pautamos pela ação transformadora e não toleramos que a democracia, que serve como mecanismo de ampliação das desigualdades no Brasil e no mundo, seja delimitada como o único patamar de liberdade viável. A ampliação da democracia é necessária, ela passa pela ampliação do acesso à comunicação, ela passa pela ampliação do acesso à educação e saúde públicas, e, para isso, deverá seguir passando pelas ruas.

Manifestamos repúdio ao texto e exigimos o direito de resposta às acusações feitas às universidades e sindicatos.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 26

Proponente(s): Alberto Jorge Silva de Lima e Carlos Artexes Simões

Seção Sindical: ADCEFET-RJ

Destinatário(s): Para a Presidência da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional.

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes

Cidade: Brasília

Cep.: 70160-900

E-mail: presidencia@camara.gov.br

Fato motivador da Moção:

O Projeto de Lei 6.840/2013, em tramitação na Câmara de Deputados do Congresso Nacional, propõe a reforma no Ensino Médio através de alterações na LDB (Lei 9.394/1996). Entretanto, o projeto apresenta pontos conflitantes com o projeto de educação defendido pelos movimentos combativos e classistas, que propõem a universalização da escola unitária de qualidade.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam repúdio ao Projeto de Lei 6.840/2013, em tramitação na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, que propõe a reforma no Ensino Médio através de alterações na LDB (Lei 9.394/1996) e representa um retrocesso nas políticas educacionais.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

MOÇÃO 27 – Compatibilizada com a moção 16

Moção 28

Proponente: Luiz Henrique Blume

Seção Sindical: ADUSC Seção Sindical

Destinatário(s): Ministro da Justiça – José Eduardo Cardoso

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Ministério da Justiça

Brasília – DF

70064-900

e-mail: acs@mj.gov.br

Fato motivador da Moção: Investida da polícia nas terras do povo Tupinambá da Bahia: os policiais chegaram atirando e intimidando os indígenas para que desocupassem suas terras. O fato ocorreu no dia 02/02/2014

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam sua indignação frente à invasão policial nas terras do povo Tupinambá da Bahia, no dia 2/2/2014, ao tempo em que solicitam a imediata retomada das negociações para pôr fim à violência contra a comunidade e que seja efetivada a imediata demarcação de suas terras.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 29

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário:

Câmara Federal

Senado Federal

Ministério da Justiça

Fato Motivador da Moção: PLS 499, ou “lei antiterrorista” de repressão aos movimentos sociais

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam repúdio ao PLS 499 de 2013, também chamado de “lei antiterrorismo”, criado com a única finalidade de criminalizar o movimento social e reeditando o Ato Institucional nº 5, uma verdadeira afronta às liberdades democráticas e aos direitos humanos. As punições são mais rígidas que a Lei de Segurança Nacional (LSN), editada durante a ditadura militar (1983) e ainda em vigor.

A imprecisão do texto abre um horizonte imenso de interpretações sobre o entendimento em torno do crime de terrorismo, podendo enquadrar supostos “arrastões” e “rolezinhos”, ou todo tipo de manifestações populares, que poderão ser reprimidas, tendo em vista essa nova norma, com punições muito mais severas que as vigentes, ameaçando com penas que variam de 08 a 30 anos de prisão em regime fechado.

Os delegados reafirmam ainda a disposição de lutarem pela plena liberdade de opinião e manifestação para os trabalhadores e a juventude, que lutam contra a opressão e a exploração.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 30

Proponente: Sandra N. Siqueira

Seção Sindical: Sindicalizada da APUB

Destinatário(s): Ao Governo do Estado da Bahia e a UNEB

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Salvador/BA

Fato motivador da Moção: Implantação da UPP na Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam-se contrários à implantação da base comunitária de segurança denominada UPP no campus da UNEB, localizada na comunidade de Engomadeira, bairro periférico de Salvador.

As UPPs têm por objetivo manter a vigilância e o controle sobre as comunidades locais, marcadas pela miséria, desemprego, trabalho precarizado, falta de saúde, educação e lazer. As comunidades que contam com a presença das UPPs convivem com a violência policial, assassinatos da juventude, em grande maioria negra. O braço armado do governo de Jaques Wagner (PT) tem atuado no sentido de reprimir, espancar a juventude nos bairros populares, favelas, cortiços, como também tem servido para reprimir as manifestações, greves e ocupações.

São Luís, 15 de fevereiro de 2014

MOÇÃO 31

Proponente: Delegação da ADUFRJ ao 33º Congresso do ANDES

Destinatário: Sociedade Brasileira e Governo do Estado do Maranhão

Fato motivador: Repúdio pela violência e pela violação dos direitos dos presos no Maranhão

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam seu repúdio à situação do sistema

penitenciário do Estado do Maranhão, onde já morreram seis detentos assassinados só este ano, enquanto que sessenta internos foram mortos em 2013.

A superpopulação carcerária, a falta de condições de encarceramento, a violação dos direitos mais básicos dos encarcerados são realidade em todo o país, no qual o sistema penal atua de forma eficiente no controle social da pobreza e dos explorados e expropriados, mas a situação do Maranhão é ainda mais grave em virtude do grande número de detentos mortos, da política deliberada da oligarquia dominante em negar a realidade desumana destes.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 32

Proponente(s): Emerson Lucena

Seção Sindical: ADUSC

Destinatário(s): Governo do Estado da Bahia

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

e-mail:

Fato motivador da Moção: Descaso do governo estadual da Bahia com o orçamento das universidades estaduais.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, repudiam o descaso com que o governo do Estado da Bahia vem tratando o orçamento necessário para manter as atividades nas universidades estaduais da Bahia - UEBA. Ao longo de seu processo histórico, as universidades estaduais da Bahia (UESC, UESB, UEFS e UNEB) cumpriram a missão de produzir e difundir conhecimento, formando profissionais e de refletir criticamente sobre os espaços e regiões em que estão inseridas. Estas instituições de ensino superior têm sido importantes instrumentos de interiorização da educação superior, respondendo por cerca de 80% das matrículas no interior do Estado. Dessa forma, percebe-se a grande importância das universidades estaduais da Bahia para o desenvolvimento socioeconômico, científico e artístico-cultural, como também a sua relevância no combate às desigualdades entre as regiões do Estado. Entretanto, apesar da sua importância, são investidos nas universidades estaduais da Bahia menos de 5% da Receita Líquida de Impostos (RLI), quando estas já demandavam, desde 2010, no mínimo 7% da RLI, com a revisão a cada dois anos. Assim, exigimos: subvinculação de no mínimo 7% da RLI para as estaduais baianas já para 2014, com revisão a cada dois anos, e orçamento nunca inferior ao executado nos anos anteriores; o fim dos atrasos no pagamento das faturas liquidadas com amparo orçamentário das universidades estaduais da Bahia; ampliação dos quadros de vagas e cargos para docentes e técnico-administrativos; desvinculação de vagas por classe no quadro docente; priorização da educação confirmada pela excepcionalização das universidades estaduais da Bahia em relação do Decreto 14.170/13.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 33

Proponente: Gelta T. R. Xavier, Lorene Figueiredo, Maracajaro Manson, Marcela Soares

Seção Sindical: ADUFF Seção Sindical

Destinatário(s):

- Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL
- SINTEL – Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações do RJ

Endereço(s) destinatários:

- Avenida Presidente Vargas, 1012 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

e-mail: presidencia@embratel.com.br

Fato motivador da Moção: Demissão por motivos políticos, por parte da EMBRATEL, devido à intensa e permanente militância que o companheiro Carlos Augusto Machado realiza há muitos anos.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam sua total solidariedade ao funcionário da EMBRATEL Carlos Augusto Moreira Machado, companheiro com trajetória dedicada à luta dos trabalhadores, demitido arbitrariamente pela empresa.

Repudiam o autoritarismo que se expressa neste ato, que serve à intensificação da exploração, à retirada de direitos, ao ataque ao sindicalismo combativo e classista e à liberdade de manifestação.

Exigem a imediata reintegração do companheiro nos quadros da empresa e se comprometem com esta luta.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 34

Proponente: Delegação da ADUFRJ ao 33º Congresso do ANDES-SN, Sandra Siqueira (Sindicalizada da APUB), Graça de Araújo (ADUNIR), Alessandro Nóbrega (ADUERN)

Destinatário: Deputados, Senadores, Governador do Rio de Janeiro, movimentos sociais

Fato motivador: Moção de repúdio ao uso da morte do trabalhador Santiago Andrade para aumentar a repressão estatal e criminalizar os movimentos sociais

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º CONGRESSO do ANDES, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam seu repúdio ao uso da morte do trabalhador Santiago Andrade para aumentar a repressão estatal e criminalizar os movimentos sociais.

Lamentamos profundamente a morte do cinegrafista Santiago, ressaltamos, porém, que naquele mesmo dia a morte do ambulante idoso Tasman Accioly provocada pelas bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral lançadas pela PM contra os manifestantes não virou notícia e é igualmente lamentável.

Consideramos que a violência policial e os abusos praticados em nome da lei e da ordem têm sido a política dos governos contra os manifestantes e os trabalhadores da imprensa, como se verificou nos protestos desde junho de 2013. Trata-se de uma política deliberada do governo e das grandes empresas de mídia e de todo o bloco do grande capital para criminalizar os movimentos sociais e as oposições aos governos e aos objetivos do capital.

No ano em que se completam os 50 anos do Golpe de 1964, as propostas legislativas de criminalização dos movimentos sociais trazem a terrível lembrança das práticas, leis e políticas daquele tempo.

Repudiamos o uso da morte do cinegrafista para tentar justificar a aprovação de projetos de lei de tipificação do alegado crime de “terrorismo” e a criminalização da participação de manifestações e editoriais de jornais que atribuem supostas ações de vandalismo e delinquência a professores universitários, sindicatos e assessores de parlamentares em partidos.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 35

Proponente: SINDUECE, SINDURCA, SINDIUVA

Seção Sindical:

Destinatário(s):

- Reitoria da UECE
- Direção do Jornal o Povo
- Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará - SECITECE

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Fortaleza - CE

e-mail: governadoestadodoceara@gov.br

www.governodopovo

Fato motivador da Moção: Inquérito contra a Professora Ilana Viana do Amaral, da UECE

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam seu repúdio à ação da Reitoria da UECE e da nota pública que acusa a professora doutora Ilana Viana do Amaral de ser a responsável pelo incêndio no prédio da Prefeitura de Fortaleza, ocorrido durante as manifestações do mês de junho de 2013.

A referida instituição acusa a professora, quando, em nota pública e notícia, afirma, no caso da Reitoria da UECE, que ela “deva responder civil e criminalmente pelos seus atos”.

A professora Ilana tem participado ativamente das lutas no Estado do Ceará em defesa dos direitos dos trabalhadores, na luta contra a desapropriação para a realização da Copa do Mundo e, mais recentemente, na luta ambiental em defesa do Parque do Cocó, em Fortaleza.

O Congresso afirma sua defesa à professora Ilana e a qualquer tentativa de criminalização da classe trabalhadora, em especial da categoria docente, base do ANDES-SN

São Luís, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 36 – mesmo texto da moção 37

MOÇÃO 37

Proponente: Delegação da ADUFRJ ao 33º Congresso do ANDES

Destinatário: Reitor da UFRJ, CAEFD/UFRJ, DCE/UFRJ, UNE, ANEEL, Executiva Nacional dos Estudantes de EF.

Fato motivador: Perseguição a estudantes na UFRJ/CAEFD

Moção de Repúdio à Criminalização dos Movimentos Estudantis Autônomos e Combativos.

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam solidariedade ao Movimento de Estudantes de Educação Física-MEEF, que tem sido criminalizado em diversas universidades brasileiras, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, especificamente pelo diretor da Escola de Educação Física e Desportos, que implementa um sistema policialesco, cassando a representatividade oficial do CAEFD na Congregação, impedindo manifestações estudantis dentro da Escola, revistando mochilas de alunos, fechando curso de Pós-Graduação, tendo, inclusive, chamado a Polícia Militar para retirar representantes do CA da Escola e registrado queixa-crime na Polícia Civil contra quatro estudantes.

Registram total apoio aos movimentos estudantis combativos e autônomos, repudiando todo o tipo de ações que visam à criminalização e ao cerceamento do legítimo direito de atuação política em defesa da universidade pública e da construção de um sociedade igualitária.

São Luís, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 38

Proponentes: Alessandro Teixeira Nóbrega – ADUERN
Sandra Marino Siqueira – APUB
Maria das Graças Araújo – ADUNIR
Otino José de Araújo Freitas – ADUNIR

Destinatário: À Presidenta Dilma, ao Governo do Estado de Rondônia Confúcio Moura, ao Prefeito de Porto Velho, ao Ministério de Desenvolvimento agrário (MDA), ao Ibama, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS).

Fato Motivador: Construção de hidrelétrica em área indígena

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 33º Congresso do ANDES-SN, realizado no período de 10 a 15 de fevereiro em São Luís-MA, manifestam seu repúdio à ação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em Porto Velho por atentar contra a vida da população de ribeirinhos, indígenas, quilombolas e segmentos explorados no referido Estado. Os impactos ambientais são incalculáveis, toneladas de peixes morreram e a capacidade de produção é profundamente comprometida, com a destruição da floresta e sua biodiversidade, retirando a possibilidade de sobrevivência de toda a população que necessita produzir para se alimentar, a exemplo dos povos indígenas que passam fome e são enganados com os programas assistencialistas dos governos. A destruição das florestas afeta o ecossistema, sendo um dos responsáveis pelos alagamentos no Estado que deixam diversos municípios ilhados.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 39

Proponente(s): Waldir Bertúlio
Seção Sindical: ADUFMAT Seção Sindical
Destinatário(s): ???????
Endereço(s) do(s) destinatário(s):
e-mail

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, repudiam as medidas do governo do Estado de Mato Grosso e da Assembleia Legislativa de desativar as ações de controle ambiental, dando cobertura ao desmatamento indiscriminado com o avanço ilimitado do agronegócio e desativação do serviço de classificação da madeira.

Repudiam as ações da bancada ruralista no Congresso Nacional que executa os interesses do agronegócio predatório promovendo a desregulamentação das legislações ambientais da supressão dos direitos às terras dos povos indígenas e quilombolas

São Luís, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 40

Proponente(s): Claudia Durans

Seção Sindical: Apruma Seção Sindical

Destinatário(s): À Governadora Roseana Sarney

Endereço(s) do(s) destinatário(s):
e-mail

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, condenam a situação do Estado do Maranhão, governado por Roseana Sarney, responsável direta, junto com a sua família, que há meio século governa o Estado, pela violência às comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, trabalhadores do campo e da cidade, e que submete a população a viver na condição de extrema pobreza, pela ausência de políticas públicas.

São Luís, 15 de fevereiro de 2014.

Moção 41:

Proponente(s): Alexandre Aguiar dos Santos (sindicalizado ADUFG); Eduardo Serra (ADUFRJ)

Destinatário(s): Embaixada da Venezuela

Fato motivador da Moção: Processo de desestabilização golpista na Venezuela.

MOÇÃO EM SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DA VENEZUELA

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, expressam sua solidariedade aos trabalhadores da Venezuela frente à campanha desestabilizadora promovida pela oligarquia desse país e pelo imperialismo.

Condenamos o golpismo e a violência reacionária que têm levado vários venezuelanos à morte e qualquer tipo de ação violenta contra o movimento dos trabalhadores.

O ANDES-SN reafirma a defesa da autodeterminação dos povos e a luta anti-imperialista na América Latina.

O Golpismo NÃO passará!

São Luís, 15 de fevereiro de 2014.

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DO TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA 33º CONGRESSO DO ANDES – SINDICATO NACIONAL

CENTRALIDADE DA LUTA

Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e da desmercantilização da educação, com carreira e salário que valorizem os docentes, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, o enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos nacional e internacional dos trabalhadores.

**RELATÓRIO PLENÁRIA TEMA 3 - POLÍTICAS SOCIAIS –
POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS DE
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
33º CONGRESSO DO ANDES-SN**

I - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN, por meio das suas seções sindicais, fortaleça a ação na categoria e intensifique a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais, objetivando a construção de uma agenda de lutas e ações que evidencie 2014 como o ano da educação, com encontros preparatórios no primeiro semestre de 2014 para o Encontro Nacional de Educação, reafirmando os princípios e estabelecendo diretrizes e metas do PNE da Sociedade Brasileira, visando à atualização desse instrumento de luta como proposta contrária à que vem sendo empreendida pelos governos.

II - POR UM DEBATE ACERCA DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO, EM ESPECIAL, SOBRE AS PROPOSTAS PARA SUA REFORMULAÇÃO.

Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos, o 33º Congresso do ANDES-SN delibera que sejam tratadas como questões centrais da atuação do Sindicato no ano de 2014 as seguintes ações:

1. Intensificar na base a discussão sobre as reformas na educação básica, em especial sobre o PL 6.840/2013, reconhecendo a pluralidade de setores que compõem a base do nosso Sindicato.
2. Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013;
3. Intensificar na base, em especial com os professores dos colégios de aplicação, dos colégios técnicos vinculados às universidades, dos centros federais de educação tecnológica e dos institutos federais e estaduais, a divulgação e a discussão sobre o Encontro Nacional da Educação, reconhecendo-o como um importante espaço de discussão das questões relacionadas às políticas para o ensino médio.
4. Articular, através do setorial de educação da CSP-Conlutas e com outros sindicatos de profissionais da educação e movimentos sociais e populares espaços de discussão sobre a educação básica e a educação profissional e tecnológica.

III - O ANDES-SN E A UNIVERSIDADE POPULAR

O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais.

IV - O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL NAS IES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Indicar às seções sindicais o levantamento das situações registradas de assédio moral e sexual nas suas respectivas IES para aprofundar as discussões sobre o tema pelo ANDES-SN.
2. Sistematizar as ações de apoio das seções sindicais indicando o apoio político e jurídico aos docentes a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento em situações de assédio moral e sexual.
3. Que o ANDES-SN atualize e reedite a cartilha sobre assédio moral

Recomendação: Preparar um Seminário Nacional com o tema de assédio moral e sexual.

RELATÓRIO DA PLENÁRIA DO TEMA 4 - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as associações de docentes (AD) filiadas, até o trigésimo quarto (34º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 34º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

Parágrafo 2º do artigo 72

§ 2º O 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 34º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.

II – REGIMENTO ELEITORAL

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Regimento Eleitoral – Eleições da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL biênio 2014/2016.

TEXTO DOCUMENTO

Regimento Eleitoral

Eleição da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL – BIÊNIO 2014/2016

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO

Art. 1º O presente Regimento Eleitoral define as normas e procedimentos para a eleição da diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SINDICATO NACIONAL), para o biênio 2014/2016, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º A eleição a que se refere o caput deste artigo realizar-se-á nos dias **13 e 14 de maio de 2014**.

§ 2º O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO II DOS ELEITORES

Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que:

I – nele se sindicalizarem **até 13 de fevereiro de 2014**;

II – estiverem em dia com suas contribuições **até 7 de março de 2014**.

§ 1º As seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais deverão notificar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e esta, à Comissão Eleitoral, os motivos para tal **até 7 de abril de 2014**.

§ 2º A tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central (CEC), **até o dia 21 de março de 2014**, a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 58º CONAD (Santa Maria/RS, julho de 2013), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo.

§ 3º O não repasse das contribuições decorrente de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral.

Art. 3º As seções sindicais e as secretarias regionais têm prazo **até o dia 4 de abril de 2014** para enviarem à CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito ao voto.

§ 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições referentes ao mês **de fevereiro de 2014**.

§ 2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no *caput* deste artigo deverão ser comunicadas à CEC e à Comissão Eleitoral Local (CEL) até 7 (sete) dias corridos antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.

§ 3º As seções sindicais disponibilizarão, **no dia 11 de abril**, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.

Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito, a ser disciplinado pela CEC e pelas comissões eleitorais locais nos termos do disposto no artigo 35.

CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 16 de novembro de 2013** e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL **até 20 de dezembro de 2013**.

Parágrafo único. No caso de diretores e ex-diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, estes poderão ser candidatos se estiverem em dia com a tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 20 de fevereiro de 2014**, ressalvando o disposto no parágrafo único do artigo 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

CAPÍTULO IV DO REGISTRO DE CHAPAS

Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto à secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I – durante o 33º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente ou secretário geral. O requerimento deve ser encaminhado à secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da chapa, bem como indicar seu representante e respectivos suplentes na CEC;

II – o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia **17 de março de 2014, das 9h às 18h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.**

III – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da CEC, **até o prazo final de registro definitivo**, os seguintes documentos, sendo os dos itens “a” e “b” originais:

a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; nº de telefone; endereço eletrônico, nº do PIS/PASEP; nº do RG; nº do CPF; denominação da seção sindical ou, se for o caso, da secretaria regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula.

b) programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a Presidente.

c) fotocópia de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (R.G. – CNH – CTPS – Passaporte ou carteira de conselho profissional).

d) documento original expedido pela seção sindical, associação de docentes (AD) ou secretaria regional à qual o(a) Candidato(a) se vincula, em papel timbrado, comprobatório de sindicalização ao ANDES-SN, com data de filiação e indicação de adimplência financeira ou cópia dos contracheques que comprovem filiação, dos meses que atendam aos prazos previstos no artigo 5º deste Regimento.

IV – Os documentos referido no inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC.

V – Não havendo registro de chapas durante o 33º CONGRESSO, o prazo para registro, nos termos previstos no § 1º, do artigo 54 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, será prorrogado até 15 (quinze) dias a partir da data do final do 33º CONGRESSO, realizando-se na secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.

§ 1º – No caso previsto no inciso V, o registro dos candidatos aos demais cargos será estendido por mais 30 (trinta) dias corridos após o prazo final para o registro das chapas;

§ 2º – A chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de solicitação do registro.

Art. 7º - A CEC reunir-se-á no prazo de 24 horas após o prazo de registro das chapas para verificar a documentação entregue e proceder ao início da homologação da(s)

chapa(s) **devendo manifestar-se definitivamente no prazo de até 7 (sete) dias corridos.**

Parágrafo único. Em caso de dúvida em relação às condições de elegibilidade de qualquer candidato, a CEC fará conferência junto à respectiva seção sindical, AD-Seção Sindical ou secretaria regional.

Art. 8º Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos II e V do artigo 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à CEC que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

§ 1º A faculdade prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de presidente, secretário-geral e 1º tesoureiro.

§ 2º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da CEC presentes à reunião, implicará a manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado.

Artigo 9º - Os candidatos descritos no artigo 32, inciso IV e V do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão ser sindicalizados da área de abrangência geográfica da respectiva secretaria regional.

Parágrafo único. As alterações previstas no artigo 8º só poderão ser consideradas pela CEC se lhe forem entregues **em até quarenta e oito horas após o encerramento do prazo final de registro definitivo das chapas**, improrrogavelmente.

Art. 10 No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas que venham a ser elaboradas pela CEC.

Art. 11 É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento.

CAPÍTULO V

DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I

DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 12 A eleição para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2014/2016, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central (CEC) composta por:

I – 1 (um) membro da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu presidente;

II – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III – sindicalizado(s) do ANDES-SN, em número igual ao de chapa(s) registradas, indicado(s) e homologado(s) pela plenária das questões organizativas e financeiras do 33º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional.

IV – a composição da CEC deverá ser em número ímpar.

V – No caso de não homologação do(s) registro(s) de chapa(s), o(s) seu(s) indicado(s) deixará(ão) de compor a CEC, situação a partir da qual será convocado o suplente mais

votado pela respectiva plenária do 33º Congresso do ANDES-SN, visando a atender o inciso IV deste artigo.

§ 1º Os componentes da CEC, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 33º CONGRESSO, na plenária do tema das Questões Organizativas e Financeiras.

§ 2º A diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar 2 (dois) suplentes para cada integrante da CEC previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.

§ 3º É vedada a participação dos membros da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na CEC.

§ 4º É vedada a participação de candidato na CEC.

§ 5º No caso de registro de uma única chapa, a plenária indicará e homologará 3 (três) sindicalizados para composição da CEC.

Art. 13 Compete à CEC:

I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento;

II – oficializar e divulgar o registro de chapa(s);

III – divulgar a composição do eleitorado até o dia **10 de abril de 2014**;

IV – confeccionar as cédulas eleitorais;

V – coordenar as comissões eleitorais locais;

VI – decidir sobre recursos interpostos;

VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e

VIII – elaborar o Relatório Final a ser divulgado no **59º CONAD**

Parágrafo único. A CEC pode, sempre que necessário, arregimentar auxiliares.

Art. 14 A CEC só se reunirá com a presença de, no mínimo, mais da metade de seus integrantes, sendo em cada reunião lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEC por intermédio de seu representante na Comissão.

Art. 15 As decisões da CEC serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Art. 16 O integrante da CEC que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa Comissão, assumindo-a seu suplente.

Parágrafo único. Na falta eventual de um membro titular, o suplente poderá assumir desde que essa ausência seja comunicada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Art. 17 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEC.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para o estabelecimento de contato entre a CEC e os representantes autorizados pela chapa.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 18 Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL) composta por:

I – 1 (um) membro de sua diretoria, na condição de presidente;

II – até 2 (dois) membros indicados por cada chapa concorrente, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

III – nas seções sindicais onde as diretorias não constituírem comissões eleitorais locais, as secretarias regionais poderão fazê-lo, indicando o seu Presidente.

Parágrafo único. A diretoria e as chapas poderão indicar suplentes, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, para os cargos previstos nos incisos I e II.

Art. 19 A composição das comissões eleitorais locais deve ser enviada para a CEC **até o dia 24 de abril de 2014.**

Art. 20 Compete às comissões eleitorais locais:

I – definir e organizar as seções eleitorais **até o dia 30 de abril de 2014;**

II – apurar os votos e enviar para a CEC o mapa dos resultados e a respectiva documentação;

III – decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

Parágrafo único. A CEL pode, sempre que necessário, arremeter auxiliares.

Art. 21 A CEL só se reunirá com a presença de mais da metade de seus integrantes, sendo que em cada reunião deverá ser lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEL por intermédio de seus representantes na Comissão.

Art. 22 As decisões da CEL serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Parágrafo único. Das decisões da CEL cabe recurso à CEC.

Art. 23 O integrante da CEL que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo em seu lugar o suplente.

Art. 24 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo um representante autorizado a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEL.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a CEL e os representantes autorizados pela chapa.

CAPÍTULO VI DA VOTAÇÃO SEÇÃO I DA CÉDULA ELEITORAL

Art. 25 A votação é realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º A cédula contém a(s) chapa(s) registrada(s), em ordem cronológica de registro e com o nome da(s) chapa(s).

§ 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará sua escolha.

Art. 26 Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada por, pelo menos, dois integrantes da mesa receptora de votos da respectiva seção eleitoral.

SEÇÃO II DAS SEÇÕES ELEITORAIS

Art. 27 As seções eleitorais serão estabelecidas pelas comissões eleitorais locais em número e locais suficientes para o atendimento dos eleitores de cada IES.

Parágrafo único. Os locais de votação deverão ser fixos, sendo vedada a prática da chamada “urna itinerante”.

Art. 28 Os eleitores sindicalizados nas seções sindicais votam nas seções eleitorais designadas pela Comissão Eleitoral de sua respectiva seção sindical.

Art. 29 Nas seções sindicais, previamente definidas pela CEC, haverá uma seção eleitoral designada pela CEL para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via secretaria regional.

Art. 30 As secretarias regionais têm prazo **até o dia 2 de abril de 2014** para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via secretaria regional, às seções sindicais onde estes poderão votar.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no *caput* deste artigo, as secretarias regionais deverão informar aos sindicalizados, via secretaria regional, a seção eleitoral onde estes poderão votar.

§ 2º O voto desses sindicalizados em qualquer outra seção eleitoral deverá ser considerado em trânsito.

§ 3º Mediante autorização da CEL e da fiscalização das chapas concorrentes, a secretaria regional poderá constituir uma seção eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo.

Art. 31 Em cada seção eleitoral, haverá uma mesa receptora composta por 1 (um) Presidente e 2 (dois) mesários, indicados pela CEL.

§ 1º Só podem permanecer na seção eleitoral, além do presidente e dos mesários, 1 (um) fiscal de cada chapa concorrente, e o eleitor, que ficará durante o tempo necessário para votar.

§ 2º A mesa receptora de cada seção eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam entregues à CEL.

Art. 32 Na seção eleitoral, providenciado pela CEL, deve existir:

- I – urna;
- II – cédulas oficiais;
- III – folha de ocorrência;
- IV – lista específica para eleitor em trânsito;
- V – cópia deste Regimento;
- VI – lista de eleitores;

- VII – nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação;
- VIII – cabine indevassável;
- IX – lacre para as urnas;
- X – envelopes para o voto em trânsito;
- XI – modelo de ata de votação;
- XII – envelope para voto em separado.

SEÇÃO III DO ATO DE VOTAR

Art. 33 Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

- I – no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas.
- II – a ordem de votação é a da chegada dos eleitores;
- III – identificado, o eleitor assinará a lista de presença e receberá a cédula rubricada pelos integrantes da mesa receptora;
- IV – o eleitor usará cabine indevassável para votar;
- V – ao final de cada período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa;
- VI – a guarda do material de votação e da respectiva urna é de responsabilidade da CEL;
- VII – ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue à CEL.

Parágrafo único. Na ausência de fiscais, o rompimento do lacre será feito na presença do primeiro eleitor, devendo ser registrado em ata.

Art. 34 Os sindicalizados, via secretarias regionais, votarão na seção sindical indicada pela secretaria regional e na seção eleitoral indicada pela CEL segundo listas fornecidas pelas respectivas secretarias regionais.

Art. 35 O voto em trânsito obedecerá ao seguinte procedimento:

- I – o eleitor assinará lista específica na seção eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito a sua seção sindical de origem ou, se sindicalizado via secretaria regional, a sua regional de sindicalização.
- II – o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na sequência de ordem de chegada para votar.

SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 36 É assegurado às chapas a fiscalização dos processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão à CEL, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e 24 horas do início da apuração dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, 2 (dois) fiscais por mesa de apuração, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do (s) fiscal (is) de apuração não pode recair em integrantes da CEL ou de mesa receptora.

Art. 37 É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela CEC mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a CEC, por meio de documento, sindicalizados para exercerem a função de fiscal de computação dos resultados, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto para a computação dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, 2 (dois) fiscais, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do(s) fiscal(is) não pode recair em integrante(s) da CEC.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 38 A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á, obrigatoriamente, **no dia 15 de maio de 2014**, no horário indicado pela CEL e será concluída, impreterivelmente, até às 24h do mesmo dia.

Parágrafo único. Nos *campi* fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da mesa receptora, a critério da CEL, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos. 36 e 37.

Art. 39 As comissões eleitorais locais deverão encaminhar, impreterivelmente, **até as 16 horas do dia 16 de maio de 2014** (horário de Brasília), via meio eletrônico, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva seção sindical.

§ 1º As comissões eleitorais locais têm, como prazo máximo, **até o dia 21 de maio de 2014** para encaminhar, por SEDEX, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As **cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da seção sindical.**

§ 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, na referida data, por serviço ultrarrápido de entrega de correspondência.

Art. 40 A computação dos votos pela CEC iniciar-se-á **às 15 (quinze) horas (horário de Brasília) do dia 17 de maio de 2014**, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

Art. 41 Os mapas eleitorais das seções sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela CEC.

Art. 42 No caso de voto em separado, a CEL providenciará, junto à seção sindical ou, se for o caso, à secretaria regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar.

Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna.

Art. 43 As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato será incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

Art. 44 Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final.

Art. 45 Será anulada a urna que:

- I – apresentar, comprovadamente, sinais de violação;
- II – apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;
- III – não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 46 Será anulada a cédula que:

- I – não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva mesa receptora;
- II – não corresponder ao modelo oficial.

Art. 47 Serão considerados nulos os votos que contiverem:

- I – mais de uma chapa assinalada;
- II – rasuras de qualquer espécie;
- III – qualquer caractere que permita identificação.

Art. 48 As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da CEL até a proclamação do resultado final pela CEC.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS

Art. 49 Qualquer recurso deverá ser apresentado à CEL, no máximo, **até às 9h do dia 17 de maio de 2014.**

§ 1º A CEL, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá, no prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados.

§ 2º Das deliberações da CEL cabem recursos à CEC, no prazo de três horas após sua publicação.

§ 3º Os recursos à CEC deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à CEC.

Art. 50 Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à CEC no prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados por esta.

Art. 51 Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou pelos candidatos às comissões eleitorais locais e central.

Parágrafo único. No caso de não haver na seção sindical fiscal indicado por chapa ou pelos candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à CEL.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 Compete à diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das seções sindicais garantirem todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das comissões eleitorais central e locais.

Art. 53 O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará na anulação do registro da chapa pela CEC.

Art. 54 As comissões eleitorais, local e central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento.

Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, a CEC poderá, com a aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos artigos 1º e 6º.

Art. 55 As chapas deverão encaminhar à CEC os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de 5 (cinco) dias, prazo de postagem, com aviso de recebimento (AR).

Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, o que acarretará as consequências cabíveis.

Art. 56 Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do presidente da CEC.

Parágrafo único. No prazo de quinze dias após a promulgação do resultado da eleição, o presidente da CEC apresentará à diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral.

Art. 57 O presidente da CEC deverá, em tempo hábil, apresentar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da CEC, a fim de permitir que esta providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da Comissão.

§ 1º O valor da diária dos integrantes da CEC será o mesmo dos diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e de deslocamento local.

§ 2º No prazo de sete dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da CEC deverão apresentar à tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final.

Art. 58 A assessoria jurídica nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da CEC durante todo o processo eleitoral.

Art. 59 É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do artigo 54.

Art. 60 A proclamação final dos resultados será feita pela CEC somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento.

Parágrafo único. O Relatório Final dos trabalhos da CEC e o Relatório Financeiro definido no parágrafo único do artigo 56, deverão ser apresentados no 59º CONAD.

Art. 61 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CEC.

Parágrafo único. Tratando-se de questões locais, os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em primeira instância pela CEL e, em instância final, pela CEC.

Art. 62 Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 33º CONGRESSO.

São Luís, 14 de fevereiro de 2014

ANEXO I

REQUERIMENTO

Ao
Professor Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezado Professor,

O/A(s) professor (es/as) _____ e
_____, candidato(s) ao(s) cargo(s)
de _____ e _____, vêm
requerer o REGISTRO da chapa denominada _____
para concorrer à
eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino
Superior - ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2014-2016, e apresentam como
candidato ao cargo de Presidente, o (a) Professor(a) _____
_____, ao cargo de Secretário Geral, o (a) Professor(a)
_____, ao cargo de 1º Tesoureiro
, o (a) Professor(a) _____ e, como seu
representante e seu suplente na Comissão Eleitoral Central, os (as) Professores(as)

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.
Pede deferimento

XXXXX, XX de XXXXXX de 2014.

Professor (a) _____
(assinatura)

Professor (a) _____
(assinatura)

RECIBO:

Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/02/2014.

Número de identificação da chapa: _____

Prof. Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Anexo II
TERMO DE CONCORDÂNCIA

Professor (a) _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. 6º, inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 33º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concordo em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2014 - 2016 na condição de candidato (a) ao cargo de _____ na chapa denominada _____ e que tem o número ____ como identificação oficial.

_____, de _____ de 2014.

Professor _____
(assinatura igual ao documento de identidade)

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: ()
()

3 - Endereço eletrônico (e-mail):

4 – N° do PIS/PASEP:

5 – N° do RG:

6 – N° do CPF:

7 – Sindicalizado a (Seção Sindical):

8 - Secretaria Regional (caso sindicalizado via Secretaria Regional):

9 - IES de vínculo:

III - COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL - CEC

Eleitos pela Plenária

1º titular - Antonio Lisboa Leitão de Souza

2º titular - Luis Allan Kunzle

3º titular - Paulo Cesar Marques da Silva

1ª suplente - Daniella Corcioli Azevedo Rocha

2ª suplente - Eduardo Gonçalves Serra

3ª suplente - Walterlina Barboza Brasil

4ª suplente - Sergio Paulo Amaral Souto

5ª suplente - José Irelanio Ataide

6ª suplente - Carlos José Cartaxo

Representantes da Diretoria do ANDES-SN

Titular - João Francisco Ricardo Kastner Negrão

1ª suplente - Marina Barbosa Pinto

2ª suplente - Almir Serra Menezes Filho

Representantes da Chapa 1

Titular - José Henrique Erthal Sanglard

1ª suplente - Ciro Teixeira Correia

2ª suplente – Bartira da Silveira Grandi

IV - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 58º CONAD

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 58º CONAD.

Nº	ITEM	Rateio ANDES	Rateio SEDUFMS
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	17.084,17	1.008,00
	Diárias	4.500,00	0,00
	Passagem Aérea	3.042,52	0,00
	Passagem Terrestre	740,00	0,00
	Hospedagem	9.360,00	0,00
	SUBTOTAL	34.726,69	1.008,00
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio	0,00	960,00
	Táxi	0,00	0,00
	Apresentação Cultural	0,00	0,00
	Serviço de Enfermagem	0,00	0,00
	Material Médico	0,00	0,00
	Transporte/ônibus	0,00	0,00
	Combustível	0,00	0,00
	SUBTOTAL	0,00	960,00
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes	0,00	830,00
	Banner	0,00	0,00
	Filmagem	0,00	2.000,00
	Transportadora	1.209,43	0,00
	Informandes	2.165,50	0,00
	Convites Abertura	0,00	48,00
	SUBTOTAL	3.374,93	2.878,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	0,00	295,35
	Material de Copa	0,00	0,00
	Material de Limpeza	0,00	0,00
	Computador/ Notebook	0,00	7.710,00
	Aluguel Copiadora/ Impressora	0,00	10.800,00
	Correios	0,00	495,90
	Coffe Break	0,00	5.400,00
	Cafê/ Água Mineral	0,00	1.026,00
	Papel A4	479,00	194,25
	Sonorização	0,00	2.800,00
	Ornamentação	0,00	0,00
	Espaço Hotel, Auditório e Salas	0,00	29.182,40
	SUBTOTAL	479,00	57.903,90
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	0,00	4.750,00
	Camisetas	0,00	3.500,00
	Crachás	0,00	559,50
	Bloco de anotações	0,00	700,00

	SUBTOTAL	0,00	9.509,50
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	700,00	0,00
	Hospedagem	759,00	0,00
	Passagens Aéreas	475,39	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	1.934,39	0,00
	TOTAL	40.515,01	72.259,40
	Total de Despesas Realizadas	112.774,41	

V - FUNDO ÚNICO

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para o ano de 2014, para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, definidos pelo 33º Congresso como centrais na luta do Sindicato, no limite de 500 mil reais da parcela referente à mobilização.
2. Autorizar o 59º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e luta para o segundo semestre de 2014.
3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, que entrarem em greve no ano de 2014, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto permanecerem em greve.

VI - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF.

VII - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida;

VIII – APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Intensificar, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, apoio à luta dos povos indígenas por meio de apoio político e financeiro.
2. Realizar, por intermédio do GTPCEGDS do ANDES-SN, debates sobre a temática e demandas dos povos indígenas e elaborar proposta de realização de Encontro/Seminário no 2º semestre de 2014. O 59º CONAD apreciará a planilha financeira para a realização deste evento.

IX – ORGANIZAÇÃO DOS EVENTO DO ANDES-SN

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar o 59º CONAD a rever a metodologia que é adotada no Congresso do ANDES-SN relativamente a temário, pauta e cronograma, com vista a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas.

X - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES- SN

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que:

1. as seções sindicais e as secretarias regionais realizem levantamento, articuladas com outras comissões da verdade, sobre ações da ditadura em âmbito institucional, local e regional, até junho de 2014;
2. o ANDES-SN realize seminário nacional sobre a temática, no segundo semestre de 2014, antecedido de encontros preparatórios;
3. as seções sindicais e as secretarias regionais participem ativamente dos atos de repúdio ao Golpe de 1964, por ocasião dos 50 anos do golpe de 64;
4. o ANDES-SN busque articular ações e mobilização com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei de Anistia, pela responsabilização dos autores da tortura e outros crimes de lesa-humanidade nos anos da ditadura empresarial-militar;
5. o ANDES-SN realize reunião ampliada da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com a presença de entidades sindicais e movimentos sociais com o objetivo de articular ações conjuntas frente à temática, no mês de março;
6. o ANDES-SN exija a abertura imediata dos arquivos da ditadura, fundamental para garantir o direito de informação.
7. em função da magnitude da Comissão da Verdade do ANDES-SN, o Sindicato deverá ampliar a infraestrutura, alocar pessoal com dedicação plena à tarefa e assegurar suporte financeiro compatível com o desenvolvimento dos trabalhos em 2014.
8. seja efetuado um encontro nacional, preferencialmente no 1º semestre de 2014, sobre ditadura militar e a universidade brasileira.

XII - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL.

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté – **SINDUNITAU – SSind**.

1.2 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais - **ADUEMG - SSind** do ANDES-SN, Unidade Ibirité-MG.

2. ALTERAÇÃO REGIMENTAL

2.1 Em consonância com o artigo 15, inciso IX, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – **SINDUFPA-MAR-SSIND** do ANDES-SN, que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Seção Sindical do ANDES-SN – **SINDUNIFESSPA – SSind**.

3. RATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL E DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com o artigo 15, inciso IX, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da **APUG** - Associação dos Professores Universitários de Gurupi - TO - Seção Sindical do ANDES-SN.

3.2 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a criação da Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá – **SINDUNESPAR** Seção Sindical do ANDES-SN.

3.3 Em consonância com artigo 15, inciso VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari – **SINDIFAP-SSIND** do ANDES-SN.

3.4 Em consonância com o artigo 15, inciso IX, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a alteração no regimento da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN.

XIII - INSCRIÇÕES NOS GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN

1 – ADUNIR

- GTPE – Valterlina Brasil

2 – Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC

- GTPE – Mauro Tilton

3 – ADUFMAT

- GTHMD – Waldir Bertúlio, Tomaz Boaventura e Edir Pina de Barros

- GTSS/A – Maria Luzinete Alves Vanzeler

- GTSS/A - Maria Luzinete Alves Vanzeler

- GT Carreira- Alexandre Paulo Machado e Sirley Silveira

4 – SESDUF-RR

- Avery Milton Veríssimo de Carvalho

5 – ADUFPA

- GTPE – Jennifer Susan Webb Santos, Andréa Cristina Cunha Simões

- GTSS/A – Maria da Conceição Rosa Cabral e Suelene Leite Pavão

- GT-Carreira - Jennifer Susan Webb Santos, Andréa Cristina Cunha Simões e Erneida Coelho de Araújo

- GTPFS – Fátima de Souza Moreira

6 – ADFUNREI

- GTPE – Maria Rita Rocha do Carmo, Sandra Boari Silva Rocha e João Antônio Correa Filho

- GT-Carreira – João Antonio Correa Filho e Maria Rita Rocha do Carmo.

- GTSS/A – Sandra Boari Silva Rocha, Maria Rita Rocha do Carmo

7 – ADUFPB

- GTPE - Fernando Cunha, Terezinha Diniz, Auta de Souza Costa, Paulo César Geglio, Paulo César, Bernadete Silveira de Andrade, Alexandre Nader e Galdino Toscano

- GTSS – Auta de Souza Costa, Terezinha Diniz, Bernadete Silveira de Andrade, Rui Dantas, , José Antônio, José Ricardo, Givaldo Menezes, glória Albernark, Djacy Arruda, Djelma, Edjalma Ferreira.

- GT-CARREIRA – Jaldes Menezes, Fernando Cunha, Clodoaldo Silveira, Galdino Toscano, Jamilton Farias, José da Paz Alvarenga, José Pessoa, Carlos Cartaxo

- GTCA- Carlos Cartaxo, Terezinha Diniz, Francieleide Rodrigues, Gloris Albernark, Ricardo Lucena, Marizete Fernandes e Jamilton Farias.

8 – ADUNIRIO

- GTHMD – Camila Maria Moraes

- GTPE – Viviane Becker Narvaes
- GTPFS – Viviane Becker Narvaes, Carla Daniel Sartor, Rodrigo Castelo
- GTSS/A – Janaina Bilate, Enedina Soares
- GTCA - Viviane Becker Narvaes, Carla Daniel Sartor e Bruno Marinoni
- GT-Carreira – Enedina Soares
- GTPAUA – Bruno José Oliveira
- GTPE - Elisabeth Orletti

9 – ADUNEB

- GT- Carreira – Daniela Santos, Crispiniano Oliveira, Naira Souza, Cosme Wilson Carvalho, Lilian Aquino
- GTC&T
- GTCA -
- GTHMD - Lilian Ruas e Marcelo Neves
- GTPAUA - Ivan Costa e Zózina Maria Rocha
- GTPE - Zózina Maria Rocha, Sinóelia Pessoa, Daniela Santos e Lílian Ruas
- GTPFS – Lilian Ruas, Maria do Socorro Ferreira, Sinóelia Pessoa, Euclides Bittencourt, Daniela Batista, Marcelo Neves, Zózina Maria Rocha e Milton Pinheiro
- GTSS/A – Daniela Batista Sinoélia Pessoa e Zózina Maria Rocha
- GT- Verbas – Naira Moura e Crispiniano Oliveira
- GTPCEGDS – Luciana Cristina Souza, Maria do Socorro Ferreira, Euclides Bittencourt e Lilian Aquino
- GT Fundações – Naira Moura

10 – ADUF CG

- GTPE – José Irelanio Ataíde
- GTSS/A – José Bezerra de Araújo
- GTCA – Roberto de Sousa Miranda

11 – ADUFERPE

- GTPE – Érika Suruagy Assis de Figueiredo

12 - ADUFF

- GT-Carreira – Claudia March Frota de Souza, José Raphael Bokehi, Paulo Antonio Cresciulo de Almeida, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Verônica Silva Fernandez
- GT-Verbas – Arley José Silveira da Costa, José Raphael Bokehi
- GTHMD – Edson Teixeira da Silva Junior, Sérgio Ricardo Aboud Dutra, Wanderson Fábio de Melo
- GTPFS - Claudia March Frota de Souza, Eblin Joseph Farage, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Juarez Torres Duayer, Lorene Figueiredo de Oliveira, Verônica Silva Fernandez, Wanderson Fábio de Melo
- GTPCEGDS – Dora Henrique da Costa, Elza Dely Veloso Macedo, Sérgio Ricardo Aboud Dutra
- GTSS/A - Claudia March Frota de Souza, Sônia Maria da Silva e Verônica Silva Fernandez
- GTCA – Celia Ferreira, Eblin Joseph Farage, Edson Teixeira da Silva Junior e Wanderson Fabio de Melo
- GTC&T – Arley José Silveira da Costa, Edson Teixeira da Silva Junior e Wanderson Fabio de Melo

- GTPE – Angela Carvalho de Siqueira, Catharina Meirelles, Celia Ferreira, Dora Henrique da Costa, Dora Henrique da Costa, Eblin Joseph Farage, Elza Dely Veloso, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Gelta Terezinha Ramos Xavier e Lorene Figueiredo de Oliveira

- GTPAUA – Arley José Silveira da Costa, Eblin Joseph Farage, Felipe Melo da Silva Brito e Marcela Soares Silva

13 – ADUA

- GTPCEGDS – Ednailda Santos, Tharcisio Santiago Cruz, Elizandra Garcia
- GTPE – José Belizário Neto, Francisco Jacob Paiva e Ana Cristina Fernandes
- GT-Carreira – Marcelo Mário Valina, José Humberto Michillis, Ana Cristina Belarmino e Antonio Batista
- GTC&T – José Alcimar de Oliveira, Marcelo Seráfico, Ana Lúcia Gomes

14 – APESJF

- GTSS/A – Maria Lúcia Araújo Leopoldo e Zuleyce Maria Lessa Pacheco
- GTPE – Amanda Chaves Pinheiro
- GTPAUA – Dileno Dustan Lucas de Souza
- GT-Carreira – Marcos Vinicius Leite
- GT-Fundações – Lucas Nardelli Monteiro de Castro

15 – ADUFRJ

- GTCA – Cláudio Rezende Ribeiro, Luis Eduardo Acosta Acosta, Eunice Bomfim Rocha, Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues, Cleusa Santos
- GT- Carreira – Renata Lúcia Baptista Flores, Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues, Maria Mello de Malta, Maria Cristina Miranda da Silva, Roberto Leher, Luciano Rodrigues de Souza Coutinho, Regina Célia de Souza Pugliese, Salatiel Menezes dos Santos, José Henrique Sanglard.
- GTSS/A - Salatiel Menezes dos Santos, Sara Granemann, Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi, Cleusa Santos, Romildo Vieira do Bomfim, José Miguel Bendrao Saldanha, Regina Helena Simões Barbosa, Janete Luzia Leite, Walcyr de Oliveira Barros, Elídio Alexandra Borges Marques
- GTPE – Roberto Leher, Maria Cristina Miranda da Silva, Renata Lucia Baptista Flores, Alessandra Nicodemos Oliveira Silva, Salatiel Menezes dos Santos, Regina Célia de Souza Pugliese.
- GTPFS – Luciano Rodrigues de Souza Coutinho, Janete Luzia Leite, Vera Maria Martins Salim, Maria Mello de Malta
- GTPAUA – Cláudia Lino Piccinini, Mariana Trotta Dallalana Quintans, Wacyr de Oliveira Barros, Salatiel Menezes dos Santos, Cláudio Rezende Ribeiro.
- GTC&T – Eduardo Gonçalves Serra, Luciana da Silva Andrade, Salatiel Menezes dos Santos, José Henrique Sanglard.
- GTHMD – Luciana Boiteux, Elidio Alexandre Borges.

16 – ADUFU

- GTPE – Lúcia Helena de Paula Menezes, Maria Vieira da Silva e Adriany de Ávila Melo Sampaio
- GTHMD – Lúcia Helena de Paula Menezes
- GTPCEGDS – Olenir Maria Mendes e Vera Lúcia Puga
- GTPAUA – Antonio Carlos Freire Sampaio

- GT-Carreira – Hudson Rodrigues Lima e André Luiz Sabino
- GTSS/A – Rosana Ono
- GTPFS – Filipe Almeida do Prado Mendonça e Lúcia Helena de Paula Menezes

17 - ADUFES

- GTCA – Rafael Gois Furtado, Mariane Lima de Souza, Rafael Gomes, Davi Protti e Luciana Caliman
- GT Carreira - Rafael Vieira, Aureo Banhos, Edson Cardoso, Bernadete Gomes, Allan Kardec de Lima, Marison Luiza Soares e Cristina Helena Bruno Terruggi
- GT&CT – Edson Cardoso, Jussara Fardin, Donato de Oliveira, Cristina Helena Bruno Terruggi, Mariane Lima de Souza, Fábio Correa de Castro
- GTPCEGDS - Antônio Carlos Moraes, Edinete Maria Rosa, Raquel Cristina Melo Guimarães, Ana Claudia Wenceslau, Renata Couto Moreira e Alex
- GTPAUA – Paulo Cesar Scarin, Aureo Banhos, Renata Couto Moreira, André Michelatto, Leoncio Lorenzoni e Francisco Cota
- GTPE – Odiléa Dessame de Almeida, Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Euzi Moraes, Ana Heckert, Rafael Vieira, José Rocha Pinto, Edna Oliveira Castro, Marisson Luiz Sores, Temístocles de Souza Luz, Maria Helena Siervi e Fábio Correa de Castro
- GTSS/A – Rafael Góes Furtado, Sandra Soares Dell Fonte, Helder Gomes, Valter Pires Pereira e Josemar Machado de Oliveira, Lenir Cardoso Porfirio, Cenira Andrade de Oliveira, Odiléia Dessaune de Almeida, Bernadete Gomes, Dulcinéia Sarmento Rosemberg, Ana Targina Ferraz, Jeane Andréia Ferraz Silva, Arlete Correa de Oliveira, Elizabeth Barros, Thiago Sorti e Alla Kardec de Lima
- GT Verbas – Rogério Neto Suave, André Michelato, Francisco Cota e Claudio Simões Salim

18 - SEDUFMS

- GTPCEGDS – Getúlio Silva Lemos, Júlio Quevedo e Gihad Mohamad
- GTSS/A – Getúlio Silva Lemos, Suze Scalcon, Ester Nogueira, Carlitos Shalenberg e Maria Beatriz Carmielutti

19 - SINDUFFS

- GTPCEGDS – Cássio Cunha Soares

20 - SINDIUVA

- GTPE- Kátia Regina Lima Rodrigues, Antônio Carlos Castro e Sílvia Helena de Lima Monteiro
- GTPFS – Emanuel Lima e Werber Moreno
- GT Carreira – Luiz Ponte, Ermeron Ferreira, Flávio Melo e Hércio Silva

21- SINDURCA

- GTPCEGDS- Zuleide Fernandes de Queiroz, Claudia Rejane Grangeiro, Glauberto Quirino, Roberto Marques, Iara Maria de Araújo e Alana Mara Alves Gonçalves
- GTPE - Karla Roberta Oliveira, Evilásio Bezerra, Zuleide Fernandes de Queiroz
- GT Carreira – Anderson Rodrigues e Fábio Rodrigues

22- ADUNB

- GTHMD - Luiz Carlos Galetti e Adriana de Fátima Barbosa Araújo
- GTPFS – Luiz Carlos Galetti
- GT – Liliane Maria Macedo Machado

**RELATORIO DO TEMA 5 - PLANO DE LUTAS - GERAL, EDUCAÇÃO,
DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
33º CONGRESSO DO ANDES-SN**

I – QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a aprovação do Código de Mineração em tramitação no Congresso Nacional;
2. Desenvolver ações em conjunto com os movimentos sociais, para denúncia e enfrentamento do retrocesso do código florestal tendo ênfase na defesa do meio ambiente, direitos sociais e a reforma agrária;
3. Lutar contra a apropriação estrangeira dos recursos do solo e subsolo e de outras riquezas brasileiras, exploradas por empresas que devem ser reestatizadas sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, e seu produto investido na melhoria dos serviços públicos;
4. Desenvolver ações com os demais movimentos sociais voltados à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20;
5. Intensificar o debate junto às seções sindicais acerca da estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de desenvolvimento;
6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais devido à construção dos megaempreendimentos, como expressa a luta contra o projeto de matriz energética do governo, imposto às bacias dos rios Xingu e Tapajós, bem como já estão demonstradas nas consequências já expressas nos empreendimentos em Rondônia (Santo Antônio do Girau);
7. Em relação à produção e ao consumo de transgênicos:
 - 7.1 Continuar a luta com os movimentos sociais pela imediata identificação, rotulação e descrição de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados (OGM – transgênicos);
 - 7.2 Lutar contra a legislação que libera a produção e comercialização de alimentos transgênicos, inclusive aqueles destinados à ração animal;
 - 7.3 Realizar ações de conscientização da população acerca da falta de estudos e pesquisas em relação à segurança no uso de transgênicos, contribuindo para o desenvolvimento de um contradiscurso em relação às informações veiculadas na mídia, que têm apenas considerado os interesses mercadológicos;
8. Intensificar as ações, com os movimentos sociais, em defesa dos direitos dos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses;
9. Realizar atividades em conjunto com o GTSS/A, GTPE, GTC&T e GTPAUA no sentido de aprofundar estudos e debates sobre o impacto socioambiental na regulamentação dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos;

10. Participar das ações que ocorrerão no país no ano de 2014, com destaque para as lutas em defesa dos direitos sociais e recursos para saúde, educação e transporte públicos, em contraponto ao uso destes recursos para a Copa do Mundo;

11. Defender no interior da CSP-Conlutas, dos movimentos sociais e demais entidades que vêm atuando nas lutas por direitos sociais e contra a criminalização das suas lutas, a elaboração de material informativo para divulgação em mídias diversas que denunciem:

11.1 os gastos com os megaeventos em contraponto aos investimentos públicos em educação e saúde públicas;

11.2 as ações repressivas dos estados/governos.

12. Promover e participar da campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida de forma a contribuir na luta pela consolidação de uma política nacional de desenvolvimento rural fundada nos princípios da agroecologia camponesa.

13. Iniciar estudos sobre a exploração das jazidas de xisto betuminoso no Brasil e os danos que causam ao meio ambiente e à saúde pública.

14. Desenvolver ações com os demais movimentos sociais e instituições ligadas à educação, saúde e segurança visando à prevenção e ao enfrentamento da violência urbana e rural.

15. Fomentar, por meio de suas seções sindicais, a criação de observatórios regionais que façam amplo debate e balanço da política nacional de esportes e seus impactos nas políticas sociais, objetivando o fortalecimento das lutas contra os megaeventos.

16. Realizar uma ampla campanha, em conjunto com a CSP-Conlutas e os movimentos sociais, pela derrubada do PL 499/13, denunciando seu caráter repressivo e ditatorial, que atenta contra as liberdades democráticas;

17. Denunciar, combater e lutar pela revogação da Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 3.461, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a publicação da “Garantia da Lei da Ordem”, que retoma o regime de exceção no país, criminaliza os movimentos sociais e cerceia a liberdade individual e coletiva da população.

Recomendação: O 33º Congresso do ANDES-SN recomenda que o GTPAUA pautar uma discussão acerca dos danos ambientais provocados pela exploração do “gás de xisto” e da técnica de fraturamento hidráulica (fracking) que foi introduzida no país a partir da 12ª rodada de leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

II – AÇÕES EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE CLASSE PARA QUESTÕES ETNICORRACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Promover, em conjunto com as seções sindicais, entidades de combate à homofobia, a CSP-Conlutas e as secretarias regionais do ANDES-SN, audiências públicas para discutir a violência contra a população LGBT e apresentar propostas para o seu enfrentamento;

2. Produzir e divulgar nacionalmente materiais informativos para subsidiar as ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual;

3. Lutar, por intermédio das seções sindicais e em conjunto com todos os segmentos da comunidade acadêmica, pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violências contra a mulher, etnicorraciais e homofóbica nas IES;
4. Dar continuidade à luta junto ao INCRA e ao governo federal pela demarcação de terras dos povos indígenas e quilombolas;
5. Apoiar a construção e mobilização dos povos indígenas na construção do 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais.

III - COMUNICAÇÃO

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera pelo combate ao monopólio ditatorial dos meios de comunicação, usando as seguintes mediações:

1. Ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto no âmbito nacional como local;
2. Articular, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares;
3. Ampliar a divulgação da plataforma pela democratização das comunicações que defendemos, pautando na imprensa sindical materiais específicos e em diferentes mídias;
4. Propor o engajamento das seções sindicais na constituição de comitês, núcleos, fóruns em apoio e busca de assinatura ao PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular) da mídia democrática ou integração aos que já existem.
5. Utilizar como tema agregador e mobilizador do interesse social pela democratização das comunicações as manifestações de rua, a repressão a elas e o comportamento da mídia tradicional;
6. Investir na formação e aperfeiçoamento das equipes e assessorias de comunicação nacional e das seções sindicais para melhorar a linguagem e expressão dos conteúdos que defendemos em relação à mídia e público alvo, respeitando as diferentes variações linguísticas regionais e sociais.
7. Indicar e promover atividades que levem as seções sindicais a elaborarem seus planos de comunicação, considerando o debate interno, as peculiaridades e possibilidades, tendo sempre como referência o Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN;
8. Instigar e solicitar às equipes de comunicação das seções sindicais que disponibilizem suas produções através dos instrumentos de mídia disponíveis e, sobretudo, que se voltem para a implantação e manutenção de conteúdo repositório de arquivos com importância jornalística e informativa;
9. Estimular a criação e fazer uso de veículos de comunicação alternativos, populares e comunitários, ampliando o raio de veiculação da programação com aqueles já existentes, incluindo o estreitamento. Tal objetivo deve incluir o estreitamento de laços entre setores de comunicação de outros sindicatos classistas e a CSP/Conlutas;
10. Aprofundar o debate no Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte - GTCA sobre a participação do ANDES-SN e suas seções sindicais nas articulações locais para a criação e consolidação do canal da cidadania, que possibilita que movimentos sociais e

entidades representativas dos trabalhadores tenham duas emissoras na Tv aberta por município;

11. Propor ao GTCA do Andes-SN que realize estudos sobre a possibilidade de controle popular dos gastos financeiros dos governos municipais, estaduais e federal no tópico de Publicidade e Propaganda.

Recomendação: Recomendar às secretarias regionais e seções sindicais a divulgação da revista Universidade e Sociedade, do ANDES-SN.

III - EDUCAÇÃO

3.1 Encontro Nacional de Educação

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Realizar em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades até junho de 2014, antecedendo o Encontro Nacional de Educação para agosto de 2014;
- 2.** Realizar o Encontro Nacional de Educação em agosto de 2014;
- 3.** Considerando o teor do PNE votado no Senado e a intenção de votação sumária do Plano na Câmara, articular com as entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais a realização de uma plenária nacional em março (ou em data próxima a ser acertada com as entidades), objetivando organizar um calendário de lutas como parte do processo de construção do Encontro Nacional de Educação;
- 4.** Indicar que o Encontro Nacional de Educação deflagra um processo de atualização do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira.

3.2 Atualização dos PLs em tramitação no Congresso Nacional

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Intensificar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que, se aprovado, resultará em maior fragmentação e desarticulação da educação nacional, na medida em que separaria a educação básica da superior, transferindo esta última para o MCEt;
- 2.** Intensificar a atuação no Congresso Nacional junto aos parlamentares no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares se posicionem contrários ao INSAES (PL 4372/12);
- 3.** Mobilizar as seções sindicais para que entrem em contato com os parlamentares de seus estados (deputados federais e senadores) exigindo que se posicionem contra o PL 4372/12 (INSAES);
- 4.** Lutar pela revogação da Lei nº 12881, de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior), tendo em vista seu caráter privatista que permite a transferência de recursos públicos por meio de parcerias e subsídios estatais às IES privadas;

5. Intensificar na base as ações de discussão sobre as reformas na educação básica e publicizar a posição do ANDES-SN contrária ao PL 1840/13, que propôs a reforma no ensino médio;
6. Produzir e divulgar material de esclarecimento para as bases a respeito dos conteúdos e efeitos dos projetos de lei em tramitação e das novas leis anteriormente referidas (PL 4372/12, PL 518/09, PL 1840/13, Lei 12881/13).

3.3 Em defesa da autonomia universitária e da democracia plena

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar ações de denúncia, esclarecimento e mobilização pela derrubada da proposta de Lei Orgânica das IFES, apresentada pela ANDIFES;
2. Intensificar ações de mobilização em defesa de processos estatuintes livres e soberanos, em defesa da autonomia universitária e da democracia plena, pela derrubada da Lei Orgânica das Universidades;
3. Intensificar a luta contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).

IV – SINDICAL

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Ampliar e consolidar sua atuação na CSP-Conlutas, com especial atenção ao seu enraizamento em todos os estados do país;
2. Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora;
3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados;
4. Contribuir e participar com os setoriais, grupos de trabalho e coletivos temáticos da CSP-Conlutas, que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN;
5. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações em 2014;
6. Elaborar, no âmbito do GTPFS, uma programação de atividades que, de forma articulada com as secretarias regionais e as seções sindicais, dê continuidade aos processos de formação político-sindical realizados no último período.
7. Dar prosseguimento aos debates desenvolvidos em 2013 sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN priorizando o fortalecimento e enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho:

7.1 buscar formular propostas de meios financeiros que possibilitem a participação de companheiros de seções sindicais pequenas nos eventos do ANDES-SN, nas lutas e greves em IEES/IMES;

7.2 tratar da mobilidade dos docentes aposentados no sentido de que possam participar em seção sindical mais próxima ao local de residência;

7.3 debater as formas de estruturação do Sindicato e da escolha da diretoria, de modo a responder aos desafios atuais, realizando, no segundo semestre de 2014, um seminário nacional, do qual poderão surgir mais propostas a serem apreciadas pelo 34º Congresso do ANDES-SN.

8. Que o GTPFS faça a proposição de uma metodologia de debate nas seções sindicais para discussão sobre organização sindical (estrutura do ANDES - SN, seções sindicais multicampi etc.).

9. Intensificar o apoio político e material aos coletivos de base que organizam o ANDES-SN em IES onde o PROIFES e outras organizações atuam, visando à unidade, autonomia e independência sindical.

10. Lutar contra as terceirizações em articulação com a FASUBRA, reivindicando a revogação das restrições de funções (limpeza, segurança etc.) nos quadros de pessoal e nos concursos públicos para servidores técnico-administrativos;

11. Pautar no GTPFS debate sobre formas de intensificar ações que enfrentem o tema das terceirizações no âmbito das IES e no mundo do trabalho em geral.

Recomendações

1. Que as seções sindicais do ANDES-SN pratiquem a solidariedade de classe e indiquem paralisação das atividades docentes coletivamente, em um Dia de Luta Solidária com os Terceirizados, realizando atividades de formação e integração com estes(as) companheiros(as), agregando os movimentos organizados e demais entidades da comunidade, construindo atividades conjuntas com os sindicatos de base da FASUBRA de denúncia das condições de trabalho dos terceirizados e combate à terceirização;

2. Que as assembleias de docentes incentivem a participação e a rotina de informes em suas plenárias, por parte do segmento terceirizado, contribuindo para a auto-organização dos terceirizados;

3. Que às seções sindicais contribuam para a auto-organização dos terceirizados, realizando atividade de formação e integração destes, agregando os sindicatos de base da FASUBRA;

4. Que o 59º CONAD defina a data de realização do Dia de Luta Solidária com os Terceirizados, que integre as atividades de luta contra a aprovação do PL 4330.

V – SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Em relação à privatização da saúde e à EBSEH, o ANDES-SN, as secretarias regionais e as seções sindicais devem:

1.1 intensificar ações de enfrentamento à política de desmonte da saúde pública que vem sendo implementada pelos governos das três esferas, reforçando a participação do ANDES–SN e das seções sindicais na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde;

1.2 denunciar e intensificar ações de enfrentamento à pressão exercida pelo governo para a adesão das IFES à EBSEH, expressa através de:

a) dispositivos administrativos – redução de recursos materiais e não realização de concursos públicos para preenchimentos de vagas, no sentido de inviabilizar o funcionamento pleno dos HU que não aderiram;

b) vinculação da criação de novos cursos de medicina (incluindo os dispositivos no Programa Mais Médicos) à construção e/ou federalização de hospitais e imediata contratualização com a EBSEH;

1.3 realizar levantamento, acompanhar e denunciar irregularidades administrativas, de atendimento a pacientes e nas relações de trabalho, bem como no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos HU nas IFES, em decorrência da adesão à EBSEH.

1.4 organizar e divulgar estudos, análises e projetos elaborados pelas seções sindicais referentes à defesa dos HUs como parte indissociável da universidade pública.

1.5 realizar campanha pública com organização e participação em plenárias, mobilizações e campanha de comunicação que posicione a luta contra a EBSEH como uma luta da classe trabalhadora pela saúde e educação públicas.

2. Em relação ao FUNPRESP e aposentadoria:

2.1 intensificar a articulação com os demais SPF (federal, estadual e municipal) para o recrudescimento da luta em 2014 contra o FUNPRESP e demais fundos privados, que vêm sendo criados em estados e municípios;

2.2 intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz) e intensificar o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias;

2.3 que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especiais baseadas na MI 880 que estejam enfrentando dificuldades de efetivação;

2.4 que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado deste levantamento para sua socialização com as outras seções sindicais, e para subsidiar possíveis ações do Sindicato em busca de uma solução definitiva;

2.5 ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006 (que propõe a eliminação da cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas).

2.6 alertar os novos docentes que ocuparam cargo público anterior sem descontinuidade, seja municipal, estadual ou federal, sobre o seu direito de se manterem no sistema previdenciário anterior a 2013.

2.7 retomar a luta pelo direito à aposentadoria com a remuneração do padrão de classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado, conforme previa o artigo 192 do RJU, revogado pela Lei nº 9.527, de 11.12.97.

3. Em relação à Saúde do Trabalhador:

- 3.1** que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre condições de trabalho e adoecimento docente em suas bases;
- 3.2** que o ANDES-SN participe do Setorial Nacional de Saúde do Trabalhador da CSP-Conlutas, assim como dos setores estaduais através de suas secretarias regionais e seções sindicais, e envide esforços para a criação destas onde não existam;
- 3.3** que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre a tese do risco e manutenção do risco para a saúde do trabalhador docente frente às condições de trabalho, e a inadimplência do governo frente a essas situações.
- 3.4** que as seções sindicais do setor das IFES levistem a situação da implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) junto às reitorias das respectivas IFES para posterior discussão do assunto no GTSSA.
- 4.** que o GTSS/A, em consonância com os GTs locais, abra discussão sobre a política nacional de saúde implementada pelo governo federal, que inclui o Programa Mais Médicos, a contratação de médicos estrangeiros e a política nacional de combate à dependência química.
- 5.** que as seções sindicais e o GTSSA discutam as questões referentes à monetização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN;
- 6.** Que se estabeleçam espaços de diálogo com os docentes acerca do tema de insalubridade e periculosidade, dando novo significado a essa demanda sob a ótica da saúde do trabalhador.
- 7.** Que as seções sindicais se empenhem na criação de novos espaços de participação dos professores aposentados, bem como na ampliação daqueles já existentes;
- 8.** Dar maior centralidade à luta pelo direito dos aposentados;
- 9.** Recomendar às ADs que atualizem as informações quantitativas sobre o segmento de AP em suas IES e no quadro de associados;
- 10.** Com base nessas informações, no âmbito de cada seção sindical, realizar um levantamento exploratório coordenado pelo GTSSA, para estabelecer um perfil representativo dos APs, apontando para as estratégias de mobilização do segmento;
- 11.** Estimular as seções sindicais, com veemência, à realização da pesquisa sobre Saúde Docente através de sua universalização.
- 12.** Para formulação coletiva de diretrizes e estratégias de mobilização política dos aposentados e pensionistas apoiar:
- 12.1** Encontros estaduais de APs;
- 12.2** Encontros regionais de APs;
- 12.3** Encontro nacional de APs.

VI - CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que o GTPE, o GTCeT e o GT Carreira estabeleçam um calendário para a discussão das ações vinculadas às políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios colocados para o movimento docente, abordando:

1.1 políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento);

1.2 critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES;

1.3 a questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;

1.4 a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos animais.

RELATÓRIO TEMA 6 – PLANO DE LUTAS – SETORES 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A) Sobre carreira docente

1. Que as seções sindicais enviem informações sobre critérios de promoção, progressão e desenvolvimento na carreira para atualização do banco de dados do setor, a fim de mobilização e fortalecimento do setor;
2. Lutar por uma carreira docente que priorize a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial;

B) Sobre democracia interna

3. Intensificar procedimentos nas seções sindicais que garantam a atualização constante do banco de dados do setor sobre democracia e autonomia universitária;
4. Lutar pelo estabelecimento de instâncias democráticas nas IEES/IMES;
5. Lutar pela garantia da autonomia acadêmica e administrativa das universidades;
6. Mobilizar a categoria para enfrentar e reverter os constantes ataques à autonomia das universidades;
7. Denunciar os crescentes e abusivos ataques e assédios praticados por dirigentes.

C) Sobre financiamento das IEES/IMES

8. Que as seções sindicais, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, instem e solicitem às secretarias de educação, ciência e tecnologia e/ou reitorias e tribunais de contas informações sobre a execução orçamentária nos últimos dez anos, contendo informações segundo o grupo e natureza de despesa;
9. Que as seções sindicais promovam, até o XII Encontro do Setor das IEES/IMES, debate sobre o tema financiamento;
10. Realizar o Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 28 de maio de 2014;
11. Realizar um seminário sobre financiamento para as IEES/IMES em 2014;
12. Que as seções sindicais realizem debate para aprofundar e analisar criticamente a temática da federalização e do financiamento, incluindo o repasse dos recursos da União, nas IEES/IMES:
 - 12.1 realização de um seminário nacional com a temática da federalização e financiamento das IEES/IMES.

13. Intensificar a luta contra a privatização do ensino público, com mobilização permanente;

14. Que o setor das IEES IMES aprofunde as discussões para a definição do percentual de receita do ente federado para o financiamento destas instituições, de forma a assegurar a estas a sua plena manutenção e desenvolvimento.

D) Organização das IEES/IMES nos estados

Que as seções sindicais das IEES/IMES:

15. Façam articulação, em âmbito local, com as demais entidades dos servidores públicos estaduais (SPE) e pautem temas específicos, tais como: reforma da previdência; desoneração fiscal e seus impactos para os serviços públicos; autonomia das IEES/IMES;

16. Promovam debate referente à política estadual de educação;

17. Façam, em conjunto com as secretarias regionais e CSP-CONLUTAS, articulação com entidades sindicais e movimentos sociais da educação visando à construção de unidade de ação em pontos que forem consenso nas entidades envolvidas;

18. Que no próximo período será prioridade das secretarias regionais a criação ou fortalecimento de fóruns de IEES e IMES nos Estados;

E) Geral

19. Realizar no 2º semestre de 2014 o XII Encontro do Setor das IEES/IMES;

20. Que as seções sindicais participem do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida nos estados em funcionamento e fomentem a discussão para a criação nos estados em que ainda não existam.

21. Sempre que reivindicado pela seção sindical em greve, ficará definido que a secretaria regional deverá acompanhar assembleias, comandos de greve e processos de negociação em nome da direção nacional, apoiando a elaboração política;

22. Que o ANDES-SN reforce o acompanhamento de greves de IEES e IMES ampliando a divulgação nos informes regulares do Sindicato para o conjunto das seções sindicais.

23. Que o conjunto das seções sindicais, articuladas e suas respectivas secretarias regionais empreendam apoio político e financeiro para greve de IEES e IMES, sempre que solicitado pela seção sindical em greve.

Recomendação:

Que as seções sindicais enviem permanentemente informações sobre a situação de mobilização na base, a fim de alimentar os canais de comunicação do Andes-SN.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A- NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF;
- 2.** Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras;
- 3.** Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las;
- 4.** Retomar, por meio das Secretarias Regionais e Seções Sindicais, as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados;
- 5.** Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF;
- 6.** Desenvolver a Campanha 2014 dos SPF, a partir de eixos, pauta, estratégia de ação e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais;
- 7.** Intensificar e dar visibilidade às ações da Campanha Salarial em 2014 com movimentações de rua, paralisações nacionais e intensificação da unidade com os demais segmentos dos SPF;
- 7.1** Eixos da campanha 2014, definidos em articulação com as demais entidades dos SPF:
 - Definição de data-base (1º de maio);
 - Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
 - Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
 - Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
 - Retirada de PLs, MPs dos decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
 - Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
 - Reajuste dos benefícios;
 - Antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015.
- 8.** Intensificar as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns para atuação conjunta com os servidores públicos e com os demais segmentos do setor educação. Nesse movimento,

reforçar e buscar apoio para as campanhas temáticas que temos defendido, em especial, 10% do PIB para a educação pública já, busca de apoio e assinaturas para aprovação da PEC 555, do projeto de Lei de iniciativa popular para democratização das comunicações e contra EBSEH, FUNPRESP, PL 4330 e PLP 92;

9. Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência, contra a redução do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e na defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta;

10. Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação;

11. Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política;

12. Intensificar a luta contra a criminalização das mobilizações e das lutas dos diferentes segmentos dos trabalhadores e da juventude sobretudo por meio do engajamento nas campanhas contra o PLS 499/2013.

B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR

ESTRATÉGIA GERAL:

1. Atualizar a estratégia de mobilização/negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir da experiência acumulada.

2. Desencadear, a partir do 33º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário;

3. Deliberar, a partir da avaliação de base, sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de retomada da greve da categoria no ano de 2014;

4. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do setor das IFE, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso.

INICIATIVAS E AÇÕES:

5. Fazer a disputa e o enfrentamento aos desdobramentos da implantação do projeto de carreira do governo tanto em âmbito local como nacionalmente;

6. Intervir fortemente em cada IFE para que a progressão/promoção dos docentes na carreira não seja obstaculizada e para que sigam critérios definidos no âmbito da autonomia universitária;

7. Elaboração de material que explicita as consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores;

8. Definir atividades de mobilização e ações conjuntas de luta com o Sinasefe para conquistar a reestruturação da carreira docente;

9. Recepcionar os docentes em 2014, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação da carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e da Lei 12.863/13, e a respeito dos novos projetos de lei em tramitação, como o PNE, o INSAES, o PLS 518/ 2009, a lei das instituições comunitárias da educação superior, conclamando para intensificar a luta pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação.

10. Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo em relação à carreira para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;

11. Aprofundar a discussão sobre a Carreira Única de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE e CPPD, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta;

12. Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CODETUF com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN;

13. Atuar no Congresso Nacional no âmbito da luta pela reestruturação da carreira docente proposta pelo ANDES-SN.

14. Dar continuidade às lutas e ações jurídicas em resposta às consequências das políticas e medidas implementadas pelo governo, em especial, na questão da carreira docente.

15. Imprimir caráter nacional à campanha específica do setor das IFE em 2014, nos seguintes termos:

15.1 Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 33º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE;

15.2 Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2014, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 33º Congresso;

15.3 Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: luta por melhores condições de trabalho, valorização salarial e autonomia universitária.

15.4 Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:

a) Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

b) Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação, por um lado, das insuficiências, e por outro, das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;

c) Democracia: enfrentar e denunciar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão

compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;

d) Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas;

16. Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das universidades, elaborando matérias e boletins, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria;

17. Dar continuidade à luta em defesa dos colégios de aplicação – CAP e das escolas vinculadas às IFE, priorizando:

17.1 Denunciar que o ataque aos CAP é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos;

17.2 Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAP, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente;

17.3 Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do Magistério Superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única;

17.4 Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAP no contexto das universidades públicas, pela responsabilidade pública de sua manutenção e desenvolvimento, além da garantia de condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no Sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido;

17.5 Manter a pauta conjunta de discussões com o GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAP;

17.6 Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional;

17.7 As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAP à estrutura acadêmica das IFE;

17.8 Intensificar a luta pela reposição e ampliação imediata do quadro docente dos CAP e escolas vinculadas para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, via concurso público, reconhecendo estas instituições que são unidades de ensino, pesquisa e extensão.

17.9 Realizar levantamento nacional sobre a situação do quadro docente nos CAP e nas escolas vinculadas e esclarecimentos dos critérios de distribuição destas vagas.

18. Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253 de 26/07/11, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho dos docentes do EBTT.

19. Realizar ações de esclarecimento a respeito do significado dos RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), sobretudo em relação a precarização do trabalho docente.

20. Dar sequência nas seções sindicais ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSERH e ao FUNPRESP;

21. Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, lutando para que o Poder Executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária:

21.1 Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três Poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo como parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”;

21.2 Avançar nacionalmente e em cada IFE, por atuação das seções sindicais, na identificação de dados, métodos, critérios ou falta de critérios, relacionados com o funcionamento das instituições, especialmente a respeito de verbas, pessoal, organização do trabalho e atividades inerentes às atividades de ensino/pesquisa/extensão/administração;

21.3 Produzir estudos a respeito da evolução orçamentária de cada IFE frente à evolução do número de cursos, matrículas, docentes e TAs, distinguindo verbas de pessoal, custeio (em custeio, contratação de serviços), investimento e HUs;

21.4 Buscar mais informações em cada IFE a respeito das consequências decorrentes da utilização do SISU como método de seleção dos estudantes;

21.5 Produzir um balanço a respeito dos processos estatuintes em curso ou em vias de instalação nas IFE, tomando como referência as deliberações do ANDES-SN sobre democratização das universidades, especialmente o Caderno 2;

22. Explicitar e desmascarar o governo em sua ação relacionada com a retirada de direitos previdenciários, a situação atual de ataque à equiparação entre ativos e aposentados, os prejuízos gerados pelos desdobramentos da desestruturação da carreira e também aos novos ingressantes;

23. Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES e colaborando com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades;

24. Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades;

25. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do setor em 2014:

25.1 Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março;

25.2 Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 33º Congresso;

25.3 Cronograma de lutas da Campanha 2014 nas reuniões do Setor das IFE:

- Entre 24 e 28 de fevereiro - protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação;
- Entre 10 e 14 de março - enviar para as seções sindicais InformANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria;
- De 10 a 18 de março - rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação dia 19 e atualização da pauta local;
- De 13 a 18 de março - indicar as seções sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos Fóruns de Servidores Públicos Federais em seus Estados;
- Dia 19 de março - dia nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização;
- Dia 19 de março - Ato público em Brasília;
- Dia 21 de março - Reunião ampliada da Coordenação Nacional da CSP/CONLUTAS, em São Paulo;
- Dia 22 de março - Encontro do Espaço de Unidade de Ação, em São Paulo;
- Entre 24 e 28 de março - Rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação;
- Dia 27 de março - Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das Entidades nacionais dos SPF;
- Dias 29 e 30 de março - Reunião do Setor das IFES, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

26. Lutar pela revogação da Lei 12.772/12, retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso;

26.1 Divulgar, por diferentes meios (jornais, informativos, cartilhas, etc) as características das leis 12.772/2012 e 12863/2013 e suas implicações à luz da proposta de carreira do ANDES – SN).

27. Exigir do MPOG a revogação da Orientação Normativa nº 02/1998, reeditada em 2011 (nº 02/2011), que regulamenta o pagamento de férias para servidores afastados para qualificação.

28. Aprofundar a discussão sobre os CEFETs e Institutos Federais em torno de suas especificidades institucionais e representação sindical.

29. Reafirmar em 2014 a pauta do setor aprovada em 2013, já protocolada junto ao governo federal, exigindo negociações efetivas.

30 Atualizar a pauta para 2014, conforme segue:

*** PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE – CAMPANHA 2013/2014**

1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE (demandas gerais)

a) garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho;

b) garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFE, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE da Sociedade Brasileira;

c) garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;

d) garantia de carreira única para todos os docentes das IFE;

e) garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;

f) garantia das condições para que as IFE cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma universitária;

g) garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único;

h) manutenção da estabilidade no emprego como regra nas IFE e nos serviços públicos;

i) garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes;

j) garantia do caráter público e da função social das IFE, assim como sua desprivatização;

k) garantia de estatuto jurídico público para as IFE e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade do Estado e a autonomia universitária constitucional;

l) garantia de um sistema de avaliação institucional das IFE de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema;

m) garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país;

n) garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos hospitais universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização.

2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES

a) cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previsto sobre a arrecadação líquida de impostos, somando-se a arrecadação das contribuições, excluídas apenas as contribuições relativas à previdência social e ao salário educação, e destinando no mínimo 75% desses recursos às IFE;

b) preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFE, com a realização imediata de concursos públicos;

b.1) Autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados;

b.2) assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE;

b.3) recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação;

c) contratação de professores substitutos, limitada às situações eventuais de excepcionalidade, para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para qualificação docente, licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112 – RJU;

c.1) assegurar que a ampliação do número de matrículas e criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, e técnico-administrativo, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos, espaço físico e equipamentos adequados.

d) retirada do PLP nº 92/07, que autoriza o Poder Público a instituir, em várias áreas do serviço público, as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado, autorizando a venda de serviços que hoje se constituem em direitos de cidadania sob responsabilidade do Estado;

e) manutenção da natureza jurídica dos HUs em autarquias públicas vinculadas ao MEC e às universidades públicas, com financiamento viabilizado por meio de recursos públicos oriundos da seguridade social, da ciência e tecnologia e da educação, de modo a garantir condições adequadas de funcionamento, preservando as finalidades concomitantes de integrar-se à rede do SUS e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e.1) intensificar a luta pela não adesão ao EBSEH;

f) autonomia de nomeação, pelas IFE, de seus procuradores jurídicos, com garantia de atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa à AGU;

g) prioridade do financiamento da educação pública em relação ao pagamento dos encargos da dívida pública;

h) instituição de uma mesa de negociação para discutir o orçamento das IFE na perspectiva de estabelecer os quantitativos de suplementações necessárias ao orçamento de 2013, além das diretrizes e montantes para a LDO e LOA de 2014, tendo como referência a garantia de orçamento global, mantendo-se separadas as rubricas de Pessoal e OCC, de forma a que os recursos para OCC sejam de, no mínimo, 28% dos recursos destinados à despesa de pessoal e encargos em cada IFE, e mais 3% da soma dos recursos de Pessoal e OCC para assistência estudantil, além dos recursos destinados à expansão e fomento;

- i)** Conclusão imediata das obras e reforma de infraestrutura para atender a expansão precarizada promovida pelo REUNI garantindo plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- i.1)** conclusão das obras com prazo de conclusão vencido já iniciadas nas IFE;
- i.2)** construção de salas de aula respeitando o limite de vagas ofertadas para o ingresso dos alunos em cada curso;
- i.3)** construção dos laboratórios, clínicas, ambulatórios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança;
- i.4)** adequação dos laboratórios, clínicas e ambulatórios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos;
- i.5)** criação de restaurantes universitários que atendam à demanda da comunidade universitária, definida em cada IFE e ligada às suas estruturas de gestão autônoma e democrática;
- i.6)** adequação de todas as estruturas físicas das IFE (já existentes, em construção, e a serem construídas) às normas de acessibilidade vigentes no país;
- i.7)** realizar auditoria sobre o REUNI, avaliando as metas impostas de expansão de matrículas e a contrapartida governamental no que concerne à ampliação de recursos humanos e instalações físicas;
- i.8)** condicionar a continuidade do processo de expansão em curso à avaliação das metas do REUNI e ao atendimento de todas as demandas de pessoal e infraestrutura;
- j)** afastar qualquer possibilidade de medidas que possam levar a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira;
- k)** manutenção dos saldos de exercício financeiro na instituição para execução no ano seguinte;
- l)** aplicação imediata de recursos públicos, da ordem de 1,5% do PIB, em ciência e tecnologia;
- m)** fixação de recursos, nos orçamentos das IFE, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, com a definição democrática desses valores;
- n)** políticas de incentivo à pesquisa dos órgãos financiadores direcionadas às instituições públicas federais de educação básica, técnica e tecnológica;
- o)** autonomia das universidades no que diz respeito aos instrumentos centralizados de gestão administrativa e financeira do governo;
- p)** revogação da cobrança de taxas, a qualquer título, nas IFE;
- q)** desvinculação das IFE com as fundações privadas ditas de apoio, impedindo o estabelecimento de convênios e ajustes para implementação de suas atividades fins, devendo para isso recuperar as suas instâncias administrativas de infraestrutura e pessoal competente para tais tarefas;
- r)** remoção, respeitadas as regras de controle e transparência do uso do dinheiro público, das dificuldades legais e entraves administrativos que dificultam o bom andamento do trabalho acadêmico e administrativo das IFE, em especial a execução de projetos e convênios de interesse acadêmico da instituição;
- s)** exigir, junto ao MEC, a realização de concursos para as vagas já existentes e a criação de novas vagas para atender às demandas atuais dos Colégios de Aplicação;

t) exigir, junto ao MEC, à SESu e à ANDIFES que assumam a responsabilidade pelos Colégios de Aplicação, respeitando a autonomia universitária;

u) exclusão de dispositivos antidemocráticos do PPA/LDO/LOA 2014, como o artigo 76 da LDO/2013, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

a) escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias;

b) respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFE, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição;

c) definição democrática de critérios públicos para a distribuição interna de recursos e de cargos, além de outras medidas de transparência na gestão;

d) condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os em estágio probatório e os dos campi descentralizados;

d.1) combater e exigir a punição das práticas de assédio moral crescentes nas IFE, em especial aos docentes em estágio probatório;

e) lutar para que seja respeitada a decisão contrária à adesão EBSERH, dos conselhos universitários, sem prejuízos de destinação orçamentária;

f) assegurar o direito à livre manifestação política nos campi;

g) garantia de liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e demais direitos, mediante alteração do artigo 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);

h) contra a cobrança de qualquer contribuição sindical compulsória;

i) lutar para que sejam definidas/revisadas, com urgência, as normas institucionais das IFE (estatuto, regimento e outras) por meio de processos democráticos, dos quais participe toda a comunidade envolvida;

j) processos de democratização e revalorização dos órgãos colegiados;

k) revogação imediata da Lei nº 9192/95, do Decreto nº 1916/96, que a regulamenta, e do parágrafo único do artigo 59 da LDB – 9394/96, que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia universitária na escolha de dirigentes;

l) democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE

a) eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, tais como: aumento da relação professor/aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela do salário ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira docente e prejudicam a qualidade do trabalho docente;

b) impedimento de qualquer tipo de contrato precário de trabalho, assim como dos mecanismos que impliquem a transferência de responsabilidades docentes para estudantes de pós-graduação, estagiários ou técnico-administrativos;

- c)** condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver, com qualidade, seu trabalho, que, em relação aos docentes, implica o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- d)** ampliação da infraestrutura necessária à pesquisa nas IFE, incluindo laboratórios, equipamentos, logística, pessoal e setores administrativos da própria instituição com capacidade de gerenciamento eficiente de projetos e convênios;
- e)** recuperação do preceito constitucional original de paridade e integralidade da aposentadoria;
- f)** eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica;
- g)** eliminação, no sistema de avaliação acadêmica, de qualquer exigência do cumprimento de metas burocrático-gerenciais;
- h)** reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública;
- i)** combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes, denunciando-o ao Ministério Público e às Delegacias do Trabalho;
- j)** controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas;
- k)** condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas às aquelas oferecidas durante os expedientes diurnos;
- l)** apoio oficial adequado à capacitação docente, tanto dos órgãos de fomento como da própria IFE, o que envolve atualização do valor das bolsas de estudo e dos seus prazos de cobertura, repudiando a precariedade contida no ProDoutoral/PLANFOR.

5. CARREIRA ÚNICA

- a)** exigir do governo a imediata abertura de negociações para a reestruturação da Carreira do Magistério Federal;
- b)** retirada da PEC nº 306/08, bem como qualquer outra iniciativa que proponha a extinção do RJU e a contratação via CLT nos serviços públicos;
- c)** restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU);
- d)** extinção do mecanismo de gestão da força de trabalho docente através do banco de professor-equivalente, dado seu caráter precarizador e fragmentador da categoria, a fim de garantir que todos os professores efetivos nas IFE tenham direito ao regime de dedicação exclusiva.

6. POLÍTICA SALARIAL

Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:

- a)** revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE;
- b)** estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;

- c)** reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);
- d)** reconhecimento da data-base em 1º de maio;
- e)** restabelecimento dos anuênios;
- f)** pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFE;
- g)** piso salarial para os docentes das IFE nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2014, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;
- h)** equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;
- i)** manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- j)** reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes das Leis nº 11.784/08, nº 12.772/12 e nº 12.863/13.

7. PROPOSTA SALARIAL

- a)** incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;
- b)** piso remuneratório no valor de R\$ 2.748,22, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2014, para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;
- c)** interstício de 5% entre os níveis da carreira;
- d)** remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;
- e)** paridade e integralidade para os aposentados;
- f)** reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

III - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Lutar pelo fortalecimento da inserção da base docente do setor das IPES no processo de organização sindical e defesa de seus direitos;
- 2.** Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e administrativas que garantam a mobilização e a construção de representação sindical dos docentes das IPES;
- 3.** Intensificar a denúncia, a partir das secretarias regionais, da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e às demissões injustificadas;
- 4.** Dar visibilidade ao Projeto de Universidade do ANDES-SN no Setor das IPES, a partir das Diretrizes para a Construção de Pautas de Reivindicações dos Docentes das IPES, aprovadas no 31º Congresso do ANDES-SN.
- 5.** Intensificar ações de solidariedade aos trabalhadores e estudantes das Universidades Gama Filho e UniverCidade na defesa de seus direitos trabalhistas e educacionais;
- 6.** Que o Andes-SN levante e denuncie a situação dos trabalhadores e dos estudantes (em diálogo com suas representações sindicais e estudantis) das universidades Gama Filho e UniverCidade e indicar ao GT verbas que realize um estudo sobre financiamento público relativo a estas instituições;
- 7.** Que o Andes-SN, por meio das secretarias regionais e seções sindicais, continue acompanhando o processo de descredenciamento e/ou falências de cursos e IES pautando no GTPE o debate sobre a expropriação dessa IES, questão trabalhista dos docentes e técnicos, a situação dos estudantes, na perspectiva de um plano de transição, até a solução da questão, e que os desdobramentos desse debate subsidiem o posicionamento do Sindicato a respeito do tema, no próximo Conad.
- 8.** Lutar pela expropriação, sem indenização, das universidades Gama Filho e UniverCidade visando a sua transformação em universidades públicas, sem que o Estado assumira as dívidas dessas instituições.

Rateio do 33º Congresso

Nº	SSIND	Nº Filia	Nº Deleg Per	Nº Deleg Pres	Fator	COTA	Taxa Obs	Passagem Aérea/Terres	Pagar Receber (-)
1	ADUA	894	8	8	8	10.609,42	0,00	8.568,00	2.041,42
2	ADUNIR	360	5	4	4	5.046,32	0,00	4.799,76	-2.917,45
3	SESDUF-RR	290	4	4	4	4.838,42	0,00	4.799,76	38,66
4	ADUFAC	504	7	2	2	3.485,44	0,00	2.399,88	1.085,56
5	ADUFPA	1.612	10	8	8	12.741,88	0,00	5.961,12	6.780,76
6	SINDUFPA-MAR/ SINDUNIFESSPA	70	2	2	2	2.196,46	80,00	2.399,88	-123,42
7	SINDUFAP	192	3	3	3	3.553,08	40,00	1.458,90	2.134,18
8	APRUMA	1.101	9	6	6	9.235,65	0,00	0,00	9.235,65
9	ADCESP	306	5	2	2	2.897,38	0,00	1.047,00	1.850,38
10	SINDCEFET - PI	31	2	2	2	2.080,63	80,00	102,00	2.058,63
11	ADUFPI	1.293	9	3	3	6.823,05	0,00	153,00	6.670,05
12	SINDUECE	270	4	4	4	4.779,02	40,00	2.807,76	2.011,26
13	ADUFRRN/ ADUERN	951	8	3	3	5.807,31	0,00	2.490,66	3.316,65
14	ADUFCG	730	7	7	7	9.128,06	0,00	8.551,20	576,86
15	ADUFEPE	2.158	11	11	11	17.346,34	120,00	6.949,14	10.517,20
16	ADUEPB	476	6	3	3	4.396,56	0,00	3.664,80	731,76
17	ADUFERSA	299	4	1	1	1.882,31	0,00	830,22	1.052,09
18	ADUFERPE	712	7	7	7	9.074,60	200,00	4.422,18	4.852,42
19	ADUFPB	2.403	11	11	11	18.073,99	80,00	13.133,34	5.020,65
20	ADUC	47	2	2	2	2.128,15	0,00	2.579,88	-451,73
21	ADUNEB	879	8	8	8	10.564,87	120,00	5.263,20	5.421,67
22	ADUFS-BA	590	7	7	7	8.712,26	120,00	4.713,03	4.119,23
23	APUR	177	3	2	2	2.514,25	0,00	1.339,02	1.175,23
24	ADUFS	1.220	9	9	9	12.571,92	0,00	10.811,88	1.760,04
25	ADUFAL	1.404	9	8	8	12.124,12	0,00	8.656,80	3.467,32
26	ADUSB	728	7	7	7	9.122,12	0,00	5.239,50	3.882,62
27	ADUSC	474	6	6	6	7.373,46	0,00	7.199,64	173,82
28	ADFUNREI	471	6	5	5	6.370,27	0,00	5.889,60	480,67
29	ADUFES	1.597	10	9	9	13.691,61	0,00	6.317,46	7.374,15
30	ADUFOP	597	7	3	3	4.755,93	0,00	3.495,60	1.260,33
31	ADFMTM	201	4	1	1	1.591,25	0,00	1.220,40	370,85
32	ADUFU	1.259	9	9	9	12.687,75	40,00	10.799,46	1.928,29
33	APES-JF	1.114	9	9	9	12.257,10	120,00	9.937,08	2.440,02
34	ADUFLA	558	7	4	4	5.634,38	0,00	4.741,21	893,17
35	ASPUV	1.024	9	9	9	11.989,80	0,00	10.714,68	1.275,12
36	SINDCEFET-MG	494	6	5	5	6.438,58	0,00	5.749,20	689,38
37	ADUNB	2.273	11	9	9	15.699,33	0,00	9.639,00	6.060,33
38	ADCAC	103	3	2	2	2.294,47	0,00	1.999,73	294,74
39	SESDUFT	336	5	2	2	2.986,48	0,00	2.399,88	586,60

40	ADUFMAT	1.272	9	8	8	11.732,08	40,00	9.527,52	2.244,56
41	ADUFDOURADOS	195	3	3	3	3.561,99	0,00	3.679,74	-117,75
42	ADUEMS	340	5	4	4	4.986,92	0,00	4.906,32	80,60
43	ASDUERJ	1.215	9	1	9	4.602,83	0,00	1.071,00	3.531,83
44	ADUFRJ	3.291	13	13	13	22.699,91	200,00	13.923,00	8.976,91
45	ADCEFET-RJ	500	6	2	6	3.473,56	0,00	2.142,00	1.331,56
46	SESDUENF	189	3	2	3	2.549,89	0,00	2.142,00	407,89
47	ADUNI-RIO	732	7	6	7	8.139,72	0,00	6.426,00	1.713,72
48	ADUFF	2.506	12	12	12	19.374,18	400,00	12.904,20	6.869,98
49	ADUR-RJ	823	8	8	8	10.398,55	80,00	8.628,48	1.850,07
50	ADUNESP	1.113	9	2	9	5.294,17	0,00	2.385,60	2.908,57
51	ADUNICAMP	2.129	11	3	11	9.305,97	0,00	2.305,62	7.000,35
52	ADUSP	2.823	12	10	12	18.327,11	0,00	11.999,40	6.327,71
53	APUFPR	2.923	12	12	12	20.612,67	120,00	7.199,64	13.533,03
54	SINDUTF-PR	896	8	8	8	10.615,36	80,00	9.599,52	1.095,84
55	SINDUFFS	15	2	2	2	2.033,11	0,00	2.496,00	-462,89
56	SINDUEPG	267	4	2	4	2.781,55	0,00	2.435,33	346,22
57	SESDUEM	371	5	4	5	5.078,99	0,00	4.799,76	279,23
58	S.SIND na UFSC	203	4	3	4	3.585,75	0,00	3.599,82	-14,07
59	APROFURG	791	8	5	8	7.320,67	0,00	6.195,90	1.124,77
60	ADUFPEL	1.301	9	9	9	12.812,49	0,00	11.081,07	1.731,42
61	SEDUFMS	1.268	9	6	9	9.731,64	0,00	7.410,60	2.321,04
		55.361	427	332	373,0	494.523,13	1.960,00	330.103,38	164.091,77

PREVISÃO DE DESPESAS 33º CONGRESSO	ANDES-SN	APRUM A
<i>Especificação</i>	RATEIO	RATEIO
1-PESSOAL		
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)		
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	10.255,00	0,00
Diárias	6.200,00	0,00
Hora extras	25.415,00	795,00
Subtotal	41.870,00	795,00
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Arte do Folder	0,00	0,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	980,00	0,00
Cartazes Gráfica	0,00	536,73
Encadernação	0,00	0,00
Faixas	0,00	0,00
Convites (impressão)	0,00	70,00
Folder	0,00	0,00
Banner	0,00	0,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	7.950,00	14.377,50
Impressora para imprensa	0,00	0,00
	0,00	0,00
Subtotal	8.930,00	14.984,23
3 – INFRAESTRUTURA		
Estrutura Física		
Combustível	0,00	0,00
Correio	0,00	0,00
Transportadora	8.750,00	0,00
Aluguel de móveis	0,00	3.041,20
Suporte Técnico de Informática/ Computadores	3.830,00	0,00
Apresentação Cultural	0,00	120,00
Decoração	0,00	2.100,00
Sonorização	1.600,00	0,00
Cópias e Impressões	13.000,00	0,00
Roteador	0,00	0,00
Lixeiras	0,00	0,00
	27.180,00	5.261,20
Prestação de Serviços		
Encargos sociais	0,00	0,00
Táxi	0,00	0,00
Som	1.600,00	0,00
Filmagem	3.750,00	0,00
Aluguel Rádio Universidade	0,00	100,00
Enfermeiro/ Ambulância	8.200,00	0,00

Manutenção de equipamentos	0,00	0,00
Serviço de Limpeza	0,00	1.080,00
Serviço de eletricista	0,00	300,00
Pessoal de Apoio (Acadêmicos)	0,00	4.800,00
Água/ Bebedouro	0,00	380,00
Copo descartável	0,00	65,00
Serviço de Segurança	0,00	1.080,00
Chaveiro e trincos para porta		342,00
Manutenção de torneiras	0,00	133,50
Coffe Break	13.660,00	0,00
	27.210,00	8.280,50
Material de Consumo		
Material de Escritório e expediente	1.630,05	732,10
Material de Consumo	0,00	0,00
Tonner e Cartucho de Tinta	1.003,98	0,00
	2.634,03	732,10
Material distribuído aos delegados e observadores		
Pastas/ Bolsas	0,00	5.000,00
Camisetas	0,00	7.000,00
Crachá	0,00	2.900,00
Canetas	0,00	1.300,00
Blocos	0,00	1.000,00
	Subtotal	0,00 17.200,00
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	900,00	0,00
Passagens Aéreas	2.092,19	0,00
Hospedagem	1.488,00	0,00
	Subtotal	4.480,19 0,00
5- Despesa c/ transporte de um delegado das s.sindicais c/ menos de 101 filiados.	7.349,32	0,00
	0,00	0,00
	Subtotal	7.349,32 0,00
	TOTAL	119.653,54 47.253,03

119.653,54 47.253,03

CADERNO DE TEXTOS

33º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014

Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012/2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-Geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Junior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

Revisor responsável pelos textos da Diretoria: Davi Leonart

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	
Metodologia de Trabalho	
Proposta de Cronograma e Pauta do 33º CONGRESSO	
Proposta de Regimento do 33º CONGRESSO	
TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 1 - Movimento Docente e Conjuntura - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 2 - O Sindicalismo depois do levante popular: a greve geral e a luta dos trabalhadores da educação - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	
Texto 3 - As raízes das jornadas de junho - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPB/SSind</i>	
TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 4 - Centralidade da Luta - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 5 – Centralidade da Luta - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 6 – Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 7 – Reorientar política sindical para uma linha classista e combativa - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 8 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 9 – Regimento Eleitoral - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 10 - Prestação de Contas do 58º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 11 - Grupos de Trabalho (GT) do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 12 - Fundo Único - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 13 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 14 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	

Texto 15 - Sede do 34º CONGRESSO do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 16 – Questões agrárias, urbanas e ambientais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 17 – Ações em torno de uma política de classe para questões etnicorraciais, gênero e diversidade sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 18 – Comunicação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 19 – Encontro Nacional de Educação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 20 – Atualização dos PLs em tramitação no Congresso Nacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 21 – Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 22 – O atual contexto da seguridade social - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 23 – Reorientar a política sindical para uma linha classista e combativa - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)</i>	
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
Texto 24 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 25 - Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 26 - Plano de Lutas do Setor das IPES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Siglas	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 4 - Centralidade da Luta	
TR 5 – Centralidade da Luta	
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 6 – Política Educacional	
TR 7 – Reorientar política sindical para uma linha classista e combativa	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 8 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN	
TR/TD 9 – Regimento Eleitoral	
TR 10 - Prestação de Contas do 58º CONAD	
TR 12 - Fundo Único	
TR 13 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes	
TR 14 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	
TR 15 - Sede do 34º CONGRESSO do ANDES-SN	
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 16 – Questões agrárias, urbanas e ambientais	
TR 17 – Ações em torno de uma política de classe para questões étnicorraciais, gênero e diversidade sexual	
TR 18 – Comunicação	
TR 19 – Encontro Nacional de Educação	
TR 20 – Atualização dos PLs em tramitação no Congresso Nacional	
TR 21 – Sindical	
TR 22 – O atual contexto da seguridade social	
TR 23 – Reorientar a política sindical para uma linha classista e combativa	
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
TR 24 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	
TR 25 - Plano de Lutas do Setor das IFES	
TR 26 - Plano de Lutas do Setor das IPES	

Apresentação

O ANDES-SN, a cada ano, aprofunda os horizontes do movimento docente, pela reflexão e debate e pelo estabelecimento de vigorosas linhas de ação, em sua instância máxima – o Congresso. Em 2014, o 33º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado em São Luís-MA, convocado pela diretoria do ANDES-SN e organizado pela APRUMA Seção Sindical, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, tendo como tema “*ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais*”.

O quadro que se desenha, considerando as persistentes ações governamentais a favor dos interesses do capital e contrárias aos da classe trabalhadora, é de muita dureza nos enfrentamentos que teremos pela frente.

Ninguém duvida que serão mantidas ações contínuas de privatização na tentativa de implementar a EBSEH e o Funpresp, no escancaramento da educação nacional aos interesses privados internacionais; continuarão as ações de segurar as manifestações principalmente durante a Copa do Mundo, sem falar do processo de exclusão das populações pobres das regiões de grandes obras entregues aos megaempreendedores. O que dizer, também, da entrega banalizada das nossas riquezas aos mercados internacionais – petróleo e minérios estratégicos? E o Código Florestal? Tem ainda o Projeto de Lei antigreve, a flexibilização do trabalho, a terceirização galopante e toda uma legislação que distancia o país de uma educação realmente pública e vincada nos valores democráticos. O país enfrenta um processo político tratoral que compromete o futuro das próximas gerações.

Não podemos esquecer que os ataques ao nosso Sindicato mantêm-se principalmente pelas forças que se aliam ao governo, o que requer a unidade interna e a compreensão de que o nosso objetivo deve ser superar aqueles setores que querem minar e destruir o ANDES-SN.

Para enfrentar esses ataques estaremos construindo o nosso Plano de Lutas para 2014, o qual, para alcançar significado e poder de mobilização, deve estar centrado na perspectiva do avanço histórico da classe.

Isso significa que deveremos estar articulados e integrados no nosso campo de lutas com a CSP-Conlutas e com todos os movimentos que têm como objetivo chegar a um novo patamar da sociedade.

No 33º CONGRESSO estaremos iniciando o processo de eleição da diretoria do ANDES-SN para o biênio 2014/2016. Nesse momento, estaremos acolhendo a apresentação de chapas que pretendam disputar a eleição direta, que será realizada em maio de 2014, em data a ser designada pelo Regimento Eleitoral, a ser aprovado durante o CONGRESSO. Democracia, autonomia e respeito à base confirmam-se como princípios fundamentais que têm garantido a nossa luta e a legitimidade do nosso Sindicato.

Com a disposição para o debate democrático, tendo como lema a defesa do ANDES-SN e a expansão da classe na luta pela hegemonia, vamos nos encontrar em São Luís-MA e cumprir o trajeto que nos faça crescer e juntar forças pelo nosso Sindicato.

Até São Luís-MA.

A Diretoria

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)**, de modo a cumprirem sua função pedagógica e de registro histórico para o movimento, enquanto os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2014, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

CRONOGRAMA E PAUTA DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014

Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais.

10/2 (2ª feira)	11/2 (3ª feira)	12/2 (4ª feira)	13/2 (5ª feira)	14/2 (6ª feira)	15/2 (sábado)
9h às 12h 14h às 20h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto Tema 2	9h às 12h Plenária do Tema 2	9h às 13h Grupo Misto Tema 4	9h às 13h Grupo Misto Tema 6	9h às 12h Plenária do Tema 6
14h às 16h Plenária de Instalação	14h às 18h Grupo Misto Tema 3	14h às 17h Plenária do Tema 3	15h às 18h Grupo Misto Tema 5	15h às 18h Plenária do Tema 4	14h às 16h Plenária de Encerramento
18h às 21h Plenária do Tema 1	Livre	18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema 4	Livre	19h às 22h Plenária do Tema 5	

Pauta

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura

Tema 2 – Centralidade da Luta

Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 4 – Questões Organizacionais e Financeiras

REGIMENTO DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. O 33º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, reunir-se-á no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, na cidade de São Luís – MA, organizado pela APRUMA Seção Sindical.

Art. 2º. O CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“**Art.15.** São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais

(Art. 16, inciso III do Estatuto) indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

II - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND. e Secretarias Regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, credenciados(as) como observadores(as) no CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND. ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. A Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art.32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art.32, V), participam com direito a voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao CONGRESSO encerrar-se-á às 20h do dia 10 de fevereiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do CONGRESSO:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As Comissões Organizadora e a Diretora são criadas a partir da convocação do CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da APRUMA Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 9º. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do CONGRESSO;

II – organizar, junto com a Comissão Diretora, a Plenária de Abertura do CONGRESSO;

III - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 33º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a Comissão Organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos Grupos Mistos do CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à Plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(as) observadores(as).

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) Coordenador(a), 1 (um/uma) Relator(a) e 1 (um/uma) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) Secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais da metade dos(as) delegados(as).

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) Relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste Regimento e com as instruções da Comissão Diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art.18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à Comissão Diretora, o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Art. 20. A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

Parágrafo único. A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e Relatores(as).

§ 1º Na consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos, a serem apreciados nas Plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos temas do CONGRESSO.

§ 3º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22. O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão duração de:

a) do Tema 2: 3 (três) horas;

b) do Tema 3: 4 (quatro) horas;

c) do Tema 4: 7 (sete) horas em dois turnos;

d) do Tema 5: 3 (três) horas;

e) do Tema 6: 4 (quatro) horas.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da Comissão Organizadora e da Diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do CONGRESSO serão dirigidas por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) Presidente, 1 (um/uma) Vice-Presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) Secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes das Mesas Coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do CONGRESSO ser indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) Secretário(a):

I - preparar junto com o(a) Presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório da Plenária;

III - o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da Plenária;

III - a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As Plenárias de Abertura, de Instalação e de Encerramento terão, cada uma, 2 (duas) horas;

II - As Plenárias dos Temas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 terão, cada uma, 3 (três) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de Encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 6º A duração da Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o Regimento, o Temário e o Cronograma do CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao CONGRESSO.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupo Misto e ou Plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o § 3º do Art. 21.

Art. 36. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do ANDES - SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 33º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 14 de fevereiro de 2014, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 20 (vinte) horas do dia 14 de fevereiro de 2014.

§ 2º A critério da Plenária podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 39. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 40. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º As declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão da Ata da Sessão aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 18 de março de 2014 para divulgar o Relatório Final do CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 43. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

São Luís - MA, 10 de fevereiro de 2014

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 33º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís/MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam _____

TEMA 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

1. A determinante principal da conjuntura econômica e política brasileira é a persistência da crise capitalista mundial. As análises mais favoráveis apresentadas pelos diversos governos para justificar uma suposta saída da crise não resistem a uma avaliação criteriosa. A recuperação econômica não ocorre naturalmente diante de um período de forte recessão. O crescimento do PIB nos EUA e na Europa (assim como no Brasil) se situa, porém, para este ano, na casa de 2%, depois de um retrocesso maior nos anos posteriores a 2008. O débito público, incrementado geometricamente em função da injeção de dinheiro público para salvar o capital falido, no entanto, não está nem um pouco superado, ao contrário: as dívidas, incrementadas, estão situadas na casa dos 220% (Japão) ou dos 150% do PIB, em vários países europeus e nos EUA. Este país foi novamente salvo pelo gongo de entrar em *default* declarado por um acordo suprapartidário (extraparlamentar) em que a direita republicana obteve concessões extraordinárias em matéria de corte dos gastos públicos (saúde e educação). Os lucros dos super-ricos e os gastos armamentistas foram, ao contrário, mantidos. As contas das grandes instituições financeiras privadas continuam no vermelho, quando levada em conta a carteira dos chamados “créditos podres”.

2. Como em toda crise, está acontecendo uma supermonopolização do capital em todas as áreas: comercial, financeira (com grandes fusões bancárias) e também industrial (com a criação, por exemplo, da maior companhia aérea com a fusão entre *American Airlines* e *US Airways*). O grande capital tenta sair da crise, criada pela voracidade de lucro do próprio capital, provocando uma queda histórica do valor da força de trabalho, com a massiva destruição de direitos, precarização dos empregos, demissão de funcionários públicos e cortes salariais. O desemprego continua enorme, com taxas que beiram o 60% da população abaixo dos 25 anos, em vários países europeus (Grécia, Itália, Espanha). Nos países mais atingidos pela crise, as mobilizações de todo tipo continuam presentes, com paralisações, manifestações de rua, ocupações de prédios e locais de trabalho. As manifestações contra os ajustes econômicos e a retirada de direitos trabalhistas e sociais se ampliam, porém sem uma alternativa política de classe. Ainda que partidos de esquerda tenham obtido uma expressiva votação em vários países europeus, é possível também identificar o crescimento dos partidos de direita e extrema-direita. A presença de formações fascistas (como Aurora Dourada, na Grécia) e até de uma extrema-direita xenófoba com chances de vitória eleitoral (a Frente Nacional, na França).

3. O grande capital internacional pressiona também em favor da abertura da economia chinesa (especialmente seu setor financeiro, estatal), posta diante dos problemas causados pela desaceleração econômica. O governo do PC Chinês realizou novas concessões estratégicas ao setor privado. Na América Latina, Cuba segue um rumo semelhante ao da China, em escala muito menor, e condicionada pelo embargo comercial e o cerco imperialista. No entanto, as possibilidades do grande capital para impor uma saída à crise em seus próprios termos estão condicionadas, de um lado, pelos conflitos internos ao imperialismo, agravados pela revelação da espionagem mundial comandada pela NSA (Agência de Segurança) dos EUA, que afeta inclusive seus mais estreitos aliados políticos; por outro lado, persiste a resistência e a mobilização de massas, nas mais diversas áreas do planeta. O imperialismo ianque busca, sobretudo, recuperar a iniciativa política no Oriente Médio, chave geopolítica mundial. A crise no Egito, em que uma gigantesca mobilização popular foi politicamente expropriada por um golpe militar, tende a escapar ao controle dos EUA (que cortou sua assistência militar a esse país, só conseguindo que o Egito refizesse um acordo militar com a Rússia, reeditando os antigos acordos com a URSS, dos tempos da guerra fria). Os EUA não conseguiram tampouco impor o retrocesso nuclear desejado ao Irã, contrariando as exigências de Israel, país que avança

sobre os territórios e a população palestina de modo tão brutal ao ponto de provocar o distanciamento dos próprios EUA, seu aliado e escudo internacional. A iniciativa de uma intervenção militar imperialista na Síria foi adiada pelas divergências entre os “aliados ocidentais” e dentro da própria administração norte-americana. O declínio da “primavera árabe” não deu lugar a uma nova estabilidade política no Oriente Médio, e menos ainda a uma nova ordem regional nos termos exigidos pelo imperialismo.

4. Na América Latina, as crises políticas crescem em intensidade, e condicionam os processos eleitorais em curso. No México, o governo de Peña Nieto surgiu sob o signo da ilegitimidade, e já enfrenta importantes mobilizações. Na Venezuela, a crise se mantém em um contexto de inflação de 54% anual e desabastecimento. O “processo de paz” na Colômbia legitima os ataques e a expropriação da população camponesa nas últimas décadas e abre um espaço para a atuação de um combativo e perseguido movimento sindical. No Chile, o processo eleitoral está diretamente influenciado pelas grandes mobilizações estudantis dos últimos anos, ao ponto de alguns de seus dirigentes terem se transformado nos principais cabos eleitorais do país. Na Argentina, finalmente, a crise do débito e do déficit externo e a entrega do petróleo provocaram a deterioração do governo de Cristina Kirchner, que passou de um índice de 54% na eleição presidencial para menos de 30% nas recentes eleições legislativas em que a grande vitoriosa foi a “frente de esquerda dos trabalhadores”, articulação política classista que conquistou uma importante bancada parlamentar, demonstrando que a crise do nacional-populismo não necessariamente beneficia a direita neoliberal. Além disso, estes ocultam que o nacionalismo burguês ou pequeno-burguês termina como correia de transmissão da pressão imperialista.

5. No Brasil, as mobilizações de junho de 2013 revelam, mais uma vez, os desdobramentos provocados pela crise. Desde o início da década de 2010, houve aumento do número de mobilizações e greves por todo o país. Em 2011, vinte estados brasileiros tiveram greves nas redes de ensino municipais e estaduais. Os levantamentos do DIEESE apontaram que em 2012 foi registrado um recorde no número de greves, semelhante aos picos da década de 1980. Foram 1228 greves, com 53% de seu total ocorrendo no setor privado. As fortes mobilizações em 2013 foram pavimentadas por todas as lutas precedentes contra as políticas governamentais de ataque aos direitos e conquistas trabalhistas, com destaque para as lutas do setor público.

6. Na educação, os interesses capitalistas continuam ditando as diretrizes, normas e projetos das políticas educacionais. Sob a orientação dos organismos internacionais, a educação se torna um alicerce da expansão do capital, seja por se expressar como uma dimensão dos processos de mercantilização da vida, seja por assumir os preceitos políticos e ideológicos das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, consolidou-se a Contrarreforma do Estado em que os sistemas educacionais e as instituições de ensino oferecem um serviço, e não garantem um direito, consagrando as relações competitivas, seletivas e desiguais. Sua lógica passa a ser a do interesse dos empresários, reforçando padrões de eficiência, eficácia e de qualidade, que aprofundam a racionalidade econômica, a privatização do ensino e a precarização e desvalorização dos profissionais da educação. É o que se pode ver na proposta de PNE do governo Dilma, que vai sair do Congresso Nacional aprovando o contingenciamento dos recursos, definindo ínfimos patamares a serem aplicados na educação pública; a ampliação da ação empresarial, inclusive aprimorando conceitos, prerrogativas e finalidades que desviam financiamento público para o setor privado; e na consolidação dos pacotes educacionais, sustentados pela disseminação de uma avaliação externa mais preocupada em controlar o trabalho docente do que em permitir a apropriação do conhecimento historicamente acumulado e socialmente produzido por parte da classe trabalhadora. Outras iniciativas do governo Dilma junto ao Congresso apontam para o mesmo caminho, como é o caso da Lei nº 12881, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES); do PL 4372/2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES; do PL da Lei Orgânica das Universidades Públicas, dentre outras. Em que pese as violentas ações da polícia e as distorções da imprensa, a luta e as greves dos profissionais da educação vêm se convertendo em manifestações de crítica social à política educacional por todo o país.

7. Com o movimento de luta desenvolvido a partir de meados de 2013, o Brasil voltou ao centro do cenário político latino-americano (e da atenção pública mundial). As mobilizações entraram em choque com a polícia militar e transformaram o centro das principais cidades em praça de guerra. A reivindicação imediata do movimento foi a revogação do aumento das tarifas de ônibus. O movimento se espalhou rapidamente pelo país enfrentando a polícia e a tropa de choque que reprimiu os manifestantes com cassetetes, bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e a detenção dos ativistas. Durante as primeiras manifestações, Dilma Rousseff ofereceu o apoio da “Força Nacional” a governadores e prefeitos em dificuldades, evidenciando a tendência para a constituição de um Estado policial. Nessa linha, o governo justificou os gastos faraônicos nos megaeventos com o argumento de que o principal saldo da Copa das Confederações, da Copa 2014 e da Olimpíada 2016 será a institucionalização dos “novos esquemas de segurança”. Mas o Brasil se pôs em luta. Para a grande imprensa, até 13 de junho tínhamos só “vândalos” nas ruas; a partir de 17 de junho, a grande data da virada, tivemos “manifestantes”. Milhões de pessoas ocuparam as ruas em mais de 600 cidades, sem coordenação prévia. Diante do recuo das autoridades em relação ao “tarifaço” urbano, os comentaristas burgueses de plantão se manifestaram “surpresos” e até “atordoados” com o crescimento, geométrico e nacional, da mobilização. A luta da juventude iniciou uma nova fase política, começada pela rejeição ao aumento das tarifas do transporte urbano, que se transformou numa mobilização de massas contra todo o regime político.

8. Na segunda quinzena de junho, a revolta das ruas ensejou uma agenda muito mais ampla que a inicial: pela defesa da juventude combativa, pelo direito democrático a manifestar na rua, pela defesa do serviço público (educação, saúde, previdência e previsão social), contra o Estado corrupto e repressivo. O governo ficou em estado catatônico por duas semanas. O aumento das tarifas de transporte foi o estopim de uma situação social degradada (em muitos aspectos, piorada) nos últimos anos. Dez dias depois do início das manifestações, os jornais avaliavam uma média de 230 mil manifestantes em doze capitais. Em 20 de junho, os manifestantes já se contavam na casa do “mais de milhão”, com um milhão só no Rio de Janeiro. As cifras dos jornais estavam subestimadas. Para proteger a situação de exploração e espoliação da população, foi acionado um aparelho policial/militar herdado da ditadura militar, preservado e aperfeiçoado pelos governos civis desde a transição dita democrática. Manifestações como as de junho passado ficam sujeitas à classificação de ato de terrorismo, na definição desse crime proposta na comissão especial do Congresso que prioriza a legislação da segurança em vista dos eventos no Brasil. Dessa forma, o enorme aparato repressivo brasileiro incrementou-se e se sofisticou como nunca, em função das manifestações populares e sob a alegação de preparo para a segurança durante os “grandes eventos” (Copa do Mundo e Olimpíadas).

9. O deslize antiterrorista é a continuidade da política pela qual os governos (tucanos e petistas) fizeram do país uma plataforma privilegiada de valorização fictícia do capital financeiro e industrial, com juros e isenções fiscais elevados, com privatizações em sequência sem fim; para isso, têm sido atacados regularmente o patrimônio e o serviço público (transporte, saúde, educação, etc.), em nome da “flexibilidade”, da “eficiência” e de outros fetiches. O resultado é uma dívida (interna e externa) monstruosa e aumento de tarifas. Encobriu-se tudo com incentivos ao consumo e bolsas focalizadas, com o resultado de um endividamento médio recorde de 44% da renda anual da população. A miragem de “crescer exportando” do discurso oficial confrontou-se em 2012 com o crescimento zero e queda da renda per capita. A “recuperação” de 2013 foi deflacionada para 2% no PIB, renda per capita negativa, com inflação de mais de 6% e em aceleração, com um saldo comercial pífio, depois de alterar a estrutura produtiva do país para transformá-lo em uma plataforma exportadora. Para tapar o buraco: mais privatizações (leilões do petróleo, gestão privada dos hospitais públicos), eventos e megaeventos, com sua sequência de desapropriações e leis antiterroristas. A corrupção e a crise econômica se cruzam no BNDES, o banco estatal cuja carteira de créditos ao setor privado aumentou de R\$ 25,7 bilhões, em 2001, para R\$ 168,4 bilhões em 2010, no entanto, com uma taxa decrescente do investimento privado. A maioria das empresas beneficiadas pelos créditos oficiais registra prejuízos ou se encontra em falência. A mais importante é a EBX, de Elke Baptista, beneficiária de R\$ 10,5 bilhões em créditos do dinheiro público. Quase três quartos do

valor total de sua participação direta nas empresas do EBX estavam em nome de fundos localizados fora do país, controlados pela *EBX International S/A*, sediada no Panamá. A prática é comum em empresas que buscam driblar a tributação. Em 2012-2013, a cotação dos papéis das empresas do “capitalista do Lula e Dilma” caiu 96,5%. As empresas do “grupo X” do “empresário nacional”, crescidas à sombra de concessões petrolíferas favorecidas pelo governo, foram vendidas a preço de banana ao capital internacional. A degradingolada joga luz sobre a crise do capitalismo brasileiro. Para sobreviver, o Estado capitalista brasileiro tem que se transformar cada vez mais em agente da espoliação do país pelo capital financeiro internacional.

10. A luta popular provocou a deterioração política do governo. Em poucas semanas, o índice de aprovação de Dilma Rousseff caiu de quase 70% para 30%. A proposta de Assembleia Constituinte para tratar da reforma política foi rapidamente engavetada. O governo recuou e passou a defender um plebiscito sobre uma proposta de reforma. Na reunião de Dilma com as centrais sindicais, o representante do Conlutas denunciou a proposta de plebiscito como uma manobra de distração. As propostas das centrais sindicais ao governo foram simplesmente ignoradas. A resposta de Dilma Rousseff à “voz das ruas” ficou reduzida a nada. As bases institucionais da corrupção política não só estão mantidas, mas aprofundadas. Nem se cogita anular a vergonhosa Lei de Anistia, que declarou impunes para sempre assassinos, torturadores e corruptos comprovados do regime militar. Para não falar da militarização das polícias, que matam impunemente e possuem foro judicial e tribunais próprios.

11. Depois de julho, os movimentos de rua continuam ditando a política do país, apesar do seu retrocesso. As sete centrais sindicais convocaram a uma greve geral em 11 de julho, continuada com uma nova paralisação realizada em 30 de agosto. A CSP-Conlutas procurou dar um conteúdo classista e de combate a essas jornadas. Os movimentos dos sem teto passaram a organizar manifestações e bloqueios de avenidas contra as péssimas condições de moradia, saúde e transporte nos bairros pobres. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma formidável ofensiva repressiva nas favelas e bairros pobres, mediante um gigantesco operativo de militarização para evitar que os setores mais explorados se incorporassem à luta. O assassinato do pedreiro Amarildo de Souza ficou como símbolo da natureza repressiva e criminal do Estado brasileiro. Nessas condições, o governo federal, depois de um novo corte orçamentário (10 bilhões de reais), que se somaram aos 28 bilhões já cortados no primeiro semestre de 2013, para alcançar as metas de superávit primário impostas pelo FMI (garantindo o pagamento em dia da dívida pública), liberou 6 bilhões de reais em emendas parlamentares com o objetivo de manter o apoio da “base aliada”. À crescente fuga de capitais se somou o déficit comercial, o primeiro em toda a década petista. O bom exportador brasileiro pertence cada vez mais ao passado. O capital financeiro continua ganhando, beneficiado pela elevação das taxas de juros: Itaú Unibanco (maior banco privado) lucrou 3,6 bilhões de reais no segundo semestre de 2013, recorde histórico. O país afunda ao compasso do parasitismo capitalista-financeiro.

12. O retrocesso econômico do país aprofunda as perdas dos trabalhadores, acirra as desigualdades sociais e expõe a face coercitiva do Estado na preservação dos interesses da burguesia brasileira associada ao capital financeiro internacional. A elevação dos índices inflacionários deixa os trabalhadores à mercê do mercado financeiro, corroendo suas condições de vida e comprometendo seu futuro. No recente processo de privatização dos recursos naturais do petróleo, continuam os ataques violentos ao patrimônio público e aos direitos dos trabalhadores, assim como aos direitos constitucionais garantidos aos povos tradicionais – indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas – em favor dos interesses do capital. Dessa forma, tem ocorrido a privatização da Infraero e dos portos. Contra os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, o governo tem se colocado ao lado do agronegócio e dos empresários das hidrelétricas. Forçou a privatização dos hospitais universitários através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) – empresa pública de direito privado – que retira do Estado a responsabilidade pela assistência à saúde dos trabalhadores, fere a autonomia universitária, compromete o público em favor do privado. A atenção médica universal pelo SUS, conquistada após grandes lutas, se transformou numa casca vazia diante da falta de recursos estatais para a saúde pública, os mesmos recursos que sobram para pagar a dívida com o grande capital privado, alimentar o aparelho repressivo e financiar eventos e obras de infraestrutura que se

transformam em enormes negócios do grande capital. Nessa seara está circunscrito o projeto governamental do Fundo de Pensão (FUNPRESP), uma operação financeira que captura recursos dos trabalhadores e os converte em capital aplicado em ações de empresas e títulos públicos do Estado brasileiro, vendendo a esperança ilusória de uma aposentadoria num futuro incerto. Essas medidas contam com o apoio da grande mídia.

13. A entrega ao capital internacional dos recursos nacionais é a outra face dessa política. A Petrobrás – antes conclamada símbolo da soberania nacional – se associou às multinacionais da Holanda, da França e da China para explorar uma riqueza por meio dos trabalhadores brasileiros e entregá-la ao capital. O leilão do Campo de Libra foi vencido pelo lance mínimo (15 bilhões de dólares) por um único consórcio, que envolveu Petrobrás, Shell (GB/Hol), Total (Fr) e Cnpc e Cnooc (Chi), para uma reserva estimada em 15 bilhões de barris. Em que pese todo o discurso governamental, a ampliação dos recursos para a educação e a saúde por meio da exploração dos recursos naturais será pífia: os minguados *royalties* do Estado serão depositados num fundo, cujos rendimentos, na melhor das hipóteses, não chegarão a 1% do PIB no ano de 2022, a uma distância sideral, portanto, da reivindicação de 10% do PIB *já* para a educação. A política em favor do grande capital imperialista e da burguesia exportadora se articula com a política repressiva. Assassinatos de lideranças indígenas continuam ocorrendo praticados por latifundiários amigos do governo, o mesmo que investiu rios de dinheiro no agronegócio e quase nada em reforma agrária. Além disso, tem a Copa do Mundo como responsável por reordenar as cidades em benefício do capital, intensificando a militarização e reativando a Lei de Segurança Nacional, instaurando um estado de exceção policial no Brasil.

14 . Em termos da educação, o desafio é o de confrontar o projeto educacional dominante, construindo uma proposta que preserve os princípios do PNE da Sociedade Brasileira na defesa da ampliação dos recursos públicos para a escola pública, da universalização do direito ao conhecimento, à cultura e à ciência, da valorização e das condições de trabalho para os profissionais da educação. Articular os movimentos sociais, as entidades sindicais e estudantis, os partidos de esquerda comprometidos com a educação pública, reafirmando esses princípios, é tarefa fundamental frente às ações que precisamos realizar para responder aos atuais desafios colocados pela política educacional.

15. A crise política se aprofundou com a saída de partidos políticos da “base aliada”. A multiplicação de novas alianças políticas opositoras na perspectiva eleitoral de 2014 traduz o aprofundamento da crise de dominação política da burguesia brasileira, confiada na última década a uma aliança das antigas direções sindicais “autênticas”, totalmente burocratizadas e entregues à patronal, com uma tecnocracia oriunda da antiga esquerda reformista (adaptada por completo à burguesia) e aliada aos históricos parasitas corruptos do orçamento estatal nucleados na “base aliada”. Numa campanha eleitoral que se joga em grande parte em função do sucesso (inclusive futebolístico) da Copa 2014, não aparecem alternativas independentes dos trabalhadores. O episódio do julgamento do mensalão, que concluiu com a condenação e prisão de *alguns* dos responsáveis pelo desvio de recursos públicos para garantir (suborno mediante) a “governabilidade”, se insere dentro dessa crise. Essa condenação e prisão de alguns personagens do mensalão busca só “limpar a cara” da corrupção estatal (que não se limita à corrupção parlamentar) poupando os grandes corruptos históricos que têm dirigido o país. A condenação dos réus do mensalão não se equivale, porém, ao ataque contra a esquerda que luta e vem sendo sistematicamente perseguida, inclusive pelo governo federal. A crise do mensalão é a expressão da crise de dominação política da burguesia no coração do Estado.

16. Frente ao quadro descrito, cumpre ao ANDES-SN defender um projeto de Educação Pública na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, o conjunto de desafios em torno dos da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada se expressa na intensificação de nossas ações em favor das condições dignas de trabalho, de carreira e de salário e na defesa do próprio Sindicato, reforçando o debate político e a organização pela base. No que se refere à construção da unidade classista, as lutas para o ano de 2014 apontam para a ampliação e aprofundamento das intervenções da CSP-Conlutas no sentido da solidariedade, tanto em termos dos movimentos sindical e popular quanto em termos da organização

internacional dos trabalhadores. As provas de fogo de um contexto explosivo não ficaram atrás: são as que vêm pela frente. Cabe aprofundar o combate pela unificação classista do movimento dos trabalhadores, junto à nossa central sindical na perspectiva de criar uma alternativa política independente dos trabalhadores para o Brasil.

TEXTO 2

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Bonassa Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)

O SINDICALISMO DEPOIS DO LEVANTE POPULAR: A GREVE GERAL E A LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

O mês de junho de 2013 explicitou a revolta do povo contra os governos, os patrões e contra o aumento do custo de vida. Explicitou também a antipatia e desconfiança dos trabalhadores em geral para com as direções de sindicatos, entidades estudantis, partidos e lideranças populares. O levante popular demonstrou que o povo e a juventude trabalhadora estão dispostos a lutar para transformar sua realidade, mas que essa disposição encontrou um ferrenho adversário nas direções e burocracias sindicais e partidárias.

A primeira questão é: qual o caráter e as causas do levante popular? A segunda: qual foi o papel dos sindicatos e centrais sindicais ante o levante popular? A terceira: qual deve ser a posição dos trabalhadores e sindicatos da educação de agora em diante, o que fazer?

O levante popular foi gestado pelas contradições produzidas pelas políticas e pelo avanço do processo de precarização e superexploração no Brasil entre 2008 e 2012, combinadas com os efeitos da crise mundial e das ofensivas contra direitos coletivos. Situando historicamente, podemos dizer que os Governo Lula e Dilma tiveram instrumentos de contenção dos movimentos sociais. Tanto macroeconômicos, quanto políticos, de cooptação. Mas a partir da posse de Dilma esses instrumentos entraram em processo de deterioração.

As lutas dos operários das grandes obras, as lutas dos indígenas e depois a grande greve do funcionalismo público e das universidades em 2012, a participação do movimento estudantil na luta contra o Governo Dilma preparou em parte o terreno para as lutas que eclodiriam em 2013. Ao mesmo tempo, esse levante sinaliza para um ciclo internacional de radicalização e massificação das lutas na Grécia, Itália, Espanha, Egito, Tunísia. É um efeito da crise do Estado e do surgimento de novas formas de luta e organização.

O levante de junho foi o resultado de um acúmulo de contradições estruturais. De um lado, um modelo econômico que combinou reformas neoliberais que intensificaram a exploração do trabalho e a precarização dos serviços públicos e da vida. Ao mesmo tempo, realizaram uma política de grandes obras de infraestrutura que ameaçam e destroem a vida de camponeses, indígenas, quilombolas e o meio ambiente, expropriando terras e impondo um regime repressivo e de terror. A resistência dos indígenas e camponeses em Belo Monte e dos trabalhadores de Jirau são os exemplos dessa situação.

Nas grandes cidades do Brasil, a população vivencia uma situação dúbia. A “democracia”, baseada nas eleições periódicas se mostra cada vez mais como uma máquina de clientelismo. E ela é acompanhada por outra máquina, a de extermínio e de repressão. O caso de Amarildo, no Rio de Janeiro, não foi o primeiro, nem o último. Mas foi o primeiro a colocar a centralidade da luta contra o Estado racista e repressor na boca das massas. Ao mesmo tempo, a privatização dos serviços públicos essenciais (transporte, educação e saúde) faz com que a vida da juventude e da classe trabalhadora fique ainda mais precária. Perdemos parentes e amigos por conta da violência policial e pela precariedade dos hospitais. Ao mesmo tempo, os salários se mantêm baixos, a liberdade de organização é cada vez mais restrita e as condições de trabalho duríssimas.

O surgimento das táticas de autodefesa e das mídias alternativas questionam o caráter autoritário e repressor do sistema capitalista brasileiro. Não queremos mais nem repressão física, nem repressão contra nossa liberdade de expressão. Mas precisamos entender também que a tarefa é maior, que precisamos disputar a consciência e organização de uma classe trabalhadora de milhões de pessoas no campo e na cidade, que enfrenta inúmeras contradições.

O levante popular explicitou a contradição do desenvolvimentismo neoliberal. Assim os trabalhadores e juventude marginalizada foram os principais protagonistas do levante. Não existem dados sistemáticos sobre os participantes do protesto de junho, mas uma enquete mostra que 64,6% estavam na faixa de até 3 salários mínimos. 23,8% estavam no nível de renda entre 3 e 5 salários mínimos. 70,4% estavam ocupados no mercado de trabalho, 24% eram estudantes e 5% desempregados. Das reivindicações principais, os serviços e direitos coletivos somados eram a motivação principal de 42,1% dos entrevistados (o dobro dos que consideravam como principal o tema da corrupção).

Mas a experiência histórica do século XIX e a experiência do levante de junho no Brasil ensinam algumas coisas: a mobilização pode se dar não somente em função de contradições geradas na **esfera da produção (no local de trabalho e tendo por objeto salários, jornada de trabalho e condições de trabalho)** mas também em função de contradições geradas na **esfera da circulação (ou seja, da troca e do consumo, daí a** importância de temas como tarifas de transporte coletivo, inflação e preço e qualidade dos serviços públicos, que afetam também a vida e reprodução do trabalhador e dos setores oprimidos). Daí a importância do tema dos direitos coletivos colocados pelo levante popular.

E exatamente em razão dos efeitos do neoliberalismo que a classe trabalhadora e especialmente o seu setor de juventude está submetida: 1) a longas jornadas de trabalho, 2) a morar em bairros periféricos, pagar caro por transporte e ter precários serviços de moradia, educação e saúde, 3) a diversos tipos de discriminação e repressão, 4) trabalhar sob forte repressão e sem liberdade de organização, sem garantias trabalhistas e seguro desemprego, em sistemas de trabalho flexíveis. Eles levam para sua ação muitas das características dos que vivem sob essa condição.

Outro aspecto da análise de classes é análise das lutas de classe. Consideremos aqui o indicador das greves. De 1998 até 2002 há um declínio radical do número de greves. Uma das explicações principais para isso é exatamente o trabalho desmobilizador realizado para favorecer a eleição de Lula como presidente. Entre 2002 e 2008 o número de greves se reduz ao menor patamar desde 1985. É sob o efeito da crise mundial de 2008 que o nível de greves volta a se intensificar. O governo Dilma não consegue ter os mesmos instrumentos de contenção e controle, a burocracia sindical falha. Em 2012 temos o maior número de greves desde o ano de 1997 (marco da luta contra as privatizações nos anos 1990).

Ao mesmo tempo, segundo estimativas do IPEA, no ano de 2008 eram 6 milhões de terceirizados no Brasil. Em 2011 já eram 11 milhões, ou seja, os terceirizados duplicam de número e sua entrada coincide com uma retomada das greves. Nesse sentido, as greves foram ocorrendo contra a vontade das direções sindicais e o ano de 2013 foi quando essa tendência de protesto trabalhista e frustração social se cruzaram com outras demandas, possibilitando o levante popular.

Qual foi qual o papel dos sindicatos e centrais sindicais ante o levante popular? Foi um papel reacionário, na grande maioria, quase totalidade dos casos. Para algumas centrais, como CUT e CTB, um papel criminoso. A CONLUTAS ficou a reboque do governismo, oscilando e tergiversando na melhor das hipóteses. Foram os “espaços de unidade de ação” (como o Fórum das Entidades dos SPF, unidade com os governistas) que fez com que a Conlutas fizesse coro com a CUT, CTB e mesmo Força Sindical, ou seja, o que tem de pior no sindicalismo brasileiro.

“A CSP-Conlutas participa da audiência das centrais sindicais com a presidenta Dilma, com o objetivo de discutir propostas concretas por parte do governo para superar as mazelas que afligem a vida dos trabalhadores e jovens do país. (...) Nossa Central concorda com a pauta de sete pontos apresentada hoje à presidenta pelas centrais sindicais de forma unitária. São temas importantes que exigem

solução imediata. (...) Toda esta situação, que resumimos nas linhas acima, é fruto das decisões e escolhas feitas por este governo (seguindo os anteriores). Por esta razão, é do governo que viemos cobrar a solução destes problemas que afligem a vida do povo. Por esta razão, as centenas de milhares de manifestantes que estão nas ruas cobram dos governos municipais, estaduais e federal, o atendimento de suas demandas. Por esta razão estamos promovendo hoje e amanhã, em todo o país um protesto nacional com greves e paralisações. Continuaremos nas ruas construindo o dia nacional de greves e paralisações convocado por todas as centrais sindicais para 11 de julho. Nas ruas continuaremos até que sejam realizadas as mudanças que precisamos no Brasil”. (Carta da CSP-CONLUTAS à Dilma, Junho de 2013)

A mera participação da CONLUTAS nessa reunião já é motivo de perplexidade. Mas o fato é que essa reunião fazia parte de uma estratégia de desqualificação dos protestos de junho e criminalização das lutas populares, bem como de blindagem do Governo Dilma. Tanto que um dos principais itens foi a construção da imagem de que os “trabalhadores” estavam entrando na luta somente quando as centrais entraram no dia 11 de julho. Mas o objetivo da reunião estava escancarado de tal forma que até os jornais como Estadão anunciaram:

“Temendo que o "Dia Nacional de Lutas" — protestos em todo o País marcados para esta quinta-feira, 11, organizados por centrais sindicais e organizações de classe —, se transformasse em um grande ato contra a presidente Dilma Rousseff, a CUT, que é ligada ao PT, convocou uma reunião de emergência ontem para pressionar a Força Sindical a poupar o governo federal. Em troca, propôs que a defesa do plebiscito para a reforma política, uma bandeira do PT e do governo, também ficasse fora do palanque unificado, que vai reunir dirigentes das centrais na Avenida Paulista hoje. (...) O acordo foi fechado e chancelado por todas as centrais. Sem ele, a manifestação corria sério risco de se transformar em um cabo de guerra entre sindicalistas. O governo temia críticas ácidas a Dilma. "No carro de som, onde estarão os presidentes das centrais, e nas faixas conjuntas não entrarão o 'Fora, Dilma', o 'Fica, Dilma' ou a reforma política. O centro da pauta é a questão trabalhista. Mas os militantes cutistas levarão cartazes em defesa da reforma política, da taxação das grandes fortunas e da reforma tributária", resumiu Vagner Freitas, presidente da CUT. (...) o presidente nacional do PSTU, José Maria de Almeida, também dirigente da rede sindical Conlutas, reforça que a greve de hoje não será em apoio às propostas do governo Dilma de reforma política nem ao plebiscito proposto pelo PT. José Maria reafirmou que não está defendendo o "Fora, Dilma" nem a demissão de nenhum ministro. "Estamos propondo mudança do modelo econômico. Se o governo não mudá-lo, o próximo passo é uma greve geral. Se o governo ainda não mudar, aí essa luta vai virar para sair o governo também", disse. O presidente do PSTU disse ainda que militantes do PT não serão hostilizados. "O PT, se aparecer, até será bem-vindo", disse”¹.

A linha política então traçada foi deslegitimar levante popular de junho, argumentando que as centrais é que eram as “representantes” legítimas dos legítimos trabalhadores. O mesmo tempo, o dia 11 de Julho convocado como parte de uma política de frente ampla das centrais em torno do eixo da blindagem do governo Lula se transformou nas cenas de criminalização deliberada dos manifestantes, especialmente com a perseguição ao que se chamava até então de mascarados e que depois ficariam reconhecidos nacionalmente como Black Bloc. Nas ruas do Rio de Janeiro e em diversas capitais foram discursos contra os mascarados que predominaram. E depois, como foi registrado pelo Jornal A Nova Democracia, seguranças pagos pela CUT e CTB para plantar provas que incriminassem os mascarados e as agressões contra manifestantes

¹ “Acordo de centrais sindicais exclui o 'Fora, Dilma' de protestos”, <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,acordo-de-centrais-sindicais-exclui-o-fora-dilma-de-protestos,1052117,0.htm>

por parte dessas centrais. Ao mesmo tempo aqueles que acusavam os manifestantes de Junho de serem “nacionalistas, de direita”, são os que no dia 11 de julho colocam o hino nacional e auxiliavam a polícia na perseguição política, como vemos no vídeo <http://www.youtube.com/watch?v=Z1E50QPsTlk>

Essa política se prolongaria depois com a campanha que José Maria, dirigente da Conlutas, realizaria em redes sociais contra os Black Bloc. Durante a greve dos professores da educação enquanto os Black Bloc eram exaltados e ovacionados nas assembleias e passeatas dos profissionais da educação, o dirigente da Conlutas reproduzindo o discurso conservador acusou os Black Bloc de serem os provocadores que geravam as ações violentas da polícia.

Política de criminalização, afastamento das lutas e apoio e blindagem do governo. Corporativismo, legalismo. Completo distanciamento das bases e criminalização das lutas populares. Essa foi a resposta das centrais e da maioria dos sindicatos. Feita essa caracterização da conjuntura, fica a pergunta, o que fazer?

Mudar a partir da base a linha do sindicalismo. E nesse sentido, a responsabilidade dos trabalhadores da educação é enorme. Vimos em 2012 como a greve das universidades se irradiou por todo o serviço público federal. Testemunhamos a truculência, intransigência e arbitrariedade do governo federal. Mas como disse José Maria, talvez na sua única avaliação correta, é que diante da intransigência do Governo em não mudar o modelo econômico, o próximo passo é a greve geral.

TEXTO 3

Contribuição da Diretoria da ADUFPB/SSind

AS RAÍZES DAS JORNADAS DE JUNHO

Em vários balanços feitos na imprensa brasileira alguns intelectuais afirmam que as formidáveis mobilizações sociais que levaram milhões de brasileiros de ponta a ponta do país foram uma surpresa. Citando indevidamente Marx, as mobilizações de junho aparecem estes incautos como uma espécie de “raio em céu azul”. Nada mais falso. Quem acompanhava mais atentamente os fatos subterrâneos da conjuntura brasileira, contudo, detectava certo mal-estar e um lento, mas ascendente, formigamento molecular de retorno às mobilizações sociais. Repetindo uma frase que se tornou lugar comum nas passeatas, motivos não faltam para o brasileiro protestar e ir às ruas.

As jornadas de junho já vinham sendo antecipadas por uma série de mobilizações. Em primeiro lugar, exemplificando o caso de nossa seara, o movimento docente, e também o de servidores públicos federais. Em 2012, tivemos uma greve de servidores públicos federais que interferiu diretamente na grande política durante três meses. Ainda mais: nas universidades públicas federais, junto com a greve dos federais, aconteceu aquela que foi sem dúvida a mais importante greve docente ocorrida desde 1998. As greves dos federais e das universidades se dissiparam, mas já eram prenúncios moleculares da voragem que estava por vir. Para completar, em praticamente todos os estados brasileiros assistimos, em 2012, greves nos setores da educação e da saúde, reivindicando melhores serviços públicos e salários. É certo que esses movimentos estiveram longe de alcançar a vitória total de suas pautas de reivindicações, e no caso do movimento docente há o agravante, nas negociações, da existência de uma entidade chapa branca, subordinada estruturalmente ao governo, que sistematicamente assina acordos passando por cima das assembleias democráticas do movimento. Mesmo assim, saímos da greve do ano passado de cabeça erguida e dispostos a novas mobilizações.

Poder-se-ia objetar que o surto grevista do ano passado abrangeu apenas os setores médios e mais escolarizados da sociedade, ficando de fora o subproletariado, aquela classe que Florestan Fernandes chamava de “os de baixo”, ou seja, os milhões de brasileiros pobres que orbitam na faixa da informalidade, dos programas de transferência de renda ou, quando acessam o mercado formal, ganham um salário mínimo. No entender de certa leitura ideológica e parcial da conjuntura, vinda principalmente de setores oficiais, o subproletariado estava satisfeito com os aumentos anuais do salário mínimo, bem como as políticas de transferência de renda e expansão do crédito, constituindo, desta maneira, uma sólida base de apoio social ao lulismo, a mais nova revivescência do populismo no Brasil.

Embora haja uma base de verdade no veredicto da circunstância de uma limitada, mas real, afluência social no Brasil, ou seja, de melhoria pontual da renda e do emprego, no entanto é preciso problematizar o conteúdo do referido processo. Mais além da propaganda entoada pelo coro dos contentes, a verdade é a seguinte: as assim chamadas políticas neodesenvolvimentistas do ciclo Lula-Dilma estão longe de sustentar um novo ciclo transformador e reformista, sequer nos moldes da chamada “era Vargas”, quando, apesar de tudo, tivemos um processo de industrialização e de criação de quase todas as instituições modernas do Estado brasileiro, inclusive o sistema de Universidades Públicas. Atualmente, ao reverso da criação de instituições inovadoras, necessárias ao Brasil, as políticas oriundas do bloco histórico no poder mais visam à perpetuação dos valores mais atrasados que a renovação social do Brasil, à manutenção dos “donos do poder”, nos termos tornados clássicos por Raymundo Faoro.

Nestes termos, o neodesenvolvimentismo, em que pese ter havido um tênue ciclo econômico de afluência é uma política, no essencial, conservadora, em termos políticos e econômicos. Se quisermos ir à raiz, o Brasil continua um país periférico no concerto das nações capitalistas, pois as políticas neodesenvolvimentistas em curso estão longe de produzir um ciclo de produção tecnológica e educacional autônoma. Ao contrário. Somos, a cada dia, mais dependentes dos pacotes tecnológicos de fora no tocante a áreas estratégicas como informática, telefonia e biotecnologia. Acomodamos-nos em continuar um vasto mercado de consumo de alta tecnologia que não dominamos, reinventando no século XXI o velho complexo agrário exportador, hoje denominado com o pomposo nome de agrobusiness.

Pior ainda. No porão da sociedade, a barbárie e a violência ascendem, como se pode atestar em qualquer capital do nordeste, antes consideradas balneários paradisíacos. Quem ainda não foi assaltado que se prepare.

Para nós, da ADUFPB, enfim, as jornadas de junho foram antecipadas, por exemplo, em março de 2011, pelo verdadeiro levante havido nos canteiros de obras de PAC em Jirau (Rondônia) e SUAPE (Pernambuco), desmascarando o pseudo idílio dos tempos áureos do lulismo, sem dúvida de relativa afluência social, mas também de superexploração do trabalho. Ou seja, ficaram expostos em Suape e Jirau a omissão do Estado, a visão arcaica do grande empresariado e o peleguismo dos sindicatos, mas também as jornadas de trabalho extenuantes, semi-escravocratas.

Se não foi propriamente uma surpresa, por outro lado, sem dúvida as mobilizações sociais de junho puseram em outro patamar as reivindicações sociais brasileiras. Enquanto algumas análises interesseiras, disfarçadas de “neutras” e “científicas”, afirmem que as massas serenaram, recuaram desiludidas; ao contrário, a partir de junho verificam-se todos os dias no Brasil lutas sociais de largo escopo, havendo o caso especial do Rio de Janeiro, que mais parece uma São Petersburgo às portas da revolução. Enganam-se os que pensam que os acontecimentos do Rio de Janeiro são específicos e circunscritos àquela geografia. Embora os acontecimentos não estejam no momento sincronizado, em algum momento do futuro, portanto não muito distante, haverá a sincronização.

Last but not least, novidade alvissareira das jornadas de junho foi a consolidação de uma nova geração de jovens dispostos a lutar e conquistar seus direitos. Inclusive no momento docente, que passa por um rico processo combinado de renovação e continuidade, numa sintética mistura virtuosa de novo e velho, ao mesmo tempo de preservação do acúmulo histórico do que de bom

produzimos até hoje, mas também de abertura ao futuro. Se há uma coisa que nunca envelhece é a experiência.

A conjuntura apresenta-se repleta de possibilidades renovadoras a curto, médio e longos prazos. Ao contrário dos anos 90, quando o individualismo consumista ganhava as consciências, e as ideias críticas tinham dificuldades de circular nas Universidades em virtude do pensamento único neoliberal, hoje já enxergamos um espaço ao pensamento crítico que não é simplesmente de resistência, mas de possibilidade de ativação de um movimento social, político e intelectual que crie um bloco histórico novo no Brasil, verdadeiramente transformador, reformista e revolucionário.

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO 4

Diretoria do ANDES-SN

CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO DE APOIO

A partir da análise do tema Movimento Docente e Conjuntura, o 33º CONGRESSO delibera que a centralidade da luta em 2014 consista em:

TR - 4

Defesa do Projeto de Educação pública, condições de trabalho, carreira e salário, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores.

TEXTO 5

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)

CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO DE APOIO

Entendendo que entramos em novo ciclo histórico, em razão da crise mundial, dos protestos pelo mundo e do levante popular de 2013, o XXXIII Congresso do ANDES-SN resolve reconhecer:

TR - 5

1) que a ação direta é o principal meio de transformação social e que a construção de uma greve geral é principal tarefa histórica do momento para expressar o protesto dos trabalhadores, sendo todos os esforços do ANDES-SN dirigidos para sua construção em 2014.

**TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA
EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

As recentes mobilizações vivenciadas pela sociedade brasileira expressam as dificuldades que a burguesia brasileira, associada aos interesses internacionais, adquiriu para ocultar seu processo de dominação. Nesse sentido, a consolidação de uma Contrarreforma de Estado que retira e nega direitos sociais e amplia os processos de privatização que locupletam empresários foi e vem sendo enfrentada pelos trabalhadores da educação, que resistem ao conjunto de proposições da coalizão governamental, empresarial e midiática denominada “Todos pela Educação” (TPE).

Não é de hoje que os trabalhadores da educação enfrentam a retórica privatista de atingir mais resultados com menos recursos. Por meio da organização sindical, da mobilização da categoria em passeatas e greves e, sobretudo, da construção de uma educação pública, laica, gratuita e socialmente referenciada, professores e demais profissionais de ensino buscam as condições necessárias de universalização do conhecimento cultural e científico.

Na luta por condições dignas de trabalho e de vida, os trabalhadores (as) da educação vêm realizando mobilizações e greves por todo o país desde 2010. Essas greves e mobilizações buscam, sobretudo, denunciar um projeto educacional que pretende adaptar a população brasileira às exigências técnico-operativas e ético-políticas necessárias à formação de força de trabalho em tempos de acumulação flexível.

O receituário burguês nacional e internacional imposto pelo Estado brasileiro implica flexibilizar o processo de gestão ao mesmo tempo em que aumenta o controle dos resultados do rendimento escolar. Em termos da flexibilização do processo de gestão, as instituições do sistema educacional passam a ser enquadradas nas rigorosas orientações de ajuste fiscal, que se desdobram na redução dos investimentos públicos na educação pública, na privatização do ensino e na precarização e desvalorização dos profissionais da educação. Ao mesmo tempo, o controle dos resultados atrela o rendimento escolar a estabelecimento de metas, cumprimento de prazos e execução de projetos, impondo aos educadores mudanças em seus processos de trabalho alheias aos vínculos da produção do conhecimento à vida da população majoritária do país.

As imposições do projeto dominante se revelam, de um modo geral, em três dimensões que se articulam na política educacional: 1- numa perspectiva curricular pautada na implantação das competências requeridas pela acumulação flexível; 2- numa concepção de formação de professores minimalista e fragmentada do saber, e 3- na consolidação das avaliações externas em que os critérios competitivos e seletivos da classificação negligenciam a autonomia das instituições de ensino na avaliação coletiva e diagnóstica do processo educacional.

Nesse contexto, a política para a educação básica referenda as formulações e diretrizes dos organismos internacionais no que se refere à formação para o trabalho, exercendo o objetivo de intensificar a escolarização para conter o analfabetismo, para minimizar as distorções idade-série, para promover habilidades técnicas para jovens trabalhadores. Tudo isso por meio da redução dos investimentos públicos na educação pública, da privatização do ensino e da precarização e desvalorização dos profissionais da educação.

Foi a partir dessas medidas governamentais que se construíram as greves nas redes públicas municipais e estaduais. O enfrentamento da agenda e do conteúdo programático para a educação básica se expressou pela radicalização na capacidade de resistência e organização dos trabalhadores da educação no Rio de Janeiro, que permaneceram em greve por mais de sessenta

dias contra a lógica meritocrática, competitiva e economicista proposta pelos governos Cabral e Paes.

Assim como no Rio de Janeiro, no Pará, em Goiás e em outros estados brasileiros, a crítica social à política educacional revela que o enviesado “Todos pela Educação” utiliza-se inclusive da força policial e das distorções ideológicas da imprensa para reprimir e desqualificar as reivindicações dos educadores. Vale ressaltar a participação ativa do movimento estudantil, Oposição de Esquerda da UNE, ANEL e Movimento Secundarista entre outros, na formulação de propostas e na intensificação dessas mobilizações.

Na educação superior, as lutas dos professores(as) também se manifestaram, e se manifestam, contra uma política educacional que reforça a racionalidade econômica, promove a privatização do ensino e precariza as condições de trabalho num contexto de expansão sem o necessário debate acerca da democratização das Instituições de Ensino Superior. Esse processo também se desdobrou, nos últimos anos, em movimentos grevistas tanto no setor das federais quanto no setor das estaduais do ANDES-SN.

Cabe, portanto, um desafio: confrontar o projeto educacional dominante, construindo uma proposta alternativa de educação para o país. Uma proposta de educação que preserve os princípios resguardados pelo PNE da Sociedade Brasileira no método e no conteúdo, garantindo a ampliação dos recursos para a escola pública; a universalização do direito ao conhecimento, à cultura e à ciência, e a valorização do professor.

Nesse sentido, cumpre ao ANDES-SN assumir o protagonismo desse processo, convocando os movimentos sociais, as entidades sindicais e estudantis, os partidos de esquerda comprometidos com a educação popular, tendo a centralidade da relação trabalho-educação como princípio, com uma escola unitária que articule a formação geral com a formação técnica, tecnológica e crítica, para o enfrentamento do projeto de Educação do governo.

A prioridade é concretizar a agenda dos encontros preparatórios por todo o país no primeiro semestre de 2014, para o Encontro Nacional de Educação ser realizado em agosto do mesmo ano. O objetivo principal desse encontro para o ANDES-SN é fortalecer a ampla articulação no interior da sociedade, construindo uma proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, com elementos para contribuir na direção de uma política de Estado efetiva para a educação pública.

Contrapor uma proposta alternativa de educação pública brasileira ao PNE, que está para ser aprovado no Congresso Nacional em articulação com o executivo, é tarefa central para fortalecermos os interesses e mobilizações da classe trabalhadora, construindo uma agenda de lutas para a educação brasileira. Os encontros preparatórios ao Encontro Nacional estão pautados em sete grandes eixos centrais definidos no Comitê Executivo Nacional da Campanha dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já:

1. Privatização e mercantilização da educação: das creches à pós-graduação;
2. Financiamento da educação pública;
3. Precarização das atividades dos trabalhadores da educação;
4. Avaliação meritocrática na educação;
5. Democratização da educação;
6. Acesso e permanência;
7. Passe livre e transporte público.

Além disso, as especificidades colocadas na conjuntura da política educacional revelam o mesmo sentido meritocrático, competitivo e de racionalidade econômica. É o que se pode verificar, por exemplo, com a anunciada Lei Orgânica das IFES. Novamente, esse tema é retomado, focando em facilitar formas “alternativas” de financiamento, justamente em períodos em que mais estão atacando a autonomia universitária. É preciso fortalecer o posicionamento de que a autonomia universitária é constitucional e autoaplicável e que o ANDES-SN tem

propostas concretas para avançar, aprovadas em nossas instâncias, que visam à garantia de financiamento público e a democratização da educação superior.

Nesse sentido, a realização do III Seminário Estado e Educação do ANDES-SN, realizado em Viçosa/MG, permitiu avançar no debate acerca de temas como: políticas de financiamento da educação pública, PNE, condições de trabalho, políticas de formação docente e nas licenciaturas, que merecem maior atenção no âmbito das orientações adotadas pelos governos federal, estadual e municipal, que atuam na lógica de ajustar a educação às exigências capitalistas.

No seminário, debateu-se a importância da construção e realização do Encontro Nacional de Educação pautando como objetivo principal a mobilização e o fortalecimento da base da categoria para a luta contra políticas governamentais, que vêm sendo implementadas, propositalmente, de forma fragmentada, no sentido de aprofundar a mercantilização da educação e a precarização das condições de trabalho e ensino.

Faz-se urgente a proposição de um projeto de Educação comprometido com os princípios que norteiam o nosso Sindicato, tendo em vista que o governo avança no seu projeto de educação, através da votação rápida de projetos de lei que tramitavam no Congresso e que passaram a ser interesse do governo para implementar o PNE governamental.

Vale ressaltar a recente aprovação e sanção da Lei 12881/2013 que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Sob o argumento da ampliação do conceito de público não estatal, as formulações advindas do Congresso Nacional foram referendadas no executivo, caracterizando as ICES como instituições públicas de direito privado, podendo se constituir em alternativa na oferta de serviços público ou atuar na forma de parcerias com os órgãos estatais. Diante dessa definição, as instituições comunitárias adquirem a prerrogativa de receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse social e concorrer aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições estatais. Em suma, essa lei situa as ICES na lógica da transferência das responsabilidades do Estado para um abstrato Terceiro Setor, que reforça os processos de privatização do ensino por meio do desvio do recurso público e consagra o prevailecimento do privado sobre o público.

Os principais projetos, até o momento, são: PL 4372/2012- INSAES, Anteprojeto de Lei da Lei Orgânica das Universidades Federais; Lei 12881, de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Ensino Superior) – Transforma o Ministério da Educação em Ministério de Educação de Base e transfere o ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Vale ressaltar que a Lei das Comunitárias foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e sancionada pelo presidente do Senado.

TR - 6

O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN fortaleça a articulação no campo dos movimentos populares classistas objetivando a construção de uma agenda, reafirmando o PNE da Sociedade Brasileira como proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, com elementos para contribuir na direção de uma política de Estado efetiva para a educação pública.

TEXTOS

TEXTOS

TEXTOS

TEXTOS

TEXTOS

TEXTOS

TEXTOS

TEXTOS

TEXTOS

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)

REORIENTAR A POLÍTICA SINDICAL PARA UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA

TEXTOS DE APOIO

Para traçar uma política sindical a altura do momento, precisamos fazer um balanço histórico da luta da nossa categoria. A análise das lutas e greves dos SPF nas últimas décadas mostra alguns elementos importantes, sob diversos pontos de vista. Primeiramente devemos observar o aspecto estrutural: em trinta anos, foi somente na década de 2000, durante o governo Lula, que o número de greves caiu pela metade, de sete greves por década em média nos anos 1980 e 1990, para três greves em 10 anos no caso do ANDES - SN. Uma situação similar se dá com Sinasefe e Fasubra.

Dessa maneira, é fundamental dimensionar o impacto desmobilizador do Governo do PT. Deve-se salientar, num primeiro momento, que o governo petista deixou claro qual seria sua marca na relação com os trabalhadores ao instituir como primeira investida a reforma da previdência em 2003. Apesar dessa ação contra os direitos trabalhistas, nota-se que a resposta do aparelho sindical não deu conta de satisfazer os anseios dos trabalhadores ao longo do governo Lula, em seus dois mandatos.

Percebe-se também que na história das lutas sindicais, a reivindicação das reposições salariais se deu paralelamente a reivindicação de plano de carreira. O PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) foi conquistado entre as greves de 1985 e 1987. E foi uma conquista que se deu num quadro de greves gerais e lutas de diversas categorias, não sendo uma ação exclusiva de uma categoria ou outra. Mas essa “garantia institucional” foi sendo destruída ao longo da década neoliberal e pelos governos Lula e depois Dilma.

Outro dado fundamental. Nessas lutas ocorreu também a reivindicação para estender os direitos trabalhistas dos estatutários aos do regime da CLT e vice-versa, indicando uma luta contra a duplicidade de regimes dentro do processo de trabalho. O direito de greve no funcionalismo público só foi garantido em 1994 e isso significa que as greves foram feitas simultaneamente por reivindicações econômicas e políticas, que não foi o ponto de partida das greves, mas seu resultado.

A greve de 2012 foi a única que teve como pauta, de forma explícita, o tema das condições de trabalho. Historicamente (pelo menos segundo dados levantados) esse tema não foi pautado ou não recebeu a centralidade na memória das greves, o que já seria sintomático. Do ponto de vista político, podemos ver a ausência da pauta de qualquer tema não - corporativo. Além dos aumentos salariais os poucos itens foram as reivindicações de vagas para concurso público e a defesa de “educação pública”.

Ao mesmo tempo não se destaca nenhuma greve de solidariedade ou política propriamente dita. Além disso, a inexistência de greves durante os governos Lula (com exceção da greve contra a reforma da previdência), mostra que todas as demandas da categoria foram encaminhadas em mesas de diálogo com o governo, que diga-se de passagem não atendeu nenhuma reivindicação do movimento. As três greves do ANDES - SN sob o governo do PT não tiveram nenhuma reivindicação atendida e isso ao mesmo tempo em que se promoveram infrutíferas reuniões e grupos de trabalhos (GTs).

A política sindical não conseguiu romper os marcos do corporativismo, e esse fato está relacionado diretamente ao fato da redução da capacidade de pressão. Mas e o que aconteceu com o conjunto da classe trabalhadora e das camadas populares? As principais políticas dos governos petistas têm sido, de fato, o atendimento dos interesses da burguesia, em detrimento das reivindicações históricas da classe trabalhadora. No campo, a reforma agrária foi abandonada, ao passo que nos oito anos da Era FHC se assentou mais famílias do que nos dez anos da Era PT. Além disso, o atendimento dos interesses do agronegócio tem sido prioridade dos governos petistas, como comprovam os incentivos à produção de monocultura da soja e aos usineiros, associados aos biocombustíveis, além da aprovação do “Novo Código Florestal”.

Os povos indígenas e comunidades quilombolas também tiveram suas reivindicações abandonadas diante da implantação dos projetos neodesenvolvimentistas, em especial a construção das grandes hidrelétricas de Belo Monte e Jirau, e do atendimento dos interesses dos latifundiários. Os conflitos no campo se intensificaram a partir de 2003.

Nos oito anos de Lulismo o total de assassinatos resultantes de conflitos no campo foi de 305 vítimas fatais, uma média anual de 38 assassinatos, sendo que o pico foi o primeiro ano de governo, com 73 assassinatos em 2003. Nos oito anos da Era FHC, foram 292 assassinatos, uma média de 36 mortes por ano. A Era Lula totalizou 12.107 conflitos no campo, contra 6.468 conflitos durante os dois governos FHC/PSDB/PFL.

Entre as principais propagandas da era lulista está a suposta redução da pobreza e as políticas de valorização do salário mínimo. Entretanto, quem de fato tem motivos para comemorar são os burgueses, pois os empresários da indústria automobilística tiveram um faturamento líquido de 679,607 milhões de reais nos oito anos da Era Lula, um aumento de 50% em relação aos 453,340 milhões de reais faturados durante a Era FHC. Mas sem dúvidas os banqueiros são os principais beneficiados nos governos petistas. A burguesia do setor financeiro teve um lucro recorde de 199 bilhões de reais, com um crescimento de cerca de 550% em relação aos 30,798 bilhões faturados durante os governos tucanos.

Por fim, os megaeventos promoveram remoções em larga escala, e através da política de segurança pública, as UPPs, se intensificou a repressão aos pobres nos centros urbanos. Logo, existe um conjunto de contradições objetivas que devem ser objeto da política de ação sindical.

Ao mesmo tempo, não basta levantar bandeiras salariais e de condição de trabalho de uma categoria, é preciso unificar as lutas sempre dentro do mesmo universo e coordenar as lutas de forma geral no âmbito do serviço público e do sindicalismo e movimento social em geral.

O grande erro é dos sindicatos, mesmo os que fizeram oposição ao governo Lula a partir de 2003, pois não conseguiram romper com o método do sindicalismo propositivo. Dessa forma, os sindicatos tem pensado sua política como elaboração de propostas de políticas para que os governos assumam e tem poucas políticas efetivas de luta para garantir a defesa dos direitos. Nesse sentido, a luta específica das categorias do serviço público deve ser entendida como parte da luta pela redistribuição da renda nacional. Isso significa que não basta lutar por carreira e salários. É preciso lutar contra a precarização das condições de trabalho e estudo e para determinar os objetivos aos quais às instituições públicas estão atendendo.

É preciso pensar as políticas sindicais não como se fossem políticas para o Estado assumir e executar, mas políticas de mobilização e luta. Isso irá permitir que o sindicato tenha uma política de ação e mobilização adequada ao momento histórico. Por isso o congresso delibera que irá, em cada política específica:

TR – 7

Lutas sociais e direitos dos Trabalhadores

1. Conjugar as reivindicações econômicas da categoria com reivindicações coletivas e de direitos sociais (saúde, educação, transporte e reivindicações salariais gerais), para demarcar o conteúdo classista e não corporativista.

2. Política de Gênero, Etnia e Classe: Tomar como foco a luta contra a terceirização como forma de discriminação de gênero e racial no local trabalho e a luta contra a violência sexual e assédio moral dentro das IFES.

3. Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana: Apoiar através das seções sindicais as Lutas Indígenas e Camponesas e socioambientais. Participar da Luta contra a Copa e os Megaeventos e seus efeitos sobre a questão urbana (transporte, remoções e etc.) e intensificar a luta pela defesa dos direitos animais.

4. Política Educacional: Promover a unidade na luta dos trabalhadores da educação de todas as redes de ensino como o principal fator para a defesa da educação pública, priorizando a luta contra as políticas meritocráticas e produtivistas que levam a doenças do trabalho e perda de autonomia pedagógica.

5. Política de Comunicação: A principal característica da luta ideológica é a criminalização das lutas populares e a tentativa de construir a imagem de que o Brasil está vivendo uma situação de desenvolvimento. Por isso a política de comunicação deve desconstruir o discurso hegemônico, defendendo incondicionalmente as formas de luta surgidas no levante popular e combatendo a criminalização e denunciando as perseguições políticas.

TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta os artigos 70 e 71 e o parágrafo 2º do artigo 72 para atualização no 33º Congresso.

TR - 8

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo quarto (34º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 34º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

Art. 71. Fica prorrogada até o 34º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

Parágrafo 2º do Artigo 72

§ 2º O 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 34º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.

TEXTO 9

Diretoria do ANDES-SN

REGIMENTO ELEITORAL

TEXTO DE APOIO

Considerando que uma das atribuições/competências do Congresso é a elaboração do Regimento Eleitoral para a “Eleição da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2014/2016 (Art. 52 do Estatuto), a Diretoria apresenta, para apreciação do 33º Congresso, uma

proposta de Regimento Eleitoral, nos termos contidos no Texto de Resolução (TR) e Texto Documento (TD).

TR - 9

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Regimento Eleitoral – Eleições da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL biênio 2014/2016.

TEXTO DOCUMENTO

Regimento Eleitoral

Eleição da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL – BIÊNIO 2014/2016

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO

Art. 1º O presente Regimento Eleitoral define as normas e procedimentos para a eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SINDICATO NACIONAL), para o biênio 2014/2016, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º A eleição a que se refere o caput deste artigo realizar-se nos dias **13 e 14 de maio de 2014**.

§ 2º O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO II DOS ELEITORES

Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que:

I – nele se sindicalizarem **até 13 de fevereiro de 2014**;

II – estiverem em dia com suas contribuições **até 7 de março de 2014**.

§ 1º As Seções Sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais deverão notificar à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e esta, à Comissão Eleitoral, os motivos para tal **até 7 de abril de 2014**.

§ 2º A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central (CEC), **até o dia 21 de março de 2014**, a relação das Seções Sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 58º CONAD (Santa Maria/RS, julho de 2013), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo.

§ 3º O não repasse das contribuições decorrente de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral.

Art. 3º As Seções Sindicais e as Secretarias Regionais têm prazo **até o dia 4 de abril de 2014** para enviarem à CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito ao voto.

§ 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições referentes ao mês **de fevereiro de 2014**.

§ 2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no *caput* deste artigo deverão ser comunicadas à CEC e à Comissão Eleitoral Local (CEL) até 7 (sete) dias corridos antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.

§ 3º As Seções Sindicais disponibilizarão, **no dia 11 de abril**, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.

Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito, a ser disciplinado pela CEC e pelas Comissões Eleitorais Locais nos termos do disposto no Art. 35.

CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 16 de novembro de 2013** e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL **até 20 de dezembro de 2013**.

Parágrafo único. No caso de diretores e ex-diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, estes poderão ser candidatos se estiverem em dia com a Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, **até o dia 20 de fevereiro de 2014**, ressalvando o disposto no parágrafo único do Art. 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS

Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I – durante o 33º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente ou secretário geral. O requerimento deve ser encaminhado à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa, bem como indicar seu representante e respectivos suplentes na CEC;

II – o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia **17 de março de 2014, das 9h às 18h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.**

III – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da CEC, **até o prazo final de inscrição definitiva**, os seguintes documentos, sendo os dos itens “a” e “b” originais:

a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; nº de telefone; endereço eletrônico, nº do PIS/PASEP; nº do RG; nº do CPF; denominação da Seção Sindical ou, se for o caso, da Secretaria Regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula.

b) programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a Presidente.

c) fotocópia de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (R.G. – CNH – CTPS – Passaporte ou Carteira de Conselho Profissional).

IV – Os documentos referido no inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC.

V – Não havendo registro de chapas durante o 33º CONGRESSO, o prazo para registro, nos termos previstos no § 1º, do Artigo 52 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, será prorrogado por 15 (quinze) dias corridos a partir da data do final do 33º CONGRESSO, realizando-se na Secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.

§ 1º – No caso previsto no inciso V, o registro dos candidatos aos demais cargos será estendido por mais 30 (trinta) dias corridos após o prazo final para o registro das chapas;

§ 2º – A Chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de solicitação da inscrição.

Art. 7º - A CEC reunir-se-á no prazo de 24 horas após o prazo de registro das chapas para verificar a documentação entregue e proceder a homologação da(s) chapa(s).

Parágrafo Único – Em caso de dúvida em relação às condições de elegibilidade de qualquer candidato, a CEC fará conferência junto à respectiva seção sindical, AD-Seção Sindical ou secretaria regional.

Art. 8º Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos II e V do Art. 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à CEC que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

§ 1º A faculdade prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de Presidente, Secretário-Geral e 1º Tesoureiro.

§ 2º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da CEC presentes à reunião, implicará na manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado.

Artigo 9º - Os candidatos descritos no Art. 32, inciso IV e V do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão ser sindicalizados da área de abrangência geográfica da respectiva secretaria regional.

Parágrafo Único - As alterações previstas no Art. 8º só poderão ser consideradas pela CEC se lhe forem entregues **em até quarenta e oito horas após o encerramento do prazo final de inscrição definitiva das chapas**, improrrogavelmente.

Art. 10 No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas que venham a ser elaboradas pela CEC.

Art. 11 É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento.

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL SEÇÃO I DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 12 A eleição para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, Biênio 2014/2016, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central (CEC) composta por:

I – 1 (um) membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu Presidente;

II – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III – 2 (dois) ou 3 (três) sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, a depender do número de chapas, indicados e homologados pela Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV – a composição da CEC deverá ser em número ímpar.

§ 1º Os componentes da CEC, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 33º CONGRESSO, na Plenária do Tema das Questões Organizativas e Financeiras.

§ 2º A Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar 2 (dois) suplentes para cada integrante da CEC previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.

§ 3º É vedada a participação dos membros da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na CEC.

§ 4º É vedada a participação de candidato na CEC.

Art. 13 Compete à CEC:

I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento;

II – oficializar e divulgar o registro de chapa(s);

III – divulgar a composição do eleitorado até o dia **10 de abril de 2014**;

IV – confeccionar as cédulas eleitorais;

V – coordenar as Comissões Eleitorais Locais;

VI – decidir sobre recursos interpostos;

VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e

VIII – elaborar o Relatório Final a ser divulgado no **59º CONAD**

Parágrafo único. A CEC pode, sempre que necessário, arremeter auxiliares.

Art. 14 A CEC só se reunirá com a presença de, no mínimo, a mais da metade de seus integrantes, sendo em cada reunião lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEC por intermédio de seu representante na Comissão.

Art. 15 As decisões da CEC serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Art. 16 O integrante da CEC que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo-a seu suplente.

Parágrafo Único. Na falta eventual de um membro titular, o suplente poderá assumir desde que essa ausência seja comunicada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Art. 17 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEC.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para o estabelecimento de contato entre a CEC e os representantes autorizados pela chapa.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 18 Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL) composta por:

I – 1 (um) membro de sua Diretoria, na condição de Presidente;

II – até 2 (dois) membros indicados por cada chapa concorrente, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

III – nas seções sindicais onde as diretorias não constituírem Comissões Eleitorais Locais, as Secretarias Regionais poderão fazê-lo, indicando o seu Presidente.

Parágrafo único. A Diretoria e as chapas poderão indicar suplentes, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, para os cargos previstos nos incisos I e II.

Art. 19 A composição das Comissões Eleitorais Locais deve ser enviada para a CEC **até o dia 24 de abril de 2014**.

Art. 20 Compete às Comissões Eleitorais Locais:

I – definir e organizar as seções eleitorais **até o dia 30 de abril de 2014**;

II – apurar os votos e enviar para a CEC o mapa dos resultados e a respectiva documentação;

III – decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

Parágrafo único. A CEL pode, sempre que necessário, arregimentar auxiliares.

Art. 21 A CEL só se reunirá com a presença de mais da metade de seus integrantes, sendo que em cada reunião deverá ser lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEL por intermédio de seus representantes na Comissão.

Art. 22 As decisões da CEL serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

§ 1º Em caso de empate, haverá voto qualificado do Presidente da CEL.

§ 2º Das decisões da CEL cabe recurso à CEC.

Art. 23 O integrante da CEL que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo em seu lugar o suplente.

Art. 24 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo um representante autorizado a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEL.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a CEL e os representantes autorizados pela chapa.

CAPÍTULO VI DA VOTAÇÃO SEÇÃO I DA CÉDULA ELEITORAL

Art. 25 A votação é realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º A cédula contém a(s) chapa(s) registrada(s), em ordem cronológica de inscrição e com o nome da(s) chapa(s).

§ 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará sua escolha.

Art. 26 Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada por, pelo menos, dois integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva seção eleitoral.

SEÇÃO II DAS SEÇÕES ELEITORAIS

Art. 27 As seções eleitorais serão estabelecidas pelas Comissões Eleitorais Locais em número e locais suficientes para o atendimento dos eleitores de cada IES.

Art. 28 Os eleitores sindicalizados nas seções sindicais votam nas seções eleitorais designadas pela Comissão Eleitoral de sua respectiva seção sindical.

Art. 29 Nas seções sindicais, previamente definidas pela CEC, haverá uma seção eleitoral designada pela CEL para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via Secretaria Regional.

Art. 30 As Secretarias Regionais têm prazo **até o dia 2 de abril de 2014** para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, às Seções Sindicais onde estes poderão votar.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no *caput* deste artigo, as Secretarias Regionais deverão informar aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a seção eleitoral onde estes poderão votar. O voto desses sindicalizados em qualquer outra seção eleitoral deverá ser considerado em trânsito.

§ 2º Mediante autorização da CEL e da fiscalização das chapas concorrentes, a Secretaria Regional poderá constituir uma seção eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo.

Art. 31 Em cada seção eleitoral, haverá uma Mesa Receptora composta por 1 (um) Presidente e 2 (dois) Mesários, indicados pela CEL.

§ 1º Só podem permanecer na seção eleitoral, além do Presidente e dos Mesários, 1 (um) fiscal de cada chapa concorrente, e o eleitor, que ficará durante o tempo necessário para votar.

§ 2º A Mesa Receptora de cada seção eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam entregues à CEL.

Art. 32 Na seção eleitoral deve existir, providenciado pela CEL:

I – urna;

II – cédulas oficiais;

III – folha de ocorrência;

IV – lista específica para eleitor em trânsito;

V – cópia deste Regimento;

VI – lista de eleitores;

VII – nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação;

VIII – cabine indevassável;

IX – lacre para as urnas;

X – envelopes para o voto em trânsito;

XI – modelo de ata de votação;

XII – envelope para voto em separado.

SEÇÃO III DO ATO DE VOTAR

Art. 33 Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

I – no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas.

II – a ordem de votação é a da chegada dos eleitores;

III – identificado, o eleitor assinará a lista de presença e receberá cédula rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora;

IV – o eleitor usará cabine indevassável para votar;

V – ao final de cada período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa;

VI – a guarda do material de votação e da respectiva urna é de responsabilidade da CEL;

VII – ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue à CEL.

Parágrafo único. Na ausência de fiscais, o rompimento do lacre será feito na presença do primeiro eleitor, devendo ser registrado em ata.

Art. 34 Os sindicalizados, via Secretarias Regionais, votarão na seção sindical indicada pela Secretaria Regional e na seção eleitoral indicada pela CEL segundo listas fornecidas pelas respectivas Secretarias Regionais.

Art. 35 O voto em trânsito obedecerá ao seguinte procedimento:

I – o eleitor assinará lista específica na seção eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito a sua seção sindical de origem ou, se sindicalizado via Secretaria Regional, a sua regional de sindicalização.

II – o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope que servirá de sobrecarta, numerado na sequência de ordem de chegada para votar.

SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 36 É assegurado às chapas a fiscalização dos processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão à CEL, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e 24 horas do início da apuração dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, 2 (dois) fiscais por mesa de apuração, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do (s) fiscal (is) de apuração não pode recair em integrantes da CEL ou de Mesa Receptora.

Art. 37 É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela CEC mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a CEC, por meio de documento, sindicalizados para exercerem a função de fiscal de computação dos resultados, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto para a computação dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, 2 (dois) fiscais, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do (s) fiscal (is) não pode recair em integrante (s) da CEC.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 38 A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á, obrigatoriamente, **no dia 15 de maio de 2014**, no horário indicado pela CEL e será concluída, impreterivelmente, até às 24h do mesmo dia.

Parágrafo único. Nos *campi* fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da Mesa Receptora, a critério da CEL, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos Arts. 36 e 37.

Art. 39 As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, **até as 16 horas do dia 16 de maio de 2014** (horário de Brasília), via meio eletrônico, à Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva seção sindical.

§ 1º As Comissões Eleitorais Locais têm, como prazo máximo, **até o dia 21 de maio de 2014** para encaminhar, por SEDEX, à Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. **As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical.**

§ 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, na referida data, por serviço ultrarrápido de entrega de correspondência.

Art. 40 A computação dos votos pela CEC iniciar-se-á **às 15 (quinze) horas (horário de Brasília) do dia 17 de maio de 2014** estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

Art. 41 Os mapas eleitorais das Seções Sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela CEC.

Art. 42 No caso de voto em separado, a CEL providenciará, junto à Seção Sindical ou, se for o caso, à Secretaria Regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar.

Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna.

Art. 43 As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato será incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

Art. 44 Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final.

Art. 45 Será anulada a urna que:

- I – apresentar, comprovadamente, sinais de violação;
- II – apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;
- III – não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 46 Será anulada a cédula que:

- I – não conter a rubrica dos integrantes da respectiva Mesa Receptora;
- II – não corresponder ao modelo oficial.

Art. 47 Serão considerados nulos os votos que contiverem:

- I – mais de uma chapa assinalada;
- II – rasuras de qualquer espécie;
- III – qualquer caractere que permita identificação.

Art. 48 As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da CEL até a proclamação do resultado final pela CEC.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS

Art. 49 Qualquer recurso deverá ser apresentado à CEL, no máximo, **até às 9h do dia 17 de maio de 2014**.

§ 1º A CEL, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá, no prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados.

§ 2º Das deliberações da CEL cabem recursos à CEC, no prazo de três horas após sua publicação.

§ 3º Os recursos à CEC deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à CEC.

Art. 50 Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à CEC no prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados por esta.

Art. 51 Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou pelos candidatos às Comissões Eleitorais Locais e Central.

Parágrafo Único. No caso de não haver na seção sindical fiscal indicado por chapa ou pelos candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à CEL.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 Compete à Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das Seções Sindicais garantirem todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das Comissões Eleitorais Central e Locais.

Art. 53 O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará na anulação do registro da chapa pela CEC.

Art. 54 As Comissões Eleitorais, Local e Central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento.

Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, a CEC poderá, com a aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos Arts. 1º e 6º.

Art. 55 As chapas deverão encaminhar à CEC os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de 5 (cinco) dias, prazo de postagem, com Aviso de Recebimento (AR).

Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, o que acarretará as consequências cabíveis.

Art. 56 Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela Tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do Presidente da CEC.

Parágrafo único. No prazo de quinze dias após a promulgação do resultado da eleição, o Presidente da CEC apresentará à Diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral.

Art. 57 O Presidente da CEC deverá, em tempo hábil, apresentar à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da CEC, a fim de permitir que esta providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da comissão.

§ 1º O valor da diária dos integrantes da CEC será o mesmo dos Diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e de deslocamento local.

§ 2º No prazo de sete dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da CEC deverão apresentar à Tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final.

Art. 58 A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da CEC durante todo o processo eleitoral.

Art. 59 É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do Art. 54.

Art. 60 A proclamação final dos resultados será feita pela CEC somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento.

Parágrafo único. O Relatório Final dos trabalhos da CEC, bem como o Relatório Financeiro definido no parágrafo único do Art. 56, deverão ser apresentados no 59º CONAD.

Art. 61 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CEC.

Parágrafo único. Tratando-se de questões locais, os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em primeira instância pela CEL e, em instância final, pela CEC.

Art. 62 Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 33º CONGRESSO.

**ANEXO I
REQUERIMENTO**

Ao
Professor Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezado Professor,

O/A(s) professor (es/as) _____ e
de _____, candidato(s) ao(s) cargo(s)
de _____ e _____, vêm requerer o
REGISTRO da chapa denominada _____
para concorrer à eleição
da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-
SINDICATO NACIONAL, biênio 2014-2016, e apresentam como candidato ao cargo de
Presidente, o (a) Professor(a) _____
_____, ao cargo de Secretário Geral, o (a) Professor(a)
_____, ao cargo de 1º Tesoureiro, o (a)
Professor(a) _____ e, como seu representante e seu
suplente na Comissão Eleitoral Central, os (as) Professores(as)

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.
Pede deferimento

XXXXX, XX de XXXXXX de 2014.

Professor (a) _____
(assinatura)

Professor (a) _____
(assinatura)

RECIBO:

Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/02/2014.

Número de identificação da chapa: _____

Prof. Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Anexo II
TERMO DE CONCORDÂNCIA

Professor (a) _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. 6º, inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 33º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concordo em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2014 - 2016 na condição de candidato (a) ao cargo de _____ na chapa denominada _____ e que tem o número _____ como identificação oficial.

_____, de _____ de 2014.

Professor _____
(assinatura igual ao documento de identidade)

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: ()
()

3 - Endereço eletrônico (e-mail):

4 – Nº do PIS/PASEP:

5 – Nº do RG:

6 – Nº do CPF:

7 – Sindicalizado a (Seção Sindical):

8 - Secretaria Regional (caso sindicalizado via Secretaria Regional):

9 - IES de vínculo:

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 58º CONAD**TR – 10**

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 58º CONAD.

Nº	ITEM	Rateio ANDES	Rateio SEDUFMS
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	17.084,17	1.008,00
	Diárias	4.500,00	0,00
	Passagem Aérea	3.042,52	0,00
	Passagem Terrestre	740,00	0,00
	Hospedagem	9.360,00	0,00
	SUBTOTAL	34.726,69	1.008,00
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio	0,00	960,00
	Táxi	0,00	0,00
	Apresentação Cultural	0,00	0,00
	Serviço de Enfermagem	0,00	0,00
	Material Médico	0,00	0,00
	Transporte/ônibus	0,00	0,00
	Combustível	0,00	0,00
	SUBTOTAL	0,00	960,00
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes	0,00	830,00
	Banner	0,00	0,00
	Filmagem	0,00	2.000,00
	Transportadora	1.209,43	0,00
	Informandes	2.165,50	0,00
	Convites Abertura	0,00	48,00
	SUBTOTAL	3.374,93	2.878,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	0,00	295,35
	Material de Copa	0,00	0,00
	Material de Limpeza	0,00	0,00
	Computador/ Notebook	0,00	7.710,00
	Aluguel Copiadora/ Impressora	0,00	10.800,00
	Correios	0,00	495,90
	Coffe Break	0,00	5.400,00
	Cafê/ Água Mineral	0,00	1.026,00
	Papel A4	479,00	194,25
	Sonorização	0,00	2.800,00
	Ornamentação	0,00	0,00
	Espaço Hotel, Auditório e Salas	0,00	29.182,40
	SUBTOTAL	479,00	57.903,90
4	Material Distribuído para Delegados e		

	Observadores		
	Bolsas	0,00	4.750,00
	Camisetas	0,00	3.500,00
	Crachás	0,00	559,50
	Bloco de anotações	0,00	700,00
	SUBTOTAL	0,00	9.509,50
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	700,00	0,00
	Hospedagem	759,00	0,00
	Passagens Aéreas	475,39	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	1.934,39	0,00
	TOTAL	40.515,01	72.259,40

	Total de Despesas Realizadas	112.774,41
--	-------------------------------------	-------------------

TEXTO 11

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPAUA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTPCEGDS, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 33º CONGRESSO.

Seção Sindical:
Grupo de Trabalho:
Componentes:

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO

TEXTO DE APOIO

Em seu primeiro ano de existência, o Fundo Único foi utilizado, em sua parcela relativa à mobilização, na realização da marcha do dia 24 de abril de 2013, possibilitando ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades e com a CSP-CONLUTAS no esforço de trazer a Brasília movimentos populares organizados. O Fundo contribuiu, com sua parcela referente a greve, com o movimento das estaduais do Ceará, que entraram em greve no mês de novembro de 2013. Os docentes reivindicam a realização de concurso para professores efetivos, a regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), a equiparação dos salários de professores efetivos e substitutos, investimento na infraestrutura, concurso para servidores administrativos e assistência estudantil no interior.

O aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, foi suficiente para a manutenção do Fundo Único, para as demandas de 2013.

TR - 12

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, definidos pelo 33º Congresso como centrais na luta do Sindicato, no limite de 500 mil reais da parcela referente à mobilização.
2. Autorizar o 59º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e luta para o segundo semestre de 2014
3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, que entrarem em greve no ano de 2014, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto permanecerem em greve.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, situada em Guararema/SP (a 70 km de São Paulo/SP) e inaugurada em 23 de janeiro de 2005, foi construída entre os anos de 2000 e 2005 graças ao trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores do MST e simpatizantes.

Atualmente, a ENFF conta com o apoio de mais de 700 professores voluntários – do Brasil, da América Latina e de outras regiões – e oferece cursos de nível superior nas áreas de Filosofia Política, Serviço Social, Pedagogia, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e

Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos, além dos cursos de especialização, em convênio com outras universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo). Possui uma biblioteca com mais de 40 mil volumes impressos, formada em base de doações. Para garantir o acesso às mulheres, foram construídas creches para as crianças nelas permanecerem enquanto as mães estudam.

A ENFF recebe ajuda de várias entidades e do ANDES-SN, de forma contínua, visando a suprir as necessidades inerentes à formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo.

TR - 13

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TEXTO DE APOIO

É inegável o valor do trabalho investigativo realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, desnudando a origem e o montante real da dívida pública brasileira. Pela qualidade técnica, o material produzido pela Auditoria tem subsidiado, de forma ímpar, as reflexões e os debates realizados pelo ANDES-SN e por outras entidades de servidores públicos envolvidos na luta em defesa de políticas públicas de qualidade. As consequências advindas do compromisso dos sucessivos governos de pagar uma conta, sem realizar uma auditoria determinada pela Constituição de 88 e cujos valores em 2013 (até 04/10) atingiram R\$ 690 bilhões, ou seja, 47% do gasto federal, são desastrosas para a educação, a saúde e a aposentadoria dos trabalhadores.

Nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2013, a Auditoria Cidadã realizou em Brasília o Seminário Internacional “O sistema da dívida na Conjuntura Nacional e Internacional”, com a participação de representantes de diversas nacionalidades, o que permitiu conhecer experiências de outros países na luta pela transparência e acesso a informações acerca do endividamento público. A atividade abordou o Sistema da *Dívida* e o seu impacto na economia nacional e internacional e permitiu traçar medidas para a articulação de ações concretas, na vanguarda de uma nova arquitetura financeira mundial.

Outra atividade que a Auditoria Cidadã vem encaminhando e encontra-se em fase de elaboração, já com ementário discutido, é a realização de um curso de formação sobre a dívida pública, cuja finalidade é a ampliação/criação de núcleos nos estados e municípios e formar pessoas capacitadas para enfrentar a questão. Já existem núcleos organizados nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Pela contribuição que a Auditoria Cidadã tem prestado aos movimentos sociais e ao ANDES-SN, faz-se importante a manutenção do apoio político e financeiro.

TR – 14

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida;

TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 34º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 14h do dia 12/02/14, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 15

O 34º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da ... Seção Sindical.

**TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL,
EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES**

QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS**TEXTO DE APOIO**

A crise político-econômica mundial também vem se manifestando junto ao governo brasileiro, que, de maneira subserviente, coloca o Estado a serviço do processo de recuperação das empresas nacionais e transnacionais, no sentido de manter uma política que possa dar continuidade de reprodução do capital financeiro. Uma das consequências desta posição política pode ser vista no estímulo e financiamento crescente de diversos megaempreendimentos e megaeventos, que trazem como resultado graves danos tanto ambientais como sociais.

Estes governos vêm dispondo de generosos recursos e espaços estratégicos, para dar curso às incursões do capital, intensificando os subsídios a empresas transnacionais, alterando a legislação e promovendo um sem-número de privatizações. Dados do próprio BNDES demonstram que os seus investimentos, sem levar em conta os demais setores do governo, estão na ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos ao longo dos primeiros 5 anos, correspondendo a 80% dos projetos, e tendo o capital como seu principal beneficiário.

Esse modelo econômico predatório e socialmente excludente vem balizando os projetos governamentais, que não tem medido esforços para acomodar confortavelmente nesta sangria de recursos públicos, principalmente para os megaeventos Copa 2014 e Olimpíada de 2016 e seus desdobramentos: especulação imobiliária, assentada na organização e realização dos megaeventos; higienização social, com remoções arbitrárias e truculentas de milhares de moradores de baixa renda, moradores de rua e dependentes químicos, sob o argumento falacioso de transformação e modernização das cidades; expulsão, por meio da repressão, coação e assassinato, de populações tradicionais, como caiçaras, camponeses assentados, quilombolas e indígenas, de seus territórios originais; flexibilização da legislação ambiental e urbanística; uso do solo urbano e rural para favorecer a especulação imobiliária e a instalação dos megaempreendimentos de elevado potencial poluidor e predatório; destruição de ecossistemas originais que apresentam relevante biodiversidade, entre outros crimes ecológicos e violações aos direitos humanos.

Dando continuidade às políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, em função do interesse do capital, vem se observando um grande retrocesso:

- a) privatizações do bem público, como aeroportos, portos, rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica e entrega de jazidas petrolíferas, como o leilão do Campo de Libra;
- b) criação de hidroelétricas, sem respeito aos ribeirinhos e aos povos da floresta, e sem o devido estudo do impacto ambiental, como é o caso da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu;
- c) Código de Mineração em tramitação no Congresso Nacional, que permite a exploração de nossas jazidas por empresas transnacionais e sem respeito às comunidades locais e ao ambiente, configuradas a partir de então como de interesse nacional;
- d) Código Florestal, aprovado no ano passado, que diminuiu e flexibilizou a utilização de áreas de preservação ambiental (beira de rios, lagos e banhados, topo e encostas de morro, etc.), isentou de multas os latifundiários que haviam praticado desmatamento, entre outras resoluções prejudiciais ao meio ambiente, com reflexos imediatos no aumento do desmatamento, principalmente na Amazônia;

- e) expansão contínua do agronegócio, que atualmente é o maior responsável pelo desmatamento, utilização indiscriminado de biocidas, aumento do uso de transgênicos;
- f) assassinatos e atentados no meio rural, promovidos por grupos paramilitares do latifúndio/agronegócio, mineradoras e empresários de megaempreendimentos, vêm aumentando a cada ano, com a conivência dos governos e do Poder Judiciário;
- g) desrespeito contínuo à necessidade de preservação dos biomas em favorecimento à exploração da terra por grandes empresas nacionais e transnacionais;
- h) liberação dos transgênicos e uso indiscriminado de biocidas devido ao plantio de milhares de hectares de monoculturas por grandes proprietários ou empresas rurais, em uma política oficial de subserviência ao agronegócio;
- i) alarmantes impactos urbanos, rurais, ambientais e humanos proporcionados pelos megaempreendimentos e megaeventos.

A análise destes temas tem permitido desmascarar o projeto do governo, que, como em outras situações, coloca-se a serviço da ação do capital nacional e internacional no que tange às questões urbanas, rurais e ambientais. Desnuda-se as contínuas investidas contra os direitos à cidade, ao campo e ao de usufruir de um meio ambiente preservado, intensificando a espoliação sobre a vida dos trabalhadores, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais e quilombolas. Entender essas situações e atuar em unidade com os movimentos sociais que enfrentam estas políticas é o nosso desafio. Para tanto, o fortalecimento do GTPAUA nas seções sindicais é importante e central. Neste sentido, é indispensável que o Sindicato Nacional continue o trabalho de organização interna e de busca de coordenação e mobilização com os movimentos sociais para intensificar ações unitárias.

TR - 16

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a aprovação do Código de Mineração em tramitação no Congresso Nacional.
2. Desencadear ações unitárias com os demais movimentos sociais, de denúncia e enfrentamento do retrocesso do Código Florestal, aprovado no Congresso Nacional.
3. Lutar contra a interferência estrangeira no solo e subsolo e outras riquezas brasileiras.
4. Desenvolver ações com os demais movimentos sociais voltadas à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20.
5. Intensificar o debate junto às seções sindicais acerca da estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de desenvolvimento.
6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais na construção dos megaempreendimentos, como expressa a luta contra a instalação da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu.
7. Continuar a luta com os movimentos sociais, pela imediata rotulação e descrição de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados - OGM (transgênicos) e lutar pela revogação da legislação que libera os transgênicos.
8. Intensificar as ações, com os movimentos sociais, em defesa dos direitos dos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.
9. Realizar atividades em conjunto com o GTSS/A, GTPE e GTC&T no sentido de aprofundar estudos e debates sobre a capacidade de suporte ambiental na regulamentação dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.

10. Participar das ações que ocorrerão no país no ano de 2014, com destaque para as lutas em defesa dos direitos sociais e recursos para saúde, educação e transporte públicos, em contraponto ao uso destes recursos para a Copa do Mundo.

11. Propor à CSP-Conlutas, movimentos sociais e demais entidades que vêm atuando nas lutas por direitos sociais e contra a criminalização das suas lutas, a elaboração de material informativo para divulgação em mídias diversas que tratem:

11.1 dos gastos com os megaeventos em contraponto aos investimentos públicos em educação e saúde públicas;

11.2 das ações repressivas dos estados/governos.

TEXTO 17

Diretoria do ANDES-SN

AÇÕES EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE CLASSE PARA QUESTÕES ETNICORRACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

A trajetória do GT Política de Classe para as questões etnicorraciais, gênero e diversidade sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN tem sido de luta contra qualquer tipo de preconceito, entre eles o combate à homofobia. Na História da humanidade, a questão da orientação sexual é tão antiga quanto a existência do ser humano. O capitalismo, ao impor uma moral burguesa conservadora, agrava a dominação da classe trabalhadora e a infundada superioridade de gênero, de raça, de classe e o preconceito às pessoas de orientação sexual LGBT. O Estado capitalista, desde a sua forma embrionária, cria mecanismos de repressão, criminalização e formula ideologias que impedem as pessoas de orientação LGBT de exercerem os seus direitos, inclusive à vida. Gradativamente foi se construindo socialmente o preconceito contra as mulheres, os povos indígenas, os negros e os/as LGBT, que se difundiu no âmago da sociedade capitalista efetivando a exclusão. As trabalhadoras e os trabalhadores LGBT, além de exploradas/os, são alvos dos ataques constantes homofóbicos, expressos em ódios, repugnâncias de pessoas que agem de forma violenta, ocasionando muitas vezes crimes. Esse preconceito está em todo o lugar, inclusive no local de trabalho dos/as trabalhadores/as da educação, que enfrentam práticas de menosprezo, de desqualificação, as quais violentam simbolicamente e muitas vezes fisicamente os/as trabalhadores/as LGBT.

Outra importante frente de atuação do GT tem sido a luta das mulheres, que ocorre em meio às mudanças no mundo do trabalho. Ao avaliar as mudanças, percebe-se que essas não avançaram no atendimento às necessidades de condições adequadas para que as trabalhadoras desenvolvam suas atividades, permanecendo a imposição de dupla jornada de trabalho às mulheres. Nesse sentido, o GT tem atuado na luta contra a violência e exploração do trabalho das mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto no mundo do trabalho. Estas questões foram objeto do II Seminário de Mulheres, o qual teve o desafio de aprofundar o debate sobre como a diferença de gênero incide no cotidiano da base do Sindicato Nacional, para possibilitar um avanço na luta contra o machismo, dentro e fora da universidade. Entre as temáticas discutidas, foram pautadas as condições de trabalho da mulher, aborto, violência e direito à decisão sobre o próprio corpo.

Nas questões etnicorraciais, o debate e a luta se expressaram no I Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, ocorrido no início de novembro em Dourados (MS), onde foram abordados os graves conflitos em diferentes lugares do Brasil e a inércia do governo federal em avançar na regularização das terras dos povos indígenas e quilombolas, tendo de um lado a ganância do grande capital, personificado nos empresários do agronegócio e grandes

construtoras, e do outro o protagonismo dos povos indígenas e quilombolas na luta pelos seus direitos à demarcação de terras, na disputa com os fazendeiros do agronegócio, além de preservarem a biodiversidade – no conjunto dessas lutas foi feita a denúncia da criminalização ao movimento dos Povos Indígenas no Brasil (PIB), o que tem resultado em alguns casos no assassinato de lideranças –, evidenciando assim que o governo Dilma tem negligenciado aos povos indígenas e quilombolas o direito histórico e constitucional à terra. O resultado da omissão do Estado é a violência que tem vitimado indígenas e quilombolas. Nesse Seminário, ficou evidente a necessidade de o ANDES-SN se articular com movimentos indígenas e quilombolas para fazer avançar a luta pelo direito à terra, à vida e à sustentabilidade.

Em resumo, o ANDES-SN atua em diversas frentes nas mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas pelos seus direitos ante o preconceito, combatendo a discriminação etnicorracial e a homofobia, pela demarcação das terras indígenas e quilombolas e a autossustentabilidade desses povos, pelos direitos e conquistas das mulheres, o que tem sido reforçado na atuação do GTPCEGDS.

TR - 17

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Promover, em conjunto com as seções sindicais, entidades de combate à homofobia, a CSP-Conlutas e as secretarias regionais do ANDES-SN, audiências públicas para discutir a violência contra a população LGBT e apresentar propostas para o seu enfrentamento;
2. Produzir e divulgar nacionalmente materiais informativos para subsidiar as ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual;
3. Lutar, por intermédio das seções sindicais e em conjunto com todos os segmentos da comunidade acadêmica, pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violências contra a mulher, etnicorraciais e homofóbica nas IES.
4. Dar continuidade à luta junto ao INCRA e ao governo federal pela demarcação de terras dos povos indígenas e quilombolas.



Diretoria do ANDES-SN

COMUNICAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Um dos principais objetivos do ANDES-SN é fazer com que as mensagens necessárias à sustentação das suas lutas cheguem de modo claro e da forma mais rápida possível às suas bases.

Para se conseguir esse intento, são necessárias várias medidas, sendo uma delas a regularidade na troca de informações, seja do ponto de vista interno, entre as diversas instâncias do Sindicato, seja do externo, entre este e a sociedade, por meio das mídias existentes nas esferas pública e privada.

Tem havido esforço para que todas as informações circulem, pelos meios mais simples (email ou telefone) até os mais complexos e custosos (produção de dossiês ou revistas), no afã de que a mensagem pretendida seja bem processada. Cabe agora aumentar a interatividade, a fim de aperfeiçoar o grau de informações para a luta. É, portanto, indispensável a crescente

instrumentalização profissional e tecnológica das seções sindicais no aprofundamento desta veiculação.

Para a consecução desses propósitos, o ano de 2013 tornou-se uma referência, na medida em que a comunicação do ANDES-SN foi fecunda, superando limites anteriores e com expressiva participação das seções sindicais. Após a aprovação do Plano Geral de Comunicação (PGC), em 2011, no Congresso de Uberlândia, as ações que se seguiram tinham em conta justamente o aperfeiçoamento preconizado no próprio documento em vigor. Quase todas as ações que puderam ser executadas tiveram foco em tais objetivos, a começar pelos investimentos em equipamentos e material técnico, aumentando as possibilidades de comunicação.

Ao longo do primeiro semestre, efetivaram-se três Encontros Regionais de Comunicação, cujos resultados convergiram diretamente para discussões de âmbito nacional. Os encontros regionais foram realizados em Ponta Grossa (PR), Fortaleza (CE) e Niterói (RJ), nos meses de maio e junho. O III Encontro Nacional de Comunicação teve lugar em Brasília, em outubro passado, cumprindo uma extensa pauta de debates, a partir dos encaminhamentos regionais. Vinte e três seções sindicais estiveram presentes ao Encontro Nacional, representadas por diretores e jornalistas, com o encaminhamento de várias propostas, a partir das reflexões contidas nos qualitativos debates realizados. A quantidade e a qualidade dos encaminhamentos sugeriram demandas que o Sindicato, de alguma forma, precisará responder para o prosseguimento da luta política.

Por outro lado, acirrou-se o debate a respeito do monopólio dos meios de comunicação no Brasil e sobre a necessidade da rearticular forças sociais para democratizar o setor. Em meados da década passada, fora estabelecida uma linha de divergência entre setores que se aglutinavam, desde os anos 90, no Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), já que esse fórum passou a centrar sua intervenção nos espaços institucionais, especialmente voltada para as conferências organizadas pelo governo federal, vertente com a qual o ANDES-SN e outras entidades, como ENECOS e INTERVOZES, não concordaram.

Em 2012, houve uma reconfiguração deste quadro e tivemos, em 2013, a reabertura do diálogo com o FNDC. A decisão de voltar a ter representação no fórum para defender plataforma clara e contundente a favor da democratização das comunicações do país, uma das permanentes bandeiras de lutas do ANDES-SN, foi deliberada pelo 32º Congresso, a fim de permitir o fortalecimento do debate e a construção de alianças com outros setores sociais.

Por ocasião do 57º Conad, foi deliberado que o ANDES-SN apoiasse o processo de divulgação do PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular) da Mídia Democrática. O projeto, lançado em maio de 2013, busca regulamentar artigos da Constituição Federal ligados aos meios de comunicação do país e necessita de pelo menos um milhão e trezentas mil assinaturas, totalizando cerca de 1% dos eleitores.

Esse ano de lutas no campo das comunicações formou um cabedal de informações que, além de oferecer uma visão do conjunto, permite identificar os pontos mais delicados a merecerem atenção redobrada.

TR - 18

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto em âmbito nacional como local;
2. Articular, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares;
3. Ampliar a divulgação da plataforma pela democratização das comunicações que defendemos, pautando na imprensa sindical materiais específicos;

4. Propor o engajamento das seções sindicais na constituição de comitês, núcleos, fóruns em apoio e busca de assinatura ao PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular), ou integração aos que já existem;
5. Utilizar como tema agregador e mobilizador do interesse social pela democratização das comunicações as manifestações de rua, a repressão a elas e o comportamento da mídia tradicional;
6. Investir no aperfeiçoamento da linguagem e no treinamento para melhorar a expressão dos conteúdos que defendemos frente à mídia e público alvo;
7. Indicar e promover atividades que levem as seções sindicais a elaborarem seus planos de comunicação, considerando o debate interno, as peculiaridades e possibilidades, tendo sempre como referência o Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN;
8. Instigar e solicitar às equipes de comunicação das seções sindicais que disponibilizem suas produções através dos instrumentos de mídia disponíveis e, sobretudo, que se voltem para a implantação e manutenção de conteúdo no repositório de arquivos com importância jornalística e informativa;
9. Estimular a criação e fazer uso de veículos de comunicação alternativos, populares e comunitários, ampliando o raio de veiculação da programação com aqueles já existentes. Tal objetivo deve incluir o estreitamento de laços entre setores de comunicação de outros sindicatos classistas e a CSP/Conlutas.

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Considerando que é preciso fortalecer a ampla articulação no interior da sociedade, agregando os movimentos sociais, populares e sindicais em educação, para construir uma proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, como foi deliberado no 32º Congresso do ANDES-SN “... *a construção de um encontro em prol da educação pública...*” que venha a trazer elementos para contribuir na direção de uma Política de Estado. Os encontros preparatórios/atividades estaduais, regionais e nacional deverão reforçar a proposta alternativa de educação para a sociedade brasileira, defendida pelo ANDES-SN, que está sendo articulado entre o Andes-SN, a CSP Conlutas, vários setores do Movimento Estudantil, entidades sindicais dos trabalhadores da educação e os movimentos populares que se aglutinaram a partir do Comitê Executivo Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública, já.

TR - 19

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades até junho de 2014, preparando o Encontro Nacional de Educação para agosto de 2014;
2. Realizar o Encontro Nacional de Educação em agosto de 2014.

ATUALIZAÇÃO DOS PLS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL**TEXTO DE APOIO**

Outras políticas que precisam ser combatidas pelo ANDES-SN dizem respeito aos anteprojetos, projetos e leis que estão sendo debatidos, votados e sancionados no Congresso Nacional, entre os quais relacionamos a seguir os principais.

LEI DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - da Lei 12881 de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior). Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Enquanto na LDB, as comunitárias são instituições privadas não lucrativas instituídas pela sociedade civil. Orienta-se pelo conceito de público não estatal, apoiando-se na perspectiva da instituição com finalidade pública para ressignificar os interesses privatistas da condição das Instituições Comunitárias de Educação Superior.

INSAES - PL 4372/2012 – Cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES, e dá outras providências.

Aguardando parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); na Câmara dos Deputados, foram apresentadas 318 emendas. A matéria já tramitou nas comissões de Educação, de Trabalho, de Administração e Serviço Público, tendo recebido pareceres favoráveis com emendas. O INSAES nada mais é do que uma agência reguladora dos processos avaliativos institucionais que, além de comprometer a autonomia das instituições de ensino superior, transfere a responsabilidade do Estado para uma autarquia de caráter gerencial, sujeita à politização e perpetuação da política promíscua de troca de favores entre executivo e legislativo.

PL 518/2009 A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, em 12 de outubro, projeto que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base, que deverá ficar encarregado da educação infantil até o ensino médio. Pelo texto, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação passará a regular o ensino superior. A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação de relatoria. O Andes-SN discorda da alegação do autor de que a crise de qualidade que afeta a educação básica se deve ao investimento que o MEC vem fazendo no ensino superior. Primeiro, o ANDES-SN sempre defendeu a criação de um sistema nacional de educação, conforme proposto no PNE da Sociedade Brasileira, articulando a educação básica e a educação superior, que devem estar alocadas na mesma pasta administrativa. Segundo, a legislação em vigor define a educação superior como de responsabilidade da União, incluindo a manutenção das IFES, no que se convencionou chamar de sistema federal de educação e que a educação básica e suas etapas e modalidades são de responsabilidade dos estados e municípios, devendo, nesses casos, a União atuar em regime de complementação. Compreendemos que a transferência do ensino superior para o MCT significará, entre outros aspectos, a criação de entraves à construção do Sistema Nacional de Educação que defendemos, resultando em desvinculação ainda maior entre o ensino superior e a educação básica, além de prejuízo para o financiamento das IFES, se ocorrer a adoção de um modelo similar à atual política de fundos para pesquisa.

TR - 20

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Continuar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que hoje se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aguardando relatoria.

2. Intensificar a atuação no Congresso Nacional junto aos parlamentares no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares se posicionem contrários ao INSAES;
3. Mobilizar as SSinds para que entrem em contato com as bancadas estaduais exigindo dos parlamentares que se posicionem contra o INSAES;
4. Lutar contra o caráter privatista da Lei 12881 de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior), que permite a transferência de recursos públicos por meio de parcerias e subsídios estatais.

TEXT0 21

Diretoria do ANDES-SN

SINDICAL

TEXT0 DE APOIO

O ano de 2013 foi marcado por intensas mobilizações sociais, sobretudo com as amplas e vigorosas manifestações nas ruas nos meses de junho e julho, que se espalharam pelo país a partir da luta contra o aumento das passagens de transporte, conforme registrado e analisado no texto Movimento Docente e Conjuntura, da diretoria. Como já ocorrido em outros momentos da história e também como vem se dando atualmente em diferentes países, ao redor do mundo, verificou-se, no Brasil, expressiva contradição entre a espontaneidade e radicalidade das lutas e a debilidade no grau de organização da juventude e dos trabalhadores, cuja resolução continua sendo necessária para dar consequência histórica às mobilizações. O vigor das lutas sociais tem, por vezes, conquistado vitórias, como, por exemplo, o recuo de aumentos de preços de passagens em importantes cidades e o adiamento de medidas que tiram direitos dos trabalhadores, mas não tem sido suficientemente forte para impor recuos decisivos nas políticas de retirada de direitos dos trabalhadores, que continuam ameaçando as condições de vida da maioria dos brasileiros.

O 32º Congresso (Rio de Janeiro, março de 2013) fez o balanço da atuação da CSP-Conlutas e da participação do ANDES-SN no seu interior, que o levou à definição de “intensificar a atuação do ANDES-SN na CSP-Conlutas, com especial atenção às atividades nos estados”. Aprovou, ainda, “prosseguir a atuação no Espaço de Unidade de Ação tendo como referência a proposta de ‘Plataforma Unitária’” construída no âmbito daquele espaço. E² promoveu jornada de lutas no mês de abril, que teve seu ponto alto na marcha no dia 24 de abril, tendo contribuído para aglutinar setores sindicais e populares importantes para além da CSP-Conlutas.

A partir das grandes mobilizações de junho e julho, as centrais sindicais passaram a atuar articuladamente, com vistas a trazer a classe trabalhadora à ação, convocando um dia nacional de greves, paralisações e manifestações para o dia 11 de julho. A partir de uma avaliação positiva das ações realizadas nesse dia, nove centrais (CSP-Conlutas, CUT, FS, UGT, CGTB, NCST, CGTB, CTB e CSB) convocaram uma manifestação nacional para o dia 6 de agosto contra o PL 4330, das terceirizações, e um novo dia de luta - “Dia Nacional de Paralisação” - para 30 de agosto, com o objetivo de pressionar a presidente Dilma para que atendesse as reivindicações dos trabalhadores, com base numa pauta unitária: “redução do preço e melhor a qualidade dos transportes coletivos; 10% do PIB para a educação pública e 10% do orçamento para a saúde pública; fim do fator previdenciário e aumento nos valores das aposentadorias; redução da jornada de trabalho; fim dos leilões das reservas de petróleo; contra o PL 4330, da

² CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular – Conlutas); CUT (Central Única dos Trabalhadores); FS (Força Sindical); UGT (União Geral dos Trabalhadores); CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil); NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores); CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil); CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

terceirização; reforma agrária e apoio ao PL que estabelece salário igual para trabalho igual, combatendo a discriminação da mulher no trabalho.

A unidade realizada entre as centrais nas ações do dia 11 de julho não se verificou com a mesma intensidade em 30 de agosto. Mais que isso, algumas das centrais, especialmente a maior delas, a CUT, não se empenharam na convocação das paralisações, o que não impediu que houvesse importantes paralisações e manifestações neste dia. O recuo das centrais governistas deveu-se principalmente em razão de a luta em torno da pauta unificada chocar-se com a política econômica do governo, o que tem rendido, em especial no interior da CUT, desentendimentos e a expressão emergente de setores que têm se juntado na luta. O diálogo com tais setores, por parte da CSP-Conlutas, tem sido importante no sentido de aglutinar forças na construção de alternativa ao peleguismo.

Teve destaque neste esforço de aglutinação de forças, para além dos momentos de mobilização, o Seminário que reuniu cerca de 200 dirigentes e ativistas sindicais de 13 estados brasileiros e do Distrito Federal nos dias 17 e 18 de julho, em Porto Alegre, convocado pela CSP-Conlutas, a “CUT Pode Mais”, Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e CNTA (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins). A aliança construída neste seminário fez possível uma ação que fosse mais além dos limites que as centrais governistas tentaram impor nas mobilizações de 30 de agosto.

Embora a CSP-Conlutas continue sendo minoritária no conjunto dos movimentos sindical e popular, ela conquistou, em 2013, condição de importante referência social dentre o conjunto de centrais sindicais e polo aglutinador e articulador de forças vivas que estão envolvidas nas lutas em curso.

O Movimento Docente, ao longo de 2013, debruçou-se na discussão sobre os desafios político organizativos do ANDES-SN, com especial atenção ao fortalecimento do sindicato na base, diante das novas realidades dos locais de trabalho criadas pela expansão sem qualidade do ensino, que culminou com a realização do 7º Encontro Intersetorial, no período de 25 a 27 de outubro, que tratou dos desafios político-organizativos do ANDES-SN. Juntamente com isso, foram retomadas atividades de formação sindical no segundo semestre em sintonia com o debate sobre os desafios político-organizativos do Sindicato, com ênfase na concepção da horizontalidade, que marcou historicamente a construção do ANDES-SN e sua atuação nos processos de organização da classe trabalhadora e que se mantém dentre os desafios atuais internamente ao Sindicato e na sua atuação no processo de reorganização da classe trabalhadora.

A retomada das mobilizações sociais em 2014 e as dimensões que elas poderão assumir, principalmente durante o período da Copa do Mundo, quando os holofotes estarão voltados para o Brasil, impõem a necessidade de fortalecimento da CSP-Conlutas, a retomada da articulação do Espaço Unidade de Ação e de fóruns de luta específicos. A construção, em 2014, dos encontros estaduais e nacional de educação coloca o desafio de construção de fóruns de unidade entre entidades e setores educacionais.

TR - 21

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Ampliar e consolidar sua atuação na CSP-Conlutas, com especial atenção ao seu enraizamento em todos os estados do país;
2. Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora;
3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados;

4. Contribuir com os setoriais, grupos de trabalho e coletivos temáticos da CSP-Conlutas, que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN;
5. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações em 2014;
6. Elaborar, no âmbito do GTPFS, na continuidade dos processos de formação sindical, uma programação, de forma articulada com as secretarias regionais e as seções sindicais, com o objetivo de promover atividades junto à base do Sindicato;
6. Dar prosseguimento aos debates desenvolvidos em 2013 sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN priorizando o fortalecimento e enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho.

TEXTO 22

Diretoria do ANDES-SN

O ATUAL CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL

TEXTO DE APOIO

Frente à crise econômica posta e o projeto de Contrarreforma do Estado em curso, a saúde vem enfrentando ao longo dos últimos governos – FHC, Lula da Silva e Dilma – uma intensificação do processo de desmonte e entrega do setor ao capital privado. A precarização e privatização da saúde, assim como da educação, vêm sendo principais instrumentos para o estabelecimento e ampliação do trânsito especulativo dos fundos públicos.

O expediente de administração indireta de empresas privadas – Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) – e os serviços de saúde públicos, nada mais são do que dispositivos que seguem na direção da retroalimentação da política de hipotrofia do Estado e entrega do patrimônio público ao capital privado, que, por sua vez, cria lastro para reconfigurar o mundo do trabalho, intensificando ataques aos direitos da classe trabalhadora, historicamente conquistados. Nesse mesmo compasso, as fundações estatais e a EBSEH – também instrumentos de ataque direto à estrutura das IFES em sua autonomia administrativa e seu princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – apresentam-se como mais um instrumental de desmonte do próprio SUS. Tais instituições, em sua natureza privada, determinam uma forma de funcionamento que busca no processo de adoecimento o seu instrumental para reprodução do capital através dos fundos públicos.

Em contrapartida, a outra face deste estratagema que está posto diz respeito à forma pela qual se dá a reprodução e o avanço do setor privado na saúde, através dos planos e operadoras de saúde. Ao mesmo tempo em que o executivo federal impõe uma política de redução de investimento no setor público, dispõe por outro lado, através do BNDES e organismos administrativos do Estado, de medidas de estímulo à sustentação e reprodução do setor privado, como a redução de impostos e o financiamento público. Disto resulta uma situação que não se focaliza apenas no circuito dos planos e operadoras de saúde, mas que compromete ainda mais a qualidade, manutenção e ampliação do sistema de saúde público.

A luta contra a EBSEH

No processo de contrarreforma do Estado aprofundado pelos governos petistas, a EBSEH é um dos cenários de luta do ANDES-SN e outras entidades e movimentos sociais que defendem a saúde pública e estatal. Imediatamente após o seu surgimento – EBSEH – então como MP 520/2010, foi encaminhado ao Ministério Público Federal um parecer elaborado pela assessoria jurídica nacional do ANDES-SN, que demarcava todo um conjunto de irregularidades e inconstitucionalidade da medida de empresa pública apresentada pelo governo petista.

Desde então, as respostas do Sindicato e do movimento docente vieram através de uma série de ações – discussões, seminários, mobilização intra e extra universidade, atos públicos, construção e protocolização de ADIN, audiências públicas junto às seções do Ministério Público Federal, publicações – construídas e efetivadas no sentido de esclarecer a comunidade universitária e a sociedade em geral sobre o cenário político que está colocado, e impedir mais esse ataque à educação e saúde públicas.

Nesse campo, contrariando a obstinada defesa dos articuladores da EBSEERH, das reitorias das IFES e dos representantes da administração federal, de que a EBSEERH não significa privatização e sim a única saída para “salvar” os HU, há elementos consistentes que comprovam a coincidência de natureza entre a EBSEERH e as Organizações Sociais e Fundações Estatais de Direito Privado, que reforçam seu caráter privatista. Ou seja, significará um quadro marcado por flexibilização dos direitos dos trabalhadores regidos pelo RJU; transferência da execução das políticas sociais para instituições de direito privado, com possibilidade de captação de recursos por parte das instituições a partir da mercantilização dos serviços públicos e da financeirização dos recursos públicos; relação público-privada a partir dos denominados contratos de gestão; criação de dupla porta de entrada; ausência de controle social.

O argumento empregado de que a EBSEERH viria para a desprecarização do trabalho no serviço público, pode ser contraposto. Frente ao quadro funcional – atualmente, a força de trabalho dos hospitais universitários gira em torno de 70.373 profissionais, dos quais 26.556 foram recrutados por intermédio das fundações de apoio das universidades, sob diversos formatos legais (celetistas – CLT, contratos de prestação de serviços – terceirização e outros modelos que caracterizam vínculos precários sob a forma de terceirização irregular (EMI nº 00383/2010/MP/MEC de 23 de dezembro de 2010). Portanto, um instrumento governamental para modelagem jurídico-institucional no sentido de abrir espaço para a prestação de serviços administrativos e médico-hospitalares pelos hospitais universitários da administração pública federal.

Desta forma, com a EBSEERH, haveria extinção imediata de cerca de 27.000 cargos não disponibilizados nos anos FHC e Lula, e que foram ocupados de forma precária e, ainda, uma progressiva extinção de 44.000 cargos do RJU existentes, considerando o tempo médio de serviço dos trabalhadores, por aposentadoria ou disponibilização, levando a um aprofundamento da precarização do trabalho nos HU.

Ao examinarmos mais profundamente o cenário criado pela EBSEERH, vemos que sua natureza de **empresa** não fica restrita ao controle e intervenção da assistência prestada, mas incide direta e letalmente na vida acadêmica, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e na natureza organizativa da formação técnica e produção de conhecimento.

Portanto, em sua dinâmica de funcionamento, a EBSEERH afronta: o dispositivo constitucional 207 de autonomia universitária; o caráter público dos HU enquanto unidade suplementar da universidade e, assim, parte fundamental da vida acadêmica da universidade; o processo de desenvolvimento de pesquisa e produção de conhecimento, em sua independência e referência social; a organização pública do trabalho, flexibilizando os vínculos de trabalho e extinguindo o concurso público; a universalidade do direito à saúde, criando uma dupla porta de entrada na assistência prestada.

A luta contra a Privatização da Previdência

Durante o segundo semestre de 2013, o ANDES-SN esteve envolvido em uma intensa campanha contra o FUNPRESP, utilizando o material produzido pelo Sindicato (cartilha, panfleto e cartaz), travando debate com o governo e promovendo palestras por todo o país, por meio de suas sessões sindicais.

Esta campanha tem se enraizado na base do Sindicato de tal forma que, segundo declarações do próprio governo, cerca de 7% dos novos docentes contratados aderiram ao FUNPRESP, representando a menor adesão entre todas as outras carreiras do serviço público federal, apesar de a categoria docente ter tido o maior número de recém-ingressos, desde a oficialização da FUNPRESP-Exe, no início de 2013.

Este fato redundou em uma solicitação da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência (SPCMP) para uma reunião com a diretoria do Sindicato, para prestar esclarecimentos e debater o FUNPRESP. A reunião ocorreu na sede do ANDES-SN, no dia 18 de setembro, e contou com a presença do secretário da SPCMP, do secretário de recursos humanos do MPOG, de um representante do MEC e do presidente do FUNPRESP. Nesta reunião, os representantes do governo mostraram suas preocupações com a baixa adesão dos docentes ao FUNPRESP, imputando este fato à campanha protagonizada pelo ANDES-SN, declarando, inclusive, que “a leitura da cartilha induziu o servidor a não aderir ao FUNPRESP”. Ao final da reunião, os diretores do ANDES-SN reafirmaram a posição do Sindicato contrária ao FUNPRESP.

Apesar desse quadro, a conjuntura continua adversa, pois esta questão faz parte do projeto político do governo federal, o que nos leva à necessidade de continuarmos a aprofundar o debate na base, buscando mobilizar e trazer para a frente de luta outras entidades de servidores públicos.

Em defesa dos Aposentados

Nos últimos 18 anos, os aposentados e pensionistas do Brasil vêm sofrendo uma dura perseguição por parte do governo federal. O episódio mais gritante foi, certamente, a taxação dos aposentados, tentada por FHC e concretizada no primeiro mandato de Lula da Silva, com o aval do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal - STF. A decisão permitiu que se quebrasse uma cláusula pétrea da nossa Constituição, num franco desrespeito ao direito adquirido. A esse fato se somou, ainda, a quebra da paridade entre ativos e aposentados, numa postura de subserviência do governo às diretrizes do capital financeiro internacional. Tentando justificar o ato contra os aposentados, o governo sofisma ao afirmar que a previdência é deficitária, quando estudos baseados em dados oficiais apontam para números que indicam o contrário. Essa injustiça histórica continua afligindo os servidores públicos, obrigados a pagar uma conta já paga.

Os aposentados, de modo geral (do setor público e do privado), estão agora diante de uma perspectiva, consubstanciada na PEC-555, que propõe a eliminação da cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas. Ela tramita desde 2006, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, mas, por falta de apoio da base parlamentar do governo, não consegue ser agendada para votação em plenário. A correlação de forças tem se apresentado, até o momento, desfavorável e somente com uma forte unidade entre as entidades dos servidores públicos poder-se-á alcançar a aprovação da PEC. O ANDES-SN vem participando ativamente, em conjunto com outros segmentos da sociedade, da mobilização que objetiva pressionar os poderes executivo e legislativo no sentido da aprovação da PEC 555. As dificuldades desse movimento sair vitorioso são imensas e só com a unidade na luta conseguiremos nosso objetivo. Essa unidade não deve ocorrer apenas em nível nacional, mas também nos estados e municípios. Desta forma, é primordial a intensificação dessa luta na base da categoria.

Saúde do Trabalhador e Adoecimento Docente

No V Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Saúde do Trabalhador, realizado em Fortaleza, no mês de setembro de 2013, avançou-se no acúmulo do debate e análise crítica sobre as condições de trabalho impostas ao trabalhador docente, assim como os riscos à sua saúde e vida, em consequência da(s) atividade(s) desenvolvida(s) em intensidade e qualidade.

O significado que a precarização das condições de trabalho nas Instituições de Ensino Superior vem imprimindo tem criado um cenário de fragilizações, agravos e situações letais sem precedentes ao conjunto da categoria docente. O nosso cotidiano de trabalho, frente às exigências do mundo do trabalho em conflito com o mundo do capital, vem sendo marcado pelo aprofundamento do processo de exploração, desvalorização, penosidade e intensificação do trabalho, tendo em vista que um dos fatores centrais que tem imposto esse quadro à categoria docente, juntamente com a degradação das condições de trabalho, a competição predatória e o assédio moral, tem sido a lógica produtivista.

Durante os debates que marcaram o I Encontro Nacional de Saúde dos Trabalhadores da CSP / Conlutas – O trabalho como fonte de exploração, durante o período de 08, 09, 10/11, em São José dos Campos, configurou-se que a questão de saúde dos trabalhadores está colocada como resultante de um conjunto de fatores, todos diretamente ligados ao modo de produção e de exploração da força de trabalho, à reprodução do capital (retomada da rentabilidade, aumento da produtividade, redução de custo de produção, intensificação de valor agregado), e à forma de organização do Estado – Contrarreforma de Estado. As políticas que o governo vem estabelecendo coloca o Estado como amplo para o capital e reduzido para o social, infringindo um conjunto de perdas e violências ao mundo do trabalho e aos trabalhadores.

Desta forma, as mudanças na legislação objetivando a manutenção e aumento da rentabilidade para os setores produtivos e financeiros – redução de custo para o Estado do sistema securitário para repasse ao setor produtivo – tem colaborado para o aviltamento das condições de trabalho e para o adoecimento/morte de um grande número de trabalhadores.

TR - 22

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Em relação à Privatização da Saúde e à EBSERH, que o ANDES-SN, as secretarias regionais e as seções sindicais devem:

1.1 intensificar ações de enfrentamento à política de desmonte da saúde pública que vem sendo implementada pelos governos das três esferas;

1.2 denunciar e intensificar ações de enfrentamento à pressão exercida pelo governo para a adesão das IFES à EBSERH, expressa através dos dispositivos administrativos – redução de recursos materiais e não realização de concursos públicos para preenchimentos de vagas, no sentido de inviabilizar o funcionamento pleno dos HU que não aderiram;

1.3 realizar levantamento e denunciar irregularidades administrativas, de atendimento a pacientes e nas relações de trabalho, bem como no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos HU nas IFES, em decorrência da adesão à EBSERH;

1.4 fazer um levantamento nas IFES que já aderiram à EBSERH sobre a utilização dos recursos públicos alocados, bem como irregularidades na sua aplicação.

2. Em relação ao FUNPRESP e aposentadoria:

2.1 Intensificar a articulação com os demais SPF (Federal, Estadual e Municipal) para o recrudescimento da luta em 2014 contra o FUNPRESP;

2.2 Intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz) e intensificar o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias;

2.3 Que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especiais baseadas na MI 880 que estejam enfrentando dificuldades de efetivação;

2.4 Que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado deste levantamento para sua socialização com as outras sessões sindicais, e para subsidiar possíveis ações do sindicato em busca de uma solução definitiva;

2.5 Ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006.

3. Em relação à Saúde do Trabalhador:

3.1 Que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre condições de trabalho e adoecimento docente em suas bases;

3.2 Que o ANDES-SN participe do Setorial Nacional de Saúde do Trabalhador da CSP Conlutas, assim como dos setoriais estaduais através de suas secretarias regionais e seções sindicais, e envide esforços para a criação destas onde não existam;

3.3 Que as seções sindicais organizem espaço de discussão sobre a tese do risco e manutenção do risco para a saúde do trabalhador docente frente às condições de trabalho, e a inadimplência do governo frente a essas situações.

4. O GTSS/A, em consonância com os GTs locais, abra discussão sobre a política nacional de saúde implementada pelo governo federal, que inclui o programa Mais Médicos, a contratação de médicos estrangeiros e a política nacional de combate à dependência química.

TEXTO 23

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (Base da ADUR-RJ), Graciela Garcia (Base da Adur-RJ), Luciano Alonso (Base da Adur-RJ), Valena Ribeiro Garcia Ramos (Base da Adcefet-RJ), Wallace Moraes (Base da ADUFRJ)

REORIENTAR A POLÍTICA SINDICAL PARA UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA

(Vide Texto de Apoio no Tema 3, página ...)

TEXTO DE APOIO

Como desdobramento da centralidade da luta e das políticas sindicais, encaminhamos como proposta para o plano de lutas:

TR - 23

1. Construir uma Greve Unificada das IFES a ser iniciada entre o final de maio e início de Junho de 2014 como contribuição dos servidores da educação à construção da greve geral no país, que tenha como pauta prioritária as reivindicações coletivas gerais unificadoras (como saúde e educação), e não exclusivamente as reivindicações corporativas.

2. Colocar as seções sindicais na luta contra a criminalização, dando apoio incondicional a todos os presos políticos e contra o Estado policial, disponibilizando apoio jurídico e financeiro para campanhas de libertação e defesa dos direitos de expressão e organização.

Lutas sociais e direitos dos Trabalhadores

1. fazer a campanha por reajustes no salário mínimo e não apenas nos salários docentes e TAs;
2. lutar pela adoção do Plano de carreira do ANDES-SN; campanha de boicote ao FUNPRESP .

3. Para romper com a lógica corporativista, as seções do ANDES devem tomar iniciativa de realizar reuniões unificadas de comandos de mobilização dentro das universidades (docentes, técnicos e estudantes);

3.1 construir paralisações através de atos nacionais e estaduais unificados (08 de março, 31 de abril e 01 primeiro de maio);

3.2 Construção de Greve unificada das IFES de 48 horas em 31 março e 1 de abril (contra as comemorações do Golpe de 1964).

Política de Gênero, Etnia e Classe

1. organizar campanhas de denúncia do descumprimento dos direitos trabalhistas dos trabalhadores terceirizados dentro das universidades e dar suporte jurídico e político as lutas e organização dos mesmos, mostrando que trata-se de uma questão de discriminação racial e de gênero embutida na exploração da terceirização;

2. Organizar campanhas contra a violência sexual e assédio moral dentro das universidades, visibilizando os estupros e organizando cursos de autodefesa feminina.

3. Ato no dia 8 de março contra a violência sexual iniciando campanha.

Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana:

1. Através do GT Nacional e do GTs das Seções, apoiar e participar das lutas pelo arquivamento dos PLs/ADIN anti-indígena e anti-quilombola, pela Demarcação da Aldeia Maracanã e luta pela terra em geral;

2. Realizar Campanha de denúncia da violação dos direitos animais dentro das universidades, exigindo a adoção de métodos substitutivos da experimentação animal que impliquem dor e extermínio.

3. Apoiar com recursos materiais e políticos as mobilizações do movimento camponês, indígena e popular, contra os megaeventos e a copa do mundo;

Política Educacional:

1. Construção de campanhas unificadas com trabalhadores da educação dos Estados e municípios, denunciando as condições de precarização e fazendo atos unificados em defesa da educação pública em todos os níveis (estadual e municipal).

Política de Comunicação:

1. Campanha contra a criminalização e autoritarismo, especialmente campanha associando a Ditadura Militar à lógica de criminalização como um novo tipo de ditadura social.

2. Fazer um grande jornal de circulação popular (centenas de milhares de exemplares, que apresente as ações de unidade e defenda a educação, transporte e pautas coletivistas e acompanhe as políticas do sindicato (sindical, educacional, agrária, ambiental, étnico-racial e se coloque a serviço das lutas populares, recebendo denúncias e etc.).

TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES**TEXTO DE APOIO**

Em 2013, as Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES) vivenciaram a intensificação do ataque à autonomia universitária, a falta de democracia interna, a sonegação de informações por parte dos gestores e a política de contingenciamento e estrangulamento orçamentários, imposta pelos governos às universidades, agravando o funcionamento das mesmas e impondo ao Movimento Docente a necessidade de uma defesa intransigente do projeto de universidade defendido pelo ANDES/SN.

O quadro acima exigiu do Movimento Docente respostas contundentes, que foram expressas nas mobilizações e greves realizadas por várias seções sindicais do setor das IEES/IMES. Em Roraima, a greve da UERR se deu por reajuste salarial e a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCR), melhorias na estrutura física, bibliotecas e laboratórios e a democratização da instituição, com eleições para reitor e diretores de campus. Dentre as vitórias do movimento grevista, destacou-se a criação de uma comissão para elaborar uma proposta de PCCR; na Paraíba, os professores realizaram greve contra a precarização do trabalho docente, a criação de um conselho social para descentralizar o poder financeiro da reitoria, regulamentação imediata dos reajustes salariais concedidos aos ativos por resolução do Consuni para assegurar paridade aos aposentados, revisão da lei de autonomia para garantir a consolidação da universidade e a melhoria do ensino, pesquisa e da extensão, entre outros.

Na UNESP, docentes, estudantes e técnicos realizaram uma greve reivindicando isonomia de pisos, salários e benefícios entre a UNESP e as demais universidades paulistas, avaliação docente institucional, departamental, sem caráter punitivo e relacionado ao tripé ensino, pesquisa e extensão, entre outros pontos de pauta.

No Ceará, docentes, estudantes e técnico-administrativos iniciaram em outubro de 2013 uma greve contra a política de sucateamento imposta às três estaduais, UECE, UVA e URCA, reivindicando a realização de concurso para professores efetivos, regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), equiparação dos salários de professores efetivos e substitutos, investimento em infraestrutura, concurso para servidores administrativos e assistência estudantil, além de exigir do governo estadual o respeito à autonomia universitária no tocante à eleição para reitores. Até o final da elaboração desse Caderno de textos, a greve seguia enfrentando a truculência do governador do Estado, Cid Gomes, do PROS.

Em outros estados, mesmo não ocorrendo greve, os docentes realizaram diversas mobilizações, como foi o caso do Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo (USP, FAMEMA e UNICAMP), Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Algumas já sinalizam a possibilidade de construir um movimento grevista para o início de 2014, como as estaduais da Bahia e do Paraná.

Destaca-se, ainda, o Dia Nacional de Luta em defesa da autonomia e financiamento para as IEES/IMES, em maio de 2013, quando várias atividades foram realizadas pelas seções sindicais, como a audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia promovida pelo Fórum das ADs com a participação do movimento estudantil e dos técnico-administrativos; o debate sobre autonomia e financiamento na UESPI, realizado pela seção sindical; as atividades realizadas pelas seções sindicais das estaduais do Ceará, dentre outras.

Nesse cenário, os governos deslocam recursos públicos para a realização de megaeventos, gastos com publicidade e a destinação de 43,98% do orçamento geral da União para pagamento da dívida pública, em contraste ao percentual repassado para educação e saúde, que são, respectivamente, 4,17% e 3,34%, segundo informações veiculadas no site do Senado Federal.

Em relação à dívida pública nos estados, têm sido criados núcleos da Auditoria Cidadã da Dívida Pública para levantar o quanto dos recursos públicos dos estados são subtraídos para pagamento de juros e amortizações da dívida, tornando importante a participação das seções sindicais nesse processo.

Ainda no ano de 2013, nos dias 27, 28 e 29 de setembro, foi realizado o XI Encontro do Setor das IEES/IMES, com a participação de 25 seções sindicais e duas entidades convidadas e teve como centralidade a discussão sobre financiamento para as IEES/IMES. Nesse Encontro, foi indicado que o Sindicato Nacional, através do setor e das seções sindicais, precisará aprofundar o debate sobre o tema durante o ano de 2014. Ainda no Encontro, verificou-se a necessidade de avaliar uma proposta de financiamento feita pela ABRUEM para que o setor, em sua próxima reunião, se posicione.

Financiamento

No tocante ao financiamento, o ANDES-SN defende que a construção de uma universidade pública, na acepção plena da expressão, exige como pré-condição a garantia de recursos públicos para seu financiamento (Caderno 2, 2013), sendo recursos públicos aqueles que são arrecadados pelo Estado por meio do sistema tributário e de outros instrumentos democraticamente estabelecidos, que estejam transparentemente previstos e explicitados nos orçamentos públicos e que no processo de planejamento e de execução orçamentária sejam destinados ao atendimento das prioridades sociais correspondentes às reais necessidades da maioria da população.

Na proposta do ANDES-SN para financiamento da universidade, destacamos aqui:

- a) Ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim.
- b) O imediato e rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal de 1988 e o seu acompanhamento pelas entidades representativas do setor educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal são fundamentais.
- c) A retomada imediata do percentual de, no mínimo, 1,2% do PIB nas dotações de verbas para a pesquisa, enquanto se promove um levantamento que redimensione as necessidades de recursos para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.

Especificamente em relação às IEES, o ANDES-SN defende a existência de leis estaduais específicas que determinem destinação orçamentária mínima, na forma de percentual das receitas tributárias de cada estado da União, às instituições por ele mantidas, assegurando-se a transparência na utilização de todos os recursos investidos em cada IEES.

O desafio para o Setor das IEES/IMES é se apropriar de mais elementos para definir o tipo de tributo e o percentual adequado à realidade de cada estado. Para isso, será necessário, conforme indicado no XI Encontro do Setor das IEES/IMES, fazer um levantamento sobre os investimentos atuais nas IEES/IMES, detalhando o máximo possível. Associado a esse levantamento, é importante a realização do Dia Nacional de Luta, em continuidade aos já realizados, como forma de ampliar a discussão sobre financiamento das IEES/IMES e pressionar governadores, prefeitos e parlamentares.

TR - 24

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A) Sobre carreira docente

1. Que as seções sindicais enviem informações sobre critérios de promoção, progressão e desenvolvimento na carreira para que a diretoria nacional atualize o banco de dados do setor;
2. Lutar por uma carreira docente que priorize a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial;

B) Sobre Democracia interna

3. Intensificar procedimentos nas seções sindicais que garantam a atualização constante do banco de dados do Setor sobre democracia e autonomia universitária;
4. Lutar pelo estabelecimento de instâncias democráticas no interior das IEES/IMES;

C) Sobre Financiamento das IEES/IMES

5. Que as seções sindicais, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, instem e solicitem às secretarias de educação, ciência e tecnologia e/ou reitorias informações sobre a execução orçamentária nos últimos dez anos, contendo informações segundo o grupo e natureza de despesa;
6. Que as seções sindicais promovam, até o XII Encontro do Setor das IEES/IMES, debate sobre o tema financiamento;
7. Realizar o Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 28 de maio de 2014;
8. Realizar um seminário sobre financiamento para as IEES/IMES em 2014;
9. Que as seções sindicais aprofundem o debate sobre federalização das IEES/IMES;

D) Organização das IEES/IMES nos estados

Que as seções sindicais das IEES/IMES:

10. Façam articulação, em âmbito local, com as demais entidades dos Servidores Públicos Estaduais (SPE) e pautem temas específicos, tais como: reforma da previdência; desoneração fiscal e seus impactos para os serviços públicos; autonomia das IEES/IMES;
11. Promovam debate referente à política estadual de educação;
12. Façam, em conjunto com as secretarias regionais, articulação com entidades sindicais e movimentos sociais da educação visando à construção de unidade de ação em pontos que forem consenso nas entidades envolvidas;

E) Geral

13. Realizar no 2º semestre de 2014 o XII Encontro do Setor das IEES/IMES;
14. Que as seções sindicais participem do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida nos estados em funcionamento e fomentem a discussão para a criação nos estados em que ainda não existam.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, dando sequência à trajetória do Sindicato Nacional, nossas ações foram ordenadas por dois vetores: a resposta às demandas da categoria em suas lutas específicas, e a articulação da luta conjunta dos SPF, no âmbito da CNESF, no Fórum das Entidades dos SPF e também dos espaços mais amplos de aglutinação das forças classistas.

Nestes dois campos de ação evidenciaram-se as contradições e as dificuldades da correlação de forças que desenham o quadro mais geral da conjuntura na qual nossas lutas se inscrevem.

O ponto ordenador da ação governamental é a crise econômica mundial, que confirma o caráter estrutural da crise do capital e sua agudização nesse momento. A opção política do governo brasileiro é seguir cumprindo o papel de ser partícipe da organização do mercado mundial na condição subalterna e viabilizar instrumentos e condições para favorecer a superação dessa crise, para garantir o projeto estratégico da economia capitalista mundial. Entre estes instrumentos e condições está a adoção de medidas para garantir o superávit primário, a transferência de recursos públicos para o setor privado, o controle e criminalização das lutas sociais, com ampliação da violência de Estado, retirada de direitos e ampliação do assistencialismo de Estado.

Mas também se procedeu à luta de resistência dos trabalhadores, cuja reação vem crescendo em número e intensidade no último período com a ampliação de greves e mobilizações de rua, tendo um ponto alto desse processo no meio do ano de 2013.

No âmbito dos SPF e da categoria, atividades importantes são realizadas, mas ainda se expressam elementos de fragilidade. As entidades adotaram inúmeras iniciativas políticas para superá-los desenvolvendo ações voltadas para dentro das categorias e também para fora, com o objetivo de desvendar as repercussões negativas das políticas governamentais sobre os direitos dos trabalhadores deste setor e seu caráter destruidor dos serviços prestados à população.

Estes elementos são importantes para nos ajudar a avaliar as condições de luta para o próximo ano, com a responsabilidade de reconhecer que, apesar de muitas e intensas ações promovidas, a fragmentação preponderou e a correlação de forças não foi alterada a favor dos trabalhadores.

No que se refere à luta específica dos servidores públicos federais e da nossa categoria, atuamos neste ano intensificando as ações de base e buscando negociação com o Executivo.

BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LUTAS

No âmbito dos SPF, considerando as deliberações dos últimos congressos e Conad, um dos eixos do nosso plano de lutas estava voltado para investir em ações conjuntas com os SPF, a fim de dar andamento à Campanha Salarial do ano de 2013.

Assim, atuamos na CNESF e no Fórum das Entidades dos Servidores Públicos, buscando fortalecer a coordenação como espaço estratégico de articulação deste segmento dos trabalhadores. Investimos, também, na articulação com as entidades do Fórum para potencializar as ações da Campanha com iniciativas voltadas a conquistar a abertura de negociações, realizando atos, reuniões, debates, seminários, definição de pauta, forçando espaços frente a setores do Poder Executivo, trabalho junto aos parlamentares, e atividades de mobilização nas categorias tanto nos estados como em Brasília. Destaque-se a luta contra o ataque ao direito de greve.

Estas ações foram mais intensas no segundo semestre, mas prevaleceu a intransigência do governo, seu descompromisso com o serviço público no país, e o processo negocial não se efetivou.

No que se refere à luta específica do setor, confirma-se esta mesma postura governamental. A reabertura das negociações com a Sesu/Mec sobre a reestruturação da carreira também não se efetivou, apesar das pressões exercidas pela categoria organizada na base do Sindicato Nacional.

Após a mudança de secretário da Sesu/Mec, o novo secretário Paulo Speller, em reunião com diretores do ANDES-SN, diz que quer conhecer o plano de carreira do Sindicato e solicita reunião na sede do ANDES-SN, para apresentação de nossa proposta, pauta esta já protocolada várias vezes no MEC. A reunião ocorre, em setembro, e todos os fundamentos da nossa proposta de carreira são apresentados, quando o secretário se compromete a construir os espaços no governo para iniciar negociação sobre os conceitos estruturadores da carreira. O retorno não é dado, reuniões são desmarcadas, ocorrem protelações e fica evidente que não há predisposição efetiva para a abertura de negociação conforme sinalizara o secretário.

Quanto à luta frente à precarização das condições de trabalho, o governo segue limitado a ações emergenciais em um quadro geral de expansão precarizada, contando com a participação dos reitores, sem resolver os passivos e sem enfrentar estruturalmente a questão.

O quadro se agrava e tivemos uma série de processos de paralisações, atraso no início de semestre em função de absoluta impossibilidade de exercer as atividades acadêmicas. Há crescente reação estudantil exigindo condições de acesso, permanência e funcionamento adequado de seus cursos.

Este quadro atinge a condição do fazer docente e a qualidade do ensino-pesquisa-extensão. Mas o processo junto ao MEC não avança. A atitude do governo é de passividade ante as nossas denúncias e propostas para resolver a questão a partir do reordenamento financeiro e autonomia das instituições.

Além disso, atuamos junto às administrações das instituições para estabelecer negociações das pautas locais, que coletivamente atualizamos no início do ano. A luta em torno das pautas locais foi potencializada pela agenda de lutas, que concatenou nacionalmente um calendário temático de atividades dedicando períodos para dar andamento a diferentes itens da nossa pauta geral com ações locais, materiais específicos, em consonância nacional. Tratamos dos temas como: Cefet, CAP e outras unidades vinculadas, autonomia, aposentadoria, cargos e vagas, infraestrutura, democracia, entre outros.

O que se constata é que a precarização das condições de trabalho é cada vez mais intensificada. O Sindicato segue na resistência e através das seções sindicais coleta dados e publica dossiês dando visibilidade à questão.

Merece destaque a condição que os professores ingressantes encontram ao conquistarem o cargo público federal de professor de uma IFE, que combina a ausência de política salarial, o projeto de carreira imposto pelo governo, que desestrutura o exercício profissional, a intensa precarização das condições de trabalho e a perda da integralidade na aposentadoria, agravada com a pressão para adesão ao FUNPRESP.

A luta contra a adesão ao FUNPRESP nos mobilizou com debates na base a partir de cartilha específica e discussões com os docentes para desvendar o projeto do governo e fortalecer a resistência a mais esta desconstrução de um direito fundamental, que é a aposentadoria. A resposta dos professores foi de baixa adesão, a ponto de provocar um movimento do Poder Executivo em direção ao Sindicato para discutir a questão. Estes sinais reforçam o acerto da nossa estratégia de luta e significam o desafio de prosseguir reafirmando o direito à aposentadoria e avançando na elaboração de alternativas.

Atuamos com ordenamento nacional na defesa dos Hospitais Universitários, somando esforços na luta contra a EBSEH, inseridos como participantes na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a unidade com os técnico-administrativos e com o movimento estudantil. Articulações e atividades que nos permitiram enfrentar este processo de privatização dos Hospitais Universitários.

Nestes enfrentamentos, identificamos que o governo usa toda a força e os mecanismos de que dispõe para não recuar do seu projeto. A atuação do Movimento, em muitos momentos, foi capaz de forçar o governo a reduzir o ritmo de suas ações, situações em que não conseguiu de imediato fazer passar tudo o que gostaria. No entanto, foi insuficiente para provocar uma inflexão de conteúdo na direção que impinge à contrarreforma do Estado, conforme ocorreu nos embates que resultaram nas Leis 12.772/12 e 12.863/13 sobre carreira. Esta última restringe mais ainda a autonomia, degrada a DE e escancara a interveniência das fundações privadas ditas de apoio.

A mobilização específica dos professores e dos servidores públicos ocorrida no primeiro semestre e a participação, na sequência, de atos significativos que marcaram o segundo semestre, inclusive para reagir à violência do Estado, mostram a disposição de luta da categoria. A repressão, a violência e o monopólio da mídia cresceram como temas transversais com grande potencial de mobilização e articulação entre diversos setores sociais. Marcamos a participação pautando a defesa da saúde e da educação públicas como eixos da nossa expressão nestas mobilizações. O que podemos afirmar é que o setor da educação esteve na rua o ano todo, somando forças com a mobilização que sacudiu o Brasil e também na defesa dos direitos dos docentes e dos serviços públicos. Mesmo assim, foi um ano em que contabilizamos algumas

derrotas, pois, ainda que em ritmo menor do que pretendia, o governo continua dando sequência ao seu projeto para as IFE.

Esse contexto amplia as exigências de atuação do Setor na mobilização, na definição das ações e formulações que fortaleçam nosso projeto de educação e de carreira docente, bem como, sejam capazes de incidir para reverter a precarização das condições de trabalho. É essencial manter a intransigente defesa dos direitos dos docentes intensificando a atuação nas IFE, e nas ruas, enfrentando a política do governo e a subserviência dos reitores.

DESAFIOS

O que temos para o ano de 2014 é seguir o enfrentamento em defesa do nosso projeto de educação, como elemento ordenador de nossa luta, o qual é base para a construção de unidade de ação com outros segmentos dos trabalhadores e do setor estudantil, ao mesmo tempo em que se configura como o “guarda-chuva” que abriga todos os aspectos específicos de nossa luta.

Este eixo mantém, também, a intersecção estreita com a defesa estratégica dos direitos sociais, bem assim, a defesa intransigente e radical dos serviços públicos com seu caráter universal e gratuito.

Travar a luta vai exigir habilidade política que combine:

1. Intensificar a mobilização da categoria;
2. A explicitação de nossas propostas para enfrentar as proposições do governo, de modo que mostre a disputa de projetos estratégicos antagônicos para a educação no país e para o exercício do trabalho docente;
3. Combater os desdobramentos e consequências das medidas impostas pelo governo e administradores das IES, que atingem a autonomia, os direitos dos docentes e as condições do exercício do seu trabalho;
4. Lutar pela proposta do ANDES-SN nas diferentes esferas que compõem o nosso projeto: educação, ciência, carreira, condições de trabalho e previdência.

Assim, há que manter os vetores de ação que têm construído nossa trajetória de luta: SPF e setor.

O distanciamento temporal entre a elaboração do caderno de textos e o momento de deliberação no 33º Congresso impõe a necessidade de preservar certo nível de generalidade nos itens da proposta de texto resolução que tratam da pauta e do cronograma, uma vez que ainda estão em curso as articulações com as demais entidades representativas dos servidores públicos federais e poderão ser melhor precisados no próprio Congresso.

TR - 25

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A- NO ÂMBITO DOS SPF

1. Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF;
2. Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras;
3. Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las;
4. Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados;

5. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF;
6. Desenvolver a Campanha 2014 dos SPF, a partir de eixos, pauta, estratégia de ação e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais;
7. Dar potência às ações da Campanha Salarial em 2014 com movimentações de rua, paralisações nacionais e intensificação da unidade com os demais segmentos dos SPF;
8. Intensificar as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns para atuação conjunta com os servidores públicos e com os demais segmentos do setor educação. Nesse movimento, reforçar e buscar apoio para as campanhas temáticas que temos defendido, em especial, 10% do PIB para a educação pública já, busca de apoio e assinaturas a favor da PEC 555, do projeto de Lei de iniciativa popular para democratização das comunicações e contra EBSERH, FUNPRESP, PL 4330 e PLP 92;
9. Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência, contra a redução do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e na defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta;
10. Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação;
11. Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política;
12. Intensificar a solidariedade contra a criminalização das mobilizações e das lutas dos diferentes segmentos dos trabalhadores e da juventude.

B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR

ESTRATÉGIA GERAL:

1. Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso;
2. Atualizar a estratégia de mobilização/negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir da experiência acumulada na luta nos últimos três anos;
3. Desencadear, a partir do 33º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário;
4. Deliberar, a partir da avaliação de base, sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de retomada da greve da categoria no ano de 2014;
5. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFE, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso.

INICIATIVAS E AÇÕES:

6. Fazer a disputa e o enfrentamento aos desdobramentos da implantação do projeto de carreira do governo tanto em âmbito local como nacionalmente;

7. Intervir fortemente em cada IFE para que a progressão/promoção dos docentes na carreira não seja obstaculizada e para que sigam critérios definidos no âmbito da autonomia universitária;
8. Elaboração de material que explicita as consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores;
9. Definir atividades de mobilização e ações conjuntas de luta com o Sinasefe para conquistar a reestruturação da carreira docente;
10. Recepcionar os docentes em 2014, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação sobre a carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e da Lei 12.863/13, conclamando para intensificar a luta pela sua reestruturação;
11. Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo em relação à carreira para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;
12. Aprofundar a discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE e CPPD, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta;
13. Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CODETUF com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN;
14. Atuar no âmbito do Congresso Nacional no sentido de buscar apoio à luta pela reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN. Nesse sentido, pressionar as lideranças partidárias e presidentes das comissões de Educação e de Serviço Público, na Câmara e no Senado, tendo como referência a retomada da luta pela reestruturação da carreira docente;
15. Dar continuidade às lutas e ações jurídicas em resposta às consequências das políticas e medidas implementadas pelo governo, em especial, na questão da carreira docente.
16. Imprimir caráter nacional à campanha específica do Setor das IFE em 2014, nos seguintes termos:
 - 16.1 Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 33º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE;
 - 16.2 Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2014, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 33º Congresso;
 - 16.3 Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL;
 - 16.4 Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:
 - a) Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;
 - b) Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação, por um lado, das insuficiências, e por outro, das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;

c) Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;

d) Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas;

17. Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das universidades, elaborando matérias e boletins, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria;

18. Dar continuidade à luta em defesa dos Colégios de Aplicação – CAP e das Escolas Vinculadas às IFE, priorizando:

18.1 Denunciar que o ataque aos CAP é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos;

18.2 Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAP, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente;

18.3 Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do magistério superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única;

18.4 Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAP no contexto das universidades públicas, pela responsabilidade pública de sua manutenção e desenvolvimento, além da garantia de condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no Sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido;

18.5 Manter a pauta conjunta de discussões com o GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAP;

18.6 Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional;

18.7 As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAP à estrutura acadêmica das IFE;

19. Dar sequência nas seções sindicais ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSEH e ao FUNPRESP;

20. Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição, lutando para que o Poder Executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária;

20.1 Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três Poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo como parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”;

20.2 Avançar nacionalmente e em cada IFE, por atuação das seções sindicais, na identificação de dados, métodos, critérios ou falta de critérios, relacionados com o funcionamento das

instituições, especialmente a respeito de verbas, pessoal, organização do trabalho e atividades inerentes às atividades de ensino/pesquisa/extensão/administração;

20.3 Produzir estudos a respeito da evolução orçamentária de cada IFE frente à evolução do número de cursos, matrículas, docentes e TAs, distinguindo verbas de pessoal, custeio (em custeio, contratação de serviços), investimento e HUs;

20.4 Buscar mais informações em cada IFE a respeito das consequências decorrentes da utilização do SISU como método de seleção dos estudantes;

20.5 Produzir um balanço a respeito dos processos estatuintes em curso ou em vias de instalação nas IFE, tomando como referência as deliberações do ANDES-SN sobre democratização das universidades, especialmente o Caderno 2;

21. Explicitar e desmascarar o governo em sua ação relacionada com a retirada de direitos previdenciários, a situação atual de ataque à equiparação entre ativos e aposentados, os prejuízos gerados pelos desdobramentos da desestruturação da carreira e também aos novos ingressantes;

22. Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES e colaborando com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades;

23. Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades;

24. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2014:

24.1 Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março;

24.2 Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 33º Congresso;

24.3 Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2014 nas reuniões do Setor das IFE.

24.4 Reafirmar em 2014 a pauta do setor aprovada em 2013, já protocolada junto ao governo federal, exigindo negociações efetivas.

*** APROVADA NO 32º CONGRESSO**

** PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE – CAMPANHA 2013/2014*

1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE (demandas gerais)

a) garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho;

b) garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFE, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE da Sociedade Brasileira;

c) garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;

d) garantia de carreira única para todos os docentes das IFE;

e) garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;

f) garantia das condições para que as IFE cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma universitária;

g) garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único;

h) manutenção da estabilidade no emprego como regra nas IFE e nos serviços públicos;

i) garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes;

j) garantia do caráter público e da função social das IFE, assim como sua desprivatização;

k) garantia de estatuto jurídico público para as IFE e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade do Estado e a autonomia universitária constitucional;

l) garantia de um sistema de avaliação institucional das IFE de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema;

m) garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país;

n) garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos hospitais universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização.

2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES

a) cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previsto sobre a arrecadação líquida de impostos, somando-se a arrecadação das contribuições, excluídas apenas as contribuições relativas à previdência social e ao salário educação, e destinando no mínimo 75% desses recursos às IFE;

b) preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFE, com a realização imediata de concursos públicos;

b.1) Autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados;

b.2) assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE;

b.3) recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação;

c) contratação de professores substitutos, limitada às situações eventuais de excepcionalidade, para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para qualificação docente, licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112 – RJU;

c.1) assegurar que a ampliação do número de matrículas e criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, e técnico-administrativo, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos, espaço físico e equipamentos adequados.

d) retirada do PLP nº 92/07, que autoriza o Poder Público a instituir, em várias áreas do serviço público, as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado, autorizando a venda de serviços que hoje se constituem em direitos de cidadania sob responsabilidade do Estado;

e) manutenção da natureza jurídica dos HUs em autarquias públicas vinculadas ao MEC e às universidades públicas, com financiamento viabilizado por meio de recursos públicos oriundos da seguridade social, da ciência e tecnologia e da educação, de modo a garantir condições adequadas de funcionamento, preservando as finalidades concomitantes de integrar-se à rede do SUS e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e.1) intensificar a luta pela não adesão ao EBSERH;

f) autonomia de nomeação, pelas IFE, de seus procuradores jurídicos, com garantia de atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa à AGU;

g) prioridade do financiamento da educação pública em relação ao pagamento dos encargos da dívida pública;

h) instituição de uma mesa de negociação para discutir o orçamento das IFE na perspectiva de estabelecer os quantitativos de suplementações necessárias ao orçamento de 2013, além das diretrizes e montantes para a LDO e LOA de 2014, tendo como referência a garantia de orçamento global, mantendo-se separadas as rubricas de Pessoal e OCC, de forma a que os recursos para OCC sejam de, no mínimo, 28% dos recursos destinados à despesa de pessoal e encargos em cada IFE, e mais 3% da soma dos recursos de Pessoal e OCC para assistência estudantil, além dos recursos destinados à expansão e fomento;

i) Conclusão imediata das obras e reforma de infraestrutura para atender a expansão precarizada promovida pelo REUNI garantindo plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

i.1) conclusão das obras com prazo de conclusão vencido já iniciadas nas IFE;

i.2) construção de salas de aula respeitando o limite de vagas ofertadas para o ingresso dos alunos em cada curso;

i.3) construção dos laboratórios, clínicas, ambulatórios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança;

Grupo 8 (13F, 01C, 04A)

i.4) adequação dos laboratórios, clínicas e ambulatórios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos;

i.5) criação de restaurantes universitários que atendam à demanda da comunidade universitária, definida em cada IFE e ligada às suas estruturas de gestão autônoma e democrática;

i.6) adequação de todas as estruturas físicas das IFE (já existentes, em construção, e a serem construídas) às normas de acessibilidade vigentes no país;

i.7) realizar auditoria sobre o REUNI, avaliando as metas impostas de expansão de matrículas e a contrapartida governamental no que concerne à ampliação de recursos humanos e instalações físicas;

i.8) condicionar a continuidade do processo de expansão em curso à avaliação das metas do REUNI e ao atendimento de todas as demandas de pessoal e infraestrutura;

j) afastar qualquer possibilidade de medidas que possam levar a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira;

k) manutenção dos saldos de exercício financeiro na instituição para execução no ano seguinte;

l) aplicação imediata de recursos públicos, da ordem de 1,5% do PIB, em ciência e tecnologia;

- m) fixação de recursos, nos orçamentos das IFE, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, com a definição democrática desses valores;*
- n) políticas de incentivo à pesquisa dos órgãos financiadores direcionadas às instituições públicas federais de educação básica, técnica e tecnológica;*
- o) autonomia das universidades no que diz respeito aos instrumentos centralizados de gestão administrativa e financeira do governo;*
- p) revogação da cobrança de taxas, a qualquer título, nas IFE;*
- q) desvinculação das IFE com as fundações privadas ditas de apoio, impedindo o estabelecimento de convênios e ajustes para implementação de suas atividades fins, devendo para isso recuperar as suas instâncias administrativas de infraestrutura e pessoal competente para tais tarefas;*
- r) remoção, respeitadas as regras de controle e transparência do uso do dinheiro público, das dificuldades legais e entraves administrativos que dificultam o bom andamento do trabalho acadêmico e administrativo das IFE, em especial a execução de projetos e convênios de interesse acadêmico da instituição;*
- s) exigir, junto ao MEC, a realização de concursos para as vagas já existentes e a criação de novas vagas para atender às demandas atuais dos Colégios de Aplicação;*
- t) exigir, junto ao MEC, à SESu e à ANDIFES que assumam a responsabilidade pelos Colégios de Aplicação, respeitando a autonomia universitária;*
- u) exclusão de dispositivos antidemocráticos do PPA/LDO/LOA 2014, como o artigo 76 da LDO/2013, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.*

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

- a) escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias;*
- b) respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFE, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição;*
- c) definição democrática de critérios públicos para a distribuição interna de recursos e de cargos, além de outras medidas de transparência na gestão;*
- d) condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os em estágio probatório e os dos campi descentralizados;*
- d.1) combater e exigir a punição das práticas de assédio moral crescentes nas IFE, em especial aos docentes em estágio probatório;*
- e) lutar para que seja respeitada a decisão contrária à adesão EBSERH, dos conselhos universitários, sem prejuízos de destinação orçamentária;*
- f) assegurar o direito à livre manifestação política nos campi;*
- g) garantia de liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e demais direitos, mediante alteração do artigo 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);*
- h) contra a cobrança de qualquer contribuição sindical compulsória;*
- i) lutar para que sejam definidas/revisadas, com urgência, as normas institucionais das IFE (estatuto, regimento e outras) por meio de processos democráticos, dos quais participe toda a comunidade envolvida;*
- j) processos de democratização e revalorização dos órgãos colegiados;*
- k) revogação imediata da Lei nº 9192/95, do Decreto nº 1916/96, que a regulamenta, e do parágrafo único do artigo 59 da LDB – 9394/96, que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia universitária na escolha de dirigentes;*
- l) democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP.*

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE

a) eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, tais como: aumento da relação professor/aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela do salário ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira docente e prejudicam a qualidade do trabalho docente;

b) impedimento de qualquer tipo de contrato precário de trabalho, assim como dos mecanismos que impliquem a transferência de responsabilidades docentes para estudantes de pós-graduação, estagiários ou técnico-administrativos;

c) condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver, com qualidade, seu trabalho, que, em relação aos docentes, implica o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

d) ampliação da infraestrutura necessária à pesquisa nas IFE, incluindo laboratórios, equipamentos, logística, pessoal e setores administrativos da própria instituição com capacidade de gerenciamento eficiente de projetos e convênios;

e) recuperação do preceito constitucional original de paridade e integralidade da aposentadoria;

f) eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica;

g) eliminação, no sistema de avaliação acadêmica, de qualquer exigência do cumprimento de metas burocrático-gerenciais;

h) reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública;

i) combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes, denunciando-o ao Ministério Público e às Delegacias do Trabalho;

j) controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas;

k) condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas àquelas oferecidas durante os expedientes diurnos;

l) apoio oficial adequado à capacitação docente, tanto dos órgãos de fomento como da própria IFE, o que envolve atualização do valor das bolsas de estudo e dos seus prazos de cobertura, repudiando a precariedade contida no ProDoutoral/PLANFOR.

5. CARREIRA ÚNICA

a) exigir do governo a imediata abertura de negociações para a reestruturação da Carreira do Magistério Federal;

b) retirada da PEC nº 306/08, bem como qualquer outra iniciativa que proponha a extinção do RJU e a contratação via CLT nos serviços públicos;

c) restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU);

d) extinção do mecanismo de gestão da força de trabalho docente através do banco de professor-equivalente, dado seu caráter precarizador e fragmentador da categoria, a fim de garantir que todos os professores efetivos nas IFE tenham direito ao regime de dedicação exclusiva.

6. POLÍTICA SALARIAL

Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:

- a) revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE;*
- b) estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;*
- c) reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);*
- d) reconhecimento da data-base em 1º de maio;*
- e) restabelecimento dos anuênios;*
- f) pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFE;*
- g) piso salarial para os docentes das IFE nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;*
- h) equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;*
- i) manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;*
- j) reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes das Leis nº 11.784/08, nº 12.772/12 e nº 12.863/13.*

7. PROPOSTA SALARIAL

- a) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;*
- b) piso remuneratório no valor de R\$, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2014, para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;*
- c) interstício de 5% entre os níveis da carreira;*
- d) remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;*
- e) paridade e integralidade para os aposentados;*
- f) reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.*

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES**TEXTO DE APOIO**

Nas últimas três décadas, houve uma forte expansão do número de instituições particulares de ensino superior no Brasil, com imensas dificuldades do ANDES-SN para intervir nesse setor. Esta expansão não se acompanha do crescimento proporcional do número de docentes nas IPES, o que se agrava ainda mais à medida que cresce o EAD. Além disso, as políticas de financiamento do governo para o setor privado – por exemplo o PROUNI – com repasse do dinheiro público, não se efetiva em melhorias para os professores. Pelo contrário, não aumenta o número de professores, somente o número de alunos. Ao mesmo tempo, os cargos docentes das IPES são feitos por contratações precárias, em sua grande maioria em regime horista ou de baixa carga horária, dando preferência à titulação de especialista ou no máximo de mestre, em detrimento à de doutor. Esta realidade é determinante da exacerbação da carga de trabalho, representada majoritariamente por atividades de ensino, da consequente precariedade das condições de trabalho, bem como da exploração do trabalho, dos baixos salários, situações de assédio moral e da instabilidade no emprego. Esta última gera ainda dificuldades para a organização dos trabalhadores docentes na defesa de seus direitos, devido a mecanismos de repressão empregados, que ameaçam o emprego e, muitas vezes, a própria sobrevivência dos docentes. Outra vertente resultante desta situação é o modelo de universidade adotado nas IPES, posto que está assentado e reforçado pelas políticas de educação adotadas pelos últimos governos, considerando-se o papel do PNE, no sentido do fortalecimento do setor privado, com uma grande transferência (direta pelo seu financiamento *in loco* e indireta pelas anistia fiscal) de recursos públicos para o setor.

Desta forma, apesar de os professores das IPES representarem aproximadamente 65% do total de professores do ensino superior, são responsáveis pela formação de cerca de 75% dos alunos de ensino superior no país. Além disso, esses docentes vêm sendo alvo de ataques tão brutais por parte do setor patronal e do modelo de mercado que, por sua vez, impondo relações de trabalho tão aviltantes, imobilizam os docentes do setor privado em qualquer tentativa de reagir à situação. O ANDES-SN enviou documento formalizando denúncias na OIT sobre essas precárias condições de trabalho e repressão nas IPES e, embora tenha buscado manter, em sua carta sindical por via jurídica e política, a possibilidade de representar sindicalmente os docentes das IPES, até o momento não obteve êxito. Por outro lado, os sindicatos que têm representado esses professores, os SINPRO, de um modo geral, vêm se limitando apenas a homologar demissões e não estimulam o debate para que os docentes se organizem para a luta em defesa de seus direitos. No último período, o ANDES-SN se empenhou em tentar compreender melhor os problemas enfrentados pelos docentes das IPES, organizando debates em seminários e encontros do setor e, ao mesmo tempo, buscando a legalização da representação dos docentes das IPES, através do debate jurídico. Nesta tarefa, têm-se buscado mecanismos que possam dotar nossa entidade de instrumentos que possibilitem a organização dos docentes daquele setor, no sentido de procurar formas de enfrentar a forte repressão sofrida pelos trabalhadores nas IPES.

No sentido de contribuir com a organização destes trabalhadores e a sua preparação para a luta contra a ampliação da precariedade nas instituições que, cada vez mais, mergulham na lógica do negócio da educação fomentada como modalidade economicamente promissora, o ANDES-SN tem trabalhado em um contínuo processo de denúncia a respeito do avanço do capital e da internacionalização do ensino superior privado no Brasil, bem como sobre a exploração do trabalho docente nas IPES.

O processo de discussão sobre os problemas enfrentados no Setor das IPES não se esgota para este ano até a construção deste Caderno de Textos, em novembro de 2013. Desta forma, poderá ser necessária a complementação das propostas abaixo apresentadas.

TR - 26

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Lutar pelo fortalecimento da inserção da base docente do setor das IPES no processo de organização sindical e defesa de seus direitos;
2. Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e administrativas que garantam a mobilização e a construção de representação sindical dos docentes das IPES;
3. Intensificar a denúncia, a partir das secretarias regionais, da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e às demissões injustificadas;
4. Dar visibilidade ao Projeto de Universidade do ANDES-SN no Setor das IPES, a partir das Diretrizes para a Construção de Pautas de Reivindicações dos Docentes das IPES, aprovadas no 31º Congresso do ANDES-SN.

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distância
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

33º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014

Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012/2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-Geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Junior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 27 – Toda força às ruas - Contribuição do Prof. Alexis Leite – Sindicalizado da ADUFPI <i>Seção Sindical</i>	
Texto 28 – Alguns desafios e tarefas do movimento docente na conjuntura - Contribuição da Assembleia Geral da ADUFF-SSIND	
Texto 29 – Responder à crise capitalista com as reivindicações e os métodos da luta de classes - Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.).	
Texto 30 – Por uma constituinte soberana e democrática - Contribuição da Diretoria da APUR <i>Seção Sindical</i>	
Texto 31 – 2014 – Politização das lutas como método de resistência: construindo uma unidade classista e anticapitalista - Contribuição da Assembleia Geral da ADUFRJ Seção Sindical	
Texto 32 – Unidade na campanha do plebiscito popular por uma constituinte soberana - Contribuição dos professores Eudes Baima (SINDUECE); Fernando Cunha (ADUFPB SSind); Paulo Rtiela (ADUFS SSind); Joelma Albuquerque (ADUFAL SSind); David Romão (APUR SSind); Cláudio Félix (ADUSB SSind); Tiago Lavoura (ADUSC SSind); Celi Taffarel (APUB SSind); Cláudio Lira (APUB SSind); Érika Suruagy (ADUFRPE SSind); Humberto Clímaco (ADUFG SSind)	
Texto 33 – Tudo isso acontecendo e u aqui na praça dando milho aos pombos - Contribuição dos professores Aloízio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dileno Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind.); Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.)	
Texto 34 – As lutas da classe trabalhadora: avançar para a formação de um bloco proletário e popular - Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind), Ricardo Lara (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)	
Texto 35 – Conjuntura e desafios do movimento docente - Contribuição dos professores Abraão Felix da Penha (Aduneb SSind); Adilson Gonçalves Leite, Angela Michele Suave (Adunitau SSind); Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Rodrigo Dantas (Adunb SSind); Antonio Neto, Elizandra Garcia da Silva (Adua SSind); Antonio Rodrigues Belon, Vitor Oliveira (Adleste SSind); Catarina Malcher, Cláudia Alves Durans, Rosenverck Estrela Santos, Welbson Madeira, Suly Rose Pinheiro (Apruma SSind); Daniel Solon (Adcesp SSind); Douglas Moraes Bezerra, Geraldo do Nascimento Carvalho (Adufpi SSind); Douglas Santos Alves (Aduffs SSind); Égil Fernando Sérgio Damasceno (Adufr SSind); Francisca Pereira dos Santos (Fanka)(Sesdufc); Francisco Augusto Silva Nobre, Zulleide Fernandes de Queiroz (Sindurca);Francisco Carlos Cardoso da Silva (Aduesb SSind); Gelta Terezinha Ramos Xavier, Lorene Figueiredo de Oliveira, Maracajaro Mansor, Marcela Soares Silva (Aduff SSind); Gilberto Marques, Socorro Aguiar (Adufpa SSind); Hajime Takeuchi Nozaki (Apesjf SSind); Hélio Cabral, Marcelo Barreto (Adufpe SSind); Hélvio Alexandre Mariano (Adunicentro SSind); Jorge Henrique Santos Saldanha, Lana Bleicher (Apub SSind); José Vitório Zago (Adunicamp SSind); Marco Antônio Escher (Adufsj SSind); Maria do Socorro S. Ferreira (Aduneb SSind); Patricia Soares de Andrade(Sintifpi SSind); Raphael Góes Furtado (Adufes SSind); Raquel Dias Araujo (Sinduece SSind); Simone Contente, Wanderley Padilha (Adufopa SSind)	

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 36 - Centralidade da Luta - Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical	
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 37 – Política para os docentes ativos e aposentados das IFES - Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical	
Texto 38 – Política de saúde e auxílio saúde suplementar - Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical	
Texto 39 – Combater a política educacional do governo - Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.).	
Texto 40 – Lutar pela autonomia universitária - Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.).	
Texto 41 – Dados científicos contestam metodologia usada na liberação de transgênicos - Contribuição da Professora Edna Riemke de Souza – sindicalizada da ADUR-RJ SSind	
Texto 42 – O combate à violência moral nas IES – Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR SSind	
Texto 43 – Contra o pagamento de verba publicitária ou de qualquer espécie para veículos de comunicação que não sejam comunitários - Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG	
Texto 44 – Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES): sigla nova no vocabulário sindical docente e a redivisão do orçamento das universidades públicas como processo de consolidação da política de assistencialismo do Estado capitalista brasileiro - Contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical	
Texto 45 – Condições de trabalho docente e as políticas de precarização das universidades: a crise dos colégios de aplicação - Contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical	
Texto 46 – Por um debate acerca das políticas para o ensino médio, em especial, sobre as propostas para sua reformulação - Contribuição da Assembleia Geral da ADCEFET-RJ Seção Sindical	
Texto 47 – O ANDES-SN e a Universidade Popular - Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind).	
Texto 48 – As centrais sindicais e o ANDES-SN - Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind), Ricardo Lara (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 8 - Errata ao TR 8 - Diretoria do ANDES-SN	
Texto 49 – Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical. - Diretoria do ANDES-SN	
Texto 50 – Financiamento de observadores das seções sindicais “em construção” aos encontros e congressos do ANDES-SN - Contribuição da Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS	

Texto 51 – Tempo Livre nos Congressos e CONADs - Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR Seção Sindical	
Texto 52 – O ANDES-SN e o apoio à luta dos Guarani-Kaiowá - Contribuição da Diretoria da ADUFERPE-SSind; Diretoria da ADUFDourados-SSind; Roseli Rocha (ADUEMS SSind) e Wilson Brum (ADUEMS SSind); Fátima Massena (ADUFERPE SSind); Aderaldo Alexandrino (ADUFERPE SSind)	
Texto 53 – Alteração estatutária – Aprimorando o Artigo 53, para que se garanta o rodízio de militantes nos cargos da diretoria nacional - Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenno Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.)	
Texto 54 – Por um congresso mais curto - Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenno Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind), Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.)	
Texto 55 – Enfrentar os desafios político-organizativos do ANDES-SN - Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA SSind), Raphael Furtado (ADUFES SSind), Geraldo Carvalho (ADUFPI SSind), Hajime Nozaki (APES-J FSSind), Raquel Dias (SINDUECE	
Texto 56 – Fortalecer o trabalho de base e intensificar a luta contra a divisão do ANDES-SN nas seções sindicais dirigidas pelo PROIFES - Contribuição dos professores Alexandre L. Gadelha, Ana Paula Medeiros, Annibal Muniz Silvany Neto, Carlos Zacarias de Sena Junior, Gilca Garcia de Oliveira,, Henrique Saldanha, Isabela Fadul de Oliveira, Lana Bleicher, Leonardo Teixeira Sousa e Osmario Rezende Leite - Sindicalizados da APUB Seção Sindical	
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 57 - O ANDES-SN e suas seções sindicais devem participar ativamente do plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana para fazer a reforma do sistema político - Contribuição do Prof. Fernando José de Paula Cunha – Sindicalizado da ADUFPB SSind.	
Texto 58 – Direito conquistado é direito adquirido: contra a alteração da forma de pagamento da vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/90 - Contribuição Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da ADUFPB Seção Sindical	
Texto 59 – Carreira, Previdência e condições de trabalho - Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)	
Texto 60 – Responder à crise com a defesa das condições de vida da maioria explorada - Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)	
Texto 61 – Contra a ofensiva repressiva - Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)	

<p>Texto 62 – Cenário: Congresso Nacional com maioria ‘franciscanamente’ formada aprova emendas constitucionais (a partir da EC41/03). Tudo isso, em estreita articulação com a criação das novas carreiras (Leis 11784/08 e 12772/12). Quem paga o pato? Resposta: os aposentados, os pensionistas e os recém-integrados à carreira. Quem nos defende? Resposta: até agora ninguém !!! <i>Contribuição do prof. Murilo Antonio Rodrigues de Andrade Filho – sindicalizado da ADCEFET-RJ SSind.</i></p>	
<p>Texto 63 – Terceirizações e desigualdades na comunidade acadêmica: impulsionar a luta dos trabalhadores terceirizados - <i>Contribuição dos professores: Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ SSind), Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR-RJ SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ SSind), Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ SSind), Camila Daniel (ADUR-RJ SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ SSind), Dileno Dustan Lucas de Souza (APESJF SSind)</i></p>	
<p>Texto 64 – Política de saúde versus SIASS – <i>Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR Seção Sindical</i></p>	
<p>Texto 65 – Periculosidade e Insalubridade - <i>Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR Seção Sindical</i></p>	
<p>Texto 66 – Participação dos professores aposentados no ANDES-SN - <i>Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR Seção Sindical</i></p>	
<p>Texto 67 – Em defesa da autonomia universitária e da democracia plena - <i>Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical</i></p>	
<p>Texto 68 – Paralisação nacional pela carreira docente e campanha salarial 2014 - <i>Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical</i></p>	
<p>Texto 69 – Mais uma ameaça à autonomia universitária das universidades públicas federais - <i>Contribuição dos professores: Alexandro Tenório (ADUFERPE SSind.), Ana Paula Souza (ADUFERPE), Andrea Carla de Paiva (ADUFERPE SSind.), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE SSind), Celi Taffarel (APUB SSind), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE SSind.), Cláudio Lira Santos Júnior (APUB SSind.), David Romão Teixeira (APUR SSind), Erika Suruagy A. de Figueiredo (ADUFERPE SSind.), Fabiana Cristina da Silva (ADUFERPE SSind.), Hulda Stadler (ADUFERPE SSind), Irenilda de Souza Lima (ADUFERPE SSind.), Jaqueline Carvalho (ADUFERPE SSind.), José Nilton de Almeida (ADUFERPE), Mercês Cavalcanti Cabral (ADUFERPE SSind.), Moisés de Melo Santana (ADUFERPE SSind.), Paulo de Jesus (ADUFERPE SSind.), Pompéia Villachan Lyra (ADUFERPE SSind.), Rosângela Cely Lindoso (ADUFERPE SSind.) e Virginia de Almeida Aguiar (ADUFERPE SSind.)</i></p>	
<p>Texto 70 – O ANDES-SN deve participar ativamente do plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana para fazer a reforma do sistema político - <i>Contribuição dos professores: Alexandro Tenório (ADUFERPE SSind.), Ana Paula Souza (ADUFERPE), Andrea Carla de Paiva (ADUFERPE SSind.), Celi Taffarel (APUB SSind), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE SSind.), Cláudio Lira Santos Júnior (APUB SSind.), David Romão Teixeira (APUR SSind), Erika Suruagy A. de Figueiredo (ADUFERPE SSind.), Fabiana Cristina da Silva (ADUFERPE SSind.), Hulda Stadler (ADUFERPE SSind), Irenilda de Souza Lima (ADUFERPE SSind.), Jaqueline Carvalho (ADUFERPE SSind.), José Nilton de Almeida (ADUFERPE), Mercês Cavalcanti Cabral (ADUFERPE SSind.), Moisés de Melo Santana (ADUFERPE SSind.), Paulo de Jesus (ADUFERPE SSind.), Pompéia Villachan Lyra (ADUFERPE SSind.), Rosângela Cely Lindoso (ADUFERPE SSind.) e Virginia de Almeida Aguiar (ADUFERPE SSind.)</i></p>	
<p>Texto 71 – Política de ciência e tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente - <i>Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dileno Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind), Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.)</i></p>	

<p>Texto 72 – Combater o divisionismo no movimento sindical com a defesa de um congresso de unificação de todas as centrais - <i>Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind)</i></p>	
<p>Texto 73 – Pela participação do ANDES-SN na campanha do plebiscito popular por uma constituinte soberana - <i>Contribuição dos professores Eudes Baima (SINDUECE); Fernando Cunha (ADUFPB SSind); Paulo Riela (ADUFS SSind); Joelma Albuquerque (ADUFAL SSind); Cláudio Félix (ADUSB SSind); Tiago Lavoura; (ADUSC SSind); Humberto Clímaco (ADUFG Sind)</i></p>	
<p>Texto 74 - Organização e mobilização política dos aposentados e pensionistas: uma sugestão metodológica - <i>Contribuição do prof. José Bezerra de Araújo – sindicalizado da ADUFCG Seção Sindical</i></p>	
<p>TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES</p>	
<p>Texto 75 – Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ASDUERJ</i></p>	
<p>Texto 76 – Plano de Lutas do Setor das IFE - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical</i></p>	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 36 - Centralidade da Luta	
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 37 – Política para os docentes ativos e aposentados das IFES	
TR 38 – Política de saúde e auxílio saúde suplementar	
TR 39 – Combater a política educacional do governo	
TR 40 – Lutar pela autonomia universitária	
TR 42 – O combate à violência moral nas IES	
TR 43 – Contra o pagamento de verba publicitária ou de qualquer espécie para veículos de comunicação que não sejam comunitários	
TR 44 – Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES): sigla nova no vocabulário sindical docente e a redivisão do orçamento das universidades públicas como processo de consolidação da política de assistencialismo do Estado capitalista brasileiro	
TR 45 – Condições de trabalho docente e as políticas de precarização das universidades: a crise dos colégios de aplicação	
TR 46 – Por um debate acerca das políticas para o ensino médio, em especial, sobre as propostas para sua reformulação	
TR 47 – O ANDES-SN e a Universidade Popular	
TR 48 – As centrais sindicais e o ANDES-SN	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 8 - Errata ao TR 8	
TR 49 – Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical.	
TR 50 – Financiamento de observadores das seções sindicais “em construção” aos encontros e congressos do ANDES-SN	
TR 51 – Tempo Livre nos Congressos e CONADs	
TR 52 – O ANDES-SN e o apoio à luta dos Guarani-Kaiowá	
TR 53 – Alteração estatutária – Aprimorando o Artigo 53, para que se garanta o rodízio de militantes nos cargos da diretoria nacional	
TR 54 – Por um congresso mais curto	
TR 55 – Enfrentar os desafios político-organizativos do ANDES-SN	

TR 56 – Fortalecer o trabalho de base e intensificar a luta contra a divisão do ANDES-SN nas seções sindicais dirigidas pelo PROIFES	
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 57 - O ANDES-SN e suas seções sindicais devem participar ativamente do plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana para fazer a reforma do sistema político	
TR 58 – Direito conquistado é direito adquirido: contra a alteração da forma de pagamento da vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/90	
TR 59 – Carreira, Previdência e condições de trabalho	
TR 60 – Responder à crise com a defesa das condições de vida da maioria explorada	
TR 61 – Contra a ofensiva repressiva	
TR 62 – Cenário: Congresso Nacional com maioria ‘franciscanamente’ formada aprova emendas constitucionais (a partir da EC41/03). Tudo isso, em estreita articulação com a criação das novas carreiras (Leis 11784/08 e 12772/12). Quem paga o pato? Resposta: os aposentados, os pensionistas e os recém-integrados à carreira. Quem nos defende? Resposta: até agora ninguém !!!	
TR 63 – Terceirizações e desigualdades na comunidade acadêmica: impulsionar a luta dos trabalhadores terceirizados	
TR 64 – Política de saúde versus SIASS	
TR 65 – Periculosidade e Insalubridade	
TR 66 – Participação dos professores aposentados no ANDES-SN	
TR 67 – Em defesa da autonomia universitária e da democracia plena	
TR 68 – Paralisação nacional pela carreira docente e campanha salarial 2014	
TR 69 – Mais uma ameaça à autonomia universitária das universidades públicas federais	
TR 70 – O ANDES-SN deve participar ativamente do plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana para fazer a reforma do sistema	
TR 71 – Política de ciência e tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente	
TR 72 – Combater o divisionismo no movimento sindical com a defesa de um congresso de unificação de todas as centrais	
TR 73 – Pela participação do ANDES-SN na campanha do plebiscito popular por uma constituinte soberana	
TR 74 - Organização e mobilização política dos aposentados e pensionistas: uma sugestão metodológica	
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
TR 75 – Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	
TR 76 – Plano de Lutas do Setor das IFE	

TEMA 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

TEXTO 27

Contribuição do Prof. Alexis Leite – Sindicalizado da ADUFPI Seção Sindical

TODA FORÇA ÀS RUAS

*A coruja de Minerva alça seu voo somente com
o início do crepúsculo. G.F. Hegel*

*Quem sabe faz a hora não espera acontecer.
Geraldo Vandré*

*... revolução representa mais um instinto do
que um pensamento; ela age propaga-se como
um instinto que trava suas primeiras batalhas.
Eis porque os filósofos, os literatos e os
políticos, todos aqueles que têm no bolso um
pequeno sistema pronto e que gostariam de
comprimir esse oceano insondável em limites e
numa forma determinados, revelam-se tão
estúpidos e tão impotentes; eles são
desprovidos desse instinto e temem mergulhar
nas ondas desse oceano. Bakunin*

*O que é chamado de “capitalismo” é
basicamente um sistema de mercantilismo
empresarial, com enormes e incontáveis
tirantias privadas exercendo vasto controle
sobre a economia, os sistemas políticos e a vida
social e cultural, operando em íntima
cooperação com os poderosos Estados que
intervêm pesadamente na economia doméstica
e internacional. Noam Chomsky*

Em “A arte da Guerra”, Sun Tzu diz que quem domina a Terra, a Água e o Ar, será o vencedor. Ainda continua incontestado o poderio Norte Americano no campo da guerra. Sua ciência e tecnologia garantem a supremacia mundial com a produção de perto de 1/3 da ciência produzida no planeta. Ciência e tecnologia são as riquezas mais nobres do mundo humano atual, mas não são todas as riquezas.

Não há perspectivas no momento que abale esse poderio, nem mesmo o tiro no próprio pé que o partido republicano americano propôs-se a dar no país ao tratar dos planos de saúde pública, paralisando o governo americano e conduzindo ao risco de se promover o maior calote financeiro da história, destruindo o sistema financeiro mundial. Mesmo assim, continuariam os Senhores da Guerra.

Na dimensão econômica recebe a cooperação do Japão e União Europeia, num primeiro momento, e depois da China que está a fabricar de tudo em razão dos pacotes de tecnologias de terceira ordem comprados aos EUA, poluindo todo o seu território e transformando-se no grande Lixão do Mundo. Em outras palavras, o que há é cooperação rendida ao Império. O que há é sobrevivência.

Os emergentes BRICS no atual contexto pouco ou nada representam enquanto deslocamento da geopolítica. Cooperadores também de primeira hora são candidatos à reprodução do modelo em âmbito de terceira ou quarta ordem. O Brasil, Permanente Colônia do criador e da criação (inglesa e depois americana do norte), continua a exportar mercadorias sem valor agregado. A Rússia mostrou a sua serventia ao resgatar o governo de Obama na questão Síria, colocando-se como o coletor de armas químicas, desobrigando a intervenção parlamentar-presidencial-militar na questão, o que desonerou desgastes administrativos no Império.

Na América Latina não é diferente. Seguem dentro da mesma estratégia de sobrevivência. Os arroubos de Latinidade Rebelde sequer chega a incomodar o Gigante Americano (pela ciência, tecnologia e, em consequência, a economia), que às vezes se movimenta em ameaças e ações com a finalidade de domesticar os animais de quintais próximos (tudo agora no planeta está perto) e aniquilá-los caso seja conveniente. A Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru) representa 60% a mais do que as exportações do MERCOSUL. Um tiro na unidade latino-caribenha (CELAC). A obediente América Latina tenta rugir, mas só chega às ruas um fraco miado como a pedir comida e água para um bando de desgraçados. Uma guerra internacional ocorre no Congo, já com mais de quatro milhões de mortos, provocada pela ganância alimentada por nós através da compra de celulares, notebooks, iphones, ipads..., já todos com os chips espíões embutidos devassando a nossa pretensa privacidade e liberdade. É o preço a pagar pela nossa rendição e inserção no modelo imposto pelo Império.

O modelo brasileiro de desenvolvimento tem como ícone a guerra fiscal. Para imitar o Império promete o sucesso fácil à custa dos contribuintes – Nós. Além disso, descasca o couro dos trabalhadores e trabalhadoras ao oferecer baixo salário comparado aos pagos nas grandes metrópoles. O modelo valerá para o agronegócio, para a indústria, para os serviços, para a mineração e exploração do petróleo. Na direção desse desenvolvimento sai do caminho índio, pobre que mora perto de estádio em tempos de Copa ou caminho por onde circularão turistas, trabalhadoras da agricultura familiar, desempregados, caso contrário o “Trator Vai Te Pegar!”.

Os partidos políticos brasileiros se constituem em farsas. Uns mais e outros menos. É certo que todos, de alguma forma, cumprem com um papel como se estivessem num teatro. Os da direita condenam os movimentos de ruas. Os da esquerda falam mal dos mesmos. Os Black Blocs provocaram ciúmes no ursinho moreninho, pois o ursinho quer ser dono dos movimentos, ser dono do aparelho que fará a revolução proletária brasileira. Ai, ai, ai. Haja saco pra tanta...

As centrais sindicais, todas, estão estagnadas em razão dos proventos que já recebem, ou estão tentando se consolidar para receber os proventos de estagnação. Claro que todas mostram algum tipo de serviço, mas o serviço institucional e acomodado acertado dentro dos gabinetes. Aonde mais poderiam estar?

Vamos nos suicidar, então?

No momento que atravessamos o nosso Sindicato Nacional deve estar atento a duas coisas. A primeira é a de continuar representando a farsa no institucional: frequentar gabinetes de deputados e senadores; ir ao MEC cumprir com o mesmo ritual anterior de fingimento de negociação. Isso por parte deles, é claro. E assim por diante. A segunda é construir com quem queira e possa (empregados, desempregados, estudantes, índios, trabalhadores rurais sem-terra, sem-teto, professores das universidades...) um Trator Humano capaz de arregaçar as instituições brasileiras a ponto de elas e seus defensores “pedirem penico” e nós em retribuição, cumprindo os ensinamentos do Império, colocarmos todas as nossas riquezas humanas e materiais em função da ciência e tecnologia que nos interessam. Só as massas nas ruas possuem essa possibilidade de transformação interna em direção ao externo. Organização no local de trabalho é a única chance que temos.

Vale lembrar àqueles que falam em GREVE agora, na atual conjuntura, que na próxima que houver milhares de professores e professoras que são BLACK BEACHES, BLACK PARFOR, BLACK FIELDS, BLACK PÓS-GRADUAÇÃO, BLACK GRATIFICAÇÃO, BLACK EDITAL DO MEC... não estarão na mesma. Não aumentemos a nossa dor. Ampliemos as nossas ações de compreensão sobre o que somos juntos aos outros, com os outros. Hajamos com fins claros e possíveis, como cientistas que dizemos ser.

TEXTO 28

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFF-SSIND

ALGUNS DESAFIOS E TAREFAS DO MOVIMENTO DOCENTE NA CONJUNTURA

Muito embora a intensa e massiva greve realizada pela categoria em 2012 tenha trazido avanços políticos e organizativos para a categoria, não alcançamos o atendimento do núcleo central da nossa pauta: a valorização da carreira docente e o enfrentamento da precarização das condições de trabalho. O movimento grevista se desenvolveu como avaliamos em uma correlação de forças muito desfavorável à classe trabalhadora. Nas IFEs no ano de 2013, vivemos o aprofundamento dos efeitos da expansão precarizada e de seus agravos à saúde do trabalhador e da implantação do processo de desestruturação da carreira.

Para enfrentar essas consequências da contrarreforma universitária do governo para o ensino superior o Congresso do ANDES-SN no Rio de Janeiro aprovou em seu Plano de Lutas um conjunto de ações, a saber: a construção e participação na Marcha Nacional de 24 de abril em Brasília (Em defesa dos direitos dos trabalhadores! Contra a política econômica do governo federal); a Jornada de Lutas de 20 a 24 de maio com paralisação em 22 de maio; o Dia nacional de lutas em 27 de junho; o 11 de Junho – dia de greve, paralisações e manifestações; o Dia nacional de paralisação – 30 de agosto; ações para pressionar a aprovação da PEC 555 (10 de setembro) e os atos Nacional de Luta contra a EBSERH (em setembro). Além disso, o Andes-SN acompanhou, contribuiu e indicou a participação dos docentes nos movimentos de massa que ganharam as ruas do Brasil a partir de junho.

As ações somaram-se a uma série de iniciativas para o processo de mobilização e organização de nossa categoria, através de encontros e seminários nacionais organizados pelos Grupos de Trabalhos, a campanha nacional de sindicalização, o Dossiê Nacional sobre precarização do trabalho, as pesquisas para levantamento da realidade docente (saúde do trabalhador, EBSERH, estrutura interna das IFES e condições de trabalho) e para as IFES as pesquisas sobre acesso a Universidade (SISU).

Embora voltadas para a pauta da categoria avaliamos que essas iniciativas não foram suficientes para aumentar o grau de mobilização da categoria. Apesar disso durante a greve os docentes da UFF e das IFEs do Rio de Janeiro tiveram uma participação expressiva nas ações gerais, protagonizadas por importantes segmentos da classe trabalhadora identificados com a defesa da educação pública e com várias reivindicações que estiveram nas pautas das manifestações de junho.

Contudo, embora as pressões diretas sobre o governo não tenham conseguido impor nenhum avanço na negociação da nossa pauta nacional, avanços importantes foram logrados.

No nível local e estadual registramos a conquista da Dedicção Exclusiva na UERJ e a vitória contra a EBSERH, mesmo que não definitiva, na UFRJ e na UNIRIO. Contribuímos com a organização de um Ato estadual contra as Violências do Estado que agregou diferentes organizações e movimentos sociais e populares no campo da esquerda e, mesmo que de forma tímida, contribuímos para o processo de rearticulação do FEDEP-RJ. Tivemos ainda uma forte presença na luta dos professores da rede municipal e estadual do Rio.

No tocante às questões gerais, o governo já anunciou o incremento de mais privatizações (como demonstra o texto do PNE e a sanha de boa parte dos reitores para tentar a aprovação da EBSERH) e mais cortes de verbas para os gastos públicos. Serão destinados 1,002 trilhões para o pagamento de juros e amortização da dívida, comprometendo cerca de 42% do orçamento brasileiro.

Aos que se organizam para resistir à ordem, a resposta dos governos (principalmente, pelo governo federal (PT) e pelos governos estaduais – PSDB, em São Paulo – PMDB, no Rio de Janeiro, e PT no Rio Grande do Sul) tem sido a criminalização dos movimentos, mais

violência e repressão, buscando, dessa forma, conter o processo de mobilização e o crescimento dos protestos ocorridos desde as grandes manifestações de junho passado.

Conforme afirmam os companheiros da executiva da CSP-Conlutas, “estes elementos devem se intensificar em 2014 já que a desaceleração do crescimento da economia capitalista em nosso país mudou o patamar para taxas menores. O aumento do PIB foi de 7% em 2010, para 2,7% em 2011 e 0,9% em 2012. Em 2013 deve ficar entre 2 e 2,5%, que pode ser repetido em 2014. O preço das commodities caiu e há uma redução de exportação pela desaceleração da economia chinesa. Além disso, hoje há uma grande incerteza do fluxo de investimentos para os países dos BRICS.”

Compartilhamos dessa avaliação por entendermos que muito embora o PT ainda possua um enorme controle sobre parte das entidades sindicais e ainda que a classe trabalhadora brasileira venha experimentando recentemente um período de apassivamento dos seus instrumentos de luta, especialmente após a implantação da reestruturação produtiva, o conseqüente desemprego e precarização das relações de trabalho, as contradições próprias da sociedade capitalista fizerem com que o projeto do governo e da burguesia acabassem por compelir os/ as trabalhadores/as e os jovens da classe trabalhadora a se organizarem e a reinventarem suas lutas. Esse processo explica em certa medida as manifestações de rua neste ano.

A esta análise agrega-se a disposição demonstrada nas ruas para se contrapor às ações dos governos contrários aos interesses da população em especial no cenário constituído com a realização da Copa do Mundo de 2014 através dos gastos para adaptação das cidades em detrimento da melhoria das políticas públicas e os processos de expulsão e faxina étnico- social da população empobrecida atingida pelos megaeventos esportivos. Esses aspectos se apresentam como elementos importantes de mobilização para o próximo ano.

Internamente nas Universidades vivemos um processo contraditório. Mesmo com a ampliação considerável de novos docentes, devido ao déficit histórico e a grande ampliação discente após o REUNI, o número de professores é insuficiente. Além disso, o aumento de vagas docentes não tem sido acompanhado de estrutura que garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impulsionando, em algumas realidades, em especial nos campi do interior, a reprodução do modelo de escolão do ensino superior. A expansão precarizada também vem acompanhada de ampliação das exigências pelos órgãos de fomento e também pelo governo, como expresso em alguns pontos de nossa nova carreira docente através da intensificação do trabalho docente. Entre as muitas conseqüências desse processo estamos vivenciando a ampliação do adoecimento docente, ainda camuflado pelas perícias locais que se negam a fazer nexos entre doença e trabalho e, por vezes, reconhecido ou mesmo negado pelos próprios docentes. Agregam-se a esse processo os casos de assédio moral, em especial contra os professores recém ingressos e a falta de democracia interna nas IES.

Neste sentido, nossa proposta é intensificar o processo de mobilização da categoria e de enraizamento do sindicato. Para tanto, deve-se intensificar ações de mobilização que inclua a manutenção e ampliação do trabalho de base com as visitas aos departamentos e as sedes dos campi da expansão precarizada para estimular a reflexão dos docentes a respeito da relação entre suas precárias condições de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho, o autoritarismo das chefias e do conjunto dos gestores das IFE e o aumento das doenças do trabalho.

Essas ações devem servir para contribuir para a análise da política do ensino superior e preparar a categoria para a luta. A execução deste plano de mobilização deve ter por fim a construção de condições para pautar a avaliação sobre as possibilidades e condições de realização de uma nova greve dos docentes das IFE.

À esta ação deve ser somada a organização em âmbito regional de fóruns unitários para a realização de debates, reflexões e ações capazes de fortalecer a unidade dos que lutam em favor da educação pública e de qualidade. No intuito de, contribuir para que o ano de 2014 seja o ano da educação devemos propor a intensificação do processo de organização dos encontros estaduais de educação e a organização de marchas em defesa da educação pública em todos os estados.

Ao mesmo tempo, devemos contribuir para unificar as ações dos Servidores Públicos Federais nos estados para fortalecer ações unitárias capazes de potencializar as pressões pelo atendimento da pauta de reivindicações.

Por fim, e não menos importante, deve-se buscar participar das ações promovidas pela CSP-CONLUTAS no sentido de pautar no interior da Central as questões relacionadas à educação pública. Além disso, é necessário contribuir, no interior da CSP-CONLUTAS, para a organização de ações unitárias com as entidades que não compõem a Central, mas que reivindicam a luta classista, na busca da unificação da pauta geral na classe trabalhadora para que este ano seja de fato um ano de mobilização e de luta.

TEXTO 29

Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.).

RESPONDER À CRISE CAPITALISTA COM AS REIVINDICAÇÕES E OS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSES

A situação internacional é de aprofundamento da crise mundial do capitalismo. A crise, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, não foi sufocada pelos governos burgueses. Ao contrário, quanto mais os governos e Estados agem no sentido de salvar os grupos econômicos da falência através dos bancos centrais, aprofundam-se os elementos da crise mundial levando os Estados à bancarrota e ao endividamento. A destruição de forças produtivas (força de trabalho e meios de produção) tem sido a saída da burguesia para amenizar os efeitos da crise internacional. O resultado disso é o aumento do desemprego, particularmente entre a juventude, corte dos gastos dos orçamentos para serviços públicos (saúde, educação, moradia e previdência) e a destruição de conquistas e direitos sociais. Os Estados capitalistas descarregam o peso da crise sobre as massas trabalhadoras de todo o mundo.

Em meio ao avanço da crise mundial, aprofundam-se as tendências bélicas do capitalismo. O imperialismo promove guerras no Afeganistão e no Iraque. Aumentam as pressões sobre a Síria e o Irã. Para sufocar os levantes e movimentos populares em vários continentes, as potências imperialistas intervêm através de governos locais ou pela ocupação militar, como ocorreu no Egito, Tunísia, Líbia. Por trás da política, das intervenções e pressão das potências está a necessidade de manter o controle sobre as fontes de matéria-prima e sufocar qualquer iniciativa de resistência à opressão nacional e social. Trata-se de desenvolver a luta anti-imperialista e anticapitalista em todos os países oprimidos contra o imperialismo e as burguesias nacionais.

Os ataques dos governos aos direitos e conquistas dos trabalhadores e da juventude, as medidas antipopulares, a destruição de postos de trabalho e aumento do desemprego desencadearam uma nova etapa na luta de classes mundial. A resposta dos trabalhadores foram as mobilizações, ocupações e greves gerais massivas em diversos países da Europa (Grécia, França, Espanha), em defesa dos salários e contra as chamadas medidas de austeridade dos governos contra a população empobrecida, além de levantes populares no Norte da África e Oriente Médio, em que as massas derrubaram ditadores em inúmeros países, mas o poder político e econômico não saiu das mãos da burguesia de seus países e da burguesia imperialista. Estas lutas não puderam avançar devido à ausência de uma direção política revolucionária que levantasse um claro programa de reivindicações transitórias, capaz de levar as massas a se chocar com os governos, Estados e com a grande propriedade privada capitalista.

A crise mundial coloca objetivamente de um lado os governos e estados capitalistas interessados em manter a grande propriedade privada dos meios de produção, sustentando os conglomerados capitalistas em crise, através dos ataques aos direitos e conquistas sociais e, de outro, a luta das massas contra as consequências da crise mundial (miséria, desemprego, fome). Mas, para que

estas lutas não se frustrem, coloca-se a tarefa de superação da crise de direção política internacional de modo que a luta de classe do proletariado, dos demais trabalhadores e da juventude explorada possa avançar contra os governos e o Estado.

No Brasil, a crise vem se manifestando na retração da economia, no pífio crescimento do PIB (sob a base de índices negativos nos anos anteriores), na desindustrialização do país, nas demissões na Vulcabras/Azaléia, na General Motors e na Volkswagen, no anúncio de cortes no orçamento federal para setores sociais como a educação e saúde e nos incentivos fiscais dados pelo governo Dilma às multinacionais, além do depósito de bilhões de reais dos cofres nacionais nos bolsos dos capitalistas através do BNDES. O aumento da taxa básica de juros (Selic) e a escalada das privatizações no Governo Dilma (PT) de petróleo, portos, aeroportos e rodovias expressam o apoio ao capital nacional e internacional.

As massas sentem o peso da crise, mas são constantemente freadas pelas suas direções governistas, o que não significa que não se choquem com elas. Prova disso, é que em 2012 ocorreram diversos movimentos grevistas protagonizados pelo funcionalismo público municipal, estadual e federal, trabalhadores dos Correios, bancários, e por diversos setores da esfera privada. Nos últimos 16 anos, nunca houve tantas greves quanto em 2012. Em 2013, nos meses de junho e julho, ocorreram manifestações massivas em todas as grandes capitais do País, que tinham na sua base o peso da crise na elevação dos preços das passagens de ônibus e de metrô e no aumento do custo de vida. Instaurou-se uma crise política no país, que foi potencializada pelas denúncias do envolvimento de líderes petistas no caso de corrupção conhecido como “Mensalão”. A resposta do governo diante da crise e das mobilizações tem sido de salvaguardar os interesses do grande capital e sufocar a luta de classes por meio da criminalização.

O movimento docente nas Universidades Estaduais e Federais vem se chocando com a política privatista dos governos burgueses de destruição do ensino público. Ao mesmo tempo em que o governo federal despeja milhões de reais nos capitalistas da educação com incentivos fiscais e programas como o PROUNI e o FIES, a situação das Universidades Federais e Estaduais é de completo sucateamento, cortes de verbas, expansão sem a garantia das condições mínimas de estudo e trabalho, terceirização e destruição das condições do trabalho docente. Assim, em 2012, ocorreu uma das maiores greves docentes nas Universidades Federais de todo o país. Nos últimos três anos também ocorreram inúmeras greves na maior parte das Instituições Estaduais de Ensino Superior. Foi importante o caso da Bahia, em que a categoria radicalizada destituiu a direção governista do sindicato vinculado ao PROIFES, braço do governo na categoria, em pleno movimento grevista de 2012.

O 33º Congresso do Andes ocorrerá nessa conjuntura de crise econômica e de crise política. Terá o desafio de organizar as lutas do movimento docente no próximo período. Para isso, é preciso romper com todo tipo de academicismo e corporativismo, típicos do movimento pequeno-burguês e se entroncar com o desenvolvimento do movimento operário. É preciso combater o divisionismo que só enfraquece o movimento docente e fortalece as burocracias sindicais. Nesse sentido, é preciso se colocar inteiramente do lado do Andes contra o divisionismo provocado pelo PROIFES. Do mesmo modo, é preciso que o Andes se coloque pela defesa da unidade nacional do movimento dos explorados com a defesa de uma única central sindical operária, através de um congresso de unificação de todas as centrais.

TEXTO 30

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

POR UMA CONSTITUINTE SOBERANA E DEMOCRÁTICA

A colisão entre as manifestações de 2013 contra o aparato repressivo e o Estado brasileiro evidenciou o colossal distanciamento dos interesses populares das instituições políticas existentes no Brasil.

O descompromisso dos governantes para com os anseios e as necessidades populares, as arbitrariedades do Judiciário, a violência policial, bem como o papel reacionário da grande mídia, revelam que é preciso construir novas instituições e novas formas de representação.

A propalada reforma política foi postergada para que o próprio congresso nacional (um verdadeiro balcão de negócios), alvo das contestações, possa construir reformas para manter os mesmos políticos que controlam as instituições.

Além disso, como no chamado “pacote antiterrorista”, querem aprovar leis para aumentar o caráter repressivo do Estado.

A Constituição de 88 foi uma construção imperfeita e contraditória, pois foi elaborada pelo Centrão, aliança formada pelos partidos da transição (PMDB-PFL), que impediram que propostas oriundas dos movimentos sociais e populares que lutaram contra ditadura pudessem ser realmente efetivadas.

Dessa forma, os verdadeiros problemas econômicos e sociais não foram resolvidos, um exemplo disso foi a não realização da reforma agrária, perdurando até hoje, em pleno século XXI, o controle pelos latifúndios de imensas propriedades.

A mobilização por uma verdadeira Assembleia Constituinte exclusiva e soberana é fundamental para garantir uma nova Constituição que modifique as instituições do regime político brasileiro, que precisa estar sobre o controle do próprio povo.

A luta em defesa da universidade pública e de qualidade passa por uma ampla ação do ANDES em defesa de uma Assembleia Constituinte que coloque em relevo a plataforma dos movimentos sociais.

Em 2013 várias entidades aprovaram a realização de um plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político a ser realizado em setembro de 2014 na semana da Pátria, diante disso, reconhecemos que o ANDES e suas seções precisam participar ativamente nesta atividade contribuindo com sua força para que o este plebiscito popular aconteça.

TEXTO 31

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFRJ Seção Sindical

2014 – POLITIZAÇÃO DAS LUTAS COMO MÉTODO DE RESISTÊNCIA: CONSTRUINDO UMA UNIDADE CLASSISTA E ANTICAPITALISTA

Os desafios colocados para os trabalhadores em virtude das consequências da crise capitalista mundial possuem particularidades que, na compreensão da ADUFRJ, merecem ser aprofundadas na análise de conjuntura, especialmente a partir da retomada dos protestos de massas como os das Jornadas de Junho de 2013.

O Brasil é alvo de grandes fluxos de capital internacional, em virtude das elevadas taxas de juros, entre as maiores do mundo; dos megaeventos esportivos, dentre outros; do aporte de recursos públicos via BNDES, Banco do Brasil e Caixa para alimentar lesivas parcerias público-privadas nas obras de infraestrutura do PAC e para incentivar a formação de multinacionais ‘brasileiras’ nos setores agropecuário e mineral. Ações que se encontram no esteio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA), e em conformidade com a política de ‘abertura do país às nações amigas promovida por Lula e Dilma, um enorme afluxo de recursos para a mercantilização do que outrora a Constituição Federal conceituou como direitos sociais, a exemplo da saúde, da previdência e, dado o objetivo do presente texto, da educação, tema que será melhor examinado.

O Rio de Janeiro é um dos lugares privilegiados da expressão das lutas contemporâneas do Brasil, dentre outras razões, por ser alvo, ao mesmo tempo, dos dois megaeventos que se aproximam: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esta condição única tem imposto à cidade um ritmo acelerado de transformações arbitrárias em seu tecido urbano, gerando um número gigantesco de remoções forçadas, aumento sem igual do preço do solo, alterações do ritmo de funcionamento urbano cotidiano, privatizações de espaços públicos em escala crescente e, somado a isso, aumento do aparato repressivo e de controle de forma espetacular. A quantidade de eventos precedentes aos considerados centrais que já vêm ocorrendo na cidade, alguns de grande escala como os Jogos Olímpicos Militares (2011), a Rio + 20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações (2013), permeados por eventos de porte médio cujo melhor exemplo são as duas edições do Rock in Rio (2011 e 2013), têm construído um cotidiano de exceções na cidade que se transformou, de maneira aprofundada, em palco de eventos privados que tolgem o sentido público da vida urbana.

A conjuntura internacional revela uma condição adversa para a classe trabalhadora. O capital global, em sua tarefa de reprodução e recomposição da taxa de lucros, não pode deixar de guiar de modo mais peremptório do que o habitual o uso dos recursos públicos em proveito dos grupos financeiros hegemônicos e das grandes corporações associadas, como se depreende, na Europa, das ações da TROIKA na Grécia, na Espanha, em Portugal, na Itália, medidas que envolvem corte de verbas para serviços públicos, demissões e aumento da exploração dos trabalhadores de maneira cada vez mais aprofundada dado que, como é esperado, aprofundam-se também os elementos conformadores da crise e, por fim, aumento do aparato repressivo e recrudescimento da criminalização dos movimentos sociais. Tais medidas se aprofundam, inclusive, nos países centrais, independentemente do comando nacional possuir um governo de pseudoesquerda, como, na França, o de França Hollande, de direita dissimulada como os Estados Unidos de Obama. No contexto de crise, os setores hegemônicos do capital operam suas políticas por meio de organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) e, no caso da UE, da junção dos Bancos Centrais, como a já mencionada TROIKA..

A América Latina é, cada vez mais, uma região concebida como de expansão do metabolismo do capital, lugar em que novas e ferozes expropriações podem criar oportunidades de negócios sem precedentes. Como salientou a presidenta Dilma em Davos, educação, infraestrutura, saúde, tudo está aberto para os investidores. Em um primeiro momento, a expansão chinesa criou a ilusão de que alguns países poderiam ter seu PIB ampliado pelas commodities exportadas para a China e, ao mesmo tempo, promover a governabilidade manejando programas como, no Brasil, o Bolsa Família, e promovendo leve expansão do salário-mínimo e, ainda, uma enxurrada de oferta de crédito aos setores populares agora reconceituados como a ‘classe C’ para consumir produtos das megacorporações de telefonia, eletroeletrônicos etc.

Entretanto, os efeitos dessas medidas logo mostraram as suas contradições insanáveis: paralisação da reforma agrária; agravamento de problemas socioambientais (uso intensivo de energia, consumo sem precedentes de agrotóxicos, liberalização sem qualquer base científica do uso de todos os transgênicos desejados pelas corporações, despejo de lixo tóxico em áreas urbanas ou próximas as áreas urbanas); desnacionalização acelerada da economia; hipertrofia dos setores básico e semimanufaturado, em detrimento dos setores de maior sofisticação tecnológica; estagnação do crescimento da massa salarial, ainda baixa; superendividamento das famílias, e intensa rotatividade da força de trabalho. Em termos macroeconômicos, maior vulnerabilidade externa, elevação dos gastos públicos em relação ao PIB em virtude da expansão das dívidas públicas; pressões inflacionárias, inflexões bruscas no câmbio etc. Diante desse quadro, o pensamento único’ do Estado-maior do Capital somente apresenta uma saída: o corte dos gastos sociais e ainda maior abertura econômica e liberalização de toda área social!

No Brasil, o ano de 2013 apresentou uma mudança no patamar das lutas sociais. Os confrontos, conflitos e manifestações ganharam em intensidade e escala, o que não significa, no entanto, que a organização classista dos trabalhadores tenha sido aprofundada no mesmo ritmo. Da mesma maneira, não se pode afirmar que houve alteração na correlação de forças entre as classes, mas é inegável que foram ampliadas as formas de repressão contra aqueles que saem às

ruas.

O longo período de governos de coalizão de classes, hegemonizado pelo setor financeiro e gerenciado pelo PT havia produzido uma profunda desorganização das lutas dos trabalhadores e da juventude, por meio do transformismo de partidos, centrais, movimentos sociais, provocando despolitização, embotamento da consciência de classe dos trabalhadores e uma inflexão conservadora no senso comum. Entretanto, neste contexto, o que inicialmente se configurou como a luta contra o aumento das passagens logo se estendeu para uma pauta multifacetada cujo eixo central era a demonstração de um profundo descontentamento que germinava sob a aparência imposta pelo discurso oficial de que tudo ia bem no Brasil. As vozes das ruas denunciaram a situação da saúde, da educação, os gastos dos megaeventos em geral e de suas consequentes remoções, a homofobia, a corrupção dos gestores do Estado, a violência policial e uma série de insatisfações que transbordaram.

Desta forma, a irrupção do protesto social vivenciada emerge de forma contraditória, mesclando elementos de natureza contestatória ao lado de preocupantes elementos conservadores, hiperdimensionados pelas corporações da mídia. Por um lado, o sentimento antipartidário e a iniciativa de grupúsculos de extrema direita que, em conexão com o aparato repressivo, atuaram nas mobilizações para colocar uma cunha entre o movimento de massa e as organizações de esquerda que mantiveram acesa a chama das bandeiras que agora eram retomadas por centenas de milhares de pessoas em todo país. De outro lado, novos sujeitos sociais despontam no cenário destas reivindicações e lutas, articulando-se com movimentos classistas para dar continuidade, visibilidade e politização às manifestações. Os meios de comunicação buscaram pautar o movimento, inicialmente estigmatizando-o e criminalizando-o e, depois, enaltecendo seu sentido “democrático”, neutralizando as bandeiras que indicavam a crítica aos efeitos do caminho adotado do desenvolvimento capitalista pactuado com a grande burguesia monopolista, enfatizando bandeiras de cunho moralizador e nacionalista.

Porém, a força do movimento possibilitou a conquista parcial de reivindicações imediatas importantes, dentre elas destaca-se a redução do preço das passagens em 15 capitais e mais de cinquenta grandes municípios. Operando para debelar os protestos, o governo federal e o Congresso se apropriaram da agenda em circulação na grande mídia e nos centros de pensamento dos setores dominantes, defendendo cinco pactos: 1. Pacto pela Responsabilidade Fiscal; 2. Pacto pela Reforma Política; 3. Pacto contra a corrupção; 4. Pacto pela Saúde e Educação; 5. Pacto pela mobilidade urbana. Metas vazias, proclamatórias, mas indicativas de que os setores dominantes estavam unidos nos operativos para silenciar as ruas.

Em síntese, o que se propunha com os pactos era a continuidade do mesmo, começando pela reafirmação da responsabilidade fiscal, que está na origem da política de superávits primários. Esta sangria dos recursos públicos para o pagamento dos juros da dívida, transfere bilhões do fundo público para o bolso dos banqueiros ao mesmo tempo que limita os gastos com contratação de pessoal levando ao pleno desenvolvimento das terceirizações, das parcerias público-privadas, das fundações públicas de direito privado, das OS (Organizações Sociais), OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e outras formas diretas e indiretas de privatização e mercantilização dos serviços públicos que geraram a situação contra a qual sempre lutamos e que agora explode nas ruas. Isso foi mais do que confirmado com o compromisso do orçamento federal para 2014 com a tendência de aumento dos juros e serviços da dívida.

Os pactos sobre a educação, saúde e transporte insistem na principal estratégia do governo petista: a desoneração, a isenção de impostos. Sabemos que tal atitude apenas garante as margens de lucro das empresas que exploram os serviços e que transformam direitos em mercadorias e, de forma nenhuma, implicam em melhoria na qualidade do serviço ou no seu custo para a população, como no caso dos transportes fica evidente e como está mais do que apontado como sendo o rumo do setor da educação segundo o novo PNE como será comentado mais adiante. O aumento de verbas anunciado pode ser dirigido, como de fato tem ocorrido, para ajudar o setor privado, seja no massivo desvio de recursos para o ensino privado (lembremos que diante de nosso movimento grevista o governo se recusou a acatar nossa

proposta de carreira que custaria cerca de menos de 9 bilhões ao mesmo tempo que transferiu para o setor privado do ensino superior mais de 15 bilhões), ao mesmo tempo, as verbas para saúde são desviadas para beneficiar organizações sociais, fundações e outras formas de privatização dos serviços de saúde, os planos de saúde e, no caso dos hospitais públicos federais, a transferência de patrimônio público para uma empresa de direito privado, a EBSEH.

Ao mesmo tempo em que difundiam disposição para os referidos pactos, entretanto, os governos Federal e estaduais recrudesceram a repressão direta e aberta promovendo prisões arbitrárias e ilegais, empreendendo dura violência contra os manifestantes, impondo situações que revelam o contínuo caráter repressivo do Estado burguês sobretudo quando ameaçado.

Para garantir a eficácia da repressão, os setores dominantes lograram difundir em seus aparatos midiáticos a imagem de que a democracia estava em risco em virtude dos radicais (vândalos, baderneiros, black blocs e mesmo os integrantes de *rolezinhos* se tornam cada vez mais a cara de um inimigo interno). Some-se a isso a recente e preocupante publicação pelo Ministério da Defesa do documento intitulado “Garantia da Lei e da Ordem”, de 19/12/2013, que contém a Portaria Normativa nº 3.461 que autoriza o uso das Forças Armadas em atividades de segurança pública. Claramente direcionada para conter os movimentos sociais em suas manifestações, o referido texto, dentre outras coisas, criminaliza as chamadas “Forças Oponentes” ao igualar as atividades de manifestação e greve a crimes como formação de quadrilha e contrabando de armas.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais, a despeito de suas dificuldades organizativas unitárias, não pararam de agir, destacando-se a greve dos professores do estado e do município do Rio de Janeiro no segundo semestre do ano passado. Greve longa, combativa e que ganhou o apoio da população culminando com diversas marchas que devolveram às ruas da cidade do Rio de Janeiro a paisagem do mês de junho (por duas vezes as marchas fecharam por completo a Avenida Rio Branco, o que significa uma quantidade de aproximadamente 100mil pessoas!). O resultado desta greve, no entanto, além do acúmulo de lutas e reforço do clima de enfrentamento e politização, foi forte repressão policial, mais prisões arbitrárias e não atendimento às reivindicações populares. Deve ser também destacada a greve dos docentes da Universidade Estadual do Ceará.

O cenário nas IFES seguiu a agenda da resistência. 2013 foi o ano que a EBSEH ampliou seu ataque a partir da correia de transmissão das reitorias em diversas Instituições que tiveram que se mobilizar de maneira exemplar para conseguir reverter o processo que era dado pelo governo federal como certo. Muitas universidades conseguiram adiar o projeto de mercantilização do ensino de saúde, mas a pressão segue em muitas outras IFES (e também em diversos hospitais federais que não compõem a rede de ensino) e o governo reforça, cada vez mais, seu pacto de naturalização do privado como condutor da coisa pública. Outro elemento de 2013 foi a chegada de novos professores que estão submetidos à chantagem da FUNPRESP-EXE, numa clara demonstração da redução de direitos que vem sendo imposta como resposta do governo federal à crise do capital.

Neste sentido, uma das principais lutas de 2014 será barrar a aprovação do novo PNE (PLC 103/12). Este, votado pelo Senado, necessita apenas retornar à Câmara dos deputados para ser aprovado e, neste caso, retirando, inclusive juridicamente, o compromisso do governo federal com a educação pública, substituindo-a em seu texto pela educação gratuita que representa a liberação cada vez maior de subsídios federais para os setores privados do “ensino” com todas as consequências nefastas que isto pode significar.

Se em 2013 os protestos elevaram o patamar de enfrentamento dos trabalhadores frente ao capital, 2014 pode confirmar o amadurecimento deste embate. Os setores dominantes tentarão desviar as atenções da população com a realização da Copa do Mundo e, sobretudo, canalizar as expectativas sociais para o terreno institucional das eleições gerais de outubro. Se em 2013 não foi possível afirmar uma alteração na correlação de forças, 2014 pode ser um ano fundamental para que haja esta inflexão. Tudo dependerá da capacidade dos trabalhadores atuarem como

classe em movimento, organizados de modo que seja possível a unidade de ação em torno de eixos estratégicos para as lutas anticapitalistas. O ANDES-SN está comprometido com a construção de polos e frentes classistas há mais de uma década, em especial desde a experiência de luta contra as (contra) reformas da previdência em 2003, por isso, continuará protagonizando esse processo em 2014.

No processo de reorganização das lutas, as organizações classistas estarão empenhadas na construção de programas e agendas unitárias. Agendas e táticas maximalistas, desprovidas de real interação com os trabalhadores, podem produzir efeitos negativos, desmobilizando as jornadas de lutas. O mesmo pode acontecer com programas minimalistas. O melhor método histórico de luta para superar tais erros é a democracia dos trabalhadores, o que envolve o estudo rigoroso das condições das lutas de classes, a democracia das organizações, recusando o vanguardismo e o substitucionismo, e a criação de condições para que experiências de lutas sejam possíveis: desde greves econômico-corporativas, até greves unitárias, gerais, devem ser amplamente discutidas com os que fazem lutas. O alcance das ações dos trabalhadores dependerá da capacidade organizativa e de formação da consciência, e não do desejo de vanguardas automeadas como a verdadeira direção da luta dos trabalhadores.

Diante do caráter aberto de manifestações, é tarefa do ANDES-SN, e em uma escala mais ampla, da CSP-Conlutas, contribuir para a construção de um caráter classista, anticapitalista, e antimerchantil às lutas. A Central deve cumprir este papel de construção e aprofundamento da consciência de classe nas lutas e através delas, a partir de sua base. Sua tarefa central imediata é, portanto, contribuir com a organização da classe trabalhadora, unificando e politizando as lutas. Para isso, será crucial que a diversidade das bandeiras da juventude, dos movimentos sociais tradicionais e dos nascentes seja valorizada, assim como a autonomia dos movimentos e coletivos.

Seria um erro grave atribuir aos setores mais organizados da classe trabalhadora a liderança e a hegemonia das lutas que configuraram as Jornadas de Junho de 2013. A construção da hegemonia dos setores classistas e anticapitalistas é uma tarefa histórica em curso que pode ou não avançar dependendo das ações dos partidos, centrais, sindicatos e movimentos sociais anticapitalistas. Nesta perspectiva, as condições para a deflagração em curto prazo de uma greve geral ainda não estão dadas. Uma das condições para tal objetivo é o adensamento político do que podem ser as Jornadas de Junho de 2014. Se houver trabalho sistemático, disposição de construção unitária da unidade de ação, é possível queimar etapas na construção de lutas com teor classista e anticapitalista. A tarefa prioritária é, portanto, a elevação do grau de consciência social dos que fazem lutas, a criação de espaços de unidade de ação classistas e uma melhor articulação dos setores organizados da classe trabalhadora para que a ação destas frações seja mais efetiva.

É nesse contexto que cabe discutir a possibilidade de construção de uma greve geral. Não será a consigna “Greve Geral, Já” que promoverá metafisicamente a hegemonia dos setores classistas e anticapitalistas. Ou os setores classistas conseguirão enraizar em suas bases a necessidade de lutas anticapitalistas, ou a convocatória será puramente proclamatória, desprovida de efetividade, concorrendo, neste caso, para a despolitização do que podem ser as Jornadas de Junho de 2014.

Ambiente para fortalecer as lutas classistas seguem a pleno vapor nos primeiros dias de 2014. No Rio de Janeiro já houve diversas movimentações contra a nova ameaça de aumento de passagens (aliás, desde dezembro de 2013), além disso houve forte resistência às truculentas remoções da favela do Metrô no entorno do estádio do Maracanã na primeira semana de janeiro. Até mesmo o carnaval de rua vêm se construindo como um momento de resistência na cidade, com inúmeros blocos desafiando o poder estabelecido e afirmando que ocuparão as ruas sem as “autorizações” exigidas pela prefeitura municipal, etc... Em São Paulo houve grande manifesto relembrando os dois anos de Pinheirinho. Não se deve diminuir a importância do fato de que este ano o Golpe de 64 faz 50 anos e abril deverá desencadear protestos que não pararão até a Copa do Mundo. A categoria dos professores deve apoiar, participar e ampliar estes movimentos, conectando sua pauta e engrossando as vozes e corpos nas ruas.

A experiência de luta do ANDES-SN possibilitará a conjugação da luta pela educação pública com o processo de reorganização das lutas unitárias que a realidade exige. Ao trabalhar suas bases, sempre a partir delas, será possível agregar outras pautas e também novas formas de protesto e de proteção aos militantes. Além disso, ampliar sua base é tarefa primordial, não somente reforçando a capacidade organizativa dos filiados, como ampliando e renovando suas fileiras a partir dos novos professores que ingressam a carreira, inclusive, de maneira cada vez mais precária devido aos novos cortes de direitos como é o caso da FUNPRESP que afeta, na outra ponta, os colegas aposentados. A educação pública é uma bandeira fundamental por possibilitar colocar na agenda da classe trabalhadora a centralidade da luta pelo que é público e, necessariamente, antimercantil, isto é, anticapitalista.

TEXTO 32

Contribuição dos professores Eudes Baima (SINDUECE); Fernando Cunha (ADUFPB SSind); Paulo Riela (ADUFS SSind); Joelma Albuquerque (ADUFAL SSind); David Romão (APUR SSind); Cláudio Félix (ADUSB SSind); Tiago Lavoura (ADUSC SSind); Celi Taffarel (APUB SSind); Cláudio Lira (APUB SSind); Érika Suruagy (ADUFRPE SSind); Humberto Clímaco (ADUFG SSind)

UNIDADE NA CAMPANHA DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE SOBERANA

1. CON JUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

O cenário internacional está marcado pela profunda crise de dominação do imperialismo estadunidense com graves consequências aos trabalhadores e suas organizações em todo o mundo. As instituições internacionais pressionam os governos a cortar os gastos do Estado, privatizar, diminuir serviços públicos – como saúde, educação, transportes-, atacar todos os direitos, como a aposentadoria, rebaixar salários.

Diante da resistência dos trabalhadores e povos que se recusam a aceitar a pilhagem, o imperialismo busca impor as guerras, intervenções militares, ataques à soberania dos países. As instituições e governos a serviço do imperialismo buscam atrelar as organizações construídas pelos trabalhadores na aplicação das contrarreformas. Na Europa é em nome da manutenção da União Europeia. Em certos países árabes – onde a desagregação não foi imposta pela guerra - é em nome da manutenção dos acordos de associação com a União Europeia camuflada por um verniz “democrático”. Na América Latina é em nome das exigências impostas pelas multinacionais e “investidores” contra as quais seria “impossível” romper. Ataques que buscam conter a vontade do povo de ser o responsável por seu destino.

Com isso visam destruir a independência das entidades sindicais: pela repressão, pela cooptação, pela desmoralização, pela divisão. Por isso, a defesa dos direitos é inseparável da defesa da independência e fortalecimento de nossas entidades sindicais, contra o divisionismo, o que não é o mesmo que defender as direções que possam estar à frente dessas organizações. Defender os interesses e reivindicações particulares e gerais dos trabalhadores, independentemente do estado, dos patrões, dos partidos políticos, dos credos religiosos.

No Brasil a ofensiva do imperialismo condiciona a ação das classes sociais e de suas representações políticas. Da especulação financeira vem a ameaça de “rebaixar a nota do Brasil”. Expressam, assim, a exigência de aprofundar a política do superávit primário, das privatizações, das concessões e da espoliação do patrimônio nacional (como o leilão do campo petrolífero de Libra). E, sinalizam ataques especulativos contra a moeda brasileira, enviando um brutal recado contra todo intento de baixar a taxa de juros.

É da ofensiva imperialista que vem a massacrante e persistente campanha que pretende apresentar os sindicatos de trabalhadores como “ultrapassados”, “corporativistas”, “sugadores de dinheiro dos trabalhadores”.

Têm a mesma origem as tentativas de desmerecer os servidores perante a população e o conjunto da classe trabalhadora. E também as campanhas que pretendem jogar as novas gerações – presas no atoleiro dos intermináveis estúdios e da terceirização – contra os trabalhadores organizados e seus sindicatos.

Foi o que vimos na violenta ofensiva patronal para aprovar o PL 4.330, da terceirização, que, na prática é uma verdadeira contrarreforma trabalhista. Só com uma ampla campanha (que passou pela Marcha da CUT de 6 de março de 2013 e pelas manifestações de 11 de julho, 6 e 30 de agosto), a mobilização dos

trabalhadores, apoiando-se na CUT, conseguiu travar a tramitação do PL na CCJ, arrancando do governo o compromisso de rejeitá-lo. Sem deixar de continuar vigilantes – pois o PL 4330 ainda não foi arquivado definitivamente – está claro que a mobilização liderada pela CUT “virou o jogo”, criando uma situação mais favorável para derrotar de vez esse ataque.

2. OS DOCENTES E A NOVA SITUAÇÃO ABERTA EM JUNHO

Quem tem saudades de FHC? Quem defende a manutenção do sistema político e das instituições herdadas da ditadura militar?

Os milhões que, em junho, saíram às ruas por transporte, saúde e educação públicas e de qualidade, revelaram o fosso que existe entre as instituições e a vontade do povo - sobretudo o Congresso Nacional, pois fica claro que “com esse Congresso não dá”. A força das mobilizações conquistou a redução das tarifas de transporte, levantando demandas por mais serviços públicos, em contradição com a política de superávit fiscal primário do governo federal (imposta pelo FMI há quase 20 anos) que canaliza parte importante do Orçamento para o pagamento da dívida pública a banqueiros e especuladores.

Mas como abrir caminho às aspirações mais profundas de justiça social, como a reforma agrária, a reestatização das empresas privatizadas e 100% do petróleo para a Petrobras?

Em julho de 2012, o 11o. Congresso da CUT já afirmava: *“O Brasil ainda convive com entulhos da época da ditadura, como uma estrutura eleitoral baseada no “pacote de abril” dos militares, uma “Lei de Anistia” que isentou os/as torturadores/ as de qualquer punição, um parlamento que não tem uma representação proporcional que garanta o princípio elementar de “uma pessoa, um voto”. Por outro lado, nada justifica, do ponto de vista da democracia, a existência de uma “câmara alta” como é o Senado, concebido como casa revisora das decisões da Câmara dos Deputados. A CUT constata que a relação de forças no atual Congresso Nacional bloqueou até mesmo a tímida reforma eleitoral que se discutia, o que coloca em pauta a questão da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana que dê a palavra ao povo brasileiro, como instrumento que supere os obstáculos levantados pela classe dominante a qualquer transformação de fundo no nosso país.”* (Caderno de Resoluções do 11o CONCUR).

Em resposta às ruas, a presidente Dilma foi à TV propor um plebiscito para uma Constituinte específica para fazer a reforma política. Mas recuou diante da sabotagem do vice-presidente Temer (do PMDB), apoiado pelo STF, pelo PSDB e pela mídia.

Mas o divórcio entre a vontade popular e as instituições foi também revelado – em seguida às jornadas de junho – por pesquisas de opinião que mostraram que 73% são a favor de uma Constituinte. A palavra deve ser dada ao povo. O lado dos docentes é o do povo e não o dos banqueiros, da grande imprensa, das multinacionais.

Por isso, **o ANDES deve apoiar a decisão da Plenária Nacional de Movimentos Populares**, realizada dia 14 de setembro de 2013, em São Paulo, que diz: *“partindo da avaliação da necessidade de realizar uma Assembleia Nacional Constituinte, Exclusiva e Soberana, do Sistema Político Brasileiro e ante a recusa do Congresso Nacional em aceitar um Plebiscito legal, conforme estabelece a Constituição Federal, para decidir sobre a convocação, nós, dos Movimentos Sociais listados abaixo, deliberamos realizar um Plebiscito Popular com uma pergunta única aprovada consensualmente por todas as entidades e movimentos sociais”*: **“Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”**.

O Plebiscito Popular será realizado em 7 de setembro de 2014 e comitês estaduais e nacional já preparam desde já em reuniões e plenárias um conjunto de iniciativas nos Estados para ampliar e massificar essa campanha.

O ANDES não pode prescindir de fazer parte dessa luta. O nosso lado é ao lado dos trabalhadores, dos oprimidos e explorados, que nesta campanha buscam, através de suas organizações, unificar a luta por uma Assembleia Constituinte Soberana. É um equívoco a posição de setores que se reivindicam da esquerda condenar essa iniciativa como uma *“manobra de distração”*. A quem interessa manter as instituições atuais? Aos que dela usufruem como o PSDB, PMDB, o presidente do STF e a mídia. São estes os mesmos que se arvoram idôneos e buscam na judicialização da política acuar os trabalhadores. Como é o caso da Ação Penal 470, um julgamento político, que sob a base da “teoria do domínio de fato” condenou sem provas 2 ex-presidentes do PT. Não querem de fato “combater a corrupção”, mas, atingir o conjunto das organizações sindicais e populares e, salvar o sistema baseado no “balcão de negócios” do Congresso Nacional e no “presidencialismo de coalisão”. Seu objetivo

é condenar o PT para manter funcionando esse sistema político. **Em defesa da democracia, contra a criminalização dos movimentos sociais, o ANDES deve se somar à posição da CUT que exige a revisão criminal que anule a sentença da AP 470.**

Buscam atacar os direitos democráticos e acuar o movimento sindical e popular para atacar os direitos e conquistas. Com todas as contradições é necessário reconhecer as conquistas do último período como o aumento real do salário mínimo, o piso nacional dos professores da rede básica, a ampliação das universidades federais com mais estudantes e mais professores e os quase 200 mil servidores concursados de 2002 a 2012. Entretanto, são conquistas arrancadas e não benesses, nenhum servidor pode se dar por satisfeito. O direito de greve continua sendo atacado, ainda não temos direito à negociação coletiva e a retomada do achatamento dos nossos salários exige de todos a unidade necessária para arrancar de Dilma uma verdadeira política salarial. É necessário reestruturar a carreira docente com paridade ativo-aposentado, com aumento real e revogar o Funpresp.

Por isso que não é possível sermos indiferentes às eleições como propõe a diretoria do ANDES ao dizer que em 2014 “*não aparecem alternativas independentes dos trabalhadores*”. Não é a ofensiva do imperialismo que busca emplacar seu candidato favorito do PSDB rejeitado pela maioria oprimida? Não é a ofensiva do imperialismo a tentativa de inflar uma candidatura “alternativa” de Marina-Eduardo que tem no seu DNA a denúncia do “chavismo” tentando impedir que na América Latina possa existir algo que alimente as expectativas dos trabalhadores e dos povos que resistem às imposições do imperialismo estadunidense, das multinacionais e de suas agências de mídia? E as candidaturas ditas de esquerda que consideram que a proposta do Plebiscito é “*uma manobra diversionista*”, não estão se contrapondo à unidade necessária para a convocação de uma Constituinte para fazer a Reforma Política?

Não há milagre nem ilusão. Consideramos que é necessária a unidade da classe para lutar pelas reivindicações dos trabalhadores e as aspirações sociais e populares dos oprimidos da nação. A luta agora ganha uma perspectiva nova no país depois das mobilizações de junho de 2013 quando dezenas de organizações populares e sindicais lutam em conjunto para convocar um Plebiscito por uma Constituinte para reformar radicalmente o sistema político brasileiro. Consideramos que é preciso massificar a campanha e exigir da presidenta Dilma Rousseff o atendimento imediato das reivindicações e a convocação desse plebiscito. Pois dar a palavra ao povo num plebiscito é colocar em marcha milhões e assim desenvolver a luta pelas reivindicações.

TEXTO 33

Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind.); Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.).

TUDO ISSO ACONTECENDO E EU AQUI NA PRAÇA DANDO MILHO AOS POMBOS

Hoje, mais do que nunca, dado o peso da ideologia capitalista sob a forma do chamado pensamento único, da aparente inexistência de um projeto hegemônico antagonístico ao dominante, as classes subalternas precisam elaborar a sua identidade, descartar o mito da técnica independente, exterior, da ciência como a construtora da libertação/emancipação da totalidade do social. É preciso (...) compreender, antecipar e contrarrestar os movimentos das classes dominantes.

Edmundo Fernandes Dias

Cai o rei de Espadas; cai o rei de Ouros; cai o rei de Paus; cai, não fica nada. (Ivan Lins)

Apesar de todo o esforço por parte do sistema capitalista, dos Estados Nacionais e da grande mídia, em transmitir a mensagem de que a crise econômica mundial vem perdendo força, o que

temos visto não permite tal projeção. O índice de desemprego em patamares elevados, como em países da Europa, principalmente entre os jovens; o aumento expressivo das dívidas públicas; a redução na taxa de crescimento econômico dos chamados “Cinco Grandes” (ou BRICS)³; e processos cada vez mais agudos de liquidação e de “incorporação” de empresas, incluindo as do setor financeiro, mostram que esta ultrapassagem ainda está longe. Esta crise é parte do sistema capitalista. O receituário adotado pelos governos para o seu enfrentamento se mantém inalterado: joga a conta para as classes exploradas, ao mesmo tempo em que garante os lucros e benefícios para as grandes corporações e empresas.

Se retomarmos todas as crises do capital dos últimos anos, constataremos que os capitalistas têm uma capacidade de reorganização que lhes permite se ajustarem e se adaptarem às “intempéries”, até que a crise seja novamente transposta. Mas é possível se constatar também que têm se tornado mais cíclicas e mais frequentes. Entretanto, os governos neoliberais continuam a retirar direitos sociais, achatam os salários, reduzir (e, em muitos casos, extinguem) os serviços públicos essenciais e precarizar as condições de vida e de trabalho.

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), se a população mundial economicamente ativa (com idade entre 21 e 56 anos) estivesse incluída no mundo da produção, seria necessário que trabalhassem apenas 17 minutos por dia para que toda a população mundial se sustentasse. Isto quer dizer que, se observados estes parâmetros, cada indivíduo em idade produtiva trabalharia apenas um dia por semana.

As reações e os movimentos populares que resistem a estas políticas também contrariam a tese de superação da crise. As diversas manifestações em todos os países da Europa continuam a ocorrer, malgrado a tentativa de sua ocultação pela mídia. Na China, apesar da forte censura, surgem sinais de luta contra as precárias condições de trabalho; e na América Latina, saques e manifestações sacudiram a Argentina. Eleições recentes no Chile, México, Argentina e em países europeus também expressaram tensionamentos, com o avanço de partidos considerados de esquerda e o (re)surgimento de organizações radicais de direita. O imbróglio gerado pelo escândalo da *National Security Agency* (NSA)/*Snowden* reforça a leitura de que, inclusive aproveitando-se das “oportunidades” geradas pela crise, o capital se movimenta na tentativa de “tudo mudar para que nada se transforme”.

Os conflitos bélicos (militares e paramilitares) permanecem - principalmente aqueles ligados aos interesses econômicos e de poder geopolítico -, e se espalham nesse momento no Oriente Médio e na África, bem como nas regiões em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores contra a exploração e espoliação que sofrem cotidianamente pelo capitalismo. Na América Latina, grandes embates estão ocorrendo o tempo todo, a partir de reivindicações dos movimentos sociais populares organizados. Uma das características mais marcantes destas mobilizações é a presença cada vez menor dos partidos de esquerda, posto que estes partidos assumiram explicitamente uma postura social liberal, e com isso estão cada vez mais distantes das lutas populares. A burocratização interna advinda desta opção engessa os partidos e os impede de encaminhar bandeiras mais radicais. Suas reivindicações e disputas, portanto, estão circunscritas à lógica do capital.

Todavia, o esgarçamento social é de tal ordem que os explorados de todo o mundo estão começando a reagir, malgrado as “direções” partidárias e entidades classistas que agora tendem à “moderação”.

Eu não preciso ler jornais. Mentir sozinho eu sou capaz. (Raul Seixas)

No Brasil, o quadro não é diferente. Estamos há vinte anos sendo submetidos ininterruptamente ao receituário neoliberal, com todos os requintes exigidos pelas Agências Multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. Para os trabalhadores, o fim da saúde e da educação como direitos; para o capital, altas taxas de retorno, desregulamentações, novos nichos de mercado e

³ Trata-se de um acrônimo que se refere aos países membros de um grupo de cooperação política e econômica que estão em um estágio similar no mercado emergente mundial, devido ao seu desenvolvimento econômico. Inicialmente esta coalizão era composta por Brasil, Rússia, Índia e China – BRIC. Em 2011, a África do Sul foi incorporada a este grupo, o que levou a acrescentar o “S”, formando então o BRICS.

hegemonia política. Cresceu e se consolidou um modelo baseado na exploração agroextrativista, das *comodities*, da exportação de matéria-prima para abastecer os mercados centrais da economia imperialista. São vinte anos em que o capital controla e dirige, os poderes do Estado, sem fazer questão de dissimular, por exemplo, uma corrupção generalizada no âmbito parlamentar.

A caminho dos nossos locais de trabalho, vemos os lados “opacos” das grandes metrópoles; as áreas negligenciadas, os transportes lotados de pessoas exaustas, cansadas e massacradas por uma rotina perversa. Mortes em filas de espera e em corredores de hospitais sem condições mínimas de atendimento, funcionários e aparelhos. A resposta para os movimentos revoltosos que denunciam esta situação bárbara são cercos e invasões de policiais militares no melhor estilo da “higienização” da pobreza, combinados com notícias de lucros corporativos cada vez maiores e de uma corrupção sem limites.

O caso brasileiro certamente merece uma análise mais acurada, que extrapola a luta constante pelo poder e pelo encastelamento de grupos que querem determinar a sociabilidade. Entretanto, nos restringiremos a examinar aquilo que, no nosso entender, se constitui como o principal marco (e foco) para o encaminhamento da luta neste 2014 que se inicia.

A lógica dos governos que se sucedem – de FHC a Dilma – é a mesma: alimentar o enorme estômago dos “empreendedores” nativos e alienígenas com dinheiro público. O governo FHC, além de vender o patrimônio público a preço de banana, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinou cerca de R\$ 10 bilhões para socorrer empresas que assumiram o controle de ex-estatais privatizadas. Quem mais levou dinheiro do banco público – que deveria financiar o desenvolvimento econômico e social do país – foram as telecomunicações e as empresas de distribuição, geração e transmissão de energia. Em uma das diversas operações, o BNDES injetou R\$ 686,8 milhões na Telemar, assumindo 25% do controle acionário da empresa. O Proer, criado para “ajudar” o sistema bancário, consumiu R\$ 111,3 bilhões. Mesmo fora do cargo maior no Executivo Federal, a política do PSDB e de seus aliados em nada difere na atualidade, vide a sua atuação em governos estaduais, como em São Paulo.

A partir do ano de 2003, o Estado brasileiro, agora ocupado por um partido “dos trabalhadores” – PT –, manteve e aprimorou o mesmo projeto neoliberal, garantindo ganhos exorbitantes para o agronegócio e grandes empreiteiras. É óbvio que toda esta “festa” (que desborda largamente os dois exemplos aqui citados) não está isenta de repercussões: a pobreza aumenta na mesma proporção que os ganhos do capital e seus prepostos. A saída encontrada é um compósito de repressão e políticas sociais assistencialistas para as camadas mais pobres da sociedade.

Ao mesmo tempo em que esta política assistencialista se consolidava, promovia uma “bolha” de classe média “temporária” e precarizada, deslocando, de forma artificial e sem sustentação alguma, índices de “distribuição de renda”. Este Governo ainda empreende uma enorme ofensiva (usando expedientes que vão da corrupção à repressão) para cooptar e “pacificar” os movimentos de oposição e suas lideranças, muitas vezes com sucesso. Decretou uma reforma que acabou com a autonomia sindical e colocou os movimentos dos trabalhadores sob o controle da CUT e de outras Centrais alinhadas com a sua política. Em adição a isto, promoveu a criminalização dos movimentos sociais e de militantes que ainda se opunham à sua política saqueadora.

Utilizando-se do BNDES, a exemplo de seu antecessor, os gastos com atividades ou eventos pensados pela burguesia nacional e internacional têm implicado em cifras escandalosas. Vejamos: A *Copa Mundial de Futebol*, da FIFA, até esse momento tem a previsão de consumir cerca de R\$ 28 bilhões. O *financiamento para Belo Monte* deve ultrapassar os R\$ 241 bilhões. A *empresa de telefonia Oi* recebe R\$ 5,4 bilhões. A *montadora de carros Renault* recebeu R\$ 373,5 milhões. O BNDES aprovou dois empréstimos de longo prazo para os *concessionários dos aeroportos* de Guarulhos e de Brasília, totalizando R\$ 4,27 bilhões. O concessionário do aeroporto de Guarulhos, GRU Airport, receberá R\$ 3,48 bilhões; enquanto a Inframérica, concessionário do aeroporto de Brasília, receberá R\$ 797,1 milhões. De acordo com o BNDES,

“os recursos destinam-se à ampliação, modernização e exploração da infraestrutura dos dois aeroportos e também servirão para quitar os empréstimos-ponte concedidos anteriormente pelo banco”. A promiscuidade entre os poderes do Estado é evidente e ganha as manchetes da grande mídia “oficial” quase diariamenete.

Os velhos-novos Partidos continuam a se beneficiar do Fundo Partidário: o Republicano da Ordem Social (Pros) e o Solidariedade (SDD), partidos recém-criados, receberam, cada um, R\$ 38.303,14 - a mesma parcela destinada a partidos como o PSD, PEN e PPL. Porém, o PT é o partido que recebe a maior fatia do fundo: R\$ 3.956.878,45. O PMDB levou R\$ 2.940.745,93, e o PSDB recebeu R\$ 2.679.948,45.

O escárnio cotidiano dos escândalos que se sucedem, da corrupção, da compra descarada de parlamentares e da negligência com tudo o que é de interesse público, social e coletivo certamente aguçou ainda mais a percepção da população sobre o quadro que está desenhado no Brasil contemporâneo. A barbárie de Pedrinhas, no Maranhão, é mais um sinal inequívoco das consequências destes vinte anos. A crueldade das filas intermináveis na saúde pública, a precarização dos hospitais, a violência a que toda a população era e é submetida no transporte urbano e uma política educacional que acentua as desigualdades e que relega os filhos dos trabalhadores a escolas sem estrutura adequada, expõem as “entranhas” e os reais objetivos deste projeto.

No que se refere à educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado no plenário do Senado, após três anos de tramitação no Congresso. Contrariando o PNE da Sociedade Brasileira, este PNE governista agora apresenta também a possibilidade de transferência direta de recursos a setores privados da educação, um golpe contra a educação pública que trará consequências nefastas para a população. Dentre as alterações feitas no Senado, sob o “comando” do MEC, destaca-se o favorecimento ao setor privado da educação ao incluir esse setor nos 10% do PIB. Com votação prevista para o mês de fevereiro na Câmara dos Deputados, próximo à data que seria realizada a II CONAE, o MEC decidiu de forma unilateral transferir o evento para o final de novembro. Uma estratégia política que mostra o receio do governo que os participantes da II CONAE pudessem aproveitar o período do evento para pressionar a Câmara a votar contrária ao texto aprovado no Senado.

Depreende-se, portanto, que as ofensivas do capital nos últimos anos conjugam políticas de transferência de riquezas públicas para a iniciativa privada e estas passaram a incluir as parceiras público-privadas, grandes obras de engenharia (“novos” estádios, Vila Olímpica, Belo Monte, por exemplo) e processos de privatização, como estradas e aeroportos. A oportunidade, buscada com afincos pelos Governos federal, estaduais e municipais, na escolha do Brasil como sede de megaeventos veio ao encontro destas políticas de transferência, ao mesmo tempo em que permitiu que estes governos pudessem simular uma boa justificativa para grandes reformulações urbanas, criando novos espaços de valorização do capital, servindo como desculpa para a apropriação de áreas ocupadas por trabalhadores, ou seja, para a “remoção” (expropriação) de antigos residentes, muitas vezes através da violência armada.

O anúncio do aumento nas passagens de um precaríssimo transporte urbano; somado à ostentação desavergonhada dos gastos para grandes eventos e a corrupção sistemática foi o estopim que fez a indignação popular transformar-se em um grande levante, que eclodiu em junho de 2013 – dezenove anos após o lançamento do Plano Real.

Toda a revolta contida ao longo destes anos materializou-se em bandeiras de luta que trazem o acúmulo das décadas passadas e que refletem a incapacidade do(s) Governo(s) em controlar os efeitos das contradições internas e dos rebatimentos da crise internacional em terras tupiniquins. As manifestações estavam nas ruas por questões que desbordam largamente os vinte centavos de aumento nos transportes.

Naquelas manifestações, a distância entre o discurso das direções sindicais consideradas classistas e a sua prática ficou evidente. Em um ato organizado na véspera por uma Plenária, no Rio de Janeiro, com cerca de três mil pessoas, dirigentes sindicais, montados nos tradicionais carros de som, tentaram encerrar a manifestação antes do programado, ao verem o cordão de

isolamento montado pela polícia militar e pelo exército, no trajeto do Ato. Nem a denúncia e os gritos dos que estavam “no asfalto” inibiu as direções do ANDES-SN, SINASEFE, CSP-Conlutas e partidos de esquerda que, contrariando o que havia sido deliberado na véspera, gritavam que o ato estava encerrado. Os manifestantes ignoraram o carro de som, simbolicamente parado, mudo, vazio e apagado, junto ao meio-fio, e continuaram o ato. Diante daquela situação de traição das direções para com as bases, o ato passou a configurar como um momento de risco à integridade física dos manifestantes, que se viram em uma emboscada armada por mais de mil policiais militares que cercaram aqueles que decidiram seguir adiante, mantendo a decisão da plenária popular e ignorando o golpe das direções, orquestrado intempestivamente do alto do carro de som.

Certamente ainda precisaremos de mais tempo para compreender e dimensionar o que ocorreu no país entre junho e julho (chegando, no Rio de Janeiro e em São Paulo, até outubro) do ano que passou. No entanto, alguns fatos foram tão marcantes que acabam extrapolando seu significado e alcance político. A ira contra os ícones da exploração – bancos, a grande mídia e o aparato do Estado – foram evidentes, claros, repetidos à exaustão. A negação à representação parlamentar e aos partidos políticos mostrou o que estas manifestações pensam da “democracia representativa”. O desafio aos que buscam entender o que sacudiu o país naquelas semanas – ganhando visibilidade internacional – passa, obrigatoriamente, pela “escuta” atenta de uma população (com um enorme contingente de jovens) que não se enquadra na prática militante engessada por partidos e direções sindicais, mesmo as classistas.

No tocante a estas demonstrações públicas, com a mídia e o aparato repressor do Estado buscando “responsáveis” pela “baderna” e pelo “vandalismo”, as atenções foram dirigidas para os *Black Blocs*, como se esses fossem a principal razão da “depredação” e da “violência” contra os símbolos da exploração nas ruas do país. Nesse sentido, o desvio do foco foi proveitoso tanto para os governantes e governistas “da situação”, quanto para a oposição, seus partidos e entidades representativas. Na verdade, fica a dúvida sobre quem teve a posição mais reacionária em relação a esses manifestantes e seus atos. A mídia deu um verdadeiro show de mediocridade, demonstrando sua posição em relação aos movimentos de ruas, qual seja, o da *ordem*, o que culminou com a aplicação de uma nova *Lei de Segurança*, e todo um processo de repressão e de criminalização.

Apesar das diferenças políticas, não criminalizamos os adeptos dos *Black Bloc*. Ao contrário, os defendemos política e juridicamente dos ataques dos governos, mídia e daqueles que, figuras de proa de partidos de esquerda, propõem sua prisão, ou acusam suas ações de estarem descoladas do movimento (que movimento? O deles?!), e ainda intelectuais renomados que os consideram fascistas.

Vandalismo é a população ter que se submeter a filas intermináveis em Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e hospitais públicos para, em muitas vezes, sequer conseguir atendimento; é não ter escola decente (em termos materiais e humanos) para seus filhos; é não ter um transporte digno para ajudar a suportar as horas de deslocamento dos trabalhadores entre a residência e o local de trabalho; é submeter-se cotidianamente a uma violência perpetrada pelo aparato policial que deveria promover a segurança. Baderna é o que o governador do Estado do Rio e seus amigos empresários fazem, vivendo no luxo, usurpando dinheiro público e massacrando o povo pobre.

O que pensar quando os que se dizem de vanguarda ficam tão atônitos quanto os opressores no momento em que irrompe um levante popular neste país? O que pensar quando, num segundo momento, esta mesma vanguarda passa a agir como os opressores, rotulando, criminalizando e reprimindo os que fazem o movimento sem submeter-se às “regras” das “Direções”? E como aparece dirigente nestas horas! Todos nos carros de som, prontos para debandada ao primeiro sinal de conflito.

Terra, mar e ar... Atenção. O futuro é hoje e cabe na palma da mão. (Zeca Baleiro)

Devemos também destacar a participação pífia ou quase nula, que muitas vezes serviu de “freio”, do ANDES-SN nestas manifestações. Neste contexto é muito importante ressaltar que

isto ocorreu, em grande parte, porque não aprovamos em nossos Congressos Planos de Luta *efetivos e exequíveis*. Nossos Planos de Luta tem se caracterizado mais como *planos de ações internas* do que um chamado para a ação conjunta. Só teremos um Plano de Lutas que seja efetivo se compreendermos o papel de um Sindicato verdadeiramente autônomo – notadamente frente a governos e partidos políticos – no contexto da crise de capital. O nosso papel não é o da realização de trocentos seminários e encontros, para e nos quais procuramos “parceiros”, mas sim o de estar junto com a população nos grandes movimentos contra o Estado, mobilizando e incentivando toda a base docente a unir forças com estes movimentos, uma vez que somos parte desta população. As atividades importantes para a luta de classe deve, necessariamente, estar carregadas e impregnadas das bandeiras dos explorados, como deveriam ser os cursos de formação política e sindical – que deveriam ultrapassar o endogenismo da “história do ANDES” –, contribuindo efetivamente na formação de quadros para a luta, não esquecendo que a realidade dos docentes é o produtivismo e o adoecimento. A forma de resistir é com organização e politização, pontos em que o sindicato não tem conseguido avançar. Devemos lembrar sempre que o Estado é a expressão máxima de sustentação do capitalismo e que não podemos funcionar como massa de manobra nesta lógica mercadológica, nos rendendo ao academicismo conservador e nos distanciando da luta dos trabalhadores.

De 1994 para cá o que temos constatado é o aumento da distância entre o discurso das Direções do ANDES-SN e a sua prática. Embora encaminhem (e aprovelem em nossos eventos) a ação direta, o que fazem é agendar audiências, adotar atividades “comportadas”, desmobilizantes, de cúpula, estabelecendo, na prática, a conciliação de classes que dizem contestar. Embora ainda falem das lutas de toda a classe trabalhadora, se fecham nas lutas “específicas”, rebaixando cada vez mais a pauta. Embora discurssem a favor da autonomia, acabam sobrepondo os encaminhamentos de partidos às deliberações de assembleias.

O ano de 2014 promete ser rico. A Copa do Mundo, em junho, já recoloca no cenário político nacional uma das principais bandeiras do levante de 2013. As eleições, logo depois, se constituem em momento importante para a continuidade dos que estão no poder, e isto eleva a temperatura. As contradições internas já aparecem na luta encarniçada entre as forças que almejam ocupar (ou continuar ocupando) o aparato de Estado; se multiplicam as divulgações de escândalos, as alianças se acomodam ao oportunismo. Para estas forças, o projeto já está dado; a disputa é para ver quem fica à frente e quais setores poderão se beneficiar mais nos próximos anos. Por isso, não podemos fechar os olhos para o que se avizinha em termos de mobilizações populares que já estão acontecendo (ocupação do espaço do MASP em São Paulo contra a copa no Brasil, em 25 de janeiro de 2014) e previstas para acontecer nos meses de março, abril e maio. As nossas lutas precisam avançar ainda mais. Temos que transformar nossas ações em saldos organizativos positivos.

O debate deve considerar a construção de uma greve geral em 2014, como passo para avançar na organização dos trabalhadores. Mas é fundamental que esta dinâmica não se pautem pelos calendários eleitorais, e que as direções de sindicatos e demais movimentos não arrastem as nossas lutas para candidaturas oportunistas. É preciso discutir uma campanha pelo VOTO NULO, pela negação e denúncia do sistema que se perpetua na falácia da “democracia participativa”.

É fundamental que o ANDES-SN volte a fazer uma política sintonizada com os professores, os trabalhadores e as classes exploradas deste país, a fim de reverter a prática que tem se ampliado nas estruturas de várias das Seções Sindicais de nosso Sindicato, e buscando a participação de nossa base, a partir das lutas e ações nos nossos locais de trabalho. A valorização do debate político sobre as lutas de classe implica em termos uma pauta de reivindicações enxuta e concreta, referenciada nas lutas gerais dos trabalhadores. Nossa compreensão é de que o papel do sindicato deve ser o de acirrar a crise do capital e desestabilizar o Governo e a retomada da nossa greve, suspensa em 2012, cumpre, em parte, este papel.

Como fazer para que a classe avance? Como construir a unidade interna com autonomia, democracia e respeito às bases? Temos que colocar o bloco na rua, “botar para ferver”; ao invés de ficar na praça dando milho aos pombos.

Iniciarmos este texto com uma citação do camarada Edmundo Fernandes Dias implica no nosso reconhecimento e no enorme prazer em tê-lo tido em nossas fileiras de luta pelo socialismo. Implica, outrossim, em reconhecer e reverenciar a grande contribuição dada por esse camarada, presente em todas as lutas da classe e na construção de um ANDES classista, combativo e coerente, desde a sua origem. É proclamá-lo como um brilhante e instigante militante/professor na academia e nas trincheiras de luta. Para os que tiveram a honra de conhecê-lo bem, fica a saudade e o exemplo do maior e mais coerente intelectual/militante que já atuou nesse sindicato. Nossa homenagem a este camarada é continuarmos sua luta, pautando-nos em seu exemplo. Como ele mesmo repetia exaustivamente, reproduzindo as palavras de Gramsci, seu intelectual seminal: temos que seguir com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade. Obrigado, grande mestre!

Camarada Edmundo Dias: Presente!

TEXTO 34

Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind), Ricardo Lara (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)

AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA: AVANÇAR PARA A FORMAÇÃO DE UM BLOCO PROLETÁRIO E POPULAR

A conjuntura em 2014 será marcada pelo agravamento da crise estrutural do capital em escala mundial.

No âmbito o Estado Maior do capital financeiro (que se articula em instituições essencialmente políticas, como os Estados imperialistas, Banco Mundial, FMI, OCDE, etc.) convivem algumas estratégias diferenciadas; mas que tem em comum: a transferência de renda e patrimônio para o capital monopolista através do apoio estatal aos grandes monopólios bancários e empresas transnacionais, novas privatizações de empresas produtivas e serviços públicos, arrocho salarial e retirada dos direitos das classes populares, intensificação do cerco (econômico, político e militar) contra todos os movimentos políticos e Estados que tentem enfrentar (ou mesmo desobedecer) estas políticas. Os intelectuais orgânicos do grande capital negam a própria existência da crise capitalista e tentam enquadrar as políticas voltadas para “estabilizar a ordem” e neutralizar as revoltas populares em “programas focalizados” para atender os “muito pobres” (indigentes absolutos) e uma ofensiva ideológica que pretende inculcar nos assalariados uma identidade de “classe média”: voltada para o consumismo individualista-hedonista, estímulo ao “microempreendedoríssimo” e instrumentalização da educação como “ativo” dos indivíduos concebidos como “capital humano”. Em “autorizado” documento típico destes círculos se “estima” que entre 1985 e 2005 o maravilhoso mundo da “Globalização” teria incorporado 400 milhões de pessoas à “nova classe média global”; e multiplicam com desfaçatez sua *projeção*, *asseverando que com a “new wave of Globalization”* mais 2 bilhões se incorporariam a ela até 2015(WORLD BANK - Global Economics Prospects 2015: Managing the Next Wave of Globalization, WB, Wash ington, D.C, 2010).

Trata-se de uma grosseira mistificação destituída de qualquer seriedade objetiva, dissolvendo “dados” fragmentados na subjetividade manipulatória do grande capital. Ora, mesmo os rombudos dados dos “Relatórios” anuais do “Desenvolvimento Humano” da ONU admitem que: ¼ da população do planeta (cerca de 2 bilhões de humanos) subsiste abaixo da “linha de pobreza” com menos de 2 dólares por dia; uma entre cada três crianças passa fome e os 10% mais ricos dispõem de 87% da riqueza mundial; desigualdade que vem piorando nos últimos 30 anos, especialmente após a crise de 2007-2008 (Cf. <http://hdr.undp.org>). O mapeamento do caráter insustentável da tendência estrutural ao aprofundamento da desigualdade social, do desemprego estrutural e da “entropia” do meio ambiente inevitáveis *no capitalismo* já foram

vigorosamente retratadas; resgatando, contra a recusa reacionária das “grandes narrativas” (especificamente a abordagem dialética totalizante), a necessidade de fundamentar teoricamente a revitalização de estratégias socialistas como alternativa efetiva ao capitalismo (ARRIGHI 1991, ALTVATER 1991 e 1992, MÉSZÁROS 1995 e 2007). Não é aqui o lugar para alinhar exaustivas cifras do desastre provocado pela ofensiva mundial do capital contra o trabalho desde meados dos anos 1970; que resultou no crescimento planetário da desigualdade social, miséria, fome, doenças, desemprego, retirada de direitos, guerras, degradação ecológica, etc. (Cf. p. ex., BOURDIEU 1996, CHOSSUDOVSKY 1999 e 2004, ZIEGLER 2012).

Na segunda metade do século XX o Brasil transformou-se numa sociedade industrializada com a sexta maior economia do mundo. Hoje mais de 80% da população é urbana e a sua classe operaria é a mais numerosa da América Latina. Grande produtor e exportador de alimentos e possuidor de grandes reservas de petróleo, gás e minérios raros; o Brasil dispõe de um sistema universitário moderno, que formam anualmente dezenas de milhares de graduados, mestres e doutores. No entanto, somente uma pequena minoria da população beneficia desse enorme potencial econômico e científico. **O Brasil é um país capitalista dependente do imperialismo**, com uma prodigiosa riqueza concentrada em gigantescas transnacionais e numa arrogante burguesia dependente. Segundo os próprios dados oficiais – e descrições empíricas por intelectuais conservadores, que apoiam as “políticas sociais” praticadas nos últimos 25 anos e admitem a persistência da “estabilidade inaceitável da desigualdade social” (Cf. CASTELO 2013: 341-365) - mais de 90 milhões de brasileiros (34% da população) vivem abaixo do nível da pobreza e 43 milhões em condições de miséria extrema (amontoados em favelas, cortiços e casebres). É claro que os que ganham entre um e três salários mínimos (enquadrados pelos apologistas como “nova classe média”) não deixam de se constituir como proletários pobres.

Após dez anos de continuidade da aplicação de políticas neoconservadoras e privatizantes – herdadas dos governos FHC e Collor - pelos governos federais do PT (Lula e Dilma), grandes contingentes populares saíram às ruas a partir de junho de 2013. Foram protestos espontâneos contra diversos aspectos da situação vivida por esses setores: transportes públicos, saúde pública, educação pública, gastos exorbitantes com a preparação da Copa do Mundo, etc.

Estamos diante de um *processo de longa duração de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores e dos setores populares* de uma maneira geral. A partir das reivindicações específicas de cada um desses setores, quem se considera de esquerda deverá agir para que, através de tal ação paciente e constante, cheguemos à formação do *bloco histórico anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiário*. Este bloco de forças sociais *contra-hegemônico* deve constituir-se e unificar-se através tanto de um esforço de elaboração programática quanto o trabalho de organização e de conscientização das forças populares para levar adiante o processo revolucionário no país. É necessário constituir um projeto de transformações revolucionárias elaborado no calor das lutas populares por suas reivindicações e plasmado com a contribuição teórica dos intelectuais marxistas comprometidos com a revolução socialista no Brasil.

TEXTO 35

Contribuição dos professores Abraão Felix da Penha (Adunéb SSind); Adilson Gonçalves Leite, Angela Michele Suave (Adunitau SSind); Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Rodrigo Dantas (Adunb SSind); Antonio Neto, Elizandra Garcia da Silva (Adua SSind); Antonio Rodrigues Belon, Vitor Oliveira (Adleste SSind); Catarina Malcher, Cláudia Alves Durans, Rosenverck Estrela Santos, Welbson Madeira, Suly Rose Pinheiro (Apruma SSind); Daniel Solon (Adcesp SSind); Douglas Moraes Bezerra, Geraldo do Nascimento Carvalho (Adufpi SSind); Douglas Santos Alves (Aduffs SSind); Égil Fernando Sérgio Damasceno (Adufr SSind); Francisca Pereira dos Santos (Fanka)(Sesdufc); Francisco Augusto Silva Nobre, Zulleide Fernandes de Queiroz (Sindurca); Francisco Carlos Cardoso da Silva (Aduesb SSind); Gelta Terezinha Ramos Xavier, Lorene Figueiredo de Oliveira, Maracajaro Mansor, Marcela Soares Silva (Aduff SSind); Gilberto Marques, Socorro Aguiar (Adufpa SSind); Hajime Takeuchi Nozaki (Apejff SSind); Hélio Cabral, Marcelo Barreto (Adufpe SSind); Hélivio Alexandre Mariano (Adunicentro SSind); Jorge Henrique Santos Saldanha, Lana Bleicher (Apub SSind); José Vitório Zago (Adunicamp

SSind); Marco Antônio Escher (Adufsj SSind); Maria do Socorro S. Ferreira (Aduneb SSind); Patricia Soares de Andrade (Sintifpi SSind); Raphael Góes Furtado (Adufes SSind); Raquel Dias Araujo (Sinduece SSind); Simone Contente, Wanderley Padilha (Adufopa SSind)

CONJUNTURA E DESAFIOS DO MOVIMENTO DOCENTE

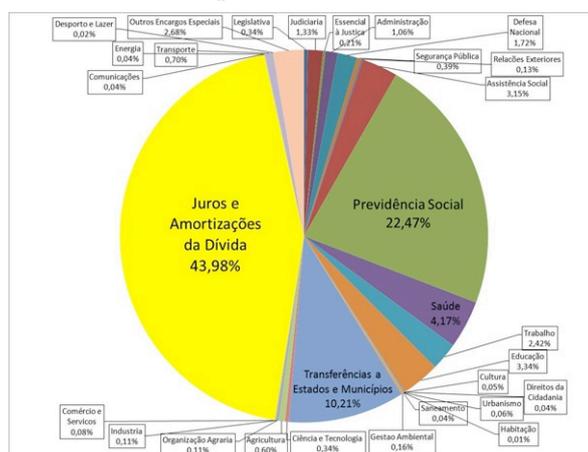
O governo Lula Silva (PT/PMDB), do alto de sua arrogância, como coroação de sua dominação no país do futebol, colocou o país para sediar a copa do mundo de 2014. “Deu um tiro no pé”. Já na copa das confederações (2013) as massas populares e a juventude saíram às ruas denunciando as péssimas condições de vida nas cidades, em particular a mobilidade urbana, incluindo os preços das passagens e reivindicando o passe-livre. A violência brutal com que foram tratados, principalmente pelos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fez com que os protestos se espalhassem como um rastilho de pólvora pelo país. Milhões foram às ruas e conseguiram dobrar os não menos arrogantes governos do PSDB, assim como os do PT e vários prefeitos.

A partir das mobilizações de junho de 2013 a conjuntura do país mudou. Entramos numa etapa de lutas mais ofensivas exigindo direitos dos governos e de forma massiva. Depois de quase 20 anos de controle e contenção das organizações da classe trabalhadora e da juventude, as mobilizações que levaram milhares às ruas aconteceram por fora das organizações tradicionais dirigidas pelo PT/PCdoB. Há que se compreender em que nova fase estamos entrando, para que possamos, neste congresso, tirar as políticas corretas para os desafios e enfrentamentos que teremos este ano.

CRISE SOCIAL E ESCRACHO COM O DINHEIRO PÚBLICO

Os fabulosos gastos de dinheiro público com a copa do mundo no Brasil, que já ultrapassaram a casa dos 28 bilhões (sendo cerca de 20 bilhões dos cofres públicos), ultrapassando os gastos das copas da Coreia/Japão (16 bilhões), da Alemanha (12 bilhões) e da África do Sul (17 bilhões) desvelaram as prioridades do governo brasileiro. Foi exposta a “prioridade” dos gastos com as políticas públicas voltadas para garantir as condições de vida e trabalho da população.

As massas populares e a juventude nas ruas passaram a exigir padrão Fifa para a educação, saúde, transporte etc., desnudando a política dos governos Lula e Dilma, em seus 10 anos (Lula/Dilma). Em essência, à imagem e semelhança dos governos claramente neoliberais (Collor, Itamar, FHC), inclusive na corrupção, através do mensalão e outros mecanismos.



Sendo a 7ª economia do planeta, com um PIB de 2,25 trilhões, destaca-se como uma das economias mais desiguais do mundo. Seu dinamismo econômico assenta-se nas suas condições geográficas, (água em abundância, capacidade de gerar energia utilizando recursos hídricos), no grande contingente de força de trabalho, sem um sistema de proteção social adequado e nos governos subservientes, dentre outros. Isso

faz com que os lucros dos capitalistas sejam astronômicos. Produto disso: desigualdades abismais, concentração de renda, miséria etc. em âmbito mundial.

Mesmo continuando a implementar medidas ditas de austeridade, o país assumiu um modelo particular de neoliberalismo. Possui um dos maiores proletariados do mundo com peso social forte e extrema polarização social. A diferenciação social no Brasil de extremos contrastes ocorre entre regiões, entre as classes, entre as raças e de gênero. Em traços gerais apresentamos características do modelo vigente no país, como parte da divisão social do trabalho no “mundo globalizado”:

- 1) Arrocho salarial e precarização do trabalho, “fórmula” da superexploração que tende a garantir a competitividade no mercado como uma das mais baixas remunerações à força de trabalho.
- 2) Uma economia centrada em dois em dois focos principais: a) a ocupação do mercado interno com uma população de cerca de 200 milhões de habitantes (o quarto mercado consumidor de automóveis, por exemplo). Há uma extensão dessa produção para a América Latina (automóveis e eletrodomésticos). b) Produtor e exportador de *commodities*, em particular para a China. Além de ser também maior exportador de carnes, café, açúcar, tabaco e suco de laranja; segundo maior exportador de minério de ferro e alumínio.
- 3) Padrão de acumulação rentista – 47% do Orçamento Público para pagar juros da dívida pública enquanto as famílias estão endividadas em 43% da sua renda anual (bancos e financeiras).
- 4) Aprofundamento da recolonização do país através da entrega de setores importantes ao capital estrangeiro.
- 5) Dependência extrema dos capitais internacionais, dos superávits comerciais para cobrir déficits estruturais. Ver
- 6) Ampliação da produtividade dos setores de ponta da economia (*commodities* e automóveis) pela incorporação de tecnologia e reestruturação produtiva.

Há uma ilusão criada pelo governo PT/PMDB de que o Brasil vive uma nova era, na qual se ampliou o consumo das famílias, criou-se uma nova classe média e houve uma grande redistribuição de renda. Na realidade, o que há é uma ampliação da classe trabalhadora com salários rebaixados e precarizados (superexploração), em função do crescimento econômico que gerou o crescimento do emprego, mas precarizado. Em relação à redistribuição recorreu ao programa Bolsa Família, à elevações tímidas no salário mínimo, por um lado, mas, por outro, atacou os setores melhores remunerados da classe trabalhadora, das estatais e do funcionalismo público. Quase metade dos empregos gerados nos dois mandatos (8.204.592 empregos) foi na faixa de até 1 salário mínimo, enquanto que no mesmo período fecharam 1.850.152 empregos com remuneração entre 3 a 20 salários mínimos, ou seja, a ordem é a subcontratação, terceirização e flexibilização. Professores universitários, bancários e funcionários públicos experimentam um rebaixamento salarial conjugado à jornada excessiva e precarização. Metalúrgicos, eletricitários e petroleiros vivem o mesmo processo. O objetivo é garantir o lucro dos capitalistas. Houve uma redistribuição de renda entre os assalariados, mas uma estagnação da participação dos salários na renda nacional, com a conseqüente elevação da taxa de lucros.

Em relação ao setor produtivo pode-se afirmar que as multinacionais avançaram no controle da economia do país. Nos governos FHC passaram a controlar a mineração, telefonia, energia elétrica, siderurgia, petroquímica. Os governos Lula da Silva entregaram a construção civil, agronegócio, comércio varejista, indústria de alimentação. E o governo Dilma entrega ainda mais o petróleo (vide leilão de libras), portos aeroportos, rodovias.

A burguesia brasileira tem uma dependência financeira, tecnológica e de acesso aos mercados internacionais que leva a uma grande associação com as multinacionais. São sócias nas privatizações, nos negócios internacionais e nas mesmas empresas ditas brasileiras. É um vínculo estrutural com o imperialismo que impede um nacionalismo burguês mesmo que limitado. Destaca-se em dois setores: bancos e empreiteiras da construção civil. Além disso, é preciso destacar a relação estreita que as burguesias nacional e multinacional mantém com o

Estado, para garantia dos seus negócios, principalmente nos setores que exigem altos investimentos (siderurgia, produção de energia, extração e refino de petróleo, telefonia). Para isso, utilizou as estatais que posteriormente foram privatizadas, entregando o patrimônio público aos capitalistas.

As empreiteiras nasceram e cresceram das obras públicas. Os grandes bancos manejam as contas das estatais e são grandes beneficiários da dívida interna. Os bancos estatais fornecem créditos baratos para a burguesia. Os incentivos fiscais, os perdões das dívidas, a sonegação, a corrupção, são manifestações desse vínculo orgânico.

O operariado brasileiro, por seu turno, tem grande peso social. Se, nos anos 1990, houve uma diminuição numérica, no início do século XXI recupera seu peso, mesmo que precarizado e superexplorado. Em 1989, o número de operários era de 6,6 milhões, caindo para 4,8 milhões em 1998. Em 2010, eram 8,5 milhões. Considerando a elevação da precarização, ou seja, considerando os operários com e sem carteira assinada, em 2002, era 11,2 milhões e, em 2010, 17,2 milhões. Os operários somam cerca de 13% da PEA.

A classe trabalhadora não industrial possui grande peso no Brasil. O funcionalismo público gira em torno de 10 milhões, os bancários 500 mil. Cresce também o proletariado rural com 16 milhões de trabalhadores.

PARA ONDE VAMOS?

Esta caracterização, ainda que rápida das classes, é importante para compreendermos e localizarmos de onde falamos, a quem enfrentamos, quem são os nossos aliados e quais os nossos desafios.

Durante as grandes manifestações de junho as massas populares urbanas, juntamente com a juventude foram às ruas. Diminuíram em quantidade nos meses seguintes, mas ocorreram ensaios de greve geral nos dias 11 de julho e 30 de agosto. Nesses ensaios, vimos claramente o freio da CUT, CTB e Força Sindical.

Em outubro, tivemos greves radicalizadas como professores do Rio de Janeiro e Belém, greve dos petroleiros contra o leilão de libras, a longa greve dos bancários e correios, mobilizações estudantis e lutas populares e contra as opressões.

A situação econômica do país combinada com o fim da sensação de bem estar das massas, elevado nível de endividamento das famílias, forte arrocho salarial e a crise urbana (caos nos serviços públicos, ampliação sem precedentes da violência, genocídio da população negra nas periferias, as remoções da copa, etc.). Os mais pobres, as mulheres, a população negra, os indígenas, LGBTs (via homofobia), são os que mais sofrem com a violência e falta de perspectivas nas cidades. Tudo isso compôs o quadro para a mudança da conjuntura.

Avaliamos que a situação dos trabalhadores tende a piorar, considerando a economia mundial e particularmente a brasileira, com a desaceleração, respeitando a política atual dos organismos internacionais do comércio de manutenção de crescimento econômico baixo, sem ir ao fundo do poço. Em 2010, o PIB do país aumentou 7,5%, em 2011, 2,7%, 0,9%, em 2012, e 2,8% em 2013. A expectativa é que fique no mesmo patamar em 2014. De toda forma, mesmo não existindo recessão, nem hiperinflação, a crise deve recair nos ombros dos trabalhadores. Quando há crescimento, uma das formas de controlar a inflação é arrochando os salários, caso contrário amplia a demanda da massa salarial e suprime a oferta, possibilitando o descontrole da inflação. Quando há quebra/recessão, o controle da inflação é feito dispensando força de trabalho.

Os sinais de desaceleração são evidentes. Expressam a queda nos investimentos e redução dos lucros das grandes empresas. Por exemplo, o lucro das 235 empresas brasileiras com ações na bolsa de valores teve queda de 33,29%, em 2012. Na Vale foi de 74% e a Petrobrás de 36%. Já os bancos, depois de 17 anos, tiveram queda de (-8,7%), havendo recuperação em 2013. O resultado disso é que a taxa de investimentos em 2012 caiu 4% em relação a 2011.

Tudo indica que estamos diante do fim de um ciclo de preços altos dos produtos primários no mercado mundial, colado à desaceleração da economia da China, também associada à recessão europeia.

Para contrapor, o Governo Dilma abre para concessões ainda maiores à burguesia principalmente financeira, voltando a aumentar a taxa de juros, recuando na política neokeynesiana que vinha mantendo desde 2012. Retomou a meta de *superávit* primário de 2,3% do PIB e busca evitar a queda nas taxas de lucro das grandes empresas (isenção de impostos, financiamentos mais baratos, perdões de dívidas, etc.) Apesar disso, não pode superar o caráter cíclico da economia (expansão – auge – desaceleração – recessão). Já vivemos o auge da economia, estamos há dois anos a desaceleração. Para onde apontará a economia do país?

O Governo Dilma vive um desgaste importante, mas ainda não está diante de uma ruptura política do movimento de massas, ainda controlada pelo governismo no movimento sindical, popular e estudantil. Há ainda grande expectativa das massas na democracia burguesa e no poder do voto. É preciso observar e interferir no movimento de massas, que já começou a se expressar desde o início de 2014, com os rolezinhos.

É preciso que a classe trabalhadora entre com seus métodos de lutas, sendo vanguarda nos processos, visando à construção de um Brasil que inverta as prioridades atuais e garanta recursos para as políticas públicas que assegurem saúde, cultura e lazer, transporte público de qualidade, moradia digna, 10% do PIB educação pública já, aumento real dos salários, reforma agrária, titulação das terras de quilombolas e indígenas, saneamento ambiental, segurança pública efetiva, enfim, que melhore as condições de vida e trabalho do nosso povo.

É PRECISO RETOMAR COM FORÇA A GREVE HISTÓRICA INTERROMPIDA EM 2012

No balanço da greve de 2012 afirmávamos: “É importante registrar que a greve não conseguiu obrigar o governo a chegar a uma proposta minimamente aceitável para os professores. Menos pela insuficiência da proposta econômica apresentada, e mais pelo retrocesso na carreira docente embutido na última proposta apresentada pelo governo e aceita pelo Proifes, expresso no PL 4.368/12. Obviamente o ganho econômico que a proposta traz, por insuficiente que seja, deve ser incorporado pela categoria e não deixa de ser um ganho. **Mas, não podemos deixar de dizer que não temos compromisso com o calendário do governo e vamos voltar a lutar por aumento, pela carreira e por melhores condições de trabalho, assim que reunirmos forças para isso.**” Para nós, é chegada a hora.

O ataque à Universidade Pública prosseguiu em 2013. No setor das federais, a EBSERH foi implementada em diversas universidades, embora o movimento tenha conseguido adiar e até mesmo barrar o processo em algumas universidades.

O governismo segue propagandeando como vitória da educação a falácia dos *royalties* do petróleo para a educação, que nem de longe contemplam os 10% do PIB para a Educação Pública já. O PNE do governo, que foi aprovado “a toque de caixa” no senado, mantém toda a lógica de destruição da educação pública historicamente denunciada por este sindicato. O ANDES-SN acertou a não negociar migalhas em um projeto que é um ataque global ao nosso projeto de educação, legitimando mais este ataque do governo Dilma.

É importante destacar que o FUNPRESP tem encontrado grande resistência por parte da categoria docente, a ponto do governo federal temer pelo seu fracasso. Apenas 7% dos novos docentes contratados assinaram. É preciso continuar e reforçar a campanha da denúncia do FUNPRESP, unificando-a com a luta pela revogação da Reforma da Previdência do Governo Lula, que foi aprovada com o esquema do mensalão.

Este ano está colocada a possibilidade de uma grande Greve Unificada dos SPFs. FASUBRA e SINASEFE já aprovaram indicativo para março e outras categorias estão debatendo a questão. Acreditamos que, pelas características especiais deste ano (copa e eleições) e dentro da nova situação aberta com as jornadas de junho de 2013, esta greve poderá ser mais forte e obter melhores resultados do que a de 2012. É necessário que o Congresso do Andes-SN aponte para as bases a necessidade de começar o debate e a preparação para uma grande greve de nossa categoria, unificada com o conjunto dos SPFs, cumprindo nos estados o calendário nacional da Campanha Unificada.

O VII Encontro Intersectorial do ANDES-SN, realizado em novembro, apontou 2014 como o ano da Educação, quando deveremos aproveitar as mobilizações da sociedade brasileira para denunciar os violentos ataques à Educação Pública em todos os níveis e à organização e aos direitos da classe trabalhadora que estão em curso: ACE, FUNPRESP, EBSEH, criminalização dos lutadores, direito de greve, arrocho, precarização, produtivismo. Sabemos que a partir de março, no Brasil viverá um regime de exceção, sob a condução da FIFA.

Nesse contexto, o ANDES-SN tem a tarefa fundamental de armar a categoria para os enormes desafios que estão no horizonte: defender condições de trabalho, carreira única do professor federal, fim do assédio moral, contra o adoecimento docente, o produtivismo e a meritocracia, defender 10% do PIB para a educação pública já e denunciar a insuficiência dos royalties.

Uma característica geral em todos os setores é o da precarização e intensificação do trabalho docente, levando a um expressivo adoecimento de nossa categoria. É necessário, mais que nunca, seguir denunciando esta situação que está cada vez mais grave. No setor das Estaduais, esse quadro é particularmente grave, levando várias universidades a realizarem greves em 2013, a exemplo da greve unificada das três estaduais do Ceará (UECE, URCA, UEVA).

Percebe-se, em todos os casos, uma intensificação das políticas de cooptação da categoria, através de bolsas e “projetos” que servem de significativo complemento salarial, fazendo com que se busquem soluções individuais e que descaracterizam o trabalho docente. A Extensão Universitária tem se transformado em um enorme balcão de venda de serviços. Como exemplo, os cursos de Ensino a Distância conseguem docentes para atuar neles fundamentalmente devido à remuneração extra que oferecem. Dificilmente seria possível implementar um projeto que tem tantos questionamentos pela comunidade acadêmica se os professores tivessem apenas carga horária atribuída para trabalhar na EAD, ao invés da remuneração extra. Sabemos que este é um debate extremamente difícil, pois um grande número de docentes está envolvido nestes projetos, mas que precisa ser levado adiante, pois é uma deturpação completa do modelo de Universidade que este sindicato sempre defendeu.

DEFENDER O ANDES-SN COMBATIVO E INDEPENDENTE

Entendendo que a defesa da Educação Pública em todos os níveis não é só tarefa dos docentes, pensamos que é fundamental a unificação das lutas com os estudantes, técnicos administrativos, com os demais setores da educação e do funcionalismo federal, através do fórum de entidades e da CNESF, assim como com os demais setores da classe, a partir da CSP-Conlutas. Isso é tarefa de primeira ordem.

O Andes-SN tem sido peça fundamental na construção e consolidação da CSP-Conlutas como o polo mais dinâmico da reorganização da classe trabalhadora em nosso país. Além disto, Andes-SN tem sistematicamente aprovado em seus fóruns decisões políticas extremamente avançadas.

No entanto, é necessário avançar na implementação destas políticas nas seções sindicais. A maior parte ainda não contribui para a CSP-Conlutas, não a constrói de fato em seus estados. Neste ano, mais do que nunca, as responsabilidades que recaem sobre nossa Central são enormes e o seu enraizamento na base do ANDES não pode mais ser adiado. É necessário também fazer um balanço sério sobre a implementação de fato das resoluções dos fóruns do ANDES-SN nas suas seções sindicais, pois muitas vezes elas são tratadas como meras formalidades.

Como podemos ver, estamos diante de uma tarefa histórica monumental! E para ela, vamos precisar de todos os lutadores e lutadoras, unidos em prol de eixos comuns. Não é hora de haver dispersão de forças, nem fragmentação no nosso campo. Nenhuma corrente político-sindical sozinha tem condições de dar conta adequadamente da tarefa.

A realidade exige um ANDES-SN unificado para dar conta dos desafios que estão postos. Este é um sindicato importante no processo de reorganização da classe, na colaboração teórica e política como aliado da juventude e do operariado brasileiro. É hora da unidade pra lutar e pra vencer!

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO 36

Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical

CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO DE APOIO

A partir da discussão sobre Movimento Docente e Conjuntura, o 33º Congresso delibera que a centralidade da luta em 2014 tenha como foco:

TR - 36

Defesa intransigente do Projeto de Educação pública, gratuita e condições de trabalho, carreira e salários que valorizem os docentes. Enraizamento da ação do ANDES-SN no cotidiano da categoria, fortalecimento da CSP-CONLUTAS e construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade ao movimento internacional dos trabalhadores.

**TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA
EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

TEXTO 37

Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical

POLÍTICA PARA OS DOCENTES ATIVOS E APOSENTADOS DAS IFES

TEXTO DE APOIO

A Sociedade Brasileira e suas Instituições devem evoluir em suas políticas voltadas para os servidores públicos aposentados, que durante anos contribuíram positivamente para o desenvolvimento da Sociedade Brasileira e suas Instituições. Aposentar o servidor público não pode ser entendido como sua condenação ao ócio, à inatividade e muito menos ao seu “obrigatório” afastamento do ambiente de trabalho.

Nas Instituições Federais de Ensino Superior a prática de excluir de forma drástica os docentes aposentados de suas atividades é de fato uma agressividade e uma desconsideração com aqueles que durante anos se dedicaram a estas instituições e ao mesmo tempo um desperdício incalculável dos conhecimentos acumulados pelos docentes ao longo de sua vida acadêmica.

Uma prova desse desperdício tem sido o deslocamento de muitos dos docentes aposentados para as universidades particulares, o que termina contribuindo com a política do Governo Federal de fortalecimento das Instituições Particulares de Ensino, em detrimento das Universidades e Institutos Federais de Educação.

Num país onde falta de quase tudo, fica difícil entender, que professores com larga experiência e total capacidade de trabalho, sejam impedidos de continuar contribuindo com as suas instituições de origem, com base apenas num artigo constitucional arcaico e ultrapassado, (**art.40, §1,II da C.F.**), que não mais reflete a realidade e necessidades da sociedade e das Instituições brasileiras.

Evidentemente que ao atingir o tempo de serviço necessário à aposentadoria, o servidor público, no caso o docente, deveria ter sim, direito à livre escolha de continuar participando ou “não”, em sua instituição de origem e nas atividades que sejam do seu interesse.

Não podemos também concordar com considerações “descabidas” e “discriminatórias” de que a permanência dos docentes aposentados em suas instituições de origem, seja lesivo ao funcionamento das IFES e um obstáculo à contratação de novos docentes. Estas considerações são apenas expressões individuais daqueles que sofrem de “aposentadofobia” resquícios de um passado recente.

Finalizando, consideramos que o ANDES-SN, dentre as sua políticas “anti-discriminatórias”, deve discutir e incluir políticas e ações que possam induzir a um novo modelo de tratamento dos Docentes Aposentados nas Instituições Federais de Ensino Superior, como também em suas seções sindicais, evitando assim processos migratórios de docentes aposentados para entidades que se dedicam a defesa de servidores públicos aposentados, e que servem aos interesses daqueles que apostam no enfraquecimento do ANDES-SN.

A proposta expressa na TR abaixo tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas que garantam o direito aos docentes **aposentados** de continuarem, a sua livre escolha, participando das atividades em suas instituições de origem, em conformidade com os seus interesses. Ao mesmo tempo buscamos incentivar e ampliar a participação dos docentes aposentados no movimento sindical em nível local, regional e nacional, contribuindo para uma consciência de classe em que a mudança para a condição de aposentado não signifique sua exclusão da vida sindical e da comunidade acadêmica.

Assim faremos justiça àqueles que trabalharam na construção das Universidades Brasileiras e no fortalecimento do nosso movimento sindical.

TR - 37

O 33º Congresso do ANDES-SN aprova:

1. O desenvolvimento de políticas e ações que possam através de Emenda a Constituição, assegurar a participação dos docentes aposentados nas suas instituições de origem, resguardando o direito destes de decidir continuar ou não, participando “oficialmente” das atividades universitárias.
2. A realização de encontros nacionais específicos das Universidades e Institutos federais de Educação para discutir temas específicos dessas Instituições Federais de Ensino Superior e de seus docentes ativos e aposentados.
3. O fortalecimento dos **GTs de Aposentados** nas Seções Sindicais visando ampliar e fortalecer a representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no ANDES-SN.

TEXTO 38

Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical

POLÍTICA DE SAÚDE E AUXÍLIO SAÚDE SUPLEMENTAR

TEXTO DE APOIO

À medida que o sistema de saúde pública brasileira se deteriora, mais os docentes das universidades dependem do chamado Sistema de Saúde Suplementar, como forma de garantir atendimento médico hospitalar de melhor qualidade, para estes e seus dependentes.

Os docentes das IFES, com baixos salários, em sua grande maioria, dependentes do Sistema de Saúde Suplementar, são assim obrigados a pagar por serviços, que deveríamos receber gratuitamente do Estado.

Na outra ponta, as operadoras dos Planos de Saúde Suplementar, agindo livremente sem o devido controle da Agência Nacional de Saúde (ANS), apresentam reajustes abusivos, baseados em índices de sinistralidade desconhecidos dos próprios assegurados e também não fiscalizados pela ANS, que servem para justificar aumentos abusivos, superiores a 40%.

Estes aumentos atingem os docentes e servidores da ativa, e especialmente aposentados e pensionistas cujos rendimentos são mantidos em patamares extremamente baixos pelo Governo Federal. Em muitos casos os docentes estão sendo obrigados a abandonar os Planos de Saúde, dos quais já participam há muitos anos, devido à impossibilidade financeira para arcar com os aumentos impostos pelas seguradoras. Aumentos que na maioria das vezes são muitas vezes superiores aos reajustes de salário dos servidores públicos.

Com a política de sucateamento da saúde pública e o avanço da saúde suplementar apoiados em políticas governamentais, o governo federal reduz os gastos com a saúde pública e transfere para o trabalhador o ônus do seu atendimento à saúde. Do outro lado, a política compensatória do governo federal paga aos servidores públicos, um mísero **Auxílio Saúde Suplementar**, que tem como base legal a lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Em seu CAPÍTULO III sobre o título “DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE” define no Art. 230. A forma de assistência à saúde dos servidores federais no seguinte teor “A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, *ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor*

despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.” Grifo nosso.

O Decreto N° 4.978 de 3 de Fevereiro de 2004, regulamenta o art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor, e dá outras providências e este em seu Art. 1º define que “A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, de responsabilidade do Poder Executivo da União, de suas autarquias e fundações, será prestada mediante:

I - convênios com entidades fechadas de autogestão, sem fins lucrativos, assegurando-se a gestão participativa; ou

II - contratos, respeitado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º que “O custeio da assistência à saúde do servidor de que trata o caput deste artigo é de responsabilidade da União, de suas autarquias e fundações e de seus servidores”.

Cabendo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão supervisionar os convênios celebrados na forma do art. 1º e expedir as normas complementares à execução deste Decreto.

Assim a portaria conjunta N° 1 de 29 de Dezembro de 2009, da Secretária de Recursos Humanos, substituta e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, estabelece os valores da participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários de que trata a Portaria Normativa SRH N° 3, de 30 de julho de 2009 e as tabela com os percentuais dos valores a serem pagos aos servidores em função do salário do servidor.

Com os sucessivos aumentos dos valores pagos pelos servidores aos planos ou seguros privados de assistência à saúde, a contrapartida do Governo Federal, tornou-se mínima, enquanto o servidor compromete cada vez mais uma parcela maior do seu salário para garantir um benefício que por lei cabe ao Governo Federal, conforme explícito na própria lei.

Entretanto § 5º do Art. 230 da Lei N° 8.112 de 11 de Dezembro de 1990, define que “o valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido pelo servidor ou pensionista civil com plano ou seguro privado de assistência à saúde” não existindo, portanto impedimento legal para um eventual aumento da participação percentual do governo, até o total despendido pelo servidor.

Finalizando propomos que, em paralelo à junta luta do ANDES-SN, por Saúde Pública Universal, concreta e de qualidade, com a qual todos nos concordamos plenamente, o ANDES-SN em atenção aos problemas hoje vividos pelos docentes ativos e aposentados e pensionistas das universidades e Institutos federais, assegurados pelos planos de Saúde Suplementar, deve em acréscimo ao tema “Saúde do Trabalhador” tratar os problemas gerados pela dependência dos docentes ao Sistema de Saúde Suplementar desassistido e não controlado pela ANS.

TR - 38

O 33º Congresso Nacional do ANDES-SN aprova:

1. A elaboração de levantamentos nas Seções Sindicais, sobre a dependência dos docentes dos Planos de Saúde Suplementar e seus índices anuais de reajuste, visando subsidiar futuras políticas de saúde e ações que resultem no controle e na redução dos custos desses serviços para os docentes das IFES, que infelizmente dependem dos Planos de Saúde Suplementar.
2. Incorporar ao plano de lutas, esforços pelo aumento do valor do benefício “**Per Capita Saúde Suplementar**”, assumindo também o papel central na articulação dos sindicatos nacionais e associação de servidores públicos federal na abertura de negociação com governo federal visando o aumento do valor do referido benefício.

TEXTO 39

Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.).

COMBATER A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO

TEXTO DE APOIO

A política reformista do PT para a Educação baseou-se, desde o início do governo Lula, em incentivos ao capital privado para a exploração do ensino como mercadoria. A gritante expansão das universidades e faculdades particulares não seria possível sem esse empurrão do governo, resumidas aqui em algumas medidas: polpudas isenções fiscais em troca de algumas vagas ociosas (PROUNI), financiamento e endividamento dos "consumidores" (FIES), perdão de dívidas das universidades e faculdades privadas da ordem de R\$ 17 bilhões e regulamentação do ensino a distância (EaD). Outras formas de exploração do capital privado sobre a educação podem ser observadas na concessão da gestão dos hospitais universitários, na terceirização de diversos serviços vinculados à universidade (segurança, limpeza e restaurantes universitários) e regulamentação das fundações. Por outro lado, a manutenção dos recursos estatais ao ensino público federal resultou tanto em arrocho salarial, impondo perdas ano após ano aos trabalhadores (docentes e técnico-administrativos), quanto em degradação das condições básicas de trabalho e ensino. Com a expansão de vagas promovida pelo Reuni a partir de 2008, praticamente nas mesmas condições de infraestrutura, as contradições se tornaram cada vez mais visíveis.

Financiamento - A natureza da crise na Educação não é de falta de investimentos. O problema está no domínio dos interesses privados. Por isso, o programa para enfrentar tal crise deveria ser o da defesa do ensino público e de expropriação, sem indenização, do ensino privado e constituição de um sistema único, laico, gratuito e que seja capaz de unir teoria e prática. Dar centralidade a reivindicação dos 10% é distracionismo, já que desvia a luta do enfrentamento à rede particular.

Mesmo considerando a reivindicação dos 10% do PIB como distracionista, pois tem sido trabalhada como eixo do movimento universitário nacional. Essa luta, porém, ao explicitar o sucateamento da educação pode jogar um papel importante, pois lutar pelo aumento dos investimentos pode conduzir ao questionamento da política que sustenta o estrangulamento orçamentário relativo à Educação. Em outras palavras, pode ser uma ponte para o combate à política privatista dos governos. A campanha, porém, não pode ser passiva, centrando a ação em torno de pressões parlamentares, de emendas ao PNE e plebiscito. Esse caminho é o da derrota. Para dobrar o governo Dilma e conquistar os 10% temos de ir à ruas, com atos, paralisações, greves, ocupações etc.

Privatização - A luta pelo acesso universal em todos os níveis da educação se dá combatendo o controle do setor privado de ensino, temos de erguer a bandeira de expropriação de toda a rede privada. A privatização da educação caminha para o domínio do capital estrangeiro, constituindo as grandes corporações de ensino. A existência do ensino privado leva a educação a se converter em mercadoria, sujeita à tendência de monopolização. Outra face deste processo é a precarização e destruição do sistema público.

O ensino à distância é uma das manifestações mais extremas da decomposição da educação sob o capitalismo. Caminha lado a lado à privatização. Aprofunda a separação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer. Serve como meio de valorizar o capital, às custas da destruição do ensino presencial.

PNE - A base do Plano Nacional de Educação (PNE) é a convivência entre o ensino público e o privado. Não há remendo que mude seu caráter privatista e excludente. Ele deve ser rechaçado.

Cabe reivindicar um verdadeiro plano de luta que defenda a estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino. O acesso a todos, em todos os níveis, depende da coletivização de toda a propriedade de ensino que está nas mãos de capitalistas que veem na educação um meio de lucrar à custa da exclusão da maioria.

TR - 39

O 33º Congresso do ANDES delibera por

1. Defender o financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Pelo fim imediato dos subsídios e financiamentos, que todas dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos estudantes do ProUni e do FIES sejam incorporados ao sistema público de ensino, via expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino.
2. Rejeitar o Ensino à distância por levar à destruição do ensino como processo social e favorecer a mercantilização e desnacionalização. Pela revogação de toda legislação que implanta o EaD e expropriação das empresas que o exploram.
3. Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.

TEXTO 40

Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)

LUTAR PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

TEXTO DE APOIO

A universidade, sob o capitalismo, corresponde aos interesses da classe dominante e de seus governos que a controlam por meio da burocracia, constituída por uma casta docente que expressa a ingerência do Estado burguês dentro da universidade. Sob o poder dela, não é possível ter autonomia frente ao Estado e ao poder econômico. A autonomia universitária será uma conquista do movimento dos que estudam e trabalham, quando derrubarem a casta burocrática, subserviente à burguesia, com controle coletivo da universidade, e constituírem um governo tripartite (estudantes, funcionários e professores), subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.

O Governo Federal, assim como os estaduais, desconsideram cotidianamente a autonomia universitária, por meio da criação de mecanismos externos de avaliação. Tenta criar o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), pressiona a adesão a projetos privatistas e sucateadores, condicionando a liberação de verbas à aceitação do aprofundamento da política de destruição do ensino superior. São exemplos de programas antiautonomistas: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF); a transferência da gestão dos HUs à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, etc.

Quanto à avaliação, é importante travar a luta contra o Enade, que compõe o SINAES, sistema nacional de avaliação do ensino superior. A prova aplicada compulsoriamente aos estudantes de graduação de todo o país, é apresentada como instrumento para melhorar a “qualidade” dos cursos, mas não passa de um mecanismo para legitimar a orientação privatizante do Estado, pois trata igualmente universidades e empresas que vendem diplomas, como se fossem a mesma coisa. Ao mesmo tempo, rebaixa as

universidades a disputarem o mesmo troféu, uma boa nota para ficar bem ranqueado, deturpando a sua finalidade.

Com o pretexto de monitorar o rendimento dos cursos superiores, o governo ameaça os que estão fora da “média” com fechamento e até bloqueio temporário de seus vestibulares. Graças ao ENADE, as empresas que vendem ensino podem aparecer como sendo iguais ou até melhores que algumas universidades, resultado que lhes permite ampliar sua freguesia, ajudados ainda pelo PROUNI, mediante o qual o governo do PT drena recursos públicos para sustentar as empresas de ensino.

O discurso da “qualidade” que o governo faz é só uma máscara para a sua política privatizante. Mas também os reformistas costumam usar este discurso como se fosse possível sob o capitalismo decadente uma universidade orientada ao progresso e à soberania. Obscurecem assim que na fase atual de decomposição capitalista o regime burguês precisa destruir forças produtivas. A degradação da formação profissional, intelectual e técnica da juventude é um componente dessas forças produtivas que devem ser degradadas. Somente sob o comunismo será possível emancipar as forças produtivas da sociedade das amarras da propriedade privada capitalista e propiciar o livre e pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

Quem pode avaliar a universidade é quem faz parte do processo de educação, por meio da crítica e autocrítica. A sociedade, atravessada pelas contradições de classe, está representada no interior da universidade. E se as classes dominadas estão sub-representadas, devemos defender o acesso irrestrito de todos que queiram estudar. Não há atalhos que coloquem a universidade a serviço dos trabalhadores, sem que eles possam estar no interior da universidade, estudando e decidindo seus rumos.

TR - 40

O 33º Congresso do ANDES delibera por:

1. Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Coloca-se pela destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.
2. Rechaçar todos programas de avaliação externa, por serem antiautonomistas. Intensificar a campanha pelo boicote ao Enade. A avaliação deve ser feita pelos que estudam e trabalham, como parte da luta pela destruição da burocracia universitária.



Contribuição da Professora Edna Riemke de Souza – sindicalizada da ADUR-RJ SSind⁴

DADOS CIENTÍFICOS CONTESTAM METODOLOGIA USADA NA LIBERAÇÃO DE TRANSGÊNICOS

Agapito-Tenfen et al. Proteome Science 2013, 11:46

<http://www.proteomesci.com/content/11/1/46>

TEXTO DE APOIO

Ressaltamos a importância de ser colocado em debate, no 33º Congresso do ANDES Sindical de 2014, o trabalho científico, “Comparative proteomic analysis of genetically modified maize grown under different agroecosystems conditions in Brazil”, recém publicado na revista científica Proteome Science, por pesquisadores do Depto. Fitotecnia da Universidade Federal de Santa Catarina.

A análise das observações, baseadas no conjunto de resultados experimentais registrados nesse trabalho, indica que as alterações no milho geneticamente modificado têm impacto na

⁴ Professora titular Aposentada – PhD Genética UCD – Davis – USA; Mestre Bioquímica UFRJ

expressão gênica, mas com significativa modulação pelas condições ambientais. Os autores enfatizam, nessa conclusão, a importância da realização de mais estudos sobre a identificação de relevância biológica e sobre as implicações das alterações detectadas no perfil proteico do milho. Tais estudos são essenciais, por exemplo, pelo fato de que cada proteína poder interagir de diferentes formas nas estruturas e metabolismo das células da planta transgênica, bem como, determinar diversos efeitos ligados não só à saúde dos consumidores, mas, também, a outros eventos interativos com o ambiente.

Os resultados das análises comparativas dos perfis proteicos, referentes aos diferentes cultivos experimentais descritos no artigo, constituem um conjunto de evidências que, pela primeira vez, contestam, de forma científica, a validade do principal conceito de “equivalência substancial”, que orienta as exigências para a liberação dos transgênicos, pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), no Brasil. Segundo esse conceito, criado pelo órgão do governo dos EUA, o FDA e que, até hoje, é utilizado no Brasil e em vários outros países, as plantas transgênicas e as plantas convencionais respectivas são equivalentes em composição química. É segundo essa “concepção pseudo-científica”, que vem sendo sustentado, em várias partes do mundo, o uso de uma tecnologia, aplicada à produção e consumo de alimentos transgênicos, que nunca foi testada de maneira científica e rigorosa.

Finalmente, deve ser considerada a importância dessa divulgação, durante a realização do 33º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, não somente pelo interesse científico mas, também, pelo enfoque político da questão. Desde o início da implantação da metodologia dos transgênicos, várias contestações foram publicadas por cientistas de renomadas instituições de pesquisa. No entanto, elas resultaram em situações, dentre as quais: aposentadorias precoces, demissões, desmoralização pública etc., oriundas de pressões do mundo do agronegócio, reforçando o conceito de muitos de que “a forma de atuar do agronegócio é predatória e caracterizada pela busca do lucro e da posse de bens, alcançada pela intensidade, voracidade desenfreada, desrespeito ao homem e à natureza, desconsideração de questões éticas, morais, sociais, entre outras”⁵.

TEXTO 42

Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND

O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL NAS IES

TEXTO DE APOIO

Verifica-se, nos últimos anos, um número crescente de casos de adoecimento físico e mental dos trabalhadores docentes, conforme apontam diversas publicações sobre trabalho docente e saúde. Essa realidade também é encontrada no cotidiano das instituições de ensino superior público.

Através de ações realizadas pela APUFPR-SSind, no que diz respeito à saúde docente, pôde-se perceber que um grande número de casos de adoecimento de professores da UFPR, apresentados à Universidade e à Seção Sindical, estava relacionada a situações de Violência Moral no Trabalho.

Desde 2010, por meio de trabalhos desenvolvidos pela Assessoria Psicológica da APUFPR-SSind, sistematizam-se dados referentes à saúde dos docentes da Universidade e as denúncias de situações de Violência Moral vivenciadas pelos professores, como o Assédio Moral.

A partir destes trabalhos foi possível analisar informações que possibilitaram identificar implicações da Universidade na existência dos casos de Violência, o que permitiu a APUFPR-SSind atuar coletivamente.

⁵ Diretoria do ANDES-SN. Texto 7 do Caderno do 32º Congresso do ANDES-SN

Em várias das situações registradas de adoecimento de docentes, estes desde o início de suas carreiras na UFPR, apresentaram-se em relação às suas unidades acadêmicas, colegas de trabalho e estudantes como profissionais inovadores, ativos e criativos, dispostos a contribuir para a Instituição através da atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Esses professores também priorizaram titulações e trabalhos de relevância acadêmica, financiamento para desenvolver pesquisas e boas relações com seus alunos. Tais características aparentam ter dado destaque a esses professores, porém, nesses casos, as mesmas resultaram em ações de discriminação e de perseguição direcionadas a eles, tendo em vista que seu trabalho ameaçou os demais profissionais, o conservadorismo e os grupos de poder presentes na Instituição.

Colocado de outra forma, o posicionamento desses docentes de persistir em linhas de trabalho distintas daquelas consolidadas no ambiente de trabalho e o enfrentamento às dificuldades burocráticas da Universidade, gerou uma ideia de confronto e, por consequência, a continuidade e o aumento da frequência de situações de perseguição, ameaças (sobretudo durante o período de estágio probatório), discriminação, sobrecarga de trabalho e também exclusão – situações essas que caracterizam o Assédio Moral ou outros tipos de Violência Moral no Trabalho.

Para combater as situações acima descritas, a APUFPR-SIND buscou discutir com especialistas possíveis formas de ação e conhecer experiências realizadas por outros sindicatos. O que se tem hoje no Brasil são algumas comissões, organizadas internamente nos sindicatos, que acolhem, analisam e encaminham (tanto por especialistas da área de saúde como pela via jurídica) as denúncias recebidas dos sindicalizados, mas sem envolvimento da instituição. Esta é a situação hoje também vivida pela APUFPR-SIND.

Entretanto, consideramos que é fundamental o envolvimento e o reconhecimento da Instituição dos casos de Violência Moral que ocorrem ou venham a ocorrer em seu interior, de forma a inclusive permitir a construção de políticas institucionais visando eliminar essas situações.

Desta forma, na pauta local de greve de 2012, foi incluída a criação da “Comissão de Relações de Trabalho da UFPR”, na qual deverão participar os serviços de saúde da UFPR e as representações sindicais dos servidores docentes e dos servidores técnico-administrativos.

A Comissão de Relações Interpessoais de Trabalho da UFPR terá como finalidade elaborar parecer para cada denúncia apresentada referente a assédio moral e outras violências decorrentes de conflitos nas relações interpessoais de trabalho, indicando os respectivos encaminhamentos de procedimentos a serem realizados por demais instâncias dentro da Universidade (sindicância, processo disciplinar, comissão de ética, arquivamento, etc.).

TR – 42

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Indicar ao GTSS/A o levantamento junto às Seções Sindicais das situações registradas de Assédio Moral em suas respectivas IES e as medidas tomadas para a solução das mesmas, visando subsidiar as discussões sobre o tema.

TEXTO 43

Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG

CONTRA O PAGAMENTO DE VERBA PUBLICITÁRIA OU DE QUALQUER ESPÉCIE PARA VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO QUE NÃO SEJAM COMUNITÁRIOS

TEXTO DE APOIO

A mídia brasileira tem se caracterizado em sua recente história pela defesa de interesses do estado ou de grandes grupos financeiros. O modelo de concessões de canais abertos de rádio e

televisão tem beneficiado algumas poucas famílias que detêm mais de 85% destas emissoras, recebendo grandes investimentos em publicidade dos governos, o que garante sua manutenção. Por outro lado, as emissoras comunitárias e alternativas pouco participam deste bolo, inviabilizando sua existência ou, quando muito, limitando sua atuação. Como efeito, nas mídias tradicionais, temos conteúdos superficiais, preconceituosos e ideologicamente comprometidos com os interesses do capital.

Ao compreender que financiar a mídia tradicional defende-se a continuidade de uma política pouco plural em prol dos veículos de grande circulação, entende-se que é necessário financiar outro tipo de mídia. A defesa desta política procura reconhecer que as mídias alternativas e comunitárias se constituem como meios possíveis para se avançar na disputa pela hegemonia e contra o monopólio da mídia comercial. De certo, com isto, intenta-se privilegiar meios e ações que fortaleçam uma estratégia para o sindicato nacional e suas seções sindicais de construir espaços plurais e democráticos, nos quais nossas vozes possam repercutir, atingindo aos trabalhadores docentes e a sociedade de forma geral.

Além disto, pretende-se não favorecer através de pagamentos de matérias jornalísticas – em especial, a ideia de que notícia se paga e a que jornalismo – ainda que realizado dentro dos meios tradicionais – possa ser isento, objetivo e imparcial, pautado pela informações e ajustado aos interesses coletivos.

Não obstante, estamos convencidos de que os Sindicatos e Associações Sindicais podem – com esta TR - ampliar seus investimentos na profissionalização do setor de comunicação, qualificando seus quadros à luz dos interesses do movimento docente e dos trabalhadores.

TR - 43

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova:

1. Quanto a política de acesso à mídia e canais de comunicação do Andes-SN e seus Associados:
 - a) a vedação de pagamento de todo e qualquer material jornalístico à mídia comercial.
 - b) reitera a importância de investimentos em organizações de mídia alternativa e comunitária como forma de fortalecer a pluralidade, ampliando espaços comunicacionais;
 - c) focar na criação e manutenção de espaços internos de comunicação, a partir da criação de sites, periódicos mensais, jornais murais, programas de rádio e televisão próprios.

TEXTO 44

Contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (ICES): sigla nova no vocabulário sindical docente e a redivisão do orçamento das universidades públicas como processo de consolidação da política de assistencialismo do Estado capitalista brasileiro

TEXTO DE APOIO

O Estado capitalista tem o objetivo de viabilizar, constantemente, a reprodução das relações de produção do modo de produção capitalista, no interesse da classe econômica detentora dos meios de produção, sendo necessário, para tanto, a adoção de políticas públicas estatais de assistência social ao trabalhador, como forma de manter a reprodução da força de trabalho alienado.

Com o intuito de ocupar parte dessa função estatal foi promulgada, recentemente, lei definindo a **universidade comunitária**⁶, que passará a ser destinatária de verbas públicas do financiamento da educação pública nos vários níveis da administração – federal, estadual e municipal – sem contrapartida do aumento dos respectivos orçamentos, o que implicará, inexoravelmente, em suas “redivisões” para remunerar o novo contemplado com a partilha dessas finanças.

É uma roupagem nova para um corpo antigo, eis que as universidades comunitárias são o que atualmente se conhece como universidades filantrópicas, confessionais ou do 'terceiro setor'⁷.

Não passa despercebido o nome dado a esse novo ente jurídico (Instituição Comunitária de Educação Superior - ICES), que tem a intenção velada de induzir à suposição de algo novo, capaz de superar as instituições de **ensino superior**, eis que serão instituições de **educação superior**. Também deve ser motivo de crítica a palavra “comunitária”, que tem a conotação de algo destinado ao povo, ao povo comum, o que ajuda a legitimá-la, ideologicamente, no seio da sociedade civil.

Destaca-se nas justificativas de apresentação do então Projeto de Lei na Câmara dos Deputados⁸ que deu origem à lei em destaque, um argumento de elevada densidade política e, ao mesmo tempo, de elevado risco para a expansão do financiamento da universidade pública, o qual merece ser destacado para análise pelo movimento sindical docente, qual seja, o de que as já existentes universidades comunitárias “desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, com um custo que chega a ser 40% menor do que o de uma universidade federal.”

É visível que a primeira parte desse argumento tenta colar-se na bandeira de luta do ANDES-SN, de defesa do tripé de funcionamento de uma boa universidade, constituído pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que esta luta encontra aceitação em toda a sociedade civil, ficando mais fácil, assim, inseri-las no sistema educacional, em igualdade de concorrência com as demais instituições de educação superior.

A segunda parte desse argumento é potencialmente danoso para o financiamento da educação superior, pois instila a versão de que a universidade pública é mal gerenciada, uma vez que insinua ser possível executar as suas atividades com apenas 60 % do que ela gasta dos seus recursos financeiros.

Conhecendo-se a realidade da educação superior pública brasileira é muito fácil perceber que esse argumento é altamente inverossímil, pois é operacionalmente impossível para a universidade pública fazer o que tem feito com apenas 60 % do seu orçamento.

O fato de a origem do projeto de lei em foco ter se sustentado em justificativas inverídicas macula-o desde o nascedouro, irremediavelmente, e obriga o movimento sindical docente a denunciar a regulamentação da universidade comunitária como algo potencialmente danoso para a universidade pública, pois a intensificação da participação do terceiro setor na educação ganhou impulso com a conversão do projeto de lei em lei ordinária, fazendo avançar o processo de transferência da execução de atividades de educação, saúde, cultura e pesquisa científica, do poder público estatal para o setor público não estatal, imprimindo um caráter assistencialista a

6 Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, dispondo sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), disciplinando o Termo de Parceria e dando outras providências.

7 “Conjunto heterogêneo de entidades composto de organizações, associações comunitárias e filantrópicas ou caritativas, alguns tipos específicos de movimentos sociais, fundações, cooperativas, e até algumas empresas autodenominadas como cidadãs.” (GONH, Maria da Glória. **Mídia terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000).

8 Projeto de Lei nº 7.639, de 13 de julho de 2010, de autoria dos Deputados Maria do Rosário (PT/RS), Aldo Rebelo (PcdoB/SP), Beto Albuquerque (PSB/SP), Carlos Eduardo Cadoca (PSC/PE), Santiago (PV/SP), Dr. Talmir (PV/SP), João Campos (PSDB/GO), Sylvio Lopes, Pedro Wilson (PT/GO), Waldemir Moka (PMDB/MS), Fátima Bezerra (PT/RN), Vignatti (PT/SC), Darcísio Perondi (PMDB/RS), Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Severiano Alves (PMDB/BA), Hugo Leal (PSC/RJ), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS).

essas atividades, configurando-se como estratégia de contribuição para a reprodução da força de trabalho humano no modo de produção capitalista.

Além disso, a transferência da responsabilidade pelo provimento de serviços sociais do Estado para o terceiro setor priva o cidadão de um serviço a que tem direito de obtê-lo do Estado, diretamente, para passar a recebê-lo de agentes terceirizados, como um ato de boa vontade e de altruísmo.⁹

Essa intenção está expressa na lei em destaque ao instituir como “prerrogativa” das ICES ser alternativa na oferta de serviços públicos nos casos em que eles não sejam proporcionados diretamente por entidades públicas estatais. (Art. 2º, IV).

Face a esses fatos, o GTPE/ADUFU propõe ao GTPE/ANDES a adoção de acompanhamento da futura redivisão do orçamento público da educação estatal – que passará a ocorrer com a destinação de verbas públicas para as universidades comunitárias – denunciando à sociedade a redução das verbas destinadas à universidade pública estatal com o favorecimento da universidade pública não estatal gerenciada pelas empresas e instituições do terceiro setor.

TR - 44

O 33º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

O ANDES-SN deverá monitorar a distribuição das verbas públicas destinadas ao financiamento das universidades públicas e denunciar à sociedade a constatação de qualquer diminuição dos seus orçamentos que seja consequência do efeito da instituição das Universidades Comunitárias.

TEXTO 45

Contribuição do GTPE/ADUFU Seção Sindical

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E AS POLÍTICAS DE PRECARIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES: A CRISE DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO.

TEXTO DE APOIO

O presente texto foi concebido no âmbito das discussões do GTPE/ADUFU e a proposta de TR foi um dos encaminhamentos do II Seminário “Estado e Educação”, organizado pela Adufu-SS no dia 17 Janeiro de 2014. O Seminário teve uma das mesas de discussão intitulada “Políticas de Formação Docente: o papel dos Colégios de Aplicação” com objetivo de ampliar o debate sobre a crise dos Colégios de Aplicação (CAPs) no país que vem se agudizando de forma mais aprofundada desde 2011. Ainda, atualmente, os CAPs sofrem o rebatimento de medidas governamentais que ferem a autonomia universitária¹⁰, levando à dificuldades, tais como: contingenciamento de professores substitutos, déficit de professores efetivos, ausência inexplicada de um banco de professor equivalente, e a “meta” de uma Relação Aluno Professor - RAP (20/1) que já foi anunciada, embora não formalizada. O que tem sido implementado, na prática, é uma política de “enxugamento” do quadro docente destas instituições. Além disso, outro rebatimento negativo dessa política de asfixia dos CAPs é o aumento do índice de adoecimento dos docentes.

No Brasil, existem 17 Colégios de Aplicação nas Instituições Federais de Ensino Superior nas quais estão inseridos e instituídos. Eles tiveram origens distintas, porém são reconhecidos pela

9 MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

¹⁰ Referimos aqui à Portaria Interministerial n. 253 de 26 de Julho de 2011 (MPOG), que impede que as IFES administrem o contingente de substitutos dos CAPs como vem sendo feito, ou seja, na forma da Lei 12425 de 17 de Junho de 2011 e, com essa restrição específica, afeta autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal.

mesma natureza e missão acadêmica: desenvolvem ensino, pesquisa e extensão, práticas inovadoras no contexto da formação de crianças e adolescentes, jovens e adultos da Educação Básica, além de contribuir para a formação inicial e continuada de professores na universidade. Nessa perspectiva, o trabalho dos/nos CAPs possui natureza universitária principalmente pela sua inserção junto às licenciaturas na formação de professores e na experimentação pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, a despeito de tentativas atrapalhadas de desconsiderar a inserção dos CAP na universidade, mediante atos normativos (Portarias, Ofícios, etc.) desde 2011, que afrontam a autonomia universitária, o Governo Federal continua apostando no ataque às condições de trabalho docente dessas unidades de ensino das IFES. Essa política é caracterizada por uma lógica de “enxugamento” que gerou uma redução expressiva do número de professores efetivos e substitutos. Essa situação traz sérios problemas para esses colégios, como por exemplo, descaracterizar o trabalho docente e comprometer a oferta de um ensino de qualidade, já que, em vários casos, a carga horária docente ultrapassa as 20hs em sala de aula. Também traz entraves para o desempenho do papel do CAPs no âmbito do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de atender uma RAP de 20/1 que, embora não oficializada ou regulamentada, é implementada na prática na medida em que, dentre outras consequências, o quadro de docentes já está comprometido pela não reposição das vagas.

Mesmo após terem sido supridas as “condições legais” que o próprio governo estabeleceu, os CAPs são as únicas instituições de ensino federal que continuam sem contar com o Banco de Professor Equivalente (muito embora este “recurso de gestão” que o governo inventou, nunca foi de fato reivindicação do movimento docente), o que impede a garantia da reposição imediata dos professores aposentados. Com efeito, os CAPs têm sido obrigados a administrar a precarização, ou seja, dispendo de 20% do quadro de professores efetivos em exercício para, além de dar conta das aposentadorias e das substituições que a legislação prevê (afastamentos por licença saúde, licença maternidade, para qualificação em serviço e com afastamento para mestrado, doutorado e pós-doutorado, cargos de direção) e dar conta das outras que a lei ainda não prevê, como é o caso da readaptação. Nesse sentido, há um duplo estrangulamento, pois o cálculo dos 20% tem incidido sobre o número de docentes efetivos em exercício, ou seja, quantidade já diminuída pela ausência dos aposentados.

As consequências mais imediatas do processo acima descrito são, dentre outras, a elevação da carga horária de aulas, e a precarização da política de qualificação docente dos professores dos CAPs, na medida em que esses trabalhadores têm que se colocar diante da administração direta de dilemas que não são de sua responsabilidade, tais como o conflito entre o direito de afastamento para qualificação e o direito à licença saúde. O contingenciamento de vagas de efetivos e substitutos provocado pela crise dos CAPs criada artificialmente pelo governo (pela existência de uma Portaria “caduca” e pela ausência do Banco de Equivalência, dentre outros fatores), mantém esse cenário sem previsões de superação. Embora tenhamos mencionado aqui a questão da ausência do Banco de Equivalência como causa para os problemas de reposição do quadro docente do CAPs, devemos reconhecer dois pontos importantes no âmbito dessa discussão. O primeiro é que, historicamente, o movimento sindical não defende o chamado “banco de professores equivalentes” como critério de reposição de vagas, estas devem ser garantidas, em função das demandas e dos projetos das IFEs, para que as mesmas exerçam sua autonomia prevista constitucionalmente. O segundo é que independente desses “bancos” ou de outros critérios que o governo queira adotar, deve ser garantido a reposição de vagas de aposentados e uma “equivalência real”, que muitas vezes, não é correspondida por essa equivalência artificial oriunda da lógica dos bancos de professores equivalentes que são utilizados hoje para universidades e IFETs.

Obviamente, reconhecemos que a situação atual dos CAPs, reflete mais uma das facetas da forma como o atual governo lida com a Educação no âmbito de suas prioridades orçamentárias, de modo que a Educação Pública não se revela efetivamente como uma delas¹¹. Nesse sentido,

¹¹ Nessa afirmação, estamos referenciados na reivindicação do movimento docente pelos 10% do PIB para a Educação Pública, dentre outras bandeiras históricas. Nesse contexto de reivindicação,

é preciso resistir a esse processo, para que os Colégios de Aplicação não sejam reduzidos a lógica dos “Escolões” e lutar pela reversão desse quadro de crise dos CAPs e pela manutenção do caráter universitário dessas instituições, posto em sua concepção. Esta que, contraditoriamente, é reivindicada pelo próprio governo em suas normatizações, embora o mesmo retire gradativamente as condições para que essas escolas materializem seus objetivos.

Entendemos, ainda, que a luta permanente pela melhoria das condições de trabalho docente nas universidades, é o ponto estratégico central para que possamos articular as táticas de resistência a esse processo de precarização educacional mais amplo, que afeta de forma específica os professores das IFES lotados nos CAPs, mas referenciada no mesmo contexto de precarização do trabalho docente que atinge os professores das universidades e demais instituições de ensino públicas desse país.

TR - 45

O 33º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN:

1.1 reivindique junto ao governo federal uma solução para a reposição do quadro docente dos CAPs, e um esclarecimento dos critérios de distribuição de vagas, e sobre a ausência de um banco de professor equivalente para os CAPs;

1.2 reivindique a revogação da Portaria Interministerial n.253 de 26 de Julho de 2011 que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária a afeta diretamente as condições de trabalho docente dos CAPs;

1.3 exija do MEC esclarecimentos com relação à crise dos CAPs e cobre solução para os problemas emergenciais destes colégios, sobretudo no que se refere a reposição do quadro efetivo.

TEXTO 46

Contribuição da Assembleia Geral da ADCEFET-RJ Seção Sindical

POR UM DEBATE ACERCA DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO, EM ESPECIAL, SOBRE AS PROPOSTAS PARA SUA REFORMULAÇÃO

TEXTO DE APOIO

O ensino médio tem sido considerado por um grande número de gestores e educadores e, em especial, na divulgação da grande mídia, como a etapa da educação com maiores dificuldades para cumprir sua função educacional e para garantir o direito social da população previsto na Constituição Federal. Encontramos uma diversidade de explicações, de pessoas com vários ideários e concepções diferentes, utilizadas para justificar este quadro de dificuldades apresentado pelo ensino médio: recursos financeiros insuficientes, ausência de infraestrutura, falta de professores capacitados, proposta pedagógica inadequada e até atributos negativos dos estudantes. Entretanto, poucas vezes considera-se nessa análise a história de exclusão e desigualdades sociais do Brasil. Nesse projeto societário, a educação é um fator determinante da reprodução social, em particular, o ensino médio, entendido como etapa decisiva da trajetória individual ao final da educação básica.

denunciamos a utilização de verbas públicas em virtude de qualquer implementação da recém aprovada Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013 (Lei das Comunitárias de Educação Superior - ICES).

Em resposta ao “surpreendente” fracasso do ensino médio, muitas soluções são apresentadas como proposições para a “salvação” e correção das distorções presentes nessa etapa educacional. Muitas delas carecem de uma análise mais profunda e consistente da realidade do ensino médio brasileiro. Geralmente são proposições baseadas em diagnósticos quantitativos e sem a legitimidade das comunidades escolares (gestores, professores e estudantes). Lamentavelmente, a maioria dos “bem intencionados formuladores” é incapaz de perceber as consequências desastrosas de suas proposições para garantir o direito a um ensino médio de qualidade para todos.

O ensino médio não ficou em crise ou mesmo está fracassando. Ele nunca existiu como previsto em lei e não foi garantido para a maior parte de jovens dos setores populares. A expansão das matrículas do ensino médio no Brasil (nas últimas três décadas) não foi acompanhada das condições mínimas para a sua efetivação. Tampouco foi articulada a uma proposta pedagógica adequada aos novos sujeitos que conquistaram (ou poderão conquistar) o acesso a essa etapa. Em termos quantitativos, ocorreu uma grande expansão, de mais de 5 milhões de matrículas (período de 1991 a 2004), no ensino médio regular; em seguida, houve uma redução de 800 mil matrículas entre 2004 e 2007 (só São Paulo reduziu 300 mil matrículas) e uma estabilização no número de matrículas entre 2007 e 2012 (Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). O que não mudou foi a falta de uma oferta de qualidade para grande contingente da população. A Escola de ensino médio produziu uma inclusão excludente, pois não garantiu o real direito à educação, apesar da conquista da ampliação do acesso às escolas. Trata-se ainda, portanto, de construir as bases materiais e uma política educacional que garanta o direito de todos ao ensino médio de qualidade. Pensar uma sociedade igualitária, livre e justa significa garantir uma educação básica até o ensino médio com a mesma qualidade para todos os brasileiros, independente de suas condições sociais e econômicas.

A melhor chave de leitura para entender esta situação ainda é, hoje, a percepção da existência de dualismo estrutural no ensino médio em uma sociedade de classes, ou seja, uma sociedade que produz desigualdades sociais e se utiliza das ofertas de propostas escolares diferenciadas para grupos sociais diferentes para manter e garantir a reprodução social. Não se questiona o ponto de partida da produção das desigualdades, mas se propõe analisar soluções com base nos problemas atuais do ensino e das deficiências dos sujeitos (“pessoas sem competências”), valorizando-se o ponto de chegada (por intermédio de resultados de exames padronizados) ao final do ensino médio. Na expansão quantitativa, o dualismo estrutural oferecia, uma formação profissional imediatista e aligeirada para os setores populares e um ensino médio com a “educação humanista”, para a continuidade dos estudos (propedêutica) na educação superior, a um pequeno grupo com situação social privilegiada. A expansão de matrículas no ensino médio mudou a realidade e produziu uma mudança estratégica. Hoje prevalece um novo dualismo: uma educação com um ensino de qualidade para um pequeno grupo (longa trajetória de formação) e uma educação geral sem qualidade para os setores populares, oferecido nas escolas públicas estaduais (curta trajetória de formação).

É necessário fazer uma análise crítica das proposições realizadas que objetivam resolver os problemas do ensino médio. As mais divulgadas na mídia e que ganham força atualmente no poder executivo e legislativo (federal e estadual) são as propostas dos “intelectuais” que também estiveram presentes nas reformas liberais do ensino médio na década de 90. Em síntese, eles afirmam o “fracasso” do ensino médio no Brasil e o fazem (irresponsavelmente) comparando-nos com os países “desenvolvidos”, mostrando um “aparente” novo discurso, no qual predominam, entre outras: a tese da diversificação, oferta reducionista para segmentos específicos e a retomada da profissionalização estreita e utilitarista para as demandas do mercado de trabalho.

Trata-se, na verdade, de uma percepção/posição, consciente ou não, de que a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/1996), ao considerar o ensino médio como educação básica e, portanto, uma exigência para todos viverem uma cidadania plena, contrapõe-se a um modelo de exclusão e cria uma tensão social entre o proclamado e o realizado. A LDB, apesar de permitir uma grande flexibilidade curricular e valorizar a autonomia da unidade escolar, estabelece normas gerais

para um único ensino médio. No âmbito da legislação, não há caminhos diferentes para grupos sociais diferentes. A universalização proclamada obrigaria um grande comprometimento da sociedade (em especial, do poder público) na sua realização, inclusive com a destinação de recursos financeiros compatíveis com a quantidade de jovens e adultos que estão (ou deveriam estar) no ensino médio. Mas, passados 18 anos da LDB, a realidade das desigualdades de escolarização não se alterou no que se refere à ampliação de um ensino médio de qualidade para todos. Para um grupo de intelectuais (de uma vertente ideológica liberal), é mais fácil mudar o discurso e criticar a lei como um equívoco ao considerar o ensino médio como educação básica e sua perspectiva de garantir uma formação igualitária como direito de todos. Parte-se de uma realidade: as pessoas estão em patamares diferenciados de capacidades e conhecimentos e, portanto, deveríamos oferecer um ensino médio diferenciado e reduzido de acordo com a possibilidade de cada um (garantindo uma aprendizagem restrita e possível). Um velho discurso com roupa nova, inclusive com o retorno da perspectiva salvadora da profissionalização.

É neste contexto que surge o Projeto de Lei 6.840/2013, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a reformulação do Ensino Médio. Este projeto, fruto do relatório final da Comissão Especial do Ensino Médio, divulgado em novembro de 2013, propõe modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996).

O PL 6.840 apresenta pontos conflitantes com o projeto de educação defendida pelos trabalhadores da educação: pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Destacamos, a seguir, os principais pontos a serem problematizados:

- Distanciamento da proposta de formação integral.

O PL 6.840 propõe que o último ano do ensino médio seja organizado a partir de “opções formativas”, a saber, ênfase em linguagens OU em ciências humanas OU em ciências da natureza OU em matemática OU na formação profissional.

Esta proposta traz para o ensino médio a característica de especialização, distanciando-o da concepção de etapa da formação básica e, portanto, universal. A inclusão da “formação profissional” como uma das opções formativas é oposta aos projetos de Ensino Médio Integrado à Formação Técnico Profissional que vêm sendo experimentados nas Instituições Federais de Ensino. O PL, portanto, procura desconstruir o aporte legal do ensino médio integrado no Brasil e a disputa pela formação humana integral em todo o ensino médio.

Embora seja facultado “ao aluno concluinte do ensino médio cursar, no ano letivo subsequente ao da conclusão, outra opção formativa” (segundo texto do próprio PL), sabemos que, na prática, o que facilmente acontecerá é a distinção entre dois modelos de educação básica: uma formação entendida como preparatória para a continuação dos estudos no ensino superior e uma formação voltada para a inserção direta no mercado de trabalho – esta última direcionada aos estudantes oriundos de camadas populares. Configura-se, assim, uma das mais graves consequências do projeto, que é, em nome da flexibilização e diversificação do ensino médio, "naturalizar" o reducionismo do currículo oferecido para os setores populares.

- Restrições ao ensino médio noturno

O PL 6.840 propõe que somente serão admitidos no ensino médio noturno os estudantes maiores de 18 anos. Esta proposta exclui uma grande parcela de jovens que são obrigados a conciliar estudos e trabalho. Dados do IBGE baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012 mostram que 34,7% dos jovens de 15 a 17 anos estudam e trabalham, apenas trabalham ou estão procurando emprego.

Além de dificultar a formação do jovem obrigado a trabalhar, a proposta confunde os objetivos do ensino médio noturno com o da educação de jovens e adultos (EJA), que cumprem objetivos diferentes do ponto de vista da formação educacional.

- Incentivo à transferência de verbas públicas para setores privados.

No plano da educação profissional técnica de nível médio, o PL 6.840 formaliza a transferência de verbas públicas para o setor privado, ao afirmar que esta oferta “poderá ser feita em regime de parceria entre os entes federados e o setor produtivo, com vistas à ampliação das

oportunidades educacionais”. É a continuidade da utilização de fundos públicos por instituições privadas, já iniciada no Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

TR - 46

Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos, o 33º Congresso do ANDES-SN delibera que sejam tratadas como questões centrais da atuação do sindicato no ano de 2014 as seguintes ações:

1. Intensificar na base a discussão sobre as reformas na educação básica, em especial sobre o PL 6.840/2013, reconhecendo a pluralidade de setores que compõem a base do nosso sindicato.
2. Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013 no Congresso Nacional, iniciando com uma moção de repúdio ao PL retirada do 33º Congresso do ANDES-SN.
3. Intensificar na base, em especial com os professores dos Colégios de Aplicação, dos Colégios Técnicos vinculados às Universidades, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dos Institutos Federais, a divulgação e a discussão sobre o Encontro Nacional da Educação, reconhecendo-o como um importante espaço de discussão das questões apresentadas neste texto.
4. Articular com outros sindicatos de profissionais da educação e movimentos sociais e populares espaços de discussão sobre a educação básica e a educação profissional e tecnológica.

TEXTO 47

Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind).

O ANDES-SN E A UNIVERSIDADE POPULAR

TEXTO DE APOIO

Compreendemos como relevante o debate que tem ocorrido em diferentes universidades do país sobre a proposta de organização da luta pela Universidade Popular, projeto que se opõe de forma consciente a projeto hegemônico de uma universidade subordinada a lógica da reprodução da sociedade capitalista. A proposta da universidade popular se articula com a proposta do ANDES para a universidade brasileira, inserindo elementos de organização política e táticos para apresentar publicamente uma alternativa ao atual desenvolvimento da universidade brasileira. Como texto de apoio inserimos a Carta de Porto Alegre, fruto do I Seminário Nacional sobre a Universidade Popular (SENUF), que apresenta os elementos iniciais para a organização desta frente de luta na universidade brasileira.

A Universidade hoje e a Universidade Popular

Lutar por uma Universidade Popular significa compreender a necessidade de ligar as tarefas imediatas de nosso movimento com a construção de um projeto de universidade alternativo ao projeto do capital. Temos, nos últimos tempos, um direcionamento “lento e gradual” das instituições educacionais às necessidades de acumulação do capital, com uma aceleração na década de 90 e em especial no século XXI. Este direcionamento se manifesta: na reestruturação político-pedagógica da maioria dos currículos dos cursos de graduação, subordinando as iniciativas da universidade às necessidades do mercado, em detrimento das demandas da população; na entrega da estrutura física e de recursos humanos públicos para a produção de ciência e tecnologia de acordo com as necessidades da iniciativa privada, o que compromete a autonomia didático-científica das universidades; uso do dinheiro público para salvar empreendimentos universitário privados; na diminuição dos recursos públicos relativos a quantidade de vagas abertas nas universidades públicas, que aumenta a precarização e

intensificação do trabalho, diminui a qualidade de ensino, inviabiliza a manutenção do tripé ensino-pesquisa-extensão voltado aos interesses populares e incentiva as instituições a buscar outras fontes de financiamento paralelas ao Estado; nos poucos mecanismos democráticos que permitam à comunidade universitária interferir nos rumos tomados pelas instituições; etc.

A formalização deste conjunto de medidas tem aparecido em decretos, medidas provisórias, leis recentes que, por seu caráter fragmentado, ofuscam a gravidade do processo pelo qual um direito se converte em mercadoria, e uma autarquia, em tese pública e autônoma, em uma prestadora de tais serviços. Exemplos desses projetos são o decreto das Fundações, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, a Universidade Aberta do Brasil, o PROUNI, o REUNI, o chamado “Pacote da Autonomia”, e mais recentemente projetos como a lei 7.423, o PL 1749/11 (antigo MP 520) e a lei 12425 (antiga MP 525) que tratam, respectivamente, da relação das universidades com as Fundações “ditas” de Apoio, da gestão dos Hospitais Universitários (HUs) e da possibilidade de ampliação dos contratos temporários nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Este processo nos leva a concluir que o projeto hegemônico para a universidade brasileira é global e dinâmico, e que nossa tarefa de questioná-lo e contrapô-lo exige que trabalhem não somente a partir de ações pontuais e reativas a seus avanços, mas principalmente a partir da formulação de um projeto alternativo igualmente global. O desenvolvimento desse projeto, a que chamamos popular, e sua construção cotidiana na 1ª Os textos que introduzem os pontos “A Universidade hoje e a Universidade Popular”, “Ciência e Tecnologia”, “Autonomia e Democracia”, “Formação Profissional e Educação Popular” e “Função Social da Universidade: pra que (m)?” foram tirados da *Cartilha Preparatória*, com pequenos ajustes, e já representam um acúmulo e um consenso construído antes mesmo do Seminário em si. O texto que introduz o ponto “Acesso e Permanência” foi proposto pela Comissão de Sistematização do 1º SENUP e representa uma discussão feita durante o próprio Seminário, seja nas mesas os Grupos de Discussão (GDs). Todos os eixos que seguem os textos foram aprovados por consenso em todos os GDs e na Plenária Final do evento. universidade e fora dela são os eixos de nossa luta. É necessário, por isso, situar em que patamar se encontra a construção desse projeto popular para a universidade.

A educação não é determinada somente pelas instituições formais (escolas, universidades, escolas técnicas etc). Estas são uma parte importante na totalidade dos processos educacionais, mas somente uma parte. Temos, assim, a seguinte equação:

1) temos os **processos educacionais como um todo**. Falamos de um sistema de internalização de valores, hábitos, princípios morais e éticos da sociedade vigente, especialmente de sua classe dominante. Isto significa que estamos falando de indivíduos sociais que, mesmo não tendo qualquer nível de escolaridade, também são educados pela sociedade e levados a assumir seu ponto de vista de forma “natural”. O egoísmo, o individualismo, que se afirmam na tendência a resolver problemas sociais de forma privada, a desumanização, indiferença em relação à barbárie social e o sofrimento humano são apenas exemplos de como a sociedade nos educa a aceitar um modo de vida social tão absurdo, e isto independe da escolaridade;

2) e temos as **instituições educacionais**. Aí, os indivíduos sociais já são induzidos a uma aceitação ativa das normas sociais pré-estabelecidas. Tanto mais ativa será esta aceitação, quanto mais elevado o nível de complexidade de que estamos falando. Na universidade, chegamos ao entendimento da gênese abstrata de conceitos e teorias que asseguram a legitimação e a reprodução da ordem vigente.

A mediação entre os dois pontos acima já nos leva a um elemento necessário para nossa luta: ela se insere dentro da luta social em geral, o que faz com que a universidade não possa ser transformada de forma permanente por si só, assim como ela, por si só, não pode empreender uma alternativa emancipadora radical. No entanto, isso tampouco nos leva a dizer que a universidade é um “caso perdido”, pois, sendo ela uma manifestação de toda a estrutura social e de seu processo educativo, isso significaria abdicar da possibilidade de qualquer transformação social, dentro ou fora da universidade. Pelo contrário, devemos reconhecer essa instituição

como um “caso em disputa”, como parte do processo mais amplo de disputa ideológica e material da sociedade. Se as universidades exercem um papel crucial para a reprodução da ordem vigente, também exercem para a resistência e para proposição alternativa, a partir de uma disputa “de dentro para fora” e “de fora para dentro”.

Acreditamos que na realidade brasileira, é fundamental a resignificação da palavra povo. Em um país onde a revolução burguesa ocorreu de cima para baixo, divorciada de uma revolução nacional e democrática, combinando autocracia e dependência com uma modernização conservadora e uma democracia restrita e para as elites, as alternativas populares se divorciaram completamente do bloco de poder dominante, que se tornaram antagônicos entre si. É nesse bojo que se encontram algumas lutas fundamentais de nosso povo, como pela reforma agrária, reforma urbana, pela estatização de empresas estratégicas, etc. A luta pela Universidade Popular, então, se liga a um conjunto de tarefas imediatas da luta “dentro da ordem”, de abertura de espaço democrático e conquista de hegemonia popular e que, ganhando vitalidade enquanto movimento, deverá caminhar para uma luta “contra a ordem”. Dessa forma, o debate em torno de uma Universidade Popular se revela muito mais do que uma oposição às “reformas” universitárias atuais, visto que se insere na reflexão ativa sobre outro projeto de sociedade, a ser protagonizado por todos setores explorados e oprimidos pela sociabilidade vigente.

Como princípios, defendemos:

- Articular a luta por uma Universidade Popular com a luta pela Educação Popular em geral, propondo a horizontalidade no saber, uma formação plena (contra a fragmentação do conhecimento), e pela produção de conhecimento para as classes trabalhadoras e pela transformação social;
- A universidade popular deve constituir-se pelo povo e para o povo, objetivando a transformação social para a emancipação humana.

Táticas:

- Constituição de um Grupo de Trabalho Nacional sobre Universidade Popular no intuito de dar continuidade a esta construção. Ele será composto inicialmente pelos mesmos convocantes do 1º SENUP, buscando agregar mais organizações e manterá o método consensual de trabalho e organização;
- Constituir e fortalecer na base do movimento grupos de trabalho pela universidade popular;
- Construção de agenda mínima nacional para articulação da luta pela Universidade Popular;
- Construção de um 2º Seminário Nacional de Universidade Popular.

TR – 47

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre Universidade Popular na busca de fortalecer os laços do movimento docente com os movimentos sociais que lutam por um desenvolvimento universitário voltado para os interesses das classes trabalhadoras. Como medida inicial desta orientação sugerimos a incorporação do ANDES nos espaços de debate sobre a universidade popular em especial na organização do II Seminário Nacional sobre a Universidade popular, com data prevista para Agosto de 2014.

TEXTO 48

Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG SSind); Eliane Soares (ADUFU SSind) Lucinéia Scremin Martins (ADUFG SSind), Ricardo Lara (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)

AS CENTRAIS SINDICAIS E O ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) de 2010, que transformou a CONLUTAS em CSP-CONLUTAS, realizado em Santos, não logrou conquistar a necessária unidade no movimento sindical classista, que durante a última década esteve profundamente fragmentado. As esperanças de uma unidade necessária entre aqueles que se colocam na defesa do classismo, da combatividade, a autonomia e independência sindical, terminou frustrada. A necessária união dos setores combativos da classe trabalhadora se constitui num objetivo essencial para a constituição de um bloco de forças populares contra hegemônico.

O desfecho do CONCLAT, com parte significativa dos delegados se retirando antes do seu encerramento, indicou os limites de um ciclo sindical que teve seu início com a fundação da CUT. A ascensão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no início dos anos 80, a sua constituição massiva e de luta na década de 1980, o início de seu declínio socialdemocrata e burocratizado da década de 1990, e a consolidação do sindicalismo de conciliação, ligado intimamente à ordem autocrático burguesa nos anos 2000, não são o capítulo único de uma história que necessita ser resgatada.

É necessário resgatar que havia sindical movimento sindical, popular e de massas antes da CUT e do Partido dos Trabalhadores (PT). O regime civil-militar foi eficaz em conter e eliminar forças populares importantes do período, assim como promover uma censura prolongada nessa história fundamental da luta proletária e popular. A luta dos trabalhadores escravizados, o germe da luta dos trabalhadores assalariados com a combatividade e independência do anarcossindicalismo, os comunistas e as inúmeras experiências de centrais e comandos operários desde a década de 1920, as ligas camponesas e as lutas pela Reforma Agrária na década de 1960. Toda essa tradição combativa e de luta não pode ser desprezada quando avaliamos as conquistas sociais, trabalhistas e de liberdade sindical que conquistamos até hoje.

Diante desse potencial gigantesco de combatividade no âmbito da luta de classes o Estado autocrático burguês que se erigiu na condição dependente e associada aos monopólios, ao latifúndio e o imperialismo, foi obrigado a constituir a estrutura sindical corporativa de Estado nos anos 1930. Obrigar e chantagear com direitos para que os sindicatos fossem tutelados e investidos pelo Ministério do Trabalho, que esse fosse investido em forma de monopólio pela unicidade de Estado, e que contribuíssem na estrutura tributária e recebessem parte desse imposto sindical para gerir as suas “funções de Estado”, foram os elementos essenciais do chamado “sindicalismo de Estado”, que não só ainda permanecem, como foram e são constantemente fortalecidos pela ordem.

Na atual conjuntura, está em franco movimento a revitalização e intensificação da estrutura sindical herdada do passado, tendo como reflexo imediato a crescente burocratização e fragmentação do movimento sindical. A lei de “reconhecimento” das centrais sindicais de 2008, com a sua conseqüente incorporação no bojo de recebimento de parcela do imposto sindical, potencializou a criação de inúmeras centrais sindicais, assim como a guerra despolitizada por filiações e disputa por “sindicatos oficiais”. Constam no cadastro de entidades sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nada menos que 12 centrais sindicais, fora as que ainda não se inscreveram. A unicidade é imposta na base, enquanto na cúpula é exigida a pluralidade, todas essas controladas pelo Estado.

Essa determinação é importante e fundamental, mas há outras que explicam também esse quadro. Desde a década de 1990 a reacionária ofensiva do capital sobre o trabalho promoveu uma reestruturação produtiva que desconcentrou parte da produção, desempregou muita gente, e precarizou cada vez mais o trabalho. Outra, mais recente, é a falência de qualquer independência ao governo federal e o aprofundamento da conciliação de classes, que têm no ano de 2003 a sua consolidação. A postura da CUT em desorientar as bases e desmobilizá-las contra a Contrarreforma da Previdência daquele ano é só uma dos exemplos perniciosos da profunda partidização e da conciliação de classes.

A domesticação da CUT passa a se concretizar já no final dos anos 80 e se consolida nos anos 90. Desde a incorporação da formação sindical como formação profissional (Ex. Escola Sul da CUT) a adoção de estruturas verticalizadas de organização das categorias nacionais, à filiação a CIOIS (Central Sindical Internacional hegemônica pela política da conciliação de classe). No início dos anos 2000 a CUT já estava neutralizada como instrumento autônomo e independente das Classes trabalhadoras. Esta domesticação se explicita com a ascensão do PT ao Governo Federal em 2003.

Diante deste quadro os setores combativos das classes trabalhadoras se encontraram num “beco sem saída”. No início dos anos 2000 ficamos sem organização nacional capaz de aglutinar as forças classistas e combativas. A constituição da Conlutas e o surgimento da intersindical demonstram como este processo possui ritmos desiguais de desenvolvimento, sendo que no final da década nos encontrávamos (setores combativos e classistas) com pelo menos três articulações nacionais distintas: Conlutas, Intersindical I e Intersindical II.

Cabe esse desafio ao movimento sindical: ampliar a unidade daqueles que se mantêm independentes dessa ordem autocrática, e ligados as lutas mais íntimas e necessárias das classes trabalhadoras. O fortalecimento de um programa estratégico e tático, da constituição de um bloco de forças populares e proletárias, a unidade necessária nas lutas, a dissolução de vanguardismos e hegemônismos, e o embate concreto contra a estrutura sindical corporativa de Estado, são as tarefas para esse ano no movimento sindical.

Defendemos a constituição de uma Central das Classes Trabalhadoras que seja classista e combativa; independente dos patrões, do Estado e das igrejas; com uma democracia construída pela base e organizativamente autônoma em relação aos partidos políticos; que organize os trabalhadores do campo e da cidade, do setor privado e do setor público, bem como “formalizados” e “precarizados”. Sabemos que esse processo não é imediato, mas é necessário construirmos essa bandeira de unidade com os setores mais combativos e consequentes do movimento sindical. Essa Central das Classes Trabalhadoras deve assumir um programa de profundas transformações sociais que combine soluções para as necessidades emergenciais mais sentidas do povo trabalhador com a acumulação de forças na formação de um bloco proletário e popular organizado e mobilizado em torno de um projeto com um horizonte socialista (e não fique amarrado às ilusões da conciliação de classes e à administração da crise do capital).

Em março deste ano se realizará o *Congresso Nacional de Fundação da Central*, organizado e convocado pela Intersindical, pelo MAS e pela TLS, será realizado em São Paulo, capital, entre os dias 28 e 30 de março de 2014. Esse será um momento fundamental para debater a necessária unidade das organizações sindicais combativas.

TR - 48

1. Defendemos que o ANDES Sindicato Nacional participe do *Congresso Nacional de Fundação da Central* em março desse ano, sem prejuízo da sua participação na CSP-CONLUTAS, e que passe a debater a necessidade de ampliar o arco de alianças entre os setores combativos.

TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

Errata ao TR 8

No TR 8, a mudança estatutária do Art. 71 está prejudicada em razão da sua revogação e da aprovação do Parágrafo 1º do Art. 21 do Estatuto do ANDES-SN, também aprovada no 32º Congresso (Rio de Janeiro, março de 2013)

TEXTO 49

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 33º CONGRESSO a homologação de seções sindicais.

TR – 49

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté – SINDUNITAU – SSind.

2 - ALTERAÇÃO REGIMENTAL

2.1 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – SINDUFPA-MAR-SSIND do ANDES-SN, que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Seção Sindical do ANDES-SN – SINDUNIFESSPA – SSind.

3 - RATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL E DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da APUG - Associação dos Professores Universitários de Gurupi - TO - Seção Sindical do ANDES-SN.

3.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a criação da Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUNESPAR Seção Sindical do ANDES-SN.

3.3 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari – SINDIFAP-SSIND do ANDES-SN.

TEXTO 50

Contribuição da Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

FINANCIAMENTO DE OBSERVADORES DAS SEÇÕES SINDICAIS “em construção” AOS ENCONTROS E CONGRESSOS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A deliberação ratificada no 58º CONAD do ANDES-SN que permite o repasse R\$ 20 mil às SSINDs em construção, sem dúvidas, vem contribuindo para avançarmos o trabalho político com maior qualidade na estrutura material da entidade.

Entendemos, entretanto, a necessidade de viabilizar, também, maior participação d@s representantes das Seções Sindicais nos Encontros (dos Setores e Intersetorial), CONADs e Congressos, pelo papel formador e articulador que cumprem. Para não ferir o princípio de autonomia e independência, que poderia ser afetado na medida em que a direção nacional financiasse participação de delegad@s, propomos participação como observador@s, e apresentamos para deliberação a TR que segue:

TR - 50

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que o GTPFS formule para apresentar no 59º CONAD uma proposta de financiamento para a participação de observadores nas instâncias deliberativas do ANDES-SN acima explicitadas.

TEXTO 51

Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND

TEMPO LIVRE NOS CONGRESSOS E CONADS

TEXTO DE APOIO

Em anos recentes, os temas ócio, tempo livre e lazer têm sido incorporados cada vez mais a pesquisas nas Universidades, associados também outros temas transversais como o trabalho, o consumo, a indústria do entretenimento, as artes e a produção de cultura.

Na sociedade atual, essencialmente voltada para os valores do trabalho, o tempo livre assume um lugar de destaque enquanto possibilidade de promoção da coesão social num momento de profunda crise das instituições que tradicionalmente tinham esse papel.

A lógica capitalista tem vindo a moldar “estilos de ser” em tempos outrora destinados ao descanso, ao divertimento e ao desenvolvimento humano, tendo mesmo concorrido para a industrialização do lazer.

Neste contexto, o tempo livre vem se transformado, adquirindo novos significados e remetendo para novas compreensões, apesar de continuar a ser um tema tão controverso quanto relevante e complexo.

Com efeito, apesar da sua incontornável necessidade, temos que o reconhecimento e a valorização do papel do tempo livre no desenvolvimento e na cultura das sociedades contemporâneas permanece difícil uma vez que os sujeitos não foram preparados para a dignidade e a importância da experiência de autonomia convocada por um tempo de “nada fazer”.

Aliás, em geral a percepção é de que o tempo de “nada fazer” é algo como um “pecado”, paradoxalmente remetendo-nos para o âmbito da subjetividade mais plena, do contato mais intenso e profundo consigo próprio e com os talentos de cada um.

Entretanto, o ócio é, por excelência, o lugar da criação, da invenção, do questionamento, da plenitude subjetiva a partir de si mesmo.

No mundo contemporâneo, a cultura do excesso e da urgência tem desencadeado nos sujeitos um forte sentimento de angústia, fragilidade, individualismo e consumismo. O culto das sensações e emoções imediatas confere o tom afetivo às vivências quotidianas, como formas de experimentação momentânea focadas num presente consumista.

O ANDES-SN, como sindicato de uma categoria de trabalhadores que se caracteriza pelo trabalho fundamentalmente intelectual, deve valorizar o tempo disponível como um espaço de criatividade por excelência, e situá-lo no contexto humano e cultural, partindo da ideia de que se trata de uma experiência integral, centrada em atuações queridas (livres, satisfatórias), autotélicas (com finalidades em si mesmas) e pessoais, embora com implicações sociais.

Sendo assim, a luta dos trabalhadores também deve expressar esse compromisso, resguardando um tempo para o descanso e para o lazer em seus respectivos eventos.

TR - 51

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que os cronogramas de atividades dos Congressos e CONADS tenham a previsão de um dia livre de atividades dos respectivos eventos.

TEXTO 52

Contribuição da Diretoria da ADUFERPE-SSind; Diretoria da ADUFDourados-SSind; Roseli Rocha (ADUEMS SSind) e Wilson Brum (ADUEMS SSind); Fátima Massena (ADUFERPE SSind); Aderaldo Alexandrino (ADUFERPE SSind)

O ANDES-SN E O APOIO À LUTA DOS GUARANI-KAIOWÁ

TEXTO DE APOIO

O seminário sobre Povos Indígenas e Quilombolas realizado no período de 01 e 02 de novembro de 2013, em Dourados-MS, constitui-se num marco para o ANDES-SN. Este marco se dá por aproximar do debate sindical a realidade histórica de exploração e expropriação de direitos aos quais estão submetidos os diferentes povos indígenas no Brasil. Durante os dois dias de debates

o Seminário propiciou a interlocução com indígenas Terena e Guarani-Kaiowá. Estes debates foram marcados pelas denúncias das violências sofridas por estes indígenas, realizadas pelos “senhores do agronegócio” com a conivência de agentes do Estado brasileiro, em seus distintos níveis da federação. Tais atos violentos se dão, sobretudo, num contexto de disputa histórica pela garantia do direito à terra. Nesta disputa, os indígenas reivindicam o retorno ao seu tekoha.

Os Guarani-Kaiowá denominam os lugares que ocupam de tekoha. O tekoha é, assim, o lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o teko, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado. Idealmente este espaço deve incluir, necessariamente, o ka’aguy (mato), elemento apreciado e de grande importância na vida desses indígenas como fonte para coleta de alimentos, matéria-prima para construção de casas, produção de utensílios, lenha para fogo, remédios etc. O ka’aguy é também importante elemento na construção da cosmologia, sendo palco de narrações mitológicas e morada de inúmeros espíritos. Indispensáveis no espaço guarani, também, são as áreas para plantio da roça familiar ou coletiva e a construção de suas habitações e lugares para atividades religiosas.

Deve ser um lugar que reúna condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégicas que permitam compor, a partir da relação entre famílias extensas, uma unidade político-religiosa-territorial. Idealmente, um *tekoha* deve conter, em seus limites, equilíbrio populacional, oferecer água boa, terras agricultáveis para o cultivo de roçados, áreas para a construção de casas e criação de animais. Deve conter, sobretudo, matas (ka’aguy) e todo o ecossistema que representa, como animais para caça, águas piscosas, matéria-prima para casas e artefatos, frutos para coleta, plantas medicinais etc.

Nessa luta contra o agronegócio e a intrusão de não indígenas, os Guarani-Kaiowá têm pago, muitas vezes, com a vida. Concentra-se nas diversas aldeias Guarani-Kaiowá um alto índice de suicídio, em boa parte juvenil, casos frequentes de alcoolismo, pela falta de perspectiva de reprodução num contexto de sustentabilidade, social, cultural, ambiental e política. Em muitos casos os indígenas estão acampados as margens das rodovias e nestes acampamentos prevalecem situações precárias, nas quais, muitas vezes, chega-se a escassez de alimentos, para crianças, jovens, mulheres e homens.

Neste enfrentamento tem sido fundamental a articulação para a luta com outros povos indígenas do Brasil e América Latina, bem como, em certas situações, a busca por assessorias jurídicas, que atuem no sentido da garantia de direitos.

Diante desta conjuntura, analisamos ser papel de um sindicato classista, como o ANDES-SN, colaborar na luta dos povos indígenas, seja com apoio político, nos diferentes espaços de sua intervenção, mas também, em conjunturas específicas, como a relatada anteriormente, colaborar financeiramente para garantir as lutas. Embora, os povos indígenas tenham conquistado direitos importantes a partir da Constituição Federal de 1988 e o Estado brasileiro tenha passado a reconhecer os índios como sociedades diferentes, muitas vezes não é isso o que ocorre na prática, como exemplo temos o caso atual da usina hidrelétrica de Belo Monte, onde os interesses capitalistas conduzidos por uma elite burguesa vêm se sobrepondo aos interesses das comunidades que na região habitam.

É fato que a luta dos índios não terminou. Frequentemente são atacados, fisicamente (com violência e por outros meios, como indução ao alcoolismo). A nível institucional os indígenas vêm sofrendo diversos ataques, principalmente, da bancada ruralista e da bancada evangélica. Temos exemplos como a PEC 215/00, que transfere ao Congresso o poder de aprovar demarcações de terras indígenas, quilombolas e de áreas de conservação, o que é, conforme a Constituição Federal, atribuição do poder Executivo. A PEC 215/00 acaba por alterar, indiretamente, o Decreto 1775 de 1996 que define como uma terra indígena é demarcada. Outro exemplo é o PLP 227/2012, que pretende criar lei complementar ao artigo 231 da Constituição Federal apontando as exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais, em caso de relevante interesse público da União. Recentemente, temos o exemplo do projeto de

lei 349/2013 apresentado pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO) no dia 2 de setembro, que visa suspender temporariamente os processos de demarcação de terras ocupadas por indígenas em processo de retomada (a senadora pretende ainda transformá-lo em PEC).

Durante o seminário em Dourados o grupo de sindicalistas do ANDES-SN, visitou a Aldeia Panambizinho, vivenciando sua realidade e ouvindo daquele povo, um pouco de suas lutas.

Nessa escuta ficou explícita a demanda por diferentes apoios, que possa viabilizar a luta dos povos Guarani-Kaiowá, por direitos constituídos historicamente, com educação de qualidade e acesso à terra, para plantar, colher, se reproduzir e VIVER.

TR- 52

Diante do exposto acima o 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

Apoiar financeiramente com a quantia de R\$ 2.000,00 por mês a Associação de Pais e Mestres da Escola Pai Chiquito, da Aldeia Panambizinho, Dourados – MS. Tal recurso deverá ser aplicado nos processos de mobilização e organização dos Povos Guarani-Kaiowá, como assessoria jurídica, apoio aos deslocamentos que viabilizem a participação em atividades políticas, bem como, em situações emergenciais, nas quais são necessários alimentos, água potável e medicamentos.

TEXTO 53

Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Morais (ADUFERPE-SSind.)

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA - APRIMORANDO O ARTIGO 53, PARA QUE SE GARANTA O RODÍZIO DE MILITANTES NOS CARGOS DA DIRETORIA NACIONAL

TEXTO DE APOIO

Ao se constituir como sindicato nacional, o ANDES estabeleceu, através de seus fóruns de deliberação, mecanismos no seu Estatuto que tinham a clara intenção de se contrapor ao modelo sindical herdado do período varguista, se organizando de forma autônoma, independente, e com uma estrutura que, ao mesmo tempo, refletisse esta política e servisse de obstáculo aos que pretendiam voltar ao velho modelo, marcado por uma burocracia que se perpetuava nas diretorias das entidades e que garantia o controle das representações dos trabalhadores pelo Estado e pelo patronato. No debate sobre as formas de organização daquela entidade que nascia na luta contra a ditadura militar, o movimento docente mostrou, de forma contundente, o seu repúdio aos expedientes que permitiam que representantes sindicais passassem a fazer “carreira” dentro do sindicato, abandonando e secundarizando a sua carreira, perdendo, cada vez mais, o contato com a sua realidade de trabalhador, e deixando de lado o contexto, as contingências e o cotidiano dos que pretendiam representar. A estrutura sindical varguista permitiu, por décadas, que os “Joaquinzões” e os “Magris”, famosos burocratas do período militar, e que defendiam apenas os seus interesses pessoais, se mantivessem em diretorias colaboracionistas e pelegas, muitas vezes agraciados com cargos no Estado. Hoje os “Meneguelis” e “Paulinhos da Força” mantêm esta “tradição”.

Esta concepção levou à inserção de um dispositivo no Estatuto do ANDES-SN (parágrafo Único do Artigo 53), que trata das condições para participar das eleições e que determina: “é vedada a

recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva”.

Este dispositivo conseguiu inibir a prática do continuísmo nos cargos do sindicato, mas, como este impedimento menciona apenas a ocupação sequencial dos cargos da diretoria nacional, isto acaba permitindo que militantes que cumpriram dois mandatos seguidos na Diretoria Nacional saiam desta, imediatamente depois, para a diretoria de sua Seção Sindical e, em seguida, voltem a concorrer para nova gestão da Diretoria Nacional, configurando justamente aquilo que o dispositivo pretende evitar, ou seja, a permanência de sindicalizados em carreiras sindicais que se perpetuam. É preciso ressaltar que as Seções Sindicais são instâncias organizativas do ANDES – Sindicato Nacional, de acordo com nosso Estatuto.

Neste sentido, esta proposta visa garantir que haja o saudável rodízio de militantes em nossas direções, impedindo uma “saída legal” que acaba viabilizando a perpetuação de militantes nos cargos e impossibilitando que mantenham contato com sua carreira docente e com aqueles que pretende representar.

TR - 53

O 33º Congresso do ANDES-SN decide:

Alterar o Artigo 53º do seu Estatuto, com a inclusão do parágrafo segundo:

“**Art. 53.** São condições para participar das eleições:

I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado;

II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar;

III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no art. 10, inciso II, deste Estatuto.

Parágrafo primeiro. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva.

Parágrafo segundo. É vedada a participação nas eleições para a DIRETORIA NACIONAL, do sindicalizado que nos seis anos anteriores às eleições tenha participado de duas gestões seguidas na DIRETORIA NACIONAL e que ao longo dos dois anos subsequentes tenha ocupado cargos de diretoria em Seção Sindical”.

TEXTO 54

Contribuição dos professores Aloízio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind), Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.)

POR UM CONGRESSO MAIS CURTO

TEXTO DE APOIO

Nos últimos anos a duração dos Congressos do ANDES-SN tem se estendido por períodos de seis a sete dias.

Sabemos que o fundamental nestes eventos é valorizar o debate político e permitir que as deliberações reflitam a vontade do conjunto de sindicalizados e sindicalizadas. No entanto, o formato atual acaba justamente prejudicando este debate e levando a “simplificações” que comprometem estes objetivos. Alguns dos problemas relacionados a isto são:

- O custo para o caixa nacional, para a Seção Sindical que organiza e para as demais Seções Sindicais é bastante elevado, considerando diárias e custos de funcionamento;
- Com este período mais dilatado, as dificuldades para a participação de filiados é bastante dificultada, pois a ausência prolongada do espaço familiar em período de férias ou a ausência acadêmica quando este Congresso se realiza em períodos de aulas tornam ainda mais difíceis a chegada de um maior número de companheiros(as);
- O trabalho intenso, ininterrupto, diário, muitas vezes em três turnos, leva as delegações a um desgaste que compromete muitas vezes a clareza e o debate político;
- As últimas plenárias, fundamentais para o encaminhamento correto das nossas lutas, acabam com quórum reduzido, em madrugadas insones, onde poucos delegados decidem o destino de boa parte de encaminhamentos.

Chama a atenção o fato de que no formato atual se debate um tema denominado “Políticas” de forma estanque, que serve de subsídio ao Plano de Lutas, mas que, no formato atual acaba tendo uma grande dificuldade para esta articulação. Não é incomum todos se perguntarem, em seções de GT ou de plenárias, se determinadas deliberações deveriam ser encaminhadas para “Políticas” ou para “Plano de Lutas”, chegando ao absurdo de se paralisar o debate político para se decidir “onde” entrar.

Neste sentido, se propõe que o Tema de Políticas seja incorporado ao Plano de Lutas e que no 34º Congresso as políticas do Sindicato sejam incluídas no Tema Plano de Lutas, reduzindo o temário do Congresso e consequentemente o tempo necessário para sua realização.

TR - 54

O 33º Congresso do ANDES-SN decide que:

Na organização do 34º Congresso do ANDES-SN o Tema de Políticas será incorporado ao Plano de Lutas, buscando-se reduzir a duração de tempo do Congresso.

TEXTO 55

Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA SSind), Raphael Furtado (ADUFES SSind), Geraldo Carvalho (ADUFPI SSind), Hajime Nozaki (APES-J FSSind), Raquel Dias (SINDUECE)

ENFRENTAR OS DESAFIOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O VII Encontro Inter-setorial do ANDES-SN realizou um importante debate sobre os desafios político-organizativos e questão da melhor forma de organização da diretoria do nosso sindicato. Achamos que duas medidas ajudariam a tornar a estrutura mais adequada aos desafios que estão colocados para nossa categoria:

1. Tornar a diretoria um colegiado sem presidente, uma coordenação. Entendemos que esta estrutura mais horizontal e menos centrada em uma única pessoa, é mais adequada para o movimento. Como exemplo, citamos não só a estrutura de nossa Central, mas também de outros movimentos sociais importantes de nosso país, como o MST, MTST, etc...
2. Adotar a proporcionalidade de chapas para a eleição do Andes-SN. Se diferentes setores se organizam e obtêm representividade dada pela base da categoria docente, através do voto direto,

não é correto que estes setores estejam fora da composição da direção do Sindicato Nacional. Entendemos que esta forma organizativa dificulta a ação de divisionistas que tentam formar outros sindicatos, como foi o caso do nefasto Proifes. As diferenças que surgirão no interior da direção são expressão de diferenças que, de fato, existem na base da categoria docente. Não é verdade, nem por um momento, que a direção do Andes é uma mera diretoria executiva que cumpre automaticamente as decisões dos fóruns. A direção do Andes é um espaço de construção e debate políticos fundamental, que formula sim política para o movimento docente, baseada é claro nos fóruns, mas que formula. Ninguém de fato pode acreditar que a diretoria do Andes-SN (ou de qualquer sindicato ou movimento) é simplesmente “tarefeira” e que a proporcionalidade iria apenas complicar a execução das tarefas.

TR - 55

O 34º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL delibera:

Realizar um Seminário sobre os desafios político-organizativos e estrutura do ANDES-SN, que aprofunde o debate e proponha modificações para o próximo congresso a ser realizado em 2015.

TEXTO 56

Contribuição dos professores Alexandre L. Gadelha, Ana Paula Medeiros, Annibal Muniz Silvano Neto, Carlos Zacarias de Sena Junior, Gilca Garcia de Oliveira,, Henrique Saldanha, Isabela Fadul de Oliveira, Lana Bleicher, Leonardo Teixeira Sousa e Osmario Rezende Leite - Sindicalizados da APUB Seção Sindical

FORTALECER O TRABALHO DE BASE E INTENSIFICAR A LUTA CONTRA A DIVISÃO DO ANDES-SN NAS SEÇÕES SINDICAIS DIRIGIDAS PELO PROIFES

TEXTO DE APOIO

O ano de 2012 marcou o movimento docente. A forte greve da categoria impulsionada e dirigida pelo ANDES-SN modificou o clima das universidades Brasileiras. Milhares de docentes que há muito tempo não iam para a luta, paralisaram as atividades para construir a maior greve da categoria docente. Impulsionada por uma onda de greves e mobilizações no campo da educação que aconteceram em 2011, os docentes iniciaram o ano de 2012 discutindo os problemas das universidades federais e a construção de uma greve unificada da educação, que se concretizou ainda no primeiro semestre e contou com o reforço da FASUBRA e do SINASEFE. Além de arrancar do governo um reajuste salarial que estava fora dos planos do MEC e do MPOG, os docentes em luta tiveram ainda uma importante vitória política: a categoria saiu fortalecida e com disposição de seguir lutando, desmoralizando a PROIFES, organização governista criada para enfraquecer o ANDES-SN.

Durante a greve, as universidades em que a PROIFES esteve à frente das seções sindicais viveram processos políticos intensos. Assembleias foram tomadas pela base, diretorias foram destituídas, sedes de seções sindicais foram fechadas para impedir a entrada dos associados, docentes fizeram a greve contrariando a determinação da PROIFES, docentes processados por diretorias proifianas. Tais fatos explicitaram para os professores que a PROIFES age como braço do governo, cumprindo o papel de dividir a categoria.

O processo político gerado pela greve resultou na vitória do ANDES-SN na ADUFC e no apertado resultado das eleições da APUB, onde a oposição só perdeu a eleição pela diferença de votos entre os aposentados, já que na base dos professores ativos a oposição saiu vitoriosa. Esse processo de desgaste da PROIFES pôde ser observado também na UFG e UFMS.

Nesse sentido, além das tarefas políticas gerais de fortalecimento da unidade dos trabalhadores; da intensificação da luta por carreira, condições de trabalho e salário; da construção de uma forte campanha salarial unificada dos SPFs, acreditamos que o fortalecimento do ANDES-SN nas bases atualmente dirigidas pela PROIFES é tarefa importante a ser cumprida em 2014. O caminho foi aberto em 2012 e acreditamos que só com a categoria em movimento é que conseguiremos completar a tarefa iniciada na greve: derrotar a PROIFES em todas as bases das Universidades Federais. Para isso, é importante que o conjunto das Seções Sindicais do ANDES-SN tenham clareza de que o fortalecimento dessas oposições é o caminho para superar o governismo na categoria.

O movimento sindical combativo se apoia historicamente na construção e consolidação das oposições sindicais. Esse processo impulsionou a reorganização que gerou a CUT na década de 80 e tem sido fundamental no crescimento e fortalecimento da CSP-CONLUTAS na luta contra a burocracia sindical. Apoiando-se nessas experiências o ANDES-SN deve criar as condições políticas e financeiras para a retomada das seções sindicais que estão sob a direção governista. A organização de grupos de oposição que defendam o projeto de Universidade do ANDES-SN, organização de seminários nas Universidades onde a PROIFES atua, o apoio financeiro através do fundo nacional de mobilização, a produção de materiais específicos para ser trabalhados nessas bases e o apoio nos processos eleitorais é um caminho que pode modificar a realidade onde há uma disputa entre o ANDES-SN e a PROIFES.

Sabemos que as saídas organizativas por si só não dão conta das tarefas que temos, mas acreditamos que o apoio às oposições como tarefa política deliberada pelo ANDES-SN, somado às lutas que faremos em 2014 poderá contribuir para o fortalecimento do ANDES-SN pela base, derrotando a política de divisão orquestrada pelo governo através da PROIFES.

TR - 56

1. O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN fortaleça as oposições sindicais das Universidades onde a PROIFES atua, apoiando suas ações pelo reconhecimento do ANDES-SN como o sindicato dos docentes do ensino superior brasileiro.
2. O 33º Congresso reconhece as oposições sindicais nas Universidades onde a PROIFES atua e sua participação como delegados eleitos pela categoria para contribuir com o ANDES-SN na sua agenda de ações e plano de luta.

**TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL,
EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES**

TEXTO 57

Contribuição do Prof. Fernando José de Paula Cunha – Sindicalizado da ADUFPB SSind.

O ANDES/SN E SUAS SEÇÕES SINDICAIS DEVEM PARTICIPAR ATIVAMENTE DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA PARA FAZER A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO.

TEXTO DE APOIO

Esta questão se coloca atual aos companheiros participantes do 33º Congresso do ANDES/SN, fundamentalmente porque no curso das mobilizações de junho e julho e depois que a presidente Dilma pautou o assunto após o pronunciamento a nação em 24 de junho de 2013 e de maneira que, ganhou inequivocamente, um amplo apoio popular como mostrou a pesquisa do Data Folha que indicava 73% da população apoiando a reforma política indicado pela presidente. Mas a mesma presidente sucumbiu e se dobrou a pressão do PMDB e depois do próprio STF, contra o plebiscito. Foi aí que a pergunta deixou de ser feita pelos institutos de pesquisa no Brasil e a mídia burguesa abafou qualquer outro resultado nesse caminho. Então os movimentos sociais, entidades sindicais, organizações populares que começaram a se reunir no bojo das jornadas de junho/julho – 2013, discutiram então a realização desse plebiscito para manter no centro do debate político a questão da necessária reforma política no Brasil.

Evidentemente que as questões necessárias para que o Brasil conquiste a soberania, para os trabalhadores conquistarem plenamente seus direitos, vida digna entre outras. É bem mais amplo que a reforma política, são necessárias as reformas: agrária; urbana, a retomada da riqueza pelo processo de reestatização das empresas privatizadas garantindo os bens naturais ao País. São todas tarefas que estão postas para serem feitas se houver disposição de dialogar com o sentimento amplo que as ruas demonstraram em junho. Mas, a reforma política em destaque, no conjunto das reformas necessárias é inequivocamente um primeiro passo que pode abrir a via para que as outras reformas sejam feitas.

Assim mais de 70 entidades (incluindo centrais sindicais, movimentos sociais, partidos políticos, organizações religiosas, movimento estudantil, institutos de pesquisa, sindicatos, movimento negro, confederações, movimento de mulheres, entre outros) somaram esforços e numa plenária realizada em setembro de 2013 com 300 participantes de todo o Brasil aprovaram a realização de um plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político a ser realizado em setembro de 2014 na semana da Pátria.

O ANDES/SN não pode se abster desse debate e tem que se esmerar para que o plebiscito aconteça e sem medir esforços. Deve orientar suas seções sindicais a se engajarem nessa luta e fortalecer o comitê organizador do Plebiscito Popular e demonstrar que Companheiro bom é aquele que luta pela unidade dos trabalhadores.

TR - 57

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a participação do ANDES-SN na organização dos comitês estaduais e municipais para o plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político e orienta suas seções sindicais e a direção nacional a se engajarem nessa luta.

TEXTO 58

Contribuição Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da ADUFPB Seção Sindical

DIREITO CONQUISTADO É DIREITO ADQUIRIDO: CONTRA A ALTERAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO DA VANTAGEM PREVISTA NO ART. 192 DA LEI 8.112/90

TEXTO DE APOIO

Deixem-nos começar pela narrativa de um acontecimento que embora tenha se dado na UFPB, nada tem de local, mas atende a uma sistemática recorrente, nos dias de hoje, nas Universidades Federais, que, em vez de exercitar as prerrogativas constitucionais da Autonomia Universitária, em um esquema de ordem unida, atendem às diretivas emanadas de cima para baixo dos órgãos burocráticos governamentais de Brasília, subtraindo direitos adquiridos de trabalhadores públicos, os docentes universitários brasileiros.

Em finais do ano passado, a exemplo de outras Universidades Federais, a Universidade Federal da Paraíba, através de sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP, alterou a forma de pagamento da vantagem assegurada pelo Art. 192 da Lei 8.112/90, adotando, como parâmetro de cálculo, a remuneração do professor associado, classe de professor criada muito posteriormente pela Lei nº 11.344/2006. Esta medida foi tomada sem prévia comunicação e muito menos diálogo com os danificados.

Os professores da carreira do magistério superior, com tempo de serviço integral, que se aposentaram até 1996, na classe de adjunto ou na de titular, foram contemplados pelo artigo 192 da Lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único), que lhes assegurou o recebimento da remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontrassem posicionados e, caso estivessem na classe de titular, com a diferença entre esta e a classe precedente.

Trata-se, por conseguinte, de direito adquirido sobre o qual a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º, inciso XXXVI, diz, expressis verbis: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”; Somente no ano de 2006 a carreira do Magistério foi modificada, com a criação da categoria de professor associado pela Lei nº 11.344/2006. Anos mais tarde, em 2012, foi sancionada a Lei 12.772/2012, modificada através da Medida Provisória 614/2013, enfim convertida na Lei 12.863/2013. No entanto, essa legislação subsequente não modifica (nem poderia modificar, face à vigência de um Estado Democrático de Direito no Brasil) os termos originais e legais do direito originado pelo Art. 192 do Regime Jurídico Único.

A modificação da base de cálculo para a atribuição do citado benefício é um manifesto absurdo perpetrado contra os docentes aposentados, o que contraria os princípios mais mezinhos do Direito, como o princípio segundo o qual uma Lei não pode retroagir para prejudicar, embora possa fazê-lo quando beneficia. Ora, a mudança de legislação, tendo ocorrido no ano de 2006, e mesmo diante da Nova Carreira Docente, instituída em 2013, vige tão somente para o futuro, segundo os princípios do direito administrativo, não podendo retroagir para modificar situação jurídica perfeita e acabada, presidida pela vigência de legislação anterior.

Portanto, a nova Lei que criou a categoria dos professores associados não poderá ser aplicada aos professores que se aposentaram com base no Art. 192 da Lei acima referida, não se justificando, portanto, que a nova legislação alcance, através desse anacronismo jurídico, uma vantagem que só pode ser calculada e parametrizada pela Lei que a instituiu.

Por outro lado, a Nota Técnica do Ministério do Planejamento na qual as Pró-Reitorias de Pessoal das Universidades Federais se baseiam para mudar a base de cálculo para a vantagem prescrita do Art. 192 da Lei 8.112/90, ocupa, certamente, o grau ínfimo na hierarquia das

normas, não podendo ser imperativa a obediência à mesma, por parte de uma instituição universitária que, embora não se arvorando em soberana, se reveste da prerrogativa que lhe é imanente, ou seja, a autonomia universitária (administrativa, financeira e acadêmica).

Em síntese, a Nota Técnica Nº 188/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP afirma “ser direito adquirido do servidor a manutenção da vantagem do art. 192, I, da Lei nº 8.112, de 1990”. Estabelece, porém, para fins de cálculo dessa vantagem, o que se prevê na Lei nº 11.344, de 2006, ou seja, que “a base de cálculo deverá ter como referência a classe de professor associado”. Ora, somente um avantajado eufemismo pode permitir que ainda se nomeie tal procedimento de “manutenção da vantagem do art. 192, I, da Lei nº 8.112, de 1990”, em razão dos flagrantes prejuízos nos contracheques dos professores aposentados, resultantes dessa mudança na base do cálculo da vantagem assegurada em Lei. Como dessa operação não resultam vantagens, mas apenas prejuízos, constitui-se este *modus procedendi* em escancarada forma de fazer retroagir uma lei para prejudicar, o que é, sob todos os títulos, inadmissível.

Considerando que, em razão dos flagrantes prejuízos nos contracheques dos professores aposentados, resultantes dessa *mudança na base do cálculo da vantagem assegurada pelo Art. 192, I, da Lei nº 8.112, de 1990*;

Considerando que este *modus procedendi* constitui-se em escancarada forma de fazer *retroagir* o que prevê a Lei nº 11.344, de 2006, *para prejudicar* os referidos professores aposentados;

Considerando, outrossim, que tal *retroatividade é, sob todos os títulos legais, inadmissível*, propomos o TR a seguir.

TR - 58

O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN assuma e coordene esta luta, atendendo os seguintes objetivos:

1. Assegurar a manutenção do Art. 192 I, da Lei nº 8.112, de 1990, na base do cálculo da vantagem prevista nessa mesma Lei.
2. Propor que as Seções Sindicais das diversas IFEs, lutem para que as IFEs, ao invés de uma obediência servil a uma mera Nota Técnica do Ministério do Planejamento, respeitem, sobretudo através de suas respectivas Pró-Reitorias de Gestão de Pessoal, pelo menos a **irredutibilidade do salário nominal**, alçada expressamente ao patamar constitucional, no inciso VI, do artigo 7º, da Carta da República.
3. Propor que as Seções Sindicais das diversas IFEs suscitem e **levem esta questão perante os respectivos Conselhos Universitários**, a fim de que estes priorizem a valorização da autonomia universitária e a obediência a princípios legais maiores do que o servilismo a uma mera Nota Técnica de um Ministério.
4. Propor que as Seções Sindicais promovam, nas diversas IFEs, **ações judiciais**, através de suas respectivas Assessorias Jurídicas, bem como **ações administrativas**, junto às Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas, a fim de preservar o direito dos professores aposentados e debelar esse esdrúxulo desrespeito às vantagens que lhes são asseguradas no Art. 192 I, da Lei nº 8.112, de 1990.

TEXTO 59

Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)

CARREIRA, PREVIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

TEXTO DE APOIO

As condições de trabalho e ensino nas IFEs se deterioram ano após ano. O governo Dilma editou a Lei 12.772/12, que cria a “nova carreira”, com perdas de direitos e imposição do Funpresp (Previdência Complementar). A Reforma da Previdência, aprovada em 2003, pelo Governo Lula (PT) está sendo aplicada para restringir ainda mais o acesso à aposentadoria e aos benefícios da Previdência e Seguridade Social, com o chamado fator previdenciário e o governo já discute novos ajustes legais, em desfavor dos trabalhadores. Não podemos nutrir qualquer ilusão no Estado, nos governos e nas suas instituições (como, por exemplo, o STF). Nossos direitos e reivindicações, como a derrubada da Reforma da Previdência, só serão conquistados pela via da ação direta (greves, manifestações, bloqueios, ocupações), através da luta e de nossas próprias forças. Jogar a confiança nas instituições do Estado (Governo, parlamento, judiciário) significa enveredar por um caminho que levará à derrota dos trabalhadores. A força da classe operária e demais explorados está na sua unidade, organização, mobilização e luta.

Efetivação dos terceirizados – A luta contra a Ebserrh evidenciou a necessidade de uma resposta aos contratos precários que parta da defesa da vida dos trabalhadores. Surgiu como resposta às contratações precárias nos HUs. Desde a década de 1990, o quadro de funcionários é estrangulado. Chegou-se a 2006 com 26 mil terceirizados. O TCU deu um prazo a Lula para resolver a questão e, no último dia, ele aprovou a MP520 que criou a Ebserrh, depois reeditada em regime de urgência pelo Governo Dilma dando origem ao PL 1749/2011. Mas esta empresa acaba com o Regime Jurídico Único, quebra a estabilidade, transforma todos em celetistas e ainda abre a possibilidade de contratações temporárias, por prazos limitados. Os funcionários hoje contratados de forma temporária, porém, não podem ser jogados nas ruas, devem ser incorporados como servidores públicos e ter a estabilidade garantida. Não devemos pautar nossas reivindicações apenas nos limites do que a lei permite, as leis pertencem ao Estado de classe, não são neutras, em última instância, expressam a dominação da burguesia. Devemos defender incondicionalmente a vida das massas trabalhadoras.

TR - 59

O 33º Congresso do Andes delibera por:

1. Defesa de Previdência e Seguridade Públicas. Pela derrubada da Reforma da Previdência! Derrubada da Lei 12.772/12 que acentua a precarização da carreira docente.
2. Que nenhum trabalhador seja demitido. Unir efetivos e terceirizados. Que os terceirizados sejam incorporados como servidores públicos.

TEXTO 60

Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)

RESPONDER À CRISE COM A DEFESA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA MAIORIA EXPLORADA

TEXTO DE APOIO

As tendências recessivas mundiais da crise de superprodução vêm arrastando o Brasil. A década de estabilidade econômico-financeira, de crescimento e de acúmulo de reservas cambiais está servindo de amortecedor para as pressões da crise mundial capitalista. Mas a capacidade de reagir aos brutais impactos da crise de superprodução tem se reduzido. De conjunto, todas as economias se desaceleram. A retração não mais permite a quase unanimidade burguesa em torno da política econômica que prevaleceu sob o governo de Lula. Política essa que se caracterizou por dar um salto no endividamento da população, incentivar o consumo, favorecer grupos empresariais, franquear a importação de capitais e avançar a penetração multinacional. O estreitamento do mercado mundial e o recrudescimento do protecionismo sufocam a economia brasileira, que vinha recuperando terreno perdido nas décadas anteriores já mencionadas. Tais mudanças precipitam as disputas interburguesas em torno da política econômica do governo de Dilma Rousseff. O grande capital determina o rumo da política econômica e o teor das medidas. O governo procura se adaptar, considerando os interesses gerais da classe capitalista. No caso, conforme o desenvolvimento da crise. O governo petista procura equilibrar essas forças burguesas que se movem por interesses particulares. A crise geral do capitalismo obriga o imperialismo a aumentar o saque das riquezas nacionais das semicolônias. Esse é o problema fundamental por onde se manifesta e passa a crise interna do Brasil.

As medidas de proteção à oligarquia industrial, agroindustrial e financeira não apenas não servirão à defesa do País, como o tornarão mais vulnerável à crise de superprodução e à destruição maciça de forças produtivas. O desenvolvimento da crise econômica tende a acentuar a crise política. Nesse quadro, os trabalhadores estão desarmados quanto à sua organização e capacidade de mobilização. Os acordos de flexibilização do trabalho e a conivência com as manobras das montadoras, que, finalmente, resultam em demissões são a prova cabal de que os sindicatos estão nas mãos de uma burocracia reacionária. A CUT se transformou em carro-chefe da estatização dos sindicatos em níveis nunca vistos, facilitando o divisionismo organizativo e fortalecendo ao seu lado a fração direitista representada pela Força Sindical. O sindicalismo burocrático serve de canal de expressão aos interesses materiais das multinacionais e às posições políticas do grande capital nacional. O controle dos sindicatos e das centrais pela casta de sindicalistas profissionais constitui uma poderosa trava à tarefa de unificar a classe operária regional e nacionalmente. E tem conseguido bloquear a luta nos principais núcleos da classe operária. Mas o ascenso operário nas obras do PAC, com manifestações por meio de revoltas, mostram o caminho que o proletariado seguirá no curso do desenvolvimento da crise, e que o colocará em oposição à burocracia conciliadora.

E temos visto um recuo do movimento camponês, que apoiou a eleição dos governos petistas e que sofre com o estrangulamento da reforma agrária e a ofensiva repressiva dos capitalistas, que ficam impunes. Com os sindicatos operários estatizados, torna-se mais difícil estabelecer a aliança operário camponesa, necessária para levar a luta pela terra até a vitória sobre o latifúndio. O movimento estudantil tem enfrentado a política dos governos federal e estaduais de favorecimento à privatização, elitização, precarização e maior ingerência sobre as universidades. Mas enfrenta a repressão governamental e falta de centralização e unificação das lutas.

A crise geral capitalista e seus reflexos na economia brasileira constata a atualidade do Programa de Transição da IV Internacional. Trata-se de aplicá-lo de acordo com o desenvolvimento da luta de classes, que mundialmente entrou em uma etapa de vigorosa atividade. Não se devem desligar os acontecimentos protagonizados pelo proletariado europeu e de outros países com os do Brasil. Não se tem apenas a ampliação da crise de superprodução, mas também os conflitos de classe e nacionais, em várias partes do mundo. Destacam-se os levantes populares e as guerras civis no Norte da África (Tunísia, Líbia e Egito) e Oriente Médio (Síria, Palestina, etc.) e greves e manifestações na Europa Ocidental. Na Argentina e Bolívia, o agravamento da crise política e o movimento das massas vêm num crescente. É de se esperar que a crise avance sobre a América Latina. Não se pode precisar o ritmo, mas, pela extensão dos conflitos das forças produtivas com as relações de produção e com as fronteiras nacionais, não é difícil que possa dar saltos. Em qualquer parte que a crise econômica abra caminho para a crise política, logo expressa seu vínculo internacional com as necessidades dos explorados do mundo todo. A defesa das necessidades mais elementares da maioria se choca com o conjunto da classe capitalista e, particularmente, com o grande capital nacional e multinacional. A situação de crise e de ataque à vida das massas exige a oposição revolucionária ao governo Dilma, a partir da defesa das bandeiras e métodos de luta que permitem unificar e centralizar as massas em defesa de suas necessidades mais imediatas e ligar essas lutas à necessidade de destruição revolucionária do capitalismo e edificação do socialismo.

TR - 60

O 33º Congresso do ANDES delibera por:

1. Levantar sistematicamente as reivindicações que protegem as massas da exploração e da decomposição do capitalismo – salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego, jornada de trabalho para a juventude compatível com a jornada nos estudos.
2. Lutar por Saúde pública e gratuita, por meio da Estatização do sistema privado de saúde, sem indenização e constituição de um sistema único, público, gratuito, sob controle operário.
3. Defender a Educação pública e gratuita – Estatização do sistema privado de ensino, sem indenização e constituição do sistema único, público e gratuito, científico, vinculado à produção social, sob controle dos que estudam e trabalham.
4. Habitação a todos – Garantia do Estado de que nenhuma família fique sem-teto. Construção de moradias populares, sob o controle operário. Estatização das grandes empresas de construção, sem indenização e obras públicas voltadas para a população.
5. Segurança pública popular – Desmantelamento da segurança privada: da polícia, da tropa de choque e de todo corpo de segurança do capital. Constituição de milícias populares.
6. Em relação à luta pela terra: defender a expropriação sem indenização dos latifúndios; nacionalização das terras; cumprimento da reivindicação camponesa de reforma agrária com proteção estatal ao pequeno produtor, organizado em comitês agrários e em cooperativas.
7. Lutar pelo fim da opressão étnica defendendo as reivindicações indígenas, inclusive quanto a seu direito de autodeterminação, que pressupõe que possa se separar do Estado brasileiro.

TEXTO 61

Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind.), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind.)

CONTRA A OFENSIVA REPRESSIVA

TEXTO DE APOIO

A necessidade de a burguesia, por meio de seu Estado e das burocracias universitárias que encarnam sua política avançarem na destruição de direitos e acentuarem a mercantilização da saúde, educação e previdência social impõe o aumento da repressão aos movimentos sociais, de forma policial e judicial. As jornadas de junho evidenciaram as inúmeras formas de repressão, com violência policial, criminalização judicial, em que lutadores são considerados como componentes de quadrilhas. Os jogos da Copa estão sendo usados para a criação de uma legislação “antiterrorista”, que amplia as punições, definição de crimes inafiançáveis e impõe estados de exceção, com restrição aos direitos de organização, expressão e manifestação. A violência no campo amplia-se com o choque entre os interesses das multinacionais que dominam o agronegócio, as grandes construções e mineradoras e a maioria oprimida formada por operários, camponeses, indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Jagunços atuam livremente, e o Estado além da cumplicidade contribui com a repressão por meio da polícia, judiciário e Força Nacional.

Nas universidades, a repressão política é um ataque à escola pública e ao direito de todos à educação. É um ataque às bandeiras e métodos de luta. São ilustrativas a repressão aos estudantes da USP, Unifesp, UFMT, a perseguição à professora Bia Abramides da PUC/SP, os processos impetrados pelo Proifes contra o professor Ricardo Antunes e da direção da APUB contra integrantes do comando de greve da UFBA. É preciso combater os ataques ao direito de greve, que se generalizam em todos os setores que se colocam em luta. Além das pesadas multas, há a interferência da justiça obrigando a manutenção do funcionamento de serviços em percentuais que na prática impedem a paralisação dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

TR - 61

O 33º Congresso do ANDES delibera por:

1. Defender a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para combater a violência reacionária da burguesia. Responder com as bandeiras de fim da PM, dissolução do aparato repressivo e de constituição dos Tribunais populares para punir os crimes da burguesia.
2. Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. No âmbito universitário, que o ANDES trabalhe pela constituição de Comitês Locais, Estaduais e Nacional contra a Repressão, lutando pelo fim dos processos políticos, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades.
3. Lutar em defesa do direito irrestrito de greve, pelo fim das medidas antigreve do governo e da Justiça!

TEXTO 62

Contribuição do prof. Murilo Antonio Rodrigues de Andrade Filho – sindicalizado da ADCEFET-RJ SSind.

CENÁRIO: CONGRESSO NACIONAL COM MAIORIA ‘FRANCISCANAMENTE’ FORMADA APROVA EMENDAS CONSTITUCIONAIS (A PARTIR DA EC41/03). TUDO ISSO, EM ESTREITA ARTICULAÇÃO COM A CRIAÇÃO DAS NOVAS CARREIRAS (LEIS 11784/08 E 12772/12). QUEM PAGA O PATO? RESPOSTA: OS APOSENTADOS, OS PENSIONISTAS E OS RECÉM-INTEGRADOS À CARREIRA. QUEM NOS DEFENDE? RESPOSTA: ATÉ AGORA NINGUÉM !!!

TEXTO DE APOIO

Nossa indignação decorre dos conceitos que se cristalizam a respeito do servidor público aposentado, cujas demandas serão daqui pra frente questionadas à sombra de uma crescente e preocupante espiral. Muito das críticas que apontamos nessas linhas é reflexo do vilipêndio praticado, anos a fio, contra aqueles que se aposentaram pela CLT. Com o passar do tempo foi se consolidando essa onda de reações hostis que se voltaram contra conquistas históricas do servidor, dentre as quais a estabilidade e a paridade. Ao contrário de estender benefícios aos aposentados do regime geral a correlação de forças não nos tem sido favorável, tanto que direitos e garantias do servidor duramente conquistados, têm sido sorrateiramente podados. Faz parte dessa estratégia a pirotecnia acerca do enquadramento posterior à criação de uma “nova carreira”. Uma carreira que sequer era cogitada pelo histórico movimento docente. Não foi mero acidente que o braço sindical do governo estivesse alinhado com esse projeto que irrompeu na esteira das Emendas Constitucionais a partir de 2003. Com a criação da carreira EBTT através da Lei 11784/08, semelhante às peças de um puzzle, as maldades encomendadas começaram a se encaixar de forma bem ajustada, tal qual um sofisticado *encaixe enzimático*. As razões que levaram o governo a mudar o regime de previdência dos servidores públicos é muito conhecida. Baseia-se no aumento da expectativa de vida do brasileiro e no *deficit* de R\$ 60 bilhões oficialmente apresentados. Os operadores desses números ainda acrescentam a sombria estimativa de que a esse valor deverá se agregar, a cada ano, um aumento de 10%. Enfim, a tecnocracia conclui que em pouco tempo seria impossível assegurar a retribuição integral à massa de servidores inativos. É por conta desse discurso que a partir de agora, os novos servidores estarão submetidos ao regime da Lei nº 12.618/2012, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

Nossa irritação com esse momento pode ser desdobrada em vários vértices. Evidente que o que dá causa a toda essa empulhação são os sucessivos golpes que o executivo nos impõe através da formação da maioria legislativa. É a partir da consolidação da governabilidade “franciscanamente obtida” que o governo assenta seus tentáculos pelo campo sindical forjando uma representatividade espúria que de forma matreira trai nossa categoria. E o faz de maneira cínica ao atuar sem o indispensável reconhecimento de sua legitimidade. Num outro ponto podemos perceber essa repercussão no Judiciário uma vez que a hermenêutica dos pareceres se alinham com o projeto de poder. No caso específico da greve mais recente dos docentes, um movimento que se singularizou pela vanguarda efetiva das bases e não subordinado à liderança de qualquer entidade. Vimos nos meses de enfrentamento, o ANDES/SN se reerguer depois de anos de letargia. A classe trabalhadora depois de anos tendo que enfrentar o neoliberalismo do governo FHC esperava ter um alento nos anos Lula da Silva. No entanto, mal começou o governo dos trabalhadores, oriundo das lutas sindicalistas, resolveu investir no campo onde melhor transitava. Foi exatamente na primeira Reforma da Previdência ocorrida em 2003 que surgiu a primeira fratura ideológica no governo. Uma guinada que se tornou ainda mais

acentuada em 2005 e que em 2011 colocou a definitiva pá de cal sobre as sucessivas conquistas desde os primeiros embates, ainda no período da ditadura.

Com relação ao atual enfrentamento no período pós-greve naturalmente era esperado que o ANDES/SN, voltasse suas forças para debater temas relacionados à Educação, mas que fossem além daqueles recorrentes. É indiscutível que pautar temas como privatização, mercantilização, financiamento da educação pública; precarização das atividades dos trabalhadores da educação, democratização do acesso e condições de permanência são obrigatórios. No entanto, tudo aquilo que os desvios de natureza jurídica que provocaram perdas que atingem principalmente aqueles que não têm voz é tocado de forma mansa e rasa. Esse grupo de interditados é formado por aposentados, pensionistas e os recém-ingressantes na carreira. São esses os escolhidos para se tornarem alvo maior dessa parafernália jurídica que se inicia em 2003 com a edição da EC 41.

Foi um golpe de mestre a revogação do que estava disposto, desde 15/12/1998 no texto Constitucional. É bom reparar que aquilo que um dia valeu não vale mais: art. 40, § 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. (texto do parágrafo 8º REVOGADO)

Em seu lugar a EC 41/2003 (aquela aprovada sob a presidência da Câmara um parlamentar condenado) aprovou o seguinte substitutivo: § 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

É uma mudança sutil, mas que põe por terra boa parte do que garantia a paridade, tal qual fora concebida.

Para reacender a discussão continua em vigor a Lei 8112/90 que repete o texto extraído da Carta Magna. Reparem o que reza o art. 189 - O provento da aposentadoria será calculado com observância do disposto no § 3º do art. 41, e revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Parágrafo único. São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria

Um das iniciativas, em andamento, capaz de reparar essa perfídia se dá pela interposição de ADI, junto ao STF, pedindo a anulação da Reforma da Previdência, considerada ilegal e inconstitucional com base no argumento utilizado no julgamento da Ação Penal 470 (MENSALÃO), da compra de votos de centenas de parlamentares de vários partidos em 2003. São signatários dessa Ação partidos políticos e entidades sindicais como o próprio ANDES/SN. O argumento é velho conhecido, o governo tira dinheiro da aposentadoria do funcionalismo para dar aos banqueiros em isenções fiscais e benefícios, dentre outras benesses.

No entanto a confusão está formada e, em nosso prejuízo, pois que a jurisprudência da Suprema Corte assim tem se pronunciado sobre paridade, em sede do STF dessa forma:

“A jurisprudência da Corte é no sentido de que é inviável (*) estender a servidores inativos as vantagens pecuniárias decorrentes de reposicionamentos, na carreira, de servidores ativos, com fundamento no art. 40, § 8º, da Constituição.” (RE 522.570.AgR, Rel Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 5-5-2009, Primeira Turma, DJE de 5-6-2009)

(*) É bom reparar que o Min Ricardo Lewandowski usa a expressão inviável e não ilegal ou mesmo inconstitucional.

QUANTO AO RECONHECIMENTO de SABERES e COMPETÊNCIAS...OS APOSENTADOS VÃO FICAR MAIS UMA VEZ DE FORA ?

Resta ao então rol dos excluídos disputar acesso ao instituto criado pela Lei 12772/12 em seu art.18 sob a égide de, RECONHECIMENTO de SABERES e COMPETÊNCIAS. Enfim, não há instrumento legal impeditivo para que os aposentados deixem de pleitear acesso a esse benefício. Se muito, um comentário restritivo, do recém-formado Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competência. Também o que esperar de um colegiado montado em bases funcionalistas?

Alguns pareceres jurídicos de renomados escritórios não deixam qualquer opacidade em relação a mais esse direito que se opõe a dignidade daqueles que labutaram em tempos árduos no magistério federal. Transcrevo abaixo parecer do escritório que presta serviços jurídicos ao Colégio Pedro II e que bem exemplifica esse questionamento.

É de conhecimento geral, particularmente para os servidores públicos civis da União, que várias alterações introduzidas no texto da Constituição de 1988 fizeram minguar ou desaparecer do texto legal originário (da Constituição Federal) o preceito ou princípio atinente à paridade entre servidores públicos ativos e inativos (aposentados), como inicialmente escrito. Se antes se podia considerar isso como algo pleno e até de aplicação automática, por conta da meridiana clareza da redação da Constituição, o que foi assaz reforçado pela entrada em vigor do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União - lei 8.112/90 -, o fato é que as alterações subsequentes feitas na Constituição, com direto reflexo na lei 8.112/90, trouxeram outra inflexão para o tema.

Portanto, praticamente em todas as vezes em que houve e tem havido alterações nas carreiras dos servidores públicos civis, esse assunto vem à tona. Não é diferente com a situação do professorado público federal, em todos os níveis. Aqui e acolá, no momento tal qual, com este ou aquele plano de carreira, o debate se faz presente. Tem sido a tônica dos últimos anos, a gerar, pois, grande instabilidade entre os servidores, suas expectativas e suas pretensões.

O mesmo se dá, agora, com a questão da remuneração a ser paga por conta dos "saberes e competências", como previsto na legislação de regência que é de conhecimento da categoria dos professores do Colégio Pedro II.

Considerando - e essa é uma opinião pessoal, mas ratificada por vários pronunciamentos judiciais a respeito, muito embora haja sempre mudanças de visão no Poder Judiciário em parte provocadas também pelas sucessivas alterações havidas - o fato de que o princípio da paridade não pode ser, meu juízo, de modo "seco" a sustentar igualdade de ganhos de professores em atividade e aposentados, muito embora haja carência de regulamentação específica do tema por parte dos entes e órgãos públicos, creio ser mais razoável se pensar e discutir a possibilidade de irmos pelo argumento da equidade, isto é, daquilo que diz respeito às funções e atividades exercidas por quem já se aposentou e por quem em atividade está para fins de percepção da "vantagem" instituída pelo novo regramento, pois isso me parece mais palatável e mais vendável aos administradores de plantão. A palavra paridade anda a assustar, sobretudo por conta da ausência de direito adquirido a um estatuto jurídico no serviço público. Por certo, isso deve ser motivo da devida apreensão pela categoria e pela Direção da ADCP II na hora da formulação da proposta, mas creio que, bater-se pela equidade, que encerra um conceito mais próximo de justiça à concreta situação de A em face de B, é mais factível e mais adequado nesta quadra política que atravessamos, mais próximo de um desejo de justiça igualitária e imparcial (do ponto de vista da feitura e aplicação da norma jurídica em sua concretude).

É de amplo conhecimento que a minuta que deve ser encaminhada para aprovação dos pressupostos, as diretrizes e os procedimentos a serem considerados no processo de Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, cujos benefícios retroagem a 1º de março de 2013.

Dessa forma não é de pequena importância que um Congresso que representa interesses tão relevantes da classe trabalhadora não abra um espaço para discutir com a devida responsabilidade esse tema tão caro àqueles que deram vida ao movimento sindical em tempos não menos turbulentos.

TR - 62

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

Resumir as discussões do Congresso à defesa da PEC555/06 e à revogação da Lei nº 12.618/2012 corresponde a deixar à deriva aqueles que se aposentaram depois de 2005. Quais as razões legais que impedem o aposentado da carreira EBTT de ter acesso ao RSC? Afinal, qual paridade restou?

TEXTO 63

Contribuição dos professores: Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ SSind), Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR-RJ SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ SSind), Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ SSind), Camila Daniel (ADUR-RJ SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF SSind)

TERCEIRIZAÇÕES E DESIGUALDADES NA COMUNIDADE ACADÊMICA: IMPULSIONAR A LUTA DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

TEXTO DE APOIO

Os dados de pesquisa indicam que cerca 11 milhões de trabalhadores integram o quadro dos terceirizados no país, equivalente a 22% dos 50 milhões de empregados formais. Com a segmentação cada vez maior de tarefas específicas, esses números devem continuar aumentando. Nos EUA, por exemplo, onde o processo está adiantado, a terceirização alcança 60% da produção; na Europa, 90%.¹² As Instituições de Ensino em nosso país, desde os anos 1990, vêm aprofundando as relações de trabalho com base em contratação de empresas de terceirização. É tarefa classista reconhecer, em nossa práxis, a importância da organização dos trabalhadores terceirizados e a solidariedade de classe que deve se fortalecer no espaço acadêmico.

Em nível mundial, o poder econômico forçou o processo das terceirizações de serviços no mundo do trabalho, sem debate prévio e de forma a apenas garantir os interesses do grande capital, representado pelas empresas que controlam ideologicamente o Estado. Hoje, dentre os que trabalham na universidade, assistimos, com as terceirizações, aumentarem os processos de superexploração do trabalho, figurando o trabalhador contratado em regime de terceirização, o maior prejudicado neste processo desumano.

Em nosso senso comum, que permeia as relações nas instituições de ensino, nos reconhecemos e nos organizamos em uma comunidade acadêmica. Em nossas Instituições, todos que trabalham e estudam, sem distinção, integram esta comunidade. E também a própria população, que frequenta os espaços acadêmicos por necessidades diversas.

Não deveria ser necessário afirmar, mas o trabalhador terceirizado também é integrante da comunidade acadêmica, como foi dito anteriormente, mas agora categorizando para comprometer, e assim combater o espírito corporativista na comunidade: os terceirizados,

¹² <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,mesmo-desregulamentada-terceirizacao-teve-rapido-avanco,161336,0.htm>

juntamente com os estudantes, os docentes e os técnicos administrativos, são parte de nossa comunidade.

Nesta questão central, não há como pensar em relações democráticas e justiça social, se no universo do trabalho temos companheiros(as) que compõem nossa comunidade, coexistindo na condição de empregados superexplorados, sejam pelas condições de trabalho precarizadas, seja pela remuneração pífia, ou pelos direitos trabalhistas usurpados, ou ainda pela dificuldade de organização sindical.

Quantas mazelas e quantos princípios desrespeitados em um espaço que, presunçosamente (e com empáfia, em certos aspectos), denominamos “comunidade acadêmica”. **Não existe comunidade** se o princípio da dignidade humana **não é comum** a todos que integram a coletividade. **E, decididamente, os trabalhadores terceirizados são menos comuns** do que as categorias corporativistas, que se constituíram na evolução histórica da Academia burguesa.

Os terceirizados são menos comuns, pois tem seus direitos desrespeitados constantemente, e isso é naturalizado por todos nós: essas agressões e violências não causam comoção popular, não impedem os projetos da academia de se realizarem. A Instituição de Ensino não paralisa se todo um corpo efetivo de uma empresa, ou melhor dizendo, a parte terceirizada de nossa comunidade, fica sem salários e tem seus direitos negados. Não se pratica a solidariedade nestas situações, que deveriam, com efeito, promover a união dos comuns, fomentando o classismo e o caráter combativo da militância.

Os trabalhadores terceirizados são descartáveis, pois via de regra, na “régia” administração pública, a relação da Instituição é com a empresa contratada, e não com o trabalhador terceirizado. Prevalece a letra fria da lei e dos contratos mal formulados. Essa contradição, na prática, faz com que a Academia se relacione com o empresário, que acumula lucro às custas da exploração das massas de desempregados do sistema, pois sem garantias, a rotatividade no emprego é alta e o negócio altamente vantajoso para o empresário, que pode indefinidamente contratar com baixos salários.

É com esse ser ganancioso, o empresário das terceirizações, que a Instituição de Ensino mantém contratos vultosos, e na plena consciência de que essa prática é cruel, desumana e contraditória à sua missão e objetivos históricos. Aos exploradores capitalistas: firulas e rapapés por parte dos gestores contratantes. Aos trabalhadores: procurem seus direitos. E assim sobra uma relação distante para com os trabalhadores, pois juridicamente a universidade não tem relação empregatícia direta com os mesmos. E a situação pode se agravar com a aprovação do PL 4330.

Não é raro, em reuniões oficiais sobre o problema das terceirizações, a culpa cair em cima dos próprios trabalhadores, que chegam a ser identificados como “preguiçosos” e “ruins de serviço”. Além das humilhações, os terceirizados sofrem a dupla exploração: da empresa e da Academia; e não se enquadram para fins de afiliação nas representações sindicais da “comunidade”, dificultando sua organização e emancipação. As terceirizações precisam ser combatidas, mas é preciso respeitar a dignidade dos terceirizados e contribuir para a organização e luta destes(as) nossos(as) companheiros(as) de jornada.

Nas constantes ocorrências de falência fraudulenta destas empresas, resta para a Instituição de Ensino dizer para os trabalhadores **“você devem buscar seus direitos na justiça”**. E se forem buscar amparo no sindicato, é o patrão que está lá representado, pois o sindicato é patronal. E lavam-se as mãos todos na “comunidade”, enquanto os terceirizados, desamparados, vão em busca de direitos na justiça burocrática e distante geograficamente em muitas situações, dada a interiorização de muitas de nossas Instituições de Ensino. Sem salários, sem auxílio-transporte, sem depósitos de FGTS e INSS, vão-se os trabalhadores, nos transportes urbanos de péssima qualidade, percorrer a *via crucis* do desemprego causado pelo patrão estelionatário, ladrão, bandido, malfeitor das relações humanas e trabalhistas.

Os proletários terceirizados, vítimas de empresas inescrupulosas, e com a espada do desemprego e da injustiça sobre suas cabeças, tomam chá de cadeira nos órgãos públicos da justiça trabalhista. E com fome e sede, retornam para suas casas distantes, na melhor das hipóteses, com um número de protocolo ou recibo em mãos. Nada que garanta o sustento imediato.

Abandonados a própria sorte, enquanto docentes, discentes e técnicos administrativos atuam nas atividades diversas da Instituição, em um ritmo de trabalho tocado pelo produtivismo alienante e desmobilizador, os terceirizados tem uma certeza: são menos comuns do que os demais. E até o momento, passadas mais de duas décadas de aprofundamento das terceirizações, nenhum movimento solidário e contrário ao modo corporativista de organização dos trabalhadores enfrentou de forma objetiva a questão. É preciso romper com os grilhões que atrasam a consolidação do caráter classista e combativo de nossas entidades sindicais, apresentando pautas que dialoguem com o conjunto da nossa comunidade e da classe trabalhadora.

TR - 63

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que:

1. As seções sindicais do ANDES-SN pratiquem a solidariedade de classe e indiquem paralisação das atividades docentes coletivamente, em um **Dia de Luta Solidária com os Terceirizados**, realizando atividades de formação e integração com estes(as) companheiros(as), agregando os movimentos organizados e demais entidades da comunidade.
2. As Assembleias de Docentes incentivem a participação e a rotina de informes em suas plenárias, por parte do segmento terceirizado, contribuindo para a auto-organização dos terceirizados.
3. O **Dia de Luta Solidária com os Terceirizados** seja deliberado no CONAD e que integre as atividades de luta contra a aprovação do PL4330.



Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND

POLÍTICA DE SAÚDE VERSUS SIASS

TEXTO DE APOIO

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) foi criado pelo Decreto nº 6.833 de 29/04/2009, com o objetivo de coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo.

Assim, considera-se:

I - assistência à saúde: ações que visem a prevenção, a detecção precoce e o tratamento de doenças e, ainda, a reabilitação da saúde do servidor, compreendendo as diversas áreas de atuação relacionadas à atenção à saúde do servidor público civil federal;

II - perícia oficial: ação médica ou odontológica com o objetivo de avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais; e

III - promoção, prevenção e acompanhamento da saúde: ações com o objetivo de intervir no processo de adoecimento do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho.

O SIASS está vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Paraná está estruturado em dois grupos: um compreendendo as IFES (UFPR, UTFPR e IFPR) e outro abrangendo os demais órgãos do serviço público federal.

Ainda que a concepção do SIASS tenha seus méritos, já há algum tempo que temos discutido no

Fórum de Saúde do Trabalhador, constituído pela APUFPR-SSIND, Sindicato dos Técnicos Administrativos (SINDITEST-PR) e servidores da área de saúde da administração da UFPR a problemática da implantação do SIASS, envolvendo as IFES do Paraná.

Em nosso caso, o MPOG não está aportando qualquer recurso financeiro adicional para estabelecer a infraestrutura e nem o pessoal necessário ao efetivo funcionamento do SIASS. Na prática, isto significa que a adesão ao SIASS pelas IFES do Paraná seria compartilhar a precarização dos serviços de saúde ao trabalhador já existentes entre as instituições. Assim, o posicionamento atual da APUFPR-SSIND é de que a UFPR não deve aderir ao SIASS.

Podemos supor que o tratamento do assunto por parte do MPOG não seja exclusivo para o Paraná, e então seria importante para o ANDES-SN tomar conhecimento de como anda a implantação do SIASS em nível nacional para permitir a formulação de ações conjuntas.

TR - 64

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que as Seções sindicais do Setor das IFES levantem a situação da implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) junto às reitorias das respectivas IFES para posterior discussão do assunto no GTSSA.



Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND

PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

TEXTO DE APOIO

Questões referentes à insalubridade e à periculosidade afetam o trabalho da comunidade acadêmica das instituições de ensino superior brasileiras.

A princípio, todo o trabalho deve ser realizado em condições saudáveis e seguras. Os ambientes que não atendem a condições mínimas de saúde devem sofrer intervenção e o seu uso somente pode ser retomado após garantidas de que os servidores não têm sua saúde colocada em risco no ambiente de trabalho. Nos casos em que situações de risco são inevitáveis, medidas de segurança devem ser adotadas.

Além destas medidas, todo servidor exposto a risco no ambiente de trabalho tem direito a um “adicional de insalubridade e de periculosidade”, garantido pela Lei 8112/90 que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos. Este direito, para ser atendido, depende da realização de laudos técnicos, que devem atestar a exposição do servidor a situações perigosas ou insalubres. Diversas normas regulamentadoras foram editadas com o objetivo de definir critérios, a princípio técnicos, a serem obedecidos para a concessão deste adicional.

Com o objetivo de “uniformizar entendimentos no tocante à concessão de adicionais” a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MPOG) publicou a Orientação Normativa 02 (ON2) em 2010, que foi substituída recentemente pela normativa nº 06/2013.

Estas orientações tem sido objeto de crítica de entidades de representação sindical, uma vez que elas apresentam vários elementos que são claramente ilegais ou que são inadequados ao trabalho dos servidores, além de serem omissas em situações importantes para as instituições de ensino superior e dificultar o trabalho do corpo técnico na sua atuação. E mais, essas orientações estão em descompasso com as conquistas dos trabalhadores obtidas na OIT.

É possível citar, de forma não exaustiva alguns exemplos: a necessidade de que sejam respeitadas e usadas como referência normas já estabelecidas para os trabalhadores em geral, sem ferir direitos já adquiridos a estes; a perda ou a não atribuição de adicional de periculosidade ou de insalubridade a servidores com função gratificada ou cargo comissionado; a exigência de pelo menos a metade da jornada de trabalho em exposição a condições perigosas ou insalubres, para percepção de adicional, que claramente não se coaduna ao trabalho acadêmico, seja letivo, de apoio ou em laboratório de pesquisa, incluindo servidores docentes e técnico administrativos; a necessidade da participação das entidades de classe no acompanhamento dos laudos técnicos e no estabelecimento de um cronograma de adequação dos ambientes considerados perigosos ou insalubres além do limite aceitável.

Entretanto, apesar de todos os inconvenientes causados pela ON2 e, agora pela ON6, esse tipo de normativa é aplicada em todo o Serviço Público Federal. Mesmo sendo apenas “orientação normativa”, elas têm sido utilizadas pelo Ministério do Planejamento como tendo “força de lei”, o que é incorreto. Uma instrução normativa não pode “interpretar” a legislação de forma a retirar direitos que estão garantidos aos trabalhadores. Nesse sentido, a ON2 e a ON6 ferem frontalmente artigos da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, do qual o Brasil é signatário e que foi regulamentada pelo Decreto 1254/93.

Em função de sua relevância, a temática da insalubridade e periculosidade foi incluída nos debates do IV Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador do ANDES-SN, realizado em Curitiba, em maio de 2012 e do V Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador, realizado em Fortaleza, em setembro de 2013.

Assim, considerando que a questão da insalubridade e da periculosidade atinge um número significativo de docentes, julgamos importante que o ANDES-SN, através do GTSSA, e suas Seções Sindicais discutam e aprofundem o tema.

TR - 65

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que as seções sindicais e o GTSS/A discutam as questões referentes a monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN.
2. Que as seções sindicais, em conjunto com a representação sindical local dos servidores técnico-administrativos, construam normativas locais a respeito de insalubridade, periculosidade e penosidade, a serem submetidas ao conselho superior da instituição, substituindo a ON6.
3. Que a luta pela aprovação dessas normativas locais passe a constituir um dos itens da pauta local de reivindicações.
4. Solicitar à Assessoria Jurídica Nacional uma análise sobre a autonomia dos conselhos universitários em regulamentarem localmente as questões de insalubridade e periculosidade.
5. Aprofundar o debate sobre a necessidade da construção de uma política de saúde para os professores
6. Estabelecer espaços de diálogo com os docentes acerca do tema de insalubridade e periculosidade, dando novo significado a essa demanda sob a ótica da saúde do trabalhador.

TEXTO 66

Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR-SSIND

PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS NO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Os professores estão em luta permanente pela conquista e manutenção de direitos trabalhistas e por melhores condições de trabalho, pontos que, por exemplo, foram eixos da grande greve verificada no Setor das Federais em 2012.

Ainda que estes pontos sejam centrais para toda a categoria, os professores aposentados são mais vulneráveis às ações intempestivas dos governos (Federal e dos Estados), que, em muitas ocasiões encaminham propostas que, dentre outros pontos, quebram a isonomia salarial entre ativos e aposentados.

Para o sucesso da luta sindical, é importante manter toda a categoria mobilizada e consciente do processo político que se estabelece na relação dos trabalhadores com os governos (os patrões) e, principalmente, manter a unidade entre os docentes ativos e os aposentados.

Assim, é fundamental o fortalecimento da participação dos docentes aposentados para fazermos frente às ameaças em andamento o que exige o necessário desenvolvimento de trabalho estratégico de mobilização visando integração com os docentes da ativa, no sentido de garantir defesa de direito para todos e fortalecimento do movimento docente.

Para esta finalidade, é importante ampliarmos os espaços e as ações que favoreçam a inserção dos professores aposentados no ANDES-SN e nas suas Seções Sindicais.

Outra situação que precisamos encarar é o fato de que os docentes aposentados nem sempre permanecem com a moradia próxima do local onde trabalhou. Sendo o ANDES-SN, um sindicato nacional, precisamos rever as formas de participação para que esses docentes possam continuar na luta em seus novos locais de moradia, garantindo que a seção sindical mais próxima os acolha. Isso não fere nossa organização sindical por local de trabalho, pois os mesmos não se encontram mais em uma situação ativa, mas reconhece o trabalho anterior dos mesmos e lhes dá a oportunidade de continuar participando das lutas sindicais.

TR - 66

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que as Seções Sindicais se empenhem na criação de novos espaços de participação dos professores aposentados bem como na ampliação daqueles já existentes.
2. No caso do Setor das Federais, realizar campanha visando dar conta da reivindicação dos professores aposentados de que haja o reenquadramento na carreira tendo por referência o mais alto nível nas carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme o caso.
3. Que o ANDES-SN institua uma Comissão de Estudos sobre a mobilidade dos docentes aposentados e construa proposta para a possibilidade da participação desses docentes na Seção Sindical mais próxima de sua residência, como alternativa à da Seção Sindical de origem.

TEXTO 67

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E DA DEMOCRACIA PLENA

TEXTO DE APOIO

Os estatutos das universidades são mecanismos de controles antidemocráticos. Neste sentido, o modelo de funcionamento das universidades no território nacional é destituído de controle pela comunidade acadêmica e pela população em geral.

Os supostos imperativos da “gestão” da universidade transformaram-se em um fetiche administrativo para escamotear que, às vezes, de maneira mais ou menos democrática e de outras vezes de maneira mais autoritária (como na USP), mas quase sempre em concordância com a política do MEC, que, de maneira invariável, ataca a tão combatida autonomia universitária que, apesar de proclamada na constituição, é constantemente sabotada pelas diretrizes, normativas e outras aberrações burocráticas.

A constante limitação dos orçamentos das universidades e a seguida ingerência do MEC e dos órgãos do Estado na universidade pública, não objetiva “uma regulamentação positiva”, mas, na verdade, representa sim um cerceamento a uma verdadeira autonomia universitária. As pretensas avaliações periódicas são, na verdade, instrumentos de controle das metas visando o estrangulamento da autonomia universitária.

A estrutura de funcionamento das universidades é, em geral, antidemocrática e a simples troca das pessoas, por meio de eleições, é insuficiente para promover uma verdadeira participação. É preciso colocar a gestão da universidade nas mãos dos autênticos interessados no seu bom funcionamento e desenvolvimento, isto é, a própria comunidade universitária, representada pelas três categorias (professores, funcionários e estudantes).

O regime interno das universidades públicas tem sido marcado pela completa ausência de mecanismos efetivos de participação da comunidade universitária, e praticamente nenhuma ferramenta de participação da população nos destinos das universidades.

Os processos de elaboração de estatutos para as universidades são fachadas para manter o simulacro de democracia nas universidades, mantendo no essencial a mesma estrutura autoritária e obsoleta da época da ditadura militar. As “eleições” para reitor nada mais são do que um jogo de cena entre grupos da burocracia universitária, correia de transmissão da política do MEC.

Não satisfeito com essa situação, o governo quer restringir ainda mais a autonomia e a democracia na universidade com a implementação da chamada Lei orgânica das universidades. Precisamos barrar todos os mecanismos que venham ferir a autonomia universitária, entre eles incluímos o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011) em tramitação na Câmara.

A ação em defesa da universidade pública e gratuita está ligada à mobilização pela comunidade universitária pela autogestão das universidades. A gestão tripartite da universidade possibilitará que a universidade decida sobre o seu destino em todas as áreas: acadêmica, administrativa, pesquisa, extensão, orçamentária etc, de acordo com seus interesses.

TR - 67

O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN:

1. Organize uma campanha de mobilização para derrubar a Lei Orgânica das Universidades.
2. Construa uma campanha nacional por processos estatuintes livres e soberanos.

3. Defenda a autonomia universitária e a democracia plena. Pelo governo tripartite nas universidades (professores, estudantes e servidores técnicos).

4. Organize uma campanha de mobilização contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).

TEXTO 68

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

PARALISAÇÃO NACIONAL PELA CARREIRA DOCENTE E CAMPANHA SALARIAL 2014

TEXTO DE APOIO

No intuito de fortalecer a unidade na luta no ano de 2014 e de pressionar os governos sobre as pautas da categoria, indicamos que o ANDES organize um Dia de Paralisação Nacional. Reconhecemos que o mesmo deve ser realizado antes da Copa do Mundo, indicamos que o dia 19 de março de 2014 seja o dia escolhido para esta paralisação. No mês de março nos dias 17,18, 19 terá Greve Nacional dos Trabalhadores da Educação uma oportunidade de unificarmos com os docentes da Educação Básica e fortalecermos a pauta dos trabalhadores da Educação de todo país, sendo inclusive uma excelente oportunidade para entrega das pautas aos governos.

TR - 68

O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

Organize no dia 19 de março de 2014 um Dia de Paralisação Nacional pela carreira docente e campanha salarial 2014, articulado com a Greve Nacional dos Trabalhadores da Educação.

TEXTO 69

Contribuição dos professores: Alexandro Tenório (ADUFERPE SSind.), Ana Paula Souza (ADUFERPE), Andrea Carla de Paiva (ADUFERPE SSind.), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE SSind.), Celi Taffarel (APUB SSind.), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE SSind.), Cláudio Lira Santos Júnior (APUB SSind.), David Romão Teixeira (APUR SSind.), Erika Suruagy A. de Figueiredo (ADUFERPE SSind.), Fabiana Cristina da Silva (ADUFERPE SSind.), Hulda Stadler (ADUFERPE SSind.), Irenilda de Souza Lima (ADUFERPE SSind.), Jaqueline Carvalho (ADUFERPE SSind.), José Nilton de Almeida (ADUFERPE), Mercês Cavalcanti Cabral (ADUFERPE SSind.), Moisés de Melo Santana (ADUFERPE SSind.), Paulo de Jesus (ADUFERPE SSind.), Pompéia Villachan Lyra (ADUFERPE SSind.), Rosângela Cely Lindoso (ADUFERPE SSind.) e Virginia de Almeida Aguiar (ADUFERPE SSind.)

MAIS UMA AMEAÇA À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS.

TEXTO DE APOIO

No dia 07 de novembro de 2013 a Comissão de Autonomia da ANDIFES composta por: Presidente - Reitora Ângela Maria Paiva Cruz (UFRN), Reitora Célia Maria da Silva Oliveira (UFMS); Reitora Maria José de Sena (UFRPE), Reitor Pedro Angelo Almeida Abreu (UFVJM),

Reitor Roberto de Souza Salles (UFF), Reitor Targino de Araújo Filho (UFSCar), apresentou uma Proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais que visa regulamentar a autonomia universitária no âmbito das universidades federais.

O projeto apresenta uma nova versão para um velho ataque à autonomia das universidades federais, criando uma pessoa jurídica própria para universidades públicas federais, visando uma aproximação dos mecanismos de gestão financeira e de recursos humanos das universidades públicas com os mecanismos de mercado, das instituições privadas.

O cheque-mate na Autonomia Universitária, caso o projeto seja aprovado, é a intenção de criação de “um organismo suprainstitucional, dotado de competência para coordenar e homogeneizar a participação de cada uma das universidades federais no sistema”. Esse organismo será um Conselho formado por: “I - cinco reitores de Universidades Públicas Federais, um por região do país, indicados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, observado o critério de rodízio entre as Universidades de cada região; II – cinco servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo representantes das Universidades Públicas Federais, um por região do país, observado ao critério de rodízio; III - um representante do Ministério da Educação, indicado pelo respectivo Ministro; IV - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, indicado pelo respectivo Ministro; V - um representante do Conselho Nacional de Educação, escolhido entre os seus membros; VI - um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, escolhido entre os seus membros; VII – um representante do Congresso Nacional, indicado pelo seu Presidente”.

O Conselho terá competência, entre outras, aprovar as diretrizes regentes dos estatutos das Universidades Públicas Federais e propor ao Poder Executivo o plano de carreira dos docentes e dos servidores técnico-administrativos das Universidades Públicas Federais, retirando das mãos de toda comunidade universitária (professores, alunos e técnico-administrativos) o direito garantido no artigo 207 da Constituição Federal de Autonomia, inclusive para definir seus estatutos e regimentos, além tentar assumir, com intenção de ingerência, o papel que cabe ao ANDES-SN de propor ao governo com base nos anseios da categoria e na luta histórica do movimento docente o nosso plano de carreira. É necessária a imediata luta pela rejeição desse projeto na íntegra, pela autoaplicabilidade do Artigo 207 da Constituição Federal.

TR - 69

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar uma ampla campanha de esclarecimento e pela rejeição na íntegra da Proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais que visa regulamentar a autonomia universitária no âmbito das universidades federais.

TEXTO 70

Contribuição dos professores: Alexandro Tenório (ADUFERPE SSind.), Ana Paula Souza (ADUFERPE), Andrea Carla de Paiva (ADUFERPE SSind.), Celi Taffarel (APUB SSind.), Cícero Monteiro de Souza (ADUFERPE SSind.), Cláudio Lira Santos Júnior (APUB SSind.), David Romão Teixeira (APUR SSind.), Erika Suruagy A. de Figueiredo (ADUFERPE SSind.), Fabiana Cristina da Silva (ADUFERPE SSind.), Hulda Stadler (ADUFERPE SSind.), Irenilda de Souza Lima (ADUFERPE SSind.), Jaqueline Carvalho (ADUFERPE SSind.), José Nilton de Almeida (ADUFERPE), Mercês Cavalcanti Cabral (ADUFERPE SSind.), Moisés de Melo Santana (ADUFERPE SSind.), Paulo de Jesus (ADUFERPE SSind.), Pompéia Villachan Lyra (ADUFERPE SSind.), Rosângela Cely Lindoso (ADUFERPE SSind.) e Virginia de Almeida Aguiar (ADUFERPE SSind.)

O ANDES-SN DEVE PARTICIPAR ATIVAMENTE DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA PARA FAZER A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO.

TEXTO DE APOIO

As mobilizações de junho e julho de 2013 expressaram, entre outras questões, o descontentamento do povo brasileiro com as instituições e a representação política, o que levou à presidente Dilma pautar a questão no seu pronunciamento de 24 de junho de 2013, onde apresentou a proposta de plebiscito por uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política, reforma esse que se arrasta no congresso há anos. A proposta na rua ganhou apoio popular de cerca de 73% da população, segundo dados da pesquisa Data Folha. Contudo, a Constituinte para Reforma Política saiu de pauta por pressão do vice-presidente, Michel Temer (PMDB), e do STF.

Sabemos que esse Congresso Nacional não irá pautar qualquer reforma política séria e que atenda aos interesses dos trabalhadores e dos movimentos populares e que, por si só, uma Reforma Política não resolverá os grandes problemas da Nação, mas é um primeiro passo na linha de aglutinar forças para que outras pautas sejam estabelecidas e reivindicações atendidas.

O ANDES-SN e suas seções sindicais precisam dialogar com os sentimentos das ruas? Achamos que SIM. Devemos está lado a lado com as mais de 70 entidades (incluindo centrais sindicais, movimentos sociais, partidos políticos, organizações religiosas, movimento estudantil, institutos de pesquisa, sindicatos, movimento negro, confederações, movimento de mulheres, etc.) para realizar o **Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva Soberana do Sistema Político**, num esforço de recolocar na pauta à questão do poder, não se resumindo a reforma do sistema eleitoral, e agir, na mais ampla unidade, para auxiliar na organização dos trabalhadores e do povo no enfrentamento dos grandes problemas brasileiros.

TR - 70

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar, junto com as demais entidades dos movimentos sindical, popular, de mulheres, estudantis, o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva Soberana do Sistema Político.

TEXTO 71

Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Elaine Judite de Amorim Carvalho, (ADUFEPE-SSind), Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Morais (ADUFERPE-SSind.)

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Na última década, a política de Ciência e Tecnologia no Brasil seguiu aprofundando o receituário ditado pelas agências multilaterais, voltado principalmente para os interesses do mercado e das grandes corporações. Neste período, tivemos profundas modificações na política orçamentária destinada à CeT, tanto na esfera federal quanto nos estados, sendo efetuadas também mudanças nos critérios de distribuição destes recursos, através, por exemplo, do

direcionamento e controle de linhas e projetos via editais. Tivemos reflexos importantes, dentre outros, nos recursos orçamentários para pesquisas controlados pelas IES, no sistema de pós-graduação e no trabalho docente. A articulação entre a política produtivista, as inflexões e distorções do sistema CAPES/CNPq/Fundações de Amparo à Pesquisa, a profusão de fundações de direito privado e a carreira imposta pelo governo federal em 2012 devem ser compreendidas no seu conjunto e devem ser apropriadas pelos docentes, politizando as contradições com que nos deparamos nas salas de aula e nos laboratórios e tornando mais clara a ligação entre estas políticas e nossos desafios individuais e coletivos.

No 30º Congresso os textos de algumas Seções Sindicais já alertavam para a falta de debate, a desatualização e as lacunas nas políticas do ANDES-SN, a este respeito. O debate naquela oportunidade expôs a demanda urgente para que se buscasse cobrir estas lacunas, através de uma sistematização do tema, de sua atualização e aprofundamento. Em 2011 esta demanda levou a diretoria a Organizar o Seminário Nacional sobre Ciência e Tecnologia, que deveria servir de partida para corrigir esta falta, mas que não teve seus resultados divulgados de forma mais ampla e nem resultou em alguma agenda que pudesse abordar a questão na perspectiva da classe, buscando alternativas de luta e instrumentalização para o movimento docente. Uma leitura das resoluções e proposições deste tema nos últimos eventos do sindicato mostram a necessidade premente de nos debruçarmos sobre esta atualização e aprofundamento.

Em adição a estes fatos, deve-se ponderar que as instituições federais de ensino superior contrataram um contingente de cerca de dois mil professores nos últimos anos, e a projeção é de se contratar muito mais. Certamente, grande parte destes novos concursados não teve ainda a oportunidade de acompanhar o debate sobre este assunto, no âmbito do sindicato, o que reforça ainda mais a necessidade de levar este debate para todo o professorado.

No 32º Congresso esta matéria foi debatida, mas muito pouco se avançou e as deliberações não foram encaminhadas de acordo com as decisões tomadas pela Plenária. Foi deliberado intensificar a luta pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica, bem como realizar atividades em conjunto com GT afins, para aprofundar estudos e debates sobre temáticas que subsidiassem as ações políticas do Sindicato Nacional, tais como: 1- a política científica promovida pelas agências de fomento, CNPq, CAPES, FINEP, FAPs, etc, (centradas atualmente na produção de conhecimento utilitarista e imediatista), na perspectiva de propor políticas alternativas de financiamento à Pesquisa e Extensão; 2- a avaliação em Ciência e Tecnologia nas IES e nas agências de fomento: produtivismo x qualidade; e 3- a valorização acadêmica da extensão universitária, pela sua importância social.

TR - 71

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. que o GTCeT e o GTCarreira estabeleçam um calendário no primeiro semestre de 2014, para a discussão, aprofundamento e atualização das políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios que estão colocados para o movimento docente a respeito deste tema, abordando: 1- Políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica; 2- Critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES; 3- A questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;
2. que o GTCeT elabore uma proposta de atualização da política do ANDES-SN para CeT, a partir das reuniões no primeiro semestre de 2014, para apreciação no 58º CONAD.

TEXTO 72

Contribuição dos professores Sandra M. M. Siqueira (APUB SSind), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR SSind), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN SSind)

COMBATER O DIVISIONISMO NO MOVIMENTO SINDICAL COM A DEFESA DE UM CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO DE TODAS AS CENTRAIS

TEXTO DE APOIO

A classe operária e os demais explorados se encontram fracionados em inúmeras centrais sindicais. São pelo menos sete centrais sindicais registradas e várias outras não registradas. É preciso combater essa situação que só enfraquece os trabalhadores e fortalece as burocracias sindicais que se utilizam do aparato sindical para se manter enquanto casta. Defender uma única central sindical significa defender a unidade nacional dos explorados. Cair nas disputas interburocráticas pelo controle dos sindicatos é entrar no jogo das burocracias. Para não entrar no jogo das burocracias é preciso levantar a defesa da constituição de uma única central combativa, classista e democrática, por meio de um congresso de unificação de todas as centrais, controlado pelos trabalhadores e sob a base da democracia operária.

TR - 72

1. O 33º Congresso do ANDES-SN se coloca contra o divisionismo no movimento sindical e pela unidade nacional dos explorados. Assume a defesa de uma única central sindical, contra o fatiamento da classe operária e demais explorados em inúmeras centrais. O Congresso do Andes se prontifica a realizar uma ampla campanha por um congresso de unificação de todas as centrais, sob a base da democracia operária.

TEXTO 73

Contribuição dos professores Eudes Baima (SINDUECE); Fernando Cunha (ADUFPB SSind); Paulo Riela (ADUFS SSind); Joelma Albuquerque (ADUFAL SSind); Cláudio Félix (ADUSB SSind); Tiago Lavoura; (ADUSC SSind); Humberto Clímaco (ADUFG Sind)

PELA PARTICIPAÇÃO DO ANDES-SN NA CAMPANHA DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE SOBERANA.

TEXTO DE APOIO

Considerando que os milhões que, em junho, saíram às ruas por transporte, saúde e educação públicas e de qualidade, revelaram o fosso que existe entre as instituições e a vontade do povo - sobretudo o Congresso Nacional,

Considerando que para abrir caminho às aspirações mais profundas de justiça social, como a reforma agrária, a reestatização das empresas privatizadas e 100% do petróleo para a Petrobras, serviços públicos de qualidade como transporte, educação e saúde é necessário uma reforma profunda e radical do sistema político brasileiro,

Considerando que em resposta às ruas, a presidente Dilma foi à TV propor um plebiscito para uma Constituinte específica para fazer a reforma política, mas recuou diante da sabotagem do vice-presidente Temer (do PMDB), apoiado pelo STF, pelo PSDB e pela mídia,

Considerando a decisão da Plenária Nacional de Movimentos Populares, realizada dia 14 de setembro de 2013, em São Paulo, que diz: “*partindo da avaliação da necessidade de realizar uma Assembleia Nacional Constituinte, Exclusiva e Soberana, do Sistema Político Brasileiro e ante a recusa do Congresso Nacional em aceitar um Plebiscito legal, conforme estabelece a Constituição Federal, para decidir sobre a convocação, nós, dos Movimentos Sociais listados abaixo, deliberamos realizar um Plebiscito Popular com uma pergunta única aprovada consensualmente por todas as entidades e movimentos sociais*”: “**Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?**”.

TR - 73

O 33º Congresso do ANDES-SN decide:

1. Apoiar e participar da Campanha Nacional do Plebiscito popular por uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político que se realizará na semana de 7 de setembro de 2014,
2. Integrar o comitê nacional da campanha e orientar todas as suas regionais e seções sindicais e integrarem os comitês locais,
3. Construir, participar e impulsionar atividades em conjunto com as organizações signatárias para ampliar e massificar a campanha.

TEXTO 74

Contribuição do prof. José Bezerra de Araújo – sindicalizado da ADUFCG Seção Sindical

ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS: UMA SUGESTÃO METODOLÓGICA

TEXTO DE APOIO

Os trabalhadores aposentados e pensionistas (AP) em geral representam um segmento específico da população, com características marcantes que o diferencia do conjunto da força de trabalho no que diz respeito à sua inserção na formação social capitalista. Eles, por definição, não participam da geração de mais-valia, perdendo poder de barganha na luta contra o capital por não ser possível utilizar instrumentos de luta que estancam ou reduzem o ritmo de produção.

Considerando-se que a formação social capitalista orienta-se para o lucro, neste regime de produção, os aposentados e pensionistas representam um custo social contrapondo-se à formação do lucro, aumentando o custo de reprodução da força de trabalho e reduzindo a apropriação de mais - valia.

Na regulação do regime de produção, o Estado Capitalista impõe aos aposentados a maior redução possível do seu custo social. Neste sentido, é exemplar a Emenda Constitucional nº 41/2003 (reforma da previdência), que instituiu a cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas, quebrou a paridade entre aposentados e ativos e criou outras regras draconianas para as novas aposentadorias. Mais recentemente, dentro da mesma lógica, foi criado o FUNPRESP-Exe que tem, adicionalmente, o objetivo de alargar o espaço de realização do capital especulativo.

Portanto, a luta de todos os AP inscreve-se na luta mais geral dos trabalhadores – a luta contra o capital - podendo constituir significativa parcela da mesma. Neste contexto, faz-se necessário e oportuno repensar a questão específica dos AP no ANDES, tendo sempre presente o caráter classista de suas lutas, e a necessidade de articulação entre os AP em geral e de modo particular, entre aqueles egressos do setor público.

Essa contribuição propõe o resgate da experiência do ANDES com APs, a obtenção de conhecimentos específicos atualizados sobre os AP do ANDES para balizar a formulação coletiva de estratégias de ação que favoreçam a mobilização política do segmento.

TR - 74

O 33º Congresso do ANDES delibera:

- 1.** Recomendar às ADs atualizarem informações quantitativas sobre o segmento de AP em suas IES e no quadro de associados.
- 2.** Com base nessas informações, no âmbito de cada AD, realizar um levantamento exploratório coordenado pelo ANDES, para estabelecer um perfil representativo dos APs, apontando para as estratégias de mobilização do segmento.
- 3.** Para formulação coletiva de diretrizes e estratégias de mobilização política dos Aposentados e Pensionistas apoiar:
 - 3.1** Encontros Estaduais de APs
 - 3.2** Encontros Regionais de APs;
 - 3.3** Encontro Nacional de APs.

TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES

TEXTO 75

Contribuição da Assembleia Geral da ASDUERJ

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES E IMES

TEXTO DE APOIO

O ANDES é um sindicato nacional composto por três setores: IFES, IEES e IMES e IPES. A realidade objetiva desses três setores é muito distinta. No caso das IFES, o setor é composto por um conjunto de ADs que, mesmo com pautas internas próprias, luta sobre um plano de carreira e uma política salarial única numa relação com o governo federal. Assim, pode fazer greves nacionais sobre uma mesma reivindicação, possibilitando materiais, iniciativas comuns e apoio financeiro entre as ADs. No nosso caso, das IEES e IMES, ainda que com semelhanças no que toca problemas de autonomia e financiamento, na prática, as lutas salariais, por condições de trabalho e planos de carreira são muito diferentes, e em relação a diferentes governos. Assim, os processos de greve são sempre locais, o que sobrecarrega as ADs que ficam a frente tanto dos processos de mobilização das suas bases como da elaboração da política, das negociações e do financiamento de seus movimentos. Entendemos que o fortalecimento do setor, portanto, necessita de medidas diferenciadas em relação às IFES, fazendo com que, apesar de locais, seus movimentos façam parte da política do sindicato como um todo, tirando assim do isolamento que é imposto pela própria realidade.

TR - 75

O 33º Congresso do ANDES-SN resolve:

1. Que no próximo período será prioridade das regionais a criação, ou fortalecimento onde houver, de fóruns de IEES e IMES em cada Estado;
2. Que nas greves de IEES e IMES o repasse ao sindicato nacional fica suspenso passando a ser depositado em fundo de greve local;
3. Que sempre que reivindicado pela AD em greve, ficará definido um diretor do sindicato para acompanhar assembleias, comandos de greve e processos de negociação em nome da direção nacional, apoiando a elaboração política;
4. Que o acompanhamento de greves de IEES e IMES fará parte dos informes regulares do Andes para o conjunto das ADs,
5. Que as regionais organizarão nacionalmente campanhas de apoio político e financeiro para greves de IEES e IMES sempre que solicitado pelas ADs em greve.

TEXTO 76

Contribuição da Diretoria da ADUFEPE Seção Sindical

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFE

TEXTO DE APOIO

Ao longo de 2013 a ADUFEPE/SSind teve intensa agenda de atividades nos diversos centros e departamentos da UFPE, discutindo condições de trabalho e Autonomia da universidade, entregando documentos sobre Estágio Probatório aos docentes e discutindo aspectos da carreira.

Ao longo desse processo, percebeu grande quantidade de novos docentes ingressos nos últimos 02 anos, com características de resistência à participação no movimento docente e, conseqüentemente, vinculação ao sindicato.

Todavia, ações aparentemente simples, entre elas “Cafés da Manhã” nos centros acadêmicos e departamentos, visitas aos plenos de departamentos e entrega de Agendas ou cartilhas debatendo aspectos da carreira, revelaram-se extremamente eficientes como estratégia de aproximação e enraizamento da seção sindical junto à categoria.

Queremos um sindicato docente cada vez mais forte e representativo, então, temos que chegar cada vez mais perto daqueles que nos propomos representar: os docentes. Nesse sentido, sem prejuízo das lutas gerais ou da organização e construção de um panorama político que favoreça o fortalecimento da unidade classista em torno de bandeiras históricas do Movimento Docente, entendemos que a presença das seções sindicais/ANDES-SN no dia a dia dos docentes das IFE é fundamental para fortalecer a representação e a identificação dos docentes com o ANDES-SN.

TR - 76

O 33º Congresso do ANDES delibera:

Realizar ao longo de 2014 uma intensa agenda de ações (de acordo com capacidade e especificidade de cada seção sindical) junto aos novos docentes das IFE, incluindo visitas aos Centros Acadêmicos e Departamentos, debates sobre o desenvolvimento na carreira docente, Estágio Probatório e FUNPRESP, com objetivo de aproximar os novos professores da pauta do Movimento Docente, ampliar o número de filiados nas seções sindicais e fortalecer o ANDES-SN.

TEXTOS APRESENTADOS

NA

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

**PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA DO 33º CONGRESSO DO ANDES-
SINDICATO NACIONAL PARA SER APRECIADA PELA PLENÁRIA DE
INSTALAÇÃO**

São Luís/MA, 10 a 15 de fevereiro de 2014

**Tema Central: ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente
e integração nas lutas sociais.**

10/2 (2ª feira)	11/2 (3ª feira)	12/2 (4ª feira)	13/2 (5ª feira)	14/2 (6ª feira)	15/2 (sábado)
<p>9h às 12h 14h às 20h Credenciamento</p> <p>10h às 12h Plenária de Abertura</p>	<p>9h às 12h Grupo Misto Tema 2</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema 2</p>	<p>9h às 13h Grupo Misto Tema 5</p>	<p>9h às 13h Grupo Misto Tema 6</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema 6</p>
<p>14h às 16h Plenária de Instalação</p>	<p>14h às 18h Grupo Misto Tema 3</p>	<p>14h às 17h Plenária do Tema 3</p>	<p>15h às 18h Grupo Misto Tema 5</p>	<p>15h às 18h Plenária do Tema 4</p>	<p>14h às 16h Plenária de Encerramento</p>
<p>18h às 21h Plenária do Tema 1</p>	<p>Livre</p>	<p>18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema 4</p>	<p>Livre</p>	<p>19h às 22h Plenária do Tema 5</p>	

Pauta

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura

Tema 2 – Centralidade da Luta

Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras

Tema 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 6 – Plano de Lutas – Setores

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura**GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: POLÍTICAS DESIGUAIS E COMBINADAS QUE PRECISAMOS IDENTIFICÁ-LAS PARA COMBATÊ-LAS**

O movimento sindical precisa acender o alerta vermelho em relação à violência que atinge a população negra do Brasil. Os dados que vamos apresentar a seguir são preocupantes, mas o mito da democracia racial ofusca essa dramaticidade que envolve os afro-brasileiros, já que, de acordo com esse mito as relações raciais no Brasil sempre foram amistosas e as oportunidades iguais para todos os brasileiros independentes do fenótipo racial. Vejamos.

Um *ranking* sobre violência envolvendo 92 países aponta que o Brasil perde apenas para três (El Salvador Venezuela e Guatemala), sendo todos esses com PIB muito inferior ao nosso. Porém, nos últimos dez anos registra-se uma estagnação da violência no Brasil, ou seja, o gráfico não mais se verticaliza, se mantém na horizontalidade). É como se o país continuasse violento, mas uma violência controlada.

No entanto, essa estagnação esconde um grave problema. Entre os jovens brancos os casos de homicídios diminuíram 33%, enquanto entre os jovens negros da mesma faixa etária aumentou 23,4%. A violência que decresceu em sua ponta branca, cresceu meteoricamente na sua ponta negra. O abismo que separa jovens negros e brancos em casos de homicídios é de 56,4%.

Ora, quando caracterizamos no Brasil que existe um genocídio negro, pode parecer exagero, mas os dados demonstram que não. Nos últimos dez anos (2002 a 2010) foram registrados 272.422 mil assassinatos de negros, números bem acima de países cujo quadro é de guerra civil. No entanto a média atual é de 39 mil negros assassinados por ano. Se esse quadro for mantido chegaremos aproximadamente 400 mil negros mortos por volta de 2020.

No estado de Alagoas a situação é de epidemia de violência contra os negros. Para cada grupo de 100 mil habitantes 80,5 negros são assassinados. Os homicídios reduzem em quatro anos a expectativa de vida de homens negros nesse estado, contrariando a média nacional de expectativa de vida que é de 4 meses e 15 dias por ano.

Para nós, está claro que essa é uma política de Estado, de um Estado-classe que na transição do escravismo tardio para o de capitalismo dependente manteve intacta toda a estrutura das relações sociais e raciais. Por isso mesmo, as políticas de ações afirmativas para os afro-brasileiros dos últimos 15 anos não conseguiram abalar em quase nada a dominação de classe e de raça que impera em nosso país. Pelo contrário, as cotas raciais foram transformadas em cotas sociais na tentativa de reestabelecer a hegemonia do mito da democracia racial na superestrutura ideológica de nosso país.

O ataque às cotas raciais é parte dos ataques ao conjunto da população negra, tal como se deu da desfiguração do Estatuto da Igualdade Racial que foi esvaziado de conteúdo material e racial. O conceito sociológico de “raça” foi simplesmente excluído do texto. Na sequência dessas manobras intensificaram-se os ataques aos remanescentes de quilombolas por todo o país. O mito da democracia racial encobre esses ataques.

A burguesia brasileira precisa preservar essa ideologia para fortalecer sua dominação de classe e de raça. Defendem que problema do Brasil não está na estrutura sócio-racial do capitalismo brasileiro herdada de mais de 350 anos de escravidão, mas sim na “natureza interna” ao homem negro, na suposta inferioridade. Logo, a violência a qual a população negra está submetida é apenas expressão de seu desajuste ao mundo social e para ajustá-los a receita é mais violência policial. É dessa premissa que nasceu a ideia do criminoso de alta periculosidade, geralmente definido com um perfil negróide. É esse ingrediente racial que faz da polícia brasileira a mais violenta do mundo.

Muitos setores da esquerda, por sua vez, reconhecem que o Brasil é um país racista, mas secundarizam a importância do debate racial, um debate que envolve a formação histórica do nosso país. Isso é um erro gravíssimo!

É preciso combinar o debate cultural (de autoafirmação racial e de políticas inclusivas) ao debate estratégico de superação do capitalismo. O Brasil foi o país do mundo que mais recebeu africanos escravizados e o que manteve a escravidão por mais tempo. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro não eliminou os tais resquícios escravistas conforme apregoavam muitos intelectuais de esquerda stalinizada. O que vimos foi justamente o contrário. O racismo foi resignificado e acoplado as relações

capitalistas servindo como uma de suas ideologias orgânicas que justifica a superexploração dos negros e ainda divide o proletariado a medida que estimula sentimentos de inferioridade e superioridade entre os mesmos. Acreditamos que na luta de classe e de raça não pode existir subsunção de uma a outra.

Neste sentido, o II Encontro de Negros e Negras do CSP Conlutas que acontecerá nos dias 22 e 23 de março em SP foi acerto da nossa Central, assim como as movimentações em torno da Marcha Nacional da Periferia que teve como tema “Pelo Amarelo da Copa eu Abro Mão” e que se configurou como o mais importante evento nacional da semana da consciência negra de 2013. O encontro de Negros e Negras da CSP CONLUTAS visa preparar a militância da central para o debate racial e reorganizar o Movimento Negro do nosso país em um patamar político superior aos das entidades que sucumbiram ao governo de Frente Popular.

ACRÉSCIMO AO TR 49

Diretoria do ANDES-SN

1. HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 33º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais - ADUEMG - SSind do ANDES-SN, Unidade Ibitiré-MG

3. RATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL

3.4 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a alteração no regimento da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN.



Diretoria do ANDES-SN

Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES- SN

NA LUTA POR MEMÓRIA E JUSTIÇA

TEXTO DE APOIO

O 32º Congresso, realizado entre os dias 4 e 9 de março de 2013, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), deliberou pela criação da Comissão da Verdade do ANDES-SN. Esta foi efetivada no 58º Conselho Nacional do ANDES-SN (CONAD), realizado entre 18 e 21 de julho de 2013, em Santa Maria (RS), com os seguintes integrantes: Titulares: Marco Antônio de Oliveira - Diretoria, Hélio Mariano – ADUNICENTRO, Edson Teixeira (ADUFF); Suplentes: Paulo Cambraia – Diretoria, Elídio Alexandre Borges Marques - ADUFRJ, Antônio Lisboa - ADUFCG.

No 32º Congresso do ANDES-SN, entre os itens aprovados sobre o tema, foi deliberado: "que as seções sindicais realizem levantamento de seus professores, estudantes e técnicos administrativos cassados, torturados, perseguidos e assassinados pela ditadura empresarial-militar, objetivando acompanhar o trabalho da Comissão da Verdade em conjunto com o movimento Tortura Nunca Mais e exigir a punição dos agentes do Estado responsáveis".

Além disso, foram enumeradas as prerrogativas da Comissão da Verdade do ANDES-SN, em conjunto com suas secretarias regionais e seções sindicais, tais como:

- Participação no movimento nacional pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que atuaram criminalmente durante a ditadura empresarial-militar em nosso país;
- Atuação na luta, em conjunto com as demais entidades, pela revisão da Lei de Anistia (Lei 6683/79), construindo ações de iniciativa popular;
- Posicionamento favorável a ação conjunta com os movimentos sociais pela construção de iniciativas populares sobre o tema.

A Comissão da Verdade do ANDES-SN iniciou suas atividades em agosto de 2013. Diante do debate nacional decorrente dos 50 anos do golpe civil-militar (1964-2014) que instaurou a ditadura no Brasil e os 35 anos da Lei de Anistia, a comissão definiu como eixo de seus trabalhos: "Comissão da Verdade do ANDES-SN: na luta por memória e justiça".

Num contexto de criminalização dos pobres, de empresariamento urbano, de criminalização dos movimentos sociais e a realização de megaeventos que impulsionam a segregação e o processo de retomada de áreas pelos interesses especulativos, a luta pela memória do passado recente é imperativa. Não por acaso, ocupamos o quarto lugar mundial no encarceramento presidiário em condições dignas de masmorras medievais. Além disso, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos de cidadãos são práticas mantidas após o fim da ditadura. Haja vista o recente episódio envolvendo o ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, na cidade do Rio de Janeiro.

A recuperação da memória permite a construção de uma identidade insurgente aos arbútrios do passado e do presente, visando uma sociedade em que os direitos humanos sejam regra e não privilégio. Nesse sentido, a Comissão da Verdade do ANDES-SN reivindica justiça - sem se sobrepor aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, das comissões de âmbito estadual, municipal e institucionais, bem como as entidades da sociedade civil. No caso específico, a responsabilização dos agentes civis e militares envolvidos nas atrocidades ditatoriais, cujos crimes de lesa humanidade não podem ser prescritos.

As universidades foram *locus* assíduos da coerção ditatorial. Ao impingir essa coerção, o Estado - contando com a leniência de empresários, latifundiários e das elites dominantes - atingiu toda a sociedade. A comissão, que representa os docentes da educação pública superior, não atua apenas na sua especificidade. Compreende que lutar pela verdade, lutar pela memória e lutar pela justiça é compromisso da luta dos povos pela sua liberdade.

Na mesma direção, é imperativo que os documentos oficiais sejam acessíveis à sociedade civil, elucidando a tirania sobre aqueles que resistiram à repressão policial e política. Só haverá reparação quando a verdade dos fatos e a apuração idônea for concretizada.

Neste sentido, procurando dar curso à suas atribuições, a Comissão tem realizado discussões sobre os diferentes aspectos envolvidos na temática, inclusive em conjunto com o GTHMD. A partir disso, aprofundou-se a compreensão acerca da necessidade de, no curso de sua atuação, tanto para o interior do sindicato quanto para a sociedade em geral, a Comissão ressaltar a perspectiva de **responsabilização dos envolvidos** nos diferentes atos ditatoriais de perseguição, tortura e/ou morte praticados no âmbito das universidades brasileiras. Para tanto, é indispensável fomentar a **politização dos debates** no meio social-acadêmico, fugindo da perspectiva oficialista e meramente descritiva ou atestadora dos fatos, a qual, muitas vezes, é omissa em relação aos diferentes setores empresariais e da sociedade civil que foram participantes, cúmplices ou financiadores das ações do governo militar. Além disso, é fundamental **relacionar a repressão do passado com a atual**, haja vista as diferentes investidas de criminalização dos movimentos sociais, de repressão das manifestações públicas de jovens e trabalhadores, como ocorrido nos últimos anos, destacadamente desde junho de 2013. Também impõe-se imprimir um **caráter classista na discussão** em torno dessa temática, o que, por si só, exige iniciativas e posturas **autônomas** no curso das atividades planejadas e ou suscitadas ao longo de 2014.

Por essas razões, a Comissão e o GTHMD compreendem como estratégico e imprescindível a reivindicação imediata, por parte das diversas Comissões, grupos e movimentos sociais envolvidos nesse debate e comprometidas com a esta perspectiva, e a garantia, por parte do governo e das instituições, da **abertura total dos arquivos, com pleno acesso** dos investigadores e das Comissões formalmente constituídas, de maneira a possibilitar a desvelamento dos fatos e da verdade, condição necessária para a preservação da memória e promoção da justiça.

É nessa perspectiva, pois, que a Comissão apresenta à diretoria do ANDES-SN, a partir do debate realizado com o GTHMD, um conjunto de ações a serem implementadas ao longo de 2014.

TR – 78

O 33º Congresso delibera:

1. que as seções sindicais realizem levantamento sobre ações da ditadura em âmbito institucional, local e regional até junho de 2014;
2. que o ANDES-SN realize seminário nacional sobre a temática, no segundo semestre de 2014, antecedido de encontros preparatórios;
3. que as seções sindicais e as secretarias regionais participem ativamente dos atos de repúdio ao Golpe de 1964;
4. que o ANDES-SN busque articular ações e mobilização com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei de Anistia, pela responsabilização dos autores da tortura e outros crimes de lesa humanidade nos anos da ditadura empresarial-militar;
5. que o ANDES-SN realize reunião ampliada da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com a presença de entidades sindicais e movimentos sociais com o objetivo de articular ações conjuntura frente à temática, no mês de março;
6. que o ANDES-SN exija a abertura imediata dos arquivos da ditadura, fundamental para garantir o direito de informação.

TEXTO 79

Contribuição da Assembleia da ADUR-RJ - S. Sind.

Tema 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores

POR UM CONGRESSO DA RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS DO MARAKÁ'NÀ

Texto de Apoio

Período Pré-colonial

O território conhecido como Maraká'nà era utilizado como reserva de manejo ecológico, de grande biodiversidade, utilizada pelo povo Tupinambá, habitante de toda a costa brasileira antes da colonização. A denominação do espaço (como referência a seu passado ancestral, imemorial, indígena) como Maracanã nos remete a seu sentido como território sagrado dos povos tupi, como **bem-comum** imaterial, como territorialidade indígena, como espaço de domesticação de sementes... No tempo da arara (*araruna ara*), ela também vinha comer sua fava... Este território teve importância estratégica para a resistência Tupinambá, como reserva de água, de alimentos, de formação e mobilização das tropas de resistência, e de refúgio para indígenas e negros perseguidos.

No **século XVII**, conforme o Registro Geral de Imóveis (RGI), a propriedade do imóvel foi registrada em nome do Duque de Saxe, da nobreza colonial, e transformado em Jockey Club da nobreza imperial, até a **década de 1850** quando foi doado pelo Duque de Saxe, *ad eternum*, à 'destinação indígena', à pesquisa e preservação de seus saberes tradicionais, e, especificamente, à pesquisa das sementes tradicionais, para a União. Desde então, ancestrais de diversas etnias indígenas estiveram neste espaço trazendo seus saberes de domesticação de plantas e sementes medicinais, entre outros. A 'doação' do imóvel tem esta perspectiva de reparação e reconhecimento da importância destes povos para a experiência e soberania alimentar e nutricional da humanidade.

Retomada indígena

Diante do reconhecimento da questão dos índios que habitam em meio (sub)urbano, que correspondem, segundo o IBGE, a 54% da população indígena brasileira, e cerca de 30 mil indígenas habitantes da cidade do RJ, representantes de diversas etnias indígenas passam a se encontrar e se autorganizar nesta cidade, desde a década de 90 (reconhecidamente). Até que, em **outubro de 2006**, com decorrência das resolução do 1º Congresso Tamoio dos Povos Originários, realizado na UERJ, representações de 20 etnias indígenas e de diversos movimentos sociais e de povos tradicionais ocupam o espaço do antigo Museu do Índio atual Aldeia Maracanã.

Resistência Indígena no Horizonte dos Megaeventos Esportivos

Em 2013, a pressão pela remoção da Aldeia Maraká'nà chega ao seu ápice, seja através do uso de tropas do Batalhão de Choque, seja pelo abuso do poder de Estado pelo governo, contra os direitos de participação política, de organização independente, de exercício ecológico, cultural e religioso de usos e costumes tradicionais, pela comunidade da Aldeia.

O primeiro objetivo das forças dominantes era remoção da Aldeia para a demolição do prédio histórico e a construção de um estacionamento para os torcedores-consumidores do Complexo do Estádio do Maracanã, sede do jogo final da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 (o território requerido pela Aldeia Maracanã). Diante da força da resistência indígena, que ganhou as páginas de noticiários internacionais, o governo recuou da demolição e do estacionamento, mas não da pretensão de reduzir o espaço de 'destinação' e manejo tradicional indígena a menos de a metade do território requerido pela resistência indígena (de 14,3 mil m², conforme o RGI – Registro Geral de Imóveis - para menos de 7 mil m²

Este conflito, assim como outros, já acionados, em defesa da causa indígena, pelo Ministério Público Federal-MPF, coloca em cheque a omissão da Funai quanto a proteção, tutela dos direitos dos índios 'desaldeados', que as habitam cidades (inclusive como resultado da exclusão social e de suas terras, de que são vítimas). A causa da Aldeia Maracanã traz questões que, assumidas, trazem perspectivas inovadoras para a formação contemporânea da sociedade brasileira, para as relações de interação ecológica com a natureza, para as relações de poder e de (re)produção do conhecimento.

Desde 2006, a Aldeia vêm se constituindo como espaço pluriétnico, intercultural, de resistência e de reconhecimento das necessidades de (re)produção de conhecimento estratégico, das lutas dos povos tradicionais e resistências (sub)urbanas, como espaço autônomo, de vivência comunitária, reconhecimento e resistência de saberes e de valores ancestrais, como espaço de formação superior indígena intercultural, autônomo, conforme usos, costumes tradicionais de povos historicamente e socialmente minorizados, como parte da estratégia, dos movimentos dos povos tradicionais, de superação desta condição de minorização.

E, neste sentido, de resistência desta aldeia-universidade dos povos indígenas e tradicionais, neste contexto (acima citado), construir o 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais;

TR - 79

Por isso o 33º Congresso do ANDES-SN resolve:

- apoiar política, logística e financeiramente a construção e mobilização dos povos indígenas na construção do o 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais.

TEXTO 80

Contribuição do Professor Waldir Bertulio – Adufmat/UFMT e ADUEMS

TEMA 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

AVALIANDO O BRASIL APOS 50 ANOS DA DITADURA MILITAR, CONJUNTURA E A PERSPECTIVA DAS ESQUERDAS.

TEXTO DE APOIO

A história do golpe militar de 64, implantando a ditadura 1964/1985, ainda tem muito a ser esclarecido. Os chamados anos de chumbo, denominação pertinente aos que enfrentaram e resistiram ao regime, tem

por outro lado, conforme Aarão Reis (1999, 2000 a, 2001) foram de ouro para muitos. A grande imprensa, comprometida com o poder e mesmo aceitação de institucionalização da censura, teve enfrentamento em certos limites de uma imprensa alternativa. O ano de 1979 foi decisivo na chamada conciliação nacional, quando o regime já sucumbia, construindo uma estratégia de democracia sem revolver o passado. O poder discricionário elaborou uma proposta de anistia para apagar o passado, anistiando a si próprios da violência perpetrada. O passado que não passa, como na França e Alemanha, servem de exemplo para apontar a questão da memória, da história verdadeira que extrapola, em nosso caso, os limites das Universidades, Centros de Pesquisa, Sindicatos, atingindo amplos tecidos sociais. Permanece hoje a desconstrução e impedimento da memória de resistência, recente, a versão contrária sobre o assassinato cabal do então deputado Rubens Paiva, e tantos casos sustentados na mentira pública do regime e seus resquícios. A compreensão da cultura política sob a ditadura, desvela a compreensão de nós mesmos, não só do passado, especialmente do presente e dos cenários futuros. A memória não possui uma única face, (Pierre Laborie) traz a tona a força da palavra, colocando os ausentes no cenário, em um longo diálogo com torturados, perseguidos, desaparecidos, assassinados, e com os mortos, em uma perspectiva para além da morte. A memória do mal revisa o esquecimento, opondo-se ao retorno (Laborie, 2003) ...dos demônios do passado. As esquerdas não podem permitir os impedimentos na reconstrução da verdade, da opinião pública sobre a ditadura. Especialmente nós, das Universidades, Centros de Pesquisa e Sindicatos. Principalmente sobre suas conseqüências na perspectiva de mudança política. Se elegemos a memória como objeto da história, devemos entendê-la não simplesmente como verdade do passado, presença do passado, mas como “presente do passado”. Isto implica entender a sociedade brasileira sob a ditadura e as perspectivas complexas de democratização. Camus (1989), diz que: “No dia em que os crimes se ornamentarem com os despojos da inocência, por uma curiosa deformação que é própria de nosso tempo, é a inocência que se vê intimada a apresentar suas justificativas”. Precisamos esclarecer para muito além do terror do Estado, não só na permanência de 21 anos dos militares-civis no poder, mas para além da farsa da abertura política, sob seu próprio controle e de políticos identificados com o regime, que se fazem presentes hoje em nosso cenário político. Assim, entendendo que a estratégia geopolítica do governo militar continua em curso, tendo seus seguidores até dissimulados de progressistas, faz-se necessário um esforço de pensamento, articulação e propostas que gerem compreensão e criem cenários de enfrentamento hoje no que foi engendrado nos primórdios e princípios do golpe militar aninhados na ESG e no ENCA. Coisas como o amordaçamento da memória, a investida no aniquilamento da Universidade Pública desde a Reforma Universitária de 68, sobretudo, o modelo econômico aberto para dependência e subordinação ao mercado, já naquela época sob as diretrizes de organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial.

Os desafios são grandes, longos e ardorosos caminhos a percorrer.

TR - 80

1 – Propomos que seja colocada infraestrutura informatizada, Recursos Humanos e melhor aporte logístico para a Comissão da Verdade do ANDES-SN, bem como sua descentralização efetiva formalizando cooperações em instâncias pertinentes.

2 – Que seja efetuado um Encontro Nacional no 1º semestre de 2014 sobre os impactos da Ditadura Militar após 50 anos do golpe, e as perspectivas da esquerda no Brasil.

TEXTO 81

Contribuição do Professor Waldir Bertulio – Adufmat/UFMT e ADUEMS

TEMA 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

AOS QUE NÃO DEVEM MORRER – APOIO AO POVO GUARANY KAYWÁ, TERRAS INDÍGENAS E DE NEGRO

TEXTO DE APOIO

Desdobrado do encontro Nacional sobre Terras Indígenas e Quilombolas, ocorreu de 10 a 6 de janeiro as Brigadas de apoio ao povo Guarany Kayowá (saíram ônibus de Brasília, Goiânia, Campo Grande e Dourados) com acampamento central no Município de Caarapó – MS, no acampamento – Aldeia Taquara. La estivemos, percorrendo aldeias, acampamentos e reservas nos Municípios de Dourados, Caarapó e acampamentos Guarany Kayowá entre Amambaí e PONTA Porã. Fomos guiados por um membro do Conselho Aty-Guassú, Tónico Benitez, que mostrou-nos em visita a realidade e as dificuldades de mobilização para resistir aos ataques e violência dos fazendeiros e seus prepostos com

cobertura da justiça. Ameaças, agressões, permeadas por assassinatos permanentemente, sob pressão de milícias armadas por fazendeiros que recente fizeram um leilão arrecadando fundos em Campo Grande-MS para ampliar estas estruturas, sob beneplácito das autoridades. Violência e assassinatos impunes, os índios passam fome nos acampamento e nas áreas restritas pela justiça, além da dificuldade concreta de sobrevivência em todos os locais que vivem, especialmente pela falta de terras para viver, produzir, manter sua cultura e cosmologia. Em um grande encontro, reafirmam na carta de Pyelito Kue : “ Só sairemos daqui mortos, será que conseguirão matar os 40 mil índios que estão aqui?” - a carta deste encontro foi assinada por lideranças Guarany Kayowá, Guarany Nhandeva, Terenas, e Kadywéus. Recentemente fizeram o 3º Encontro da Juventude do Conselho Aty-Guassú, a pauta central é Terras, Educação e Cultura. A maior dificuldade é a ausência de recursos para mobilização, o Conselho Aty – Guassú percorre permanentemente todos os lugares de conflitos, articulando ações de resistência e apoio. Estão propondo o 2º Encontro Continental para o ano de 2014, dependendo da viabilização logística. Mato Grosso do Sul é o 1º em assassinatos e suicídios de indígenas. As lavouras do agronegócio tomam conta de todo o território. Nada esperam e não confiam no Governo Federal, afirmando que estes últimos dois governos chegaram ao máximo na violação dos seus direitos.

TR - 81

1 - Propomos que seja destinado pelo ANDES-SN uma contribuição mensal para o Conselho Aty-Guassú, solicitado pelas lideranças dos Acampamentos, Aldeias, Reservas e pelos Conselheiros do Aty-Guassú.

2 – Que seja efetuado através do GT de Etnias... do ANDES-SN um encontro sobre Lutas indígenas, de negro e racismo, realidade e articulações para enfrentamento, em colaboração com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ..., Conselho Aty-Guassú, Conselho Continental da Nação Guarany (CCNG) e Articulação Quilombola no ano de 2014.

TEXTO 82

Contribuição do Prof. Eduardo Serra – sindicalizado da ADUFRJ

Texto aditivo para o Tema 6

TEXTO DE APOIO

O recente descredenciamento pelo MEC, de duas instituições privadas de ensino superior - a Gama Filho e a UniverCidade -, no Rio de Janeiro, por inadimplência financeira, exige não apenas a rigorosa apuração das razões que causaram a falência das duas instituições - que pertencem ao mesmo grupo empresarial - mas também ações para a garantia dos direitos dos milhares de alunos, funcionários e professores e para e uma reflexão sobre os rumos e o papel do setor privado na Educação Superior.

Além da reparação aos danos causados aos docentes, funcionários e alunos afetados, deve ser efetivada, imediatamente, a expropriação das duas instituições, visando à sua transformação, à médio prazo, e precedida de todas as medidas necessárias, em universidades públicas.

TR 81

O Andes deve lutar pela imediata expropriação das universidades Gama Filho e UniverCidade, visando à sua transformação em universidades públicas.



Contribuição GTSSA/SEDUFMS

UNIVERSALIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE SAÚDE DOCENTE - ANDES/SN

Texto de apoio

Toda condição de trabalho na sociedade de mercado e no mundo do trabalho gera invariavelmente situações contraditórias de existência. Ao mesmo tempo em que o trabalho promove a humanização, pelo domínio da natureza e da apropriação das formas históricas e verdadeiramente humanas de ser, estar e pensar no mundo, no mais das vezes, se torna cela encarceradora de homens, mulheres e lamentavelmente de crianças.

Na esteira das consequências das relações de classe o adoecimento atrelado ao trabalho é inevitável dado às longas jornadas, movimentos repetitivos, circunstâncias de seu exercício e de pesadas cargas de trabalho. Doenças ocupacionais e agravos à saúde, no fundamental são derivados de condições e de características próprias da organização do trabalho na sociedade de mercado.

Também na atividade de docência no Ensino Superior os trabalhadores em educação sofrem os severos efeitos do trabalho exaustivo que agravados pela pressão por produtividade acadêmica.

Considerando a indispensabilidade: do enfrentamento dessa situação, da discussão quanto aos parâmetros de qualidade de vida e de denúncia das condições deformativas oriundas das atividades de trabalho dos docentes do Ensino Superior, no quadro das iniciativas e preocupações primordiais do sindicato:

TR - 83

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Estimular as Seções Sindicais, com veemência, à realização da Pesquisa sobre Saúde Docente através de sua universalização;
2. Efetuar uma revisão dos elementos já constituídos da Pesquisa Piloto;
3. Deflagrar processo de publicização e denúncia dos dados obtidos nas pesquisas.

Proposta de complementação TR – 25 na letra B – item 24 : incluir novo subitem com a agenda/cronograma:

- **Entre 24 e 28 de fevereiro** - protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação;
- **Entre 10 e 14 de março** - enviar para as seções sindicais InformANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria;
- **De 10 a 18 de março** - rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação dia 19 e atualização da pauta local;
- **De 13 a 18 de março** – indicar as seções sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos Fóruns de Servidores Públicos Federais em seus Estados;
- **Dia 19 de março** - dia nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização;
- **Dia 19 de março** – Ato público em Brasília;
- **Dia 21 de março** – Reunião ampliada de Secretaria Executiva Nacional da CSP/CONLUTAS, em São Paulo;
- **Dia 22 de março** – Encontro do Espaço de Unidade de Ação, em São Paulo;
- **Entre 24 e 28 de março** – Rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação;
- **Dia 27 de março** – Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das Entidades nacionais dos SPF;
- **Dias 29 e 30 de março** - Reunião do Setor das IFES, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

Eixos da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais

- Definição de data-base (1º de maio);
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada por PL's, MP's, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Reajuste dos benefícios;
- Antecipação para 2014 da parcela de reajustes de 2015.